

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE CONTAS

Processo:	**001070-0200/22-0**
Gabinete:	**Cezar Miola**
Data de abertura:	**03 de janeiro de 2022**
Matéria:	**Contas Anuais**
Órgão:	**PM DE TRÊS FORQUILHAS - 82000**
Interessado(s):	**Loraci Klippel Melo Germann** **Jairo de Melo**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SETOR DE AUTUAÇÃO PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO

Fl.	Rubrica

Consoante disposto no Regimento Interno deste Tribunal, em atos normativos próprios, e conforme o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001070-0200/22-0
Órgão: PM de Três Forquilhas
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: Gab. Cezar Miola
Exercício: 2022

Distribuído em 11 de Janeiro de 2022.
Luís Fernando Hannecker - Oficial de Controle Externo

Consulte diariamente, no portal do TCE-RS, a distribuição eletrônica dos processos.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 11/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F656.7654.765F.6D35.4059.

Página 3
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 31/01/2022
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: EDEMAR BENATTI E-Mail: edemar.benatti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transpatencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 4
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	73.608,75
Contribuições	900.000,00	62.161,89
Receita Patrimonial	387.322,35	182.784,24
Receita de Serviços	415.000,00	19.069,81
Transferências Correntes	17.486.140,00	1.705.224,58
Outras Receitas Correntes	5.037,65	69,86
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**2.042.919,13**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	143.215,62
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**143.215,62**
RECEITAS DE CAPITAL		
Transferências de Capital	0,00	66.666,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**66.666,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-278.354,66**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**1.974.446,09**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	624.566,36
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	150.166,70
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**19.584.399,66**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	4.214.234,85
Liquidado	1.035.737,95
Pago	957.596,46
SALDO A LIQUIDAR	**3.178.496,90**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 5
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

SALDO A PAGAR	**78.141,49**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	689.012,33
Liquidado	229.268,64
Pago	91.070,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**459.743,69**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**138.198,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	439.421,71
Excesso de Arrecadação	34.977,95
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	150.166,70
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	150.166,70

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	41.704.311,80D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	5.859.973,45D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	1.266.298,81C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	65.536.058,90C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.630,53D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	812.919,12D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	137.170,70D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	217.894,87D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	385.519,51D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	42.117,61D
TRIBUTÁRIAS	0,00	10.625,47D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	236,56D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	205.721,52C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	207.294,50C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	13.683,44C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	182.784,24C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	1.769.973,59C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	69,86C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	43.915.300,51D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	43.915.300,51C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	2.682.937,93D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	35.229.768,85D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	2.682.937,93C

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 6
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	35.229.768,85C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	3.787.772,68D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**3.787.772,68D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	103.935,50D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	30.136.477,39D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**30.240.412,89D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**34.028.185,57D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 7
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite Judicial

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	33.508.409,08	32.596.758,71
Demais Contas	118.678.311,22	119.589.961,59
Totais	152.186.720,30	152.186.720,30
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		8.644

3. Índices Constitucionais

3.1 Cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira referente aos RPNP do exercício para fins do Gasto Constitucional com Educação

3.1.1 Identificação dos restos a pagar para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Ex. Anterior

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 8
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.1.2 Disponibilidade Financeira e Saldo Disponível para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

Disponibilidade Financeira - Exercício Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira - Exercício

Cód. Conta	Descrição	Disponibilidade Financeira	Restos a Pagar	Saldo Disponível
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.1.3 Identificação dos RPNP do exercício e Verificação Suficiência/Insuficiência Financeira

RPNP - Ex. Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RPNP - Ex. Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	15.680,34	0,00	15.680,34
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	7.299,47	0,00	7.299,47
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	4.055,25	0,00	4.055,25
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	371,65	0,00	371,65
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	154,85	0,00	154,85
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	92,91	0,00	92,91
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	2.184,77	0,00	2.184,77
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	910,33	0,00	910,33
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos	546,19	0,00	546,19

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 9
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	pelo RPPS - ASPS			
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	408,47	0,00	408,47
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	170,20	0,00	170,20
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	102,12	0,00	102,12
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	960,17	0,00	960,17
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	446,92	0,00	446,92
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	248,32	0,00	248,32
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	688,90	0,00	688,90
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	320,70	0,00	320,70
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	178,12	0,00	178,12
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	1.002,84	0,00	1.002,84
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	466,84	0,00	466,84
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	259,37	0,00	259,37
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	21.422,16	0,00	21.422,16
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	9.972,38	0,00	9.972,38
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	5.540,21	0,00	5.540,21
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	35,25	0,00	35,25
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	16,41	0,00	16,41
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	9,11	0,00	9,11
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	622.069,92	0,00	622.069,92
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	51.839,16	0,00	51.839,16
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	155.517,48	0,00	155.517,48
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	207.356,63	0,00	207.356,63
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17,58	0,00	17,58
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1,47	0,00	1,47
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4,39	0,00	4,39
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5,86	0,00	5,86
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	148.739,85	0,00	148.739,85
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	12.394,99	0,00	12.394,99
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	37.184,97	0,00	37.184,97
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	49.579,95	0,00	49.579,95
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	42.315,63	0,00	42.315,63
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	3.526,27	0,00	3.526,27
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	10.578,93	0,00	10.578,93
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	14.105,23	0,00	14.105,23
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	1.922,81	0,00	1.922,81
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	160,23	0,00	160,23
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	480,70	0,00	480,70
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	640,94	0,00	640,94
SUBTOTAL		**1.431.987,24**	**0,00**	**1.431.987,24**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **357.996,81**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	19.758,10	0,00	19.758,10

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	67.922,12	0,00	67.922,12
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	271.688,61	0,00	271.688,61
TOTAL II		**359.368,83**	**0,00**	**359.368,83**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	95.441,04	0,00	95.441,04
20	EDUCACAO INFANTIL	12.303,07	0,00	12.303,07
31	ENSINO FUNDAMENTAL	116.215,44	0,00	116.215,44
31	EDUCACAO INFANTIL	34.987,77	0,00	34.987,77
SUBTOTAL I		**258.947,32**	**0,00**	**258.947,32**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	282,35	0,00	282,35
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	112,94	0,00	112,94
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	56,47	0,00	56,47
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.628,27	0,00	4.628,27
SUBTOTAL II		**5.080,03**	**0,00**	**5.080,03**
(+) Perda com o FUNDEB		68.106,04	0,00	68.106,04
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		940,92	0,00	940,92
SUBTOTAL IV		**67.165,12**	**0,00**	**67.165,12**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**22,42**		**321.032,41**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	622.069,92	0,00	622.069,92
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	51.839,16	0,00	51.839,16
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	155.517,48	0,00	155.517,48
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	207.356,63	0,00	207.356,63
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17,58	0,00	17,58
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1,47	0,00	1,47
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4,39	0,00	4,39
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5,86	0,00	5,86
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	148.739,85	0,00	148.739,85
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	12.394,99	0,00	12.394,99
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	37.184,97	0,00	37.184,97
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	49.579,95	0,00	49.579,95
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	42.315,63	0,00	42.315,63

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 10
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

Página 11
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	3.526,27	0,00	3.526,27
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	10.578,93	0,00	10.578,93
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	14.105,23	0,00	14.105,23
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	1.922,81	0,00	1.922,81
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	160,23	0,00	160,23
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	480,70	0,00	480,70
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	640,94	0,00	640,94
SUBTOTAL		**1.358.442,99**	**0,00**	**1.358.442,99**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **271.688,60**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	271.688,61	0,00	271.688,61
TOTAL II		**271.688,61**	**0,00**	**271.688,61**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	116.215,44	0,00	116.215,44
31	EDUCACAO INFANTIL	34.987,77	0,00	34.987,77
SUBTOTAL I		**151.203,21**	**0,00**	**151.203,21**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	56,47	0,00	56,47
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.628,27	0,00	4.628,27
SUBTOTAL II		**4.684,74**	**0,00**	**4.684,74**
(+) Perda com o FUNDEB		68.106,04	0,00	68.106,04
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		940,92	0,00	940,92
SUBTOTAL IV		**67.165,12**	**0,00**	**67.165,12**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**15,73**		**213.683,59**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	940,92	0,00	940,92
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	210.248,62	0,00	210.248,62
Total		**211.189,54**	**0,00**	**211.189,54**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **147.832,68**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	111.587,17	0,00	111.587,17
31	EDUCACAO INFANTIL	34.931,30	0,00	34.931,30
SUBTOTAL I		**146.518,47**	**0,00**	**146.518,47**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**146.518,47**	**0,00**	**146.518,47**
% de Aplicação				**69,38**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2021	3.539,14	0,00	3.539,14
TOTAL	**3.539,14**	**0,00**	**3.539,14**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**176,96**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2022 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	15.680,34	0,00	15.680,34
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	7.299,47	0,00	7.299,47
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	4.055,25	0,00	4.055,25
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	371,65	0,00	371,65
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	154,85	0,00	154,85
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	92,91	0,00	92,91
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	2.184,77	0,00	2.184,77
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	910,33	0,00	910,33
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	546,19	0,00	546,19
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	408,47	0,00	408,47
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	170,20	0,00	170,20
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	102,12	0,00	102,12

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 13
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	960,17	0,00	960,17
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	446,92	0,00	446,92
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	248,32	0,00	248,32
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	688,90	0,00	688,90
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	320,70	0,00	320,70
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	178,12	0,00	178,12
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	1.002,84	0,00	1.002,84
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	466,84	0,00	466,84
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	259,37	0,00	259,37
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	21.422,16	0,00	21.422,16
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	9.972,38	0,00	9.972,38
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	5.540,21	0,00	5.540,21
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	35,25	0,00	35,25
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	16,41	0,00	16,41
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	9,11	0,00	9,11
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	622.069,92	0,00	622.069,92
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	51.839,16	0,00	51.839,16
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	155.517,48	0,00	155.517,48
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	207.356,63	0,00	207.356,63
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	17,58	0,00	17,58
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	1,47	0,00	1,47
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	4,39	0,00	4,39
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	5,86	0,00	5,86
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	148.739,85	0,00	148.739,85
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	12.394,99	0,00	12.394,99
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	37.184,97	0,00	37.184,97
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	49.579,95	0,00	49.579,95
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	42.315,63	0,00	42.315,63
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	3.526,27	0,00	3.526,27
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	10.578,93	0,00	10.578,93
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	14.105,23	0,00	14.105,23
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	1.922,81	0,00	1.922,81
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	160,23	0,00	160,23
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	480,70	0,00	480,70
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	640,94	0,00	640,94
SUBTOTAL I		**1.431.987,24**	**0,00**	**1.431.987,24**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **214.798,09**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	11.031,60	0,00	11.031,60
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	203.766,47	0,00	203.766,47
TOTAL II		**214.798,07**	**0,00**	**214.798,07**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-643,76	0,00	-643,76

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA	175.017,89	0,00	175.017,89
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.200,00	0,00	6.200,00
SUBTOTAL I		**180.574,13**	**0,00**	**180.574,13**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	319113200000000	6,75	0,00	6,75
SUBTOTAL II		**6,75**	**0,00**	**6,75**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		2,99	0,00	2,99
SUBTOTAL III		**2,99**	**0,00**	**2,99**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**12,61**	**180.564,39**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_77	104	11	AVISO	Linha 104 - elemento da despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 4 de maio de 2001 e suas alterações, no Código da Rubrica de Despesa (33908601000000)
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 14,226%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 9 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 45,455%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 45,00%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 10 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_32	2	0	AVISO	Linha: 2 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	2	0	AVISO	Linha: 2 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	30	0	AVISO	Linha: 30 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	31	0	AVISO	Linha: 31 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	37	0	AVISO	Linha: 37 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	41	0	AVISO	Linha: 41 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	52	0	AVISO	Linha: 52 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	53	0	AVISO	Linha: 53 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	63	0	AVISO	Linha: 63 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	64	0	AVISO	Linha: 64 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	1,13% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
RECEITA.TXT	RET_25	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_26	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_27	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_28	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.237.783,97	2.042.919,13
2º Bimestre	2.949.587,57	0,00
3º Bimestre	3.231.187,43	0,00
4º Bimestre	3.642.966,54	0,00
5º Bimestre	2.916.600,37	0,00
6º Bimestre	4.271.874,12	0,00
TOTAL	**20.250.000,00**	**2.042.919,13**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	143.215,62
2º Bimestre	308.148,00	0,00
3º Bimestre	242.788,93	0,00
4º Bimestre	232.188,30	0,00
5º Bimestre	240.528,23	0,00
6º Bimestre	364.663,02	0,00
TOTAL	**1.800.000,00**	**143.215,62**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	133.332,00	66.666,00
2º Bimestre	0,00	0,00
3º Bimestre	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 15
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

Página 16
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**133.332,00**	**66.666,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-278.354,66
2º Bimestre	0,00	0,00
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-278.354,66**

TOTAL DA RECEITA	**22.183.332,00**	**1.974.446,09**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Loraci Klippel Melo Germann

CPF: 94452245072

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 17
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 18
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 16
Peça 4194168
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01CD63F

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 18 de Março de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 18/03/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 18/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A6D.4381.B245.4AD3.2241.

Página 19
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 28/02/2022
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: EDEMAR BENATTI E-Mail: edemar.benatti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	IS AMLINORTE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 20
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	136.006,19
Contribuições	900.000,00	123.830,98
Receita Patrimonial	387.322,35	455.535,41
Receita de Serviços	415.000,00	41.438,89
Transferências Correntes	17.486.140,00	3.964.118,64
Outras Receitas Correntes	5.037,65	69,86
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**4.720.999,97**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	146.455,80
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**146.455,80**
RECEITAS DE CAPITAL		
Transferências de Capital	0,00	66.666,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**66.666,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-633.317,45**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**4.300.804,32**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	624.566,36
Créditos Especiais	1.305.310,09
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	150.166,70
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**20.889.709,75**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	5.560.808,67
Liquidado	2.214.077,24
Pago	2.047.480,79
SALDO A LIQUIDAR	**3.346.731,43**

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 21
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

SALDO A PAGAR	**166.596,45**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	689.012,33
Liquidado	229.268,64
Pago	122.858,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**459.743,69**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**106.410,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	487.994,80
Excesso de Arrecadação	34.977,95
Auxílios e Convênios	1.256.737,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	150.166,70
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	150.166,70

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	42.840.465,46D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	5.804.380,15D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	1.407.823,11C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	65.513.710,93C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.560.232,78D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	277.814,67D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	561.296,46D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	843.964,93D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	42.117,61D
TRIBUTÁRIAS	0,00	29.421,11D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	236,56D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	265.048,90C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	272.203,77C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	31.382,63C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	451.877,88C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	4.028.867,65C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	69,86C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	46.567.184,42D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	46.567.184,42C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	2.987.047,93D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	38.327.024,74D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	2.987.047,93C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	38.327.024,74C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	4.731.035,21D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**4.731.035,21D**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	48.600,64D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	30.369.226,78D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**30.417.827,42D**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**35.148.862,63D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 22
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

Página 23
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite judicial.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	37.642.960,72	35.610.633,29
Demais Contas	144.089.089,18	146.121.416,61
Totais	181.732.049,90	181.732.049,90
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		17.128

3. Índices Constitucionais

3.1 Cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira referente aos RPNP do exercício para fins do Gasto Constitucional com Educação

3.1.1 Identificação dos restos a pagar para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Atual

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 24
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.1.2 Disponibilidade Financeira e Saldo Disponível para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

Disponibilidade Financeira - Exercício Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira - Exercício

Cód. Conta	Descrição	Disponibilidade Financeira	Restos a Pagar	Saldo Disponível
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.1.3 Identificação dos RPNP do exercício e Verificação Suficiência/Insuficiência Financeira

RPNP - Ex. Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RPNP - Ex. Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	31.553,15	0,00	31.553,15
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	14.688,53	0,00	14.688,53
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	8.160,29	0,00	8.160,29
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	685,99	0,00	685,99
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	285,83	0,00	285,83
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	171,50	0,00	171,50

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 25
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	4.668,76	0,00	4.668,76
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.945,33	0,00	1.945,33
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.167,19	0,00	1.167,19
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	834,19	0,00	834,19
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	347,59	0,00	347,59
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	208,55	0,00	208,55
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.973,24	0,00	1.973,24
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	918,50	0,00	918,50
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	510,31	0,00	510,31
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.414,24	0,00	1.414,24
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	658,37	0,00	658,37
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	365,58	0,00	365,58
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	3.855,74	0,00	3.855,74
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	1.794,91	0,00	1.794,91
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	997,21	0,00	997,21
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	32.447,67	0,00	32.447,67
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	15.104,95	0,00	15.104,95
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	8.391,62	0,00	8.391,62
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	7,06	0,00	7,06
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	3,29	0,00	3,29
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	1,83	0,00	1,83
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	70,50	0,00	70,50
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	32,82	0,00	32,82
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	18,22	0,00	18,22
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.490.427,06	0,00	1.490.427,06
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	124.202,25	0,00	124.202,25
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	372.606,79	0,00	372.606,79
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	496.809,00	0,00	496.809,00
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	25,35	0,00	25,35
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2,12	0,00	2,12
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6,33	0,00	6,33
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	8,45	0,00	8,45
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	328.056,02	0,00	328.056,02
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	27.338,01	0,00	27.338,01
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	82.014,01	0,00	82.014,01
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	109.352,01	0,00	109.352,01
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	51.457,77	0,00	51.457,77
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	4.288,10	0,00	4.288,10
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	12.864,46	0,00	12.864,46
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	17.152,63	0,00	17.152,63
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	4.303,04	0,00	4.303,04
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	358,59	0,00	358,59
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.075,76	0,00	1.075,76
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.434,35	0,00	1.434,35

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 26
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**3.257.065,06**	**0,00**	**3.257.065,06**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **814.266,26**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	35.780,12	0,00	35.780,12
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	156.189,07	0,00	156.189,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	624.756,44	0,00	624.756,44
TOTAL II		**816.725,63**	**0,00**	**816.725,63**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	183.435,33	0,00	183.435,33
20	EDUCACAO INFANTIL	23.895,13	0,00	23.895,13
20	EDUCACAO ESPECIAL	400,00	0,00	400,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	223.659,69	0,00	223.659,69
31	EDUCACAO INFANTIL	71.637,08	0,00	71.637,08
SUBTOTAL I		**503.027,23**	**0,00**	**503.027,23**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	564,70	0,00	564,70
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	225,88	0,00	225,88
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	112,94	0,00	112,94
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.256,54	0,00	9.256,54
SUBTOTAL II		**10.160,06**	**0,00**	**10.160,06**
(+) Perda com o FUNDEB		211.930,89	0,00	211.930,89
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		2.262,95	0,00	2.262,95
SUBTOTAL IV		**209.667,94**	**0,00**	**209.667,94**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**21,57**	**702.535,11**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.490.427,06	0,00	1.490.427,06
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	124.202,25	0,00	124.202,25
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	372.606,79	0,00	372.606,79
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	496.809,00	0,00	496.809,00
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	25,35	0,00	25,35

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 27
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2,12	0,00	2,12
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6,33	0,00	6,33
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	8,45	0,00	8,45
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	328.056,02	0,00	328.056,02
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	27.338,01	0,00	27.338,01
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	82.014,01	0,00	82.014,01
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	109.352,01	0,00	109.352,01
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	51.457,77	0,00	51.457,77
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	4.288,10	0,00	4.288,10
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	12.864,46	0,00	12.864,46
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	17.152,63	0,00	17.152,63
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	4.303,04	0,00	4.303,04
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	358,59	0,00	358,59
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.075,76	0,00	1.075,76
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.434,35	0,00	1.434,35
SUBTOTAL		**3.123.782,10**	**0,00**	**3.123.782,10**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **624.756,42**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	624.756,44	0,00	624.756,44
TOTAL II		**624.756,44**	**0,00**	**624.756,44**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	223.659,69	0,00	223.659,69
31	EDUCACAO INFANTIL	71.637,08	0,00	71.637,08
SUBTOTAL I		**295.296,77**	**0,00**	**295.296,77**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	112,94	0,00	112,94
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.256,54	0,00	9.256,54
SUBTOTAL II		**9.369,48**	**0,00**	**9.369,48**

(+) Perda com o FUNDEB	211.930,89	0,00	211.930,89
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	2.262,95	0,00	2.262,95
SUBTOTAL IV	**209.667,94**	**0,00**	**209.667,94**
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**15,87**		**495.595,23**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 28
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 10
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	2.262,95	0,00	2.262,95
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	417.716,85	0,00	417.716,85
Total		**419.979,80**	**0,00**	**419.979,80**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **293.985,86**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	214.403,15	0,00	214.403,15
31	EDUCACAO INFANTIL	71.524,14	0,00	71.524,14
SUBTOTAL I		**285.927,29**	**0,00**	**285.927,29**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**285.927,29**	**0,00**	**285.927,29**

% de Aplicação **68,08**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2021	3.539,14	0,00	3.539,14
TOTAL	**3.539,14**	**0,00**	**3.539,14**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **176,96**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2022 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	31.553,15	0,00	31.553,15
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	14.688,53	0,00	14.688,53
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	8.160,29	0,00	8.160,29
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	685,99	0,00	685,99
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	285,83	0,00	285,83
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	171,50	0,00	171,50

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 29
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	4.668,76	0,00	4.668,76
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.945,33	0,00	1.945,33
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.167,19	0,00	1.167,19
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	834,19	0,00	834,19
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	347,59	0,00	347,59
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	208,55	0,00	208,55
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.973,24	0,00	1.973,24
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	918,50	0,00	918,50
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	510,31	0,00	510,31
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	1.414,24	0,00	1.414,24
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	658,37	0,00	658,37
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	365,58	0,00	365,58
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	3.855,74	0,00	3.855,74
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	1.794,91	0,00	1.794,91
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	997,21	0,00	997,21
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	32.447,67	0,00	32.447,67
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	15.104,95	0,00	15.104,95
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	8.391,62	0,00	8.391,62
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	7,06	0,00	7,06
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	3,29	0,00	3,29
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	1,83	0,00	1,83
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	70,50	0,00	70,50
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	32,82	0,00	32,82
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	18,22	0,00	18,22
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	1.490.427,06	0,00	1.490.427,06
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	124.202,25	0,00	124.202,25
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	372.606,79	0,00	372.606,79
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	496.809,00	0,00	496.809,00
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	25,35	0,00	25,35
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2,12	0,00	2,12
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	6,33	0,00	6,33
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	8,45	0,00	8,45
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	328.056,02	0,00	328.056,02
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	27.338,01	0,00	27.338,01
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	82.014,01	0,00	82.014,01
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	109.352,01	0,00	109.352,01
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	51.457,77	0,00	51.457,77
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	4.288,10	0,00	4.288,10
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	12.864,46	0,00	12.864,46
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	17.152,63	0,00	17.152,63
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	4.303,04	0,00	4.303,04
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	358,59	0,00	358,59
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.075,76	0,00	1.075,76
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	1.434,35	0,00	1.434,35

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 30
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**3.257.065,06**	**0,00**	**3.257.065,06**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **488.559,76**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	19.992,30	0,00	19.992,30
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	468.567,35	0,00	468.567,35
TOTAL II		**488.559,65**	**0,00**	**488.559,65**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-1.287,52	0,00	-1.287,52
40	ATENCAO BASICA	379.191,61	0,00	379.191,61
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	12.400,00	0,00	12.400,00
SUBTOTAL I		**390.304,09**	**0,00**	**390.304,09**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	319113200000000	6,75	0,00	6,75
SUBTOTAL II		**6,75**	**0,00**	**6,75**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		22,91	0,00	22,91
SUBTOTAL III		**22,91**	**0,00**	**22,91**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**11,98**	**390.274,43**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_77	105	11	AVISO	Linha 105 - elemento da despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 4 de maio de 2001 e suas alterações, no Código da Rubrica de Despesa (33908601000000)
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 12,50%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 15 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 38,215%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 35,469%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 23 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_32	2	0	AVISO	Linha: 2 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	2	0	AVISO	Linha: 2 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	30	0	AVISO	Linha: 30 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	31	0	AVISO	Linha: 31 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	37	0	AVISO	Linha: 37 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	42	0	AVISO	Linha: 42 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	53	0	AVISO	Linha: 53 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	65	0	AVISO	Linha: 65 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	66	0	AVISO	Linha: 66 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	1,09% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
RECEITA.TXT	RET_25	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_26	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_27	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_28	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	29/03/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	29/03/2022	www.tresforquilhas.rs.gov.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2021	23/02/2022	Câmara Mun.Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 32
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.237.783,97	4.720.999,97
2º Bimestre	2.949.587,57	0,00
3º Bimestre	3.231.187,43	0,00
4º Bimestre	3.642.966,54	0,00
5º Bimestre	2.916.600,37	0,00
6º Bimestre	4.271.874,12	0,00
TOTAL	**20.250.000,00**	**4.720.999,97**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80
2º Bimestre	308.148,00	0,00
3º Bimestre	242.788,93	0,00
4º Bimestre	232.188,30	0,00
5º Bimestre	240.528,23	0,00
6º Bimestre	364.663,02	0,00
TOTAL	**1.800.000,00**	**146.455,80**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	133.332,00	66.666,00
2º Bimestre	0,00	0,00
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**133.332,00**	**66.666,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	0,00
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-633.317,45**

TOTAL DA RECEITA	**22.183.332,00**	**4.300.804,32**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 33
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Loraci Klippel Melo Germann

CPF: 94452245072

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 34
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 16
Peça 4221952
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01D42C7

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 29 de Março de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF30.884D.F82C.925D.10F9.

Página 35
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 31/03/2022
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: Edemar Benatti E-Mail: edemar.benatti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 36
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	203.259,90
Contribuições	900.000,00	189.693,69
Receita Patrimonial	387.322,35	973.939,02
Receita de Serviços	415.000,00	64.262,77
Transferências Correntes	17.486.140,00	5.629.440,48
Outras Receitas Correntes	5.037,65	2.604,27
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**7.063.200,13**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	375.193,89
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**375.193,89**
RECEITAS DE CAPITAL		
Transferências de Capital	0,00	66.666,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**66.666,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-888.402,91**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**6.616.657,11**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	807.126,36
Créditos Especiais	1.882.994,56
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	270.226,70
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**21.529.894,22**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	6.872.202,98
Liquidado	3.635.542,91
Pago	3.594.887,93
SALDO A LIQUIDAR	**3.236.660,07**

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

SALDO A PAGAR	**40.654,98**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	689.012,33
Liquidado	236.768,64
Pago	130.358,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**452.243,69**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**106.410,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	1.125.679,27
Excesso de Arrecadação	37.477,95
Auxílios e Convênios	1.256.737,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	270.226,70
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	270.226,70

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	43.583.981,28D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	5.738.904,58D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	1.370.069,99C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	65.442.272,67C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.344.838,48D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	425.742,51D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.008.220,81D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	1.218.757,59D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	42.117,61D
TRIBUTÁRIAS	0,00	42.575,41D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	317,92D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	324.925,40C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	566.804,57C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	47.806,37C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	970.283,57C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	5.691.744,35C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	2.604,27C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	48.518.763,20D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	48.518.763,20C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	3.274.847,93D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	41.358.335,60D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 37
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

Página 38
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	3.274.847,93C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	41.358.335,60C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	4.753.005,57D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**4.753.005,57D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	1.612.943,21D
Bancos Conta Movimento	0,00	13.810,24D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	29.424.206,02D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**31.050.959,47D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**35.803.965,04D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 39
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite Judicial.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	46.179.950,18	43.492.520,34
Demais Contas	171.369.530,21	174.056.960,05
Totais	217.549.480,39	217.549.480,39
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		29.918

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	44.662,30	0,00	44.662,30
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	20.791,07	0,00	20.791,07

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	11.550,59	0,00	11.550,59
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	1.006,87	0,00	1.006,87
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	419,53	0,00	419,53
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	251,72	0,00	251,72
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	7.118,23	0,00	7.118,23
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	2.965,94	0,00	2.965,94
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.779,56	0,00	1.779,56
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	1.453,41	0,00	1.453,41
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	605,60	0,00	605,60
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	363,35	0,00	363,35
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	5.177,99	0,00	5.177,99
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	2.410,34	0,00	2.410,34
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.339,11	0,00	1.339,11
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	2.487,18	0,00	2.487,18
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	1.157,88	0,00	1.157,88
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	642,87	0,00	642,87
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	10.623,19	0,00	10.623,19
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	4.945,27	0,00	4.945,27
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	2.747,42	0,00	2.747,42
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	43.487,38	0,00	43.487,38
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	20.244,15	0,00	20.244,15
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	11.246,68	0,00	11.246,68
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	8,26	0,00	8,26
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	3,85	0,00	3,85
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	2,15	0,00	2,15
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	70,50	0,00	70,50
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	32,82	0,00	32,82
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	18,22	0,00	18,22
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.016.860,40	0,00	2.016.860,40
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	168.071,70	0,00	168.071,70
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	504.215,12	0,00	504.215,12
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	672.286,78	0,00	672.286,78
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	29,05	0,00	29,05
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2,43	0,00	2,43
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	7,26	0,00	7,26
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	9,68	0,00	9,68
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	520.924,73	0,00	520.924,73
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	43.410,41	0,00	43.410,41
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	130.231,16	0,00	130.231,16
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	173.641,58	0,00	173.641,58
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	91.884,80	0,00	91.884,80

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 41
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	7.657,04	0,00	7.657,04
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	22.971,24	0,00	22.971,24
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	30.628,31	0,00	30.628,31
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	6.454,92	0,00	6.454,92
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	537,91	0,00	537,91
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.613,72	0,00	1.613,72
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.151,65	0,00	2.151,65
SUBTOTAL		**4.593.203,32**	**0,00**	**4.593.203,32**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.148.300,83**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	53.576,45	0,00	53.576,45
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	219.679,49	0,00	219.679,49
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	878.718,00	0,00	878.718,00
TOTAL II		**1.151.973,94**	**0,00**	**1.151.973,94**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	327.466,17	0,00	327.466,17
20	EDUCACAO INFANTIL	35.487,19	0,00	35.487,19
20	EDUCACAO ESPECIAL	3.320,00	0,00	3.320,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	343.620,55	0,00	343.620,55
31	EDUCACAO INFANTIL	123.124,79	0,00	123.124,79
SUBTOTAL I		**833.018,70**	**0,00**	**833.018,70**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	847,05	0,00	847,05
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	338,82	0,00	338,82
20	339008050100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.076,93	0,00	2.076,93
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	225,88	0,00	225,88
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.267,70	0,00	13.267,70
SUBTOTAL II		**16.756,38**	**0,00**	**16.756,38**
(+) Perda com o FUNDEB		263.895,96	0,00	263.895,96
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		4.344,90	0,00	4.344,90
SUBTOTAL IV		**259.551,06**	**0,00**	**259.551,06**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**23,42**		**1.075.813,38**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 42
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.016.860,40	0,00	2.016.860,40
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	168.071,70	0,00	168.071,70
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	504.215,12	0,00	504.215,12
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	672.286,78	0,00	672.286,78
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	29,05	0,00	29,05
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2,43	0,00	2,43
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	7,26	0,00	7,26
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	9,68	0,00	9,68
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	520.924,73	0,00	520.924,73
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	43.410,41	0,00	43.410,41
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	130.231,16	0,00	130.231,16
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	173.641,58	0,00	173.641,58
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	91.884,80	0,00	91.884,80
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	7.657,04	0,00	7.657,04
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	22.971,24	0,00	22.971,24
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	30.628,31	0,00	30.628,31
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	6.454,92	0,00	6.454,92
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	537,91	0,00	537,91
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.613,72	0,00	1.613,72
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.151,65	0,00	2.151,65
SUBTOTAL		**4.393.589,89**	**0,00**	**4.393.589,89**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **878.717,98**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	878.718,00	0,00	878.718,00
TOTAL II		**878.718,00**	**0,00**	**878.718,00**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	343.620,55	0,00	343.620,55
31	EDUCACAO INFANTIL	123.124,79	0,00	123.124,79
SUBTOTAL I		**466.745,34**	**0,00**	**466.745,34**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	225,88	0,00	225,88
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.267,70	0,00	13.267,70
SUBTOTAL II		**13.493,58**	**0,00**	**13.493,58**

(+) Perda com o FUNDEB	263.895,96	0,00	263.895,96
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	4.344,90	0,00	4.344,90
SUBTOTAL IV	**259.551,06**	**0,00**	**259.551,06**

	% de Aplicação	Valor Aplicado

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 43
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**16,22**	**712.802,82**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	4.344,90	0,00	4.344,90
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	618.392,10	0,00	618.392,10
Total		**622.737,00**	**0,00**	**622.737,00**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB	**435.915,90**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	330.352,85	0,00	330.352,85
31	EDUCACAO INFANTIL	122.898,91	0,00	122.898,91
SUBTOTAL I		**453.251,76**	**0,00**	**453.251,76**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**453.251,76**	**0,00**	**453.251,76**

% de Aplicação	**72,78**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2021	3.539,14	0,00	3.539,14
TOTAL	**3.539,14**	**0,00**	**3.539,14**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%	**176,96**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2022 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	44.662,30	0,00	44.662,30
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	20.791,07	0,00	20.791,07
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos	11.550,59	0,00	11.550,59

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	do Poder Executivo/Indiretas- ASPS			
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	1.006,87	0,00	1.006,87
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	419,53	0,00	419,53
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	251,72	0,00	251,72
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	7.118,23	0,00	7.118,23
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	2.965,94	0,00	2.965,94
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.779,56	0,00	1.779,56
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	1.453,41	0,00	1.453,41
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	605,60	0,00	605,60
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	363,35	0,00	363,35
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	5.177,99	0,00	5.177,99
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	2.410,34	0,00	2.410,34
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.339,11	0,00	1.339,11
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	2.487,18	0,00	2.487,18
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	1.157,88	0,00	1.157,88
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	642,87	0,00	642,87
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	10.623,19	0,00	10.623,19
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	4.945,27	0,00	4.945,27
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	2.747,42	0,00	2.747,42
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	43.487,38	0,00	43.487,38
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	20.244,15	0,00	20.244,15
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	11.246,68	0,00	11.246,68
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	8,26	0,00	8,26
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	3,85	0,00	3,85
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	2,15	0,00	2,15
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	70,50	0,00	70,50
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	32,82	0,00	32,82
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	18,22	0,00	18,22
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.016.860,40	0,00	2.016.860,40
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	168.071,70	0,00	168.071,70
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	504.215,12	0,00	504.215,12
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	672.286,78	0,00	672.286,78
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	29,05	0,00	29,05
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2,43	0,00	2,43
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	7,26	0,00	7,26
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	9,68	0,00	9,68
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	520.924,73	0,00	520.924,73
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	43.410,41	0,00	43.410,41
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	130.231,16	0,00	130.231,16
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	173.641,58	0,00	173.641,58
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	91.884,80	0,00	91.884,80
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	7.657,04	0,00	7.657,04

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 45
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	22.971,24	0,00	22.971,24
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	30.628,31	0,00	30.628,31
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	6.454,92	0,00	6.454,92
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	537,91	0,00	537,91
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	1.613,72	0,00	1.613,72
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.151,65	0,00	2.151,65
SUBTOTAL I		**4.593.203,32**	**0,00**	**4.593.203,32**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **688.980,50**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	29.941,67	0,00	29.941,67
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	659.038,50	0,00	659.038,50
TOTAL II		**688.980,17**	**0,00**	**688.980,17**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-1.931,28	0,00	-1.931,28
40	ATENCAO BASICA	569.687,09	0,00	569.687,09
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	18.600,00	0,00	18.600,00
SUBTOTAL I		**586.355,81**	**0,00**	**586.355,81**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	339008560100000	112,94	0,00	112,94
SUBTOTAL II		**112,94**	**0,00**	**112,94**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		69,78	0,00	69,78
SUBTOTAL III		**69,78**	**0,00**	**69,78**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**12,76**	**586.173,09**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 12,043%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 15 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 46
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 43,363%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 28,951%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 30 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_32	3	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_32	25	0	AVISO	Linha: 25 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	25	0	AVISO	Linha: 25 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	32	0	AVISO	Linha: 32 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	33	0	AVISO	Linha: 33 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	39	0	AVISO	Linha: 39 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_32	42	0	AVISO	Linha: 42 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	42	0	AVISO	Linha: 42 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	45	0	AVISO	Linha: 45 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	56	0	AVISO	Linha: 56 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	57	0	AVISO	Linha: 57 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	68	0	AVISO	Linha: 68 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	69	0	AVISO	Linha: 69 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	3,22% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
RECEITA.TXT	RET_25	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_26	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_27	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_28	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 47
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.237.783,97	4.720.999,97
2º Bimestre	2.949.587,57	2.342.200,16
3º Bimestre	3.231.187,43	0,00
4º Bimestre	3.642.966,54	0,00
5º Bimestre	2.916.600,37	0,00
6º Bimestre	4.271.874,12	0,00
TOTAL	**20.250.000,00**	**7.063.200,13**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80
2º Bimestre	308.148,00	228.738,09
3º Bimestre	242.788,93	0,00
4º Bimestre	232.188,30	0,00
5º Bimestre	240.528,23	0,00
6º Bimestre	364.663,02	0,00
TOTAL	**1.800.000,00**	**375.193,89**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	133.332,00	66.666,00
2º Bimestre	0,00	0,00
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**133.332,00**	**66.666,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	-255.085,46
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-888.402,91**

TOTAL DA RECEITA	**22.183.332,00**	**6.616.657,11**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 48
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Loraci Klippel Melo Germann

CPF: 94452245072

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 49
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 4281390
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01E2AF5

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 26 de Abril de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/04/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/04/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E7CD.7AE4.8E94.A36B.0245.

Página 50
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 30/04/2022
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: Edemar Benatti E-Mail: edemar.benatti@muti24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 51
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	275.285,01
Contribuições	900.000,00	266.399,47
Receita Patrimonial	387.322,35	1.218.242,13
Receita de Serviços	415.000,00	81.271,16
Transferências Correntes	17.486.140,00	7.392.271,63
Outras Receitas Correntes	5.037,65	4.762,29
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**9.238.231,69**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	602.736,12
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**602.736,12**
RECEITAS DE CAPITAL		
Transferências de Capital	0,00	66.666,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**66.666,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-1.193.737,55**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**8.713.896,26**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	975.928,95
Créditos Especiais	2.375.491,72
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	385.008,70
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**22.076.411,97**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	8.199.140,75
Liquidado	5.318.154,42
Pago	5.248.608,10
SALDO A LIQUIDAR	**2.880.986,33**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 52
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

SALDO A PAGAR	**69.546,32**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	678.529,05
Liquidado	252.757,64
Pago	130.358,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**425.771,41**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**122.399,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	1.425.948,44
Excesso de Arrecadação	283.726,53
Auxílios e Convênios	1.256.737,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	385.008,70
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	385.008,70

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	44.006.978,54D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	5.737.083,92D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	1.413.634,88C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	65.308.292,16C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.191.406,04D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	587.532,21D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.447.847,94D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	1.612.264,58D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	42.117,61D
TRIBUTÁRIAS	0,00	58.122,47D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	358,60D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	392.841,40C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	873.236,18C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	61.567,44C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.192.332,75C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	7.448.099,81C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	4.762,29C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	50.392.218,72D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	50.392.218,72C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	3.383.441,93D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	44.214.826,22D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 53
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	3.383.441,93C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	44.214.826,22C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	4.744.119,50D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**4.744.119,50D**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	3.995.667,80D
Bancos Conta Movimento	0,00	782.094,68D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	26.628.596,36D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**31.406.358,84D**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**36.150.478,34D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 54
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite Judicial.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	54.040.092,33	51.006.149,19
Demais Contas	199.628.143,67	202.662.086,81
Totais	253.668.236,00	253.668.236,00
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		41.312

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	64.518,76	0,00	64.518,76
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	30.034,59	0,00	30.034,59

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	16.685,87	0,00	16.685,87
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	1.639,54	0,00	1.639,54
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	683,14	0,00	683,14
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	409,88	0,00	409,88
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	11.420,73	0,00	11.420,73
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	4.758,65	0,00	4.758,65
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.855,19	0,00	2.855,19
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	1.453,41	0,00	1.453,41
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	605,60	0,00	605,60
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	363,35	0,00	363,35
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	16,67	0,00	16,67
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	7,76	0,00	7,76
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	4,30	0,00	4,30
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	6.482,30	0,00	6.482,30
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	3.017,46	0,00	3.017,46
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.676,42	0,00	1.676,42
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.477,71	0,00	3.477,71
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	1.618,98	0,00	1.618,98
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	899,00	0,00	899,00
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	10.970,96	0,00	10.970,96
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	5.107,16	0,00	5.107,16
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	2.837,36	0,00	2.837,36
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	54.586,57	0,00	54.586,57
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	25.411,01	0,00	25.411,01
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	14.117,18	0,00	14.117,18
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	9,61	0,00	9,61
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	4,48	0,00	4,48
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	2,51	0,00	2,51
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	141,00	0,00	141,00
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	65,64	0,00	65,64
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	36,44	0,00	36,44
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.640.870,32	0,00	2.640.870,32
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	220.072,53	0,00	220.072,53
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	660.217,59	0,00	660.217,59
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	880.290,09	0,00	880.290,09
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	50,99	0,00	50,99
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	4,26	0,00	4,26
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	12,74	0,00	12,74
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	16,99	0,00	16,99
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	694.273,01	0,00	694.273,01
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	57.856,10	0,00	57.856,10

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 56
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	173.568,23	0,00	173.568,23
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	231.424,34	0,00	231.424,34
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	132.777,10	0,00	132.777,10
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	11.064,73	0,00	11.064,73
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	33.194,33	0,00	33.194,33
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	44.259,08	0,00	44.259,08
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	8.411,48	0,00	8.411,48
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	700,96	0,00	700,96
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.102,85	0,00	2.102,85
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.803,84	0,00	2.803,84
SUBTOTAL		**6.059.890,79**	**0,00**	**6.059.890,79**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.514.972,70**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	71.314,47	0,00	71.314,47
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	289.698,58	0,00	289.698,58
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.158.794,34	0,00	1.158.794,34
TOTAL II		**1.519.807,39**	**0,00**	**1.519.807,39**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	458.813,38	0,00	458.813,38
20	EDUCACAO INFANTIL	48.513,05	0,00	48.513,05
20	EDUCACAO ESPECIAL	4.980,00	0,00	4.980,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	492.965,90	0,00	492.965,90
31	EDUCACAO INFANTIL	190.572,88	0,00	190.572,88
SUBTOTAL I		**1.195.845,21**	**0,00**	**1.195.845,21**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.072,93	0,00	1.072,93
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	451,76	0,00	451,76
20	339008050100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.413,26	0,00	4.413,26
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	338,82	0,00	338,82
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.267,70	0,00	13.267,70
SUBTOTAL II		**19.544,47**	**0,00**	**19.544,47**
(+) Perda com o FUNDEB		352.142,32	0,00	352.142,32
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		6.182,13	0,00	6.182,13
SUBTOTAL IV		**345.960,19**	**0,00**	**345.960,19**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**25,12**		**1.522.260,93**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 57
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.640.870,32	0,00	2.640.870,32
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	220.072,53	0,00	220.072,53
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	660.217,59	0,00	660.217,59
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	880.290,09	0,00	880.290,09
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	50,99	0,00	50,99
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	4,26	0,00	4,26
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	12,74	0,00	12,74
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	16,99	0,00	16,99
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	694.273,01	0,00	694.273,01
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	57.856,10	0,00	57.856,10
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	173.568,23	0,00	173.568,23
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	231.424,34	0,00	231.424,34
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	132.777,10	0,00	132.777,10
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	11.064,73	0,00	11.064,73
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	33.194,33	0,00	33.194,33
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	44.259,08	0,00	44.259,08
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	8.411,48	0,00	8.411,48
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	700,96	0,00	700,96
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.102,85	0,00	2.102,85
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.803,84	0,00	2.803,84
SUBTOTAL		**5.793.971,56**	**0,00**	**5.793.971,56**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.158.794,31**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.158.794,34	0,00	1.158.794,34
TOTAL II		**1.158.794,34**	**0,00**	**1.158.794,34**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	492.965,90	0,00	492.965,90
31	EDUCACAO INFANTIL	190.572,88	0,00	190.572,88
SUBTOTAL I		**683.538,78**	**0,00**	**683.538,78**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	338,82	0,00	338,82
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.267,70	0,00	13.267,70
SUBTOTAL II		**13.606,52**	**0,00**	**13.606,52**

(+) Perda com o FUNDEB	352.142,32	0,00	352.142,32
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	6.182,13	0,00	6.182,13

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 58
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

SUBTOTAL IV	**345.960,19**	**0,00**	**345.960,19**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**17,53**	**1.015.892,45**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	6.182,13	0,00	6.182,13
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	808.903,29	0,00	808.903,29
Total		**815.085,42**	**0,00**	**815.085,42**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB	**570.559,79**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	479.698,20	0,00	479.698,20
31	EDUCACAO INFANTIL	190.234,06	0,00	190.234,06
SUBTOTAL I		**669.932,26**	**0,00**	**669.932,26**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**669.932,26**	**0,00**	**669.932,26**

% de Aplicação	**82,19**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2021	3.539,14	0,00	3.539,14
TOTAL	**3.539,14**	**0,00**	**3.539,14**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%	**176,96**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2022 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	64.518,76	0,00	64.518,76

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	30.034,59	0,00	30.034,59
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	16.685,87	0,00	16.685,87
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	1.639,54	0,00	1.639,54
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	683,14	0,00	683,14
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	409,88	0,00	409,88
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	11.420,73	0,00	11.420,73
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	4.758,65	0,00	4.758,65
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.855,19	0,00	2.855,19
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	1.453,41	0,00	1.453,41
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	605,60	0,00	605,60
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	363,35	0,00	363,35
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	16,67	0,00	16,67
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	7,76	0,00	7,76
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	4,30	0,00	4,30
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	6.482,30	0,00	6.482,30
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	3.017,46	0,00	3.017,46
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	1.676,42	0,00	1.676,42
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	3.477,71	0,00	3.477,71
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	1.618,98	0,00	1.618,98
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	899,00	0,00	899,00
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	10.970,96	0,00	10.970,96
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	5.107,16	0,00	5.107,16
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	2.837,36	0,00	2.837,36
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	54.586,57	0,00	54.586,57
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	25.411,01	0,00	25.411,01
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	14.117,18	0,00	14.117,18
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	9,61	0,00	9,61
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	4,48	0,00	4,48
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	2,51	0,00	2,51
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	141,00	0,00	141,00
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	65,64	0,00	65,64
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	36,44	0,00	36,44
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	2.640.870,32	0,00	2.640.870,32
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	220.072,53	0,00	220.072,53
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	660.217,59	0,00	660.217,59
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	880.290,09	0,00	880.290,09
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	50,99	0,00	50,99
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	4,26	0,00	4,26
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	12,74	0,00	12,74
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	16,99	0,00	16,99
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	694.273,01	0,00	694.273,01

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	57.856,10	0,00	57.856,10
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	173.568,23	0,00	173.568,23
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	231.424,34	0,00	231.424,34
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	132.777,10	0,00	132.777,10
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	11.064,73	0,00	11.064,73
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	33.194,33	0,00	33.194,33
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	44.259,08	0,00	44.259,08
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	8.411,48	0,00	8.411,48
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	700,96	0,00	700,96
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.102,85	0,00	2.102,85
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	2.803,84	0,00	2.803,84
SUBTOTAL I		**6.059.890,79**	**0,00**	**6.059.890,79**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **908.983,62**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	39.887,50	0,00	39.887,50
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	869.095,74	0,00	869.095,74
TOTAL II		**908.983,24**	**0,00**	**908.983,24**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-2.575,04	0,00	-2.575,04
40	ATENCAO BASICA	852.262,07	0,00	852.262,07
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	24.800,00	0,00	24.800,00
SUBTOTAL I		**874.487,03**	**0,00**	**874.487,03**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	339008560100000	169,41	0,00	169,41
SUBTOTAL II		**169,41**	**0,00**	**169,41**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		75,91	0,00	75,91
SUBTOTAL III		**75,91**	**0,00**	**75,91**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**14,43**	**874.241,71**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.8 Apuração das Despesas Correntes e das Receitas Correntes para verificação do Art. 167-A da Constituição Federal

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 60
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

Página 61
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

3.8.1 Apuração da Despesa Corrente Total

DESPESA CORRENTE LIQUIDADA - Exercício Anterior - 01/05/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	11.495.527,07	0,00	11.495.527,07

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Exercício Anterior - 01/05/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	103.127,00	0,00	103.127,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - Exercício Atual - 01/01/2022 a 30/04/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00

DESPESA CORRENTE LIQUIDADA - Exercício Atual - 01/01/2022 a 30/04/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	4.934.358,59	0,00	4.934.358,59
DESPESA CORRENTE TOTAL		**16.533.012,66**	**0,00**	**16.533.012,66**

3.8.2 Apuração da Receita Corrente Total

RECEITA CORRENTE ARRECADADA - Exercício Anterior - 01/05/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	16.786.140,32	0,00	16.786.140,32
700000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.178.643,30	0,00	1.178.643,30
910000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-2.250.854,27	0,00	-2.250.854,27
970000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Subtotal I		**15.713.929,35**	**0,00**	**15.713.929,35**

RECEITA CORRENTE ARRECADADA - Exercício Atual - 01/01/2022 a 30/04/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	9.238.231,69	0,00	9.238.231,69
700000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	602.736,12	0,00	602.736,12
910000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-1.193.737,55	0,00	-1.193.737,55
970000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Subtotal II		**8.647.230,26**	**0,00**	**8.647.230,26**
RECEITA CORRENTE TOTAL		**24.361.159,61**	**0,00**	**24.361.159,61**

Observação: Posteriormente, conforme demanda pela Declaração prevista no Art. 167-A, § 6 º da CF, a Equipe de Auditoria consolidará os dados da Prefeitura Municipal, demais entidades da Adm. Indireta e Câmara Municipal para a apuração da relação.

3.8.3 Justificativa de ajustes nas contas de Despesa e/ou Receita para para fins de verificação do Art. 167-A da Constituição Federal

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 10,611%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 16 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 62
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 712 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000666, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 713 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000667, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 714 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000668, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 715 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000669, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 930 - CNPJ/CPF 24652578000190, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000875, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 931 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000876, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 932 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000877, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 933 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000878, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 934 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000879, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 43,772%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 27,402%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 37 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_32	3	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	32	0	AVISO	Linha: 32 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	33	0	AVISO	Linha: 33 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	40	0	AVISO	Linha: 40 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	46	0	AVISO	Linha: 46 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	57	0	AVISO	Linha: 57 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	58	0	AVISO	Linha: 58 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	69	0	AVISO	Linha: 69 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	70	0	AVISO	Linha: 70 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	1,06% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 712 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000666, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em Manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 713 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000667, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 63
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em Manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 714 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000668, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em Manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 715 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000669, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em Manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 930 - CNPJ/CPF 24652578000190, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000875, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em Manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 931 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000876, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em Manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 932 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000877, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em Manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 933 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000878, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em Manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 934 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000879, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em Manutenção.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	29/03/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	29/03/2022	www.tresforquilhas.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	26/05/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/05/2022	www.tresforquilhas.rs.gov.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2021	23/02/2022	Camara Mun.Vereadores
1º Quadrimestre/2022	23/05/2022	Camara Mun.Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.237.783,97	4.720.999,97
2º Bimestre	2.949.587,57	4.517.231,72

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 64
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
3º Bimestre	3.231.187,43	0,00
4º Bimestre	3.642.966,54	0,00
5º Bimestre	2.916.600,37	0,00
6º Bimestre	4.271.874,12	0,00
TOTAL	**20.250.000,00**	**9.238.231,69**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80
2º Bimestre	308.148,00	456.280,32
3º Bimestre	242.788,93	0,00
4º Bimestre	232.188,30	0,00
5º Bimestre	240.528,23	0,00
6º Bimestre	364.663,02	0,00
TOTAL	**1.800.000,00**	**602.736,12**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	267.871,52	66.666,00
2º Bimestre	8.366,42	0,00
3º Bimestre	23.211,59	0,00
4º Bimestre	15.040,22	0,00
5º Bimestre	18.840,25	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**333.330,00**	**66.666,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	-560.420,10
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-1.193.737,55**

TOTAL DA RECEITA	**22.383.330,00**	**8.713.896,26**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão,

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Loraci Klippel Melo Germann
CPF: 94452245072
Cargo/Função: Prefeita
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 66
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 17
Peça 4361843
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P01F653A

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 26 de Maio de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/05/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/05/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.880A.9E08.7804.8476.F1FF.

Página 67
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 31/05/2022
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: Edemar Benatti E-Mail: edemar.benatti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Página 68
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	332.946,41
Contribuições	900.000,00	341.810,91
Receita Patrimonial	387.322,35	1.527.867,69
Receita de Serviços	415.000,00	100.968,22
Transferências Correntes	17.486.140,00	9.538.934,77
Outras Receitas Correntes	5.037,65	17.671,78
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**11.860.199,78**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	770.487,62
Ressarcimentos	0,00	246.248,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**1.016.736,20**
RECEITAS DE CAPITAL		
Transferências de Capital	0,00	366.666,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**366.666,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-1.505.779,13**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**11.737.822,85**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.430.894,07
Créditos Especiais	2.544.984,72
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	596.678,70
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**22.489.200,09**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	10.413.702,70
Liquidado	7.355.477,21
Pago	7.222.395,16

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Página 69
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

SALDO A LIQUIDAR	**3.058.225,49**
SALDO A PAGAR	**133.082,05**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	678.529,05
Liquidado	252.757,64
Pago	146.347,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**425.771,41**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**106.410,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	1.781.476,60
Excesso de Arrecadação	340.986,49
Auxílios e Convênios	1.256.737,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	596.678,70
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	596.678,70

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	45.083.020,28D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	5.902.335,70D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	2.059.821,80C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	65.232.392,62C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.608.158,31D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	742.216,90D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.839.640,32D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	2.035.758,50D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	42.117,61D
TRIBUTÁRIAS	0,00	76.292,62D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	250.803,86D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	601.016,77C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.116.399,12C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	76.019,58C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.501.959,57C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	9.986.117,86C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	17.671,78C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	53.019.568,79D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	53.019.568,79C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	3.442.779,93D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	48.339.985,06D

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

	Saldo Inicial	Saldo Final
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	3.442.779,93C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	48.339.985,06C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	5.320.711,00D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**5.320.711,00D**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	1.082.030,61D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	30.699.026,15D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**31.781.056,76D**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**37.101.767,76D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Página 70
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

Página 71
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite judicial.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	67.807.780,52	63.822.547,96
Demais Contas	236.900.720,47	240.885.953,03
Totais	304.708.500,99	304.708.500,99
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		55.022

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	83.033,28	0,00	83.033,28
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	38.653,45	0,00	38.653,45

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	21.474,14	0,00	21.474,14
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	2.195,21	0,00	2.195,21
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	914,67	0,00	914,67
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	548,80	0,00	548,80
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	16.096,21	0,00	16.096,21
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	6.706,77	0,00	6.706,77
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.024,06	0,00	4.024,06
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.027,53	0,00	2.027,53
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	844,83	0,00	844,83
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	506,87	0,00	506,87
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	16,67	0,00	16,67
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	7,76	0,00	7,76
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	4,30	0,00	4,30
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	8.057,31	0,00	8.057,31
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	3.750,60	0,00	3.750,60
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	2.083,73	0,00	2.083,73
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.390,66	0,00	4.390,66
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	2.043,97	0,00	2.043,97
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	1.135,09	0,00	1.135,09
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	12.148,93	0,00	12.148,93
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	5.655,53	0,00	5.655,53
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.142,01	0,00	3.142,01
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	55.898,60	0,00	55.898,60
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	26.021,77	0,00	26.021,77
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	14.456,54	0,00	14.456,54
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	10,34	0,00	10,34
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	4,82	0,00	4,82
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	2,70	0,00	2,70
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	192,59	0,00	192,59
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	89,66	0,00	89,66
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	49,78	0,00	49,78
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.335.019,08	0,00	3.335.019,08
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	277.918,26	0,00	277.918,26
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	833.754,78	0,00	833.754,78
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.111.673,01	0,00	1.111.673,01
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	192,25	0,00	192,25
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	16,03	0,00	16,03
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	48,06	0,00	48,06
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	64,08	0,00	64,08
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	909.040,90	0,00	909.040,90
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	75.753,42	0,00	75.753,42

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	227.260,19	0,00	227.260,19
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	303.013,64	0,00	303.013,64
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	164.205,90	0,00	164.205,90
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	13.683,75	0,00	13.683,75
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	41.051,58	0,00	41.051,58
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	54.735,38	0,00	54.735,38
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	9.909,95	0,00	9.909,95
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	825,83	0,00	825,83
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.477,48	0,00	2.477,48
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.303,33	0,00	3.303,33
SUBTOTAL		**7.680.136,08**	**0,00**	**7.680.136,08**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **1.920.034,02**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	84.693,83	0,00	84.693,83
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	368.197,29	0,00	368.197,29
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.472.789,44	0,00	1.472.789,44
TOTAL II		**1.925.680,56**	**0,00**	**1.925.680,56**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	610.166,04	0,00	610.166,04
20	EDUCACAO INFANTIL	61.538,91	0,00	61.538,91
20	EDUCACAO ESPECIAL	7.060,00	0,00	7.060,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	631.955,53	0,00	631.955,53
31	EDUCACAO INFANTIL	258.391,11	0,00	258.391,11
SUBTOTAL I		**1.569.111,59**	**0,00**	**1.569.111,59**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.298,81	0,00	1.298,81
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	564,70	0,00	564,70
20	339008050100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	6.749,59	0,00	6.749,59
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	451,76	0,00	451,76
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.267,70	0,00	13.267,70
SUBTOTAL II		**22.332,56**	**0,00**	**22.332,56**
(+) Perda com o FUNDEB		416.278,66	0,00	416.278,66
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		8.909,59	0,00	8.909,59
SUBTOTAL IV		**407.369,07**	**0,00**	**407.369,07**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**25,44**		**1.954.148,10**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Página 73
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

Página 74
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.335.019,08	0,00	3.335.019,08
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	277.918,26	0,00	277.918,26
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	833.754,78	0,00	833.754,78
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.111.673,01	0,00	1.111.673,01
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	192,25	0,00	192,25
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	16,03	0,00	16,03
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	48,06	0,00	48,06
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	64,08	0,00	64,08
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	909.040,90	0,00	909.040,90
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	75.753,42	0,00	75.753,42
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	227.260,19	0,00	227.260,19
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	303.013,64	0,00	303.013,64
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	164.205,90	0,00	164.205,90
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	13.683,75	0,00	13.683,75
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	41.051,58	0,00	41.051,58
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	54.735,38	0,00	54.735,38
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	9.909,95	0,00	9.909,95
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	825,83	0,00	825,83
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.477,48	0,00	2.477,48
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.303,33	0,00	3.303,33
SUBTOTAL		**7.363.946,90**	**0,00**	**7.363.946,90**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.472.789,38**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.472.789,44	0,00	1.472.789,44
TOTAL II		**1.472.789,44**	**0,00**	**1.472.789,44**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	631.955,53	0,00	631.955,53
31	EDUCACAO INFANTIL	258.391,11	0,00	258.391,11
SUBTOTAL I		**890.346,64**	**0,00**	**890.346,64**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	451,76	0,00	451,76
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.267,70	0,00	13.267,70
SUBTOTAL II		**13.719,46**	**0,00**	**13.719,46**

(+) Perda com o FUNDEB	416.278,66	0,00	416.278,66
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	8.909,59	0,00	8.909,59

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Página 75
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

SUBTOTAL IV	**407.369,07**	**0,00**	**407.369,07**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**17,44**	**1.283.996,25**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	8.909,59	0,00	8.909,59
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	1.056.808,53	0,00	1.056.808,53
Total		**1.065.718,12**	**0,00**	**1.065.718,12**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB	**746.002,68**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	618.687,83	0,00	618.687,83
31	EDUCACAO INFANTIL	257.939,35	0,00	257.939,35
SUBTOTAL I		**876.627,18**	**0,00**	**876.627,18**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**876.627,18**	**0,00**	**876.627,18**
% de Aplicação				**82,26**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**0,00**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2022 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	83.033,28	0,00	83.033,28
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos	38.653,45	0,00	38.653,45

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	do Poder Executivo/Indiretas - MDE			
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	21.474,14	0,00	21.474,14
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	2.195,21	0,00	2.195,21
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	914,67	0,00	914,67
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	548,80	0,00	548,80
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	16.096,21	0,00	16.096,21
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	6.706,77	0,00	6.706,77
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	4.024,06	0,00	4.024,06
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.027,53	0,00	2.027,53
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	844,83	0,00	844,83
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	506,87	0,00	506,87
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	16,67	0,00	16,67
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	7,76	0,00	7,76
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	4,30	0,00	4,30
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	8.057,31	0,00	8.057,31
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	3.750,60	0,00	3.750,60
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	2.083,73	0,00	2.083,73
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	4.390,66	0,00	4.390,66
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	2.043,97	0,00	2.043,97
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	1.135,09	0,00	1.135,09
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	12.148,93	0,00	12.148,93
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	5.655,53	0,00	5.655,53
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.142,01	0,00	3.142,01
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	55.898,60	0,00	55.898,60
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	26.021,77	0,00	26.021,77
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	14.456,54	0,00	14.456,54
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	10,34	0,00	10,34
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	4,82	0,00	4,82
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	2,70	0,00	2,70
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	192,59	0,00	192,59
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	89,66	0,00	89,66
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	49,78	0,00	49,78
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.335.019,08	0,00	3.335.019,08
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	277.918,26	0,00	277.918,26
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	833.754,78	0,00	833.754,78
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.111.673,01	0,00	1.111.673,01
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	192,25	0,00	192,25
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	16,03	0,00	16,03
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	48,06	0,00	48,06
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	64,08	0,00	64,08
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	909.040,90	0,00	909.040,90

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	75.753,42	0,00	75.753,42
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	227.260,19	0,00	227.260,19
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	303.013,64	0,00	303.013,64
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	164.205,90	0,00	164.205,90
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	13.683,75	0,00	13.683,75
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	41.051,58	0,00	41.051,58
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	54.735,38	0,00	54.735,38
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	9.909,95	0,00	9.909,95
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	825,83	0,00	825,83
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.477,48	0,00	2.477,48
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.303,33	0,00	3.303,33
SUBTOTAL I		**7.680.136,08**	**0,00**	**7.680.136,08**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.152.020,41**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	47.428,02	0,00	47.428,02
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.104.592,09	0,00	1.104.592,09
TOTAL II		**1.152.020,11**	**0,00**	**1.152.020,11**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-3.218,80	0,00	-3.218,80
40	ATENCAO BASICA	1.118.452,43	0,00	1.118.452,43
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	30.300,00	0,00	30.300,00
SUBTOTAL I		**1.145.533,63**	**0,00**	**1.145.533,63**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	339008560100000	225,88	0,00	225,88
SUBTOTAL II		**225,88**	**0,00**	**225,88**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		82,71	0,00	82,71
SUBTOTAL III		**82,71**	**0,00**	**82,71**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**14,91**	**1.145.225,04**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Página 77
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 9,315%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 18 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 946 - CNPJ/CPF 8574064000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000886, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 947 - CNPJ/CPF 8574064000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000887, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 948 - CNPJ/CPF 17992596000156, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000888, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 949 - CNPJ/CPF 17992596000156, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000889, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 950 - CNPJ/CPF 17992596000156, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000890, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 951 - CNPJ/CPF 17992596000156, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000891, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 952 - CNPJ/CPF 17353208000197, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000892, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 953 - CNPJ/CPF 83413591000318, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000893, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 954 - CNPJ/CPF 34887481000110, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000894, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 955 - CNPJ/CPF 34887481000110, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000895, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 48,271%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 24,648%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 47 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
CTA_DISP.TXT	CTV_32	3	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	33	0	AVISO	Linha: 33 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	34	0	AVISO	Linha: 34 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	41	0	AVISO	Linha: 41 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	47	0	AVISO	Linha: 47 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	58	0	AVISO	Linha: 58 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	59	0	AVISO	Linha: 59 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	71	0	AVISO	Linha: 71 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	72	0	AVISO	Linha: 72 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	1,01% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Página 79
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 946 - CNPJ/CPF 8574064000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000886, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 947 - CNPJ/CPF 8574064000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000887, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 948 - CNPJ/CPF 17992596000156, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000888, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 949 - CNPJ/CPF 17992596000156, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000889, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 950 - CNPJ/CPF 17992596000156, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000890, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 951 - CNPJ/CPF 17992596000156, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000891, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 952 - CNPJ/CPF 17353208000197, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000892, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 953 - CNPJ/CPF 83413591000318, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000893, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 954 - CNPJ/CPF 34887481000110, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000894, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 955 - CNPJ/CPF 34887481000110, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001000895, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.com.br

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Página 80
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.245.284,37	4.720.999,97
2º Bimestre	2.944.850,25	4.517.231,72
3º Bimestre	3.237.239,99	2.621.968,09
4º Bimestre	3.654.301,50	0,00
5º Bimestre	2.916.600,37	0,00
6º Bimestre	4.271.874,12	0,00
TOTAL	**20.270.150,60**	**11.860.199,78**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80
2º Bimestre	308.148,00	456.280,32
3º Bimestre	242.788,93	414.000,08
4º Bimestre	232.188,30	0,00
5º Bimestre	240.528,23	0,00
6º Bimestre	364.663,02	0,00
TOTAL	**1.800.000,00**	**1.016.736,20**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	267.871,52	66.666,00
2º Bimestre	8.366,42	0,00
3º Bimestre	23.211,59	300.000,00
4º Bimestre	15.040,22	0,00
5º Bimestre	18.840,25	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**333.330,00**	**366.666,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	-560.420,10
3º Bimestre	0,00	-312.041,58
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-1.505.779,13**

TOTAL DA RECEITA	**22.403.480,60**	**11.737.822,85**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Loraci Klippel Melo Germann

CPF: 94452245072

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Página 82
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 16
Peça 4442886
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P020A1CD

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 29 de Junho de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 30/06/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 30/06/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8595.BA7E.2155.53FF.358D.

Página 83
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 30/06/2022 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: Edemar Benatti E-Mail: edemar.benatti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE
30926649000107	CIDIRUR

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 84
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	418.897,03
Contribuições	900.000,00	413.857,73
Receita Patrimonial	387.322,35	1.775.164,62
Receita de Serviços	415.000,00	132.249,16
Transferências Correntes	17.486.140,00	11.710.090,54
Outras Receitas Correntes	5.037,65	20.335,98
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**14.470.595,06**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	932.319,62
Ressarcimentos	0,00	246.248,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**1.178.568,20**
RECEITAS DE CAPITAL		
Transferências de Capital	0,00	486.138,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**486.138,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-1.801.899,39**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**14.333.401,87**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.792.394,07
Créditos Especiais	2.807.196,73
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	704.178,70
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**23.005.412,10**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	13.488.758,14
Liquidado	9.217.250,96

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 85
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Pago	9.126.595,38
SALDO A LIQUIDAR	**4.271.507,18**
SALDO A PAGAR	**90.655,58**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	678.529,05
Liquidado	252.757,64
Pago	146.347,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**425.771,41**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**106.410,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	1.880.742,34
Excesso de Arrecadação	857.932,76
Auxílios e Convênios	1.256.737,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	604.178,70
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	604.178,70
Reduções Orçamentárias entre entidades	100.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	45.761.632,09D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	5.960.567,97D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	2.159.507,24C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	65.165.507,23C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	5.607.038,40D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	902.146,33D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.398.984,85D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	2.423.065,60D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	63.230,14D
TRIBUTÁRIAS	0,00	92.530,43D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	250.878,04D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	672.963,52C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.350.277,94C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	96.668,86C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.742.360,58C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	12.263.507,50C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	20.335,98C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	57.276.556,82D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	57.276.556,82C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 86
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	5.107.641,28D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	51.746.809,06D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	5.107.641,28C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	51.746.809,06C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	5.632.848,30D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**5.632.848,30D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	40.873,31D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	31.992.864,00D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**32.033.737,31D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**37.666.585,61D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite judicial.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	75.233.496,88	70.683.446,47
Demais Contas	276.111.782,04	280.661.832,45
Totais	351.345.278,92	351.345.278,92
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		68.692

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	101.864,70	0,00	101.864,70
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos	47.419,80	0,00	47.419,80

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	do Poder Executivo/Indiretas - MDE			
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	26.344,34	0,00	26.344,34
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	2.195,21	0,00	2.195,21
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	914,67	0,00	914,67
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	548,80	0,00	548,80
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	20.939,17	0,00	20.939,17
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	8.724,67	0,00	8.724,67
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.234,80	0,00	5.234,80
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.040,55	0,00	2.040,55
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	850,26	0,00	850,26
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	510,12	0,00	510,12
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	1.118,54	0,00	1.118,54
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	520,70	0,00	520,70
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	289,28	0,00	289,28
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	16,67	0,00	16,67
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	7,76	0,00	7,76
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	4,30	0,00	4,30
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	12.833,38	0,00	12.833,38
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	5.973,95	0,00	5.973,95
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	3.318,90	0,00	3.318,90
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	6.504,88	0,00	6.504,88
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	3.028,19	0,00	3.028,19
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	1.681,79	0,00	1.681,79
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	14.017,71	0,00	14.017,71
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.525,48	0,00	6.525,48
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.625,32	0,00	3.625,32
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	70.017,81	0,00	70.017,81
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	32.594,49	0,00	32.594,49
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	18.108,06	0,00	18.108,06
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	86,56	0,00	86,56
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	40,32	0,00	40,32
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	22,43	0,00	22,43
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	229,80	0,00	229,80
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	106,99	0,00	106,99
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	59,41	0,00	59,41
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.984.527,71	0,00	3.984.527,71
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	332.043,98	0,00	332.043,98
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	996.131,93	0,00	996.131,93
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.328.175,89	0,00	1.328.175,89
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	233,65	0,00	233,65
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	19,48	0,00	19,48

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 89
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	58,41	0,00	58,41
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	77,88	0,00	77,88
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.079.939,82	0,00	1.079.939,82
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	89.995,00	0,00	89.995,00
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	269.984,90	0,00	269.984,90
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	359.979,96	0,00	359.979,96
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	173.886,64	0,00	173.886,64
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	14.490,48	0,00	14.490,48
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	43.471,77	0,00	43.471,77
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	57.962,31	0,00	57.962,31
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	11.300,86	0,00	11.300,86
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	941,74	0,00	941,74
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.825,20	0,00	2.825,20
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.766,97	0,00	3.766,97
SUBTOTAL		**9.148.134,39**	**0,00**	**9.148.134,39**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.287.033,60**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	106.707,28	0,00	106.707,28
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	437.490,68	0,00	437.490,68
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.749.963,01	0,00	1.749.963,01
TOTAL II		**2.294.160,97**	**0,00**	**2.294.160,97**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	754.640,12	0,00	754.640,12
20	EDUCACAO INFANTIL	74.564,77	0,00	74.564,77
20	EDUCACAO ESPECIAL	10.820,00	0,00	10.820,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	801.302,33	0,00	801.302,33
31	EDUCACAO INFANTIL	322.463,37	0,00	322.463,37
SUBTOTAL I		**1.963.790,59**	**0,00**	**1.963.790,59**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339030230000000 - ENSINO FUNDAMENTAL	494,81	0,00	494,81
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.524,69	0,00	1.524,69
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	677,64	0,00	677,64
20	339008050100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.085,94	0,00	9.085,94
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	564,70	0,00	564,70
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	16.276,78	0,00	16.276,78
SUBTOTAL II		**28.624,56**	**0,00**	**28.624,56**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 90
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
20	MDE	0,00
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	506.480,27	0,00	506.480,27
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	11.191,96	0,00	11.191,96
SUBTOTAL V	**495.288,31**	**0,00**	**495.288,31**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**26,57**	**2.430.454,34**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.984.527,71	0,00	3.984.527,71
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	332.043,98	0,00	332.043,98
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	996.131,93	0,00	996.131,93
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.328.175,89	0,00	1.328.175,89
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	233,65	0,00	233,65
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	19,48	0,00	19,48
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	58,41	0,00	58,41
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	77,88	0,00	77,88
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.079.939,82	0,00	1.079.939,82
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	89.995,00	0,00	89.995,00
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	269.984,90	0,00	269.984,90
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	359.979,96	0,00	359.979,96
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	173.886,64	0,00	173.886,64
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	14.490,48	0,00	14.490,48
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	43.471,77	0,00	43.471,77
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	57.962,31	0,00	57.962,31
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	11.300,86	0,00	11.300,86
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	941,74	0,00	941,74
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.825,20	0,00	2.825,20
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.766,97	0,00	3.766,97
SUBTOTAL		**8.749.814,58**	**0,00**	**8.749.814,58**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.749.962,92**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.749.963,01	0,00	1.749.963,01
TOTAL II		**1.749.963,01**	**0,00**	**1.749.963,01**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 91
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	801.302,33	0,00	801.302,33
31	EDUCACAO INFANTIL	322.463,37	0,00	322.463,37
SUBTOTAL I		**1.123.765,70**	**0,00**	**1.123.765,70**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	564,70	0,00	564,70
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	16.276,78	0,00	16.276,78
SUBTOTAL II		**16.841,48**	**0,00**	**16.841,48**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód Recurso	Descrição	Valor Digitado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	506.480,27	0,00	506.480,27
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	11.191,96	0,00	11.191,96
SUBTOTAL V	**495.288,31**	**0,00**	**495.288,31**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**18,31**	**1.602.212,53**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	11.191,96	0,00	11.191,96
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	1.242.461,68	0,00	1.242.461,68
Total		**1.253.653,64**	**0,00**	**1.253.653,64**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB	**877.557,55**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	765.972,61	0,00	765.972,61
31	EDUCACAO INFANTIL	321.898,67	0,00	321.898,67
SUBTOTAL I		**1.087.871,28**	**0,00**	**1.087.871,28**

Despesas Não Computáveis

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**1.087.871,28**	**0,00**	**1.087.871,28**
% de Aplicação				**86,78**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 3º do art. 25 da Lei Federal 14.113/20

3.3.5.1 Base de Cálculo dos Recursos Recebidos do FUNDEB - Exercício Anterior

Base de Cálculo das Receitas de Impostos e Transferências do FUNDEB - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31 / 17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	2.028.767,03	0,00	2.028.767,03
31 / 13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	3.539,14	0,00	3.539,14
SUBTOTAL I		**2.032.306,17**	**0,00**	**2.032.306,17**
Valor Máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício a ser considerado no percentual constitucional 10%				**203.230,62**

Base de Cálculo das Receitas do FUNDEB de Complementação da União - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício que não será considerado no percentual constitucional 10%				**0,00**
TOTAL				**2.032.306,17**
Limite TOTAL para aplicação no 1º quadrimestre do exercício: 10%				**203.230,62**

3.3.5.2 Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º Quadrimestre de 2022)

Cod. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total Considerado para fins de Limite Constitucional				**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	101.864,70	0,00	101.864,70
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	47.419,80	0,00	47.419,80
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	26.344,34	0,00	26.344,34
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	2.195,21	0,00	2.195,21
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	914,67	0,00	914,67
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	548,80	0,00	548,80
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	20.939,17	0,00	20.939,17
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	8.724,67	0,00	8.724,67

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	5.234,80	0,00	5.234,80
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.040,55	0,00	2.040,55
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	850,26	0,00	850,26
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	510,12	0,00	510,12
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	1.118,54	0,00	1.118,54
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	520,70	0,00	520,70
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	289,28	0,00	289,28
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	16,67	0,00	16,67
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	7,76	0,00	7,76
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	4,30	0,00	4,30
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	12.833,38	0,00	12.833,38
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	5.973,95	0,00	5.973,95
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	3.318,90	0,00	3.318,90
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	6.504,88	0,00	6.504,88
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	3.028,19	0,00	3.028,19
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	1.681,79	0,00	1.681,79
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	14.017,71	0,00	14.017,71
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.525,48	0,00	6.525,48
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.625,32	0,00	3.625,32
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	70.017,81	0,00	70.017,81
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	32.594,49	0,00	32.594,49
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	18.108,06	0,00	18.108,06
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	86,56	0,00	86,56
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	40,32	0,00	40,32
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	22,43	0,00	22,43
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	229,80	0,00	229,80
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	106,99	0,00	106,99
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	59,41	0,00	59,41
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	3.984.527,71	0,00	3.984.527,71
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	332.043,98	0,00	332.043,98
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	996.131,93	0,00	996.131,93
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.328.175,89	0,00	1.328.175,89
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	233,65	0,00	233,65
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	19,48	0,00	19,48
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	58,41	0,00	58,41
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	77,88	0,00	77,88
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.079.939,82	0,00	1.079.939,82
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	89.995,00	0,00	89.995,00
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	269.984,90	0,00	269.984,90
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	359.979,96	0,00	359.979,96
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	173.886,64	0,00	173.886,64
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	14.490,48	0,00	14.490,48
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	43.471,77	0,00	43.471,77
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	57.962,31	0,00	57.962,31
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	11.300,86	0,00	11.300,86

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 94
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	941,74	0,00	941,74
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	2.825,20	0,00	2.825,20
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	3.766,97	0,00	3.766,97
SUBTOTAL I		**9.148.134,39**	**0,00**	**9.148.134,39**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.372.220,16**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	59.747,55	0,00	59.747,55
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.312.472,21	0,00	1.312.472,21
TOTAL II		**1.372.219,76**	**0,00**	**1.372.219,76**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-3.862,56	0,00	-3.862,56
40	ATENCAO BASICA	1.394.218,39	0,00	1.394.218,39
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	35.800,00	0,00	35.800,00
SUBTOTAL I		**1.426.155,83**	**0,00**	**1.426.155,83**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	339008560100000	282,35	0,00	282,35
SUBTOTAL II		**282,35**	**0,00**	**282,35**

(-) Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
40	ASPS	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	89,49	0,00	89,49
SUBTOTAL IV	**89,49**	**0,00**	**89,49**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL V - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**15,59**	**1.425.783,99**

3.5.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.8 Apuração das Despesas Correntes e das Receitas Correntes para verificação do Art. 167-A da Constituição Federal

3.8.1 Apuração da Despesa Corrente Total

DESPESA CORRENTE LIQUIDADA - Exercício Anterior - 01/07/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	9.153.496,00	0,00	9.153.496,00

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Exercício Anterior - Inscrição em Dezembro/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	103.127,00	0,00	103.127,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - Exercício Atual - 01/01/2022 a 30/06/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Digitado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	0,00

DESPESA CORRENTE LIQUIDADA - Exercício Atual - 01/01/2022 a 30/06/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	8.376.978,51	0,00	8.376.978,51

DESPESA CORRENTE TOTAL **17.633.601,51**

3.8.2 Apuração da Receita Corrente Total

RECEITA CORRENTE ARRECADADA - Exercício Anterior - 01/07/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	13.093.904,05	0,00	13.093.904,05
700000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	905.340,51	0,00	905.340,51
910000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-1.771.051,62	0,00	-1.771.051,62
970000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Subtotal I		**12.228.192,94**	**0,00**	**12.228.192,94**

RECEITA CORRENTE ARRECADADA - Exercício Atual - 01/01/2022 a 30/06/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	14.470.595,06	0,00	14.470.595,06
700000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.178.568,20	0,00	1.178.568,20
910000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-1.801.899,39	0,00	-1.801.899,39
970000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Subtotal II		**13.847.263,87**	**0,00**	**13.847.263,87**

RECEITA CORRENTE TOTAL **26.075.456,81**

Observação: Posteriormente, conforme demanda pela Declaração prevista no Art. 167-A, § 6 º da CF, a Equipe de Auditoria consolidará os dados da Prefeitura Municipal, demais entidades da Adm. Indireta e Câmara Municipal para a apuração da relação.

3.8.3 Justificativa de ajustes nas contas de Despesa e/ou Receita para para fins de verificação do Art. 167-A da Constituição Federal

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 8,582%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 22 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1442 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1580 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1581 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1582 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1583 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1584 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001511, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1585 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1586 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1587 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1588 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 49,195%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 23,139%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 52 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
CTA_DISP.TXT	CTV_32	3	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	33	0	AVISO	Linha: 33 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	34	0	AVISO	Linha: 34 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	41	0	AVISO	Linha: 41 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	45	0	AVISO	Linha: 45 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	49	0	AVISO	Linha: 49 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	60	0	AVISO	Linha: 60 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	61	0	AVISO	Linha: 61 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	73	0	AVISO	Linha: 73 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	74	0	AVISO	Linha: 74 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	0,98% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 1442 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1580 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1581 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1582 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1583 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1584 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001511, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1585 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1586 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1587 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1588 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	29/03/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	29/03/2022	www.trresforquilhas.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	22/05/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	22/05/2022	www.trresforquilhas.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	25/07/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	25/07/2022	www.trresforquilhas.rs.gov.br

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	25/07/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	25/07/2022	www.tresforquilhas.rs.gov.br
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2021	23/02/2022	Camara Mun.Vereadores
1º Quadrimestre/2022	23/05/2022	Camara Mun.Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/07/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	13.093.904,05	0,00	13.093.904,05
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.771.051,62	0,00	-1.771.051,62
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111000000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	457.614,54	0,00	457.614,54
13210041000300000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FAF FOCO RF LON	75.762,31	0,00	75.762,31
13210041000400000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS MUNICIPAL II	54.838,30	0,00	54.838,30
13210041000500000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS MUNICIPAL III	24.876,01	0,00	24.876,01
13210041000700000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PATRINONIAL II	861,30	0,00	861,30
13210041000800000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS CONSERVADOR	152.285,25	0,00	152.285,25
13210041000900000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS NOVO BRASIL	46.839,90	0,00	46.839,90
13210041001000000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IMA B	53.003,09	0,00	53.003,09
13210041001100000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IRF-M	73.653,34	0,00	73.653,34
13210041001200000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FIC FIA M.GESTOR	5.600,74	0,00	5.600,74
13210041001300000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FIBRASIL IMA B-5	97.202,76	0,00	97.202,76
13210041001400000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IRF-M1	2.374,65	0,00	2.374,65
13210041001500000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS ABSOLUTO FI RF LP	163.458,26	0,00	163.458,26
13210041001600000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FOKO IDKA IPCA 2A	67.320,22	0,00	67.320,22
13210041001700000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PERFIL-FIC RF-PREVID LP	64.383,86	0,00	64.383,86
13210041001800000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IMA B 5 FIC RF LP	72.408,49	0,00	72.408,49
91321004100030000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS PATRIM.	-14.123,39	0,00	-14.123,39

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91321004100040000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS MUN.II	-15.411,59	0,00	-15.411,59
91321004100050000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS MUN.III	-34.790,45	0,00	-34.790,45
91321004100080000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS CONSERVADOR	-76.888,55	0,00	-76.888,55
91321004100090000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS NOVO BRASIL	-43.377,36	0,00	-43.377,36
91321004100100000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS IMA B	-54.031,55	0,00	-54.031,55
91321004100110000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS IRF-M	-34.119,01	0,00	-34.119,01
91321004100130000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS FIC FIA M.GESTOR	-15.580,58	0,00	-15.580,58
91321004100140000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-FOCO IDKA IPCA 2A	-849,58	0,00	-849,58
TOTAL		**10.199.541,47**	**0,00**	**10.199.541,47**
Emendas Parlamentares Individuais				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3110 / 17180311002900000000	TRANSF.FNS.INCREMENTO TEMPORÁRIO PORT.1276/2021-AT PRIMARIA	150.000,00	0,00	150.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Ex. Anterior) - ENDIVIDAMENTO		**10.049.541,47**	**0,00**	**10.049.541,47**
Emendas Parlamentares de Bancada				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Ex. Anterior) - DESPESA COM PESSOAL		**10.049.541,47**	**0,00**	**10.049.541,47**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 30/06/2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	14.470.595,06	0,00	14.470.595,06
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.801.899,39	0,00	-1.801.899,39
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111000000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	413.857,73	0,00	413.857,73
13210041000300000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PATRIMONIAL	3.287,32	0,00	3.287,32
13210041000600000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS SOBERANO	134.940,15	0,00	134.940,15
13210041000700000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PATRINONIAL II	906,65	0,00	906,65
13210041000800000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS CONSERVADOR	192.053,20	0,00	192.053,20
13210041000900000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS NOVO BRASIL	6.406,11	0,00	6.406,11
13210041001000000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IMA B	1.480,43	0,00	1.480,43
13210041001100000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IRF-M	35.214,17	0,00	35.214,17
13210041001200000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FIC FIA M.GESTOR	32.982,08	0,00	32.982,08
13210041001300000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FIBRASIL IMA B-5	94.345,74	0,00	94.345,74
13210041001500000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS ABSOLUTO FI RF LP	457.040,65	0,00	457.040,65
13210041001600000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FOKO IDKA IPCA 2A	130.541,08	0,00	130.541,08
13210041001700000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PERFIL-FIC RF-PREVID LP	295.251,22	0,00	295.251,22
13210041001800000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IMA B 5 FIC RF LP	118.822,11	0,00	118.822,11
13210041001900000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FI RF	1.359,52	0,00	1.359,52
13210041002000000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FI RF AUTOMATICO CP	1.781,42	0,00	1.781,42
91321004100080000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS CONSERVADOR	-13.238,13	0,00	-13.238,13

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 100
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 18
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91321004100090000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS NOVO BRASIL	-2.097,88	0,00	-2.097,88
91321004100100000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS IMA B	-347,26	0,00	-347,26
91321004100110000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS IRF-M	-4.292,09	0,00	-4.292,09
91321004100130000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS FIC FIA M.GESTOR	-32.982,08	0,00	-32.982,08
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**10.801.383,53**	**0,00**	**10.801.383,53**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**21.000.925,00**	**0,00**	**21.000.925,00**
Emendas Parlamentares Individuais				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3110 / 17180311003100000000	TRANSF.FNS-(E.P.)INDIV-INCR.TEMPORARIO DO PAB-Portaria 849/2022-AT.PRIMARIA	438.262,00	0,00	438.262,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**20.412.663,00**	**0,00**	**20.412.663,00**
Emendas Parlamentares de Bancada				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**20.412.663,00**	**0,00**	**20.412.663,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/07/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.694.789,68	0,00	5.694.789,68
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	724.130,31	0,00	724.130,31
319003010000000	PENSÕES - PESSOAL CIVIL	53.528,37	0,00	53.528,37
319094010100000	INDENIZACAO PARA DEMISSAO DE SERVIDORES/ EMPREGADOS	39.189,15	0,00	39.189,15
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**4.877.941,85**	**0,00**	**4.877.941,85**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 101
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 19
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**4.877.941,85**	**0,00**	**4.877.941,85**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 30/06/2022

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.375.292,04	0,00	5.375.292,04
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	704.940,43	0,00	704.940,43
319003010000000	PENSÕES - PESSOAL CIVIL	62.309,83	0,00	62.309,83
319094010100000	INDENIZACAO PARA DEMISSAO DE SERVIDORES/ EMPREGADOS	108.469,82	0,00	108.469,82
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**4.499.571,96**	**0,00**	**4.499.571,96**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.913,77	0,00	47.913,77
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**47.913,77**	**0,00**	**47.913,77**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**4.547.485,73**	**0,00**	**4.547.485,73**
Total da Despesa com Pessoal		**9.425.427,58**	**0,00**	**9.425.427,58**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2022

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 102
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 20
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21111040299000000896	PRECATORIOS DE TERCEIROS	1.200,00	0,00	1.200,00
22142020100000002016	DEBITO PARCELAMENTO FMSS	3.800.295,43	0,00	3.800.295,43
TOTAL		**3.801.495,43**	**0,00**	**3.801.495,43**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11111902000000000002	B. BRASIL - C/ SNA-SIMPLES	9.478,52	0,00	9.478,52
11111902000000000006	B. BRASIL - C/ FPM	2.179.534,16	0,00	2.179.534,16
11111902000000000007	B.BRASIL - C/E.MER.PNAE-ME	957,42	0,00	957,42
11111902000000000008	B. BRASIL - C/ FUNDO ESPECIAL	55.532,59	0,00	55.532,59
11111902000000000009	B. BRASIL - C/ ITR	5.828,58	0,00	5.828,58
11111902000000000010	B. BRASIL - C/ ICMS EXPORTACAO	73.040,08	0,00	73.040,08
11111902000000000074	B. BRASIL - C/E SALARIO EDUCACAO	37.731,74	0,00	37.731,74
11111902000000000077	B. BRASIL - C/E PROG. PNAT	40.344,30	0,00	40.344,30
11111902000000000080	B.BRASIL - C/ FPCIDE	2.614,01	0,00	2.614,01
11111902000000000700	B.BRASIL C/ FNAS PROGR. AUXILIO BRASIL	389,88	0,00	389,88
11111902000000000710	B. BRASIL - C/E FUNDEB	205.155,19	0,00	205.155,19
11111902000000000835	B.BRASIL C/ FNAS-IGD-SUAS	1.431,65	0,00	1.431,65
11111902000000000949	B.BRASIL - C/EMER ESC.QUILOMBOLAS	1.126,13	0,00	1.126,13
11111902000000000950	B.BRASIL - C/E MER ESC.PNAEC	1.229,55	0,00	1.229,55
11111902000000000951	B.BRASIL - C/E MER ESC.PNAP	770,49	0,00	770,49
11111902000000000957	B. BRASIL - C/E PDDE	1.619,84	0,00	1.619,84
11111902000000001523	B.BRASIL C/ FNAS-CRAS E SCFV	83.143,25	0,00	83.143,25
11111902000000001605	B.BRASIL C/ FNDE-EI NOVAS TURMAS	24.133,35	0,00	24.133,35
11111902000000001606	B.BRASIL C/ CUSTEIO E.P.INCR.TEMPORÁRIO-Portaria 1423/2021	11.958,35	0,00	11.958,35
11111902000000001800	B.BRASIL C/CUST. REDE CEGONHA FED.	1.547,84	0,00	1.547,84
11111902000000001952	B.BRASIL C/ CUSTEIO-Portaria GM /MS 377/2022 - COVID 19	13.144,00	0,00	13.144,00
11111902000000001999	B.BRASIL C/ CUSTEIO PACS	8.346,96	0,00	8.346,96
11111902000000002002	B.BRASIL C/ CUSTEIO SIA SUS	5.729,12	0,00	5.729,12
11111902000000002003	B.BRASIL C/ CUSTEIO PROG. VIG. EM SAÚDE	5.439,56	0,00	5.439,56
11111902000000002004	B.BRASIL C/ CUSTEIO PAB FARMÁCIA BÁSICA	7.168,82	0,00	7.168,82
11111902000000002024	B.BRASIL C/CUSTEIO PSE SAUDE NA ESCOLA	1.219,51	0,00	1.219,51
11111902000000002058	B.BRASIL C/Fundo Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13885/2019".	154.893,67	0,00	154.893,67
11111902000000002059	B.BRASIL C/E.DEP. PARLAM.-EQUIPTO.(PROP. 11943.264000/1190-03)	76.136,40	0,00	76.136,40
11111902000000002080	B.BRASIL C/CUSTEIO AB-INC.FIN.DA APS	96.102,16	0,00	96.102,16
11111902000000002082	B.BRASIL C/ CUSTEIO PROGRAMA INFORMATIZA APS	5.874,50	0,00	5.874,50

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190200000002097	B.BRASIL C/E.DEP. PARLAM.-EQUIPTO.(PROP. 11943.264000/1190-04)	30.680,00	0,00	30.680,00
11111190200000002130	B.BRASIL C/CUSTEIO IMPL.POL.R.CEGONHA-Port. 2138/20 E 1575/21	161,86	0,00	161,86
11111190200000002140	B.BRASIL C/CUSTEIO AÇOES EQU.APS-ALBINISMO-Port.3354-2020	15.000,00	0,00	15.000,00
11111190200000002148	B.BRASIL C/ CUSTEIO E.P.INCR.TEMPORÁRIO-Portaria 1276/2021	44.424,54	0,00	44.424,54
11111190200000002154	B.BRASIL C/E.DEP. PARLAM.-EQUIPTO.(PROP. 11943.264000/1210-01)	109.578,00	0,00	109.578,00
11111190200000002155	B.BRASIL C/CUSTEIOINC.AB-SAÚ. DO ADOLESC. E JOVEM	1.000,00	0,00	1.000,00
11111190200000002156	B.BRASIL C/ ASS.FARMACEUTICA INSUMOS AB-COVID 19	1.734,81	0,00	1.734,81
11111190200000002159	B.BRASIL - C/E MER. FNDE PNAE AEE-ALIMENT. ESC. ESPECIAL	371,00	0,00	371,00
11111190200000002172	B.BRASIL C/ CUSTEIO.INCR. TEMP. PORT.3142/2022-AT PRIMA.	15.000,00	0,00	15.000,00
11111190200000002176	B. BRASIL C/CUSTEIO -INCR.TEMP. PAB-Port. 849/2022-AT.PRIMARIA	438.262,00	0,00	438.262,00
11111190200000002177	B. BRASIL C/E.DEP.IND.-ESTRUT.RD.SERV.-PORT. MS 1158-2022	69.472,00	0,00	69.472,00
11111191200000000003	BANRISUL - C/ MOV-FOLHA DE PAGAMENTO	202.785,55	0,00	202.785,55
11111191200000000004	BANRISUL - C/ MOVIMENTO	66.639,27	0,00	66.639,27
11111191200000000014	BANRISUL - C/ LIVRES ALIENACAO	165.812,94	0,00	165.812,94
11111191200000000028	BANRISUL - C/ ASPS	52.226,24	0,00	52.226,24
11111191200000000033	BANRISUL - C/ MDE	29.108,08	0,00	29.108,08
11111191200000000034	BANRISUL - C/ CP FARM. BAS. ESTADO	969,68	0,00	969,68
11111191200000000037	BANRISUL - C/ TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO	125.584,56	0,00	125.584,56
11111191200000000046	BANRISUL - C/ CP MUNIC. FARMACIA BASICA	717,14	0,00	717,14
11111191200000000716	BANRISUL - C/A ASSIST. FEAS- PROGR.IDOSO	8.107,92	0,00	8.107,92
11111191200000000733	BANRISUL - C/C PIM	6.871,15	0,00	6.871,15
11111191200000000806	BANRISUL - C/ DIAB. MIELITTUS	1.163,22	0,00	1.163,22
11111191200000001524	BANRISUL - C/ L ALIEN BENS ADQ REC SAUDE	441,17	0,00	441,17
11111191200000001525	BANRISUL - C/ L ALIEN. BENS ADQ REC EDUCACAO	105,89	0,00	105,89
11111191200000001532	BANRISUL C/ FISCALIZACAO VIG.SANITARIA	2.279,12	0,00	2.279,12
11111191200000001604	BANRISUL - C/ ASPS INS.HOSPITALARES	186,75	0,00	186,75
11111191200000001612	BANRISUL - C/ MOV.ARRECADAÇÃO TRIBUTOS	52.537,97	0,00	52.537,97
11111191200000002014	BANRISUL - CONV.SOP-REC.ESTR.VICINAIS-CP 2018-2019(FPE 734/2022	197.105,54	0,00	197.105,54
11111191200000002048	BANRISUL - C/RETENÇÕES FOLHA EXECUTIVO	48.844,44	0,00	48.844,44
11111191200000002050	BANRISUL - C/RETENÇÕES DEMAIS CONSIGNATARIOS EXECUTIVO	1.178,05	0,00	1.178,05
11111191200000002101	BANRISUL C/AÇÕES COVID 19-SAÚDE MENTAL AB-Port. SES/RS 506/2020	5.417,20	0,00	5.417,20
11111191200000002149	BANRISUL C/ INC.PIAPS-BEM CUIDAR RS-Portaria SES 635/2021	150.106,32	0,00	150.106,32
11111191200000002150	BANRISUL C/ INC.PIAPS-EQUIPES AT.PRIMARIA-Portaria SES 635/2021	2.438,26	0,00	2.438,26

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 104
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 22
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111191200000002151	BANRISUL C/FARMACIA CUIDAR + Portaria SES 649-2021	58.566,16	0,00	58.566,16
11111191200000002157	BANRISUL - CONV/CP 2020-2021-INV-Tendas Agri Familiar-SEAPDR	69.043,99	0,00	69.043,99
11111191200000002158	BANRISUL C/ INC.PIAPS-SAUDE QUILOMBOLAS Portaria SES 635/2021	15.657,28	0,00	15.657,28
11111191200000002173	BANRISUL C/ Termo de Consolidação Dívida FES/RS 2014-2018	231.648,58	0,00	231.648,58
11111191200000002175	BANRISUL CONVENIO PAVIMENTA /RS(FPE 2021/4137)	300.000,00	0,00	300.000,00
21881019905000002045	RETENÇÃO - EMPRESTIMOS BANRISUL- EXEC	-51.227,39	0,00	-51.227,39
21881040300000001566	HON. ADV - ONUS SUCUMBENCIAIS	-1.178,05	0,00	-1.178,05
21881040502000002040	RETENÇÃO - INSS AUTÔNOMOS-EXEC	2.382,95	0,00	2.382,95
21881049900000002121	RECEITAS A IDENTIFICAR	-38,50	0,00	-38,50
63210000000000090670	RP PROCESSADOS A PAGAR	-106.410,12	0,00	-106.410,12
TOTAL		**5.476.377,19**	**0,00**	**5.476.377,19**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**5.476.377,19**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
22721030100000000818	APOSENT/PENSOES/OUTROS BEN.DO PLANO	19.124.796,44	0,00	19.124.796,44
22721040100000000824	APOSENT./PENSOES/OUTROS BEN.DO PLANO	62.209.711,96	0,00	62.209.711,96
22721040200000000819	CONTRIBUICOES DO ENTE	-7.699.391,37	0,00	-7.699.391,37
22721040300000000823	CONTRIBUICOES DO ATIVO	-7.864.369,22	0,00	-7.864.369,22
22721040400000001537	COMPENSACAO PREV.DO PLANO PREV.DO RPPS	-4.159.078,15	0,00	-4.159.078,15
22721059800000001538	OUTROS CREDITOD DO PLANO DE AMORTIZACAO	-246.457,86	0,00	-246.457,86
63110000000000000181	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	19.850,00	0,00	19.850,00
63110000000000090796	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	405.921,41	0,00	405.921,41
TOTAL		**61.790.983,21**	**0,00**	**61.790.983,21**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 30/06/2022

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 105
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 23
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 30/06/2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 30/06/2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 30/06/2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	172.162,95	0,00	172.162,95
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	80.144,81	0,00	80.144,81
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	44.524,87	0,00	44.524,87
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	5.870,55	0,00	5.870,55
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	2.446,09	0,00	2.446,09
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.467,64	0,00	1.467,64
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.428,60	0,00	29.428,60
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.261,90	0,00	12.261,90
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.357,17	0,00	7.357,17
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	21.129,42	0,00	21.129,42
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	9.498,99	0,00	9.498,99
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	5.404,99	0,00	5.404,99
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	78.309,72	0,00	78.309,72
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	36.454,62	0,00	36.454,62
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	20.252,33	0,00	20.252,33
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	551,29	0,00	551,29
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	256,63	0,00	256,63
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	142,47	0,00	142,47
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	32.725,57	0,00	32.725,57
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	15.234,04	0,00	15.234,04
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	8.463,56	0,00	8.463,56
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	19.571,33	0,00	19.571,33

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	9.110,95	0,00	9.110,95
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	5.060,61	0,00	5.060,61
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	29.504,88	0,00	29.504,88
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	13.735,06	0,00	13.735,06
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	7.630,51	0,00	7.630,51
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	128.024,62	0,00	128.024,62
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	59.597,75	0,00	59.597,75
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	33.109,74	0,00	33.109,74
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	99,31	0,00	99,31
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	46,24	0,00	46,24
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	25,70	0,00	25,70
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	633,18	0,00	633,18
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	294,76	0,00	294,76
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	163,75	0,00	163,75
11220111000100000000	TAXA DE EXPEDIENTE	6.579,36	0,00	6.579,36
11280111000000000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	971,58	0,00	971,58
11280191010000000000	TAXA de Licença p/Func.Estab.Comerciais	7.794,64	0,00	7.794,64
11280291010000000000	Taxa de Expediente	3.281,17	0,00	3.281,17
12180111000000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	853.617,31	0,00	853.617,31
12400011000000000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	23.596,76	0,00	23.596,76
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.191.996,19	0,00	6.191.996,19
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,68	0,00	515.999,68
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,06	0,00	1.547.999,06
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,72	0,00	2.063.998,72
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	452.337,92	0,00	452.337,92
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	239.742,96	0,00	239.742,96
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.951,43	0,00	3.951,43
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	329,29	0,00	329,29
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	987,86	0,00	987,86
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.317,14	0,00	1.317,14
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.242.986,23	0,00	2.242.986,23
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	186.915,50	0,00	186.915,50
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	560.746,58	0,00	560.746,58
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	747.662,04	0,00	747.662,04
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	250.656,65	0,00	250.656,65
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	20.887,99	0,00	20.887,99
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	62.664,15	0,00	62.664,15

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 108
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 26
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	83.552,22	0,00	83.552,22
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	23.047,58	0,00	23.047,58
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.920,64	0,00	1.920,64
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.761,85	0,00	5.761,85
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	7.682,54	0,00	7.682,54
17280141000000000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	4.059,28	0,00	4.059,28
TOTAL		**17.163.569,56**	**0,00**	**17.163.569,56**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.208.643,34	0,00	1.208.643,34	1,1925	1.441.307,18
Fevereiro	1.583.170,17	0,00	1.583.170,17	1,1588	1.834.577,59
Março	1.238.524,49	0,00	1.238.524,49	1,1282	1.397.303,33
Abril	1.243.174,31	0,00	1.243.174,31	1,1043	1.372.837,39
Maio	1.413.928,09	0,00	1.413.928,09	1,0803	1.527.466,52
Junho	1.228.450,12	0,00	1.228.450,12	1,0448	1.283.484,69
Julho	1.706.274,01	0,00	1.706.274,01	1,0436	1.780.667,56
Agosto	1.382.777,41	0,00	1.382.777,41	1,0287	1.422.463,12
Setembro	1.152.099,19	0,00	1.152.099,19	1,0287	1.185.164,44
Outubro	1.265.791,84	0,00	1.265.791,84	1,0287	1.302.120,07
Novembro	1.544.560,53	0,00	1.544.560,53	1,0125	1.563.867,54
Dezembro	2.196.176,06	0,00	2.196.176,06	1,0125	2.223.628,26
TOTAL	**17.163.569,56**	**0,00**	**17.163.569,56**		**18.334.887,68**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.245.284,37	4.720.999,97
2º Bimestre	2.944.850,25	4.517.231,72
3º Bimestre	3.237.239,99	5.232.363,37
4º Bimestre	3.654.301,50	0,00
5º Bimestre	2.916.600,37	0,00
6º Bimestre	4.271.874,12	0,00
TOTAL	**20.270.150,60**	**14.470.595,06**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80
2º Bimestre	308.148,00	456.280,32
3º Bimestre	981.534,67	575.832,08
4º Bimestre	232.188,30	0,00
5º Bimestre	240.528,23	0,00
6º Bimestre	364.663,02	0,00
TOTAL	**2.538.745,74**	**1.178.568,20**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 109
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 27
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	685.906,72	66.666,00
2º Bimestre	17.853,00	0,00
3º Bimestre	469.002,93	419.472,00
4º Bimestre	47.337,10	0,00
5º Bimestre	18.840,25	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**1.238.940,00**	**486.138,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	-560.420,10
3º Bimestre	0,00	-608.161,84
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-1.801.899,39**

TOTAL DA RECEITA	**24.047.836,34**	**14.333.401,87**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Loraci Klippel Melo Germann

CPF: 94452245072

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Página 110
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 28
Peça 4508383
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A6

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 25 de Julho de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8C3.2730.01AF.12A1.5E50.

Processo 01070-0200/22-0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2022
PM DE TRÊS FORQUILHAS
1º Semestre

32202011579828010

22.0.0.6
25/07/2022
09:30:32
Pág.: 1/2

Nome da Entidade: PM DE TRÊS FORQUILHAS
CNPJ: 93317998000133
ORGÃO Nº: 82000
Cód. Barras do RVE Vinculado: 32201011579828010

Página da peça 1

Peça 4508384

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO P021A1A7

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 — Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	21.000.925,00
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	20.412.663,00
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	20.412.663,00

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**9.425.427,58**	**46,17%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03D1.BA4C.50B1.4134.CE9F.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2022

PM DE TRÊS FORQUILHAS

1º Semestre

TRÊS FORQUILHAS, 25 de Julho de 2022 .

_____

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN

Prefeito Municipal

_____

JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS

Responsável pela Administração Financeira

_____

MAURA BOBSIN AGUIAR

Responsável pelo Controle Interno

Página 113
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4508384
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021A1A7

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03D1.BA4C.50B1.4134.CE9F.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2022
Periodo: 1º Semestre
PM DE TRÊS FORQUILHAS

42204011697951847

Para uso do Tribunal de Contas
Fl. | Rubrica

27/07/2022 16:26:49
3.0.1.5 Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE TRÊS FORQUILHAS
CNPJ: 93317998000133
ORGÃO Nº: 82000
Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 32202011579828010 (Modelo 9)
Possui RPPS? Sim
Forma de Organização? Fundo
Responsável pelo Fundo: FRANCIELE DE OLIVEIRA CARDOSO
Telefone: (51)36285102
e-mail: fapstf@gmail.com
Lei de Instituição do Controle Interno: 1332/2013
Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 26/06/2013
Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 1488/2016
Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 28/06/2016
Norma que aprovou o Regimento Interno do Controle Interno: DECRETO 025/2013
(Não possui Decreto que regulamenta a Lei de Instituição do Controle Interno)
Forma de Estruturação do Controle Interno:
O SCI funciona sob a forma de Comissão, composta por servidores das principais áreas do Município, abrangendo o Poder Executivo e o Poder Legislativo

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
69437335087	Maura Bobsin Aguiar	Agente Administrativo Auxiliar	mauramba@yahoo.com	(51) 99714-1169

- Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
97482447091	Elisangela Martins Percheron
64128482072	Simone Machado Rickrot

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada Camara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada Camara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 1846, publicada em 22/12/2021:

a) Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;

b) Fixou critérios e forma de limitação de empenho;

Página da peça 1
Peça 4519851
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021CE72

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.96BC.D8C4.06ED.58E8.05B7.

c) Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

d) Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Não foram inseridas observações para este item.

3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2022 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2022, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

- Possui a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Não foram inseridas observações para este item.

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Não foram inseridas observações para este item.

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação, e:

- Foram especificadas em separado as medidas de combate à evasão e à sonegação;

- Foi especificada em separado a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa;

- Foi especificada em separado a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.96BC.D8C4.06ED.58E8.05B7.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Semestre de 2022, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Semestre de 2022 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 1º Semestre de 2022 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

Não foram inseridas observações para este item.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 25/02/2022 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.96BC.D8C4.06ED.58E8.05B7.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 1º Semestre de 2022 houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Não	Não	-	-	-
Foi observado o prazo?	Não	Não	Não	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Não	Não	Não	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2022, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.96BC.D8C4.06ED.58E8.05B7.

Página 118
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4519851
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021CE72

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2022.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2022.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 27/05/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.96BC.D8C4.06ED.58E8.05B7.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2022

Periodo: 1º Semestre

PM DE TRÊS FORQUILHAS

PM DE TRÊS FORQUILHAS, 27/07/2022

_____

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN

Prefeito Municipal

_____

Maura Bobsin Aguiar

Responsável pelo Controle Interno

Página 119
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 4519851
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P021CE72

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/07/22, MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/07/22, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/07/22 e JANILSON MEYER NEUBERT SAVOIS em 28/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.96BC.D8C4.06ED.58E8.05B7.

Página 120
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 31/07/2022
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: Edemar Benatti E-Mail: edemar.benatti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE
30926649000107	CIDIRUR

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 121
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	584.572,03
Contribuições	900.000,00	487.577,92
Receita Patrimonial	387.322,35	2.030.363,77
Receita de Serviços	415.000,00	168.949,35
Transferências Correntes	17.486.140,00	13.915.002,90
Outras Receitas Correntes	5.037,65	28.629,34
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**17.215.095,31**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	1.086.091,19
Ressarcimentos	0,00	246.248,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**1.332.339,77**
RECEITAS DE CAPITAL		
Transferências de Capital	0,00	656.517,37
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**656.517,37**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-2.090.301,32**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**17.113.651,13**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	2.299.384,07
Créditos Especiais	3.497.164,99
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	996.668,70
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**23.909.880,36**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	14.988.994,99
Liquidado	11.188.438,76

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 122
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

Pago	11.062.653,75
SALDO A LIQUIDAR	**3.800.556,23**
SALDO A PAGAR	**125.785,01**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	678.529,05
Liquidado	262.007,64
Pago	155.597,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**416.521,41**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**106.410,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	2.044.476,60
Excesso de Arrecadação	1.040.932,76
Auxílios e Convênios	1.814.471,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	896.668,70
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	896.668,70
Reduções Orçamentárias entre entidades	100.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	46.624.618,60D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	6.102.582,51D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	2.373.266,20C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	65.108.888,39C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	6.601.385,99D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.079.237,23D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.892.576,84D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	2.801.767,77D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	63.230,14D
TRIBUTÁRIAS	0,00	111.848,68D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	250.953,72D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	738.958,23C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.579.546,74C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	119.269,88C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.997.565,50C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	14.593.132,20C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	28.629,34C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	59.681.261,93D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	59.681.261,93C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 123
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	5.128.141,28D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	55.442.132,73D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	5.128.141,28C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	55.442.132,73C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	6.169.580,91D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**6.169.580,91D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	103.148,32D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	32.147.850,77D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**32.250.999,09D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**38.420.580,00D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 124
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite judicial

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	81.106.790,57	75.802.745,77
Demais Contas	311.567.440,67	316.871.485,47
Totais	392.674.231,24	392.674.231,24
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		82.774

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	119.941,76	0,00	119.941,76
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos	55.834,97	0,00	55.834,97

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	do Poder Executivo/Indiretas - MDE			
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	31.019,44	0,00	31.019,44
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	3.299,77	0,00	3.299,77
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	1.374,90	0,00	1.374,90
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	824,94	0,00	824,94
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	27.522,32	0,00	27.522,32
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	11.467,64	0,00	11.467,64
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	6.880,59	0,00	6.880,59
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.119,57	0,00	2.119,57
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	883,19	0,00	883,19
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	529,87	0,00	529,87
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	46.357,10	0,00	46.357,10
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	21.580,01	0,00	21.580,01
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	11.988,83	0,00	11.988,83
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	16,67	0,00	16,67
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	7,76	0,00	7,76
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	4,30	0,00	4,30
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	22.052,03	0,00	22.052,03
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.265,37	0,00	10.265,37
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	5.703,06	0,00	5.703,06
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	9.788,48	0,00	9.788,48
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	4.556,72	0,00	4.556,72
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	2.530,94	0,00	2.530,94
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	14.017,71	0,00	14.017,71
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.525,48	0,00	6.525,48
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.625,32	0,00	3.625,32
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	81.203,90	0,00	81.203,90
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	37.801,82	0,00	37.801,82
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	21.000,99	0,00	21.000,99
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	89,90	0,00	89,90
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	41,88	0,00	41,88
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	23,30	0,00	23,30
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	300,33	0,00	300,33
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	139,82	0,00	139,82
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	77,64	0,00	77,64
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.541.564,85	0,00	4.541.564,85
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	378.463,74	0,00	378.463,74
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.135.391,21	0,00	1.135.391,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.513.854,94	0,00	1.513.854,94
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	317.160,61	0,00	317.160,61
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	132.150,26	0,00	132.150,26

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 126
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	- MDE			
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	79.290,15	0,00	79.290,15
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	254,09	0,00	254,09
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	21,18	0,00	21,18
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	63,53	0,00	63,53
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	84,69	0,00	84,69
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.252.107,30	0,00	1.252.107,30
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	104.342,29	0,00	104.342,29
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	313.026,78	0,00	313.026,78
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	417.369,12	0,00	417.369,12
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	181.496,05	0,00	181.496,05
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.124,60	0,00	15.124,60
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	45.374,12	0,00	45.374,12
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	60.498,78	0,00	60.498,78
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	12.991,18	0,00	12.991,18
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.082,60	0,00	1.082,60
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.247,78	0,00	3.247,78
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.330,41	0,00	4.330,41
SUBTOTAL		**11.070.688,58**	**0,00**	**11.070.688,58**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **2.767.672,14**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	150.479,56	0,00	150.479,56
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	631.184,67	0,00	631.184,67
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.996.137,94	0,00	1.996.137,94
TOTAL II		**2.777.802,17**	**0,00**	**2.777.802,17**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	896.856,91	0,00	896.856,91
20	EDUCACAO INFANTIL	86.324,15	0,00	86.324,15
20	EDUCACAO ESPECIAL	12.500,00	0,00	12.500,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	940.309,20	0,00	940.309,20
31	EDUCACAO INFANTIL	389.306,12	0,00	389.306,12
SUBTOTAL I		**2.325.296,38**	**0,00**	**2.325.296,38**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339030230000000 - ENSINO FUNDAMENTAL	494,81	0,00	494,81
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.750,57	0,00	1.750,57
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	790,58	0,00	790,58
20	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.386,04	0,00	3.386,04
20	339008050100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	11.422,27	0,00	11.422,27
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	677,64	0,00	677,64
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	17.981,92	0,00	17.981,92

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 127
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**36.503,83**	**0,00**	**36.503,83**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
20	MDE	0,00
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	575.027,23	0,00	575.027,23
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	13.328,19	0,00	13.328,19
SUBTOTAL V	**561.699,04**	**0,00**	**561.699,04**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**25,75**	**2.850.491,59**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.541.564,85	0,00	4.541.564,85
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	378.463,74	0,00	378.463,74
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.135.391,21	0,00	1.135.391,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.513.854,94	0,00	1.513.854,94
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	254,09	0,00	254,09
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	21,18	0,00	21,18
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	63,53	0,00	63,53
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	84,69	0,00	84,69
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.252.107,30	0,00	1.252.107,30
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	104.342,29	0,00	104.342,29
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	313.026,78	0,00	313.026,78
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	417.369,12	0,00	417.369,12
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	181.496,05	0,00	181.496,05
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.124,60	0,00	15.124,60
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	45.374,12	0,00	45.374,12
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	60.498,78	0,00	60.498,78
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	12.991,18	0,00	12.991,18
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.082,60	0,00	1.082,60
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.247,78	0,00	3.247,78
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.330,41	0,00	4.330,41

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 128
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**9.980.689,24**	**0,00**	**9.980.689,24**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **1.996.137,85**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.996.137,94	0,00	1.996.137,94
TOTAL II		**1.996.137,94**	**0,00**	**1.996.137,94**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	940.309,20	0,00	940.309,20
31	EDUCACAO INFANTIL	389.306,12	0,00	389.306,12
SUBTOTAL I		**1.329.615,32**	**0,00**	**1.329.615,32**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	677,64	0,00	677,64
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	17.981,92	0,00	17.981,92
SUBTOTAL II		**18.659,56**	**0,00**	**18.659,56**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód Recurso	Descrição	Valor Digitado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	575.027,23	0,00	575.027,23
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	13.328,19	0,00	13.328,19
SUBTOTAL V	**561.699,04**	**0,00**	**561.699,04**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**18,76**	**1.872.654,80**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	13.328,19	0,00	13.328,19
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	1.418.426,66	0,00	1.418.426,66
Total		**1.431.754,85**	**0,00**	**1.431.754,85**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 129
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 10
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **1.002.228,39**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	897.976,83	0,00	897.976,83
31	EDUCACAO INFANTIL	388.628,48	0,00	388.628,48
SUBTOTAL I		**1.286.605,31**	**0,00**	**1.286.605,31**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**1.286.605,31**	**0,00**	**1.286.605,31**
% de Aplicação				**89,86**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 3º do art. 25 da Lei Federal 14.113/20

3.3.5.1 Base de Cálculo dos Recursos Recebidos do FUNDEB - Exercício Anterior

Base de Cálculo das Receitas de Impostos e Transferências do FUNDEB - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31 / 17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	2.028.767,03	0,00	2.028.767,03
31 / 13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	3.539,14	0,00	3.539,14
SUBTOTAL I		**2.032.306,17**	**0,00**	**2.032.306,17**
Valor Máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício a ser considerado no percentual constitucional 10%				**203.230,62**

Base de Cálculo das Receitas do FUNDEB de Complementação da União - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício que não será considerado no percentual constitucional 10%				**0,00**
TOTAL				**2.032.306,17**
Limite TOTAL para aplicação no 1º quadrimestre do exercício: 10%				**203.230,62**

3.3.5.2 Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º Quadrimestre de 2022)

Cod. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total Considerado para fins de Limite Constitucional				**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	119.941,76	0,00	119.941,76
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	55.834,97	0,00	55.834,97
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos	31.019,44	0,00	31.019,44

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 130
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	do Poder Executivo/Indiretas- ASPS			
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	3.299,77	0,00	3.299,77
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	1.374,90	0,00	1.374,90
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	824,94	0,00	824,94
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	27.522,32	0,00	27.522,32
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	11.467,64	0,00	11.467,64
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	6.880,59	0,00	6.880,59
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	2.119,57	0,00	2.119,57
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	883,19	0,00	883,19
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	529,87	0,00	529,87
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	46.357,10	0,00	46.357,10
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	21.580,01	0,00	21.580,01
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	11.988,83	0,00	11.988,83
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	16,67	0,00	16,67
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	7,76	0,00	7,76
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	4,30	0,00	4,30
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	22.052,03	0,00	22.052,03
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	10.265,37	0,00	10.265,37
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	5.703,06	0,00	5.703,06
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	9.788,48	0,00	9.788,48
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	4.556,72	0,00	4.556,72
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	2.530,94	0,00	2.530,94
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	14.017,71	0,00	14.017,71
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.525,48	0,00	6.525,48
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.625,32	0,00	3.625,32
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	81.203,90	0,00	81.203,90
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	37.801,82	0,00	37.801,82
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	21.000,99	0,00	21.000,99
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	89,90	0,00	89,90
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	41,88	0,00	41,88
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	23,30	0,00	23,30
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	300,33	0,00	300,33
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	139,82	0,00	139,82
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	77,64	0,00	77,64
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	4.541.564,85	0,00	4.541.564,85
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	378.463,74	0,00	378.463,74
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.135.391,21	0,00	1.135.391,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.513.854,94	0,00	1.513.854,94
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	254,09	0,00	254,09
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	21,18	0,00	21,18
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	63,53	0,00	63,53
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	84,69	0,00	84,69

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.252.107,30	0,00	1.252.107,30
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	104.342,29	0,00	104.342,29
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	313.026,78	0,00	313.026,78
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	417.369,12	0,00	417.369,12
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	181.496,05	0,00	181.496,05
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.124,60	0,00	15.124,60
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	45.374,12	0,00	45.374,12
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	60.498,78	0,00	60.498,78
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	12.991,18	0,00	12.991,18
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.082,60	0,00	1.082,60
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.247,78	0,00	3.247,78
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.330,41	0,00	4.330,41
SUBTOTAL I		**10.542.087,56**	**0,00**	**10.542.087,56**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.581.313,13**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	84.209,22	0,00	84.209,22
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.576.393,57	0,00	1.576.393,57
TOTAL II		**1.660.602,79**	**0,00**	**1.660.602,79**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-3.862,56	0,00	-3.862,56
40	ATENCAO BASICA	1.746.525,63	0,00	1.746.525,63
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	69.300,00	0,00	69.300,00
SUBTOTAL I		**1.811.963,07**	**0,00**	**1.811.963,07**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	339008110100000	1.159,88	0,00	1.159,88
40	339008560100000	338,82	0,00	338,82
SUBTOTAL II		**1.498,70**	**0,00**	**1.498,70**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil

(-) Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
40	ASPS	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	96,23	0,00	96,23
SUBTOTAL IV	**96,23**	**0,00**	**96,23**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 131
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

Página 132
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL V - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**17,17**	**1.810.368,14**

3.5.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 11, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 8,781%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	95,652% das 23 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1443 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1582 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1583 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1584 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1585 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1588 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1589 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1590 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1591 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1592 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 22, Contrato nr. 00000000000000000022, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 26, Contrato nr. 00000000000000000026, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 50,626%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 22,686%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	96,364% dos 55 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
BAL_DESP.TXT	BDP_58	0	0	JUSTIF.	Linha 721 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_59	0	0	JUSTIF.	Linha 721 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 133
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_61	0	0	JUSTIF.	Linha 149 - Elemento da despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "442000".
BAL_DESP.TXT	BDP_61	0	0	JUSTIF.	Linha 228 - Elemento da despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "447100".
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	34	0	AVISO	Linha: 34 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	42	0	AVISO	Linha: 42 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	46	0	AVISO	Linha: 46 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	49	0	AVISO	Linha: 49 - Validação do prefixo da agência 00524 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	49	0	AVISO	Linha: 49 - Validação da conta 00000000000006720194 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	52	0	AVISO	Linha: 52 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	63	0	AVISO	Linha: 63 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	64	0	AVISO	Linha: 64 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	76	0	AVISO	Linha: 76 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	77	0	AVISO	Linha: 77 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	0,95% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
CTA_DISP.TXT	CTV_32	0	0	AVISO	Linha: 1 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	0	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 1443 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro licitacon em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1582 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro licitacon em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1583 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro licitacon em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1584 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro licitacon em manutenção.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 134
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

Descrição: EMP_87 - Linha 1585 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro licitacon em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1588 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro licitacon em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1589 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro licitacon em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1590 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro licitacon em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1591 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro licitacon em manutenção.

Descrição: EMP_87 - Linha 1592 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro licitacon em manutenção.

Descrição: BDP_58 - Linha 721 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Esta sendo providenciado a correção.

Descrição: BDP_59 - Linha 721 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Rubrica não utilizada.Em tempo de correção.

Descrição: BDP_61 - Linha 149 - Elemento da despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "442000".

Justificativa: Rubrica não utilizada.Em tempo de correção.

Descrição: BDP_61 - Linha 228 - Elemento da despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "447100".

Justificativa: Rubrica não utilizada.Em tempo de correção.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquiljas.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.245.284,37	4.720.999,97
2º Bimestre	2.944.850,25	4.517.231,72
3º Bimestre	3.237.239,99	5.232.363,37
4º Bimestre	3.654.301,50	2.744.500,25
5º Bimestre	2.916.600,37	0,00
6º Bimestre	4.271.874,12	0,00
TOTAL	**20.270.150,60**	**17.215.095,31**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 135
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 16
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
2º Bimestre	308.148,00	456.280,32
3º Bimestre	981.534,67	575.832,08
4º Bimestre	232.188,30	153.771,57
5º Bimestre	240.528,23	0,00
6º Bimestre	364.663,02	0,00
TOTAL	**2.538.745,74**	**1.332.339,77**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	685.906,72	66.666,00
2º Bimestre	17.853,00	0,00
3º Bimestre	469.002,93	419.472,00
4º Bimestre	47.337,10	170.379,37
5º Bimestre	18.840,25	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**1.238.940,00**	**656.517,37**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	-560.420,10
3º Bimestre	0,00	-608.161,84
4º Bimestre	0,00	-288.401,93
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-2.090.301,32**

TOTAL DA RECEITA	**24.047.836,34**	**17.113.651,13**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 136
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 17
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Loraci Klippel Melo Germann
CPF: 94452245072
Cargo/Função: Prefeita
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 137
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 18
Peça 4613334
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0233B9D

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 27 de Agosto de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/08/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8946.0652.21EF.73D5.4B79.

Página 138
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 31/08/2022
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: Edemar Benatti E-Mail: edemar.benetti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE
30926649000107	CIDIRUR

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 139
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	731.536,37
Contribuições	900.000,00	559.962,27
Receita Patrimonial	387.322,35	2.419.084,04
Receita de Serviços	415.000,00	202.167,25
Transferências Correntes	17.486.140,00	15.646.351,09
Outras Receitas Correntes	5.037,65	33.455,16
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**19.592.556,18**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	1.235.057,93
Ressarcimentos	0,00	246.248,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**1.481.306,51**
RECEITAS DE CAPITAL		
Transferências de Capital	0,00	995.654,72
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**995.654,72**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-2.361.316,39**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**19.708.201,02**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	4.486.134,45
Créditos Especiais	3.497.164,99
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	2.059.738,70
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**25.033.560,74**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	16.488.506,47
Liquidado	13.047.016,78

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 140
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

Pago	12.862.802,48
SALDO A LIQUIDAR	**3.441.489,69**
SALDO A PAGAR	**184.214,30**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	678.529,05
Liquidado	262.007,64
Pago	155.597,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**416.521,41**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**106.410,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	2.270.548,98
Excesso de Arrecadação	1.938.540,76
Auxílios e Convênios	1.814.471,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.959.738,70
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.959.738,70
Reduções Orçamentárias entre entidades	100.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	47.401.625,66D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	6.177.467,10D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	2.582.908,92C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	65.055.313,86C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	7.601.413,48D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.245.889,69D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.413.238,87D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	3.193.540,31D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	63.230,14D
TRIBUTÁRIAS	0,00	128.121,03D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	250.953,72D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	823.819,96C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.800.897,83C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	140.603,66C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.386.350,63C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	16.663.184,98C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	33.455,16C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	62.304.453,79D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	62.304.453,79C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 141
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	5.255.055,28D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	58.942.915,82D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	5.255.055,28C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	58.942.915,82C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	6.469.001,57D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**6.469.001,57D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	15.184,05D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	32.623.545,18D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**32.638.729,23D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**39.107.730,80D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite judicial

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	86.785.984,98	80.794.789,38
Demais Contas	349.892.678,74	355.883.874,34
Totais	436.678.663,72	436.678.663,72
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		96.290

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	139.133,93	0,00	139.133,93
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos	64.769,27	0,00	64.769,27

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	do Poder Executivo/Indiretas - MDE			
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	35.982,94	0,00	35.982,94
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	3.837,40	0,00	3.837,40
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	1.598,92	0,00	1.598,92
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	959,35	0,00	959,35
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	32.782,60	0,00	32.782,60
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	13.659,42	0,00	13.659,42
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	8.195,66	0,00	8.195,66
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.451,22	0,00	7.451,22
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.104,72	0,00	3.104,72
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.862,77	0,00	1.862,77
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	77.529,56	0,00	77.529,56
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	36.091,37	0,00	36.091,37
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	20.050,60	0,00	20.050,60
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	43,67	0,00	43,67
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	20,33	0,00	20,33
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	11,29	0,00	11,29
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	25.472,85	0,00	25.472,85
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	11.857,85	0,00	11.857,85
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.587,77	0,00	6.587,77
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	11.145,47	0,00	11.145,47
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	5.188,35	0,00	5.188,35
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	2.881,78	0,00	2.881,78
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	18.354,31	0,00	18.354,31
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	8.544,25	0,00	8.544,25
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.746,85	0,00	4.746,85
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	93.870,94	0,00	93.870,94
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	43.698,57	0,00	43.698,57
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	24.276,91	0,00	24.276,91
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	100,52	0,00	100,52
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	46,82	0,00	46,82
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	26,04	0,00	26,04
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	332,05	0,00	332,05
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	154,59	0,00	154,59
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	85,84	0,00	85,84
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.176.716,82	0,00	5.176.716,82
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	431.393,06	0,00	431.393,06
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.294.179,21	0,00	1.294.179,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.725.572,26	0,00	1.725.572,26
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	317.160,61	0,00	317.160,61
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	132.150,26	0,00	132.150,26

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 144
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	- MDE			
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	79.290,15	0,00	79.290,15
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	285,65	0,00	285,65
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	23,80	0,00	23,80
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	71,43	0,00	71,43
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	95,21	0,00	95,21
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.430.733,11	0,00	1.430.733,11
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	119.227,78	0,00	119.227,78
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	357.683,22	0,00	357.683,22
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	476.911,07	0,00	476.911,07
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	183.960,00	0,00	183.960,00
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.329,94	0,00	15.329,94
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	45.990,10	0,00	45.990,10
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	61.320,07	0,00	61.320,07
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	14.169,53	0,00	14.169,53
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.180,80	0,00	1.180,80
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.542,37	0,00	3.542,37
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.723,19	0,00	4.723,19
SUBTOTAL		**12.576.166,42**	**0,00**	**12.576.166,42**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.144.041,60**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	188.734,46	0,00	188.734,46
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	699.305,64	0,00	699.305,64
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.268.621,80	0,00	2.268.621,80
TOTAL II		**3.156.661,90**	**0,00**	**3.156.661,90**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	1.022.103,37	0,00	1.022.103,37
20	EDUCACAO INFANTIL	95.931,44	0,00	95.931,44
20	EDUCACAO ESPECIAL	14.980,00	0,00	14.980,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.080.755,72	0,00	1.080.755,72
31	EDUCACAO INFANTIL	454.922,40	0,00	454.922,40
SUBTOTAL I		**2.668.692,93**	**0,00**	**2.668.692,93**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339030230000000 - ENSINO FUNDAMENTAL	494,81	0,00	494,81
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.976,45	0,00	1.976,45
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	903,52	0,00	903,52
20	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	7.317,40	0,00	7.317,40
20	339008050100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	12.824,07	0,00	12.824,07
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	790,58	0,00	790,58
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	19.941,32	0,00	19.941,32

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 145
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**44.248,15**	**0,00**	**44.248,15**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
20	MDE	0,00
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	657.711,07	0,00	657.711,07
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	15.549,34	0,00	15.549,34
SUBTOTAL V	**642.161,73**	**0,00**	**642.161,73**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**25,97**	**3.266.606,51**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.176.716,82	0,00	5.176.716,82
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	431.393,06	0,00	431.393,06
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.294.179,21	0,00	1.294.179,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.725.572,26	0,00	1.725.572,26
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	285,65	0,00	285,65
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	23,80	0,00	23,80
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	71,43	0,00	71,43
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	95,21	0,00	95,21
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.430.733,11	0,00	1.430.733,11
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	119.227,78	0,00	119.227,78
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	357.683,22	0,00	357.683,22
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	476.911,07	0,00	476.911,07
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	183.960,00	0,00	183.960,00
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.329,94	0,00	15.329,94
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	45.990,10	0,00	45.990,10
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	61.320,07	0,00	61.320,07
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	14.169,53	0,00	14.169,53
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.180,80	0,00	1.180,80
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.542,37	0,00	3.542,37
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.723,19	0,00	4.723,19

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 146
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL		**11.343.108,62**	**0,00**	**11.343.108,62**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.268.621,72**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.268.621,80	0,00	2.268.621,80
TOTAL II		**2.268.621,80**	**0,00**	**2.268.621,80**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.080.755,72	0,00	1.080.755,72
31	EDUCACAO INFANTIL	454.922,40	0,00	454.922,40
SUBTOTAL I		**1.535.678,12**	**0,00**	**1.535.678,12**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	790,58	0,00	790,58
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	19.941,32	0,00	19.941,32
SUBTOTAL II		**20.731,90**	**0,00**	**20.731,90**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód Recurso	Descrição	Valor Digitado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	657.711,07	0,00	657.711,07
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	15.549,34	0,00	15.549,34
SUBTOTAL V	**642.161,73**	**0,00**	**642.161,73**
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**19,02**		**2.157.107,95**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	15.549,34	0,00	15.549,34
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	1.606.325,13	0,00	1.606.325,13
Total		**1.621.874,47**	**0,00**	**1.621.874,47**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 147
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 10
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **1.135.312,13**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.036.463,95	0,00	1.036.463,95
31	EDUCACAO INFANTIL	454.131,82	0,00	454.131,82
SUBTOTAL I		**1.490.595,77**	**0,00**	**1.490.595,77**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**1.490.595,77**	**0,00**	**1.490.595,77**
% de Aplicação				**91,91**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 3º do art. 25 da Lei Federal 14.113/20

3.3.5.1 Base de Cálculo dos Recursos Recebidos do FUNDEB - Exercício Anterior

Base de Cálculo das Receitas de Impostos e Transferências do FUNDEB - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31 / 17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	2.028.767,03	0,00	2.028.767,03
31 / 13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	3.539,14	0,00	3.539,14
SUBTOTAL I		**2.032.306,17**	**0,00**	**2.032.306,17**
Valor Máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício a ser considerado no percentual constitucional 10%				**203.230,62**

Base de Cálculo das Receitas do FUNDEB de Complementação da União - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício que não será considerado no percentual constitucional 10%				**0,00**
TOTAL				**2.032.306,17**
Limite TOTAL para aplicação no 1º quadrimestre do exercício: 10%				**203.230,62**

3.3.5.2 Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º Quadrimestre de 2022)

Cod. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total Considerado para fins de Limite Constitucional				**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	139.133,93	0,00	139.133,93
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	64.769,27	0,00	64.769,27
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos	35.982,94	0,00	35.982,94

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	do Poder Executivo/Indiretas- ASPS			
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	3.837,40	0,00	3.837,40
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	1.598,92	0,00	1.598,92
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	959,35	0,00	959,35
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	32.782,60	0,00	32.782,60
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	13.659,42	0,00	13.659,42
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	8.195,66	0,00	8.195,66
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.451,22	0,00	7.451,22
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.104,72	0,00	3.104,72
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.862,77	0,00	1.862,77
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	77.529,56	0,00	77.529,56
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	36.091,37	0,00	36.091,37
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	20.050,60	0,00	20.050,60
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	43,67	0,00	43,67
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	20,33	0,00	20,33
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	11,29	0,00	11,29
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	25.472,85	0,00	25.472,85
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	11.857,85	0,00	11.857,85
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	6.587,77	0,00	6.587,77
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	11.145,47	0,00	11.145,47
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	5.188,35	0,00	5.188,35
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	2.881,78	0,00	2.881,78
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	18.354,31	0,00	18.354,31
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	8.544,25	0,00	8.544,25
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.746,85	0,00	4.746,85
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	93.870,94	0,00	93.870,94
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	43.698,57	0,00	43.698,57
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	24.276,91	0,00	24.276,91
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	100,52	0,00	100,52
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	46,82	0,00	46,82
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	26,04	0,00	26,04
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	332,05	0,00	332,05
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	154,59	0,00	154,59
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	85,84	0,00	85,84
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.176.716,82	0,00	5.176.716,82
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	431.393,06	0,00	431.393,06
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.294.179,21	0,00	1.294.179,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.725.572,26	0,00	1.725.572,26
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	285,65	0,00	285,65
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	23,80	0,00	23,80
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	71,43	0,00	71,43
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	95,21	0,00	95,21

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.430.733,11	0,00	1.430.733,11
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	119.227,78	0,00	119.227,78
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	357.683,22	0,00	357.683,22
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	476.911,07	0,00	476.911,07
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	183.960,00	0,00	183.960,00
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.329,94	0,00	15.329,94
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	45.990,10	0,00	45.990,10
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	61.320,07	0,00	61.320,07
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	14.169,53	0,00	14.169,53
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.180,80	0,00	1.180,80
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.542,37	0,00	3.542,37
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	4.723,19	0,00	4.723,19
SUBTOTAL I		**12.047.565,40**	**0,00**	**12.047.565,40**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.807.134,81**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	105.667,80	0,00	105.667,80
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.780.756,48	0,00	1.780.756,48
TOTAL II		**1.886.424,28**	**0,00**	**1.886.424,28**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-3.862,56	0,00	-3.862,56
40	ATENCAO BASICA	2.008.697,35	0,00	2.008.697,35
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	89.800,00	0,00	89.800,00
SUBTOTAL I		**2.094.634,79**	**0,00**	**2.094.634,79**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	339008050100000	3.296,48	0,00	3.296,48
40	339008110100000	1.159,88	0,00	1.159,88
40	339008560100000	395,29	0,00	395,29
SUBTOTAL II		**4.851,65**	**0,00**	**4.851,65**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil

(-) Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
40	ASPS	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	104,00	0,00	104,00
SUBTOTAL IV	**104,00**	**0,00**	**104,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 149
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL V - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**17,35**	**2.089.679,14**

3.5.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.8 Apuração das Despesas Correntes e das Receitas Correntes para verificação do Art. 167-A da Constituição Federal

3.8.1 Apuração da Despesa Corrente Total

DESPESA CORRENTE LIQUIDADA - Exercício Anterior - 01/09/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	6.266.431,25	0,00	6.266.431,25

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Exercício Anterior - Inscrição em Dezembro/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	103.127,00	0,00	103.127,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - Exercício Atual - 01/01/2022 a 31/08/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Digitado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	0,00

DESPESA CORRENTE LIQUIDADA - Exercício Atual - 01/01/2022 a 31/08/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	11.694.461,90	0,00	11.694.461,90

DESPESA CORRENTE TOTAL **18.064.020,15**

3.8.2 Apuração da Receita Corrente Total

RECEITA CORRENTE ARRECADADA - Exercício Anterior - 01/09/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	8.786.281,68	0,00	8.786.281,68
700000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	613.890,71	0,00	613.890,71
910000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-1.001.365,67	0,00	-1.001.365,67
970000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Subtotal I		**8.398.806,72**	**0,00**	**8.398.806,72**

RECEITA CORRENTE ARRECADADA - Exercício Atual - 01/01/2022 a 31/08/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	19.592.556,18	0,00	19.592.556,18
700000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.481.306,51	0,00	1.481.306,51
910000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-2.361.316,39	0,00	-2.361.316,39
970000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Subtotal II		**18.712.546,30**	**0,00**	**18.712.546,30**

RECEITA CORRENTE TOTAL **27.111.353,02**

Observação: Posteriormente, conforme demanda pela Declaração prevista no Art. 167-A, § 6 º da CF, a Equipe de Auditoria consolidará os dados da Prefeitura Municipal, demais entidades da Adm. Indireta e Câmara Municipal para a apuração da relação.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

3.8.3 Justificativa de ajustes nas contas de Despesa e/ou Receita para para fins de verificação do Art. 167-A da Constituição Federal

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 8,732%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 28 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1444 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1583 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1584 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1585 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1586 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1589 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1590 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1591 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1592 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1593 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 9 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 10 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 11 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 12 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 13 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 14 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 12, Contrato nr. 00000000000000000012, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 19, Contrato nr. 00000000000000000019, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 22, Contrato nr. 00000000000000000022, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 26, Contrato nr. 00000000000000000026, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 45, Contrato nr. 00000000000000000045, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 152
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 51,575%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 21,976%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	91,379% dos 58 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
BAL_DESP.TXT	BDP_58	0	0	JUSTIF.	Linha 727 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_59	0	0	JUSTIF.	Linha 727 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_62	0	0	JUSTIF.	Linha 727: Associação inadequada entre Elemento 779999, Função 99 e Subfunção 999 para identificação das Reservas.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	34	0	AVISO	Linha: 34 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	42	0	AVISO	Linha: 42 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	46	0	AVISO	Linha: 46 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	49	0	AVISO	Linha: 49 - Validação do prefixo da agência 00524 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	49	0	AVISO	Linha: 49 - Validação da conta 00000000000006720194 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	50	0	AVISO	Linha: 50 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	53	0	AVISO	Linha: 53 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	64	0	AVISO	Linha: 64 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	65	0	AVISO	Linha: 65 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	77	0	AVISO	Linha: 77 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	78	0	AVISO	Linha: 78 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	1,88% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
CTA_DISP.TXT	CTV_32	0	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
CTA_DISP.TXT	CTV_32	0	0	AVISO	Linha: 50 - Código do banco 0 inválido
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 1444 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1583 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1584 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1585 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1586 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1589 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1590 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1591 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1592 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1593 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_100 - Linha 9 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Aviso:recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0. Ja foi realizada a manutenção da correção em 2022. este aviso trata de empenhos de 2021.

Descrição: EMP_100 - Linha 10 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Aviso:recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0. Ja foi realizada a manutenção da correção em 2022. este aviso trata de empenhos de 2021.

Descrição: EMP_100 - Linha 11 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Aviso:recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0. Ja foi realizada a manutenção da correção em 2022. este aviso trata de empenhos de 2021.

Descrição: EMP_100 - Linha 12 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Aviso:recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0. Ja foi realizada a manutenção da correção em 2022. este aviso trata de empenhos de 2021.

Descrição: EMP_100 - Linha 13 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Aviso:recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0. Ja foi realizada a manutenção da correção em 2022. este aviso trata de empenhos de 2021.

Descrição: EMP_100 - Linha 14 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Aviso:recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0. Ja foi realizada a manutenção da correção em 2022. este aviso trata de empenhos de 2021.

Descrição: BDP_58 - Linha 727 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção.

Descrição: BDP_59 - Linha 727 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção.

Descrição: BDP_62 - Linha 727: Associação inadequada entre Elemento 779999, Função 99 e Subfunção 999 para identificação das Reservas.

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 154
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 17
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	29/03/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	29/03/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	26/05/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/05/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	25/07/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	25/07/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
4º Bimestre	Mural	28/09/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/09/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2021	23/02/2022	Camara Mun.Vereadores
1º Quadrimestre/2022	23/05/2022	Camara Mun.Vereadores
2º Quadrimestre/2022	26/09/2022	Camara Mun.Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.245.284,37	4.720.999,97
2º Bimestre	2.944.850,25	4.517.231,72
3º Bimestre	3.237.239,99	5.232.363,37
4º Bimestre	3.654.301,50	5.121.961,12
5º Bimestre	2.916.600,37	0,00
6º Bimestre	4.271.874,12	0,00
TOTAL	**20.270.150,60**	**19.592.556,18**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80
2º Bimestre	308.148,00	456.280,32
3º Bimestre	1.966.528,99	575.832,08
4º Bimestre	232.188,30	302.738,31
5º Bimestre	240.528,23	0,00
6º Bimestre	364.663,02	0,00
TOTAL	**3.523.740,06**	**1.481.306,51**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 155
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 18
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	685.906,72	66.666,00
2º Bimestre	17.853,00	0,00
3º Bimestre	469.002,93	419.472,00
4º Bimestre	47.337,10	509.516,72
5º Bimestre	18.840,25	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**1.238.940,00**	**995.654,72**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	-560.420,10
3º Bimestre	0,00	-608.161,84
4º Bimestre	0,00	-559.417,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-2.361.316,39**

TOTAL DA RECEITA	**25.032.830,66**	**19.708.201,02**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Loraci Klippel Melo Germann

CPF: 94452245072

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 156
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 19
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 157
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 20
Peça 4721743
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P024E316

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 12 de Novembro de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 12/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 12/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8A9B.DEA1.1576.A95D.1BBF.

Página 158
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 30/09/2022
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: Edemar Benatti E-Mail: edemar.benatti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE
30926649000107	CIDIRUR

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 159
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	822.329,67
Contribuições	900.000,00	637.908,46
Receita Patrimonial	387.322,35	2.691.140,00
Receita de Serviços	415.000,00	234.687,27
Transferências Correntes	17.486.140,00	17.482.876,61
Outras Receitas Correntes	5.037,65	39.982,09
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**21.908.924,10**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	1.391.734,12
Ressarcimentos	0,00	246.248,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**1.637.982,70**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienação de Bens	0,00	284.100,00
Transferências de Capital	0,00	995.654,72
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**1.279.754,72**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-2.595.675,32**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**22.230.986,20**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	4.501.134,45
Créditos Especiais	3.532.505,22
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	2.127.738,70
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**25.015.900,97**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	18.185.916,87

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 160
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Liquidado	14.984.533,35
Pago	14.753.606,44
SALDO A LIQUIDAR	**3.201.383,52**
SALDO A PAGAR	**230.926,91**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	678.529,05
Liquidado	262.007,64
Pago	155.597,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**416.521,41**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**106.410,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	2.305.548,98
Excesso de Arrecadação	1.953.880,99
Auxílios e Convênios	1.814.471,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.959.738,70
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	1.959.738,70
Reduções Orçamentárias entre entidades	168.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	48.097.517,51D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	6.221.899,10D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	2.890.323,31C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	65.001.359,60C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	8.750.836,61D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.408.285,16D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.982.560,99D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	3.537.058,48D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	63.230,14D
TRIBUTÁRIAS	0,00	143.381,65D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	250.994,40D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	896.352,60C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.035.520,21C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	162.890,05C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.656.580,68C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	18.499.710,50C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	284.100,00C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	39.982,09C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	63.984.204,42D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 161
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	63.984.204,42C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	5.440.554,08D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	62.369.906,63D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	5.440.554,08C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	62.369.906,63C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	6.607.700,17D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**6.607.700,17D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	105.408,27D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	32.947.800,58D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**33.053.208,85D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**39.660.909,02D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 162
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite judicial

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	91.443.778,14	84.899.404,32
Demais Contas	383.098.472,39	389.642.846,21
Totais	474.542.250,53	474.542.250,53
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		108.738

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	162.191,86	0,00	162.191,86
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	75.503,14	0,00	75.503,14
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	41.946,20	0,00	41.946,20
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	4.398,17	0,00	4.398,17
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	1.832,58	0,00	1.832,58
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.099,54	0,00	1.099,54
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	38.042,88	0,00	38.042,88
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	15.851,20	0,00	15.851,20
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	9.510,73	0,00	9.510,73
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.486,37	0,00	7.486,37
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.119,37	0,00	3.119,37
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.871,55	0,00	1.871,55
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	82.259,30	0,00	82.259,30
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	38.293,15	0,00	38.293,15
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	21.273,75	0,00	21.273,75
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	55,81	0,00	55,81
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	25,98	0,00	25,98
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	14,42	0,00	14,42
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	29.196,44	0,00	29.196,44
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	13.591,34	0,00	13.591,34
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	7.550,68	0,00	7.550,68
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	13.192,72	0,00	13.192,72
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	6.141,13	0,00	6.141,13
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	3.411,35	0,00	3.411,35
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	18.627,61	0,00	18.627,61
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	8.671,46	0,00	8.671,46
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.817,53	0,00	4.817,53
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	106.844,35	0,00	106.844,35
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	49.737,94	0,00	49.737,94
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	27.632,10	0,00	27.632,10
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	114,67	0,00	114,67
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	53,41	0,00	53,41
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	29,69	0,00	29,69
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	396,48	0,00	396,48
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	184,59	0,00	184,59
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	102,50	0,00	102,50
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.704.376,77	0,00	5.704.376,77
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	475.364,72	0,00	475.364,72
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.426.094,21	0,00	1.426.094,21

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 164
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.901.458,91	0,00	1.901.458,91
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	71.632,24	0,00	71.632,24
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	23.877,41	0,00	23.877,41
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	317.160,61	0,00	317.160,61
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	132.150,26	0,00	132.150,26
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	79.290,15	0,00	79.290,15
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	837,74	0,00	837,74
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	69,81	0,00	69,81
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	209,45	0,00	209,45
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	279,24	0,00	279,24
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.598.182,72	0,00	1.598.182,72
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	133.181,91	0,00	133.181,91
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	399.545,62	0,00	399.545,62
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	532.727,60	0,00	532.727,60
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	189.002,85	0,00	189.002,85
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.750,18	0,00	15.750,18
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	47.250,82	0,00	47.250,82
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	63.001,03	0,00	63.001,03
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	15.951,94	0,00	15.951,94
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.329,33	0,00	1.329,33
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.987,98	0,00	3.987,98
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.317,33	0,00	5.317,33
SUBTOTAL		**13.933.102,82**	**0,00**	**13.933.102,82**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.483.275,70**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	213.005,29	0,00	213.005,29
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	781.723,62	0,00	781.723,62
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.502.784,11	0,00	2.502.784,11
TOTAL II		**3.497.513,02**	**0,00**	**3.497.513,02**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	1.145.456,25	0,00	1.145.456,25
20	EDUCACAO INFANTIL	106.271,29	0,00	106.271,29
20	EDUCACAO ESPECIAL	15.380,00	0,00	15.380,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.237.311,20	0,00	1.237.311,20
31	EDUCACAO INFANTIL	521.197,14	0,00	521.197,14
SUBTOTAL I		**3.025.615,88**	**0,00**	**3.025.615,88**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339030230000000 - ENSINO FUNDAMENTAL	880,81	0,00	880,81

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 165
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.202,33	0,00	2.202,33
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	1.016,46	0,00	1.016,46
20	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	10.003,42	0,00	10.003,42
20	339008050100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	14.142,83	0,00	14.142,83
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	903,52	0,00	903,52
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	21.900,72	0,00	21.900,72
SUBTOTAL II		**51.050,09**	**0,00**	**51.050,09**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
20	MDE	0,00
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	721.357,01	0,00	721.357,01
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	17.138,95	0,00	17.138,95
SUBTOTAL V	**704.218,06**	**0,00**	**704.218,06**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**26,40**	**3.678.783,85**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.704.376,77	0,00	5.704.376,77
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	475.364,72	0,00	475.364,72
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.426.094,21	0,00	1.426.094,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.901.458,91	0,00	1.901.458,91
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	837,74	0,00	837,74
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	69,81	0,00	69,81
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	209,45	0,00	209,45
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	279,24	0,00	279,24
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.598.182,72	0,00	1.598.182,72
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	133.181,91	0,00	133.181,91
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	399.545,62	0,00	399.545,62
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	532.727,60	0,00	532.727,60
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	189.002,85	0,00	189.002,85
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.750,18	0,00	15.750,18

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 166
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	47.250,82	0,00	47.250,82
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	63.001,03	0,00	63.001,03
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	15.951,94	0,00	15.951,94
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.329,33	0,00	1.329,33
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.987,98	0,00	3.987,98
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.317,33	0,00	5.317,33
SUBTOTAL		**12.513.920,16**	**0,00**	**12.513.920,16**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.502.784,03**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.502.784,11	0,00	2.502.784,11
TOTAL II		**2.502.784,11**	**0,00**	**2.502.784,11**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.237.311,20	0,00	1.237.311,20
31	EDUCACAO INFANTIL	521.197,14	0,00	521.197,14
SUBTOTAL I		**1.758.508,34**	**0,00**	**1.758.508,34**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	903,52	0,00	903,52
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	21.900,72	0,00	21.900,72
SUBTOTAL II		**22.804,24**	**0,00**	**22.804,24**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód Recurso	Descrição	Valor Digitado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	721.357,01	0,00	721.357,01
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	17.138,95	0,00	17.138,95
SUBTOTAL V	**704.218,06**	**0,00**	**704.218,06**
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**19,50**		**2.439.922,16**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 167
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 10
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	17.138,95	0,00	17.138,95
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	1.775.166,90	0,00	1.775.166,90
Total		**1.792.305,85**	**0,00**	**1.792.305,85**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **1.254.614,09**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.180.465,01	0,00	1.180.465,01
31	EDUCACAO INFANTIL	520.293,62	0,00	520.293,62
SUBTOTAL I		**1.700.758,63**	**0,00**	**1.700.758,63**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**1.700.758,63**	**0,00**	**1.700.758,63**

% de Aplicação **94,89**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 3º do art. 25 da Lei Federal 14.113/20

3.3.5.1 Base de Cálculo dos Recursos Recebidos do FUNDEB - Exercício Anterior

Base de Cálculo das Receitas de Impostos e Transferências do FUNDEB - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31 / 17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	2.028.767,03	0,00	2.028.767,03
31 / 13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	3.539,14	0,00	3.539,14
SUBTOTAL I		**2.032.306,17**	**0,00**	**2.032.306,17**
Valor Máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício a ser considerado no percentual constitucional 10%				**203.230,62**

Base de Cálculo das Receitas do FUNDEB de Complementação da União - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício que não será considerado no percentual constitucional 10%				**0,00**
TOTAL				**2.032.306,17**
Limite TOTAL para aplicação no 1º quadrimestre do exercício: 10%				**203.230,62**

3.3.5.2 Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º Quadrimestre de 2022)

Cod. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total Considerado para fins de Limite Constitucional				**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 168
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	162.191,86	0,00	162.191,86
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	75.503,14	0,00	75.503,14
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	41.946,20	0,00	41.946,20
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	4.398,17	0,00	4.398,17
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	1.832,58	0,00	1.832,58
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.099,54	0,00	1.099,54
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	38.042,88	0,00	38.042,88
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	15.851,20	0,00	15.851,20
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	9.510,73	0,00	9.510,73
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.486,37	0,00	7.486,37
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.119,37	0,00	3.119,37
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.871,55	0,00	1.871,55
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	82.259,30	0,00	82.259,30
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	38.293,15	0,00	38.293,15
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	21.273,75	0,00	21.273,75
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	55,81	0,00	55,81
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	25,98	0,00	25,98
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	14,42	0,00	14,42
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	29.196,44	0,00	29.196,44
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	13.591,34	0,00	13.591,34
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	7.550,68	0,00	7.550,68
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	13.192,72	0,00	13.192,72
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	6.141,13	0,00	6.141,13
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	3.411,35	0,00	3.411,35
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	18.627,61	0,00	18.627,61
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	8.671,46	0,00	8.671,46
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.817,53	0,00	4.817,53
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	106.844,35	0,00	106.844,35
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	49.737,94	0,00	49.737,94
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	27.632,10	0,00	27.632,10
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	114,67	0,00	114,67
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	53,41	0,00	53,41
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	29,69	0,00	29,69
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	396,48	0,00	396,48
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	184,59	0,00	184,59
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	102,50	0,00	102,50
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	5.704.376,77	0,00	5.704.376,77
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	475.364,72	0,00	475.364,72

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 169
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.426.094,21	0,00	1.426.094,21
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	1.901.458,91	0,00	1.901.458,91
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	837,74	0,00	837,74
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	69,81	0,00	69,81
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	209,45	0,00	209,45
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	279,24	0,00	279,24
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.598.182,72	0,00	1.598.182,72
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	133.181,91	0,00	133.181,91
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	399.545,62	0,00	399.545,62
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	532.727,60	0,00	532.727,60
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	189.002,85	0,00	189.002,85
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.750,18	0,00	15.750,18
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	47.250,82	0,00	47.250,82
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	63.001,03	0,00	63.001,03
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	15.951,94	0,00	15.951,94
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.329,33	0,00	1.329,33
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	3.987,98	0,00	3.987,98
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.317,33	0,00	5.317,33
SUBTOTAL I		**13.308.992,15**	**0,00**	**13.308.992,15**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **1.996.348,82**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	119.260,04	0,00	119.260,04
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.956.378,23	0,00	1.956.378,23
TOTAL II		**2.075.638,27**	**0,00**	**2.075.638,27**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-3.862,56	0,00	-3.862,56
40	ATENCAO BASICA	2.351.884,85	0,00	2.351.884,85
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	89.800,00	0,00	89.800,00
SUBTOTAL I		**2.437.822,29**	**0,00**	**2.437.822,29**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	339008050100000	8.211,45	0,00	8.211,45
40	339008110100000	1.159,88	0,00	1.159,88
40	339008560100000	395,29	0,00	395,29
SUBTOTAL II		**9.766,62**	**0,00**	**9.766,62**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil

(-) Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 170
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Cód. Recurso	Descrição			Valor Digitado
40	ASPS			0,00
SUBTOTAL III				**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		111,30	0,00	111,30
SUBTOTAL IV		**111,30**	**0,00**	**111,30**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL V - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**18,24**	**2.427.944,37**

3.5.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 8,389%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 30 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1446 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1585 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1586 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1587 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1588 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1591 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1592 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1593 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1594 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1595 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 9 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 10 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 11 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 171
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 12 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 13 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 14 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 12, Contrato nr. 00000000000000000012, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 19, Contrato nr. 00000000000000000019, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 22, Contrato nr. 00000000000000000022, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 24, Contrato nr. 00000000000000000024, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 26, Contrato nr. 00000000000000000026, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 45, Contrato nr. 00000000000000000045, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 47, Contrato nr. 00000000000000000047, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 48, Contrato nr. 00000000000000000048, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 49, Contrato nr. 00000000000000000049, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 50, Contrato nr. 00000000000000000050, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 52,786%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 21,14%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	84,127% dos 63 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
BAL_DESP.TXT	BDP_58	0	0	JUSTIF.	Linha 728 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_59	0	0	JUSTIF.	Linha 728 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_62	0	0	JUSTIF.	Linha 728: Associação inadequada entre Elemento 779999, Função 99 e Subfunção 999 para identificação das Reservas.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	34	0	AVISO	Linha: 34 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	42	0	AVISO	Linha: 42 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	46	0	AVISO	Linha: 46 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	50	0	AVISO	Linha: 50 - Validação do prefixo da agência 00524 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	50	0	AVISO	Linha: 50 - Validação da conta 00000000000006720194 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	65	0	AVISO	Linha: 65 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	66	0	AVISO	Linha: 66 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	78	0	AVISO	Linha: 78 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	0,93% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
CTA_DISP.TXT	CTV_32	0	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 1446 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1585 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1586 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1587 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1588 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1591 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1592 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1593 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1594 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1595 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_100 - Linha 9 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0 Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 10 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0 Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 11 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 172
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Página 173
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 16
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Justificativa: o aviso: empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0 Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 12 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0 Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 13 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0 Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 14 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0 Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: BDP_58 - Linha 728 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção

Descrição: BDP_59 - Linha 728 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção

Descrição: BDP_62 - Linha 728: Associação inadequada entre Elemento 779999, Função 99 e Subfunção 999 para identificação das Reservas.

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.245.284,37	4.720.999,97
2º Bimestre	2.944.850,25	4.517.231,72
3º Bimestre	3.237.239,99	5.232.363,37
4º Bimestre	3.654.301,50	5.121.961,12
5º Bimestre	2.916.600,37	2.316.367,92
6º Bimestre	4.271.874,12	0,00
TOTAL	**20.270.150,60**	**21.908.924,10**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80
2º Bimestre	308.148,00	456.280,32
3º Bimestre	1.966.528,99	575.832,08
4º Bimestre	232.188,30	302.738,31
5º Bimestre	240.528,23	156.676,19
6º Bimestre	364.663,02	0,00
TOTAL	**3.523.740,06**	**1.637.982,70**

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 174
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 17
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	685.906,72	66.666,00
2º Bimestre	17.853,00	0,00
3º Bimestre	469.002,93	419.472,00
4º Bimestre	47.337,10	509.516,72
5º Bimestre	18.840,25	284.100,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**1.238.940,00**	**1.279.754,72**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	-560.420,10
3º Bimestre	0,00	-608.161,84
4º Bimestre	0,00	-559.417,00
5º Bimestre	0,00	-234.358,93
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-2.595.675,32**

TOTAL DA RECEITA	**25.032.830,66**	**22.230.986,20**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Loraci Klippel Melo Germann

CPF: 94452245072

Cargo/Função: Prefeita

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 175
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 18
Peça 4731238
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P025082D

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

nada a declarar

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 20 de Novembro de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/11/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D996.5373.8B7C.EAA0.54C4.

Página 177
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 31/10/2022
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: Edemar Benatti E-Mail: edemar.benatti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE
30926649000107	CIDIRUR

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 178
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	910.008,02
Contribuições	900.000,00	710.996,89
Receita Patrimonial	387.322,35	3.153.893,55
Receita de Serviços	415.000,00	258.626,51
Transferências Correntes	17.486.140,00	19.084.233,38
Outras Receitas Correntes	5.037,65	43.360,89
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**24.161.119,24**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	1.571.584,00
Ressarcimentos	0,00	246.248,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**1.817.832,58**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienação de Bens	0,00	284.100,00
Transferências de Capital	0,00	995.654,72
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**1.279.754,72**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-2.835.661,92**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**24.423.044,62**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	5.146.844,75
Créditos Especiais	3.604.505,22
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	2.286.945,04
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**25.574.404,93**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	19.939.731,53

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 179
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

Liquidado	17.009.378,42
Pago	16.921.660,41
SALDO A LIQUIDAR	**2.930.353,11**
SALDO A PAGAR	**87.718,01**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	678.529,05
Liquidado	262.007,64
Pago	155.597,52
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**416.521,41**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**106.410,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	2.500.752,94
Excesso de Arrecadação	2.317.180,99
Auxílios e Convênios	1.814.471,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	2.118.945,04
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	2.118.945,04
Reduções Orçamentárias entre entidades	168.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	48.327.751,56D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	6.145.873,33D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	2.899.439,41C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	64.948.004,95C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	9.841.305,25D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.587.587,22D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.518.492,41D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	3.923.735,31D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	63.230,14D
TRIBUTÁRIAS	0,00	157.471,01D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	251.044,40D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	963.762,05C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.288.847,03C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	179.890,79C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	3.119.461,75C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	20.100.678,76C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	284.100,00C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	43.360,89C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	66.296.523,04D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 180
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	66.296.523,04C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	5.714.567,08D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	65.452.079,02D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	5.714.567,08C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	65.452.079,02C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	5.997.874,50D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**5.997.874,50D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	214.061,91D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	33.378.131,08D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**33.592.192,99D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**39.590.067,49D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 181
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite judicial

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	96.193.124,82	89.719.592,53
Demais Contas	416.861.262,51	423.334.794,80
Totais	513.054.387,33	513.054.387,33
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		122.896

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	181.368,35	0,00	181.368,35
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	84.430,13	0,00	84.430,13
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	46.905,64	0,00	46.905,64
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	4.965,53	0,00	4.965,53
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	2.068,98	0,00	2.068,98
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.241,38	0,00	1.241,38
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	43.642,12	0,00	43.642,12
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	18.184,22	0,00	18.184,22
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	10.910,54	0,00	10.910,54
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.577,60	0,00	7.577,60
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.157,39	0,00	3.157,39
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.894,35	0,00	1.894,35
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	87.325,69	0,00	87.325,69
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	40.651,64	0,00	40.651,64
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	22.583,94	0,00	22.583,94
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	66,73	0,00	66,73
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	31,06	0,00	31,06
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	17,26	0,00	17,26
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	33.804,99	0,00	33.804,99
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	15.736,72	0,00	15.736,72
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	8.742,49	0,00	8.742,49
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	15.525,49	0,00	15.525,49
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	7.227,01	0,00	7.227,01
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	4.014,54	0,00	4.014,54
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	19.221,29	0,00	19.221,29
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	8.947,83	0,00	8.947,83
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.971,06	0,00	4.971,06
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	119.451,35	0,00	119.451,35
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	55.606,74	0,00	55.606,74
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	30.892,52	0,00	30.892,52
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	177,69	0,00	177,69
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	82,74	0,00	82,74
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	46,02	0,00	46,02
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	396,48	0,00	396,48
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	184,59	0,00	184,59
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	102,50	0,00	102,50
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.260.951,88	0,00	6.260.951,88
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	521.745,99	0,00	521.745,99
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.565.237,98	0,00	1.565.237,98

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 183
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.086.983,94	0,00	2.086.983,94
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	71.632,24	0,00	71.632,24
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	23.877,41	0,00	23.877,41
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	317.160,61	0,00	317.160,61
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	132.150,26	0,00	132.150,26
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	79.290,15	0,00	79.290,15
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.771,17	0,00	3.771,17
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	314,26	0,00	314,26
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	942,81	0,00	942,81
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.257,05	0,00	1.257,05
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.760.993,76	0,00	1.760.993,76
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	146.749,49	0,00	146.749,49
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	440.248,37	0,00	440.248,37
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	586.997,95	0,00	586.997,95
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	190.212,35	0,00	190.212,35
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.850,97	0,00	15.850,97
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	47.553,21	0,00	47.553,21
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	63.404,20	0,00	63.404,20
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	17.864,18	0,00	17.864,18
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.488,69	0,00	1.488,69
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.466,03	0,00	4.466,03
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.954,75	0,00	5.954,75
SUBTOTAL		**15.229.254,30**	**0,00**	**15.229.254,30**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **3.807.313,57**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	236.309,05	0,00	236.309,05
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	842.177,07	0,00	842.177,07
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.744.597,89	0,00	2.744.597,89
TOTAL II		**3.823.084,01**	**0,00**	**3.823.084,01**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	1.277.588,96	0,00	1.277.588,96
20	EDUCACAO INFANTIL	116.366,95	0,00	116.366,95
20	EDUCACAO ESPECIAL	16.620,00	0,00	16.620,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.391.273,21	0,00	1.391.273,21
31	EDUCACAO INFANTIL	583.159,24	0,00	583.159,24
SUBTOTAL I		**3.385.008,36**	**0,00**	**3.385.008,36**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339030230000000 - ENSINO FUNDAMENTAL	880,81	0,00	880,81

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.258,80	0,00	2.258,80
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	1.129,40	0,00	1.129,40
20	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.055,72	0,00	13.055,72
20	339008050100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	16.615,51	0,00	16.615,51
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	1.016,46	0,00	1.016,46
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	28.934,66	0,00	28.934,66
SUBTOTAL II		**63.891,36**	**0,00**	**63.891,36**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
20	MDE	0,00
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	793.018,44	0,00	793.018,44
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	18.365,26	0,00	18.365,26
SUBTOTAL V	**774.653,18**	**0,00**	**774.653,18**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**26,89**	**4.095.770,18**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.260.951,88	0,00	6.260.951,88
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	521.745,99	0,00	521.745,99
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.565.237,98	0,00	1.565.237,98
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.086.983,94	0,00	2.086.983,94
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.771,17	0,00	3.771,17
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	314,26	0,00	314,26
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	942,81	0,00	942,81
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.257,05	0,00	1.257,05
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.760.993,76	0,00	1.760.993,76
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	146.749,49	0,00	146.749,49
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	440.248,37	0,00	440.248,37
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	586.997,95	0,00	586.997,95
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	190.212,35	0,00	190.212,35
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.850,97	0,00	15.850,97

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 184
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	47.553,21	0,00	47.553,21
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	63.404,20	0,00	63.404,20
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	17.864,18	0,00	17.864,18
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.488,69	0,00	1.488,69
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.466,03	0,00	4.466,03
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.954,75	0,00	5.954,75
SUBTOTAL		**13.722.989,03**	**0,00**	**13.722.989,03**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **2.744.597,81**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.744.597,89	0,00	2.744.597,89
TOTAL II		**2.744.597,89**	**0,00**	**2.744.597,89**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.391.273,21	0,00	1.391.273,21
31	EDUCACAO INFANTIL	583.159,24	0,00	583.159,24
SUBTOTAL I		**1.974.432,45**	**0,00**	**1.974.432,45**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	1.016,46	0,00	1.016,46
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	28.934,66	0,00	28.934,66
SUBTOTAL II		**29.951,12**	**0,00**	**29.951,12**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód Recurso	Descrição	Valor Digitado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	793.018,44	0,00	793.018,44
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	18.365,26	0,00	18.365,26
SUBTOTAL V	**774.653,18**	**0,00**	**774.653,18**
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**19,81**		**2.719.134,51**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 185
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	18.365,26	0,00	18.365,26
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	1.943.492,07	0,00	1.943.492,07
Total		**1.961.857,33**	**0,00**	**1.961.857,33**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **1.373.300,13**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.322.095,57	0,00	1.322.095,57
31	EDUCACAO INFANTIL	582.142,78	0,00	582.142,78
SUBTOTAL I		**1.904.238,35**	**0,00**	**1.904.238,35**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**1.904.238,35**	**0,00**	**1.904.238,35**
% de Aplicação				**97,06**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 3º do art. 25 da Lei Federal 14.113/20

3.3.5.1 Base de Cálculo dos Recursos Recebidos do FUNDEB - Exercício Anterior

Base de Cálculo das Receitas de Impostos e Transferências do FUNDEB - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31 / 17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	2.028.767,03	0,00	2.028.767,03
31 / 13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	3.539,14	0,00	3.539,14
SUBTOTAL I		**2.032.306,17**	**0,00**	**2.032.306,17**
Valor Máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício a ser considerado no percentual constitucional 10%				**203.230,62**

Base de Cálculo das Receitas do FUNDEB de Complementação da União - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício que não será considerado no percentual constitucional 10%				**0,00**
TOTAL				**2.032.306,17**
Limite TOTAL para aplicação no 1º quadrimestre do exercício: 10%				**203.230,62**

3.3.5.2 Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º Quadrimestre de 2022)

Cod. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total Considerado para fins de Limite Constitucional				**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 186
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 10
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	181.368,35	0,00	181.368,35
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	84.430,13	0,00	84.430,13
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	46.905,64	0,00	46.905,64
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	4.965,53	0,00	4.965,53
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	2.068,98	0,00	2.068,98
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.241,38	0,00	1.241,38
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	43.642,12	0,00	43.642,12
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	18.184,22	0,00	18.184,22
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	10.910,54	0,00	10.910,54
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.577,60	0,00	7.577,60
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.157,39	0,00	3.157,39
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.894,35	0,00	1.894,35
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	87.325,69	0,00	87.325,69
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	40.651,64	0,00	40.651,64
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	22.583,94	0,00	22.583,94
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	66,73	0,00	66,73
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	31,06	0,00	31,06
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	17,26	0,00	17,26
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	33.804,99	0,00	33.804,99
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	15.736,72	0,00	15.736,72
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	8.742,49	0,00	8.742,49
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	15.525,49	0,00	15.525,49
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	7.227,01	0,00	7.227,01
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	4.014,54	0,00	4.014,54
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	19.221,29	0,00	19.221,29
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	8.947,83	0,00	8.947,83
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.971,06	0,00	4.971,06
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	119.451,35	0,00	119.451,35
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	55.606,74	0,00	55.606,74
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	30.892,52	0,00	30.892,52
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	177,69	0,00	177,69
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	82,74	0,00	82,74
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	46,02	0,00	46,02
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	396,48	0,00	396,48
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	184,59	0,00	184,59
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	102,50	0,00	102,50
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.260.951,88	0,00	6.260.951,88
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	521.745,99	0,00	521.745,99

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 188
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.565.237,98	0,00	1.565.237,98
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.086.983,94	0,00	2.086.983,94
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.771,17	0,00	3.771,17
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	314,26	0,00	314,26
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	942,81	0,00	942,81
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.257,05	0,00	1.257,05
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.760.993,76	0,00	1.760.993,76
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	146.749,49	0,00	146.749,49
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	440.248,37	0,00	440.248,37
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	586.997,95	0,00	586.997,95
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	190.212,35	0,00	190.212,35
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	15.850,97	0,00	15.850,97
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	47.553,21	0,00	47.553,21
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	63.404,20	0,00	63.404,20
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	17.864,18	0,00	17.864,18
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.488,69	0,00	1.488,69
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.466,03	0,00	4.466,03
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	5.954,75	0,00	5.954,75
SUBTOTAL I		**14.605.143,63**	**0,00**	**14.605.143,63**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.190.771,54**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	132.322,24	0,00	132.322,24
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.137.738,55	0,00	2.137.738,55
TOTAL II		**2.270.060,79**	**0,00**	**2.270.060,79**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-3.862,56	0,00	-3.862,56
40	ATENCAO BASICA	2.614.261,48	0,00	2.614.261,48
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	130.800,00	0,00	130.800,00
SUBTOTAL I		**2.741.198,92**	**0,00**	**2.741.198,92**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	339008050100000	13.126,42	0,00	13.126,42
40	339008110100000	1.159,88	0,00	1.159,88
40	339008560100000	395,29	0,00	395,29
SUBTOTAL II		**14.681,59**	**0,00**	**14.681,59**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil

(-) Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
40	ASPS	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	118,40	0,00	118,40
SUBTOTAL IV	**118,40**	**0,00**	**118,40**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL V - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**18,67**	**2.726.398,93**

3.5.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.8 Apuração das Despesas Correntes e das Receitas Correntes para verificação do Art. 167-A da Constituição Federal

3.8.1 Apuração da Despesa Corrente Total

DESPESA CORRENTE LIQUIDADA - Exercício Anterior - 01/11/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	3.829.316,56	0,00	3.829.316,56

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Exercício Anterior - Inscrição em Dezembro/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	103.127,00	0,00	103.127,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - Exercício Atual - 01/01/2022 a 31/10/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Digitado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	0,00

DESPESA CORRENTE LIQUIDADA - Exercício Atual - 01/01/2022 a 31/10/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	15.397.330,40	0,00	15.397.330,40

DESPESA CORRENTE TOTAL	**19.329.773,96**

3.8.2 Apuração da Receita Corrente Total

RECEITA CORRENTE ARRECADADA - Exercício Anterior - 01/11/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	5.559.885,29	0,00	5.559.885,29
700000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	319.469,83	0,00	319.469,83
910000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-566.859,45	0,00	-566.859,45
970000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Subtotal I		**5.312.495,67**	**0,00**	**5.312.495,67**

RECEITA CORRENTE ARRECADADA - Exercício Atual - 01/01/2022 a 31/10/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	24.161.119,24	0,00	24.161.119,24
700000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.817.832,58	0,00	1.817.832,58
910000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-2.835.661,92	0,00	-2.835.661,92

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 189
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

Página 190
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
970000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
Subtotal II		**23.143.289,90**	**0,00**	**23.143.289,90**
RECEITA CORRENTE TOTAL				**28.455.785,57**

Observação: Posteriormente, conforme demanda pela Declaração prevista no Art. 167-A, § 6 º da CF, a Equipe de Auditoria consolidará os dados da Prefeitura Municipal, demais entidades da Adm. Indireta e Câmara Municipal para a apuração da relação.

3.8.3 Justificativa de ajustes nas contas de Despesa e/ou Receita para para fins de verificação do Art. 167-A da Constituição Federal

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 8,422%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 33 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1459 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1598 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1599 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1600 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1601 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1604 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1605 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1606 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1607 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1608 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 9 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 10 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 11 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 12 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 13 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 14 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 12, Contrato nr. 00000000000000000012, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 19, Contrato nr. 00000000000000000019, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 22, Contrato nr. 00000000000000000022, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 23, Contrato nr. 00000000000000000023, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 24, Contrato nr. 00000000000000000024, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 26, Contrato nr. 00000000000000000026, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 45, Contrato nr. 00000000000000000045, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 46, Contrato nr. 00000000000000000046, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 47, Contrato nr. 00000000000000000047, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 48, Contrato nr. 00000000000000000048, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 49, Contrato nr. 00000000000000000049, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 50, Contrato nr. 00000000000000000050, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 51, Contrato nr. 00000000000000000051, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 52, Contrato nr. 00000000000000000052, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 54,518%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 20,579%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	79,104% dos 67 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
BAL_DESP.TXT	BDP_58	0	0	JUSTIF.	Linha 728 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_59	0	0	JUSTIF.	Linha 728 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_62	0	0	JUSTIF.	Linha 728: Associação inadequada entre Elemento 779999, Função 99 e Subfunção 999 para identificação das Reservas.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	34	0	AVISO	Linha: 34 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	42	0	AVISO	Linha: 42 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	46	0	AVISO	Linha: 46 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	50	0	AVISO	Linha: 50 - Validação do prefixo da agência 00524 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	50	0	AVISO	Linha: 50 - Validação da conta 00000000000006720194 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	65	0	AVISO	Linha: 65 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	66	0	AVISO	Linha: 66 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	78	0	AVISO	Linha: 78 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	0,93% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
CTA_DISP.TXT	CTV_32	0	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 1459 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1598 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1599 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1600 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1601 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1604 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1605 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1606 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1607 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1608 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_100 - Linha 9 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 10 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0 Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Descrição: EMP_100 - Linha 11 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0 Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 12 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários, Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado

Descrição: EMP_100 - Linha 13 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários, Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado

Descrição: EMP_100 - Linha 14 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários, Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado

Descrição: BDP_58 - Linha 728 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção

Descrição: BDP_59 - Linha 728 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção

Descrição: BDP_62 - Linha 728: Associação inadequada entre Elemento 779999, Função 99 e Subfunção 999 para identificação das Reservas.

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	29/03/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	29/03/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	26/05/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/05/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	25/07/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	25/07/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
4º Bimestre	Mural	28/09/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/09/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
5º Bimestre	Mural	26/11/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/11/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2021	23/02/2022	Camara Mun.Vereadores
1º Quadrimestre/2022	23/05/2022	Camara Mun.Vereadores
2º Quadrimestre/2022	26/09/2022	Camara Mun.Vereadores

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 194
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 18
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.245.284,37	4.720.999,97
2º Bimestre	2.944.850,25	4.517.231,72
3º Bimestre	3.237.239,99	5.232.363,37
4º Bimestre	3.654.301,50	5.121.961,12
5º Bimestre	2.916.600,37	4.568.563,06
6º Bimestre	4.271.874,12	0,00
TOTAL	**20.270.150,60**	**24.161.119,24**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80
2º Bimestre	308.148,00	456.280,32
3º Bimestre	1.966.528,99	575.832,08
4º Bimestre	232.188,30	302.738,31
5º Bimestre	240.528,23	336.526,07
6º Bimestre	364.663,02	0,00
TOTAL	**3.523.740,06**	**1.817.832,58**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	685.906,72	66.666,00
2º Bimestre	17.853,00	0,00
3º Bimestre	469.002,93	419.472,00
4º Bimestre	47.337,10	509.516,72
5º Bimestre	18.840,25	284.100,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**1.238.940,00**	**1.279.754,72**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	-560.420,10
3º Bimestre	0,00	-608.161,84
4º Bimestre	0,00	-559.417,00
5º Bimestre	0,00	-474.345,53
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-2.835.661,92**

TOTAL DA RECEITA	**25.032.830,66**	**24.423.044,62**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 195
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 19
Peça 4744932
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0253DAB

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Loraci Klippel Melo Germann

CPF: 94452245072

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 26 de Novembro de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 26/11/22 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 26/11/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0DCD.37A5.6756.38C4.8A95.

Página 197
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 30/11/2022
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: Edemar Benatti E-Mail: edemarbenatti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE
30926649000107	CIDIRUR

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 198
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	991.130,18
Contribuições	900.000,00	783.236,77
Receita Patrimonial	387.322,35	3.358.924,87
Receita de Serviços	415.000,00	284.288,20
Transferências Correntes	17.486.140,00	20.887.394,26
Outras Receitas Correntes	5.037,65	50.695,64
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**26.355.669,92**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	1.749.721,64
Ressarcimentos	0,00	246.248,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**1.995.970,22**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienação de Bens	0,00	284.100,00
Transferências de Capital	0,00	995.654,72
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**1.279.754,72**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-3.223.202,05**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**26.408.192,81**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	6.526.794,95
Créditos Especiais	3.852.409,64
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	2.669.236,43
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**26.819.968,16**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	21.767.403,81

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 199
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Liquidado	19.084.407,58
Pago	18.972.376,62
SALDO A LIQUIDAR	**2.682.996,23**
SALDO A PAGAR	**112.030,96**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	678.529,05
Liquidado	660.502,52
Pago	554.092,40
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**18.026,53**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**106.410,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	2.642.767,53
Excesso de Arrecadação	3.460.729,63
Auxílios e Convênios	1.814.471,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	2.461.236,43
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	2.461.236,43
Reduções Orçamentárias entre entidades	208.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	48.145.046,45D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	6.596.962,00D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	3.109.537,22C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	64.894.893,89C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	10.941.628,47D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.758.194,56D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.966.399,31D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	7.485,24D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	4.335.216,50D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	63.230,14D
TRIBUTÁRIAS	0,00	173.543,79D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	251.044,40D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.038.365,78C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.539.224,55C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	199.819,26C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	3.301.822,71C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	21.823.861,57C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	284.100,00C
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	50.695,64C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	69.369.758,55D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 200
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	69.369.758,55C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	6.046.052,49D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	68.385.498,89D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	17.918,07D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	6.046.052,49C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	68.385.498,89C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	17.918,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	5.275.993,88D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**5.275.993,88D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	19.480,70D
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	33.737.884,73D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**33.757.365,43D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**39.033.359,31D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 201
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite judicial.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	100.846.798,79	94.929.974,68
Demais Contas	456.405.196,07	462.322.020,18
Totais	557.251.994,86	557.251.994,86
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		136.780

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	200.309,85	0,00	200.309,85
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	93.247,73	0,00	93.247,73
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	51.804,31	0,00	51.804,31
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	4.965,53	0,00	4.965,53
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	2.068,98	0,00	2.068,98
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.241,38	0,00	1.241,38
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	49.241,36	0,00	49.241,36
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	20.517,24	0,00	20.517,24
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	12.310,35	0,00	12.310,35
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.711,00	0,00	7.711,00
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.212,98	0,00	3.212,98
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.927,70	0,00	1.927,70
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	92.822,41	0,00	92.822,41
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	43.210,47	0,00	43.210,47
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	24.005,41	0,00	24.005,41
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	92,51	0,00	92,51
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	43,05	0,00	43,05
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	23,96	0,00	23,96
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	36.438,00	0,00	36.438,00
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	16.962,44	0,00	16.962,44
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	9.423,42	0,00	9.423,42
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	16.630,42	0,00	16.630,42
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	7.741,35	0,00	7.741,35
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	4.300,19	0,00	4.300,19
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	19.814,96	0,00	19.814,96
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	9.224,19	0,00	9.224,19
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	5.124,60	0,00	5.124,60
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	131.714,35	0,00	131.714,35
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	61.315,39	0,00	61.315,39
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	34.063,97	0,00	34.063,97
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	194,73	0,00	194,73
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	90,67	0,00	90,67
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	50,43	0,00	50,43
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	396,48	0,00	396,48
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	184,59	0,00	184,59
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	102,50	0,00	102,50
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.960.465,49	0,00	6.960.465,49
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	580.038,80	0,00	580.038,80
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.740.116,37	0,00	1.740.116,37

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 203
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.320.155,14	0,00	2.320.155,14
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	71.632,24	0,00	71.632,24
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	23.877,41	0,00	23.877,41
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	317.160,61	0,00	317.160,61
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	132.150,26	0,00	132.150,26
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	79.290,15	0,00	79.290,15
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.785,16	0,00	3.785,16
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	315,43	0,00	315,43
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	946,31	0,00	946,31
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.261,71	0,00	1.261,71
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.918.594,13	0,00	1.918.594,13
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	159.882,86	0,00	159.882,86
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	479.648,46	0,00	479.648,46
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	639.531,40	0,00	639.531,40
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	192.082,24	0,00	192.082,24
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.006,79	0,00	16.006,79
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	48.020,70	0,00	48.020,70
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	64.027,50	0,00	64.027,50
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	19.194,04	0,00	19.194,04
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.599,51	0,00	1.599,51
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.798,50	0,00	4.798,50
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.398,04	0,00	6.398,04
SUBTOTAL		**16.743.508,15**	**0,00**	**16.743.508,15**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **4.185.877,04**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	257.819,08	0,00	257.819,08
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	913.871,06	0,00	913.871,06
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.031.373,79	0,00	3.031.373,79
TOTAL II		**4.203.063,93**	**0,00**	**4.203.063,93**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	1.440.824,01	0,00	1.440.824,01
20	EDUCACAO INFANTIL	128.607,56	0,00	128.607,56
20	EDUCACAO ESPECIAL	19.960,00	0,00	19.960,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.543.086,01	0,00	1.543.086,01
31	EDUCACAO INFANTIL	645.773,85	0,00	645.773,85
SUBTOTAL I		**3.778.251,43**	**0,00**	**3.778.251,43**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339030230000000 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.995,69	0,00	1.995,69

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 204
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.315,27	0,00	2.315,27
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	1.242,34	0,00	1.242,34
20	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	14.765,01	0,00	14.765,01
20	339008050100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	19.088,19	0,00	19.088,19
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	1.129,40	0,00	1.129,40
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	33.493,72	0,00	33.493,72
SUBTOTAL II		**74.029,62**	**0,00**	**74.029,62**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
20	MDE	0,00
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	901.443,66	0,00	901.443,66
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	19.290,20	0,00	19.290,20
SUBTOTAL V	**882.153,46**	**0,00**	**882.153,46**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**27,39**	**4.586.375,27**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.960.465,49	0,00	6.960.465,49
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	580.038,80	0,00	580.038,80
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.740.116,37	0,00	1.740.116,37
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.320.155,14	0,00	2.320.155,14
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.785,16	0,00	3.785,16
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	315,43	0,00	315,43
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	946,31	0,00	946,31
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.261,71	0,00	1.261,71
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.918.594,13	0,00	1.918.594,13
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	159.882,86	0,00	159.882,86
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	479.648,46	0,00	479.648,46
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	639.531,40	0,00	639.531,40
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	192.082,24	0,00	192.082,24
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.006,79	0,00	16.006,79

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 205
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	48.020,70	0,00	48.020,70
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	64.027,50	0,00	64.027,50
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	19.194,04	0,00	19.194,04
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.599,51	0,00	1.599,51
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.798,50	0,00	4.798,50
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.398,04	0,00	6.398,04
SUBTOTAL		**15.156.868,58**	**0,00**	**15.156.868,58**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **3.031.373,72**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.031.373,79	0,00	3.031.373,79
TOTAL II		**3.031.373,79**	**0,00**	**3.031.373,79**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.543.086,01	0,00	1.543.086,01
31	EDUCACAO INFANTIL	645.773,85	0,00	645.773,85
SUBTOTAL I		**2.188.859,86**	**0,00**	**2.188.859,86**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	1.129,40	0,00	1.129,40
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	33.493,72	0,00	33.493,72
SUBTOTAL II		**34.623,12**	**0,00**	**34.623,12**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód Recurso	Descrição	Valor Digitado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

(+) Perda com o FUNDEB	901.443,66	0,00	901.443,66
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	19.290,20	0,00	19.290,20
SUBTOTAL V	**882.153,46**	**0,00**	**882.153,46**
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**20,03**		**3.036.390,20**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 206
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 10
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	19.290,20	0,00	19.290,20
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	2.119.884,70	0,00	2.119.884,70
Total		**2.139.174,90**	**0,00**	**2.139.174,90**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **1.497.422,43**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.464.051,80	0,00	1.464.051,80
31	EDUCACAO INFANTIL	644.644,45	0,00	644.644,45
SUBTOTAL I		**2.108.696,25**	**0,00**	**2.108.696,25**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL		**2.108.696,25**	**0,00**	**2.108.696,25**
% de Aplicação				**98,58**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 3º do art. 25 da Lei Federal 14.113/20

3.3.5.1 Base de Cálculo dos Recursos Recebidos do FUNDEB - Exercício Anterior

Base de Cálculo das Receitas de Impostos e Transferências do FUNDEB - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31 / 17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	2.028.767,03	0,00	2.028.767,03
31 / 13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	3.539,14	0,00	3.539,14
SUBTOTAL I		**2.032.306,17**	**0,00**	**2.032.306,17**
Valor Máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício a ser considerado no percentual constitucional 10%				**203.230,62**

Base de Cálculo das Receitas do FUNDEB de Complementação da União - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício que não será considerado no percentual constitucional 10%				**0,00**
TOTAL				**2.032.306,17**
Limite TOTAL para aplicação no 1º quadrimestre do exercício: 10%				**203.230,62**

3.3.5.2 Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º Quadrimestre de 2022)

Cod. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total Considerado para fins de Limite Constitucional				**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	200.309,85	0,00	200.309,85
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	93.247,73	0,00	93.247,73
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	51.804,31	0,00	51.804,31
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	4.965,53	0,00	4.965,53
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	2.068,98	0,00	2.068,98
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.241,38	0,00	1.241,38
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	49.241,36	0,00	49.241,36
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	20.517,24	0,00	20.517,24
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	12.310,35	0,00	12.310,35
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.711,00	0,00	7.711,00
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.212,98	0,00	3.212,98
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.927,70	0,00	1.927,70
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	92.822,41	0,00	92.822,41
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	43.210,47	0,00	43.210,47
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	24.005,41	0,00	24.005,41
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	92,51	0,00	92,51
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	43,05	0,00	43,05
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	23,96	0,00	23,96
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	36.438,00	0,00	36.438,00
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	16.962,44	0,00	16.962,44
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	9.423,42	0,00	9.423,42
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	16.630,42	0,00	16.630,42
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	7.741,35	0,00	7.741,35
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	4.300,19	0,00	4.300,19
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	19.814,96	0,00	19.814,96
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	9.224,19	0,00	9.224,19
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	5.124,60	0,00	5.124,60
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	131.714,35	0,00	131.714,35
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	61.315,39	0,00	61.315,39
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	34.063,97	0,00	34.063,97
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	194,73	0,00	194,73
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	90,67	0,00	90,67
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	50,43	0,00	50,43
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	396,48	0,00	396,48
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	184,59	0,00	184,59
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	102,50	0,00	102,50
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.960.465,49	0,00	6.960.465,49
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	580.038,80	0,00	580.038,80

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 208
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.740.116,37	0,00	1.740.116,37
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.320.155,14	0,00	2.320.155,14
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.785,16	0,00	3.785,16
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	315,43	0,00	315,43
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	946,31	0,00	946,31
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.261,71	0,00	1.261,71
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	1.918.594,13	0,00	1.918.594,13
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	159.882,86	0,00	159.882,86
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	479.648,46	0,00	479.648,46
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	639.531,40	0,00	639.531,40
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	192.082,24	0,00	192.082,24
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	16.006,79	0,00	16.006,79
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	48.020,70	0,00	48.020,70
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	64.027,50	0,00	64.027,50
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	19.194,04	0,00	19.194,04
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.599,51	0,00	1.599,51
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	4.798,50	0,00	4.798,50
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.398,04	0,00	6.398,04
SUBTOTAL I		**16.119.397,48**	**0,00**	**16.119.397,48**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.417.909,62**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	144.378,22	0,00	144.378,22
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.352.820,49	0,00	2.352.820,49
TOTAL II		**2.497.198,71**	**0,00**	**2.497.198,71**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-3.862,56	0,00	-3.862,56
40	ATENCAO BASICA	2.868.765,50	0,00	2.868.765,50
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	151.300,00	0,00	151.300,00
SUBTOTAL I		**3.016.202,94**	**0,00**	**3.016.202,94**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	339008050100000	18.977,44	0,00	18.977,44
40	339008110100000	1.159,88	0,00	1.159,88
40	339008560100000	395,29	0,00	395,29
SUBTOTAL II		**20.532,61**	**0,00**	**20.532,61**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil

(-) Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 209
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Cód. Recurso	Descrição			Valor Digitado
40	ASPS			0,00
SUBTOTAL III				**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		125,21	0,00	125,21
SUBTOTAL IV		**125,21**	**0,00**	**125,21**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL V - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**18,58**	**2.995.545,12**

3.5.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2022, modalidade CNV (Convite), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2022, modalidade CNV (Convite), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 21, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 22, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 8,645%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	87,805% das 41 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1470 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1609 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1610 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1611 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1612 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1615 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1616 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1617 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1618 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1619 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022,

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 210
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 9 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 10 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 11 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 12 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 13 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 14 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 12, Contrato nr. 00000000000000000012, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 13, Contrato nr. 00000000000000000013, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 19, Contrato nr. 00000000000000000019, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 22, Contrato nr. 00000000000000000022, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 23, Contrato nr. 00000000000000000023, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 24, Contrato nr. 00000000000000000024, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 26, Contrato nr. 00000000000000000026, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 45, Contrato nr. 00000000000000000045, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 46, Contrato nr. 00000000000000000046, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 47, Contrato nr. 00000000000000000047, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 48, Contrato nr. 00000000000000000048, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 49, Contrato nr. 00000000000000000049, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 50, Contrato nr. 00000000000000000050, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 51, Contrato nr. 00000000000000000051, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 52, Contrato nr. 00000000000000000052, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 54, Contrato nr. 00000000000000000054, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 57, Contrato nr. 00000000000000000057, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 58, Contrato nr. 00000000000000000058, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 59, Contrato nr. 00000000000000000059, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 60, Contrato nr. 00000000000000000060, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 55,259%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 19,985%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	72,973% dos 74 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
BAL_DESP.TXT	BDP_58	0	0	JUSTIF.	Linha 730 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 211
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
BAL_DESP.TXT	BDP_59	0	0	JUSTIF.	Linha 730 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_62	0	0	JUSTIF.	Linha 730: Associação inadequada entre Elemento 779999, Função 99 e Subfunção 999 para identificação das Reservas.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	34	0	AVISO	Linha: 34 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	42	0	AVISO	Linha: 42 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	46	0	AVISO	Linha: 46 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	50	0	AVISO	Linha: 50 - Validação do prefixo da agência 00524 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	50	0	AVISO	Linha: 50 - Validação da conta 00000000000006720194 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	65	0	AVISO	Linha: 65 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	66	0	AVISO	Linha: 66 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	78	0	AVISO	Linha: 78 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	0,93% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
CTA_DISP.TXT	CTV_32	0	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 24000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 1470 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023

Descrição: EMP_87 - Linha 1609 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023

Descrição: EMP_87 - Linha 1610 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023

Descrição: EMP_87 - Linha 1611 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023

Descrição: EMP_87 - Linha 1612 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 212
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 16
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Descrição: EMP_87 - Linha 1615 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023

Descrição: EMP_87 - Linha 1616 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023

Descrição: EMP_87 - Linha 1617 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023

Descrição: EMP_87 - Linha 1618 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023

Descrição: EMP_87 - Linha 1619 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023

Descrição: EMP_100 - Linha 9 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 10 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 11 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 12 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 13 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: EMP_100 - Linha 14 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: o aviso: empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado.

Descrição: BDP_58 - Linha 730 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção

Descrição: BDP_59 - Linha 730 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção

Descrição: BDP_62 - Linha 730: Associação inadequada entre Elemento 779999, Função 99 e Subfunção 999 para identificação das Reservas.

Justificativa: Ainda esta sendo providenciado a correção

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 213
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 17
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.245.284,37	4.720.999,97
2º Bimestre	2.944.850,25	4.517.231,72
3º Bimestre	3.237.239,99	5.232.363,37
4º Bimestre	3.654.301,50	5.121.961,12
5º Bimestre	2.916.600,37	4.568.563,06
6º Bimestre	4.271.874,12	2.194.550,68
TOTAL	**20.270.150,60**	**26.355.669,92**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80
2º Bimestre	308.148,00	456.280,32
3º Bimestre	1.966.528,99	575.832,08
4º Bimestre	232.188,30	302.738,31
5º Bimestre	240.528,23	336.526,07
6º Bimestre	364.663,02	178.137,64
TOTAL	**3.523.740,06**	**1.995.970,22**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	685.906,72	66.666,00
2º Bimestre	17.853,00	0,00
3º Bimestre	469.002,93	419.472,00
4º Bimestre	47.337,10	509.516,72
5º Bimestre	18.840,25	284.100,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**1.238.940,00**	**1.279.754,72**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	-560.420,10
3º Bimestre	0,00	-608.161,84
4º Bimestre	0,00	-559.417,00
5º Bimestre	0,00	-474.345,53
6º Bimestre	0,00	-387.540,13
TOTAL	**0,00**	**-3.223.202,05**

TOTAL DA RECEITA	**25.032.830,66**	**26.408.192,81**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 214
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 18
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Loraci Klippel Melo Germann

CPF: 94452245072

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 215
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 19
Peça 4800889
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0261840

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 20 de Dezembro de 2022

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 20/12/22 e LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 20/12/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.47FB.267F.318F.7004.92DE.

Página 216
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 93317998000133
Período: 01/01/2022 a 31/12/2022 Tipo de entrega: Semestral
Prefeitura: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Logradouro: Av. dos Imigrantes nr: 4123 compl: casa Telefone: (51) 3628-5102
HomePage: www.tresforquilhas.rs.gov.br E-Mail: pmtf@terra.com.br
Prefeito Municipal: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Contabilista: ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE Número do CRC: 52031

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: IP TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ: 04775736000192 Telefone: (51)23122801
Responsável: Edemar Benatti E-Mail: edemarbenatti@multi24h.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☒ Outros: Portal da Transparencia
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
3043185000100	CIS AMLINORTE
30926649000107	CIDIRUR

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS

2. Informações Contábeis

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 217
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	1.108.843,19
Contribuições	900.000,00	928.435,88
Receita Patrimonial	387.322,35	3.716.029,06
Receita de Serviços	415.000,00	316.098,49
Transferências Correntes	17.486.140,00	23.541.193,89
Outras Receitas Correntes	5.037,65	59.666,75
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**20.250.000,00**	**29.670.267,26**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuições	1.800.000,00	2.055.286,47
Ressarcimentos	0,00	246.248,58
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**1.800.000,00**	**2.301.535,05**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienação de Bens	0,00	284.100,00
Transferências de Capital	0,00	995.654,72
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**1.279.754,72**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-2.000.000,00**	**-3.576.587,61**
TOTAL DAS RECEITAS	**20.050.000,00**	**29.674.969,42**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	19.110.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	7.237.553,19
Créditos Especiais	3.870.116,91
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	3.136.771,40
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**27.080.898,70**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	24.217.314,36

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 218
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Liquidado	22.603.537,67
Pago	22.564.889,54
SALDO A LIQUIDAR	**1.613.776,69**
SALDO A PAGAR	**38.648,13**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	671.102,52
Liquidado	671.102,52
Pago	564.692,40
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**106.410,12**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	2.648.521,07
Excesso de Arrecadação	3.715.906,63
Auxílios e Convênios	1.814.471,00
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	2.928.771,40
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	2.928.771,40
Reduções Orçamentárias entre entidades	208.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	40.656.340,56D	48.387.796,07D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.933.765,62D	6.096.862,10D
PASSIVO CIRCULANTE	981.516,78C	1.591.688,04C
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	65.612.219,93C	40.578.978,07C
PATRIMÔNIO LIQUIDO	20.003.630,53D	20.003.569,76D
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	11.451.835,92D
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	2.103.515,59D
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	5.986.175,50D
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	480.136,59D
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	5.136.735,92D
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	73.713,42D
TRIBUTÁRIAS	0,00	201.894,87D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	252.462,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	1.263.844,48C
CONTRIBUIÇÕES	0,00	2.989.988,49C
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	221.878,61C
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	3.661.027,09C
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	50.004.640,13C
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	197.013,92D
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	59.666,75C
ORÇAMENTO APROVADO	0,00	72.080.599,64D
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81D	626.632,81D

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 219
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	72.080.599,64C
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	626.632,81C	626.632,81C
ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13D	6.357.807,87D
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20D	73.089.961,82D
DÍVIDA ATIVA	17.918,07D	24.077,49D
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	1.218.675,13C	6.357.807,87C
EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	33.116.535,20C	73.089.961,82C
EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	17.918,07C	24.077,49C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.060.537,05D	4.431.320,38D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**3.060.537,05D**	**4.431.320,38D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	30.055.998,15D	34.182.468,92D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**30.055.998,15D**	**34.182.468,92D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**33.116.535,20D**	**38.613.789,30D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	4.153.268,49	1.960.951,78	1.859.557,74
2º Bimestre	2.336.498,32	2.479.090,28	2.547.147,92
3º Bimestre	2.238.865,67	2.486.487,66	2.428.027,91
4º Bimestre	3.011.018,72	3.068.632,73	3.054.616,81
5º Bimestre	2.296.278,16	3.012.118,75	2.968.727,66
6º Bimestre	3.429.621,82	3.938.738,29	4.087.250,45

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	17.950.000,00	23.400.718,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.350.000,00	1.654.482,17

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 220
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	375.284,32
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-1.600.000,00	-3.207.063,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**17.700.000,00**	**22.223.421,71**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12111053000000000788	DIV.ATIVA NAO TRIBUT-DARCI BREHM	3.734,84	0,00	3.734,84
12111053000000000789	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUT-JOSE HOFMANN	29.928,56	0,00	29.928,56
12111053000000000854	DIV.ATIVA NAO TRIBUT - ENILDO BREHM	38.225,35	0,00	38.225,35
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**71.888,75**	**0,00**	**71.888,75**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Em tramite judicial

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	108.475.390,38	102.978.136,28
Demais Contas	987.645.828,06	993.143.082,16
Totais	1.096.121.218,44	1.096.121.218,44
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		162.792

3. Índices Constitucionais

3.1 Cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira referente aos RPNP do exercício para fins do Gasto Constitucional com Educação e Saúde

3.1.1 Identificação dos restos a pagar para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 221
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	106.410,12	0,00	106.410,12
SUBTOTAL		**106.410,12**	**0,00**	**106.410,12**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Atual

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutencao e Des. do Ensino-MDE	18.016,82	0,00	18.016,82
31	FUNDEB	0,00	0,00	0,00
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	8.192,00	0,00	8.192,00
SUBTOTAL		**26.208,82**	**0,00**	**26.208,82**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.1.2 Disponibilidade Financeira e Saldo Disponível para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

Disponibilidade Financeira - Exercício Atual

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutencao e Des. do Ensino-MDE	30.572,26	0,00	30.572,26
31	FUNDEB	71.146,23	0,00	71.146,23
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	173.469,72	0,00	173.469,72
SUBTOTAL		**275.188,21**	**0,00**	**275.188,21**

Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira - Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Disponibilidade Financeira	Restos a Pagar	Saldo Disponível
20	Manutencao e Des. do Ensino-MDE	30.572,26	18.016,82	12.555,44
31	FUNDEB	71.146,23	0,00	71.146,23
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	173.469,72	114.602,12	58.867,60
SUBTOTAL		**275.188,21**	**132.618,94**	**142.569,27**

3.1.3 Identificação dos RPNP do exercício e Verificação Suficiência/Insuficiência Financeira

RPNP - Ex. Atual - MDE e Fundeb

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Manutencao e Des. do Ensino-MDE	7.000,00	0,00	7.000,00
31	FUNDEB	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**7.000,00**	**0,00**	**7.000,00**

RPNP - Ex. Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RPNP - Ex. Atual - Saúde

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - MDE e Fundeb

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Cód. Recurso	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
20	Manutencao e Des. do Ensino-MDE	7.000,00	12.555,44	0,00
31	FUNDEB	0,00	71.146,23	0,00
SUBTOTAL		**7.000,00**	**83.701,67**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Recurso	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
31	FUNDEB	0,00	71.146,23	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**71.146,23**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - Saúde

Cód. Recurso	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	0,00	58.867,60	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**58.867,60**	**0,00**

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	235.692,07	0,00	235.692,07
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	109.718,75	0,00	109.718,75
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	60.954,89	0,00	60.954,89
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	6.658,10	0,00	6.658,10
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	2.774,22	0,00	2.774,22
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.664,52	0,00	1.664,52
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	59.524,66	0,00	59.524,66
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	24.801,94	0,00	24.801,94
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	14.881,19	0,00	14.881,19
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.954,09	0,00	7.954,09
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.316,52	0,00	3.316,52
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.988,87	0,00	1.988,87
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	95.572,27	0,00	95.572,27
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	44.490,55	0,00	44.490,55
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	24.716,57	0,00	24.716,57
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	129,80	0,00	129,80
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	60,41	0,00	60,41
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	33,59	0,00	33,59
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	39.626,92	0,00	39.626,92
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	18.446,94	0,00	18.446,94

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 223
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	10.248,11	0,00	10.248,11
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	17.985,62	0,00	17.985,62
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	8.372,18	0,00	8.372,18
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	4.650,56	0,00	4.650,56
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	19.851,15	0,00	19.851,15
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	9.241,04	0,00	9.241,04
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	5.133,96	0,00	5.133,96
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	144.842,80	0,00	144.842,80
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	67.426,88	0,00	67.426,88
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	37.459,24	0,00	37.459,24
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	195,15	0,00	195,15
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	90,86	0,00	90,86
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	50,54	0,00	50,54
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	396,48	0,00	396,48
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	184,59	0,00	184,59
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	102,50	0,00	102,50
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	7.709.110,38	0,00	7.709.110,38
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	642.425,87	0,00	642.425,87
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.927.277,59	0,00	1.927.277,59
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.569.703,44	0,00	2.569.703,44
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - PRÓPRIO	494.455,97	0,00	494.455,97
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	164.818,65	0,00	164.818,65
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - PRÓPRIO	317.160,61	0,00	317.160,61
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	132.150,26	0,00	132.150,26
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	79.290,15	0,00	79.290,15
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.829,63	0,00	3.829,63
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	319,14	0,00	319,14
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	957,42	0,00	957,42
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.276,53	0,00	1.276,53
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.110.491,66	0,00	2.110.491,66
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	175.874,31	0,00	175.874,31
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	527.622,85	0,00	527.622,85
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	703.497,24	0,00	703.497,24
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	262.137,25	0,00	262.137,25
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	21.844,71	0,00	21.844,71
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	65.534,46	0,00	65.534,46
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	87.379,21	0,00	87.379,21
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	20.560,40	0,00	20.560,40
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.713,38	0,00	1.713,38
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.140,09	0,00	5.140,09
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.853,49	0,00	6.853,49
SUBTOTAL		**19.110.663,22**	**0,00**	**19.110.663,22**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **4.777.665,80**

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 224
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	288.924,88	0,00	288.924,88
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.139.146,32	0,00	1.139.146,32
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.368.709,91	0,00	3.368.709,91
TOTAL II		**4.796.781,11**	**0,00**	**4.796.781,11**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ENSINO FUNDAMENTAL	2.034.775,07	0,00	2.034.775,07
20	EDUCACAO INFANTIL	153.571,67	0,00	153.571,67
20	EDUCACAO ESPECIAL	22.440,00	0,00	22.440,00
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.680.362,37	0,00	1.680.362,37
31	EDUCACAO INFANTIL	676.338,61	0,00	676.338,61
SUBTOTAL I		**4.567.487,72**	**0,00**	**4.567.487,72**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339030230000000 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.995,69	0,00	1.995,69
20	339008560100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.484,68	0,00	2.484,68
20	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	1.468,22	0,00	1.468,22
20	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	16.474,30	0,00	16.474,30
20	339008050100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	21.560,87	0,00	21.560,87
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	1.355,28	0,00	1.355,28
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	39.966,25	0,00	39.966,25
SUBTOTAL II		**85.305,29**	**0,00**	**85.305,29**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
20	MDE	0,00
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
20	Manutencao e Des. do Ensino-MDE	0,00
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL V		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

(+) Perda com o FUNDEB	1.019.445,39	0,00	1.019.445,39
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	19.825,29	0,00	19.825,29
SUBTOTAL V	**999.620,10**	**0,00**	**999.620,10**
	% de Aplicação		Valor Aplicado

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 225
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 10
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**28,68**	**5.481.802,53**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	7.709.110,38	0,00	7.709.110,38
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	642.425,87	0,00	642.425,87
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.927.277,59	0,00	1.927.277,59
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.569.703,44	0,00	2.569.703,44
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.829,63	0,00	3.829,63
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	319,14	0,00	319,14
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	957,42	0,00	957,42
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.276,53	0,00	1.276,53
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.110.491,66	0,00	2.110.491,66
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	175.874,31	0,00	175.874,31
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	527.622,85	0,00	527.622,85
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	703.497,24	0,00	703.497,24
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	262.137,25	0,00	262.137,25
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	21.844,71	0,00	21.844,71
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	65.534,46	0,00	65.534,46
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	87.379,21	0,00	87.379,21
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	20.560,40	0,00	20.560,40
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.713,38	0,00	1.713,38
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.140,09	0,00	5.140,09
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.853,49	0,00	6.853,49
SUBTOTAL		**16.843.549,05**	**0,00**	**16.843.549,05**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada	**3.368.709,81**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.368.709,91	0,00	3.368.709,91
TOTAL II		**3.368.709,91**	**0,00**	**3.368.709,91**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.680.362,37	0,00	1.680.362,37
31	EDUCACAO INFANTIL	676.338,61	0,00	676.338,61
SUBTOTAL I		**2.356.700,98**	**0,00**	**2.356.700,98**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008560100000 - EDUCACAO INFANTIL	1.355,28	0,00	1.355,28

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 226
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	339008110100000 - ENSINO FUNDAMENTAL	39.966,25	0,00	39.966,25
SUBTOTAL II		**41.321,53**	**0,00**	**41.321,53**

Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º quadrimestre)

Cód. Recurso	Descrição	Valor Ajustado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód Recurso	Descrição	Valor Digitado
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL IV		**0,00**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL V		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

(+) Perda com o FUNDEB	1.019.445,39	0,00	1.019.445,39
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	19.825,29	0,00	19.825,29
SUBTOTAL V	**999.620,10**	**0,00**	**999.620,10**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**19,68**	**3.314.999,55**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2022

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	19.825,29	0,00	19.825,29
17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	2.337.222,34	0,00	2.337.222,34
Total		**2.357.047,63**	**0,00**	**2.357.047,63**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **1.649.933,34**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ENSINO FUNDAMENTAL	1.579.667,41	0,00	1.579.667,41
31	EDUCACAO INFANTIL	674.983,33	0,00	674.983,33
SUBTOTAL I		**2.254.650,74**	**0,00**	**2.254.650,74**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 227
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
31	FUNDEB	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

TOTAL	**2.254.650,74**	**0,00**	**2.254.650,74**
% de Aplicação			**95,66**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 3º do art. 25 da Lei Federal 14.113/20

3.3.5.1 Base de Cálculo dos Recursos Recebidos do FUNDEB - Exercício Anterior

Base de Cálculo das Receitas de Impostos e Transferências do FUNDEB - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31 / 17580111000000000000	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	2.028.767,03	0,00	2.028.767,03
31 / 13210011010200000000	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	3.539,14	0,00	3.539,14
SUBTOTAL I		**2.032.306,17**	**0,00**	**2.032.306,17**
Valor Máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício a ser considerado no percentual constitucional 10%				**203.230,62**

Base de Cálculo das Receitas do FUNDEB de Complementação da União - Exercício Anterior 2021

Cod.	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Valor máximo para aplicação no 1º quadrimestre do exercício que não será considerado no percentual constitucional 10%				**0,00**
TOTAL				**2.032.306,17**
Limite TOTAL para aplicação no 1º quadrimestre do exercício: 10%				**203.230,62**

3.3.5.2 Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB (1º Quadrimestre de 2022)

Cod. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total Considerado para fins de Limite Constitucional				**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	235.692,07	0,00	235.692,07
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	109.718,75	0,00	109.718,75
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	60.954,89	0,00	60.954,89
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	6.658,10	0,00	6.658,10
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	2.774,22	0,00	2.774,22
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.664,52	0,00	1.664,52

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	59.524,66	0,00	59.524,66
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	24.801,94	0,00	24.801,94
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	14.881,19	0,00	14.881,19
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	7.954,09	0,00	7.954,09
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	3.316,52	0,00	3.316,52
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	1.988,87	0,00	1.988,87
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	95.572,27	0,00	95.572,27
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	44.490,55	0,00	44.490,55
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	24.716,57	0,00	24.716,57
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	129,80	0,00	129,80
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	60,41	0,00	60,41
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	33,59	0,00	33,59
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	39.626,92	0,00	39.626,92
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	18.446,94	0,00	18.446,94
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	10.248,11	0,00	10.248,11
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	17.985,62	0,00	17.985,62
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	8.372,18	0,00	8.372,18
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	4.650,56	0,00	4.650,56
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	19.851,15	0,00	19.851,15
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	9.241,04	0,00	9.241,04
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	5.133,96	0,00	5.133,96
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	144.842,80	0,00	144.842,80
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	67.426,88	0,00	67.426,88
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	37.459,24	0,00	37.459,24
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	195,15	0,00	195,15
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	90,86	0,00	90,86
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	50,54	0,00	50,54
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	396,48	0,00	396,48
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	184,59	0,00	184,59
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	102,50	0,00	102,50
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	7.709.110,38	0,00	7.709.110,38
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	642.425,87	0,00	642.425,87
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.927.277,59	0,00	1.927.277,59
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.569.703,44	0,00	2.569.703,44
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.829,63	0,00	3.829,63
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	319,14	0,00	319,14
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	957,42	0,00	957,42
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.276,53	0,00	1.276,53
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.110.491,66	0,00	2.110.491,66
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	175.874,31	0,00	175.874,31
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	527.622,85	0,00	527.622,85
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	703.497,24	0,00	703.497,24
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	262.137,25	0,00	262.137,25
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	21.844,71	0,00	21.844,71

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	65.534,46	0,00	65.534,46
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	87.379,21	0,00	87.379,21
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	20.560,40	0,00	20.560,40
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.713,38	0,00	1.713,38
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.140,09	0,00	5.140,09
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	6.853,49	0,00	6.853,49
SUBTOTAL I		**17.922.787,58**	**0,00**	**17.922.787,58**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **2.688.418,14**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	161.884,54	0,00	161.884,54
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.605.822,56	0,00	2.605.822,56
TOTAL II		**2.767.707,10**	**0,00**	**2.767.707,10**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	ATENCAO BASICA (modalidade de aplicação 71)	-3.862,56	0,00	-3.862,56
40	ATENCAO BASICA	3.346.283,48	0,00	3.346.283,48
40	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	171.800,00	0,00	171.800,00
SUBTOTAL I		**3.514.220,92**	**0,00**	**3.514.220,92**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	339008050100000	26.588,87	0,00	26.588,87
40	339008110100000	1.159,88	0,00	1.159,88
40	339008560100000	395,29	0,00	395,29
SUBTOTAL II		**28.144,04**	**0,00**	**28.144,04**

Identificação do limite não cumprido no exercício anterior ASPS (art. 25 da Lei nº 141)

Descrição	Valor Contábil
Receita Líquida de Impostos e Transferências (ajustada) (A)	16.263.669,46
Valor a ser aplicado em ASPS (B) = (A)*15%	2.439.550,41
Valor aplicado em ASPS (C)	2.855.317,67
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior (a ser aplicada no exercício atual) (D) = (B) - (C)	0,00

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	0,00

(-) Cancelamentos de Restos a Pagar no Exercício

Cód. Recurso	Descrição	Valor Digitado
40	ASPS	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 229
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Página 230
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	132,82	0,00	132,82
SUBTOTAL IV	**132,82**	**0,00**	**132,82**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL V - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**19,45**	**3.485.944,06**

3.5.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.7.1 Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000000000	RECEITAS CORRENTES	29.670.267,26	0,00	29.670.267,26
20000000000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	1.279.754,72	0,00	1.279.754,72
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.576.587,61	0,00	-3.576.587,61
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111000000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	928.435,88	0,00	928.435,88
13210011010301000000	JUROS APLIC.FIN. SIA SUS	924,46	0,00	924,46
13210011010302000000	JUROS APLIC.FIN.EQUIPES ESF E DA AT.PRIMARIA	4.420,84	0,00	4.420,84
13210011010305000000	JUROS APLIC.FIN.FARM.BASICA ESTADO E CUIDAR +	1.978,71	0,00	1.978,71
13210011010306000000	JUROS APLIC.FIN.DIABETE MELITTUS	138,79	0,00	138,79
13210011010307000000	JUROS APLIC.FIN.INC.AT.BASICA-PIES E PIAPS BEM CUIDAR	2.992,90	0,00	2.992,90
13210011010312000000	JUROS APLIC.FIN.PROGRAMA PIM	1.300,13	0,00	1.300,13
13210011010322000000	JUROS APLIC.FIN.FARM.BAS.MUNICIPAL	132,82	0,00	132,82
13210011010327000000	JUROS APLIC.FIN.INSUMOS HOSPITALARES	32,56	0,00	32,56
13210011010328000000	JUROS APLIC.FIN. INCREMENTO TEMPORÁRIO Port.1423 e 1276	1.494,46	0,00	1.494,46
13210011010332000000	JUROS APLIC.FIN.E.P.1190-03 e 1190-04-EQUIPAMENTOS	20.483,94	0,00	20.483,94
13210011010334000000	JUROS APLIC.FIN.SEGUNDO ENFERMEIRO	191,60	0,00	191,60
13210011010335000000	JUROS APLIC.FIN.TAXA FISC.VIG.SANITARIA MUNICIPAL	111,46	0,00	111,46
13210011010338000000	JUROS APLIC.FIN.AB-INC.FIN.DA APS.	38.204,25	0,00	38.204,25
13210011010345000000	JUROS APLIC.FIN-Portaria SES/RS 506/2020-COVID 19 SADE MENTAL AB	582,97	0,00	582,97
13210011010354000000	JUROS APLIC.FIN-INC.PIAPS-BEM CUIDAR RS-Portaria SES 635-2021	14.810,43	0,00	14.810,43
13210011010355000000	JUROS APLIC.FIN.TRANSF.ESTADO-FARMACIA CUIDAR + Portaria SES 649-2021	4.803,58	0,00	4.803,58
13210011010357000000	JUROS APLIC.FIN-INC.PIAPS-SAUDE QUILOMBOLAS-Portaria SES 635-2021	1.592,51	0,00	1.592,51
13210011010362000000	JUROS APLIC.FIN.Aquisição de equipamentos Odontologicos-Port.RBC 395/2022-Programa Avancar Saude	2.926,03	0,00	2.926,03
13210011010701000000	JUROS APLIC.FIN.FNAS-IGD BOLSA FAMILIA	381,71	0,00	381,71
13210011010702000000	JUROS APLIC.FIN.FNAS-IGD SUAS	418,29	0,00	418,29
13210011010703000000	JUROS APLIC.FIN.FNAS-CRAS E SCFV	7.239,88	0,00	7.239,88
13210011010708000000	JUROS APLI.FIN-SIGTV-Estruturação Rede Serv.SUAS-Custeio	3.200,78	0,00	3.200,78
13210011010801000000	JUROS APLIC.FIN.FNDE-SALARIO EDUCACAO	1.944,70	0,00	1.944,70
13210011010802000000	JUROS APLIC.FIN.FNDE-PNAE MER ESCOLAR	490,06	0,00	490,06
13210011010803000000	JUROS APLIC.FIN.FNDE-PROGRAMA PDDE	122,62	0,00	122,62
13210011010804000000	JUROS APLIC.FIN.PNATE	3.358,19	0,00	3.358,19

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 231
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 16
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010808000000	JUROS APLIC.FIN.FNDE-CONSTR.CRECHE	1.020,59	0,00	1.020,59
13210011010809000000	JUROS APLIC.FIN.EST.PEATE	9.828,69	0,00	9.828,69
13210011010813000000	JUROS APLIC.FIN-EI NOVAS TURMAS	2.336,81	0,00	2.336,81
13210041000300000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PATRIMONIAL	3.287,32	0,00	3.287,32
13210041000600000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS SOBERANO	304.761,71	0,00	304.761,71
13210041000700000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PATRINONIAL II	1.550,51	0,00	1.550,51
13210041000800000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS CONSERVADOR	331.639,50	0,00	331.639,50
13210041000900000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS NOVO BRASIL	6.406,11	0,00	6.406,11
13210041001000000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IMA B	1.480,43	0,00	1.480,43
13210041001100000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IRF-M	117.725,13	0,00	117.725,13
13210041001200000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FIC FIA M.GESTOR	83.755,20	0,00	83.755,20
13210041001300000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FIBRASIL IMA B-5	94.345,74	0,00	94.345,74
13210041001500000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS ABSOLUTO FI RF LP	1.153.143,76	0,00	1.153.143,76
13210041001600000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FOKO IDKA IPCA 2A	317.518,15	0,00	317.518,15
13210041001700000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PERFIL-FIC RF-PREVID LP	632.933,64	0,00	632.933,64
13210041001800000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IMA B 5 FIC RF LP	198.722,80	0,00	198.722,80
13210041001900000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FI RF	8.811,87	0,00	8.811,87
13210041002000000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FI RF AUTOMATICO CP	1.781,42	0,00	1.781,42
17180311000500000000	TRANSF.FNS-PAB ACS	217.928,00	0,00	217.928,00
17180311002200000000	TRANSF.FNS-PSE SAUDE NA ESCOLA	812,64	0,00	812,64
17180311002300000000	PISO AT.BAS-INC.FIN.APS-CAPTAÇÃO PONDERADA	257.771,46	0,00	257.771,46
17180311002500000000	PISO AT.BAS-INC.FIN.APS-DESEMPENHO	35.668,19	0,00	35.668,19
17180311003000000000	TRANSF.FNS.INCREMENTO TEMPORÁRIO PORT.3142/2021-AT PRIMARIA	15.000,00	0,00	15.000,00
17180311003100000000	TRANSF.FNS-(E.P.)INDIV-INCR.TEMPORARIO DO PAB-Portaria 849/2022-AT.PRIMARIA	438.262,00	0,00	438.262,00
17180311003200000000	TRANSF.FNS.GESTÃO DO SUS-EDUC. E FORM.SAÚDE	1.047,69	0,00	1.047,69
17180321000100000000	TRANSF.FNS-SIA SUS	59.238,46	0,00	59.238,46
17180321000200000000	TRANSF.FNS-Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	72.000,00	0,00	72.000,00
17180331000100000000	TRANSF.FNS-PAB VISA	12.000,00	0,00	12.000,00
17180331000200000000	TRANSF.FNS-VIG.EPIDEMIOLOGICA	17.555,04	0,00	17.555,04
17180331000400000000	TRANSF.FNS-PQV-AS	5.223,31	0,00	5.223,31
17180341000100000000	TRANSF.FNS-PAB FARMACIA BASICA	18.611,64	0,00	18.611,64
17180341000300000000	TRANSF.FNS-ASS.FARMACEUTICA-INSUMOS AB-COVID 19	3.221,79	0,00	3.221,79
17180391120000000000	TRANSF.FNS-Portaria GM/MS 377/2022-COVID 19	14.544,00	0,00	14.544,00
17180511000000000000	Transferências do Salário-Educação - Principal	156.966,35	0,00	156.966,35
17180521000000000000	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal	360,00	0,00	360,00
17180531000100000000	TRANSF.FNDE-PNAE ENS.FUNDAMENTAL	7.200,00	0,00	7.200,00
17180531000200000000	TRANSF.FNDE-PNAE ENS.FUND.QUILOMBOLAS	11.136,00	0,00	11.136,00
17180531000300000000	TRANSF.FNDE-PNAEC-ENS.INF.CRECHE	12.198,00	0,00	12.198,00
17180531000400000000	TRANSF.FNDE-PNAP -ENS.INF.PRE ESCOLA	7.654,00	0,00	7.654,00
17180531000500000000	TRANSF.FNDE-PNAE AEE-ALIM.ESC.ESPECIAL	742,00	0,00	742,00
17180541000100000000	TRANSF.FNDE-PNATE-E.FUNDAMENTAL	54.323,45	0,00	54.323,45
17180541000200000000	TRANSF.FNDE-PNATE-E.MEDIO	8.052,61	0,00	8.052,61
17180541000300000000	TRANSF.FNDE-PNATE-E.INFANTIL	8.418,63	0,00	8.418,63
17181211010000000000	TRANSF.FNAS-IGD PISO BOLSA FAMÍLIA	26.750,00	0,00	26.750,00
17181211020000000000	TRANSF.FNAS-IGD SUAS	6.000,00	0,00	6.000,00

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 232
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 17
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17181211030000000000	TRANSF.FNAS-CRAS E SCFV	66.464,98	0,00	66.464,98
17181211060000000000	TRANSF.FNAS SIGTV-Estruturação Rede Serv.SUAS-Custeio	100.002,00	0,00	100.002,00
17280311000100000000	TRANSF.ESTADO -FARMACIA BASICA	5.818,08	0,00	5.818,08
17280311000300000000	TRANSF.ESTADO -DIABETE MELITTUS	1.563,96	0,00	1.563,96
17280311000500000000	TRANSF.ESTADO -PIM	29.055,00	0,00	29.055,00
17280311000800000000	TRANSF.ESTADO-INSUMOS HOSPITALARES	471,00	0,00	471,00
17280311001300000000	TRANSF.ESTADO-INC.PIAPS-BEM CUIDAR RS-Portaria SES 635-2021	181.137,96	0,00	181.137,96
17280311001400000000	TRANSF.ESTADO-INC.PIAPS-EQUIPES AT.PRIMARIA-Portaria SES 635-2021	51.488,05	0,00	51.488,05
17280311001500000000	TRANSF.ESTADO-FARMACIA CUIDAR + Portaria SES 649-2021	35.000,00	0,00	35.000,00
17280311001600000000	TRANSF.ESTADO-INC.PIAPS-SAUDE QUILOMBOLAS-Portaria SES 635-2021	20.400,00	0,00	20.400,00
17281021010000000000	Transferências de Convênios para o Transporte Escolar - Principal	517.356,64	0,00	517.356,64
17281091070000000000	Programa OASF - Orientação e Apoio Sócio-familiar - Principal	7.689,45	0,00	7.689,45
17281099010000000000	CONVENIO SOP-RECUPERAÇÃO ESTRADAS VICINAIS-CP 2018-2019(FPE 734/2022	190.071,00	0,00	190.071,00
24180411020000000000	TRANSF.FNS-(E.P.)INDIV-ESTRUT.REDE SERV.DE ATENÇÃO BÁSICA-PORTARIA MS 1158-2022	69.472,00	0,00	69.472,00
24181091080000000000	CONV.PAVIMENTAÇÃO RECUPERAÇÃO INFRAESTRUTURA RURAL	339.516,72	0,00	339.516,72
24280311010000000000	Aquisição de equipamentos Odontologicos-Port.RBC 395/2022-Programa Avancar Saude	50.000,00	0,00	50.000,00
91321004100030000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS PATRIM.	-898,67	0,00	-898,67
91321004100080000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS CONSERVADOR	-85.426,37	0,00	-85.426,37
91321004100090000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS NOVO BRASIL	-2.097,88	0,00	-2.097,88
91321004100100000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS IMA B	-347,26	0,00	-347,26
91321004100110000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS IRF-M	-12.795,82	0,00	-12.795,82
91321004100130000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS FIC FIA M.GESTOR	-67.322,15	0,00	-67.322,15
91321004100140000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-FOCO IDKA IPCA 2A	-39.487,26	0,00	-39.487,26
91321004100180000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS FIBRASIL IMA B-5	-9.362,02	0,00	-9.362,02
91321004100190000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS FI RF	-2.182,45	0,00	-2.182,45
Subtotal		**20.145.398,22**	**0,00**	**20.145.398,22**
	(+) Perda com o FUNDEB	1.019.445,39	0,00	1.019.445,39
TOTAL		**21.164.843,61**	**0,00**	**21.164.843,61**

3.8 Apuração das Despesas Correntes e das Receitas Correntes para verificação do Art. 167-A da Constituição Federal

3.8.1 Apuração da Despesa Corrente Total

DESPESA CORRENTE LIQUIDADA - Exercício Atual - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	20.541.296,98	0,00	20.541.296,98

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Exercício Atual - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
300000000000000	DESPESAS CORRENTES	165.625,94	0,00	165.625,94

DESPESA CORRENTE TOTAL **20.706.922,92**

3.8.2 Apuração da Receita Corrente Total

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 233
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 18
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

RECEITA CORRENTE ARRECADADA - Exercício Atual - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	29.670.267,26	0,00	29.670.267,26
700000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.301.535,05	0,00	2.301.535,05
910000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-3.576.587,61	0,00	-3.576.587,61
970000000000000	DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00

RECEITA CORRENTE TOTAL **28.395.214,70**

Observação: Posteriormente, conforme demanda pela Declaração prevista no Art. 167-A, § 6 º da CF, a Equipe de Auditoria consolidará os dados da Prefeitura Municipal, demais entidades da Adm. Indireta e Câmara Municipal para a apuração da relação.

3.8.3 Justificativa de ajustes nas contas de Despesa e/ou Receita para para fins de verificação do Art. 167-A da Constituição Federal

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2022, modalidade CNV (Convite), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2022, modalidade CNV (Convite), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2022, modalidade CNV (Convite), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	4 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2022, modalidade CNV (Convite), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	7 ocorrência(s) da licitação nr. 21, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 22, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 8,336%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	84,091% das 44 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1530 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1671 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1672 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1673 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1674 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1677 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1678 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1679 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1680 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 234
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 19
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1681 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 9 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 10 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 11 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 12 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 13 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
EMPENHO.TXT	EMP_100	0	0	JUSTIF.	Linha 14 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 12, Contrato nr. 00000000000000000012, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 13, Contrato nr. 00000000000000000013, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 19, Contrato nr. 00000000000000000019, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 22, Contrato nr. 00000000000000000022, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 23, Contrato nr. 00000000000000000023, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 24, Contrato nr. 00000000000000000024, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 26, Contrato nr. 00000000000000000026, ano 2022, tipo de instrumento contratual R (Termo de Credenciamento), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 45, Contrato nr. 00000000000000000045, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 46, Contrato nr. 00000000000000000046, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 47, Contrato nr. 00000000000000000047, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 48, Contrato nr. 00000000000000000048, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 49, Contrato nr. 00000000000000000049, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 50, Contrato nr. 00000000000000000050, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 51, Contrato nr. 00000000000000000051, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 52, Contrato nr. 00000000000000000052, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 54, Contrato nr. 00000000000000000054, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 55, Contrato nr. 00000000000000000055, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 56, Contrato nr. 00000000000000000056, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 57, Contrato nr. 00000000000000000057, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 58, Contrato nr. 00000000000000000058, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 59, Contrato nr. 00000000000000000059, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 60, Contrato nr. 00000000000000000060, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 62, Contrato nr. 00000000000000000062, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 63, Contrato nr. 00000000000000000063, ano 2022, tipo de instrumento contratual C

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 235
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 20
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					(Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 64, Contrato nr. 00000000000000000064, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 65, Contrato nr. 00000000000000000065, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 66, Contrato nr. 00000000000000000066, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 68, Contrato nr. 00000000000000000068, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 69, Contrato nr. 00000000000000000069, ano 2022, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 55,191%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 18,771%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	65,476% dos 84 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020 e alterações.
BAL_VER.TXT	BAV_66	0	0	JUSTIF.	Saldo Atual (Saldo Final) da Conta 21311010100000000177 do arquivo BVER_ENC.TXT do exercício anterior (R$ 691,00) diferente do Saldo Anterior (Saldo Inicial) do arquivo BAL_VER.TXT do exercício atual (R$ 0,00).
BAL_VER.TXT	BAV_66	0	0	JUSTIF.	Saldo Atual (Saldo Final) da Conta 21311019901000001506 do arquivo BVER_ENC.TXT do exercício anterior (R$ 25.638,20) diferente do Saldo Anterior (Saldo Inicial) do arquivo BAL_VER.TXT do exercício atual (R$ 0,00).
BAL_VER.TXT	BAV_66	0	0	JUSTIF.	Saldo Atual (Saldo Final) da Conta 21311019901000001551 do arquivo BVER_ENC.TXT do exercício anterior (R$ 36.003,95) diferente do Saldo Anterior (Saldo Inicial) do arquivo BAL_VER.TXT do exercício atual (R$ 0,00).
BAL_VER.TXT	BAV_66	0	0	JUSTIF.	Saldo Atual (Saldo Final) da Conta 21311019901000002077 do arquivo BVER_ENC.TXT do exercício anterior (R$ 44.767,97) diferente do Saldo Anterior (Saldo Inicial) do arquivo BAL_VER.TXT do exercício atual (R$ 0,00).
BAL_DESP.TXT	BDP_58	0	0	JUSTIF.	Linha 731 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_59	0	0	JUSTIF.	Linha 731 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".
BAL_DESP.TXT	BDP_62	0	0	JUSTIF.	Linha 731: Associação inadequada entre Elemento 779999, Função 99 e Subfunção 999 para identificação das Reservas.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	3	0	AVISO	Linha: 3 - Validação da conta 00000000000000000000 inconsistente para o código do banco 0
CTA_DISP.TXT	CTV_34	34	0	AVISO	Linha: 34 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	35	0	AVISO	Linha: 35 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	42	0	AVISO	Linha: 42 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_34	46	0	AVISO	Linha: 46 - Validação da conta 00000000000001636270 inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	50	0	AVISO	Linha: 50 - Validação do prefixo da agência 00524 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	50	0	AVISO	Linha: 50 - Validação da conta 00000000000006720194 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	54	0	AVISO	Linha: 54 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	65	0	AVISO	Linha: 65 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	66	0	AVISO	Linha: 66 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	78	0	AVISO	Linha: 78 - Validação da conta 00000000000400828588 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 00000000000040660148 inconsistente para o código do banco 41
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	0,93% dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros ou noves
CTA_DISP.TXT	CTV_32	0	0	AVISO	Linha: 3 - Código do banco 0 inválido
RD_EXTRA.TXT	REX_13	0	0	JUSTIF.	Linha: 15 - Código do Recurso Vinculado 50 - Recurso Vinculado fora do intervalo 8001 a 9999 (extraorçamentário).
RD_EXTRA.TXT	REX_13	0	0	JUSTIF.	Linha: 16 - Código do Recurso Vinculado 50 - Recurso Vinculado fora do intervalo 8001 a 9999 (extraorçamentário).
RECEITA.TXT	RET_29	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 20000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 79000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 2400000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 7900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 1530 - CNPJ/CPF 2356446000189, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001370, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 6, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1671 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001507, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1672 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001508, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1673 - CNPJ/CPF 93990851000100, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001509, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1674 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001510, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1677 - CNPJ/CPF 24692878000101, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001512, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1678 - CNPJ/CPF 45035590000126, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001513, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1679 - CNPJ/CPF 42868813000148, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001514, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1680 - CNPJ/CPF 11175931000147, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001515, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_87 - Linha 1681 - CNPJ/CPF 27403752000150, do credor vinculado ao empenho nr. 2022001001516, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 5, ano 2022, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Cadastro em manutenção para correção em 2023.

Descrição: EMP_100 - Linha 9 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado

Descrição: EMP_100 - Linha 10 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado

Descrição: EMP_100 - Linha 11 - Empenho 2021003002263 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 237
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 22
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Justificativa: Empenho 2263/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado

Descrição: EMP_100 - Linha 12 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários, Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado

Descrição: EMP_100 - Linha 13 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários, Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado

Descrição: EMP_100 - Linha 14 - Empenho 2021003002578 executado com recursos vinculados ao RPPS 0800, sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários 0.

Justificativa: Empenho 2578/2021 sem a devida associação a CO de benefícios previdenciários, Ja foi realizado a correção, porem por ser empenho de 2021 permanece a critica que sujere o aviso justificado

Descrição: BAV_66 - Saldo Atual (Saldo Final) da Conta 21311010100000000177 do arquivo BVER_ENC.TXT do exercício anterior (R$ 691,00) diferente do Saldo Anterior (Saldo Inicial) do arquivo BAL_VER.TXT do exercício atual (R$ 0,00).

Justificativa: Somente foi realizado ajuste do nível 213110199.01 para o nível 213110199 para melhor visualização e separação dos restos por exercícios, como não teve movimento no ano de 2022 não foi realizado ajuste por lançamento contábil.

Descrição: BAV_66 - Saldo Atual (Saldo Final) da Conta 21311019901000001506 do arquivo BVER_ENC.TXT do exercício anterior (R$ 25.638,20) diferente do Saldo Anterior (Saldo Inicial) do arquivo BAL_VER.TXT do exercício atual (R$ 0,00).

Justificativa: Somente foi realizado ajuste do nível 213110199.01 para o nível 213110199 para melhor visualização e separação dos restos por exercícios, como não teve movimento no ano de 2022 não foi realizado ajuste por lançamento contábil.

Descrição: BAV_66 - Saldo Atual (Saldo Final) da Conta 21311019901000001551 do arquivo BVER_ENC.TXT do exercício anterior (R$ 36.003,95) diferente do Saldo Anterior (Saldo Inicial) do arquivo BAL_VER.TXT do exercício atual (R$ 0,00).

Justificativa: Somente foi realizado ajuste do nível 213110199.01 para o nível 213110199 para melhor visualização e separação dos restos por exercícios, como não teve movimento no ano de 2022 não foi realizado ajuste por lançamento contábil.

Descrição: BAV_66 - Saldo Atual (Saldo Final) da Conta 21311019901000002077 do arquivo BVER_ENC.TXT do exercício anterior (R$ 44.767,97) diferente do Saldo Anterior (Saldo Inicial) do arquivo BAL_VER.TXT do exercício atual (R$ 0,00).

Justificativa: Somente foi realizado ajuste do nível 213110199.01 para o nível 213110199 para melhor visualização e separação dos restos por exercícios, como não teve movimento no ano de 2022 não foi realizado ajuste por lançamento contábil.

Descrição: BDP_58 - Linha 731 - Categoria Econômica fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Foi corrigido a correção para 2023.

Descrição: BDP_59 - Linha 731 - Grupo de Natureza da Despesa fora dos padrões estabelecidos pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001, consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, no campo "Código do Elemento" "779999".

Justificativa: Foi corrigido a correção para 2023.

Descrição: BDP_62 - Linha 731: Associação inadequada entre Elemento 779999, Função 99 e Subfunção 999 para identificação das Reservas.

Justificativa: Foi corrigido a correção para 2023.

Descrição: REX_13 - Linha: 15 - Código do Recurso Vinculado 50 - Recurso Vinculado fora do intervalo 8001 a 9999 (extraorçamentário).

Justificativa: x

Descrição: REX_13 - Linha: 16 - Código do Recurso Vinculado 50 - Recurso Vinculado fora do intervalo 8001 a 9999 (extraorçamentário).

Justificativa: x

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	29/03/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	29/03/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
2º Bimestre	Mural	26/05/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 238
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 23
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

	Internet	26/05/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
3º Bimestre	Mural	25/07/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	25/07/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
4º Bimestre	Mural	28/09/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	28/09/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
5º Bimestre	Mural	26/11/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	26/11/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
6º Bimestre	Mural	24/01/2023	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	24/01/2023	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	25/07/2022	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	25/07/2022	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
2º Semestre	Mural	24/01/2023	Mural da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	24/01/2023	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
2º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2021	23/02/2022	Camara Mun.Vereadores
1º Quadrimestre/2022	23/05/2022	Camara Mun.Vereadores
2º Quadrimestre/2022	26/09/2022	Camara Mun.Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	http://www.tresforquilhas.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 239
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 24
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	29.670.267,26	0,00	29.670.267,26
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.576.587,61	0,00	-3.576.587,61
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111000000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	928.435,88	0,00	928.435,88
13210041000300000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PATRIMONIAL	3.287,32	0,00	3.287,32
13210041000600000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS SOBERANO	304.761,71	0,00	304.761,71
13210041000700000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PATRINONIAL II	1.550,51	0,00	1.550,51
13210041000800000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS CONSERVADOR	331.639,50	0,00	331.639,50
13210041000900000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS NOVO BRASIL	6.406,11	0,00	6.406,11
13210041001000000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IMA B	1.480,43	0,00	1.480,43
13210041001100000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IRF-M	117.725,13	0,00	117.725,13
13210041001200000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FIC FIA M.GESTOR	83.755,20	0,00	83.755,20
13210041001300000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FIBRASIL IMA B-5	94.345,74	0,00	94.345,74
13210041001500000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS ABSOLUTO FI RF LP	1.153.143,76	0,00	1.153.143,76
13210041001600000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FOKO IDKA IPCA 2A	317.518,15	0,00	317.518,15
13210041001700000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS PERFIL-FIC RF-PREVID LP	632.933,64	0,00	632.933,64
13210041001800000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS IMA B 5 FIC RF LP	198.722,80	0,00	198.722,80
13210041001900000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FI RF	8.811,87	0,00	8.811,87
13210041002000000000	JUROS APLIC.FIN.RPPS FI RF AUTOMATICO CP	1.781,42	0,00	1.781,42
91321004100030000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS PATRIM.	-898,67	0,00	-898,67
91321004100080000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS CONSERVADOR	-85.426,37	0,00	-85.426,37
91321004100090000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS NOVO BRASIL	-2.097,88	0,00	-2.097,88
91321004100100000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS IMA B	-347,26	0,00	-347,26
91321004100110000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS IRF-M	-12.795,82	0,00	-12.795,82
91321004100130000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS FIC FIA M.GESTOR	-67.322,15	0,00	-67.322,15
91321004100140000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-FOCO IDKA IPCA 2A	-39.487,26	0,00	-39.487,26
91321004100180000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS FIBRASIL IMA B-5	-9.362,02	0,00	-9.362,02
91321004100190000000	(R)DED.REM.RENDA FIXA-RPPS FI RF	-2.182,45	0,00	-2.182,45
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**22.127.300,36**	**0,00**	**22.127.300,36**
Emendas Parlamentares Individuais				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3110 / 17180311003100000000	TRANSF.FNS-(E.P.)INDIV-INCR.TEMPORARIO DO PAB-Portaria 849/2022-AT.PRIMARIA	438.262,00	0,00	438.262,00
3110 / 13210011019919000000	JUROS APLIC.FIN. E.P.-Transf.ESPECIAIS E.P.Indiv.2022 8580.0011	7.460,11	0,00	7.460,11
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**21.681.578,25**	**0,00**	**21.681.578,25**
Emendas Parlamentares de Bancada				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**21.681.578,25**	**0,00**	**21.681.578,25**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 240
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 25
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.608.526,06	0,00	12.608.526,06
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	1.633.385,30	0,00	1.633.385,30
319003010000000	PENSÕES - PESSOAL CIVIL	164.126,26	0,00	164.126,26
319094010100000	INDENIZACAO PARA DEMISSAO DE SERVIDORES/ EMPREGADOS	154.326,43	0,00	154.326,43
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**10.656.688,07**	**0,00**	**10.656.688,07**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa com Pessoal	**10.656.688,07**	**0,00**	**10.656.688,07**

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	11111190200000000002	B. BRASIL - C/ SNA-SIMPLES	16.683,34	0,00	16.683,34
1	11111190200000000006	B. BRASIL - C/ FPM	1.702.260,39	0,00	1.702.260,39
1	11111190200000000008	B. BRASIL - C/ FUNDO ESPECIAL	25.416,68	0,00	25.416,68
1	11111190200000000009	B. BRASIL - C/ ITR	10.991,02	0,00	10.991,02
1	11111190200000000010	B. BRASIL - C/ ICMS EXPORTACAO	88.959,02	0,00	88.959,02

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 241
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 26
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1	11111191200000000003	BANRISUL - C/ MOV-FOLHA DE PAGAMENTO	63.220,12	0,00	63.220,12
1	11111191200000000004	BANRISUL - C/ MOVIMENTO	201.511,79	0,00	201.511,79
1	11111191200000000014	BANRISUL - C/ LIVRES ALIENACAO	379.539,76	0,00	379.539,76
1	11111191200000001612	BANRISUL - C/ MOV.ARRECADAÇÃO TRIBUTOS	36.917,84	0,00	36.917,84
20	11111191200000000033	BANRISUL - C/ MDE	30.572,26	0,00	30.572,26
31	11111190200000000710	B. BRASIL - C/E FUNDEB	71.146,23	0,00	71.146,23
40	11111191200000000028	BANRISUL - C/S. ASPS	172.709,25	0,00	172.709,25
40	11111191200000000046	BANRISUL - C/S.CP MUNIC. FARMACIA BASICA	760,47	0,00	760,47
1001	11111190200000000007	B.BRASIL - C/E.MER.PNAE-ME	76,20	0,00	76,20
1002	11111191200000000716	BANRISUL - C/A ASSIST. FEAS	988,39	0,00	988,39
1003	11111190200000000074	B. BRASIL - C/E SALARIO EDUCACAO	1.370,02	0,00	1.370,02
1013	11111191200000000037	BANRISUL - C/ TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO	12,00	0,00	12,00
1027	11111190200000000957	B. BRASIL - C/E PDDE	1.689,83	0,00	1.689,83
1041	11111190200000000077	B. BRASIL - C/E PROG. PNAT	27.614,05	0,00	27.614,05
1043	11111190200000000080	B.BRASIL - C/ FP CIDE	1.842,41	0,00	1.842,41
1054	11111190200000000700	B.BRASIL - C/ASS.FNAS PROGR. AUXILIO BRASIL	9.813,21	0,00	9.813,21
1059	11111190200000000951	B.BRASIL - C/E MER ESC.PNAP	1,97	0,00	1,97
1075	11111190200000000949	B.BRASIL - C/E MER ESC.QUILOMBOLAS	0,09	0,00	0,09
1082	11111190200000000835	B.BRASIL - C/ASS. FNAS-IGD-SUAS	7.134,05	0,00	7.134,05
1089	11111190200000000950	B.BRASIL - C/E MER ESC.PNAEC	0,49	0,00	0,49
1100	11111190200000001523	B.BRASIL - C/ASS. FNAS-CRAS E SCFV	42.399,99	0,00	42.399,99
1101	11111191200000001525	BANRISUL - C/ L ALIEN. BENS ADQ REC EDUCACAO	205,89	0,00	205,89
1107	11111190200000001605	B.BRASIL - C/ FNDE-EI NOVAS TURMAS	14.926,56	0,00	14.926,56
1109	11111191200000002014	BANRISUL - C/CONV.SOP-REC.ESTR.VIC.-CP 2018-2019(FPE 734/2022	209.015,15	0,00	209.015,15
1123	11111190300000002182	CEF C/CONV.PAVIMENTAÇÃO RECUPERAÇÃO INFRAESTRUTURA RURAL	25.247,79	0,00	25.247,79
1124	11111191200000002157	BANRISUL - C/CONV/CP 2020-2021-INV-Tendas Agri Fam.-SEAPDR	30.939,44	0,00	30.939,44
1125	11111191200000002175	BANRISUL - C/CONVENIO PAVIMENTA /RS(FPE 2021/4137)	281.054,16	0,00	281.054,16
1126	11111190200000002159	B.BRASIL - C/E MER. FNDE PNAE AEE-ALIMENT. ESC. ESPECIAL	1,48	0,00	1,48
1128	11111190300000002180	CEF C/Transferencia Especial E.P INDIV.2022.8580.0011	177.460,11	0,00	177.460,11
1129	11111190200000002183	B.BRASIL-C/SIGTV-Estruturação Rede Serviços no SUAS-Custeio	103.202,78	0,00	103.202,78
4001	11111191200000001532	BANRISUL - C/S.FISCALIZACAO VIG.SANITARIA	19,24	0,00	19,24
4001	11111191200000002173	BANRISUL - C/S. Termo de Consolidação Dívida FES/RS 2014-2018	9.600,00	0,00	9.600,00

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4002	11111191200000001524	BANRISUL - C/S ALIEN BENS ADQ REC SAUDE	75.956,42	0,00	75.956,42
4011	11111191200000002101	BANRISUL - C/S.AÇÕES COVID 19-SAÚ. MENT.AB-Port.SES/RS 506/2020	5.744,52	0,00	5.744,52
4011	11111191200000002149	BANRISUL - C/S,INC.PIAPS-BEM CUIDAR RS-Portaria SES 635/2021	174.694,65	0,00	174.694,65
4050	11111191200000000034	BANRISUL - C/S.CP FARM. BAS. ESTADO	1.388,72	0,00	1.388,72
4050	11111191200000000806	BANRISUL - C/S.DIAB. MIELITTUS	486,19	0,00	486,19
4050	11111191200000001604	BANRISUL - C/S. INS.HOSPITALARES	198,04	0,00	198,04
4050	11111191200000002151	BANRISUL - C/S.FARM.CUIDAR + Portaria SES 649-2021	59.458,19	0,00	59.458,19
4090	11111191200000002150	BANRISUL - C/S.INC.PIAPS-EQU. AT. SES 635/2021 (INC.PSF EST.)	4.433,91	0,00	4.433,91
4090	11111191200000002158	BANRISUL - C/S. INC.PIAPS-SAUDE QUILOMBOLAS Port. SES 635/2021	27.092,51	0,00	27.092,51
4293	11111191200000002178	BANRISUL - C/S.AQ.Equip. Odont.-Port.RBC 395/2022-Prog.Av. Saude	52.926,03	0,00	52.926,03
4500	11111190200000001606	B.BRASIL C/S. CUSTEIO E.P.INCR.TEMP.-Portaria 1423/2021	1.558,35	0,00	1.558,35
4500	11111190200000001613	B.BRASIL C/S. CUSTEIO GEST. SUS-ED. FORM.SAÚDE	1.047,69	0,00	1.047,69
4500	11111190200000001999	B.BRASIL C/S. CUSTEIO PACS	2.561,16	0,00	2.561,16
4500	11111190200000002024	B.BRASIL C/S. CUSTEIO PSE SAUDE NA ESCOLA	2.032,15	0,00	2.032,15
4500	11111190200000002080	B.BRASIL C/S. CUSTEIO AB-INC.FIN.DA APS	24.334,95	0,00	24.334,95
4500	11111190200000002082	B.BRASIL C/S. CUSTEIO PROGRAMA INFORMATIZA APS	80,69	0,00	80,69
4500	11111190200000002130	B.BRASIL C/S. CUSTEIO IMPL.POL.R.CEGONHA-Port. 2138/20 E 1575/21	161,86	0,00	161,86
4500	11111190200000002140	B.BRASIL C/S. CUSTEIO AÇOES EQU.APS-ALBINISMO-Port.3354-2020	15.000,00	0,00	15.000,00
4500	11111190200000002155	B.BRASIL C/S. CUSTEIO INC.AB-SAÚ. DO ADOLESC. E JOVEM	1.000,00	0,00	1.000,00
4500	11111190200000002172	B.BRASIL C/S. CUSTEIO.INCR. TEMP. PORT.3142/2022-AT PRIMA.	2.147,60	0,00	2.147,60
4500	11111190200000002176	B.BRASIL - C/S.CUSTEIO -INCR.TEMP. PAB-Port. 849/2022-AT.PRIM.	32.090,00	0,00	32.090,00
4501	11111190200000001800	B.BRASIL - C/S. CUST. REDE CEGONHA FED.	1.547,84	0,00	1.547,84
4501	11111190200000002002	B.BRASIL - C/S. CUST. SIA SUS	3.924,90	0,00	3.924,90
4501	11111190200000002181	B.BRASIL C/S.CUSTEIO At. à Saúde da Popul. para Proced. MAC	34.787,23	0,00	34.787,23
4502	11111190200000002003	B.BRASIL C/S. CUSTEIO PROG. VIG. EM SAÚDE	16.364,90	0,00	16.364,90
4503	11111190200000002004	B.BRASIL C/S. CUSTEIO PAB FARMÁCIA BÁSICA	6.090,77	0,00	6.090,77
4503	11111190200000002156	B.BRASIL - C/S.ASS.FARMACEUTICA INSUMOS AB-COVID 19	75,27	0,00	75,27
4505	11111190200000002059	B.BRASIL - C/S. EM.DEP. PARL.-EQUIP.(PROP. 11943.264000/1190-03)	87.768,37	0,00	87.768,37

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 243
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 28
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4505	11111190200000002097	B.BRASIL - C/S. EM.DEP. PARL.-EQU.(PROP. 11943.264000/1190-04)	30.680,00	0,00	30.680,00
4505	11111190200000002154	B.BRASIL - C/E.P. INDIV-ESTRUT.REDE SERV.DE ATENÇÃO BÁSICA-EQUIP.(PROP. 11943.264000/1210-01)	17.040,00	0,00	17.040,00
4511	11111190200000001952	B.BRASIL C/S. CUSTEIO-Portaria GM /MS 377/2022 - COVID 19	3.344,00	0,00	3.344,00
TOTAL			**4.431.320,38**	**0,00**	**4.431.320,38**

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
			0,00	0,00	0,00
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
22142020100000002016	DEBITO PARCELAMENTO FMSS	3.948.066,75	0,00	3.948.066,75
TOTAL		**3.948.066,75**	**0,00**	**3.948.066,75**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11111190200000000002	B. BRASIL - C/ SNA-SIMPLES	16.683,34	0,00	16.683,34
11111190200000000006	B. BRASIL - C/ FPM	1.702.260,39	0,00	1.702.260,39
11111190200000000007	B.BRASIL - C/E.MER.PNAE-ME	76,20	0,00	76,20
11111190200000000008	B. BRASIL - C/ FUNDO ESPECIAL	25.416,68	0,00	25.416,68
11111190200000000009	B. BRASIL - C/ ITR	10.991,02	0,00	10.991,02
11111190200000000010	B. BRASIL - C/ ICMS EXPORTACAO	88.959,02	0,00	88.959,02
11111190200000000074	B. BRASIL - C/E SALARIO EDUCACAO	1.370,02	0,00	1.370,02
11111190200000000077	B. BRASIL - C/E PROG. PNAT	27.614,05	0,00	27.614,05
11111190200000000080	B.BRASIL - C/ FP CIDE	1.842,41	0,00	1.842,41
11111190200000000700	B.BRASIL - C/ASS.FNAS PROGR. AUXILIO BRASIL	9.813,21	0,00	9.813,21
11111190200000000710	B. BRASIL - C/E FUNDEB	71.146,23	0,00	71.146,23
11111190200000000835	B.BRASIL - C/ASS. FNAS-IGD-SUAS	7.134,05	0,00	7.134,05
11111190200000000949	B.BRASIL - C/E MER ESC.QUILOMBOLAS	0,09	0,00	0,09

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 244
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 29
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111190200000000950	B.BRASIL - C/E MER ESC.PNAEC	0,49	0,00	0,49
11111190200000000951	B.BRASIL - C/E MER ESC.PNAP	1,97	0,00	1,97
11111190200000000957	B. BRASIL - C/E PDDE	1.689,83	0,00	1.689,83
11111190200000001523	B.BRASIL - C/ASS. FNAS-CRAS E SCFV	42.399,99	0,00	42.399,99
11111190200000001605	B.BRASIL - C/ FNDE-EI NOVAS TURMAS	14.926,56	0,00	14.926,56
11111190200000001606	B.BRASIL C/S. CUSTEIO E.P.INCR.TEMP.-Portaria 1423/2021	1.558,35	0,00	1.558,35
11111190200000001613	B.BRASIL C/S. CUSTEIO GEST. SUS-ED. FORM.SAÚDE	1.047,69	0,00	1.047,69
11111190200000001800	B.BRASIL - C/S. CUST. REDE CEGONHA FED.	1.547,84	0,00	1.547,84
11111190200000001952	B.BRASIL C/S. CUSTEIO-Portaria GM /MS 377/2022 - COVID 19	3.344,00	0,00	3.344,00
11111190200000001999	B.BRASIL C/S. CUSTEIO PACS	2.561,16	0,00	2.561,16
11111190200000002002	B.BRASIL - C/S. CUST. SIA SUS	3.924,90	0,00	3.924,90
11111190200000002003	B.BRASIL C/S. CUSTEIO PROG. VIG. EM SAÚDE	16.364,90	0,00	16.364,90
11111190200000002004	B.BRASIL C/S. CUSTEIO PAB FARMÁCIA BÁSICA	6.090,77	0,00	6.090,77
11111190200000002024	B.BRASIL C/S. CUSTEIO PSE SAUDE NA ESCOLA	2.032,15	0,00	2.032,15
11111190200000002059	B.BRASIL - C/S. EM.DEP. PARL.-EQUIP.(PROP. 11943.264000/1190-03)	87.768,37	0,00	87.768,37
11111190200000002080	B.BRASIL C/S. CUSTEIO AB-INC.FIN.DA APS	24.334,95	0,00	24.334,95
11111190200000002082	B.BRASIL C/S. CUSTEIO PROGRAMA INFORMATIZA APS	80,69	0,00	80,69
11111190200000002097	B.BRASIL - C/S. EM.DEP. PARL.-EQU.(PROP. 11943.264000/1190-04)	30.680,00	0,00	30.680,00
11111190200000002130	B.BRASIL C/S. CUSTEIO IMPL.POL.R.CEGONHA-Port. 2138/20 E 1575/21	161,86	0,00	161,86
11111190200000002140	B.BRASIL C/S. CUSTEIO AÇOES EQU.APS-ALBINISMO-Port.3354-2020	15.000,00	0,00	15.000,00
11111190200000002154	B.BRASIL - C/E.P. INDIV-ESTRUT.REDE SERV.DE ATENÇÃO BÁSICA-EQUIP.(PROP. 11943.264000/1210-01)	17.040,00	0,00	17.040,00
11111190200000002155	B.BRASIL C/S. CUSTEIO INC.AB-SAÚ. DO ADOLESC. E JOVEM	1.000,00	0,00	1.000,00
11111190200000002156	B.BRASIL - C/S.ASS.FARMACEUTICA INSUMOS AB-COVID 19	75,27	0,00	75,27
11111190200000002159	B.BRASIL - C/E MER. FNDE PNAE AEE-ALIMENT. ESC. ESPECIAL	1,48	0,00	1,48
11111190200000002172	B.BRASIL C/S. CUSTEIO.INCR. TEMP. PORT.3142/2022-AT PRIMA.	2.147,60	0,00	2.147,60
11111190200000002176	B.BRASIL - C/S.CUSTEIO -INCR.TEMP. PAB-Port. 849/2022-AT.PRIM.	32.090,00	0,00	32.090,00
11111190200000002181	B.BRASIL C/S.CUSTEIO At. à Saúde da Popul. para Proced. MAC	34.787,23	0,00	34.787,23
11111190200000002183	B.BRASIL-C/SIGTV-Estruturação Rede Serviços no SUAS-Custeio	103.202,78	0,00	103.202,78
11111190300000002180	CEF C/Transferencia Especial E.P INDIV.2022.8580.0011	177.460,11	0,00	177.460,11
11111190300000002182	CEF C/CONV.PAVIMENTAÇÃO RECUPERAÇÃO INFRAESTRUTURA RURAL	25.247,79	0,00	25.247,79
11111191200000000003	BANRISUL - C/ MOV-FOLHA DE PAGAMENTO	63.220,12	0,00	63.220,12
11111191200000000004	BANRISUL - C/ MOVIMENTO	201.511,79	0,00	201.511,79
11111191200000000014	BANRISUL - C/ LIVRES ALIENACAO	379.539,76	0,00	379.539,76

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11111191200000000028	BANRISUL - C/S. ASPS	172.709,25	0,00	172.709,25
11111191200000000033	BANRISUL - C/ MDE	30.572,26	0,00	30.572,26
11111191200000000034	BANRISUL - C/S.CP FARM. BAS. ESTADO	1.388,72	0,00	1.388,72
11111191200000000037	BANRISUL - C/ TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO	12,00	0,00	12,00
11111191200000000046	BANRISUL - C/S.CP MUNIC. FARMACIA BASICA	760,47	0,00	760,47
11111191200000000716	BANRISUL - C/A ASSIST. FEAS	988,39	0,00	988,39
11111191200000000806	BANRISUL - C/S.DIAB. MIELITTUS	486,19	0,00	486,19
11111191200000001524	BANRISUL - C/S ALIEN BENS ADQ REC SAUDE	75.956,42	0,00	75.956,42
11111191200000001525	BANRISUL - C/ L ALIEN. BENS ADQ REC EDUCACAO	205,89	0,00	205,89
11111191200000001532	BANRISUL - C/S.FISCALIZACAO VIG.SANITARIA	19,24	0,00	19,24
11111191200000001604	BANRISUL - C/S. INS.HOSPITALARES	198,04	0,00	198,04
11111191200000001612	BANRISUL - C/ MOV.ARRECADAÇÃO TRIBUTOS	36.917,84	0,00	36.917,84
11111191200000002014	BANRISUL - C/CONV.SOP-REC.ESTR.VIC.-CP 2018-2019(FPE 734/2022	209.015,15	0,00	209.015,15
11111191200000002101	BANRISUL - C/S.AÇÕES COVID 19-SAÚ. MENT.AB-Port.SES/RS 506/2020	5.744,52	0,00	5.744,52
11111191200000002149	BANRISUL - C/S,INC.PIAPS-BEM CUIDAR RS-Portaria SES 635/2021	174.694,65	0,00	174.694,65
11111191200000002150	BANRISUL - C/S.INC.PIAPS-EQU. AT. SES 635/2021 (INC.PSF EST.)	4.433,91	0,00	4.433,91
11111191200000002151	BANRISUL - C/S.FARM.CUIDAR + Portaria SES 649-2021	59.458,19	0,00	59.458,19
11111191200000002157	BANRISUL - C/CONV/CP 2020-2021-INV-Tendas Agri Fam.-SEAPDR	30.939,44	0,00	30.939,44
11111191200000002158	BANRISUL - C/S. INC.PIAPS-SAUDE QUILOMBOLAS Port. SES 635/2021	27.092,51	0,00	27.092,51
11111191200000002173	BANRISUL - C/S. Termo de Consolidação Dívida FES/RS 2014-2018	9.600,00	0,00	9.600,00
11111191200000002175	BANRISUL - C/CONVENIO PAVIMENTA /RS(FPE 2021/4137)	281.054,16	0,00	281.054,16
11111191200000002178	BANRISUL - C/S.AQ.Equip. Odont.-Port.RBC 395/2022-Prog.Av. Saude	52.926,03	0,00	52.926,03
63210000000000090670	RP PROCESSADOS A PAGAR	-106.410,12	0,00	-106.410,12
63270000000000000988	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	-38.648,13	0,00	-38.648,13
TOTAL		**4.286.262,13**	**0,00**	**4.286.262,13**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**4.286.262,13**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2022

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 246
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 31
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
22721030100000000818	APOSENT/PENSOES/OUTROS BEN.DO PLANO	24.600.045,76	0,00	24.600.045,76
22721030500000001547	COMPENSACAO PREV.DO PLANO PREV.DO RPPS	-1.517.346,40	0,00	-1.517.346,40
22721040100000000824	APOSENT./PENSOES/OUTROS BEN.DO PLANO	69.411.581,59	0,00	69.411.581,59
22721040200000000819	CONTRIBUICOES DO ENTE	-15.588.016,95	0,00	-15.588.016,95
22721040300000000823	CONTRIBUICOES DO ATIVO	-12.675.782,55	0,00	-12.675.782,55
22721040400000001537	COMPENSACAO PREV.DO PLANO PREV.DO RPPS	-4.071.834,73	0,00	-4.071.834,73
22721059800000001538	OUTROS CREDITOD DO PLANO DE AMORTIZACAO	-31.954.403,82	0,00	-31.954.403,82
22721070100000000839	AJUSTE DO RESULT. ATUARIAL SUPERAVITARIO	8.426.668,42	0,00	8.426.668,42
63171000000000000985	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDARINSCRICAO NO EXERCICIO	1.604.026,69	0,00	1.604.026,69
TOTAL		**38.234.938,01**	**0,00**	**38.234.938,01**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 247
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 32
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 248
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 33
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	7.031,91	0,00	7.031,91	7.031,91
20	0,00	18.016,82	0,00	18.016,82	18.016,82
40	106.410,12	8.192,00	0,00	8.192,00	114.602,12
1027	0,00	177,60	0,00	177,60	177,60
1107	0,00	429,80	0,00	429,80	429,80
4001	0,00	4.800,00	0,00	4.800,00	4.800,00
TOTAL	**106.410,12**	**38.648,13**	**0,00**	**38.648,13**	**145.058,25**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	438.917,29	0,00	438.917,29	438.917,29
20	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
50	0,00	9.750,00	0,00	9.750,00	9.750,00
1125	0,00	976.610,17	0,00	976.610,17	976.610,17
4011	0,00	98.505,65	0,00	98.505,65	98.505,65
4050	0,00	57.763,58	0,00	57.763,58	57.763,58
4090	0,00	25.230,00	0,00	25.230,00	25.230,00
TOTAL	**0,00**	**1.613.776,69**	**0,00**	**1.613.776,69**	**1.613.776,69**

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		2.525.499,96	0,00	2.525.499,96	
20		30.572,26	0,00	30.572,26	
31		71.146,23	0,00	71.146,23	
40		173.469,72	0,00	173.469,72	
50		0,00	9.750,00	9.750,00	
1001		76,20	0,00	76,20	
1002		988,39	0,00	988,39	
1003		1.370,02	0,00	1.370,02	
1013		12,00	0,00	12,00	
1027		1.689,83	0,00	1.689,83	
1041		27.614,05	0,00	27.614,05	
1043		1.842,41	0,00	1.842,41	
1054		9.813,21	0,00	9.813,21	
1059		1,97	0,00	1,97	
1075		0,09	0,00	0,09	
1082		7.134,05	0,00	7.134,05	
1089		0,49	0,00	0,49	
1100		42.399,99	0,00	42.399,99	

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 249
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 34
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1101		205,89	0,00	205,89	
1107		14.926,56	0,00	14.926,56	
1109		209.015,15	0,00	209.015,15	
1123		25.247,79	0,00	25.247,79	
1124		30.939,44	0,00	30.939,44	
1125		281.054,16	700.000,00	981.054,16	
1126		1,48	0,00	1,48	
1128		177.460,11	0,00	177.460,11	
1129		103.202,78	0,00	103.202,78	
4001		9.619,24	0,00	9.619,24	
4002		75.956,42	0,00	75.956,42	
4011		180.439,17	0,00	180.439,17	
4050		61.531,14	0,00	61.531,14	
4090		31.526,42	0,00	31.526,42	
4293		52.926,03	0,00	52.926,03	
4500		82.014,45	0,00	82.014,45	
4501		40.259,97	0,00	40.259,97	
4502		16.364,90	0,00	16.364,90	
4503		6.166,04	0,00	6.166,04	
4505		135.488,37	0,00	135.488,37	
4511		3.344,00	0,00	3.344,00	
TOTAL		4.431.320,38	709.750,00	5.141.070,38	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1	Recurso Livre
20	Manutencao e Des. do Ensino-MDE
31	FUNDEB
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS
50	Recursos RPPS
1001	PNAE- Mer.escolar
1002	PROGRAMA FEAS
1003	COTA PARTE SALARIO EDUCACAO
1013	CONV. TRANSPORTE ESCOLAR
1027	PROGRAMA PDDE
1041	Programa PNATE
1043	CIDE- Constr.interv.Dominio Economico
1054	IGD/PBF
1059	PNAP-PROGR.NAC.ALIM.ESCOLAR PRE ESCOLA
1075	MER.ESCOLAR QUILOMBOLAS
1082	IGD/SUAS
1089	PNAEC-PROGRA.NAC.ALIM.ESCOLAR EM CRECHE
1098	FNDE -CONSTRUCAO DE CRECHE
1100	PSB FNAS-CRAS E SCFV
1101	ALIENACAO DE BENS ADQ C/REC.EDUCACAO
1107	FNDE-EI NOVAS TURMAS

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 250
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 35
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1109	CONVENIO SOP-REC.ESTR.VICINAIS-CP 2018-2019(FPE 734/2022
1111	Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13885/2019
1123	PAVIMENTAÇÃO-RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL
1124	CP-2020-2021-INV-Tendas Agricultura Familiar-SEAPDR(FPE 2748/2021)
1125	CONV.PAVIMENTA(FPE 2021/4137)
1126	FNDE-PNAE AEE-ALIM.ESC.ESPECIAL
1128	Transferência Especial da União-E.PARLAMENTAR 2022-8580.0011
1129	TRANSF.FNAS SIGTV-Estruturação Rede Serv.SUAS-Custeio
4001	OUTROS REC.APLICADOS EM SAUDE
4002	ALIENACAO DE BENS ADQ C/REC.SAUDE
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA
4050	CONTR.ESTADO FARMACIA BASICA
4090	PROGRAMA ESF ESTADO
4160	PROGRAMA PIM ESTADUAL
4293	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
4297	Custeio-Emenda Parlamentar Estado
4500	CUSTEIO ATENÇÃO.BÁSICA
4501	CUSTEIO-AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
4502	CUSTEIO-VIGILÂNCIA EM SAÚDE
4503	CUSTEIO-ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
4505	INVESTIMENTO-ATENÇÃO BASICA
4511	Outras Transferências Fundo a Fundo - Custeio.
8001	RETENÇÕES LIVRES
8050	RETENÇÕES - RPPS

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PRÓPRIO	172.162,95	0,00	172.162,95
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	80.144,81	0,00	80.144,81
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	44.524,87	0,00	44.524,87
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PRÓPRIO	5.870,55	0,00	5.870,55
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	2.446,09	0,00	2.446,09
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	1.467,64	0,00	1.467,64
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PRÓPRIO	29.428,60	0,00	29.428,60
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	12.261,90	0,00	12.261,90
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	7.357,17	0,00	7.357,17

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 251
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 36
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PRÓPRIO	21.129,42	0,00	21.129,42
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	9.498,99	0,00	9.498,99
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	5.404,99	0,00	5.404,99
11180111010000000000	IPTU - Principal - PRÓPRIO	78.309,72	0,00	78.309,72
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	36.454,62	0,00	36.454,62
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	20.252,33	0,00	20.252,33
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	551,29	0,00	551,29
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - MDE	256,63	0,00	256,63
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora - ASPS	142,47	0,00	142,47
11180113010000000000	IPTU - Dívida Ativa - PRÓPRIO	32.725,57	0,00	32.725,57
11180113020000000000	IPTU - Dívida Ativa - MDE	15.234,04	0,00	15.234,04
11180113030000000000	IPTU - Dívida Ativa - ASPS	8.463,56	0,00	8.463,56
11180114010000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - PRÓPRIO	19.571,33	0,00	19.571,33
11180114020000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - MDE	9.110,95	0,00	9.110,95
11180114030000000000	IPTU - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - ASPS	5.060,61	0,00	5.060,61
11180141010000000000	ITBI - Principal - PRÓPRIO	29.504,88	0,00	29.504,88
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	13.735,06	0,00	13.735,06
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	7.630,51	0,00	7.630,51
11180231010000000000	ISS - Principal - PRÓPRIO	128.024,62	0,00	128.024,62
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	59.597,75	0,00	59.597,75
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	33.109,74	0,00	33.109,74
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - PRÓPRIO	99,31	0,00	99,31
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - MDE	46,24	0,00	46,24
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros de Mora - ASPS	25,70	0,00	25,70
11180233010000000000	ISS - Dívida Ativa - PRÓPRIO	633,18	0,00	633,18
11180233020000000000	ISS - Dívida Ativa - MDE	294,76	0,00	294,76
11180233030000000000	ISS - Dívida Ativa - ASPS	163,75	0,00	163,75
11220111000100000000	TAXA DE EXPEDIENTE	6.579,36	0,00	6.579,36
11280111000000000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	971,58	0,00	971,58
11280191010000000000	TAXA de Licença p/Func.Estab.Comerciais	7.794,64	0,00	7.794,64
11280291010000000000	Taxa de Expediente	3.281,17	0,00	3.281,17
12180111000000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	853.617,31	0,00	853.617,31
12400011000000000000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	23.596,76	0,00	23.596,76
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PRÓPRIO	6.191.996,19	0,00	6.191.996,19
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	515.999,68	0,00	515.999,68
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	1.547.999,06	0,00	1.547.999,06
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	2.063.998,72	0,00	2.063.998,72
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal - MDE	452.337,92	0,00	452.337,92
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	239.742,96	0,00	239.742,96

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 252
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 37
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	- PRÓPRIO			
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - MDE	99.892,90	0,00	99.892,90
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal - ASPS	59.935,74	0,00	59.935,74
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PRÓPRIO	3.951,43	0,00	3.951,43
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	329,29	0,00	329,29
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	987,86	0,00	987,86
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	1.317,14	0,00	1.317,14
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PRÓPRIO	2.242.986,23	0,00	2.242.986,23
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	186.915,50	0,00	186.915,50
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	560.746,58	0,00	560.746,58
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	747.662,04	0,00	747.662,04
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PRÓPRIO	250.656,65	0,00	250.656,65
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	20.887,99	0,00	20.887,99
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	62.664,15	0,00	62.664,15
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	83.552,22	0,00	83.552,22
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - PRÓPRIO	23.047,58	0,00	23.047,58
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - MDE	1.920,64	0,00	1.920,64
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - ASPS	5.761,85	0,00	5.761,85
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - FUNDEB	7.682,54	0,00	7.682,54
17280141000000000000	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	4.059,28	0,00	4.059,28
TOTAL		**17.163.569,56**	**0,00**	**17.163.569,56**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	1.208.643,34	0,00	1.208.643,34	1,1925	1.441.307,18
Fevereiro	1.583.170,17	0,00	1.583.170,17	1,1588	1.834.577,59
Março	1.238.524,49	0,00	1.238.524,49	1,1282	1.397.303,33
Abril	1.243.174,31	0,00	1.243.174,31	1,1043	1.372.837,39
Maio	1.413.928,09	0,00	1.413.928,09	1,0803	1.527.466,52
Junho	1.228.450,12	0,00	1.228.450,12	1,0448	1.283.484,69
Julho	1.706.274,01	0,00	1.706.274,01	1,0436	1.780.667,56
Agosto	1.382.777,41	0,00	1.382.777,41	1,0287	1.422.463,12
Setembro	1.152.099,19	0,00	1.152.099,19	1,0287	1.185.164,44
Outubro	1.265.791,84	0,00	1.265.791,84	1,0287	1.302.120,07
Novembro	1.544.560,53	0,00	1.544.560,53	1,0125	1.563.867,54
Dezembro	2.196.176,06	0,00	2.196.176,06	1,0125	2.223.628,26
TOTAL	**17.163.569,56**	**0,00**	**17.163.569,56**		**18.334.887,68**

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 253
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 38
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Adição/Exclusão

Justificativa: 1)- Foi adicionado o de R$ 700.000,00 pa cobertura do Empenho de Restos a Pagar proveniente do Convenio FPE 2021/4137 , Programa PAVIMENTA do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O valor adicionado, modelo 7 - Dem. Raps; 1)-Recurso 1125- Refere-se ao não repasse do Governo Estadual , ref.ao Programa de Infraestrutura PAVIMENTA RS CONVENIO FPE 2021/4137-Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, objeto Pavimentação e Drenagem Pluvial. O valor do Convênio não foi todo repassado até 31/12/2022, estando o Convenio devidamente identificados e inscritos no balanço-Créditos a Receber de Entidades Estaduais, onde houve o empenho por força da exigência do Convenio e não houve ainda o repasse por parte do governo Estadual na sua totalidade. 2)- Recurso 050-Refere-se a cobertura dos empenhos de Restos a Pagar do RPPS que os recurso se encontram em contas de aplicação Financeira onde o setor de Tesouraria em 31/12/2022 não se atentou em deixar separado o valor dos restos em conta movimento do RPPS. Verifcamos que o pad buscou para a cobertura dos restos do RPPS, somente as contas movimento e não as de Aplicação financeira.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	3.245.284,37	4.720.999,97
2º Bimestre	2.944.850,25	4.517.231,72
3º Bimestre	3.237.239,99	5.232.363,37
4º Bimestre	3.654.301,50	5.121.961,12
5º Bimestre	2.916.600,37	4.568.563,06
6º Bimestre	4.271.874,12	5.509.148,02
TOTAL	**20.270.150,60**	**29.670.267,26**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	411.683,52	146.455,80
2º Bimestre	308.148,00	456.280,32
3º Bimestre	1.966.528,99	575.832,08
4º Bimestre	232.188,30	302.738,31
5º Bimestre	240.528,23	336.526,07
6º Bimestre	364.663,02	483.702,47
TOTAL	**3.523.740,06**	**2.301.535,05**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	685.906,72	66.666,00
2º Bimestre	17.853,00	0,00
3º Bimestre	469.002,93	419.472,00
4º Bimestre	47.337,10	509.516,72
5º Bimestre	18.840,25	284.100,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**1.238.940,00**	**1.279.754,72**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-633.317,45
2º Bimestre	0,00	-560.420,10
3º Bimestre	0,00	-608.161,84
4º Bimestre	0,00	-559.417,00
5º Bimestre	0,00	-474.345,53
6º Bimestre	0,00	-740.925,69
TOTAL	**0,00**	**-3.576.587,61**

TOTAL DA RECEITA	**25.032.830,66**	**29.674.969,42**

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2022.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2022.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2022.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	3.510.391,44	0,00	3.510.391,44
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**3.510.391,44**	**0,00**	**3.510.391,44**
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

5.6.2 Previsão das Operações de Crédito e Fixação de Despesas de Capital do Exercício de 2022 - 01/01/2022 a 31/12/2022

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	4.105.878,15	0,00	4.105.878,15
Deduções				
Cód. Conta	**Descrição**	**Valor Contábil**	**Adição/Exclusão**	**Valor Ajustado**
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**4.105.878,15**	**0,00**	**4.105.878,15**
Cód. Conta	**Descrição**	**Valor Contábil**	**Adição/Exclusão**	**Valor Ajustado**
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

6. Cadastro de Administradores da Entidade

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 255
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 40
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Loraci Klippel Melo Germann
CPF: 94452245072
Cargo/Função: Prefeita
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 76257819091 Nome: Jairo de Melo Cargo: Vice-Prefeito Municipal

Substituições:

Início: 10/01/2022 Término: 09/02/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

Página 256
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 41
Peça 4862217
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707D0

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

TRÊS FORQUILHAS, 26 de Janeiro de 2023

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D53C.D13A.2083.C89B.DA89.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2022

PM DE TRÊS FORQUILHAS

2º Semestre

62202111939380824

22.0.1.4

26/01/2023

12:41:57

Pág.: 1/4

Nome da Entidade: PM DE TRÊS FORQUILHAS

CNPJ: 93317998000133

ORGÃO Nº: 82000

Cód. Barras do RVE Vinculado: 62201111939380824

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 — Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	22.127.300,36
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	21.681.578,25
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	21.681.578,25

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**10.656.688,07**	**49,15%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 55 — Valores expressos em reais

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8189.AFE8.488F.0643.DAFA.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2022

PM DE TRÊS FORQUILHAS

2º Semestre

Entidade: PM DE TRÊS FORQUILHAS

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	**NÃO PROCESSADOS**
		Ajustado	**Ajustado**
1	Recurso Livre	7.031,91	438.917,29
20	Manutencao e Des. do Ensino-MDE	18.016,82	7.000,00
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	114.602,12	0,00
50	Recursos RPPS	0,00	9.750,00
1027	PROGRAMA PDDE	177,60	0,00
1107	FNDE-EI NOVAS TURMAS	429,80	0,00
1125	CONV.PAVIMENTA(FPE 2021/4137)	0,00	976.610,17
4001	OUTROS REC.APLICADOS EM SAUDE	4.800,00	0,00
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA	0,00	98.505,65
4050	CONTR.ESTADO FARMACIA BASICA	0,00	57.763,58
4090	PROGRAMA ESF ESTADO	0,00	25.230,00
SUBTOTAL		145.058,25	1.613.776,69
TOTAL			1.758.834,94

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**DO EXERCÍCIO ATUAL**	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	**Ajustado**	**Ajustado**	**Ajustado**
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00		0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Total Ex Anterior + Ex Atual	0,00

DOS ALERTAS

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LEI DE RESPON-

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8189.AFE8.488F.0643.DAFA.

SABILIDADE FISCAL (LRF), e considerando que o (s) índice (s) demonstrado (s) no Modelo 9 - Demonstrativo dos Limites está (ão) acima do limite estabelecido na LRF, serão emitidos, automaticamente, conforme o caso, os ALERTAS a seguir indicados:

DESPESA COM PESSOAL

O **ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL** de 49,15 % está situado ***no intervalo de 48,61% a 51,30%***, sendo, portanto, superior ao limite para emissão do alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 48,60%, (percentual este equivalente a 90,00% sobre o limite de 54,00%, conforme estipulado no Inciso II do § 1º do Art. 59 c/c alínea ´´b´´ do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF).

Considerando a(s) ocorrência(s) prevista(s) no(s) inciso(s) II e/ou III do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), os montantes da despesa total com pessoal, e/ou a dívida consolidada líquida, e/ou as garantias de valores e operações de crédito se encontra(m) acima de 90,00% dos limites legais.

Assim, considerando as competências estabelecidas no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e o disposto no inciso XI do art. 48, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - RITCE, esta Corte emite o presente **ALERTA**.

DA CIÊNCIA

EU, PREFEITO MUNICIPAL, com base no(s) índice(s) acima demonstrado(s), considero-me cientificado do referido alerta.

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8189.AFE8.488F.0643.DAFA.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2022

PM DE TRÊS FORQUILHAS

2º Semestre

TRÊS FORQUILHAS, 26 de Janeiro de 2023 .

_____

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN

Prefeito Municipal

_____

MATEUS MELO BREHM JUSTO

Responsável pela Administração Financeira

_____

MAURA BOBSIN AGUIAR

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8189.AFE8.488F.0643.DAFA.

Balanço Orçamentário

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	20.050.000,00	20.296.248,58	28.395.214,70	8.098.966,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	1.056.500,00	1.108.843,19	52.343,19
Receita de Contribuições	2.700.000,00	2.700.000,00	2.983.722,35	283.722,35
Receita Patrimonial	387.322,35	387.322,35	3.496.109,18	3.108.786,83
Receita de Serviços	415.000,00	415.000,00	316.098,49	-98.901,51
Transferências Correntes	15.486.140,00	15.486.140,00	20.184.526,16	4.698.386,16
Outras Receitas Correntes	5.037,65	251.286,23	305.915,33	54.629,10
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	486.138,00	1.279.754,72	793.616,72
Alienação de Bens	0,00	0,00	284.100,00	284.100,00
Transferências de Capital	0,00	486.138,00	995.654,72	509.516,72
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	20.050.000,00	20.782.386,58	29.674.969,42	8.892.582,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	20.050.000,00	20.782.386,58	29.674.969,42	8.892.582,84
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	20.050.000,00	20.782.386,58	29.674.969,42	8.892.582,84
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	2.648.521,07	-
Superavit Financeiro	-	-	2.648.521,07	-

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e CRISTINA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E3B3.0D34.1D72.5714.A04F.

Balanço Orçamentário

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	16.278.439,46	21.850.020,55	20.706.922,92	20.541.296,98	20.520.644,68	1.143.097,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.274.077,87	12.966.610,94	12.608.526,06	12.608.526,06	12.608.526,06	358.084,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.004.361,59	8.883.409,61	8.098.396,86	7.932.770,92	7.912.118,62	785.012,75
DESPESAS DE CAPITAL (X)	1.506.560,54	4.075.878,15	3.480.740,12	2.032.589,37	2.014.593,54	595.138,03
INVESTIMENTOS	713.560,54	3.345.878,15	2.768.924,96	1.320.774,21	1.302.778,38	576.953,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	793.000,00	730.000,00	711.815,16	711.815,16	711.815,16	18.184,84
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	17.785.000,00	25.925.898,70	24.187.663,04	22.573.886,35	22.535.238,22	1.738.235,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	30.000,00	30.000,00	29.651,32	29.651,32	29.651,32	348,68
Amortização da Dívida Interna	30.000,00	30.000,00	29.651,32	29.651,32	29.651,32	348,68
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	17.815.000,00	25.955.898,70	24.217.314,36	22.603.537,67	22.564.889,54	1.738.584,34
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	5.457.655,06	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	17.815.000,00	25.955.898,70	29.674.969,42	22.603.537,67	22.564.889,54	1.738.584,34

Página 262
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4862239
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707E6

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e [illegible] DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E3B3.0D34.1D72.5714.A04F.

Balanço Orçamentário

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

Página 263
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 4862239
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707E6

a.1 Quadro Principal - Receitas e Despesas - Prefeitura

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	19.700.000,00	19.946.248,58	25.357.271,29	5.411.022,71
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.500,00	1.056.500,00	1.108.843,19	52.343,19
Receita de Contribuições	2.700.000,00	2.700.000,00	2.983.722,35	283.722,35
Receita Patrimonial	37.322,35	37.322,35	458.165,77	420.843,42
Receita de Serviços	415.000,00	415.000,00	316.098,49	-98.901,51
Transferências Correntes	15.486.140,00	15.486.140,00	20.184.526,16	4.698.386,16
Outras Receitas Correntes	5.037,65	251.286,23	305.915,33	54.629,10
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	486.138,00	1.279.754,72	793.616,72
Alienação de Bens	0,00	0,00	284.100,00	284.100,00
Transferências de Capital	0,00	486.138,00	995.654,72	509.516,72
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	19.700.000,00	20.432.386,58	26.637.026,01	6.204.639,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	19.700.000,00	20.432.386,58	26.637.026,01	6.204.639,43
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	19.700.000,00	20.432.386,58	26.637.026,01	6.204.639,43
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	2.648.521,07	-
Superavit Financeiro	-	-	2.648.521,07	-

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e CRISTINA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E3B3.0D34.1D72.5714.A04F.

Balanço Orçamentário

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	14.573.439,46	19.975.020,55	18.885.058,07	18.729.182,13	18.708.529,83	1.089.962,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.654.077,87	11.163.224,94	10.811.014,50	10.811.014,50	10.811.014,50	352.210,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.919.361,59	8.811.795,61	8.074.043,57	7.918.167,63	7.897.515,33	737.752,04
DESPESAS DE CAPITAL (X)	1.506.560,54	4.075.878,15	3.480.740,12	2.032.589,37	2.014.593,54	595.138,03
INVESTIMENTOS	713.560,54	3.345.878,15	2.768.924,96	1.320.774,21	1.302.778,38	576.953,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	793.000,00	730.000,00	711.815,16	711.815,16	711.815,16	18.184,84
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	16.080.000,00	24.050.898,70	22.365.798,19	20.761.771,50	20.723.123,37	1.685.100,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	30.000,00	30.000,00	29.651,32	29.651,32	29.651,32	348,68
Amortização da Dívida Interna	30.000,00	30.000,00	29.651,32	29.651,32	29.651,32	348,68
Divida Mobiliaria	30.000,00	30.000,00	29.651,32	29.651,32	29.651,32	348,68
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	16.110.000,00	24.080.898,70	22.395.449,51	20.791.422,82	20.752.774,69	1.685.449,19
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	4.241.576,50	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	16.110.000,00	24.080.898,70	26.637.026,01	20.791.422,82	20.752.774,69	1.685.449,19

Página 264

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 4

Peça 4862239

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO P02707E6

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E3B3.0D34.1D72.5714.A04F.

Balanço Orçamentário

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

Página 265
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 4862239
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707E6

a.2 Quadro Principal - Receitas e Despesas - RPPS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	350.000,00	350.000,00	3.037.943,41	2.687.943,41
Receita Patrimonial	350.000,00	350.000,00	3.037.943,41	2.687.943,41
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	350.000,00	350.000,00	3.037.943,41	2.687.943,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	350.000,00	350.000,00	3.037.943,41	2.687.943,41
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	350.000,00	350.000,00	3.037.943,41	2.687.943,41
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	0,00	-

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E3B3.0D34.1D72.5714.A04F.

Balanço Orçamentário

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	1.705.000,00	1.875.000,00	1.821.864,85	1.812.114,85	1.812.114,85	53.135,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.620.000,00	1.803.386,00	1.797.511,56	1.797.511,56	1.797.511,56	5.874,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.000,00	71.614,00	24.353,29	14.603,29	14.603,29	47.260,71
DESPESAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.705.000,00	1.875.000,00	1.821.864,85	1.812.114,85	1.812.114,85	53.135,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	1.705.000,00	1.875.000,00	1.821.864,85	1.812.114,85	1.812.114,85	53.135,15
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	1.216.078,56	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	1.705.000,00	1.875.000,00	3.037.943,41	1.812.114,85	1.812.114,85	53.135,15

Página 266
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 4862239
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707E6

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e [illegible] DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E3B3.0D34.1D72.5714.A04F.

Balanço Orçamentário

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	103.127,00	106.410,12	691,00	103.127,00	103.818,00	0,00	106.410,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	103.127,00	106.410,12	691,00	103.127,00	103.818,00	0,00	106.410,12
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	416.404,69	0,00	0,00	398.494,88	398.494,88	17.909,81	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	416.404,69	0,00	0,00	398.494,88	398.494,88	17.909,81	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	519.531,69	106.410,12	691,00	501.621,88	502.312,88	17.909,81	106.410,12

c. Notas Explicativas

Nada a declarar

TRÊS FORQUILHAS , 26 de Janeiro de 2023

Gestor responsável pelo período de 01/01/2022 a 31/12/2022 - Loraci Klippel Melo Germann - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E3B3.0D34.1D72.5714.A04F.

Balanço Patrimonial

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

a. Quadro Principal

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	48.387.796,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.613.789,30
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	700.000,00
ESTOQUES	9.074.006,77
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.096.862,10
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	467.931,42
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	467.931,42
IMOBILIZADO	5.628.930,68
TOTAL	**54.484.658,17**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	1.591.688,04
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.446.629,79
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	139.136,34
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	5.921,91
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	40.578.978,07
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	3.948.066,75
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	36.630.911,32
TOTAL DO PASSIVO	**42.170.666,11**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	15.605.566,40
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-1.082.203,52
RESULTADOS ACUMULADOS	-2.209.370,82
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12.313.992,06**
TOTAL	**54.484.658,17**

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e [illegible] DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F0D1.B04A.07FB.2CE9.AA3E.

Balanço Patrimonial

62208111939380824

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**38.613.789,30**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	38.613.789,30
ATIVO PERMANENTE	**15.870.868,87**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	15.870.868,87
TOTAL	**54.484.658,17**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**1.758.834,94**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	145.058,25
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	1.613.776,69
PASSIVO PERMANENTE	**42.025.607,86**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo P	1.446.629,79
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	40.578.978,07
TOTAL	**43.784.442,80**
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**10.700.215,37**

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recurso Livre	2.079.550,76
20	Manutencao e Des. do Ensino-MDE	5.555,44
31	FUNDEB	71.146,23
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	58.867,60
50	Recursos RPPS	34.172.718,92
1001	PNAE- Mer.escolar	76,20
1002	PROGRAMA FEAS	988,39

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ANA LUIZA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F0D1.B04A.07FB.2CE9.AA3E.

Balanço Patrimonial

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

Código do Recurso	Descrição	Valor
1003	COTA PARTE SALARIO EDUCACAO	1.370,02
1013	CONV. TRANSPORTE ESCOLAR	12,00
1027	PROGRAMA PDDE	1.512,23
1041	Programa PNATE	27.614,05
1043	CIDE- Constr.interv.Dominio Economico	1.842,41
1054	IGD/PBF	9.813,21
1059	PNAP-PROGR.NAC.ALIM.ESCOLAR PRE ESCOLA	1,97
1075	MER.ESCOLAR QUILOMBOLAS	0,09
1082	IGD/SUAS	7.134,05
1089	PNAEC-PROGRA.NAC.ALIM.ESCOLAR EM CRECHE	0,49
1100	PSB FNAS-CRAS E SCFV	42.399,99
1101	ALIENACAO DE BENS ADQ C/REC.EDUCACAO	205,89
1107	FNDE-EI NOVAS TURMAS	14.496,76
1109	CONVENIO SOP-REC.ESTR.VICINAIS-CP 2018-2019(FPE 734/2022	209.015,15
1123	PAVIMENTAÇÃO-RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL	25.247,79
1124	CP-2020-2021-INV-Tendas Agricultura Familiar-SEAPDR(FPE 2748/2021)	30.939,44
1125	CONV.PAVIMENTA(FPE 2021/4137)	-695.556,01
1126	FNDE-PNAE AEE-ALIM.ESC.ESPECIAL	1,48
1128	Transferência Especial da União-E.PARLAMENTAR 2022-8580.0011	177.460,11
1129	TRANSF.FNAS SIGTV-Estruturação Rede Serv.SUAS-Custeio	103.202,78
4001	OUTROS REC.APLICADOS EM SAUDE	4.819,24
4002	ALIENACAO DE BENS ADQ C/REC.SAUDE	75.956,42
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA	81.933,52
4050	CONTR.ESTADO FARMACIA BASICA	3.767,56
4090	PROGRAMA ESF ESTADO	6.296,42
4293	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	52.926,03
4500	CUSTEIO ATENÇÃO.BÁSICA	82.014,45
4501	CUSTEIO-AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	40.259,97
4502	CUSTEIO-VIGILÂNCIA EM SAÚDE	16.364,90
4503	CUSTEIO-ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	6.166,04
4505	INVESTIMENTO-ATENÇÃO BASICA	135.488,37
4511	Outras Transferências Fundo a Fundo - Custeio.	3.344,00
Total		36.854.954,36

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e MARIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F0D1.B04A.07FB.2CE9.AA3E.

Balanço Patrimonial

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

a.1 Quadro Principal - Prefeitura

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	14.205.327,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.431.320,38
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	700.000,00
ESTOQUES	9.074.006,77
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.096.862,10
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	467.931,42
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	467.931,42
IMOBILIZADO	5.628.930,68
TOTAL	**20.302.189,25**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	1.591.688,04
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.446.629,79
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	139.136,34
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	5.921,91
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	3.948.066,75
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	3.948.066,75
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**5.539.754,79**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	11.709.332,24
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-1.082.203,52
RESULTADOS ACUMULADOS	4.135.305,74
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**14.762.434,46**
TOTAL	**20.302.189,25**

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F0D1.B04A.07FB.2CE9.AA3E.

Balanço Patrimonial

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

b.1 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Prefeitura

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**4.431.320,38**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	4.431.320,38
ATIVO PERMANENTE	**15.870.868,87**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	15.870.868,87
TOTAL	**20.302.189,25**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**1.749.084,94**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	145.058,25
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	1.604.026,69
PASSIVO PERMANENTE	**5.394.696,54**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo P	1.446.629,79
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	3.948.066,75
TOTAL	**7.143.781,48**
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**13.158.407,77**

c.1 Quadro das Contas de Compensações - Prefeitura

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d.1 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro - Prefeitura

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recurso Livre	2.079.550,76
20	Manutencao e Des. do Ensino-MDE	5.555,44
31	FUNDEB	71.146,23
40	Acoes e Servicos Publicos de Saude-ASPS	58.867,60
1001	PNAE- Mer.escolar	76,20
1002	PROGRAMA FEAS	988,39
1003	COTA PARTE SALARIO EDUCACAO	1.370,02

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e [illegible] DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F0D1.B04A.07FB.2CE9.AA3E.

Balanço Patrimonial

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

Código do Recurso	Descrição	Valor
1013	CONV. TRANSPORTE ESCOLAR	12,00
1027	PROGRAMA PDDE	1.512,23
1041	Programa PNATE	27.614,05
1043	CIDE- Constr.interv.Dominio Economico	1.842,41
1054	IGD/PBF	9.813,21
1059	PNAP-PROGR.NAC.ALIM.ESCOLAR PRE ESCOLA	1,97
1075	MER.ESCOLAR QUILOMBOLAS	0,09
1082	IGD/SUAS	7.134,05
1089	PNAEC-PROGRA.NAC.ALIM.ESCOLAR EM CRECHE	0,49
1100	PSB FNAS-CRAS E SCFV	42.399,99
1101	ALIENACAO DE BENS ADQ C/REC.EDUCACAO	205,89
1107	FNDE-EI NOVAS TURMAS	14.496,76
1109	CONVENIO SOP-REC.ESTR.VICINAIS-CP 2018-2019(FPE 734/2022	209.015,15
1123	PAVIMENTAÇÃO-RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RURAL	25.247,79
1124	CP-2020-2021-INV-Tendas Agricultura Familiar-SEAPDR(FPE 2748/2021)	30.939,44
1125	CONV.PAVIMENTA(FPE 2021/4137)	-695.556,01
1126	FNDE-PNAE AEE-ALIM.ESC.ESPECIAL	1,48
1128	Transferência Especial da União-E.PARLAMENTAR 2022-8580.0011	177.460,11
1129	TRANSF.FNAS SIGTV-Estruturação Rede Serv.SUAS-Custeio	103.202,78
4001	OUTROS REC.APLICADOS EM SAUDE	4.819,24
4002	ALIENACAO DE BENS ADQ C/REC.SAUDE	75.956,42
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA	81.933,52
4050	CONTR.ESTADO FARMACIA BASICA	3.767,56
4090	PROGRAMA ESF ESTADO	6.296,42
4293	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	52.926,03
4500	CUSTEIO ATENÇÃO.BÁSICA	82.014,45
4501	CUSTEIO-AT.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	40.259,97
4502	CUSTEIO-VIGILÂNCIA EM SAÚDE	16.364,90
4503	CUSTEIO-ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	6.166,04
4505	INVESTIMENTO-ATENÇÃO BASICA	135.488,37
4511	Outras Transferências Fundo a Fundo - Custeio.	3.344,00
Total		2.682.235,44

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e CRISTINA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F0D1.B04A.07FB.2CE9.AA3E.

Balanço Patrimonial

62208111939380824

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

a.2 Quadro Principal - RPPS

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	34.182.468,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34.182.468,92
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	0,00
TOTAL	**34.182.468,92**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	36.630.911,32
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	36.630.911,32
TOTAL DO PASSIVO	**36.630.911,32**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	3.896.234,16
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	-6.344.676,56
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**-2.448.442,40**
TOTAL	**34.182.468,92**

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F0D1.B04A.07FB.2CE9.AA3E.

Balanço Patrimonial

62208111939380824

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

b.2 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - RPPS

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**34.182.468,92**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	34.182.468,92
ATIVO PERMANENTE	**0,00**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	0,00
TOTAL	**34.182.468,92**
SALDO PATRIMONIAL (II - I)	**2.458.192,40**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**9.750,00**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	9.750,00
PASSIVO PERMANENTE	**36.630.911,32**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo P	0,00
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	36.630.911,32
TOTAL	**36.640.661,32**

c.2 Quadro das Contas de Compensações - RPPS

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d.2 Quadro do Superávit/Déficit Financeiro - RPPS

Código do Recurso	Descrição	Valor
50	Recursos RPPS	34.172.718,92
Total		34.172.718,92

Página da peça 8

Peça 4862240

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO P02707E7

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e [illegible] DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F0D1.B04A.07FB.2CE9.AA3E.

Balanço Patrimonial

62208111939380824

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

e. Notas Explicativas

Nada a declarar

TRÊS FORQUILHAS , 26 de Janeiro de 2023

Gestor responsável pelo período de 01/01/2022 a 31/12/2022 - Loraci Klippel Melo Germann - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MAURA BORSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F0D1.B04A.07FB.2CE9.AA3E.

Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE TRÊS FORQUILHAS | ORGÃO Nº: 82000 | CNPJ: 93317998000133 | 01/01/2022 a 31/12/2022

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**58.004.031,63**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.263.844,48**
IMPOSTOS	1.030.030,61
TAXAS	78.920,20
CONTRIBUIÇÕES	**2.989.988,49**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.983.722,35
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	6.266,14
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**221.878,61**
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	221.878,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**3.661.027,09**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	12.320,18
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.648.706,91
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**50.004.640,13**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	24.835.300,48
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	24.921.891,07
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.200,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	246.248,58
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**-197.013,92**
GANHOS COM ALIENAÇÃO	284.100,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-481.113,92
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**59.666,75**
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	59.666,75
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**25.686.469,81**
PESSOAL E ENCARGOS	**11.451.835,92**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	9.684.326,67
ENCARGOS PATRONAIS	1.767.509,25
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**2.103.515,59**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.633.385,30
PENSÕES	164.126,26
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	90.487,35
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	215.516,68
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**5.986.175,50**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.491.450,97
SERVIÇOS	3.519.221,32
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	975.503,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**480.136,59**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	472.651,35
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	7.485,24
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**5.136.735,92**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.148.282,76
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	3.714.134,29
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	171.800,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	102.518,87
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**73.713,42**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	10.483,28
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	63.230,14
TRIBUTÁRIAS	**201.894,87**
CONTRIBUIÇÕES	201.894,87
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**252.462,00**
PREMIAÇÕES	5.356,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	247.106,00

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.42BB.5982.9F87.0E71.F603.

Conta	Valor
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**32.317.561,82**

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.42BB.5982.9F87.0E71.F603.

Página 278
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 4862241
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707E8

Página 279

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 3

Peça 4862241

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO P02707E8

a.1 Variações Patrimoniais - Prefeitura

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**29.367.374,85**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.263.844,48**
IMPOSTOS	1.030.030,61
TAXAS	78.920,20
CONTRIBUIÇÕES	**2.278.173,33**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.271.907,19
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	6.266,14
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**221.878,61**
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	221.878,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**470.485,95**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	12.320,18
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	458.165,77
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**25.270.339,65**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	101.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	24.921.891,07
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.200,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	246.248,58
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**-197.013,92**
GANHOS COM ALIENAÇÃO	284.100,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-481.113,92
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**59.666,75**
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	59.666,75
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**23.791.274,82**
PESSOAL E ENCARGOS	**11.451.835,92**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	9.684.326,67
ENCARGOS PATRONAIS	1.767.509,25
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**306.004,03**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00
PENSÕES	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	90.487,35
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	215.516,68
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**5.952.261,50**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.491.450,97
SERVIÇOS	3.485.307,32
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	975.503,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**480.136,59**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	472.651,35
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	7.485,24
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**5.136.735,92**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.148.282,76
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	3.714.134,29
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	171.800,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	102.518,87
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**10.483,28**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	10.483,28
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00
TRIBUTÁRIAS	**201.894,87**
CONTRIBUIÇÕES	201.894,87
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**251.922,71**
PREMIAÇÕES	5.356,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	246.566,71

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.42BB.5982.9F87.0E71.F603.

Conta	Valor
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**5.576.100,03**

Página
280

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça
4

Peça 4862241

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO
P02707E8

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.42BB.5982.9F87.0E71.F603.

Página 281

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 5

Peça 4862241

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO P02707E8

a.2 Variações Patrimoniais - RPPS

Conta	Valor
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**28.636.656,78**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**0,00**
IMPOSTOS	0,00
TAXAS	0,00
CONTRIBUIÇÕES	**711.815,16**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	711.815,16
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**0,00**
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**3.190.541,14**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.190.541,14
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**24.734.300,48**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	24.734.300,48
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**0,00**
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**0,00**
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**1.895.194,99**
PESSOAL E ENCARGOS	**0,00**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**1.797.511,56**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	1.633.385,30
PENSÕES	164.126,26
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**33.914,00**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00
SERVIÇOS	33.914,00
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**0,00**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**63.230,14**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	63.230,14
TRIBUTÁRIAS	**0,00**
CONTRIBUIÇÕES	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**539,29**
PREMIAÇÕES	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	539,29

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.42BB.5982.9F87.0E71.F603.

Conta	Valor
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**26.741.461,79**

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.42BB.5982.9F87.0E71.F603.

Página 282
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 4862241
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02707E8

b. Notas Explicativas

Nada a declarar

TRÊS FORQUILHAS , 26 de Janeiro de 2023

Gestor responsável pelo período de 01/01/2022 a 31/12/2022 - Loraci Klippel Melo Germann - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE
Contabilista

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.42BB.5982.9F87.0E71.F603.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2022

Periodo: 2º Semestre

PM DE TRÊS FORQUILHAS

Nome da Entidade: PM DE TRÊS FORQUILHAS

CNPJ: 93317998000133

ORGÃO Nº: 82000

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 62202111939380824 (Modelo 9)

É Encerramento de Mandato? Não

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Fundo

Responsável pelo Fundo: Elisangela Martins Percheron

Telefone: (51)36285102

e-mail: fapstf@gmail.com

Lei de Instituição do Controle Interno: 1332/2013

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 26/06/2013

Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 1488/2016

Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 28/06/2016

Norma que aprovou o Regimento Interno do Controle Interno: DECRETO 025/2013

(Não possui Decreto que regulamenta a Lei de Instituição do Controle Interno)

Forma de Estruturação do Controle Interno:

O SCI funciona sob a forma de Comissão, composta por servidores das principais áreas do Município, abrangendo o Poder Executivo e o Poder Legislativo

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
69437335087	Maura Bobsin Aguiar	Agente Administrativo Auxiliar	mauramba@yahoo.com	(51) 99714-1169

- Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
97482447091	Elisangela Martins Percheron
64128482072	Simone Machado Rickrot

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Camara Mun.Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 30/08/2022, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98ED.89F0.2DAB.B56D.53C7.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2022
Periodo: 2º Semestre
PM DE TRÊS FORQUILHAS

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Semestre de 2022, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 2º Semestre de 2022 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo não aplicou , no 2º Semestre de 2022, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Não existem beneficiários de pagamento de Sentenças Judiciais no Poder Executivo.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98ED.89F0.2DAB.B56D.53C7.

No 2º Semestre de 2022 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Foi observado o prazo?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Foram observados os modelos da STN?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2022, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2022.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2022.

Não foram inseridas observações para este item.

19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98ED.89F0.2DAB.B56D.53C7.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Não foram inseridas observações para este item.

22 - Equilíbrio Financeiro

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Não foram inseridas observações para este item.

23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município não paga complementação de aposentadorias.

Não foram inseridas observações para este item.

24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2022.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 27/05/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

27 - Controle Interno

Os servidores lotados na Unidade Central de Controle Interno não exercem suas atividades exclusivamente para o Controle Interno.

Observações: Municipio Rural, carente de mao de obra qualificada, media salarial não atraente .

A Lei Orçamentária Anual estabeleceu a previsão de recursos específicos para as atividades pertinentes ao Sistema de Controle Interno.

Os recursos destinados à atividade do Sistema de Controle Interno foram efetivamente aplicados na unidade.

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98ED.89F0.2DAB.B56D.53C7.

Não foram inseridas observações para este item.

A Administração Municipal adotou providências tendentes à correção das inconformidades apontadas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela Unidade Central de Controle Interno.

Não foram inseridas observações para este item.

Não houve apontamento de irregularidade com infringência à legislação municipal passível de manifestação pela Administração Municipal.

Não foram inseridas observações para este item.

Não há previsão em lei municipal que os órgãos e entidades da Administração Municipal, direta e indireta, além do Poder Legislativo, submetem-se à fiscalização da UCCI - inciso I do art. 3º da Resolução TCE/RS n 936/2012.

Não há previsão em lei municipal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado - alínea 'h' do inciso II do art. 4º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Não foram inseridas observações para este item.

Não há previsão em lei municipal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas - alínea 'c' do inciso II do art. 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Há indicação em lei municipal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao Tribunal de Contas das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, bem como o momento e a forma de adoção dessas providências, sob pena de sua responsabilização solidária, nos termos do disposto no artigo 74, § 1º, da Constituição Federal e alínea 'd' do inciso II do art. 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Lei Municipal nº: 1488/2016 **artigo:** 9

Não foram inseridas observações para este item.

Não há previsão em lei municipal e/ou em normativas próprias, de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário - inciso II do parágrafo único do art. 6º da Resolução 936/2012.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98ED.89F0.2DAB.B56D.53C7.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2022

Periodo: 2º Semestre

PM DE TRÊS FORQUILHAS

PM DE TRÊS FORQUILHAS, 26/01/2023

_____

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN

Prefeito Municipal

_____

Maura Bobsin Aguiar

Responsável pelo Controle Interno

Página 289
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 4864147
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0270F5A

Assinado digitalmente por: MAURA BOBSIN AGUIAR em 27/01/23, LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 27/01/23, MATEUS MELO BREHM JUSTO em 27/01/23 e ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 27/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98ED.89F0.2DAB.B56D.53C7.

Processo
01070-0200/22-0

Página da peça
1

Peça
5032766

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A205

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

A Senhora. Prefeita Municipal, Loraci Klippel Melo Germann, conforme Resolução n° 1.134/2020, art. 2º, inciso IV, alínea "a", do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE-RS, apresenta o relatório circunstanciado sobre sua gestão, indicando o atingimento, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS.

Apresenta-se a seguir o desempenho dos indicadores e a execução orçamentária dos Programas Estratégicos do Município de Três Forquilhas/RS,. constantes na Lei Municipal n° 1826/2021, Plano Plurianual - PPA, na Lei Municipal n° 1846/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Municipal n° 1481/2021 Lei Orçamentária Anual - LOA, contemplando a totalidade das ações planejadas pelos órgãos da administração.

Os órgãos responsáveis pelos Programas de cada Secretaria prestaram informações sobre as metas, indicadores, resultados intermediários e os Investimentos Plurianuais Prioritários associados aos seus respectivos Programas, de forma a explicitar a evolução física de sua implementação, as principais entregas e resultados alcançados, os mecanismos e meios utilizados para sua execução, principais obstáculos enfrentados etc.

Para fins de monitoramento, nos programas de execução multissetorial, o órgão de maior representatividade, em relação as metas, coletou junto aos demais órgãos informações relativas aos Objetivos e Metas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

Objetivos gerais do relatório:

a) Comparar os programas finalísticos planejados a longo prazo indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual (considerando os resultados obtidos ao longo do processo de acompanhamento);

b) Apresentar informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;

c) Apresentar informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

d) Apresentar informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS.

Considerando a premissa, o desafio e o compromisso acima expostos, propomos realizar uma análise comparativa das metas propostas no PPA 2022- 2025 e das metas alcançadas, a fim de refletir sobre a efetiva execução e, se for o caso, a adequação dos indicadores de programa e produtos propostos pelos programas e ações, respectivamente.

1- Análise do atingimento, ou não, das metas estabelecidas no PPA, LDO e LOA:

A primeira etapa visa comparar os programas planejados a longo prazo indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, considerando os resultados obtidos ao longo do processo de acompanhamento.

Utilizou-se Demonstrativo de Programas e ações, da Lei Municipal n° 1826/2021– Plano Plurianual, para fins de estabelecer comparativo entre as metas físicas das ações previstas para o período 2022-2025, das quais se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 3

Peça 5032766

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A205

A Avaliação das metas físicas do Município de Três Forquilhas é apresentada abaixo, por meio dos resultados das ações realizadas no decorrer do exercício 2022, organizadas em Programas Estratégicos, constantes no Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal n°1826/2021 e construídos de acordo com as diretrizes do atual modelo de gestão. Os resultados das principais ações desenvolvidas conforme os eixos temáticos foram:

Eixos Temáticos /Ações	Cumprimento de Meta e Ações
1- Desenvolvimento Econômico: -Desenvolvimento Rural e Agronegócios: - Promoção da Política de Desenvolvimento agro Industrial -Promoção da Sustentabilidade de Espaços e feiras - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - -Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar	100%
2-Gestão Pública -Modernização da Administração Tributária e de Gestão dos Setores Básicos -Coordenação do Fundec - Fundo Municipal de Defesa Civil; -Atualização anual do Inventário de bens Patrimoniais.	90%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 4

Peça 5032766

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A205

3-Educação Pública em tempo integral: -Programa de Desenvolvimento da Educação Especial -Aperfeiçoamento de Professores; -Realizar concursos e olimpíadas entre alunos do Município e do Estado; -Eventos esportivos envolvendo as Escolas; -Palestras nas Escolas e dentro de todo Município, sobre Racismo e qualquer outro tipo de Preconceito; -Manutenção dos Prédios Escolares; -Manutenção da Escola de Educação Infantil. - Realização da jornada pedagógica para os servidores da educação. -Garantir aquisição de materiais pedagógicos e didáticos necessários ao Plano de desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas das escolas. -Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Pro Infância -Cursos de Profissionalização dos motoristas dos ônibus escolares; -Construção, Ampliação e Reformas Unidades Escolares; -Manutenção da Escola de Educação Infantil. -Equipar Escolas de Educação Fundamental e Infantil com materiais pedagógicos e mobiliários; -Formação de Professores; Aperfeiçoamento/ Capacitação de Professores; -Manutenção de Programas Merenda Escolar, Transporte de alunos, Fundeb, Programa Dinheiro Direto na Escola(PDDE) e Assistência a Portadores de necessidades Especiais; -Acesso Tecnológico aos Alunos da Rede Municipal. -Eventos esportivos envolvendo as Escolas; -Cultura: Apoio a eventos culturais e desportivas e incentivo ao esporte e ao Tradicionalismo nas escolas;	95%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 5

Peça 5032766

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A205

4- Cultura, Desporto e Lazer: -Prática da Cultura, do Esporte e do Lazer valorizada" -Cultura local valorizada em sua diversidade -Incentivo aos talentos locais: (Banda, dança, Teatro); -Incentivo as culturas religiosas das Comunidades; -Apoio e Manutenção da Banda Municipal; -Incentivo para realização da Semana Farroupilha; -Programa de Inclusão Social pelo Esporte -Projeto Rota Turística Caminho dos Vales e das Aguas.	60%
5-Saúde Pública que atende as necessidades dos seus Cidadãos: Manutenção dos programas existentes, Federal e estadual ESF, ACS, PIM, Vigilância Sanitária e Epidemiológica; Farmácia Básica, Saúde Mental, Desempenho, Qualifar-SUS, PSE-Programa Saúde na Escola; Vacinação, Insumos Estratégicos – Atenção Básica; Saúde Bucal, Insumos Hospitalares, RBC Rede Bem cuidar; -Manutenção e Conservação dos prédios das Unidades Sanitárias -Manter Convênio com pronto atendimento, laboratórios e clínicas para atender as Urgências da População; -Manter Convenio com Consórcio Público de Saúde para atender as consultas e exames de especialidades e Urgências da População; -Fortalecer o Plano Municipal de Saúde; -Continuidade no transporte de pacientes e usuários do SUS para Porto Alegre e Região; -Intensificar as Campanhas de Prevenção da Saúde do Homem e da Mulher; - Capacitação das equipes da AB em Saúde Mental; - Reformas da Unidade Básica de Saúde; -Aquisição e manutenção de veículos e equipamentos -Capacitação das equipes da AB em Saúde Mental pós Covid. -Realizar Conferencia Municipal de Saúde para discussão dos Eixos temáticos propostos nas Conferencias a nível Nacional e Estadual, visando aprovar diretrizes, propostas e moções.	90%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

6- Desenvolvimento Social: -Inclusão Social como uma preocupação permanente -Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos familiares e comunitários; - Centro de Referência da Assistência Social),com acompanhamento de Famílias; -Programa de Proteção Social Básica -Programa de Proteção Social Especial -Valorização do Conselho tutelar. -Continuidade aos encontros da Terceira Idade, grupos de danças e Mulheres artesãs. -Continuidade do Projeto NATAL; -Realizar Conferencia Municipal de Assistência Social para discussão dos Eixos temáticos propostos nas Conferencias a nível Nacional e Estadual, visando aprovar diretrizes, propostas e moções da politica Municipal de Assistência Social. - Manutenção dos programas já existentes como o **Bolsa família**, IGD, **FEAS**(apoio sócio educativo a crianças e adolescentes), CRAS/SCFV(Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos); -Programa Bem estar social a Melhor Idade; -Programa de Inclusão social pelo Esporte. -Cursos de Artesanato em Geral; -Promover o acesso universal à Alimentação Adequada e Saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional, implementando políticas públicas, programas e projetos. -Inclusão Social como uma preocupação permanente ;	100%
7- Infraestrutura, mobilidade Urbana:] -Mobilidade Urbana centrada nos pedestres, ciclistas e usuários do transporte coletivo" -Programa Drenagem Urbana -Fortalecimento da Gestão Urbana - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano -Manutenção e melhoria dos serviços de iluminação pública, redes de água, pontes, bueiros e barragens, vias urbanas e	70%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

rural, praças e jardins, -Recuperação de ruas e estradas Municipais; -Sinalização de Vias Públicas; -Construção de Galerias Fluviais; -Aquisição de novas máquinas e implementos; -Construção de praças na Sede e nas localidades; -Colocação de lixeiras Plásticas, em alguns pontos para incentivar a coleta seletiva; -Equipamentos para oficina mecânica;	
8- Desenvolvimento Rural: -Apoio aos Agricultores com colocação de Tratores e Implementos para transporte de Insumos; -Projeto de Programa Agronegócio; -Incentivo ao Turismo ecológico sustentável; -Programa de diversificação de Produtos e Comercialização com apoio da Emater e Sindicato Trabalhadores Rurais; -Incentivo as Agroindústrias; -Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Estradas Vicinais -Manutenção do Programa Saneamento rural com distribuição de tubos para escoamento das estradas; 8.1-Agricultura: -Aquisição de Equipamentos e Implementos Agrícolas; -Construção e Melhorias de Estradas Agrícolas; -Manutenção do programas e Convenio com Emater; Sindicato Trabalhadores Rurais; - Convênios através do Fundo Municipal da Agricultura; -Incentivo ao Associativismo e Cooperativismo. -Apoio a Jovens Agricultores -Apoio transporte de adubos orgânicos e calcário. -Ações de desenvolvimento na geração de emprego e renda;	100%
9-Esporte, Turismo e Meio ambiente: - Licenciamentos ambientais, melhoria na destinação do lixo e conservação das estradas vicinais; -Promover captação de sinal de internet em todas as localidades. -Promoção de campeonato Municipal de futebol de campo, bochas e outros esportes;	70%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

-Promover diversas atividades Esportivas; -Ajudar na realização de Campeonatos de futebol Municipal de campo, salão e outras modalidades; -Incentivar as Canchas de bocha, esportes educativos e outros. -Fomentar a criação de áreas de lazer para práticas de Esportes; Confecção de imagens de pontos turísticos nos órgãos Públicos; -Projeto Resíduos Sólidos (coleta seletiva do lixo); -Colocação de lixeiras Plásticas, em alguns pontos para incentivar a coleta seletiva; -Projeto Educação Ambiental; -Atividades de Preservação e limpeza de canais de drenagem; -Recuperação áreas degradadas; -Manutenção do Conselho Municipal de Turismo.(Eco Turismo); -Fomentar a criação de áreas de lazer para práticas de Esportes; Confecção de imagens de pontos turísticos nos órgãos Públicos; -Propaganda de feiras e tendas do Município; -Material de Publicidade para divulgar o Município; -Promover Seminários sobre o uso de agrotóxicos; -redes de agua nas localidades que ainda não possuem; -Incentivo ao Turismo ecológico sustentável; -Projeto Rota Turística Caminho dos Vales e das Aguas.	
<u>10- Des. Urb. Habitação e Saneamento:</u> -Aquisição de material de Consumo (brita, areia, cimento, para as vias publicas; -Despesas de pessoal e encargos; -Calçada de Passeio; -Urbanização do Centro da Cidade; -Pavimentação de ruas nas Comunidades; -Abertura, ampliação e conservação de vias Publicas; -Pavimentação de ruas nas Comunidades; -Obras de Infraestrutura urbana; -Manutenção dos serviços de Iluminação Pública, Redes de Água, Pontes, Boeiros e Barragens, Vias urbanas e Rural,	60%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

Praças e Jardins, -Urbanização do Centro da Cidade, Abertura, Ampliação de Vias Públicas; -Recuperação Estradas Municipais; -Construção e Conservação de Praças, Parques Jardins; -Construção e ampliação de redes de água. -Aquisição de novas máquinas e implementos; -Manutenção do parque viário. -Sinalização de Vias Públicas; -Equipamentos para oficina mecânica; -Fortalecimento da Gestão Urbana - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano - Des. Urb. Habitação e Saneamento com aquisição de material de Consumo (brita, areia, cimento, para as vias publicas;	

2- Análise das informações físico-financeiras dos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE:

Nessa segunda etapa apresentamos informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE.

Foram aplicados em educação **28,68%,** superando o mínimo previsto no art. 212, da Constituição Federal.

Na verificação do atendimento dos limites constitucionais de aplicação em Educação não foram computadas as despesas custeadas com receitas provenientes de:

a) Rendimentos financeiros de recursos vinculados à MDE e FUNDEB;

b) Alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público e que tenham sido adquiridos com recursos vinculados à MDE e FUNDEB;

c) Transferências voluntárias, através de ajustes, contratos ou convênios firmados com a União e/ou Estado, com a finalidade específica de aplicação em Educação; e

d) Transferências recebidas diretamente do FUNDEB em valor excedente ao da contribuição do ente para a formação do referido Fundo.

Na apuração da base da receita para fins do cálculo da aplicação em Educação pelo Município, também não foram computadas as receitas de transferências constitucionais do Estado e da União, resultantes da antecipação de impostos por estes arrecadados, as quais serão adicionadas no exercício subsequente.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

Para apuração dos percentuais da despesa constitucional com educação (MDE + FUNDEB) por recurso vinculado, foi considerando o total das despesas empenhadas e os restos a pagar não processados inscritos com suficiência financeira, na função Educação e os códigos de Recursos Vinculados 0020 - MDE e 0031 – FUNDEB, de acordo com a Instrução Normativa TCE RS n°07/2021, das quais destacam-se as seguintes:

a) Manutenção de Escolas e 01 Creche;
b) Reforma de Escolas;
c) Manutenção de veículos ;
d) Aquisição de equipamentos e matérias permanentes;
e) Melhorias no Transporte Escolar;
f) Formação de Professores; Aperfeiçoamento/ Capacitação de Professores;
g) Pagamento de vencimentos e Salários dos Professores e demais Profissionais da Educação.
h)

Contudo, para uma análise detalhada das informações físico-financeiras dos recursos 020-MDE, segue a tabela:

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA						
PROGRAMA	**ENSINO FUNDAMENTAL**					
OBJETIVO	Aplicação de mínimo Constitucional (25%) na Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental					
AÇÃO						
PPA	R$ 1.497.330,00					
LDO	R$ 1.497.330,00					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA						
EXECUÇÃO ORÇAMENÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO R$		DESPESA R$			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO R$	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESS.
1.564.000,00	2.078.747,00	2.034.775,07	2.027.775,07	2.009.758,25	18.016,82	7.000,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNID. DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
Manutenção da Educação FUNDAMENTAL			100%	132%	97,54%	

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA	
PROGRAMA	ENSINO INFANTIL
OBJETIVO	Prestar serviços educacionais a crianças de 0 a 06 anos.
AÇÃO	
PPA	R$ 242.500.000,00
LDO	R$ 242.500.000,00

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

EXECUÇÃO ORÇAMENÁRIA E FINANCEIRA

DOTAÇÃO R$		DESPESA R$			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO R$	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESS.
205.000,00	173.000,00	153.571,67	153.571,67	153.571,67	0,00	0,00

EXECUÇÃO FÍSICA

DESCRIÇÃO DA META	UNID. DE MEDIDA	META		
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
Manutenção da Educação Infantil		100%	84,39%	74,91%

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA	
PROGRAMA	ENSINO ESPECIAL
OBJETIVO	Proporcionar o desenvolvimento global dos alunos portadores de necessidades Especiais.
AÇÃO	
PPA	R$ 15.000,00
LDO	R$ 15.000,00

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

EXECUÇÃO ORÇAMENÁRIA E FINANCEIRA

DOTAÇÃO R$		DESPESA R$			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO R$	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESS.
15.000,00	22.860,00	22.440,00	22.440,00	22.440,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO FÍSICA

DESCRIÇÃO DA META	UNID. DE MEDIDA	META		
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
Manutenção da Educação Infantil		100%	152%	148%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

3-Análise das informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados no FUNDEB

Em relação as informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, têm por objetivo demonstrar e avaliar as informações previstas em PPA, LDO E LOA na aplicação dos recursos do FUNDEB, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade. De acordo com o art. 25, §3º da Lei Federal nº 14.113/2020, os recursos do fundo devem ser totalmente utilizados durante o exercício em que forem creditados. Admite-se, ainda, que eventual saldo não comprometido de até 10% dos valores recebido possa ser utilizado no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Nesse aspecto, o Município permaneceu com R$ 71.146,23 de saldo em conta bancária para utilização no exercício de 2023, do qual corresponde a 3,044% do total recebido à conta do Fundo.

Para fins da análise das informações físico-financeiras, segue abaixo a seguinte tabela:

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA						
PROGRAMA	FUNDEB					
OBJETIVO	:Inclusão Progressiva de todas as crianças de Creche, Pre Escola e Ensino Fundamental.					
AÇÃO	Manutenção da Educação Infantil e Fundamental-.FUNDEB Professores e Encargos Sociais - 70%					
PPA	R$ 2.000.000,00					
LDO	R$ 2.000.000,00					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA						
EXECUÇÃO ORÇAMENÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO R$		DESPESA R$			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO R$	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESS.
2.000.000,00	2.469.000,00	2.356.700,98	2.356.700,98	2.356.700,98	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

EXECUÇÃO FÍSICA

DESCRIÇÃO DA META	UNID. DE MEDIDA	META		
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
Manutenção da Educação Inf. e Fundamental-Rec.FUNDEB - 70%		2..000.0000,00	(+) 469.000,00 2.469.000,00	2.356.700,98 (-)41.321,53 (-)60.728,71 2.254.650,74
		100%		**95,66%**

BALANCETE FINANCEIRO DOS RECURSOS VINCULADOS AO FUNDEB

MÊS: Acumulado até DEZEMBRO 2022
ANO: 2022

1-RECEITA:

Saldo de Caixa do Exercício anterior: R$ **70.686,64**

1-Receita do Exercício **R$** 2.357.047,63

Transf. Recebida FUNDEB.....R$ 2.337.222,34
Aplicações Financeiras R$ 19.825,29

TOTAL.....R$ 2.427.734,27

2-DESPESA: **R$** 2.356.700,98

2.1-Remuneração Profissionais do Magistério: R$ **2.295.972,27**

(-) Salario Família R$ 41.321,53

Totais p/calculo Rem.Prof. Magistério R$ 2.254.650,74

2.2- Outras Despesa R$ 60.728,71

Saldo em Banco em 31/12/2022: R$ 71.146,23

2.3- Empenhos a pagar em 31.12.2022: R$ 0,00

Saldo liquido para o ano seguinte(2023): R$ 71.146,23

TOTAL... .....R$ **2.427.734,27**

RESUMO:

Despesa total realizada: R$ 2.356.700,98

Gastos c/Remuneração Prof.Educ.Basica: **R$** 2.254.650,74

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

LIMITES OBRIGATORIOS DO FUNDEB

	Valor	Percentual
Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB	1.649.933,34	**70%**
Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2022	2.254.650,74	**95,66**

Dados extraídos do RVE/PAD Competência Dezembro de 2022 e Balanço Anual 2022.

4- Análise das informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados em ASPS

Por último, o relatório apresenta informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS tendo, também, por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde, bem como, apresentar informações relevantes a sociedade.

O Município aplicou **19,45%** em Ações e Serviços Públicos de Saúde atendendo, assim, aos percentuais mínimos constitucionais de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS.

Na verificação do atendimento dos limites constitucionais de aplicação em Saúde, não foram computadas as despesas custeadas com receitas provenientes de:

a) Rendimentos financeiros de recursos vinculados à ASPS;

b) Alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público e que tenham sido adquiridos com recursos vinculados à ASPS;

c) Transferências voluntárias, através de ajustes, contratos ou convênios firmados com a União e/ou Estado, com a finalidade específica de aplicação em Saúde.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 15

Peça 5032766

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A205

Além disso, não foram computadas as receitas de transferências constitucionais do Estado e da União, resultantes da antecipação de impostos por estes arrecadados, as quais serão adicionadas no exercício subsequente.

As ações em saúde estão disponíveis, de forma gratuita, a toda a população, financiadas com recursos movimentados por meio do respectivo fundo de saúde, incluídas no plano Municipal de saúde e executadas na função saúde, aprovadas pelo Conselho de Saúde e de responsabilidade da Secretaria de saúde.

A programação e a execução das ações voltadas a saúde da população estão organizadas no Plano Anual de Saúde, aprovado e gerenciado por intermédio do Conselho de Saúde, de forma a atender satisfatoriamente a população. Eventuais alterações no decorrer do exercício são analisadas e aprovadas pelo respectivo Conselho e as informações contidas nesse relatório foram subsidiadas através dos métodos de controle desenvolvidos na Secretaria de Saúde.

A análise das informações poderá ser verificada a partir da seguinte tabela:

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA						
PROGRAMA	**Atenção Básica**					
OBJETIVO	**Fortalecimento da atenção primária Básica**					
PPA	R$ 3.355.200,00					
LDO	R$ 3.355.200,00					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA						
EXECUÇÃO ORÇAMENÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO R$		DESPESA R$			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO R$	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	N/PROCESSADOS
3.117.019,78	3.378.265,57	3.346.283,48	3.346.283,48	3.338.091,48	8.192,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNID. DE MEDIDA	META			
Manutenção serviços Atenção Básica			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
			100%	108%	99,05%	

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA	
PROGRAMA	**Assistência Hospitalar e Ambulatorial**
OBJETIVO	**Prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas. Redução de internações por causas sensíveis à Atenção Básica.**
PPA	R$ 185.000,00
LDO	R$ 185.000,00

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

EXECUÇÃO ORÇAMENÁRIA E FINANCEIRA

DOTAÇÃO R$		DESPESA R$			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO R$	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESS.
219.000,00	171.800,00	171.800,00	171.800,00	171.800,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO FÍSICA

DESCRIÇÃO DA META	UNID. DE MEDIDA	META		
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		100%	78,44%	100%

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA	
PROGRAMA	**Vigilância Sanitária**
OBJETIVO	**Fortalecer a promoção e a Vigilância em Saúde**
PPA	R$ 12.000,00
LDO	R$ 12.000,00

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

EXECUÇÃO ORÇAMENÁRIA E FINANCEIRA

DOTAÇÃO R$		DESPESA R$			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO R$	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESS.
12.035,00	10.330,00	10.324,73	10.324,73	10.324,73	0,00	0,00

EXECUÇÃO FÍSICA

DESCRIÇÃO DA META	UNID. DE MEDIDA	META		
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
Fortalecer a promoção e a Vigilância em Saúde		100%	85,83%	100%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA	
PROGRAMA	Vigilância Epidemiológica
OBJETIVO	Fortalecer a promoção e a Vigilância em Saúde
PPA	R$ 33.000,00
LDO	R$ 33.000,00

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

EXECUÇÃO ORÇAMENÁRIA E FINANCEIRA

DOTAÇÃO R$		DESPESA R$			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO R$	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESS.
19.305,00	24.010,00	23.951,84	23.951,84	23.951,84	0,00	0,00

EXECUÇÃO FÍSICA

DESCRIÇÃO DA META	UNID. DE MEDIDA	META		
		PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
Fortalecer a promoção e a Vigilância em Saúde		100%	101,24	99,75%

5-Conclusão:

O relatório apresentou o desempenho dos indicadores e metas presentes no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e ações planejadas pelos órgãos da administração. Nele também constam as informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

Com relação aos indicadores, houve a superação de várias metas estabelecidas para 2022. O presente documento mostra o esforço do Administrador em desenvolver ações que visam atingir as metas projetadas durante a sua gestão. Especificamente em relação ao exercício de 2022 cujas ações planejadas foram diretamente influenciadas pela pandemia, atingimos as expectativas em relação aos gastos e aos limites Constitucionais.

Três Forquilhas, 24 de Março de 2022

Loraci Klippel Melo Germann

Prefeita Municipal

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2DD7.CB67.0CCD.6DB1.9BC0.

RELATÓRIO E PARECER

DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

SOBRE AS CONTAS DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO

Na qualidade de responsável (eis) pelo órgão de Controle Interno do Município de Três Forquilhas, venho apresentar Relatório e Parecer sobre as contas de governo do Poder Executivo, relativos ao **exercício de 2022**, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição da República, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto no art. 2º, inciso IV, letra *"b"* da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1488/2016 regulamentada pelo Decreto nº 25/2013, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 193 de 28/01/2021.

A Comissão desenvolveu suas atividades da seguinte forma:

A Central do Sistema de Controle Interno vem apresentar a Vossa Excelência o Relatório de seus trabalhos desenvolvidos no período de janeiro a dezembro de 2022. Após examinar as respostas das Solicitações de Informações feitas pela Central do Sistema de Controle Interno relativas ao ano de 2022 foi constatado o seguinte:

ADMINISTRAÇÃO:

- Constatamos que as remessas de envio ao **BLM** atual está em dia conforme recibos enviados a esta Comissão pelo responsável do Setor; Respondemos a vários questionários enviados a essa Central pelo TCE a vários Setores e Secretarias Municipais para realizar a prestação de contas de 2022; Recebemos em novembro do corrente ano do Auditor de

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F0.8841.F230.F3D9.CC25.

Controle Externo, o senhor Avelino Junior o comunicado da Auditoria do Tribunal de Contas do Estado sobre os Atos de Admissões do Concurso Público 01/2014.

- **Setor do Recursos Humanos:** acompanhamos os Processos de Aposentadorias e Pensões realizados no ano de 2022, Alguns Processos de Inativação reenviados pelo Tribunal de Contas ao Recursos Humanos desta Prefeitura para Solicitação de Informações e Revisão de Cálculos, assim como Processos ainda Não Registrados pelo TCE; Acompanhamos o Pagamento de horas extras mediante comprovantes fornecidos pelo Setor e a relação do Banco de Horas acumulados de 2022; Relação total da quantidade de servidores com cargo ou função ativos e inativos do ano de 2022; Acompanhamos a apresentação Anual das Declarações de Imposto de Renda ou Declaração de Isento IRRF dos Servidores nomeados, CCs e Agentes Políticos; Referente ao SiapesWeb-Contratos enviamos uma documentação solicitada e as remessas mensais encontra-se sendo apresentado dentro dos prazos Legais; Referente ao SiapesWeb-Concurso realizamos os lançamentos dos dados referente as nomeações do Concurso Público nº01/2020; Da mesma forma acompanhamos o Pagamento de Diárias a Prefeita Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Secretários Municipais e demais Servidores Municipais do Executivo conforme relatório fornecido pelo Setor da Contabilidade ao Setor de Recursos Humanos para o pagamento em Folha, para fazermos um comparativo de gastos com anos anteriores.

FAZENDA: Acompanhamos durante o ano o percentual de Gastos com Pessoal através dos relatórios do Demonstrativo dos Limites do RGF afim de controlarmos o limite legal de Gastos com Pessoal durante o ano 2022, que no 1° Semestre atingiu 46,17% Não emitindo o Alerta ao Executivo Municipal;

- **Setor de Licitações:** Analisamos por inteiro as cópias de dois Processos de Licitações relevantes instauradas no exercício referentes a Contratação da Empresa para Recuperação de Estradas Vicinais na Zona Rural do Município – Situação do Processo Anulada, e a Contratação de Empresa para serviços preliminares de Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Sinalização e Serviços Finais e complementares na rua Felipe Pedro Justin – Contratada a Empresa Dalfovo Construtora Ltda., no valor de R$1.295.421,35 para que a UCCI possa acompanhar a observância dos tramites legais; Analisamos os Contratos e RPA (Recibo de Pagamento Autônomo) durante o ano de 2022 com a relação fornecida pelo Setor.

- **Setor de Arrecadação:** Verificamos que o valor gerado para cobrança do IPTU referente ao ano de 2022 é de R$ 250.930,09 e o valor arrecadado em dois de dezembro foi de R$163.525,69, restando um saldo de R$ 87.404,40 para arrecadar ou registrar em dívida ativa, e que o valor gerado para a cobrança da tarifa água referente ao ano de 2022 é aproximadamente de R$ 204.400,00 e o valor arrecadado em dois de dezembro foi de R$ 161.899,63 restando um saldo de R$ 42.500,37 para arrecadar ou registrar em dívida ativa, e foram encaminhadas ao Setor Jurídico 03(Três) Certidões para ajuizamento de Dívida Ativa Não Tributária (Água) sendo até a presente data ajuizadas 01(Uma) CDA e Não teve Certidões de Dívida Ativa Tributária (IPTU), sendo ajuizadas até a presente data.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F0.8841.F230.F3D9.CC25.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 3

Peça 5032781

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A214

- **Setor do Almoxarifado:** a servidora responsável pelo setor é a servidora Rosângela Ladir Brehm Gonçalves designada através da Portaria nº502/2021 de 03 de novembro de 2021, que o Registro de entrada e saída de Produtos no Sistema Multi 24 encontra-se em Situação Regular, e nos enviou um Relatório do Estoque anexo a resposta;

- **Setor do Patrimônio:** A responsável pelo setor é uma Empresa contratada para realizar o serviço, a Empresa possui a nomenclatura de MAUS Treinamento em Gestão, com o CNPJ.nº16.555.587/0001-35, com o período de serviço de duração de 12(doze) meses com início em doze de dezembro de 2022, sendo a forma de pagamento mensal no valor de R$ 1,375,00, totalizando o valor anual de R$ 16.500,00, representada por Cézar Volnei Mauss, CPF.nº893.393.390-53, e informa que o Registro de entrada e baixa dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis registrados em nome da Prefeitura Municipal encontra-se atualizado até 31/12/2022, e o Relatório Final de todos os Bens encontra-se arquivado na Secretaria Municipal de Administração.

PLANEJAMENTO: Setor de Controle dos Veículos e Máquinas da Prefeitura, solicitamos cópia dos Diários de bordo de todos os Veículos oficiais, Máquinas e Equipamentos em uso desta Prefeitura, onde podemos constatar que alguns servidores Não estão preenchendo os Cadernos dos Diários de Bordo, pois recebemos as Cópias dos Cadernos em Branco e Não estão de acordo com as exigências do Tribunal de Contas, e também recebemos o Relatório de Controle de Gastos com Combustível em valores gastos e em quantidade de litros referente ao ano de 2022 para fazermos um comparativo de consumo de combustível em relação ao ano anterior;

EDUCAÇÃO: Acompanhamos as Contratações e as Convocações de Professores mediante as justificativas apresentadas, as Aposentadorias do Setor; Respondemos aos questionários solicitados pelo Tribunal de Contas a essa Secretaria em diversos assuntos pertinentes a Educação e solicitamos informações sobre os setores:

- **Setor do Transporte Escolar:** A servidora designada responsável para este setor é a senhora Suelen da Silva de Assunção; Até a presente data os Repasses de Verbas estão sendo realizados corretamente, e Não constam até a presente data mais Prestações de Contas em atraso, e recebemos do setor cópia das prestações de contas apresentadas aos órgãos competentes, referentes ao PEATE 2021 E PNATE 2021.

- **Setor do Merenda Escolar:** A servidora responsável para exercer suas funções junto a este setor é a Nutricionista, a senhora Cíntia Streliaev Centeno – CRN/RS.nº136S, que até a presente data os repasses de Verbas foram realizados corretamente, e não constam Prestações de Contas em atraso, conforme cópia da prestação de contas referentes ao PNAE/2021.

SAÚDE: Acompanhamos a divulgação nas Campanhas de Vacinação ao enfrentamento da COVID-19 e demais campanhas na Vacinação Infantil.

- **Setor do Almoxarifado dos Materiais de Consumo Hospitalar:** O Secretário Municipal da Saúde informou a essa UCCI que no momento não há servidor designado como respon-

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F0.8841.F230.F3D9.CC25.

sável pelo setor, mas que o controle dos registros de entrada e saída de Materiais dos Postos de Saúde encontra-se atualizado e apresentou um relatório do setor.

- **Setor do Almoxarifado dos Remédios/Medicação:** A servidora designada como responsável pelo setor é a Farmacêutica, a senhora Alexandra Vieira, que o controle dos registros de entrada e saída de Remédios/Medicação dos Postos de Saúde encontra-se atualizado e apresentou um relatório do setor em anexo.

SETOR DO RPPS: Pelas informações prestadas pelo Presidente e Gestor do Fundo Municipal de Seguridade Social (FMSS) os Pagamentos dos Parcelamentos encontram-se em situação Regular, que as contribuições referentes ao ano de 2022 estão em dia quanto a parte Patronal quanto a dos Servidores e não foi firmado um novo Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciário até a presente data.

LEGISLATIVO: Respondemos aos Questionários enviados pelos Auditores Externos do Tribunal de Contas do Estado para o Legislativo Municipal; Enviamos ao Legislativo na data de 03 de outubro do corrente, a Solicitação de Informações nº09/2022 enviando o Alerta que esse órgão encontra-se Pendente com as Remessas do RVE(6ºmês), RGF E MCI, vencidos desde julho do corrente, onde a Ausência das Informações Inviabiliza a Emissão de Certidões e coloca o Legislativo na condição de Irregularidade; Da mesma forma acompanhamos o Pagamento de Diárias de janeiro a outubro do corrente ano do Presidente da Câmara, Vereadores e demais servidores do Legislativo conforme relatório adquirido através do Portal da Transparência da Câmara, para fazermos um comparativo de gastos com anos anteriores; Acompanhamos durante o ano o percentual de Gastos com Pessoal através dos relatórios do Demonstrativo dos Limites do RGF afim de controlarmos o limite legal de Gastos com Pessoal durante o ano 2022 que no 1º Semestre atingiu 2,75% (Dois pontos setenta e cinco por cento) Não emitindo o Alerta ao Legislativo; Recebemos do Legislativo Municipal o oficio nº003/2023 de 03 de janeiro de 2023 comunicando essa Central e ao Executivo Municipal da Nova Mesa Diretora para o ano de 2023 da Câmara Municipal de Vereadores de Três Forquilhas/RS;

A Central constatou que durante ao ano de 2022 a Arrecadação das taxas de IPTU e Água registram saldo Devedor na Arrecadação municipal. Constatou que o município deixou de arrecadar para investir em melhorias ou e aquisições de bens, pedimos a senhora Prefeita Municipal que promova campanhas para que seja efetuada a arrecadação total dessa dívida este ano e que seja conscientizado os munícipes da importância dos pagamentos para o desenvolvimento do nosso município;

Constatamos também que os Cadernos de Diários de Bordo de alguns Veículos e Máquinas da Prefeitura Municipal Não estão sendo preenchidos pois foram entregues a essa UCCI cópia de Cadernos dos Diários de Bordo totalmente em Branco, a exigência do preenchimento se faz por parte do Tribunal de Contas do Estado/RS, onde solicita que o Sistema de Controle Interno acompanhe e fiscalize o preenchimento dos mesmos, por tanto solicitamos a senhora Prefeita Municipal que sabedora dessa situação tome providências junto ao Setor Responsável para resolver a Irregularidade.

Recomendamos que Vossa Excelência sabedora destes fatos determine Providências corretivas com reuniões com as Chefias respectivas e, após, se necessário expedições de ordem de serviço estabelecendo prazo para o saneamento das irregularidades. Se alguns dos itens

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F0.8841.F230.F3D9.CC25.

já foram corrigidos, ou a Administração já tem previsão de Providências para Sanar essas Irregularidades, informar a Comissão da Central do Sistema de Controle Interno.

Quanto ao resultado da análise dos itens que, nos termos da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado, foram objeto de verificação os seguintes fatos/ocorrências:

a) Análise do atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual;

b) Verificação da regularidade e tempestividade das conciliações bancárias;

c) Verificação da guarda pela Unidade de Pessoal das declarações de bens e rendas dos agentes públicos;

d) Análise da realização do inventário de bens patrimoniais, seus resultados e providências;

e) Confiabilidade das demonstrações contábeis;

f) Análise do cumprimento das decisões deste Tribunal de Contas, prolatadas no exercício correspondente ao da prestação de contas, independentemente do ano do processo.

1. Análise do atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual

Destacamos que a análise apresentada a seguir consiste na opinião externada por este órgão de Controle Interno com base nas informações contidas no Relatório de Gestão anexo a Prestação de Pontas do Exercício de 2022, do qual destacamos as ações que impactam diretamente na coletividade:

Principais Eixos Temáticos	Percentual atingido meta orçamentária
1-Desenvolvimento Econômico;	100%
2-Gestão Pública;	90%
3-Educação Pública em tempo integral;	95%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F0.8841.F230.F3D9.CC25.

4- Desporto e Lazer:	60%
5-Saúde Pública que atende as necessidades dos seus Cidadãos;	90%
6- Desenvolvimento Social;	100%
7- Infraestrutura, mobilidade Urbana;	70%
8- Desenvolvimento Rural;	100%
9-Esporte, Turismo e Meio ambiente;	70%
10- Des. Urb. Habitação e Saneamento;	60%

Pelas evidências encontradas no relatório de gestão RECOMENDAMOS maior atenção ao cumprimento de metas dos programas, devendo haver melhor planejamento das ações evitando sucessivas alterações no orçamento, a fim bem como a utilização dos recursos de forma eficiente conciliar as metas orçamentárias, conforme previsão no PPA. Devendo para os próximos exercícios melhorar a apresentação de dados referente as meta possibilitando uma melhor análise o efetivo cumprimento de metas.

2- Verificação da regularidade e tempestividade das conciliações bancárias

Foram 80 contas bancárias analisadas. Após a análise das conciliações bancárias, a auditoria não identificou irregularidades nas contas bancárias conforme conciliação bancaria em anexo, Artigo 2º, inciso IV, letra *"b"* da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto a tempestividade das conciliações bancárias, constatou-se que são realizadas as conciliações mensais/anuais.

3-Verificação da guarda pela Unidade de Pessoal das declarações de bens e rendas dos agentes públicos:

Houve a entrega anual, e o respectivo arquivamento nas pastas funcionais, da Declaração de Bens e Rendas por todos os servidores (efetivos, em comissão e contratados por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F0.8841.F230.F3D9.CC25.

interesse público), bem como pelos exercentes de mandato eletivo (Prefeito, Vice-Prefeito).

4-Análise da realização do inventário de bens patrimoniais, seus resultados e providências

Houve a nomeação de comissão de servidores especialmente designados para realização do inventário anual de bens patrimoniais, cuja ata de encerramento produzida foi objeto de análise do controle interno e apresentou os seguintes resultados:

Inconsistências	Providências
ítens inservíveis	**Foram baixados por modalidade Leilão.**

Além disso, com o objetivo de conhecer, analisar e avaliar os níveis de segurança e de confiabilidade dos controles exercidos pela administração sobre os bens patrimoniais foram auditados os sistemas de almoxarifado e de controle patrimonial, com destaque para as seguintes situações:

a) Através do Decreto nº .48/2019 foram estabelecidas normas e instruções orientando quanto à correta administração, controle e movimentação de todos os bens patrimoniais do Município;

b) Relativamente aos bens permanentes, verificou-se que as incorporações, transferências e baixas são registradas no sistema analítico informatizado de controle patrimonial e que existe comunicação tempestiva da movimentação patrimonial à Contadoria;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F0.8841.F230.F3D9.CC25.

c) Quando os bens são tombados, também está sendo emitido Termo de Responsabilidade, dando-se carga ao servidor que o utilizará ou será responsável pela sua guarda, sendo que, por ocasião da transferência de bens entre unidades administrativas existe a emissão de Termo de Transferência;

d) Foi realizado o inventário geral e analítico de bens móveis e imóveis, cuja ata, datada de 23/01/2023, foi encaminhado a este Controle Interno para análise.

5-Confiabilidade das demonstrações contábeis

Em seu conjunto, não foram encontrados casos inconsistentes nas demonstrações contábeis

:

6-Análise do cumprimento das decisões deste Tribunal de Contas, prolatadas no exercício correspondente ao da prestação de contas, independentemente do ano do processo.

6.1 Determinações do exercício de 2022

a) Não houve Determinação ao atual Prefeito do Município de Três Forquilhas, ou quem vier a substituí-lo, para que apresente a esta Corte de Contas

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F0.8841.F230.F3D9.CC25.

PARECER

Diante do exposto, a Unidade Central de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício, foram adequadamente cumpridos.

No que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

É o relatório e parecer.

Três Forquilhas, 20 de Março de 2023.

Maura Bobsin Aguiar Matrícula nº 090
Responsável pela UCCI

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.38F0.8841.F230.F3D9.CC25.

Página
316

Processo
01070-0200/22-0

Página da peça
1

Peça
5032768

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A207

ATA DE REVISÃO E ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO DE BENS

Poder Executivo e Poder Legislativo

Ata 001/2023

Aos vinte e Três dias do mês de Janeiro de 2023, reuniu-se a Comissão de Inventário, designada pela Portaria nº 175/2021, composta pelos servidores inventariante Ivonei Jacoby Justin Brehm, Simone Machado Rickrot e Rosmari dos Reis Melo, com o objetivo de analisar a revisão do inventário físico realizada no final de 2022. Foram impressos todos os termos de responsabilidade de todos os locais já inventariados em 2022, para revisar se os bens ainda estavam devidamente localizados em cada local. Ao verificar eventuais divergências entre os bens relacionados no termo e nos locais físicos, essas divergências já foram ajustadas no sistema e os termos corretos impressos, coletadas as assinaturas. Destaca-se que o processo contou com a assessoria da empresa Mauss Treinamentos em Gestão Ltda, onde se analisou as características de cada bem, constantes no cadastro inventarial, bem como, os relatórios de tombamento de cada setor municipal, observando-se o estado físico. Com base nos levantamentos efetuados, concluiu-se que o total do patrimônio do poder executivo municipal é de R$ **5.628.930,68** e do legislativo R$ **75.297,46**, estão atualizados novamente e o ativo imobilizado fica correto também, na data de hoje, já considerando as depreciações registradas em 2022. O inventário geral apontou uma quantidade total de itens inventariados de 2.935 itens, sendo dentro destes, 42 imóveis, e 42 veículos e máquinas. Os bens considerado inservível fora baixados por modalidade leilão. Os 127 bens do legislativo também foram revisados neste ano. A depreciação ocorreu normalmente em 2022, assim como já foi realizada em 2021. Desta forma, decidiu-se pela aprovação dos relatórios emitidos para a avaliação e conferência dos bens públicos e a consequente aprovação do cadastro inventarial geral, que poderá, então, ser integrado a contabilidade municipal, pelo setor respectivo. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou a presente Ata, que vai assinada pela Comissão.

Comissão:

Ivonei Jacoby Justin Brehm Ivonei J J

Simone Machado Rickrot Simone M. Rickrot

Rosmari dos Reis Melo Rosmari dos Reis de Melo

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0E5A.503C.1ABB.C7CA.571C.

Página
317
Processo
01070-0200/22-0
Página da peça
1
Peça
5032767
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P029A206

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS/RS

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Nos termos do art. 2º, inciso IV, letra "d", da Resolução nº 1.134/2020 e do art. 15 da Resolução nº 963/2012, ambas do Tribunal de Contas do Estado, combinadas com o art. 13 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, DECLARO que todos os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com as declarações de bens e rendas de que tratam as legislação, sendo que as mesmas estão adequadamente arquivadas e a disposição dos interessados no setor de Pessoal

Três Forquilhas, 13 de março de 2023.

Loraci Klippel Melo Germann
Prefeita Municipal

Fernanda Teixeira Cardoso
Responsável pela Unidade de Pessoal
Matrícula nº 875

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1748.3F8E.4DEB.72BF.4218.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

DECLARAÇÃO SOBRE CONCILIAÇÃO BANCARIA

Declaramos, para fins de atendimento a alínea "e", inciso IV, art. 2º da Resolução TCE nº 1.134/2020, que as conciliações bancárias estão sendo realizadas mensalmente pelo ente, conforme as normas técnicas. Dados anexo I:

Banco: BANCO DO BRASIL — Agência: 3403-7 — Conta: 100528-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2 - B. BRASIL - C/ SNA-	1 - Recurso Livre	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	16.683,34
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00			
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	16.683,34

Banco: BANCO BANRISUL — Agência: 901 — Conta: 400819908-

Conta	Recurso		
Conta .....: 3 - BANRISUL - C/ MOV-	1 - Recurso Livre	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	63.220,12
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00			
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	63.220,12

Banco: BANCO BANRISUL — Agência: 901 — Conta: 400312404-

Conta	Recurso		
Conta .....: 4 - BANRISUL - C/	1 - Recurso Livre	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	201.511,79
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00			
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	201.511,79

Banco: BANCO DO BRASIL — Agência: 3403-7 — Conta: 84301-

Conta	Recurso		
Conta .....: 6 - B. BRASIL - C/ FPM	1 - Recurso Livre	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	1.702.260,39
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00			
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	1.702.260,39

Banco: BANCO DO BRASIL — Agência: 3403-7 — Conta: 114227-

Conta	Recurso		
Conta .....: 7 - B.BRASIL - C/E.MER.	1001 - PNAE- Mer.escolar	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	76,20
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00			
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	76,20

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 84492-

Conta	Recurso		
Conta .....: 8 - B. BRASIL - C/ FUNDO Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00	1 - Recurso Livre	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	25.416,68
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	25.416,68

Sistema: Tesouraria, Data de emissão 24/03/2023, Hora da emissão 09:30:22 Emitido por Eliseu Oliveira Da Rosa

Página 319
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 5032765
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A204

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

Página 320
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 5032765
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A204

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 86908-

Conta	Recurso		
Conta .....: 9 - B. BRASIL - C/ ITR	1 - Recurso Livre	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	10.991,02
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00			
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	10.991,02

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 2831430-

Conta	Recurso		
Conta .....: 10 - B. BRASIL - C/ ICMS	1 - Recurso Livre	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	88.959,02
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00			
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	88.959,02

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 4066014-8

Conta	Recurso		
Conta .....: 14 - BANRISUL - C/ LIVRES	1 - Recurso Livre	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	379.539,76
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00			
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	379.539,76

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 40082850-8

Conta	Recurso		
Conta .....: 28 - BANRISUL - C/S. ASPS		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	172.709,25
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00			
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	172.709,25

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 400315209-

Conta	Recurso		
Conta .....: 31 - BANRISUL - C/	1 - Recurso Livre	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	102.650,85
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00			

31/10/2022	PAGO NA DATA DARF PAGO A MAIOR Q EMPENHOS	97,27	-
31/10/2022	REF. DESC. BERS A MENOR SERV. LUZIA	114,30	-
30/11/2022	REF. ESTORNO PGTO EMP. 211/2022 EM 29/11/22	1.106,00	-
30/11/2022	PAGO NA DATA DARF MAIOR Q EMPENHOS EM 20/10/2022	97,27	-
30/11/2022	PAGO NA DATA REF. DARF MAIOR Q EMPENHOS PG. EM 04/11/2022	0,10	-
30/11/2022	PAGO NA DATA REF. DESC. FÉRIAS FOLHA NOV./2022	67,56	+
	Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	101.303,47	

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 400642803-

Conta	Recurso		
Conta .....: 33 - BANRISUL - C/ MDE Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	30.572,26
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	30.572,26

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 400828702-

Conta	Recurso		
Conta .....: 34 - BANRISUL - C/S.CP Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	1.388,72
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	1.388,72

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 400662901-

Conta	Recurso		
Conta .....: 37 - BANRISUL - C/ Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	12,00
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	12,00

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 400829306-

Conta	Recurso		
Conta .....: 46 - BANRISUL - C/S.CP Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	760,47
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	760,47

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 8185-x

Conta	Recurso		
Conta .....: 74 - B. BRASIL - C/E Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	1.370,02
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	1.370,02

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 85235-

Conta	Recurso		
Conta .....: 77 - B. BRASIL - C/E PROG. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00	1041 - Programa PNATE	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	27.614,05
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	27.614,05

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

Processo 01070-0200/22-0

Peça 5032765

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A204

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 86339-

Conta	Recurso		
Conta .....: 80 - B.BRASIL - C/ FP CIDE Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	1.842,41
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	1.842,41

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 154407-

Conta	Recurso		
Conta .....: 700 - B.BRASIL - C/ASS. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00	1054 - IGD/PBF	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	9.813,21
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	9.813,21

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 98736-

Conta	Recurso		
Conta .....: 710 - B. BRASIL - C/E Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00	31 - FUNDEB	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	71.146,23
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	71.146,23

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 405633906-

Conta	Recurso		
Conta .....: 716 - BANRISUL - C/A Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00	1002 - PROGRAMA FEAS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	988,39
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	988,39

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 400832203-

Conta	Recurso		
Conta .....: 806 - BANRISUL - C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	486,19
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	486,19

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 154474-

Conta	Recurso		
Conta .....: 835 - B.BRASIL - C/ASS. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00	1082 - IGD/SUAS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	7.134,05
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	7.134,05

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 114227-

Conta	Recurso		
Conta .....: 949 - B.BRASIL - C/E MER Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	0,09
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	0,09

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 114227-

Conta	Recurso		
Conta .....: 950 - B.BRASIL - C/E MER Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	0,49
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	0,49

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 114227-

Conta	Recurso		
Conta .....: 951 - B.BRASIL - C/E MER Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	1,97
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	1,97

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 147192-

Conta	Recurso		
Conta .....: 957 - B. BRASIL - C/E Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00	1027 - PROGRAMA PDDE	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	1.689,83
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	1.689,83

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 154520-

Conta	Recurso		
Conta .....: 1523 - B.BRASIL - C/ASS. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	42.399,99
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	42.399,99

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 4066014-8

Conta	Recurso		
Conta .....: 1524 - BANRISUL - C/S Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	75.956,42
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	75.956,42

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 4066014-8

Conta	Recurso		
Conta .....: 1525 - BANRISUL - C/ L Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	205,89
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	205,89

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 40625500-3

Conta	Recurso		
Conta .....: 1532 - BANRISUL - C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	19,24
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	19,24

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 40625510-0

Conta	Recurso		
Conta .....: 1604 - BANRISUL - C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	198,04
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	198,04

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 16588-3

Conta	Recurso		
Conta .....: 1605 - B.BRASIL - C/ Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	14.926,56
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	14.926,56

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 100528-

Conta	Recurso		
Conta .....: 1606 - B.BRASIL C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	1.558,35
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	1.558,35

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 4062385-08

Conta	Recurso		
Conta .....: 1612 - BANRISUL - C/ Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00	1 - Recurso Livre	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	36.917,84
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	36.917,84

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 100528-

Conta **Recurso**

Conta .....: 1613 - B.BRASIL C/S.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00

Saldo Escriturado em: 31/12/2022 1.047,69

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 1.047,69

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 100528-

Conta **Recurso**

Conta .....: 1800 - B.BRASIL - C/S.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00

Saldo Escriturado em: 31/12/2022 1.547,84

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 1.547,84

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 16362-7

Conta **Recurso**

Conta .....: 1952 - B.BRASIL C/S.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00

Saldo Escriturado em: 31/12/2022 3.344,00

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 3.344,00

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 100528-

Conta **Recurso**

Conta .....: 1999 - B.BRASIL C/S.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00

Saldo Escriturado em: 31/12/2022 2.561,16

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 2.561,16

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 100528-

Conta **Recurso**

Conta .....: 2002 - B.BRASIL - C/S.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00

Saldo Escriturado em: 31/12/2022 3.924,90

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 3.924,90

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 100528-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2003 - B.BRASIL C/S. **Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00**		**Saldo Escriturado em: 31/12/2022**	**16.364,90**
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	**16.364,90**

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 100528-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2004 - B.BRASIL C/S. **Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00**		**Saldo Escriturado em: 31/12/2022**	**6.090,77**
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	**6.090,77**

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 40082850-8

Conta	Recurso		
Conta .....: 2014 - BANRISUL - **Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00**		**Saldo Escriturado em: 31/12/2022**	**209.015,15**
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	**209.015,15**

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 100528-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2024 - B.BRASIL C/S. **Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00**		**Saldo Escriturado em: 31/12/2022**	**2.032,15**
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	**2.032,15**

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 400315209-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2035 - BANRISUL - **Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00**	**8001 - RETENÇÕES LIVRES**	**Saldo Escriturado em: 31/12/2022**	**4.062,29**
31/10/2022		FALTOU ARRECADAR EXTRA BANRISUL	2.822,38 +
31/10/2022		FALTOU ARREC. IRRF FOLHA	945,60 +
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	**7.830,27**

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 163783-

Conta **Recurso**

Conta .....: 2059 - B.BRASIL - C/S. EM.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00 **Saldo Escriturado em: 31/12/2022** 87.768,37

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 87.768,37

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 163627-0

Conta **Recurso**

Conta .....: 2080 - B.BRASIL C/S.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00 **Saldo Escriturado em: 31/12/2022** 24.334,95

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 24.334,95

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 163627-0

Conta **Recurso**

Conta .....: 2082 - B.BRASIL C/S.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00 **Saldo Escriturado em: 31/12/2022** 80,69

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 80,69

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 163783-

Conta **Recurso**

Conta .....: 2097 - B.BRASIL - C/S. EM.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00 **Saldo Escriturado em: 31/12/2022** 30.680,00

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 30.680,00

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 4064876-05

Conta **Recurso**

Conta .....: 2101 - BANRISUL - C/S.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00 **Saldo Escriturado em: 31/12/2022** 5.744,52

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 5.744,52

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 16362-7

Conta **Recurso**

Conta .....: 2130 - B.BRASIL C/S.
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00 **Saldo Escriturado em: 31/12/2022** 161,86

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 161,86

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

Página 328
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 5032765
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A204

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 16362-7

Conta	Recurso		
Conta .....: 2140 - B.BRASIL C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	15.000,00
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	15.000,00

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 40082850-8

Conta	Recurso		
Conta .....: 2149 - BANRISUL - C/S, Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	174.694,65
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	174.694,65

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 40082850-8

Conta	Recurso		
Conta .....: 2150 - BANRISUL - C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	4.433,91
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	4.433,91

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 40082858-8

Conta	Recurso		
Conta .....: 2151 - BANRISUL - C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	59.458,19
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	59.458,19

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 163783-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2154 - B.BRASIL - C/E.P. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	17.040,00
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	17.040,00

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 163627-0

Conta	Recurso		
Conta .....: 2155 - B.BRASIL C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	1.000,00
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	1.000,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 100528-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2156 - B.BRASIL - C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	75,27
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	75,27

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 4066014-8

Conta	Recurso		
Conta .....: 2157 - BANRISUL - Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	30.939,44
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	30.939,44

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 40082850-8

Conta	Recurso		
Conta .....: 2158 - BANRISUL - C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	27.092,51
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	27.092,51

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 100528-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2159 - B.BRASIL - C/E Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	1,48
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	1,48

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 400832602-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2160 - BANRISUL C/TAXA Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.52.00.00.00.00	50 - Recursos RPPS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	5.878,98
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	5.878,98

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 400827803-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2161 - BANRISUL C/RPPS Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.50.00.00.00.00	50 - Recursos RPPS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	3.478.483,58
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	3.478.483,58

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 12273-4

Conta	Recurso		
Conta .....: 2164 - B.BRASIL C/RPPS Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.50.00.00.00.00	50 - Recursos RPPS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	1.241.826,75
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	1.241.826,75

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 400827803-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2165 - BANRISUL C/RPPS Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.50.00.00.00.00	50 - Recursos RPPS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	11.653.822,29
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	11.653.822,29

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 400827803-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2166 - BANRISUL C/RPPS Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.50.00.00.00.00	50 - Recursos RPPS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	5.594.920,87
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	5.594.920,87

Banco: Banco Conversão Contabilidade Agência: 524 Conta: 600000024-6

Conta	Recurso		
Conta .....: 2167 - CAIXA EC.FEDERAL Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.50.00.00.00.00	50 - Recursos RPPS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	256.633,89
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	256.633,89

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 122734-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2169 - B.BRASIL C/FAF- Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.50.00.00.00.00	50 - Recursos RPPS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	5.397.254,80
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	5.397.254,80

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 122734-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2170 - B.BRASIL C/RPPS Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.50.00.00.00.00	50 - Recursos RPPS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	2.539.857,96
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	2.539.857,96

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 122734-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2171 - B.BRASIL - C/ RPPS Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.50.00.00.00.00	50 - Recursos RPPS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	3.807.160,38
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	3.807.160,38

Banco: BANCO DO BRASIL | Agência: 3403-7 | Conta: 16362-7

Conta	Recurso		
Conta .....: 2172 - B.BRASIL C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	2.147,60
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	2.147,60

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 40663130-7

Conta	Recurso		
Conta .....: 2173 - BANRISUL - C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	9.600,00
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	9.600,00

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 400827803-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2174 - BANRISUL C/RPPS Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.52.00.00.00.00	50 - Recursos RPPS	Saldo Escriturado em: 31/12/2022	206.629,42
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	206.629,42

Banco: BANCO BANRISUL | Agência: 901 | Conta: 40657310-2

Conta	Recurso		
Conta .....: 2175 - BANRISUL - Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	281.054,16
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	281.054,16

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 163627-0

Conta	Recurso		
Conta .....: 2176 - B.BRASIL - C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	32.090,00
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	32.090,00

Banco: BANCO BANRISUL Agência: 901 Conta: 40664210-4

Conta	Recurso		
Conta .....: 2178 - BANRISUL - C/S.AQ. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	52.926,03
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	52.926,03

Banco: Banco Conversão Contabilidade Agência: 524 Conta: 672019-4

Conta	Recurso		
Conta .....: 2180 - CEF Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.03.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	177.460,11
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	177.460,11

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 163627-

Conta	Recurso		
Conta .....: 2181 - B.BRASIL C/S. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	34.787,23
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	34.787,23

Banco: Banco Conversão Contabilidade Agência: 524 Conta: 606471950-0

Conta	Recurso		
Conta .....: 2182 - CEF C/CONV. Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.03.00.00.00		Saldo Escriturado em: 31/12/2022	25.247,79
		Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022	25.247,79

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

P. M. de Três Forquilhas
93.317.998/0001-33
AV DOS IMIGRANTES, 4123
TRES FORQUILHAS

Tesouraria - Conciliação Bancária
01/01/2022 a 31/12/2022
Entidade: Todas
Listar: Apenas com Movimento de Conciliação ou com Saldo
Ordenar Por: Código Contas
Agrupar por dados Bancários: Não

Banco: BANCO DO BRASIL Agência: 3403-7 Conta: 100528-

Conta **Recurso**

Conta .....: 2183 - B.BRASIL-C/SIGTV-
Categoria - PCASP: 1.1.1.1.1.19.02.00.00.00

Saldo Escriturado em: 31/12/2022 **103.202,78**

Saldo Extrato Bancário em: 31/12/2022 **103.202,78**

ADRIANA BREHM ANDRADE
Técnico Contábil
CRC - 52031

ELISEU OLIVEIRA DA ROSA
Tesoureiro

Loraci Klippel Melo Germann
Prefeita Municipal

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E72D.5AD6.C455.0D04.24B4.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS/RS
UCCI-Unidade de Controle Interno

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atendimento a alínea "f", inciso IV, do art. 2º da Resolução TCE nº 1134/2020 de 9 de Setembro de 2020, que não ocorreram Tomada de Contas especiais instauradas no exercício de 2022.

Três Forquilhas, 14 de Março de 2023

Maura Bobsin Aguiar Matrícula nº 090
Responsável pela UCCI

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5E2.7CE5.16A3.837E.B1EA.

Página 335
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 5032770
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A209

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO DE TRÊS FORQUILHAS

RELATORIO E PARECER

DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP

Considerando o disposto no art. 2º, inciso IV, letra "g", da resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a Lei Municipal nº 1172/2011, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Efetivos do Município de que trata o art. 40 da Constituição Federal, apresentamos o relatório e parecer deste Conselho sobre a Gestão Operacional, econômica e financeira do RPPS, relativamente ao exercício de 2022, nos seguintes termos:

1. Quanto ao pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime, nos termos do art. 1º da Lei nº 9717/98, informamos que tal prerrogativa foi assegurada através do atendimento a todos os requerimentos protocolados pelos segurados bem como pela disponibilização, inclusive por meio dos relatórios contábeis, financeiros, previdenciários e dos demais dados pertinentes;
2. As disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS foram aplicadas no mercado financeiro e capitais brasileiro em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução nº 3922/2010 do CMN E suas alterações, e seguiram a política anual de investimentos aprovada, tendo presentes às condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência e as disposições da Portaria MPS Nº 519/2011.
3. O caráter contributivo e solidário do RPPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal foi assegurado, pois:
    a. A Lei Municipal nº 1172/2011, a qual reestrutura o RPPS, bem como a Lei Municipal nº 1881/2022 no âmbito do artigo 1º expressa das alíquotas de contribuição do Município e dos segurados;
    b. A unidades gestora, efetivamente retém, quando devidos, os valores das contribuições dos segurados ativos, inativos e pensionistas, relativos aos benefícios e remunerações, cujo pagamento está sob sua responsabilidade;
    c. Os débitos de contribuições atrasadas foram parcelados e estes, devidamente atualizados nos termos da legislação vigente, com os pagamentos em ordem.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.750F.0C39.BBEB.18B1.54C5.

d. **Houve o pagamento** dos repasses mensais dos valores das contribuições à unidade gestora do RPPS, encerrando o ano de 2022 com a contribuição patronal em dia.

4. O RPPS cobre, exclusivamente, os servidores públicos titulares de cargos efetivos e seus respectivos dependentes, nos termos do art. 1º V, da Lei Federal nº 9717/98, sendo que os ocupantes de cargos em comissão, de cargos eletivos, bem como os cargos temporários e empregos públicos são segurados obrigatórios do REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL;
5. Está sendo atendida a determinação posta no art. 5º da Lei Federal nº 9717/98, quanto a proibição de conceder benefícios distintos dos previstos no RGPS, de que trata a lei nº 8213/91. Referidos benefícios, nos termos da Lei Municipal nº 1172/2011 e suas alterações.
6. As disponibilidades financeiras do RPPS, estão sendo depositadas e mantidas em contas bancárias separadas das demais disponibilidades do Município, e são aplicadas no mercado financeiro em conformidade com as regras estabelecidas pelo CMN, conforme expressa previsão do art. 50 I, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Resolução nº 3922/2010;
7. O pagamento dos benefícios previdenciários, previstos na Lei Municipal nº 1172/2011 , se dá diretamente aos segurados, mediantes folha de pagamento, sem a existência de qualquer convênio, conforme previsto no art. 1º, V da Lei nº 9717/98 e do art. 5º, VII da Portaria MPS Nº 204/2008.
8. O equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, bem como a adoção de medidas para equacionamento do déficit, caso haja, será discutido novamente tão logo o RPPS receba a Avaliação Atuarial da empresa Lumens Atuarial, o qual deverá ocorrer nas próximas semanas.
9. Os registros contábeis das operações do RPPS foram realizados de acordo com as normas da Lei Federal nº 4320/64 e o Plano de Contas estabelecidos pela Portaria MPS Nº 509/2013 e seus respectivos anexos e alterações, de forma distinta da contabilidade do Município e abrangeram todas as operações que, direta ou indiretamente, tiveram influência sobre o seu patrimônio.
10. Quanto ao cumprimento de obrigações acessórias, necessárias à obtenção do CRP, instituído pelo Decreto nº 3788/2001, observou-se a remessa tempestiva dos seguintes documentos à Secretaria de Políticas de Previdência Social- SPS, do Ministério da Previdência Social:
    a. Demonstrativo das Aplicações Investimentos dos Recursos- DAIR;
    b. Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses- DIPR;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.750F.0C39.BBEB.18B1.54C5.

c. Demonstrativo da Política de Investimentos- DPIN;

d. Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial- DRAA;

e. Demonstrativos contáveis;

f. Encaminhamento da legislação completa do RPPS.

À vista do relatório, o Conselho Municipal de Previdência, é de parecer que as normas que regem a instituição e funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Três Forquilhas foram atendidas.

É o parecer.

Três Forquilhas, 07 de Março de 2023.

Elisângela Martins Percheron – Presidente

Fernando dos Santos Gick - Gestor

Berenice Cardoso da Silva - Representante dos Segurados Ativos

Maria Inácia Hoffmann de Quadros - Representante dos Segurados Inativos

Luzia Hoffmann Fernandes = Representante do Legislativo

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.750F.0C39.BBEB.18B1.54C5.

Página 338 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1 | Peça 5032778 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A211

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPO DE TRÊS FORQUILHAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -FUNDEB

RELATÓRIO E PARECER

O Conselho Municipal de acompanhamento do Fundeb, atendendo o que determina o Artigo 212 da CFC/88, EC 14/96, apresenta Relatório sobre a aplicação dos recursos do FUNDEB, exercício de 2022, destacando as atividades realizadas pelo CACS FUNDEB que foram conduzidos de acordo com o planejamento inicial para o exercício de 2022, observando as competências legais deste Conselho, atingindo as seguintes atividades:

a)-Organização dos membros do Conselho;
b)-Reuniões mensais para acompanhamento da execução Orçamentária da Educação;
c)-Estudo sobre a necessidade de alteração do Plano de carreira do Magistério;
d)-Aprovação de plano de Aplicação dos recursos do Fundeb;
e)Acompanhamento da aplicação dos recursos do Fundeb;
f)-Acompanhamento da aplicação dos demais recursos Federais transferidos e sob responsabilidade deste Conselho;

Destaca-se por fim, quanto ao trabalho desenvolvido por este conselho que todas as atividades desenvolvidas e o apontamento realizado ao gestor da Educação, bem como sugestão realizadas, encontram=se arquivadas.

Os conselheiros do Fundeb do Município de Três Forquilhas, atestam para fins de atendimento do Inciso IV, letra h, do artigo 2° da Resolução TCE/RS 1.134/2020 que, as receitas auferidas e as despesas legalmente realizadas no exercício de 2022, bem como a sua fiel demonstração através dos relatórios apresentados, obedeceram aos critérios e normas instituídas através da Lei 14.113/2020.

Acompanhamos a regular aplicação do percentual mínimo de 25% de que trata o artigo 212 da Constituição Federal, assim como o percentual devido mínimo de 70% dos recursos do Fundeb,

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.31D1.8C9E.233B.9C87.75DA.

Página 339 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2 | Peça 5032778 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A211

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPO DE TRÊS FORQUILHAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -FUNDEB

nos ternos do artigo 26 da nova lei do Fundeb 14.113/2020, regulamentado pelo decreto federal 10.656/221,vinciulados a remuneração, incluídos os encargos sociais de profissionais da educação Básica em efetivo exercício.

BALANCETE FINANCEIRO DOS RECURSOS VINCULADOS AO FUNDEB

MÊS: Acumulado até DEZEMBRO 2022
ANO: 2022

1-RECEITA:		
Saldo de Caixa do Exercício anterior:	R$	**70.686,64**
1-Receita do Exercício	**R$**	2.357.047,63
1.1- Transf. Recebida FUNDEB:.....R$		2.337.222,34
1.2- Aplicações Financeiras:.....R$		19.825,29
TOTAL.....R$		**2.427.734,27**

2-DESPESA:	R$	2.356.700,98
2.1-Remuneração Profissionais do Magistério:	R$	**2.295.972,27**
(-)Salario Família	R$	41.321,53
Totais p/calculo Rem.Prof. Magistério	R$	2.254.650,74
2.2- Outras Despesa	R$	**60.728,71**
Saldo em Banco em 31/12/2022:	R$	71.146,23
2.3- Empenhos a pagar em 31.12.2022:	R$	0,00
Saldo liquido para o ano seguinte(2023):	R$	71.146,23
TOTAL.....R$		**2.427.734,27**

RESUMO:		
Despesa total realizada:	R$	2.356.700,98
Gastos c/Remuneração Prof.Educ.Basica:	R$	2.254.650,74

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.31D1.8C9E.233B.9C87.75DA.

Página 340 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3 | Peça 5032778 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A211

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPO DE TRÊS FORQUILHAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -FUNDEB

LIMITES OBRIGATORIOS DO FUNDEB

	Valor	Percentual
Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB	1.649.933,34	**70%**
Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021	2.254.650,74	**95,66**

Dados extraídos do RVE/PAD Competência Dezembro de 2022 e Balanço Anual 2022.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.31D1.8C9E.233B.9C87.75DA.

Página 341 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4 | Peça 5032778 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A211

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPO DE TRÊS FORQUILHAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -FUNDEB

PARECER

O Conselho Municipal de Acompanhamento e controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico –**FUNDEB,** do Município de Três Forquilhas/RS, no exame da documentação apresentada, foi constatado que os recursos do FUNDEB foram aplicados na melhoria das condições da educação básica, tomando-se como base as orientações do MEC, bem como, do TCE/RS. **DECLARA**, a regularidade dos recursos aplicados no exercício de 2022 e, **APROVA** o Balanço de encerramento do ano, cujas cópias estão no arquivo do referido Conselho.

Três Forquilhas, 17 de Março de 2023

Zilda da Silva Schwarstzhaupt
Presidente
do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Aprovado por unanimidade pelo Plenário, em 17 de Março de 2023
Ata numero 03./2023.

Joseide Vacari,

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.31D1.8C9E.233B.9C87.75DA.

17

...olvimento e Controle Social) deste município, na sala da Secretaria Municipal de Educação para análise e posterior aprovação de contas da Obra Praça Infância localizada na rua Joaquim Nunes nº 600 no centro da cidade. A Presidente do Conselho Zilda da Silva Schwartzhaupt, deu boas vindas aos membros, e na sequência conduziu a Reunião para a Prestação de Contas referente a finalização e conclusão da Obra da Praça da Infância adquirida pelo município e concluída em dois mil e dezenove, sendo todo o detalhamento de dados explicado pela técnica da Secretaria Municipal de Educação responsável pelos lançamentos do projeto, que foram inseridos no Sistema do SIMEC no mês de outubro de dois mil e vinte e dois. Após explanação da Prestação de contas o Conselho analisou e aprovou a Prestação de contas por unanimidade, porém, não foi lançado e aprovado no sistema, devido o processo de cadastramento dos novos membros do conselho que tomou posse dia dois de janeiro de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata que será lida e assinada por mim e os demais participantes, Tatiani Regina da Rosa Cardoso, Renata Hoffmann Klein, Débora Klein Dutra Richter, Carmen Lúcia, Josiele Justin da Rosa Vacari, Zilda da Silva Schwartzhaupt, Vanessa Hoffmann Alves da Silva, Marine Silveira Porto, Guilherme Silva da Assunção, Daiana Araco Rezende Hanada, Juliana da Silva, Glauciane Brehm Vitt, Giulia Scheffer Bobsin, Clélia Andrade Spanenberg

Ata nº 03/2023

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte três às dezesseis horas e trinta minutos reuniram-se os conselheiros do CACS (Conselho de Acompanhamento e Controle Social) deste Município nas dependências da Secre-

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.31D1.8C9E.233B.9C87.75DA.

taria Municipal da Educação para analisar a demonstração dos gastos do recurso do CACS, prestação de contas dos valores gastos do recurso do CACS. A contadora Silvete explicou aos membros novos do Conselho como funciona o SIOPE, na sequência apresentou o relatório sobre as contas do FUNDEB mostrando o que foi arrecadado e o que foi gasto no ano de 2022. Os relatórios foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a constar, encerro a presente ata assinada por mim e pelos demais. Queren da Silva Vasconcelos, Noarine Silveira Bortes, Zilda da Silva Schorstzhaupt Carneiro L.F. Eberhardt, Débora Klein Dutra Richrot, Francieli de Oliveira Cardoso, Renata Hoffmann Kflein, Josiele Justin da Rosa Zacari, Mauro Hoffmann Alves Silva, Daiana Araco Rezende Hanada, Juliana da Silva, Glaciane Brehm Vitt, Juciléia Scheffer Bobsin, Cleto Andrade Sperandio, Rosmari Dos Reis De Ulde Maura Bobsin Aguiar,

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.31D1.8C9E.233B.9C87.75DA.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 1

Peça 5032774

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORUILHAS/RS

UCCI-Unidade de Controle Interno

RELATÓRIO E PARECER

DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

SOBRE À APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Três Forquilhas, venho apresentar Relatório e Parecer à aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, relativos ao **exercício de 2022,** nos termos do disposto no art. 2º, inciso IV, letra *"i"* da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1488/2016, regulamentada pelo Decreto nº 05/2013, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 193/2021 de 28/01/2021(Portaria atualizada em 2021)..

Quanto ao limite constitucional de aplicação dos recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos da Instrução Normativa n° 17/2021, do Tribunal de Contas do Estado, foram objeto de verificação os seguintes fatos/ocorrências:

a) Os recursos do Fundeb foram aplicados na forma do art. 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

b) As despesas de caráter assistencial não foram custeadas com recursos do Fundeb ou da MDE, como a aquisição e distribuição de uniformes escolares, e as demais despesas elencadas nos manuais editados pelo Ministério da Educação;

c) As despesas com ensino médio (inclusive educação profissional) do município foram excluídas da base de cálculo da despesa constitucional com educação, de acordo com o disposto no art. 211, §§ 2º e 3º da Constituição Federal;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CC9B.C417.9CEC.8615.29CC.

Página 345

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 2

Peça 5032774

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20D

d) As Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) entraram no cômputo da aplicação mínima em MDE no exercício em que foram efetivamente empenhadas, desde que não tenham sido consideradas em exercícios anteriores e desde que atendam os critérios para serem consideradas nos limites;

e) Na apuração do cálculo da despesa constitucional com Fundeb e MDE a partir dos recursos vinculados, foi considerado, para fins de acompanhamento, até o mês de novembro, os empenhos do exercício liquidados, e, ao final do exercício, o total das despesas empenhadas.

Portanto, considerou-se como MDE, para fins de cálculo do limite constitucional, as despesas realizadas com vistas à execução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, listadas no art. 70 da Lei Federal nº 9.394, de 1996. Não se constituirão como MDE as despesas listadas no art. 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996, bem como os critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa 17/2021.

Na apuração do cálculo da despesa constitucional com educação (MDE + Fundeb) o Município atingiu um percentual de **28,68%,** atendendo a obrigatoriedade de cumprir os limites mínimos de aplicação em MDE.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CC9B.C417.9CEC.8615.29CC.

Processo 01070-0200/22-0

Peça 5032774

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORUILHAS/RS

UCCI-Unidade de Controle Interno

PARECER

Diante do exposto, a Unidade Central de Controle Interno é de parecer que a aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, foram adequadamente cumpridos.

No que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

É o relatório e parecer.

17 de março de 2023.

Maura Bobsin Aguiar Matrícula nº 090,
Responsável pela UCCI

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CC9B.C417.9CEC.8615.29CC.

Página
347
Processo
01070-0200/22-0
Página da peça
1
Peça
5032772
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P029A20B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
MUNICÍPIO: TRÊS FORQUILHAS/RS

Plano Municipal de Educação

Vigência: 2015 a 2024

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo
01070-0200/22-0

Página da peça
2

Peça
5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20B

INTRODUÇÃO

Em um breve histórico sobre o município de Três Forquilhas observa-se que a origem do nome é um desenho geográfico, um rio com formato de "Três Forquilhas". O município é situado no Vale do mesmo nome, no norte do Rio Grande do Sul. É uma região privilegiada, com rios, montanhas, terras férteis, vegetação e um enorme potencial econômico.

Provavelmente, o lugar começou a ser ocupado pelos portugueses desde os primeiros tempos de ocupação litorânea, que ocorreu a partir de 1.725, mas um registro conhecido de sesmaria, concedida a Antonio Cardoso de Lima, data de 1.821. Em junho de 1.827, começaram a chegar, alemães (146 pessoas) que em novembro de 1.826, tinham chegado a Torres, trazidos para colonizar a região compondo-se principalmente de protestantes. Esses colonizadores, agregados aos nativos, portugueses e de outras nacionalidades, formaram a comunidade atual.

O nome decorre da confluência de três braços de rios, a que os primeiros portugueses deram o nome de Três Forquilhas. A sede é conhecida também por Porto Alágio, porque nela instalou-se uma família italiana, os Alágios, perto do Rio Chapéu para explorar produtos para Porto Alegre e outras regiões via navegação lacustre.

Como distrito de Torres, chamou-se Três Irmãos em novembro de 1.938. Em dezembro de 1.944 recebeu o nome de Guananazez e, em 1.958, retorna ao nome de Três Forquilhas.

A economia é agrícola, hoje com predomínio na produção de hortigranjeiros, como cenoura, beterraba, repolhos, etc. Mas já foi baseada na produção de cana, para as fábricas de rapaduras e cachaça, assim como bananas e feijão.

O município de Três Forquilhas é um dos grandes potenciais turísticos da região, com vales belíssimos, cenário de morros e montanhas com vegetação preservada, rios e cascatas de água cristalina, como a da Pedra Branca, no distrito de Boa União. O distrito foi criado com a denominação de Três Forquilhas, pelo ato municipal de 26-09-1.892. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1.988. Elevado à categoria de município com a denominação de Três Forquilhas, pela lei estadual nº 9.597, de 20-03-1.992, desmembrado do município de Torres.

Planejamento é tão importante para gestão pública que a Constituição Federal de 1.988 (art.165) consagrou o princípio segundo o qual as ações de governo devem ser definidas em processo amplo de planejamento. Além disso, a Constituição prevê também aelaboração de planos setoriais, o que é o caso do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 8.035, de 03/06/2014. Além disso, a lei que o aprovou determina que os municípios a elaborem seus planos decenais correspondentes. Atendendo este preceito legal, em 2014, estabeleceu-se a Comissão Representativa da Sociedade cujos membros, acreditando no processo de participação e usando de determinação e interesse, coordenaram a construção do Plano Municipal de Educação para os dez anos seguintes, com objetivos, metas e estratégias definidos, visando minimizar a descontinuidade que caracteriza as políticas educacionais e assegurar a qualidade da educação no município.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 5032772
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A20B

Este processo democrático e participativo teve início em 2013 com a 1ª Capacitação oferecida pela Seduc/RS na qual davam-se os primeiros passos para a construção do PME. Assim, entendeu-se que era necessário, primeiramente, construir coletivamente quais seriam os princípios filosóficos que nortearíam as diretrizes, metas e objetivos que posteriormente seriam definidos no PME. De novembro 2013 a julho de 2014, os trabalhos estiveram parados por falta de orientações/capacitação, visto que esta primeira capacitaçãodeveria ser, até então, o primeiro encontro de três. Então após a aprovação da Lei 8.035 de 25 de junho de 2014, foram realizadas as formações para início dos trabalhos no município. Em seguida formou-se a Comissão Representativa da Sociedade que realizou, a partir daí, diversas reuniões e mini conferências para a comunidade em cada localidade explicando as metas nacionais e divulgando a elaboração do plano municipal, lembrando a todos que o PME é aprovado na Conferência Final. Em junho de 2015, após aprovação pelo legislativo, o executivo municipal sanciona a Lei Municipal nº **1422/**2015 que coloca em vigor o Plano Decenal de Três Forquilhas/RS.

Em 2014 atendendo a exigência que consta no PME, o qual fixa a necessidade da avaliação do mesmo a cada dois anos, nomeia-se a comissão representativa de todas as etapas e modalidade do ensino e dá- se início ao processo de avaliação.

Muitos autores enfatizam o processo de avaliação (levantamento sistemático de dados e sua comparação com padrões predefinidos), enquanto outros se concentram nos usos da avaliação (auxiliar o processo decisório). Mas em geral todos reconhecem que a avaliação é basicamente um instrumento para maximizar a eficácia (em termo de fins alcançados) e a eficiência (do ponto de vista da economicidade dos meios) dos programas governamentais, e neste caso específico a educação, numa conjuntura de recursos cada vez mais escassos.

Para os propósitos deste trabalho, adotou-se uma definição operacional de avaliação, entendendo-a como um procedimento sistemático de levantamento e análise de dados visando a identificar os resultados, efeitos ou avanços, em confronto com os objetivos e metas estabelecidos no do Plano Nacional de Educação.

O objetivo básico desta avaliação é promover a discussão com a sociedade, obter informações úteis e críveis sobre a efetivação dos objetivos e metas estabelecidos no PME, identificando problemas e limitações, potencialidades e alternativas, retrocessos e avanços, recolhendo lições que possam servir de fonte de dados no processo de planejamento e formulação da política educacional do município, de modo a aumentar a sua efetividade, eficiência e eficácia[1].

Para tal, a avaliação consta primeiramente dos dados populacionais e educacionais do município, seguindo de um panorama geral sobre a complexidade das escolas, a partir da realidade vivenciada pelas escolas no ano de 2014/2015, quanto ao tamanho, turnos de funcionamento, cursos ou modalidade, aspectos físicos e infra-estrutura básica. Na segunda parte, são apresentados dados pedagógicos do período de 2006 à 2015, que revelam a realidade educacional por dependência administrativa como: número de matrícula, aprovação, reprovação, evasão, distorção idade-série, número de alunos por turma, inclusão de alunos com necessidades especiais e outros.

[1] Cf. Holanda, Nilson. **Monitoramento e Avaliação: Conceito Básicos**, Universidade de Brasília, 2002.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 4

Peça 5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20B

São estes dados que deram sustentação aos debates e avaliação dos objetivos e metas apresentados em cada uma das etapas e modalidade do ensino.

DIAGNOSTICANDO E AVALIANDO A REALIDADE EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO

Tabela01- Informação sobre o Município de Três Forquilhas

Nome do Município: Três Forquilhas			UF: RS	
Informações sobre o município				
População total[1]	PIB[1]	IDH[2]	IDI[3]	Taxa analfabetismo[1] População de 15 anos ou mais
2.932	10.039,68	0,662	0,562*	**12,7%
Fonte (1) IBGE – 2006 e 2010; (2) Índice de Desenvolvimento Humano - IBGE – 2006 e 2010; (3) Índice de Desenvolvimento da Infância - Unicef – *2004; pne.mec.gov.br**				

Tabela02 - Taxa de escolarização líquida - Três Forquilhas

Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
88,21%	47,18%
Dados: ide.mec.gov.br	

Quadro 01 -Informações gerais – Três Forquilhas

Informações gerais sobre as escolas – 2014/2015	
Município: Três Forquilhas	
Apresenta escola em zona rural	SIM
Apresenta escola em área de assentamento	NÃO
Apresenta escola em área remanescente de quilombo	SIM
Apresenta escola para comunidade indígena	NÃO

Dados: SMECD Três Forquilhas

COMPLEXIDADE DAS ESCOLAS: Tamanho, turnos de funcionamento, cursos ou modalidade, aspectos físicos e infraestrutura básica.

Com objetivo de avaliar as condições físicas, ambientais e materiais que contribuem para facilitar o trabalho pedagógico das escolas realizou-se um inventário dos recursos materiais (mobiliário e equipamento) existentes nas redes de ensino do município. Estes dados revelam a situação do ensino, quanto aos aspectos internos de funcionamento. Todo esse conjunto de informações permite o conhecimento sobre a existência de condições essenciais e indispensáveis para o trabalho pedagógico e, ao mesmo tempo, a constatação dos avanços e a necessidade de adequação ou proposição de novas metas para a superação das questões identificadas.

Tabela 03 – Tamanho da Escola – 2014/2015

Tamanho da Escola	Estaduais	Municipais	TOTAL

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Muito Pequena – até 20 alunos	00	02	02
Pequena – de 21 até 100 alunos	00	03	03
Média – 101 a 400 alunos	01	00	01
TOTAL	01	05	06

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas.

Gráfico 01 - Percentual de Escolas (Estaduais, Municipais e Privadas) conforme o tamanho: TF/2014/2015

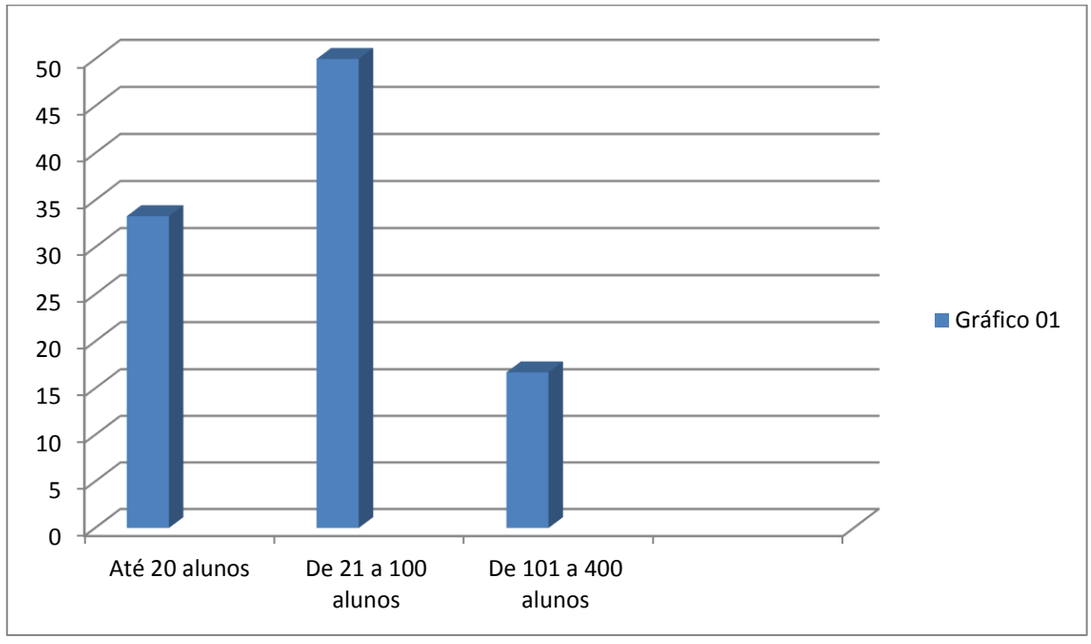


Tabela 04 – Turnos de Funcionamento – 2014/2015

Turno de Funcionamento	Estaduais	Municipais	TOTAL
Manhã	00	01	01
Tarde	00	01	01
Manhã/Tarde	01	03	04
TOTAL	01	04	06

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Gráfico 02 - Percentual de Escolas (Estaduais, Municipais e Privadas) por turno de funcionamento: TF/2014/2015

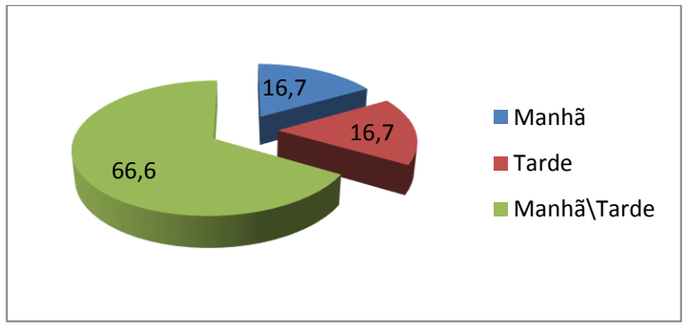


Tabela 05 – Níveis e Modalidades de Ensino – 2014/2015

Níveis e Modalidades de Ensino	Estaduais	Municipais	TOTAL
Educação Infantil	00	01	01
Ensino Fundamental	01	04	04
Ensino Médio	01	00	01
Educação Infantil/Ens. Fundamental	00	03	03
Ed.Infantil/Fundamental/Fundamental EJA	00	00	00
Ens.Fundamental/Ens.Médio	01	00	01
Ed. Especial	00	00	00
Total	01	05	06

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas.

Gráfico 03 - Percentual de Escolas (Estaduais, Municipais e Privadas) por Níveis e Modalidades de Ensino: TF 2014/2015

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

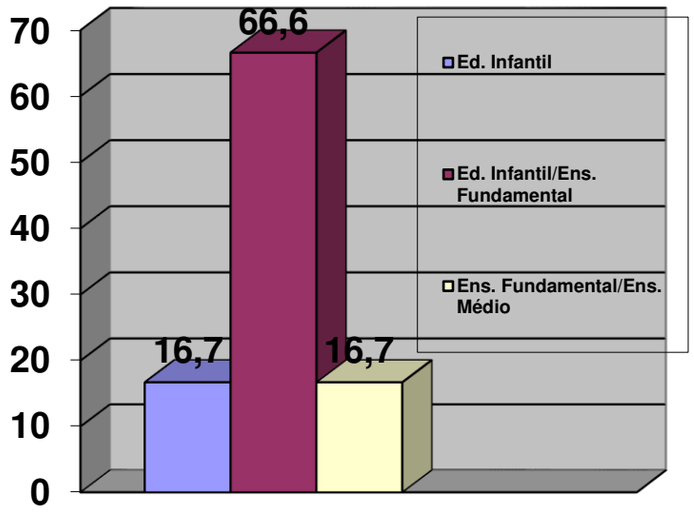


Tabela 06 - Aspectos Físicos Gerais – 2014/2015

Aspectos físicos e infra-estrutura Básica	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Total
Água encanada e potável	01	04	04
Esgoto ou fossa	01	05	06
Energia Elétrica	01	05	06
Sanitários	01	05	06
Sanitários Adaptados a Ed. Infantil	01	03	04
Sanitários p/portadores de necessidades especiais	01	02	03
Sanitários para professores	02	04	06
Cozinha	02	05	06
Refeitório	01	02	03
Bebedouros	02	10	12
Extintores	13	24	37
Ventiladores nas salas de aula	12	29	41
Ar condicionado nas salas de aula	00	02	00

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 07 – Relação do número de sanitários por alunos – 2014/2015

Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Média
04	08	12

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Tabela 08 – Prédio adaptado para atendimento de alunos com necessidades especiais – 2014/2015

Prédio adaptado		Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Total
Sim	Parcialmente	01	01	01
	Plenamente	00	00	01
Não		00	04	04
Total de Escolas		01	05	06

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/ Três Forquilhas/2014-2015

Tabela 09 – Ambientes Administrativos – 2014/2015

Ambientes Administrativos	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Total
Sala de recepção	00	01	01
Secretaria	01	05	06
Sala de direção	01	02	03
Sala de coordenação Pedagógica	02	01	03
Sala de professores	01	03	04

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 10– Computador por setor administrativo – 2014/2015

Dependência Administrativa		Estadual	Município	Total
Escolas com computadores para o setor administrativo e pedagógico	Sim	01	03	04
	Não	06	03	09
Total de Escolas		01	05	06
Dependência Administrativa		Estadual	Município	Total
Escolas com Internet	Sim	01	03	04
	Não	00	02	02
Somente Escolas com computadores		01	03	04

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 11 – Ambientes de Apoio Pedagógico– 2014/2015

Ambientes de Apoio Pedagógicos	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Total

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Parquinho	01	03	04
Local para atividade ao ar livre	01	05	05
Antena Parabólica	01	01	02
Sala de tv/vídeo	01	02	04
Auditório	01	00	01
Quadra de Esporte	03	01	05
Laboratório de ciências	01	00	01
Sala multimídia (biblioteca + sala tv/vídeo)	01	01	02

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 12 – Biblioteca nas Escolas – 2014/2015

		Estadual	Município	Total
Escolas com Biblioteca	Sim	01	01	02
	Não	00	04	04
Total de Escolas		01	05	06
		Estadual	Município	Total
Escolas com pessoa Responsável pela biblioteca	Sim	01	01	02
	Não	00	04	04
Somente Escolas com biblioteca		01	01	02
		Estadual	Município	Total
Turno de funcionamento da biblioteca	M	00	00	00
	T	00	00	00
	M/T	01	01	02
Somente Escolas com biblioteca		01	01	02

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

M: Manhã T: Tarde

Tabela 13 – Laboratório de Informática nas Escolas – 2014/2015

Dependência Administrativa		Estadual	Município	Total
Escolas com laboratório de informática para alunos	Sim	01	00	01
	Não	00	05	05
Total de Escolas		01	05	06

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Dependência Administrativa		Estadual	Município	Total
Escolas com Internet no laboratório	Sim	01	00	01
	Não	00	05	05
Somente Escolas com laboratório		01	00	01

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 14 – Material de Apoio e Outros – 2014/2015

Material de Apoio de Outros	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Total
Livros didáticos em gerais/EF	01	05	06
Livros didáticos de língua estrangeira/EF	01	02	03
Oficinas de reforço em turno inverso/EF	00	00	00
Sala de Recursos	01	00	01
Serviços de apoio pedagógicos	01	00	01
Professores Intérpretes	00	00	00
Oficinas turno inverso(cult/espor/recre)EF	01	01	02
Merenda Escolar	01	05	00

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 15 – Espaços de Organização na Escola – 2014/2015

Espaço de organização na Escola	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Total
Círculo de Pais e Mestres ou APM	01	00	01
Conselho Escolar	01	00	01
Grêmio Estudantil	00	00	00

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 16 – A Escola Oferece – 2014/2015

A Escola Oferece	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Total
Atendimento aos Alunos c/altas habilidades	00	00	00
Atendimento odontológico	01	05	06

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Atendimento psicológico	01	05	06
Atendimento fonoaudiólogo	01	05	06
Exames de cuidado visual e auditivo	00	00	00
Atendimento aos alunos c/ necessidades especiais	00	00	00

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 17 – Parcerias – 2014/2015

Tipo de parceria da Escola	Escolas Municipais	Total
Poderes Públicos (Secretaria da Social/Meio Ambiente)	02	02

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 18 – Projeto Político Pedagógico – 2014/2015

Projeto Político Pedagógico atualizado	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Total
2012	00	04	04
2015	01	00	01
Total	01	04	05

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

EDUCAÇÃO BÁSICA

EDUCAÇÃO INFANTIL

Tabela 19 -Matrícula Inicial de Educação Infantil, por dependência administrativa – PME (2014/2015)

	2014	2015
Estadual	00	00
Municipal	87	83
Total	87	83

Gráfico 04 - Educação Infantil - Matrícula Inicial por série e dependência administrativa: 2014-2015

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

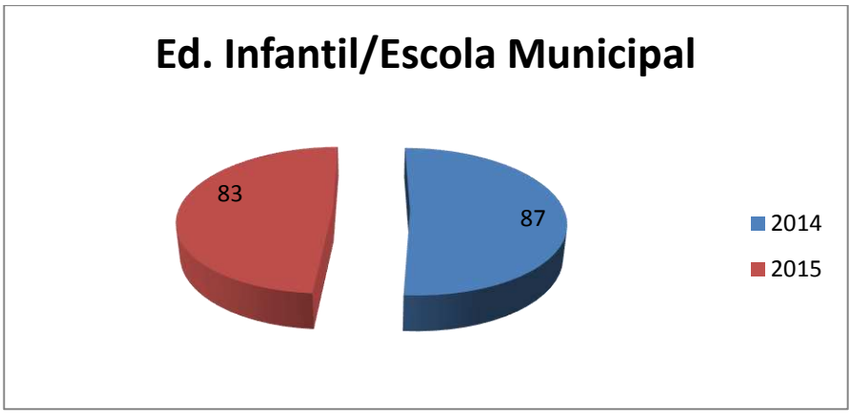


Tabela 20 – Matrícula Inicial : 2014-2015

Matrícula Inicial/Ano	2014	2015
	Total	Total
Creche	28	27
%	32,18	32,53
Pré-Escola	59	56
%	67,82	67,46
Total	87	83
%	100	100

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas
E: Estadual M: Municipal

Gráfico 05 - Ed. Infantil/Creche - Matrícula Inicial por série e dependência administrativa: 2014-2015

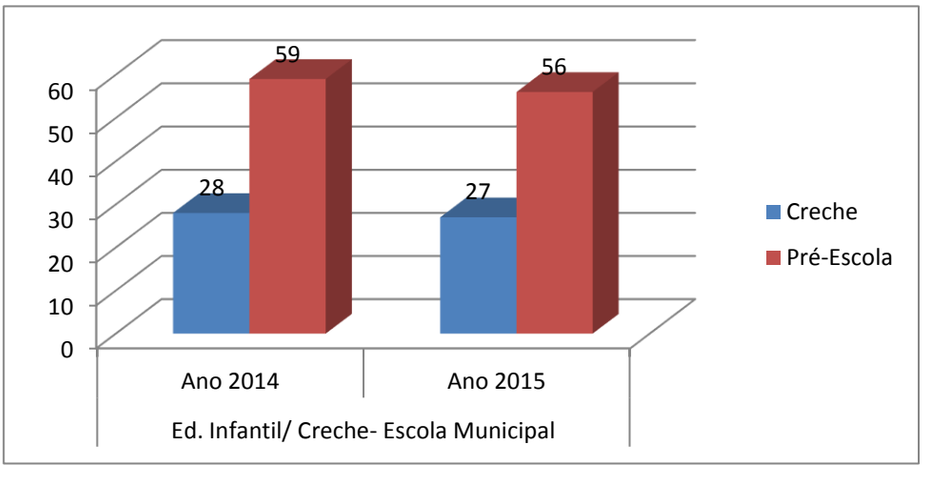


Tabela 21 – Educação Infantil - Número de Escolas conforme as horas-aula diárias/2015

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Número Médio de Horas-aula	Escolas Municipais		Total
	Creche	Pré-escola	
4h	00	04	04
8h	01	00	01

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 22 - Condições da rede municipal – 2014/2015

Indicador	Creche		Pré-escola	
	R	U	R	U
Média de alunos por turma				
Média de horas-aula diária				
Relação Matrícula/Função Docente				

Fonte: INEP

Tabela 23 – Número de aluno por turma – 2015

Etapa	Número Médio de aluno por turma /2015
Creche	14
Pré-Escola	17
Média	15,5

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

Tabela 24 – Educação Infantil - Inclusão de alunos com necessidades especiais :2014 - 2015

Etapa	Número de alunos incluídos c/necessidades especiais, declarado no censo escolar	
	Municipais	Total
2014	01	01
2015	01	01

Fonte: Escolas do Município, organização dos dados: SMECD/Três Forquilhas

META 1

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 14

Peça 5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20B

A meta pede que se universalize, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e se amplie a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Em relação a esta meta, de acordo com o site do IBGE, o município deve ter aproximadamente 66 crianças na faixa etária de 4 e 5 anos, sendo que o mesmo atendeu em 2014, 54 crianças de pré I e II, portanto 81,8%. Para atingir a meta proposta para 2016 falta atender a um percentual de 18,2%.

Em relação às crianças de 0 a 3 anos os dados fazem referência a aproximadamente 128 crianças atualmente nesta faixa etária. Em 2014, o município atendeu 25 crianças, portanto 19,5%. Para atingir 50% em 2024 o município precisa atender a mais 30,5%.

Salientando-se que o município apresenta geograficamente uma grande extensão territorial, com várias localidades distantes umas das outras e tem apenas uma Escola de Educação Infantil em prédio alugado. O que dificulta muito o atendimento, principalmente das crianças de zero a três anos em função do transporte escolar. De acordo com Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, 20% das crianças do município nesta faixa etária encontram-se na zona urbana e 80% residem na zona rural.

Estratégias

1.1) Adquirir áreas para a construção de escolas de educação infantil;
1.2) Construir escolas de educação infantil em regime de colaboração;
1.3) Buscar recursos para a Manutenção e o fortalecimento da educação infantil;
1.4) Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;
1.5) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio ás famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;
1.6) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;
1.7) O Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches de pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

META 2

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

A meta pede para universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Em relação a esta meta, o site do PNE apresenta os seguintes dados: Três Forquilhas têm hoje 96% dos alunos entre 6 e 14 anos na escola, faltando atender 4% da população que está ainda fora da sala de aula (destes encontram-se a maioria de alunos especiais que nunca frequentaram a escola). Além disso, o município apresenta 47,2% de alunos de 16 anos com Ensino Fundamental concluído, o que resta 47,8% (de alunos que estão fora da idade no ensino Fundamental ou fora da escola por evasão escolar) para atingir os 95% pedidos pela meta.

Estratégias

2.1) Oportunizar formação continuada para os profissionais das redes, considerando as especificidades da educação;

2.2) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescente e juventude;

2.3) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das comunidades quilombolas;

2.4) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.5) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.6) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

META 3

A meta pede que se universalize, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). Atualmente, de acordo com o site do PME, o município tem 84,6% de alunos dentro desta faixa etária na escola (nem todos no Ensino Médio) faltando atender 15,4% destes. Além disso, a meta pede que 85% das matrículas nesta faixa etária sejam efetivadas até 2024.

Hoje o município tem 47,9% de alunos matriculados nesta idade no Ensino Médio, restando um percentual de 37,1% ainda (que estão ou fora da escola ou ainda no ensino fundamental) para se atingir a meta.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Tabela 25 - Alunos entre 15 e 17 anos na escola

Alunos entre 15 e 17 anos na escola	
Brasil	84,20%
Região Sul	81,70%
Sul	83,10%
Nordeste do RS	81,70%
Três Forquilhas	84,60%

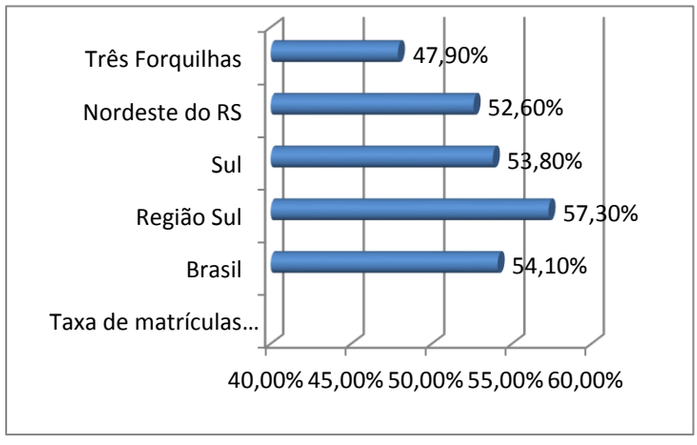
Fonte: pne.mec.gov.br

Gráfico 6

Tabela 26 - Taxa de matrículas efetivas no Ensino Médio

Taxa de matrículas efetivas no Ensino Médio	
Brasil	54,10%
Região Sul	57,30%
Sul	53,80%
Nordeste do RS	52,60%
Três Forquilhas	47,90%

Gráfico 7



Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Estratégias:

3.1)Assegurar o transporte escolar para estudantes de ensino médio em regime de colaboração dentro do município;

3.2)Assegurar transporte gratuito para alunos inscritos no ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) em regime de colaboração;

3.3) Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;

3.4) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.5) Fortalecer e aprimorar, por ações do estado e Município, os mecanismos que garantem o acesso e a frequência dos jovens à escola, através das redes de atendimento, conselhos tutelares, políticas de assistência e apoio aos jovens e suas famílias, a partir da vigência deste plano.

3.6) Universalizar o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), fundamentando em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e promover sua utilização como de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridas dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória , como critério de acesso à educação superior.

META 4

A meta pede que se universalize, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

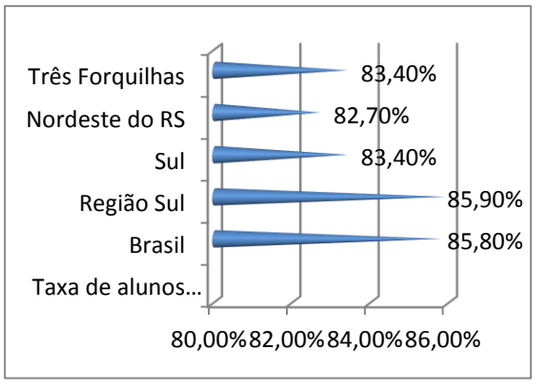
De acordo com o site do PNE, o município atende atualmente em torno de 83.4% desta população, sem sala de recursos e sem monitoria ou assistência necessária, disponibilizando apenas de uma psicóloga e uma fonoaudióloga para atender, em regime de 20h cada, toda a demanda da população municipal, inclusive as escolas. Faltando um percentual de 17,6% da população para ser atendida e todos os recursos necessários que não são fornecidos atualmente a fim de alcançar a meta proposta.

Tabela 27 - Taxa de alunos entre 4 a 17 anos com deficiência frequentando a escola

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Taxa de alunos entre 4 a 17 anos com deficiência frequentando a escola	
Brasil	85,80%
Região Sul	85,90%
Sul	83,40%
Nordeste do RS	82,70%
Três Forquilhas	83,40%

Gráfico 8



Estratégias

4.1) Contabilizar, para fins de repasse do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação- FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializados complementar, sem prejuízo computo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizados, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniados com o poder público e com atualização exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2) Promover, em regime de colaboração, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotações observando o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3) Implantar, em regime de colaboração, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20B

atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo e de comunidades quilombolas;

4.4) Garantir atendimento educacional especializados em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados, em regime de colaboração, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotações, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.5) Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integradas por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento em altas habilidades ou superdotação;

4.6) Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.7) Garantir, em regime de colaboração, a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos art. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8) Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10) Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

4.11) Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;
4.12) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;
4.13) Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;
4.14) Definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
4.15) Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
4.16) Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;
4.17)Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

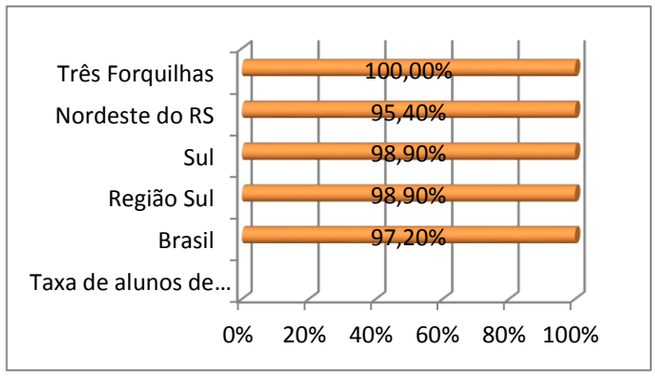
META 5

A meta pede que se alfabetizem todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. Segundo o site do PNE, o município atualmente já atende a meta. Restando, de acordo com informações da SMECD uma busca por melhoria na qualidade dos resultados com alunos portadores de necessidades especiais, ou com dificuldades de aprendizagem.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Tabela 28 - Taxa de alunos de alunos alfabetizados até o 3º ano do Ensino Fundamental

Taxa de alunos de alunos alfabetizados até o 3º ano do Ensino Fundamental	
Brasil	97,20%
Região Sul	98,90%
Sul	98,90%
Nordeste do RS	95,40%
Três Forquilhas	100,00%



Estratégias

5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.4) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) Apoiar a alfabetização de crianças do campo e quilombolas, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

5.6) Promover e estimular, em regime de colaboração, a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

META 6

A meta pede que ofereça educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

O município, segundo dados da SMECD, possui 5 escolas, sendo que nenhuma delas possui este tipo de atendimento. Para se atender a meta é necessário que ao menos 3 destas escolas ofereçam turno integral. Além disso, hoje o município atende certa de 467 alunos de Ensino Fundamental e Médio de acordo com o site www.qedu.org.br. Devendo atender, a fim de cumprir a meta, pelo menos 117 alunos no turno inverso.

Tabela 29 - Percentual de escolas que oferecem educação em turno integral

Percentual de escolas que oferecem educação em turno integral	
Brasil	34,70%
Região Sul	47,50%
Sul	43,50%
Nordeste do RS	30,50%
Três Forquilhas	0,00%

Gráfico 10

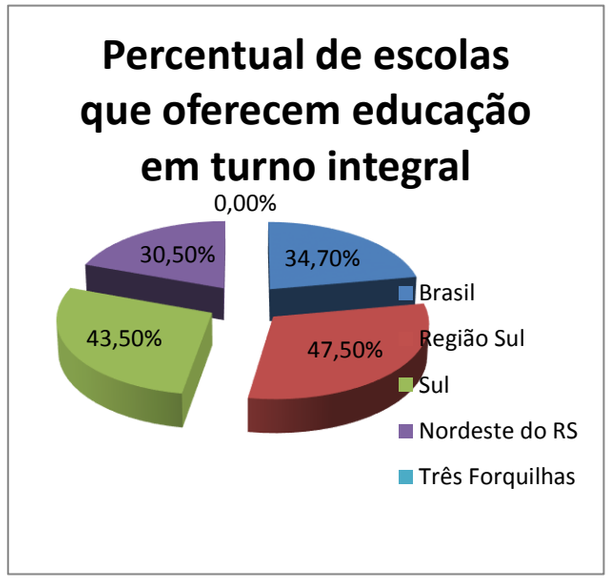


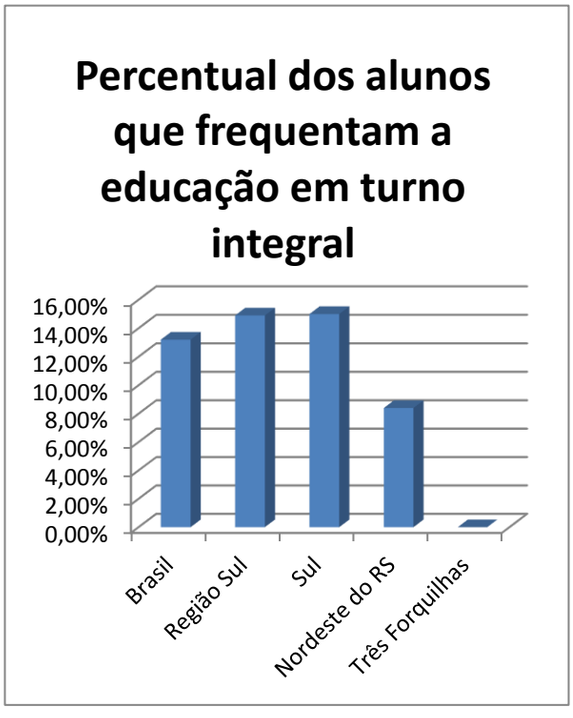
Tabela 30 - Percentual dos alunos que frequentam a educação em turno integral

Percentual dos alunos que frequentam a educação em turno integral

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Brasil	13,20%
Região Sul	14,90%
Sul	15,00%
Nordeste do RS	8,40%
Três Forquilhas	0,00%

Gráfico 11



Estratégias:

6.1) Elaborar, no primeiro ano de vigência deste PME, diagnóstico nas escolas do município, das condições e perspectivas de oferta de educação integral, em regime de colaboração, envolvendo CREs/Seduc-RS;

6.2) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

META 7

A proposta pede que se fomente a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

MetasNacionais do IBED	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**
Anos iniciais do Ensino Fundamental	**4,9**	**5,2**	**5,5**	**5,7**
Anos Finais do Ensino Fundamental	**4,4**	**4,7**	**5**	**5,2**
Ensino Médio	**3,9**	**4,3**	**4,7**	**5**

De acordo com dados do INEP a realidade do município é a seguinte:

IBED da Escola Estadual de TF	**2009**	**2011**	**2013**
Anos iniciais do Ensino Fundamental	**5,6**	**-**	**6,2**
Anos Finais do Ensino Fundamental	**4,5**	**3,9**	**4,5**
Ensino Médio	**3,4**	**3,4**	**-**

IBED das Escolas Municipais	**2009**	**2011**	**2013**
Anos iniciais do Ensino Fundamental	**4,6**	**-**	**-**
Anos Finais do Ensino Fundamental	**-**	**-**	**-**
Ensino Médio	**-**	**-**	**-**

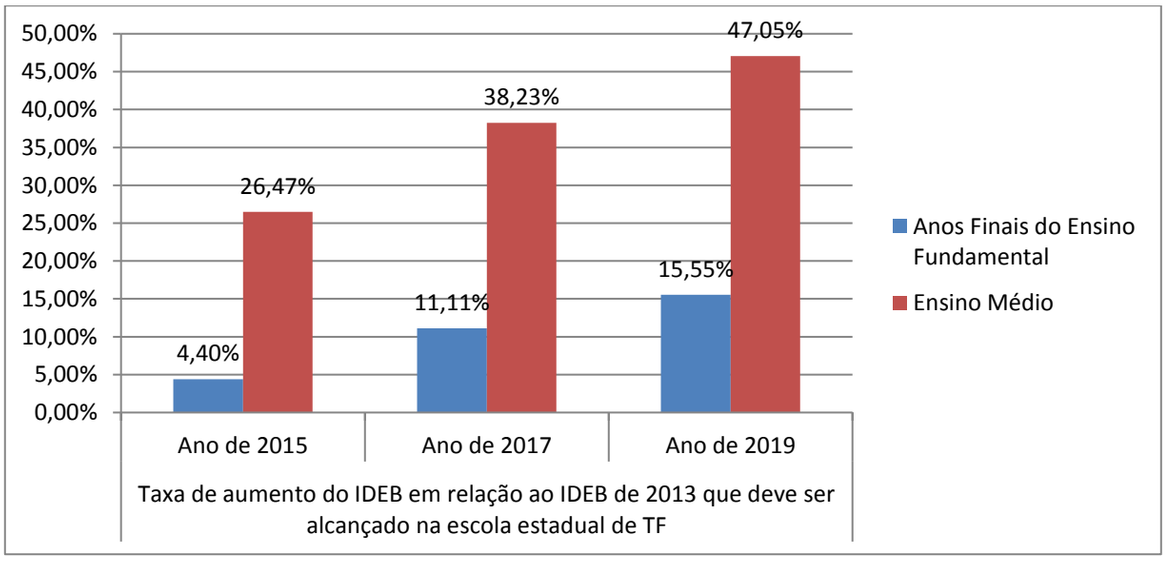
Assim, atualmente os índices municipais precisam melhorar os seguintes números:

Tabela 31 - Taxa de aumento do IDEB em relação ao IDEB de 2013 que deve ser alcançado na escola estadual de TF

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

	Ano de 2015	Ano de 2017	Ano de 2019
Anos Finais do Ensino Fundamental	**4,40%**	**11,11%**	**15,55%**
Ensino Médio	**26,47%**	**38,23%**	**47,05%**

Gráfico 12



Estratégias:

7.1) implantar, mediante pactuaçãoInterfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade local;

7.2) possibilitar que:

a) no quinto ano de vigência deste PME, polo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino médio tenham alcançado o nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e, 50% (cinquenta por cento), pelo menos o nível desejável;

b) No último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do ensino fundamental e ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3) induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.4) formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.5) aderir indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.6) orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices dos Estados, inclusive do Distrito Federal, e dos Municípios;

7.7)utilizare divulgar os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.8) incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.9) garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.10) aderir e utilizar modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

7.11) utilizar, em regime de colaboração com a União, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

7.12) garantir a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;
7.13) aderir programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
7.14) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
7.15) aderir e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;
7.16) prover, em regime de colaboração, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;
7.17) aderir parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;
7.18) promover políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
7.19) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
7.20) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;
7.21) consolidar a educação escolar no campo, de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários;
7.22) desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência;
7.23) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
7.24) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
7.25) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
7.26) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
7.27) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
7.28) instituir, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;
7.29) promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;
7.30) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

META 8

Contribuir para elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e que se iguale a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

No município segundo o site do IBGE a população total entre 18 e 29 anos é de 443 pessoas. Atingindo também a zona rural, os 25% mais pobres e a população negra. Os dados do site do PNE mostram que em Três Forquilhas a média geral de estudo da população é de 9.4 anos (faltando 2.6 anos de estudo para atingir a meta). A população

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

da zona rural estuda em torno de 8.9 anos (faltam 3.1 anos). A população entre os 25% mais pobres estuda em média 7.9 anos (faltam 4.1 anos) e a razão entre a escolaridade média dos negros em geral e entre os brancos de 18 a 29 anos é de 85.6% (falta aumentar a média de estudo dos negros em mais 14.4% para se equiparar a média dos não negros, além de acompanhar o crescimento da média de estudo dos brancos- para atingir a meta).

Tabela 32 - Razão entre a escolaridade média dos negros e dos brancos com idade entre 18 a 29 anos

Razão entre a escolaridade média dos negros e dos brancos com idade entre 18 a 29 anos	
Brasil	92,20%
Região Sul	89,70%
Sul	90,00%
Nordeste do RS	83,10%
Três Forquilhas	85,60%

Gráfico 13

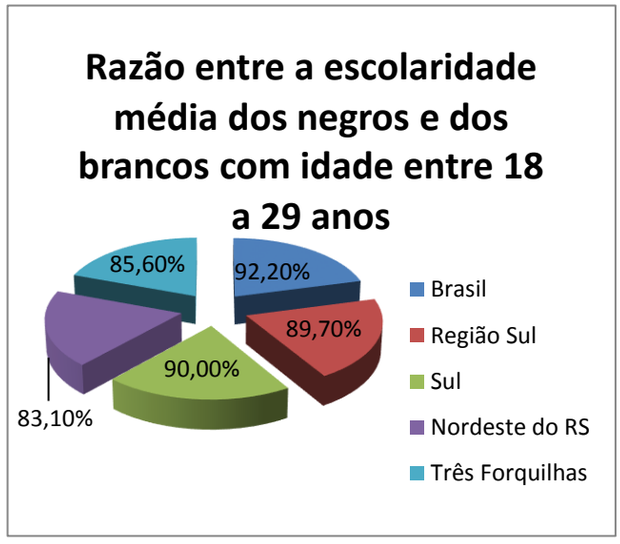


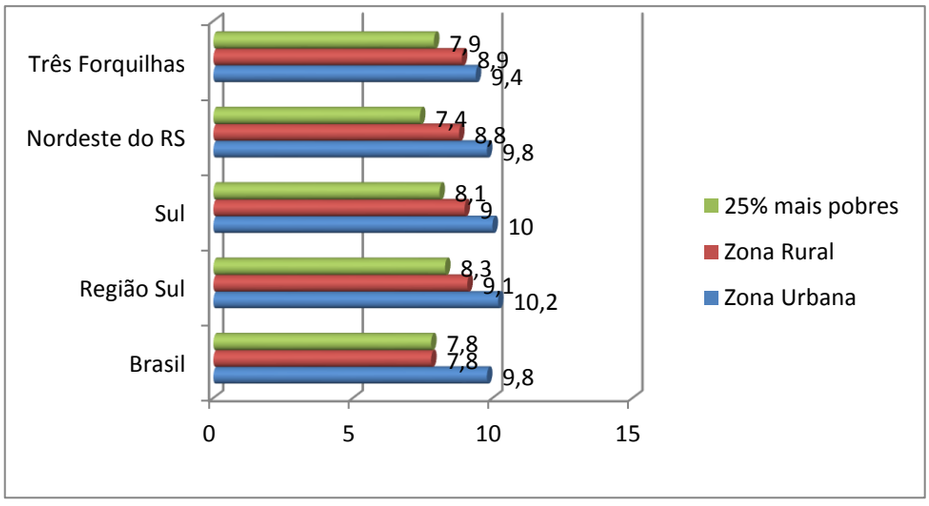
Tabela 33 - Média de escolaridade em anos dos jovens entre 18 a 29 anos

Média de escolaridade em anos dos jovens entre 18 a 29 anos			
	Zona Urbana	Zona Rural	25% mais pobres
Brasil	9,8	7,8	7,8
Região Sul	10,2	9,1	8,3

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Sul	10	9	8,1
Nordeste do RS	9,8	8,8	7,4
Três Forquilhas	9,4	8,9	7,9

Gráfico 14



Estratégias:

8.1) implementar, em regime de colaboração, programas para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2) implementar, em regime de colaboração, programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) estimular a participação em exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames;

8.4) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.5) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

META 9

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

A meta pede que se eleve a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, e para erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

O município tem, segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, 512 pessoas não alfabetizadas. Segundo o site do PNE, em Três Forquilhas a população acima desta idade alfabetizada é de 87,3%, faltando alfabetizar ainda 6.2%até 2015 para alcançar os 93,5% e 12,7% até 2024 para erradicar o analfabetismo absoluto. Além disso, o município tem 37,2% (572 pessoas, descontando os não alfabetizados) da população que não concluiu as séries iniciais. Faltando reduzir esta taxa para 18,6% de analfabetos funcionais, a fim de alcançar a meta.

Tabela 34 - **Taxa de alfabetizados com mais de 15 anos**

Taxa de alfabetizados com mais de 15 anos	
Brasil	91,30%
Região Sul	95,60%
Sul	95,70%
Nordeste do RS	96,70%
Três Forquilhas	87,30%

Gráfico 15

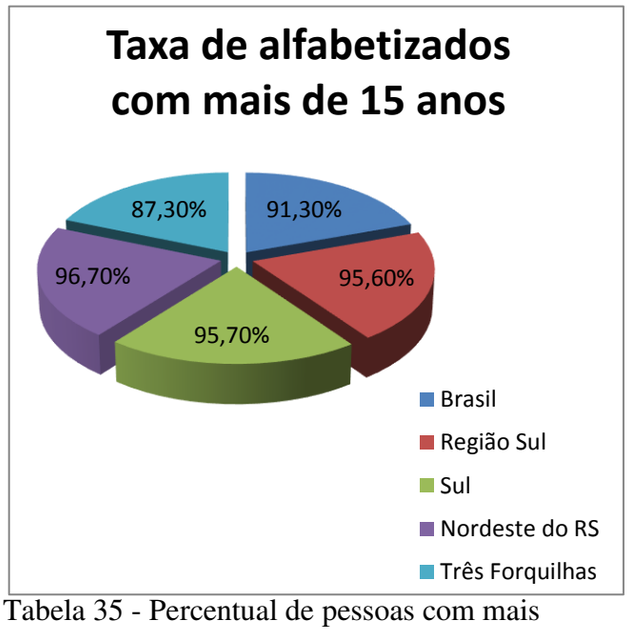


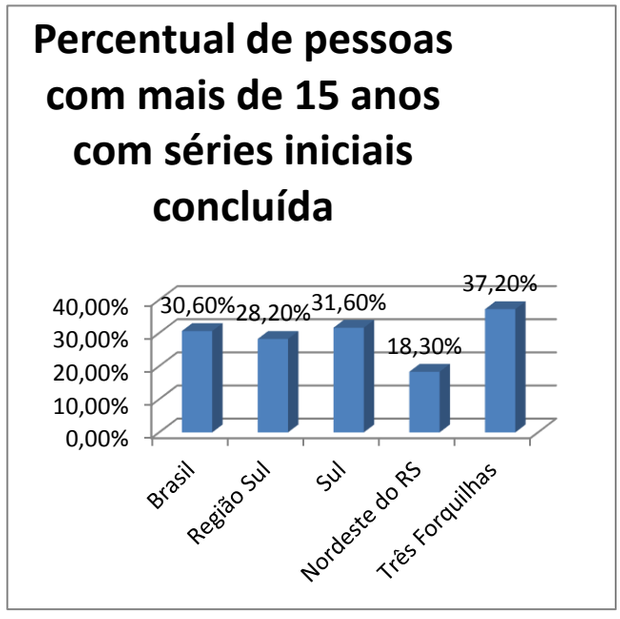
Tabela 35 - Percentual de pessoas com mais de 15 anos com séries iniciais concluída

Brasil	30,60%
Região Sul	28,20%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Sul	31,60%
Nordeste do RS	18,30%
Três Forquilhas	37,20%

Gráfico 16



Estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.5) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.6) apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

9.7) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

9.8) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

META 10

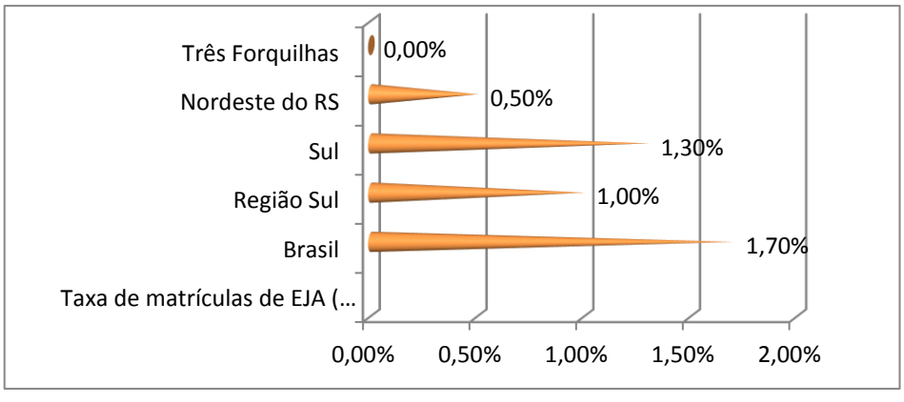
Apoiar programas e ações para oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

O município de Três Forquilhas não oferece esta modalidade de ensino por falta de disponibilidade de escolas com turno noturno e por falta de recursos humanos.

Tabela 36- Taxa de matrículas de EJA (Educação de Jovens e Adultos)

Taxa de matrículas de EJA (Educação de Jovens e Adultos)	
Brasil	1,70%
Região Sul	1,00%
Sul	1,30%
Nordeste do RS	0,50%
Três Forquilhas	0,00%

Gráfico 17



Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Tabela 37 - Pessoas residentes no município com idade de 15 anos ou mais que nunca frequentaram creche ou escola

Pessoas residentes no município com idade de 15 anos ou mais que nunca frequentaram creche ou escola		
De 15 a 19 anos	16	5,23%
De 20 a 29 anos	6	1,96%
De 30 a 39 anos	23	7,52%
De 40 a 49 anos	42	13,73%
De 50 a 59 anos	46	15,03%
Pessoas com 60 anos ou mais	173	56,54%
Total de pessoas	306	100,00%

Gráfico 18

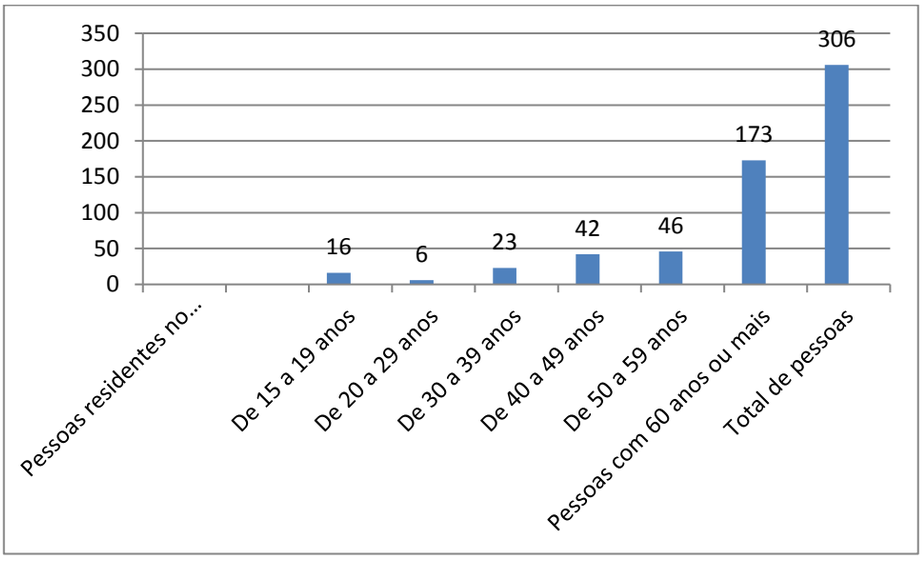


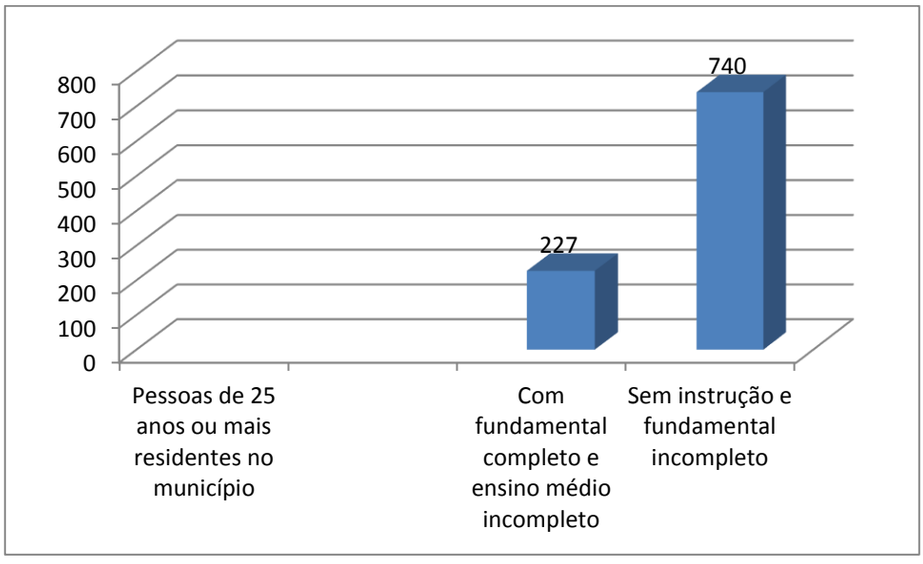
Tabela 38- Pessoas de 25 anos ou mais residentes no município com fundamental completo e médio incompleto ou sem instrução e fundamental incompleto

Pessoas de 25 anos ou mais residentes no município	
Com fundamental completo e ensino médio incompleto	227

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Sem instrução e fundamental incompleto	740

Gráfico 19



Estratégias:

10.1) manter programa de educação de jovens e adultos voltando à conclusão do ensino fundamental, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) propor a oferta de matrículas na educação de jovens e adultos, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.4) fomentar, em regime de colaboração, a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

META 11

Contribuir para triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

O município não oferece formação em nível médio profissionalizante por falta de estrutura física nas escolas e por falta de recursos humanos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Estratégias:

11.1) promover reuniões com representante dos órgãos públicos e entidades competentes para a implantação de cursos técnico profissionalizante;
11.2) buscar parcerias para implantar extensões de cursos técnicos junto aos órgãos públicos, instituições, indústrias, comércio local e regional.
11.3) buscar regime de colaboração junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a EMATER, cursos técnicos agrícolas para o conhecimento rural e a permanência do jovem no campo.

META 12

De acordo com a meta é necessário colaborar paraelevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:
12.1) reivindicar a oferta de vagas, por meio de extensão e interiorização da rede federalde educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, observando as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
12.2) manter e intensificar o apoio ao transporte escolar dos universitários.

META 13 E 14

Meta 13: contribuir para elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: contribuir para elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Em relação a estas metas, que se destinam ao ensino superior, o município não tem nenhuma universidade ou escola de ensino superior, tendo como opções de Ensino Superiormesmo assim, dentro da sua população, tem dois professores com titulação de doutor e uma com titulação de mestre, esta atuando no ensino superior em outro município.

Estratégias:

13.1) reivindicar que a equipe do corpo docente das Universidades da região seja formada, em sua maioria, por mestres e doutores.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

14.1) divulgar as ofertas de financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento;
14.2) divulgar a oferta de financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;
14.3) divulgar a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;
14.4) apoiar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorados, nos campi-novos aberto em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.
14.5) reivindicar acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

META 15

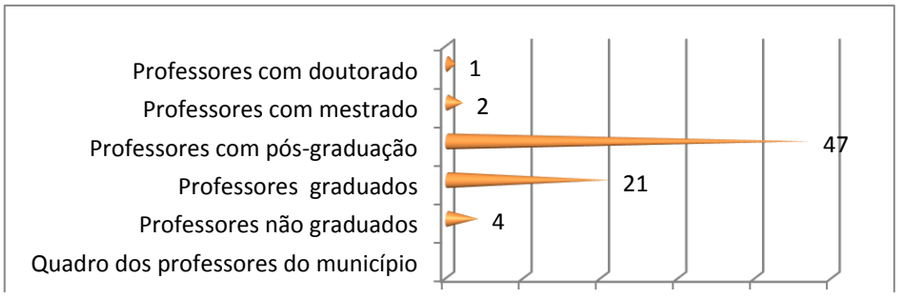
A meta visa contribuir para garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Segundo dados da secretaria da administração, o município apresenta a seguinte realidade: são 48 professores da rede municipal e 27 na rede estadual somando 75 no total. Destes, 5,3% tem formação em nível médio, 28% graduação em nível superior, 62% fizeram uma especialização em pós-graduação, 2,6% tem mestrado e 1,3% tem doutorado. Sendo que a maioria não atua na sua área de formação.

Tabela 39 - Quadro dos professores do município

Quadro dos professores do município		
Professores não graduados	4	5,33%
Professores graduados	21	28,00%
Professores com pós-graduação	47	62,67%
Professores com mestrado	2	2,67%
Professores com doutorado	1	1,33%
Total de professores	75	

Gráfico 20



Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

15.1) aderir ao programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;
15.2) divulgar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;
15.3) aderir programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial;
15.4) valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;
15.5) apoiar a implementação cursos e programas especiais para formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;
15.6) aderir a política nacional de formação continuada para os(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

META 16

A meta diz que deve se contribuir paraformar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

De acordo com dados da secretaria da administração municipal, o município atinge a meta tendo 66,6% dos professores com pós-graduação (ver tabela meta 15) e oferecendo formação continuada periodicamente de acordo com as necessidades apresentadas pela localidade.

Estratégias

16.1) divulgar o portal eletrônico do MEC para subsidiar a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares;
16.2) divulgar aos docentes a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

16.3) fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio do estudo e da participação em curso de aperfeiçoamento, promovido ou não pela SMEC.

META 17

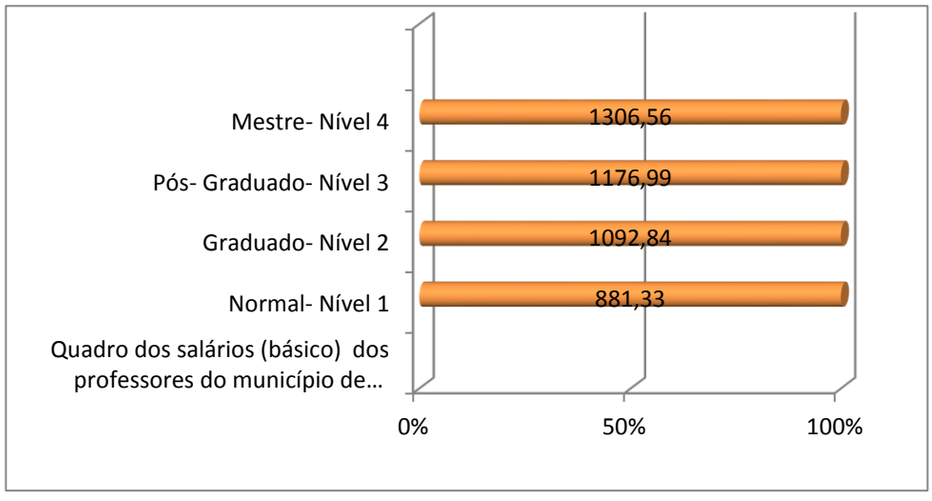
Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE (2020).

Partindo de uma média salarial, realizada com os salários básicos iniciais dos funcionários públicos municipais com formação semelhante aos professores com jornada de trabalho de 20h semanais, chegou-se, através da soma e divisão dos salários destes, ao valor de R$2.569,88. Salientando que hoje, de acordo com dados da Secretaria da Fazenda Municipal os recursos do FUNDEB não são suficientes para pagar o salário do magistério municipal. A realidade salarial dos professores municipais de Três Forquilhas está no quadro abaixo:

Tabela 40 -Quadro dos salários (básico)dos professores do município de acordo com o nível de estudo (em R$)

Quadro dos salários (básico)dos professores do município de acordo com o nível de estudo (em R$)	
Normal- Nível 1	881,33
Graduado- Nível 2	1092,84
Pós- Graduado- Nível 3	1176,99
Mestre- Nível 4	1306,56

Gráfico 21



Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Estratégias:

17.1) adequar, mediante apoio financeiro da união, o plano de carreira para os(as) profissionais do magistério da rede pública municipal, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008;
17.2) reivindicar apoio financeiro junto à União para implementação de políticas de valorização dos(as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, com as alterações da Lei do FUNDEB.

17.3) equiparar,mediante o repasse financeiro da União, o rendimento médio dos profissionais do Magistério (professor, supervisor escolar e orientador educacional), com escolaridade equivalente aos demais profissionais do Município.

Meta 18

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

O município possui plano de carreira atualizado em 2013. Segundo o portal do MEC, o piso salarial do magistério foi reajustado em 13,01% em janeiro de 2015, conforme determina o artigo 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. O valor do piso para 2015 é de R$ 1.917,78.Assim o vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio modalidade normal, com jornada de 40 horas semanais, em 2015 é de R$ 1.917,78 e passando a valer a partir de 1º de janeiro. Logo, se o município paga para o nível médio em 20h atualmente o valor de R$ 881, 33, e para 40h o dobro (R$1.762, 66)há uma diferença de R$ 155,12 para 40h e/ou R$77,56 para 20h para alcançar o piso salarial proposto pela Lei.

Estratégias:

18.1) implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.
18.2) aderir a prova nacional para substituir o Município, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

18.3) considerar, para fins de pontuação em prova de títulos de concurso público para ingresso na carreira do magistério público, o tempo de serviço voluntário prestado sob forma de monitoria em instituição pública de educação básica ao amparo da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998;

Meta 19

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

O município tem cinco escolas municipais e os cargos de direção atualmente são concedidos por indicação da SMECD e da Administração (cargos de confiança).

Estratégias:

19.1) aderir junto à União, os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;
19.2) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
19.3) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;
19.4) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;
19.5) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;
19.6) aderir programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

Meta 20

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo 01070-0200/22-0

Peça 5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20B

no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Segundo um levantamento apresentado pela Secretaria da Fazenda do município de Três Forquilhas, no ano de 2013 o total da receita municipal para base de cálculo em investimentos com educação. O município arrecadou R$8.151.735,95 e investiu R$ 2.720.153,84, portanto 33,36% da arrecadação. Em 2014 esta receita foi de R$ 7.251.719,35, sendo investidos R$

Estratégias:

20.1) apoiar o aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;
20.2) destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;
20.3)fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados;
20.4) realizar estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica, em todas as suas etapas e modalidades;
20.5) implementar o Custo Aluno Qualidade – CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de materiais didático-escolar, alimentação e transporte escolar;
20.6) apoiar a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e art. 211 da Constituição Federal, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais;
20.7) reivindicar, junto à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a fim de conseguir atingir o valor do CAQI e, posteriormente, do CAQ.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E FAÇAM-SE AS DEVIDAS COMUNICAÇÕES.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 17 DE JUNHO DE 2015.

PAULINO DA SILVA AZEVEDO
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Página 389
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 43
Peça 5032772
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A20B

SMED
Secretaria de Educação
Educação só se faz com Amor!!!

PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL PARA ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS PRESENCIAIS E NÃO PRESENCIAIS – PANDEMIA DA COVID 19 – ANO LETIVO 2021

Período letivo: de 24/02/2022 a 16/12/2022

INTRODUÇÃO

Olá, querido Educador de Três Forquilhas

Chegamos em 2022. E, depois das experiências nos momentos de pandemia dos anos anteriores, estarmos aqui saudáveis é um grande presente. Então, começamos desejando que este ano seja mais leve e seguro, conforme as nossas experiências do ano que passou, vamos construir o futuro que queremos, repensando e planejando um ano letivo para 2022 com dedicação para atingir o nosso verdadeiro objetivo: A aprendizagem dos educandos.

1. Histórico

Uma pneumonia de causas desconhecidas detectada em Wuhan, China, foi reportada pela primeira vez pelo escritório da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019. O surto foi declarado como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em 30 de janeiro de 2020.

A OMS declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária da COVID-19 em todos os Continentes a caracteriza como pandemia. Para contê-la, a OMS recomenda três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados; testes massivos; e distanciamento social. O Ministério da Saúde editou a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

Estados e Municípios vêm editando decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, entre elas, a suspensão das atividades escolares.

2- Marcos Legais

No dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19, para instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino. Posteriormente, tal Portaria recebeu ajustes e acréscimos por meio das Portarias nos 345 e 356/2020.

Em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Em decorrência deste cenário, os Conselhos Estaduais de Educação de diversos estados e vários Conselhos Municipais de Educação emitiram resoluções e/ou pareceres de orientação e normativos para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e **uso de atividades não presenciais.**

Em 20 de março de 2020, o Congresso Nacional aprovou o Decreto Legislativo nº 6 que reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Em 1º. de abril de 2020, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 934/2020, onde estabelece normas excepcionais para o ano letivo da educação básica, com a dispensa da obrigatoriedade de observância ao mínimo de 200 dias letivos, desde que cumprida a carga horária mínima anual de 800 horas, estabelecida nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394/96, como decorrência das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Tendo como base as normas exaradas sobre o assunto em nível estadual, diversas consultas foram formuladas ao Conselho Nacional de Educação solicitando orientações em nível nacional a respeito da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual.

Em 17 de abril de 2020, o CNE emite uma proposta de parecer, que em 28 de abril é aprovado e encaminhado para homologação do MEC. Tal parecer orienta a reorganização dos calendários escolares e autoriza a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período da pandemia da COVID 19, o que embasa a elaboração deste Plano.

O CNE também exarou os pareceres 09/2020, aprovado em 08 de junho de 2020, tratando do Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID - 19.

O Parecer 11/2020, aprovado em 07 de julho de 2020, sobre: Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.

Lei Federal N° 14040 de 18/08/2020 (estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública.

3. Justificativa

Considerando:

O principal objetivo, é a execução do ano letivo com aulas presenciais, observando sempre as normativas e orientações da Secretaria Estadual e Municipal de Saúde, afirmando, a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Desporto em resguardar a saúde dos profissionais da educação, bem como dos estudantes da rede municipal de ensino, e por conseguinte, suas famílias, garantindo o direito à vida, para termos um processo educativo com pessoas saudáveis no futuro;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

a preocupação com o processo de escolarização e o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes da rede municipal;

o cumprimento dos incisos I e IX do Artigo 3º da LDB, que versam sobre os princípios da **equidade** (igualdade de condições para o acesso e permanência na escola) e da **qualidade** (garantia de padrão de qualidade) do ensino a ser ministrado pelas instituições escolares;

caso haja a necessidade, por orientações de Saúde, será incluído no cômputo da carga horária o modelo híbrido (horas presenciais + horas com atividades pedagógicas não presenciais), para validar as atividades pedagógicas realizadas, conforme pareceres aprovados pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) e CME (Conselho Municipal de Educação);

O Departamento Pedagógico da SMED, determina e orienta às escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil a organizarem atividades pedagógicas presenciais, caso haja necessidade, serão disponibilizados aos estudantes, as aulas não presenciais, garantindo sempre, a qualidade do ensino tanto para os presenciais quanto para os alunos em atividades não presenciais, para que os mesmos possam continuar desenvolvendo suas habilidades e competências nas diferentes áreas do conhecimento, e assim, garantir o cumprimento da legislação educacional vigente com relação a carga horária exigida, para validação do ano letivo.

Este Plano de Ação tem como objetivo executar as ações pedagógicas para o ano letivo de 2022, e também a programação e execução, tornando possível as aulas presenciais nas escolas municipais de Três Forquilhas, caso as medidas sanitárias e o isolamento social permita, cada modalidade está amparada neste plano respeitando suas peculiaridades e particularidades, sendo assim o devido documento apresenta para o ano letivo de 2022, as ações pedagógicas presenciais e ocorrendo a necessidade, também as aulas no modelo hibrido de ensino (atividades presenciais e não presenciais).

4. Objetivo do Plano de Ação

Organizar os processos pedagógicos a serem desenvolvidos nas Escolas Municipais de Três Forquilhas, com as aulas presenciais, conforme o desenvolvimento das atividades do decorrer do ano letivo de 2022. O principal objetivo, é assegurar a aprendizagem aos educandos, o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e competências definidas pela Base Nacional Comum Curricular e expressos no Referencial Municipal Comum Curricular do Sistema Municipal de Ensino de Três Forquilhas, cumprindo os protocolos e cuidados no período de pandemia provocado pela COVID-19, validando a organização do calendário escolar, a frequência escolar do aluno, o processo de aprendizagem que será verificado através da realização das atividades presenciais, garantindo a qualidade de todos os processos educativos das Escolas, buscando a recuperação da aprendizagem dos educandos, as atividades de reforço em turno inverso, e a repactuação das atividades pedagógicas será concomitante no trabalho contínuo em sala de aula, serão analisados e replanejados os conteúdos de todas as turmas junto aos Educadores, após a avaliação diagnóstica em todas as disciplinas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

5. Carga horária equivalente

A carga horária de que trata este plano se cumprirá de maneira presencial, caso haja a necessidade, será adaptado ao modelo híbrido. Nas atividades presenciais serão utilizadas as tecnologias disponíveis, na busca da qualidade da aprendizagem dos educandos. Obedecendo sempre, a carga horária estabelecida em cada nível de ensino, sempre em consonância com o CME (Conselho Municipal de Educação).

5.1 Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)

A Educação Infantil, no ano letivo de 2022, dentro do possível, ocorrerá através de atividades presenciais, em casos de extrema necessidade, serão oferecidas as aulas no modelo híbrido, conforme as orientações de saúde, respeitando os campos de experiências a serem desenvolvidos por cada criança. As metodologias empregadas estimularão a manutenção do vínculo entre família e escola, serão criados os grupos de cada turma no WhatsApp, para que o professor possa estar sempre em contato com os responsáveis, permitindo assim, uma melhor mediação das atividades pedagógicas entre a Escola e às famílias, fortalecendo o aprendizado das crianças da Educação Infantil. As atividades pedagógicas presenciais, serão conforme os decretos e legislação vigente, terão a execução nas horas aulas estabelecidas, cumprindo os protocolos, serão combinadas as regras e informadas aos pais e responsáveis. Todos os processos pedagógicos, aprendizagem, acompanhamento e avaliação da criança, conforme as orientações da BNCC.

As aulas presenciais, serão realizadas nas turmas, e a execução, conforme os protocolos do COE (Controle de Operações Emergenciais), no Município.

5.2 Ensino Fundamental (1º ano ao 9º ano)

Conforme as orientações e a legislação vigente, o Ensino Fundamental de 1º a 5º ano, assim como, 6º a 9º ano, dentro do possível, seguirão suas funções pedagógicas através das atividades presenciais, e havendo a necessidade, adequado no modelo híbrido. Os recursos pedagógicos serão propiciados em sala de aula, utilizando as tecnologias, e por meio de material didático (impresso) e por via whatsapp através de grupos da turma criado e monitorado pelo professor, garantindo assim, o direito a aprendizagem de cada educando no contexto das aulas presenciais.

Caso haja a necessidade da execução do plano no modelo híbrido, os educandos que estiverem de forma presencial, receberão as atividades pelo professor em aula, os educandos que estiverem no modelo não presencial, receberão as atividades impressas em apostilas e apoio do professor através do WhatsApp, no seu turno de aula e com a disciplina correspondente ao dia da aula.

Havendo a necessidade das aulas escalonadas, serão realizadas nas turmas com o maior número de estudantes, conforme os protocolos do COE (Controle de Operações Emergenciais), no Município. A metade da turma estuda uma semana, e ficará com aulas remotas na próxima semana.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo 01070-0200/22-0

Peça 5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20B

6. Estrutura do Plano de Ação Emergencial para Registro de Atividades Presenciais

Os registros das atividades neste período serão feitos na caderneta de chamada do Professor, em planilhas, onde constará as atividades que serão realizadas, o retorno das atividades, bem como a realização das mesmas, de maneira satisfatória ou não, caso o educando não realize as atividades ou não compareça às aulas, será feito o contato com o seu responsável, com os registros nas atas e planilhas de busca ativa. Nos casos dos alunos com atestados médicos, durante as aulas não presenciais, a frequência escolar, serão computadas pela realização dos trabalhos.

7. Atividades

As atividades presenciais e no modelo híbrido, serão planejadas respeitando os documentos norteadores como BNCC, RCG, Referencial Territorial, PPP, o Regimento Escolar, e os respectivos planos de trabalho elaborados pelos Professores com o acompanhamento da Supervisão Escolar.

Todo planejamento da Rede Municipal de Educação de Três Forquilhas, será analisado pela supervisão escolar para garantir o direito de aprendizagem e equidade do educando conforme a BNCC.

7.1 A Avaliação Diagnóstica – Será realizado o período de sondagem durante os primeiros quinze dias letivos, com as atividades avaliativas individuais, para a constatação do desenvolvimento e níveis de aprendizagem dos educandos. Deverão serem realizados trabalhos escritos, provas, questões orais, jogos e demais atividades para a avaliação inicial, e posterior, o planejamento curricular da turma para o ano letivo. A Supervisão Escolar irá orientar e planejar as avaliações escritas junto aos educadores. Será documentado pelos educadores no Plano de Trabalho Anual, nos registros nas cadernetas de chamadas os resultados individuais dos educandos e arquivar na secretaria da Escola, os instrumentos utilizados.

7.2 - Repactuação

Será realizada a recuperação contínua a todos os educandos, com atividades de reforço nos turnos inversos, será realizada a revisão e o replanejamento dos conteúdos, sanando as dificuldades conforme os diferentes níveis e ritmos de aprendizagem e àqueles com dificuldades serão oferecidas atividades diferenciadas, garantindo a aprendizagem de todos os educandos, contemplando todas as disciplinas, buscando sempre a revisão dos conhecimentos.

8. Frequência Escolar

A frequência escolar do aluno estará vinculada a presença nas aulas, e na realização das atividades pedagógicas. No modelo de aulas presenciais, não será permitido aos educandos, realizarem atividades à distância. E caso haja a necessidade do modelo híbrido, a frequência será computada através da realização das apostilas escritas, o não cumprimento dos trabalhos, implica na Busca Ativa, realizada pela equipe da Escola com o apoio da supervisão escolar, e da mantenedora, através de contatos com as famílias por meio telefônico ou via WhatsApp e reuniões, caso não haja o retorno imediato e satisfatório das ações realizadas, o estudante será encaminhado ao Conselho Tutelar, e se necessário a Promotoria.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Na necessidade da execução do plano no modelo híbrido, a presença do educando estará vinculada a presença em sala de aula e a realização das atividades impressas para os que estiverem no modelo não presencial, como também, a interação nos meios de comunicação em que o professor estabelecer com a turma, WhasApp por exemplo, segundo as normas e leis vigentes referentes às aulas não presenciais.

9. Avaliação

Considerando:

O Art.24 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 9394/96) "que define o processo de avaliação contínuo e cumulativo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados alcançados pelos educandos ao longo do período letivo, e sobre o período de eventuais provas finais".

Em caráter de excepcionalidade na reorganização do calendário letivo 2022, e a necessidade do estabelecimento de novas estratégias e prioridades, serão planejadas novas ações junto a Mantenedora, o corpo docente das Escolas Municipais, e todos os envolvidos pelos Processos Educativos da Rede Municipal de Ensino.

A avaliação das atividades presenciais, ocorrerá de maneira contínua, de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos escolares realizados pelos educandos, utilizando os diferentes instrumentos avaliativos, com trabalhos, pesquisas, avaliações, bem como, na sua maior parte no acompanhamento do desempenho dos educandos nas atividades escolares realizadas nas aulas. Aos educandos com dificuldades de aprendizagem e/ou deficiências serão oferecidas atividades adaptadas conforme a necessidade individual do educando, ofertando também atendimento individual especializado na turma do AEE (Atendimento Educacional Especializado) realizado por profissional habilitado. O período letivo será dividido em trimestres/semestre.

Ao final do trimestre, será entregue o Boletim com as notas trimestrais aos educandos do ensino fundamental, e no final do semestre, um Parecer Descritivo para os educandos da educação infantil até o segundo ano do ensino fundamental, e notas a partir do terceiro ano do ensino fundamental, de acordo o Regimento Escolar e o PPP de cada Escola.

No modelo híbrido, aos educandos com atividades não presenciais, serão realizadas avaliações diferenciadas, conforme o cronograma das turmas e horários das Escolas.

Havendo a necessidade, será utilizada uma planilha com os nomes dos educandos de cada turma, no qual constará o desempenho dos mesmos na realização das atividades não presenciais, assim como, o comprometimento da família com os vínculos escolares. Cada apostila realizada terá seu retorno à escola, para a correção e análise do professor, a devolutiva ocorrerá conforme modalidades a seguir:

- Trimestralmente para o ensino fundamental, através de parecer para o 1º e 2º ano e notas do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental.
- Semestral para a Educação Infantil, com parecer descritivo do desenvolvimento do educando.
- Do terceiro ao nono ano do ensino fundamental, os resultados das notas numéricas, serão registrados em trimestres. 1º trimestre: 30 (trinta), 2º trimestre: 30 (trinta), 3º trimestre: 40

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20B

(quarenta). Somando o total: 100 (cem pontos). A média final para aprovação do educando: será 60 (sessenta).

O professor dará ao aluno a devolutiva, as possíveis estratégias, e as medidas para o crescimento do seu aprendizado. Este resultado será avaliado proporcionalmente ao desempenho das atividades realizadas, conforme os critérios e instrumentos estabelecidos pelos Educadores.

O aluno que não apresentar o retorno das atividades, o professor e a direção da escola deverão entrar em contato com seu responsável, e caso não haja o retorno, deverá solicitar auxílio à Secretaria Municipal de Educação.

Caso o aluno, após o primeiro contato com o responsável, ainda não devolver a atividade realizada haverá uma planilha para a Busca Ativa. Nesta planilha, constará as medidas tomadas referente aos chamados que o Professor ou a secretaria da escola realizaram na tentativa de resgatar o aluno para as atividades escolares, com atas redigidas pela direção e Supervisão da Escola.

10 . Fechamento da carga horária do ano letivo.

O calendário escolar de 2022, contempla o trabalho de 800 (oitocentas) horas anuais e 200 (duzentos) dias letivos, no Ensino Fundamental, e na Educação Infantil conforme as horas de atividades trabalhadas nos dias letivos. Fechando assim, o ano letivo de 2022.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 50

Peça 5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20B

11. ANEXOS

Calendário 2022

Janeiro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

01 - Confraternização Universal

Fevereiro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28					

21 a 23 - Retorno dos professores.

23 - Formação Abertura do ano letivo.

24 – Início do ano letivo. 1ºtrimestre/semestre

28- Feriado de Carnaval. 2

Março

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

1 – Feriado de Carnaval

19- Sábado letivo- por quinta-feira

20 – Aniversário do Município.

25/03 Cachorro quente EMEI 23

Abril

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

2 – Sábado letivo - por sexta-feira

08/04 – Cachorro Quente Alberto

13/04 – Torneio Gonzaga

15 – Sexta –Feira Santa

21 – Tiradentes - 22 - Ponte

29/04 - Cachorro Quente Gonzaga 19

Junho

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Maio

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

1- Dia do Trabalhador

06/05 – Cachorro Quente Osvaldo

06/05 – Torneio Alberto

14 - Sábado letivo - por quarta-feira

31- Término do 1º Trimestre 23

26	27	28	29	30		

1 – Início 2º Trimestre

4- Sábado letivo - por sexta-feira

11/06 - Festa Junina Osvaldo

16 –Corpus Christi – 17 - Ponte

18/06 – Festa Junina Gonzaga

25/06 - Festa Junina EMEI

21

Julho

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

2- Sábado letivo - por segunda-feira

2/07 – Festa Junina Alberto

8/07 - Cachorro Quente Osvaldo

22 – Término 1º semestre

25 a 29 Recesso Escolar 17

Agosto

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

1- Início 2º semestre

05/08 - Cachorro Quente EMEI

13- Sábado letivo - por quarta-feira

13/08 - Dia da Família Alberto e Osvaldo

19/08 – Dia da Família EMEI

26/08 - Dia da Família Gonzaga 24

Setembro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

25	26	27	28	29	30	

03/09 - Cachorro Quente Alberto

7 – Independência do Brasil – Desfile Cívico

10- Sábado letivo - terça-feira / Término 2º T.

12 – Início 3º Trimestre

20 – Revolução Farroupilha - 19 –Ponte

30/09 - Cachorro Quente Gonzaga 20

Outubro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

8- Sábado letivo - por terça-feira

10 a 14 – Semana da Criança na escola.

12 – Padroeira do Brasil

28 – Dia do Funcionário Público

20

Novembro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

2 – Finados

5 - Sábado letivo - por Segunda-feira

15 – Proclamação da República – 14 – ponte

20

Dezembro

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

8 – Feriado Municipal – Imaculada Conceição.

16- Último dia letivo – Término 3º Trimestre

25 – Natal 11

1º TRIMESTRE: 67 dias letivos

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20B

2º SEMESTRE: 95 dias letivos
3º TRIMESTRE: 64 dias letivos

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul
3628-5102
educacao.pmtf@gmail.com

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
LUIZ GONZAGA CAPAVERDE
Estrada Geral Morro do Chapéu
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul
3628-5244 luizgonzagacapaverde@yahoo.com.br

RELATÓRIO DE BUSCA ATIVA

Este documento se refere ao registro das tentativas de buscar o aluno que não está dando retorno das atividades escolares, para fins de levar ao conhecimento da secretaria da escola, secretaria da educação e ao Conselho Tutelar se for o caso.

Nome do Aluno: _____

Turma/Série: _____

DATA do contato	MEIO UTILIZADO (telefone, rede social...)	RETORNO (Respondeu, não respondeu, só visualizou, não atendeu...)

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Professor responsável: _____

Entregue à: _____

Data: _____/_____/_____

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul
3628-5102
educacao.pmtf@gmail.com

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
LUIZ GONZAGA CAPAVERDE
Estrada Geral Morro do Chapéu
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul
3628-5244 luizgonzagacapaverde@yahoo.com.br

PROFESSOR: _____ 1º TRIMESTRE TURMA: _____

DISCIPLINA: _____ ANO LETIVO: **2022** SÉRIE: _____

INÍCIO: _____ TÉRMINO: _____ AULAS DADAS: _____

REGISTRO DOS CONTEÚDOS

DATA	CONTEÚDOS DESENVOLVIDOS	DATA	CONTEÚDOS DESENVOLVIDOS

DATA DA ENTREGA		**ASS. PROFESSOR:**		**ASS. SUPERVISOR:**	

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul
3628-5102
educacao.pmtf@gmail.com

ESCOLA MUNICIPAL DO ENSINO LUIZ GONZAGA
CAPAVERDE
Estrada Geral Morro do Chapéu
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul
3628-5244 luizgonzagacapaverde@yahoo.com.br

PROFESSOR: _____ 1º TRIMESTRE TURMA: _____

DISCIPLINA: _____ ANO LETIVO: **2022** SÉRIE: _____

		AV. 1	AV. 2	AV. 3	AV. 4	AV. 5	AV. 6	NOTA	TF
Nº	NOME DO ALUNO	PESO:	PESO:	PESO:	PESO	PESO:	PESO:		
01									
03									
04									
05									
06									
07									
08									
09									
10									
11									
12									
13									
14									
15									
16									
17									
18									
19									

DESCRIÇÃO DAS AVALIAÇÕES:

AVALIAÇÃO1:	AVALIAÇÃO2:
AVALIAÇÃO2:	AVALIAÇÃO3:
AVALIAÇÃO3:	AVALIAÇÃO4:

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo
01070-0200/22-0

PREFEITURA MUNICIPAL
DE TRÊS FORQUILHAS
SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E DESPORTO
Três Forquilhas - Rio Grande do
Sul

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL LUIZ GONZAGA
CAPAVERDE
Estrada Geral Morro do Chapéu
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul
3628-5244 luizgonzagacapaverde@yahoo.com.br

PROFESSOR: _____ TURMA: _____ ANO LETIVO: **2022**

DISCIPLINA: _____ SÉRIE: _____ MÊS:

REGISTRO DE RETORNO DAS ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS

		ATIVIDADES REFERENTES AO MÊS DE:					
Nº	NOME DO ALUNO	**RET.**	**N RET.**	**RT**	**RP**	**NR**	**OBSERVAÇÃO**
01							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							

LEGENDA:
RET - RETIROU
N RET - NÃO RETIROU
RT - REALIZOU TOTALMENTE
RP - REALIZOU PARCIALMENTE
NR – NÃO REALIZOU OU DEVOLVEU ATIVIDADE EM BRANCO

Página da peça
58

Peça
5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20B

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo
01070-0200/22-0

PREFEITURA MUNICIPAL
DE TRÊS FORQUILHAS
SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E DESPORTO
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL LUIZ GONZAGA
CAPAVERDE
Estrada Geral Morro do Chapéu
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul
3628-5244 luizgonzagacapaverde@yahoo.com.br

ANO LETIVO: **2022**

CARGA HORÁRIA ANUAL: Língua Portuguesa: 160 hs. Inglês: 40 hs Matemática: 160 hs Ciências: 120 Educação Física: 80 Arte: 40 Geografia: 80 História: 80 Ensino Religioso: 40

Página da peça
59

Peça
5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20B

CARGA HORÁRIA TRABALHADA NOS TRIMESTRES:

Nº	**DISCIPLINA**	**1º Trim.**	**2º Trim.**	**3º Trim.**	**OBSERVAÇÃO**
01	Português				
03	Matemática				
04	História				
05	Ciências				
06	Geografia				
07	Ensino Religioso				
08	Educação Física				
09	Arte				
10	Inglês				

Assinatura do(a) Professor(a): _____ S.S.E. _____

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo 01070-0200/22-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul
3628-5102
educacao.pmtf@gmail.com

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RUBEM BREHM JUSTO
Rua Joaquim Nunes, nº 600, Centro
Três Forquilhas - Rio Grande do Sul
3628-5015
emeirubembrehmjusto@outlook.com

ANO LETIVO: **2022**

Página da peça 60

Peça 5032772

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20B

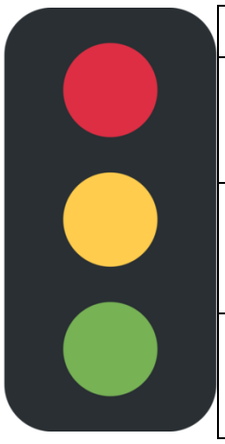
ALUNO: _____ SÉRIE: _____ DATA: _____/_____/_____

ATIVIDADES REFERENTE AO MÊS DE:_____

RETORNO DAS ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS

SEMÁFORO DO ACOMPANHAMENTO ESCOLAR

Abaixo está a legenda de como o educando está realizando suas atividades em casa, através desta devolutiva o responsável está ciente do desenvolvimento do seu filho referente a atividade devolvida no mês anterior.



DESCRIÇÃO DA LEGENDA	RESULTADO
Vermelho: Cuidado! Você precisa ter mais atenção na realização das atividades!	○
Amarelo: Verifique, pois faltou realizar algumas atividades!	○
Verde: Parabéns! Você está realizando todas as atividades com muito êxito.	○

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

NOTA TÉCNICA Nº 05/2021

MUNICÍPIO DE TRÊS FORQUILHAS/RS

ASSUNTO: Inclusão de estratégias 1.8, 7.31 e 10.5

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Equipe Técnica conforme Portaria Nº 344/2021

HISTÓRICO: O Plano Municipal de Educação de Três Forquilhas (Lei nº 1.422/2015 alterada pela Lei nº 1.538 de 18 de julho de 2017) foi elaborado de acordo com as orientações recebidas pelas Multiplicadoras do MEC e tendo o Plano Nacional de Educação como base, portanto, na época não houve orientação quanto a obrigatoriedade em estar previsto o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em cumprimento ao artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996 conforme consta no Plano Estadual de Educação regulamentado em 2017.

ANÁLISE TÉCNICA: Inclusão de estratégias referentes ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

CONCLUSÃO: Verificou-se a necessidade de incluir estratégias referentes ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena conforme consta abaixo:

1.8 - Garantir neste plano municipal de educação, ações que promovam o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, bem como, o combate ao racismo e a discriminação.

7.31 - Garantir nos currículos escolares conteúdos e materiais didáticos e pedagógicos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

10.5 - Garantir políticas curriculares com foco no direito à diversidade e afirmação dos direitos humanos, implementando em todas as instituições de ensino do município o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/1990, da história e cultura afrobrasileira e indígena – Lei 11.645/2008, dos direitos humanos – Parecer CNE/CP nº 46 08/2012 e Resolução nº CNE/CP 01/2012, das questões ambientais - Lei Nº 9.795/1999, questões de gênero e sexualidade, fazendo constar nas propostas pedagógicas das escolas, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

ASSINATURAS: Tatiani Cardoso, Amélia Oliveira Vieira

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.59C5.B02C.CBFE.5DFC.69E6.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 1

Peça 5032773

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20C

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FORQUILHAS/RS
CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

RELATORIO E PARECER CONCLUSIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAUDE EXERCÍCIO 2022

O Conselho Municipal de Saúde no ano de 2022, contribuiu de forma significativa no sentido de melhorar, qualificar e fiscalizar os serviços de Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde acompanhou de modo presente e continuado a repartição e aplicação dos recursos Estaduais e Federais transferidos para o Município de Três Forquilhas/RS, bem como o acesso democrático e universal da população aos serviços de saúde oferecidos pelo Município.

Em reuniões ordinárias e extraordinárias o Conselho Municipal de Saúde abordou em especial os seguintes assuntos, conforme atas próprias:

- Destino dos recursos através de aprovação de Planos de Aplicação;
- Análise de Apresentação e aprovação do Relatório de Gestão dos quadrimestres de 2022;
- Análise de Apresentação e aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG ANUAL) 2022;
- Acompanhamento na elaboração. Aprovação e execução do Plano Municipal de Saúde Plurianual (2022 a 2025);
- Acompanhamento na elaboração. Aprovação e execução da Programação Anual de Saúde 2022);
- Aprovação dos Relatórios quadrimestrais MGS (Monitoramento da Gestão da Saúde);
- Acompanhamento dos indicadores e da Produção realizadas nos quadrimestres comparadas com as metas pactuadas na Programação Anual de Saúde e Pactuação Estadual;
- Acompanhamento dos indicadores do SIOPS.

AVALIAÇÃO GERAL DAS AÇÕES DA PROGRMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS) DE 2022 E PLANO DE SAÚDE PLURIANUAL

As ações desenvolvidas foram planejadas e executadas todas com um único objetivo, o de aprimorar e melhorar os Índices.

Destaca-se que a Programação Anual de Saúde é um dos instrumentos que faz parte do planejamento e foi elaborada, monitorada e avaliada pelos gestores e técnicos dos diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde do Município, os quais têm como visão principal a implementação dos instrumentos de gestão como ferramenta para qualificar a rede municipal e saúde.

Ao sintetizar e divulgar tais dados este relatório demonstra avanços e as limitações presentes no Sistema Municipal de Saúde, buscando contribuir na construção de iniciativas capazes de fortalecer ações e produzir resultados positives na promoção, da saúde da população.

Neste sentido, uma questão importante é que o Relatório oferece condições mais claras para verificar a aplicação dos recursos, a prevenção e manutenção da saúde, o que pode ser observado através das atividades aqui demonstradas, que tiveram como foco atingir as metas e ações estabelecidas no Plano Municipal de Saúde.

De maneira geral as ações foram realizadas e as Metas atingidas, conforme estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Programação anual de saúde. No ano de 2022 as principais dificuldades observadas foram os reflexos do pós pandemia de Corona vírus, como sequelas físicas e abalo na saúde mental das pessoas e também não foram ofertados alguns serviços neste período, por isso alguns indicadores e ações ficaram prejudicados no alcance da meta.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CB46.07DB.E983.3347.FAD2.

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DADOS DE PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DO SUS E INDICADORES DA PACTUAÇÃO:

Foram apresentados a este Conselho, através dos Relatórios Quadrimestrais e RAG ANUAL, relatório de serviços que foram ofertados e realizados. Analisando concluímos que o desempenho foi favorável pois ainda houveram necessidade de adequação aos trabalhos com protocolos pós pandemia que impediram de desempenhar funções que poderiam ter alcançado resultados mais exitosos.

A aplicação dos recursos mínimos em Ações e Serviços Públicos de Saúde observaram as regras previstas na Lei Complementar 141 de 13 de Janeiro de 2012, as Transferências dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde e a Aplicação dos recursos vinculados ao SUS tiveram boa e regular aplicação conforme se observa nos demonstrativos apresentados.

DEMONSTRAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE

RECEITA	ARRECADADO	CFE. EC Nº 29-2000 15%
IPTU	164.779,39	24.716.90
ITBI	34.226,15	5.133,92
ISSQN	249.728,92	37.459,33
IRRF	529.929,82	79.489,47
FPM	12.848.517,28	1.927.277,59
LC 87/96	0,00	0,00
ICMS	3.517.486,06	527.622,90
IPVA	436.895,63	65.534,34
ITR	6.382,72	957,40
IPI/EXPORTAÇÃO	34.267,36	5.140,10
MULTA E JURO DE TRIBUTOS	31.568,71	4.735,30
DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	69.005,54	10.350,83
TOTAL	**17.922.787,58**	2.688.418,14

Além das receitas acima demonstradas, também foram destinadas ao Município para aplicação na Saúde as seguintes verbas:

Fonte Federal

Transferência de Recursos do SUS - Atenção Primária----------R$ **966.489,98**
Transferência de Recursos do SUS - Atenção Especializada----------R$ **131.238,46**
Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde----------R$ **34.778,35**
Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica----------R$ **21.833,43**
Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas----------R$ **14.544,00**
Sub.Total.....R$ 1.168.884,22

Fonte Estadual

Transferência de Recursos do Estado----------R$ **324.934,05**
Total.....R$ 1.493.818,27

Como é possível verificar, foram colocados à disposição da Secretaria Municipal da Saúde a parte da Arrecadação de Impostos e Transferências Constitucionais o valor de R$ **2.688.418,14** (Dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e dezoito reais e quatorze centavos) e, ainda R$ **1.493.818,27** (Hum milhão, quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e dezoito

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CB46.07DB.E983.3347.FAD2.

reais e vinte e sete centavos), proveniente de Transferência de recursos do Sistema Único de Saúde(Fonte Federal e Estadual).

DURANTE O EXERCÍCIO FORAM REALIZADAS DESPESAS RELACIONADAS À SAÚDE NAS DIVERSAS SUB FUNÇÕES COMO DEMONSTRA A TABELA A SEGUIR:

Descrição da SUB Função	SAUDE CONST. computáveis	SAUDE/CONVENIO Não Computáveis
301-Atenção Básica	**3.346.283,48**	1.779.755,22
Atenção Básica (modalidade de aplicação 71)	(-) **3.862,56**	0,00
302-Assist.Hosp.e Amb.	**171.800,00**	478.071,91
303-Assistencia Farmacêutica		0,00
304-Vigilancia Sanitária		13.294,73
305-Vigilância Epidemiológica		42.453,41
Desp.liq.c/rendimentos	(-) **132,82**	
Outras Deduções	(-) **28.144,04**	
TOTAL	**3.485.944,06**	**2.313.575,27**

CONCLUSÃO:

O Município arrecadou com impostos, transferências de impostos e dívida ativa tributária de impostos o montante de R$ 16.152.902,36 (Dezesseis milhões, cento e cinquenta e dois mil, novecentos e dois reais e trinta e seis centavos), e aplicou em ações relacionadas com saúde o total de R$ **3.485.944,06** (Três milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais e seis centavos), o **que representam 19,45% de Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS).**

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos de gestão financeira e econômica do exercício de 2022.

PARECER

O Conselho Municipal de **Saúde – CMS**, do Município de Três Forquilhas/RS, DECLARA a regularidade dos recursos aplicados no exercício de 2022 e **APROVA** o Balanço de encerramento do ano, cujas cópias estão no arquivo do referido Conselho, bem como a regularidade quanto a

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CB46.07DB.E983.3347.FAD2.

Processo
01070-0200/22-0

elaboração, e execução do Plano de Saúde Plurianual, ao cumprimento das Metas estabelecidas para a Saúde estabelecidas na LDO e Programação Anual de Saúde, à aplicação mínima em ações e Serviços Públicos de Saúde.

Três Forquilhas, 15 de março de 2023

Carolini Pereira de Souza
PRESIDENTE CONSELHO MUN. SAÚDE

Aprovado por unanimidade pelo Plenário, em 15 de março de 2023
Ata do Livro número 001/2023.

Peça
5032773

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20C

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CB46.07DB.E983.3347.FAD2.

Página 412 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORUILHAS/RS

UCCI-Unidade de Controle Interno

RELATÓRIO E PARECER

DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

SOBRE À APLICAÇÃO DOS RECURSOS MÍNIMOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Três Forquilhas/RS, vimos apresentar Relatório e Parecer à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual; ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, observadas as regras previstas nesta Lei Complementar; às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde; à aplicação dos recursos vinculados ao SUS; à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados à saúde, relativos ao **exercício de 2022,** nos termos do disposto no art. 2º, inciso IV, letra *"I"* da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Destaca-se, inicialmente, que o órgão de controle interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1332/2013 Alterada pela Lei 1488/2016 de 28/06/2016 regulamentada pelo Decreto nº 025/2013, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 193 de 28/01/2021.

Quanto ao limite constitucional de aplicação dos recursos em mínimos em ações e serviços públicos de saúde, destacamos:

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 413 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

1. Plano de Saúde Plurianual

O Plano Municipal de Saúde é um instrumento de diagnostico, avaliação e orientação e avaliação do serviço de saúde, constituindo a política de Atenção em Saúde, incluído ações intersetoriais voltadas para a promoção da saúde.

Tem vigência de 2022 a 2025 e passou pelo processo de discussão e atualização, através de instrumentos como as Programações Anuais de Saúde - PAS e dos Relatórios Anuais de Gestão - RAG.

A proposta de DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES para 2022 no Plano de Saúde Plurianual foram:

DIRETRIZ Nº 1 -QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE

OBJETIVO 1-Fortalecer a atenção primaria em saúde como coordenadora do cuidado e ordenadora da rede de atenção à saúde.

OBJETIVO 2- Implementar e consolidar a rede de atenção secundaria de saúde.

OBJETIVO 3- Fortalecer a assistência farmacêutica.

OBJETIVO 4- Fortalecer as ações de âmbito coletivo da vigilância em saúde e o gerenciamento de risco e de agravos a saúde..

OBJETIVO 5- Regulação em saúde.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 414 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

DIRETRIZ Nº 2 - CONSOLIDAÇÃO DA GOVERNANÇA DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

OBJETIVO 1- Qualificar a gestão do financiamento

OBJETIVO 2- Fortalecer a gestão e a infraestrutura da secretaria municipal de saúde.

OBJETIVO 3 Fortalecimento das instancias de participação social.

OBJETIVO 4- Promover a pratica de planejamento, monitoramento e avaliação.

OBJETIVO 5- Promover a pratica de planejamento, monitoramento e avaliação.

DIRETRIZ Nº 3 Fortalecimento das ações de Educação em Saúde

OBJETIVO 1- Fortalecer a política de educação em saúde

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 415 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORUILHAS/RS

UCCI-Unidade de Controle Interno

Metas e Indicadores estabelecidos e cumpridos em 2022

O Município de TRES FORQUILHAS utilizou para o monitoramento, os indicadores de saúde da Pactuação Interfederativa, conforme definição nas Fichas dos indicadores com periodicidade dos dados para monitoramento mensal e quadrimestral, e os indicadores RS, pactuados com o Estado do Rio Grande do Sul. O resultado Anual dos indicadores de saúde foram obtidos no portal BI Gestão Municipal (BI/DGTI/SES/RS), do Estado do Rio Grande do Sul.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 416 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

Indicadores	Meta Pactuada	Resultado 1º Quadrimestre	Resultado 2º Quadrimestre	Resultado 3º Quadrimestre	Meta Anual
1-Taxa de Mortalidade Infantil	1	Sem pactuação	0,00	0	0
Analise: Não houve óbito infantil.					
2-Numero Casos Novos de Sífilis congênita em menores de 1 ano de idade	0	Sem pactuação	0	0	0
Analise: Houve notificação de um caso de gestante com sífilis, tratada durante o pré-natal. Embora tenha sido notificada, a criança encontra-se em investigação para descartar sífilis congênita.					
4-Razão de Mortalidade Materna - RMM	0	Sem pactuação	0,00	0	0
Analise: Não houve registro de mortalidade materna para o período avaliado.					
6-Numero de casos novos de AIDS em menores de 5 anos de Idade	0	Sem pactuação	0	0	0
Analise: Não houve registro de casos desse indicador, para o período avaliado.					
7-Razao de exames de Mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária	42	0,09	0,11	0,11	0,31
Analise: A meta, que aparentemente encontra-se abaixo do esperado, não é fidedigna, pois estes exames estão sendo ofertados com recursos próprios do município, devido a baixa oferta na rede estadual, fazendo com que o índice conste registro apenas nas bases locais e não na contagem oficial da SES/RS. Salienta-se ainda que o último quadrimestre foi o que houve o maior número de					

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 417 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

realização de mamografias, devido compreender o mês de outubro, onde há uma maior sensibilização das pacientes, decorrente aos atos alusivos ao outubro rosa..					
10-Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	13.2%	0	0,00	0	0
Analise: Não ocorreram casos de gravidez para esta faixa etária, no ano de 2022.					
11-Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica.		Sem pactuação	Não pactuado	Não pactuado	NP
Analise: Município não possui CAPS					
15-Cobertura de acompanhamento das condicionalidades da saúde do Programa Auxílio Brasil.	70,24%	Sem pactuação	76%	94,13	94,13
Analise: O município atingiu a meta pactuada na última vigência avaliada. A meta anual corresponde ao atingido no 2º semestre do ano.					
17-Taxa de notificações de agravos relacionados ao trabalho.	40	11,36	22,7	15,13	49,19
Analise: Meta anual atingida e superada.					
18-Percentual de óbitos relacionados ao trabalho investigados	100%	Sem pactuação	0	0	0
Analise: Não houve identificação de óbito relacionado ao trabalho no período avaliado. Fonte: BI RS					
Fonte: BI RS e registros internos.					

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 418 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

AVALIAÇÃO GERAL DAS DIRETRIZES:

De maneira geral as ações estão sendo realizados e as metas atingidas. Neste ano as principais dificuldades ainda continuam sendo alguns serviços que não foram ofertados neste período, por isso alguns indicadores e ações ficaram prejudicados no alcance da meta

2. Cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Uma das principais funções da LDO é estabelecer parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das metas e objetivos contemplados no PPA. é papel da LDO ajustar as ações de governo, previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa do Tesouro e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente.

No âmbito do Município, as metas priorizadas para 2022 na área da saúde foram as seguintes:

Meta Principal:

Saúde Pública que atende as necessidades dos seus Cidadãos:

Ações:

Manutenção dos programas existentes, Federal e estadual como ESF, ACS, PIM, Vigilância Sanitária e Epidemiológica;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 419 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

Farmácia Básica, Saúde Mental, Desempenho, Qualifar-SUS, PSE-Programa Saúde na Escola; Vacinação, Insumos Estratégicos – Atenção Básica; Saúde Bucal, Insumos Hospitalares, RBC Rede Bem cuidar;
-Manutenção e Conservação dos prédios das Unidades Sanitárias;
-Manter Convênio com pronto atendimento, laboratórios e clínicas para atender as Urgências da População;
-Manter Convenio com Consórcio Público de Saúde para atender as consultas e exames de especialidades e Urgências da População;
-Fortalecer o Plano Municipal de Saúde;
-Continuidade no transporte de pacientes e usuários do SUS para Porto Alegre e Região;
-Intensificar as Campanhas de Prevenção da Saúde do Homem e da Mulher;
- Capacitação das equipes da AB em Saúde Mental;
- Reformas da Unidade Básica de Saúde;
-Aquisição e manutenção de veículos e equipamentos
-Capacitação das equipes da AB em Saúde Mental pós Covid;
-Realizar Conferencia Municipal de Saúde para discussão dos Eixos temáticos propostos nas Conferencias a nível Nacional e Estadual, visando aprovar diretrizes, propostas e moções.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 420 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

3. Quanto à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde

Os municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos a que se referem o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o §3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

No caso, ocorreu a aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde em **19,45%.**

Foram computadas as despesas de custeio e capital, financiadas por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, com recursos da base vinculável, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam, simultaneamente, aos critérios de acesso universal, igualitário e gratuito, em conformidade com os objetivos e metas explicitados no Plano Municipal de Saúde, de responsabilidade específica do setor de saúde, e que se destinem a:

a) remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais de saúde;

b) aquisição, manutenção, construção e conservação das instalações e equipamentos necessários à saúde;

c) uso e manutenção de bens e serviços vinculados à saúde;

d) levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente o aprimoramento da qualidade e a expansão da saúde;

e) transferência, na forma da lei, para o setor privado, em contrapartida à prestação de serviços de saúde para a população;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 421 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 10 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

f) aquisição de produtos alimentícios, nutrientes, materiais médico-sanitários e demais materiais voltados especificamente à promoção, proteção e recuperação da saúde;

g) ações de saneamento básico associadas diretamente ao controle de vetores, ao subsistema de atenção à saúde e outros programas que venham a ser determinado pelo Conselho Nacional de Saúde;

h) realização de atividades-meio necessárias à implantação e manutenção das ações e serviços públicos de saúde;

4. Quanto às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde

Todos os recursos da Saúde, compreendendo os vinculados da receita de impostos e os recebidos da União ou do Estado (repasses do SUS), foram aplicados sob a fiscalização do Conselho de Saúde por meio de um fundo especial, o Fundo Municipal de Saúde. O Fundo garante que seus recursos financeiros tenham tratamento específico em relação aos da administração geral, possibilitando autonomia quanto à utilização e maior agilidade na sua alocação.

Os fundamentos legais do Fundo de Saúde estão inscritos no inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal e nas Leis Orgânicas da Saúde 8.080/90 e 8.142/90. A lei determina que o recurso depositado no Fundo de Saúde é movimentado pela direção do SUS em cada esfera de governo, e no âmbito dos Municípios a direção é exercida pela Secretaria de Saúde, na representação de seu gestor, o Secretário de Saúde (inciso III do artigo 9º e parágrafo 2º do artigo 32, da lei 8.080/90).

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 422 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

Ademais, o orçamento do Fundo de Saúde respeita as políticas e os programas de trabalho da Secretaria de Saúde, observando atentamente a agenda de Saúde, o Plano de Saúde, o Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os princípios da universalidade e do equilíbrio do Orçamento Público.

5. Quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados à saúde

A Lei de Responsabilidade Fiscal cria uma vinculação da receita de alienação dos bens que integram o patrimônio público (móveis, imóveis, intangíveis etc.) às despesas de capital, assim entendidas aquelas especificadas nos §§4º, 5º e 6º do art. 12, da Lei Federal nº 4.320/1964. A Exceção a esse regramento diz respeito à destinação dos recursos ao sistema previdenciário geral ou próprio dos servidores públicos.

Ademais, a receita orçamentária originada da alienação de bens somente poderá ser empregada em despesas de capital (investimentos, inversões financeiras ou transferências de capital) ou, se através de lei local, for autorizada a sua utilização de despesas correntes relacionadas a regime previdenciário geral (INSS) ou próprio dos servidores (RPPS), como, por exemplo, a contribuição previdenciária patronal ou a amortização do passivo atuarial.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 423 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

Cabe ressaltar, entretanto, que existe restrição quanto à utilização dos haveres da alienação de bens que foram adquiridos com recursos vinculados à Saúde, pois, como regra, os valores oriundos dessas alienações devem ser reaplicados dentro do respectivo órgão/unidade em que o bem estava tombado.

No caso do Município, os recursos oriundos da alienação de bens provenientes da saúde foram registrados no código de recurso vinculado 4002 – Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde e utilizados conforme disposto no art.44, da LRF.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página 424 | Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13 | Peça 5032771 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P029A20A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORUILHAS/RS

UCCI-Unidade de Controle Interno

PARECER

Diante do exposto, a Unidade Central de Controle Interno é de parecer que a aplicação dos recursos vinculados em ações e serviços públicos de saúde, foram adequadamente cumpridos.

No que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira, orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foram observadas. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

É o relatório e parecer.

Três Forquilhas, 16 de Março de 2023.

Maura Bobsin Aguiar Matrícula nº 090
Responsável pela UCCI

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD1.4B05.075F.67F2.139C.

Página
425
Processo
01070-0200/22-0
Página da peça
1
Peça
5032775
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P029A20E

Prefeitura Municipal de
Três Forquilhas



PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS FORQUILHAS

PERÍODO: 2022 – 2025

TRÊS FORQUILHAS – RS
2022

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

1 IDENTIFICAÇÃO

NOME DA ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS

NOME DOS MEMBROS DA EQUIPE: Rômulo Brehm Hoffmann, Francine Ribeiro Trisch, Daniela Dornelles Sparremberger, Silvete Magnus Kras, Caroline Pereira de Souza, José Dirceu Pereira Brando, Alexandra Vieira.

DATA DA ELABORAÇÃO: 01 de agosto de 2021 à 30 de abril de 2022

PERÍODO DE ABRANGENCIA DO PLANO: 2022 – 2025

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5032775

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20E

2 INTRODUÇÃO

2.1 METODOLOGIA

Para a realização do Plano Municipal da Saúde de Três Forquilhas/RS, foi adotada a experiência de metodologia de articulação entre Planejamento Estratégico de Saúde e o Orçamento.

O Plano de Saúde (plurianual) esta previsto na legislação do SUS, e deve formular a politica Municipal de Atenção à Saúde.

No Plano, devem estar explicitados os recursos orçamentários vinculados às ações planejadas bem como a origem desses recursos. As diretrizes apontadas devem nortear o gestor municipal sobre as ações de saúde que irá desenvolver, com a interação entre a percepção do governo e os interesses da sociedade. O processo de planejamento, desde a elaboração ate a sua implementação e avaliação de resultados tem sua diretriz consagrada pela Lei 8080/90 que especifica os princípios que devem orientar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde no âmbito do SUS.

A composição de equipe técnica para exercer as atividades de coleta de dados, organização e redação dos instrumentos de planejamento do plano municipal de saúde, programação e relatório anual de gestão será nomeada pelo Secretário Municipal da Saúde, constante no Item 1 do presente plano.

Considerando as diretrizes apontadas, foram definidos, discutidos e, aprovados, em reuniões, os conceitos abaixo que passaram a servir de parâmetro para o trabalho coordenado pelo grupo.

Esta equipe, formada por profissionais de carreira e de Assessoria contratada, representando os departamentos da SMS, conclui a Programação Plurianual de Saúde e os Relatórios Anuais de Gestão de 2021, com a discussão e aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.

2.2 ASPECTOS GERAIS

A disponibilidade de informação apoiada em dados validos e confiáveis é condição essencial para analise objetiva da situação Epidemiológica e Sanitária, assim como para a tomada de decisões baseadas em evidências e para a programação de ações de saúde. Os indicadores do estado de saúde da população é uma importyante ferramenta em saúde pública, iniciada com o registro sistemático de dados de mortalidade e de sobrevivência. Com os avanços obtidos no controle das doenças infecciosas e a melhor compreensão do conceito de saúde e de seus determinantes populacionais, a análise da situação epidemiológica e sanitária passou a incorporar outras dimensões do estado de saúde, medidas por dados de morbidade, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais.

Os indicadores de saúde foram desenvolvidos para facilitar a quantificação e a avaliação das informações produzidas com tal finalidade.

Em termos gerais, os indicadores são medidas-síntese que contem informação relevante sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde, bem como do desempenho do sistema de saúde. Vistos em conjunto, devem refletir a situação

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

sanitária e epidemiológica de uma população a servir para a vigilância das condições de saúde. A construção de um indicador é um processo cuja complexidade pode variar desde a simples contagem direta de casos de determinada doença, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados, como a expectativa de vida ao nascer.

Outros atributos de qualidade de um indicador são sua mensurabilidade (basear-se em dados disponíveis ou fáceis de conseguir), relevância (responder a prioridade de saúde) e custo-efetividade (os resultados justificam o investimento de tempo e recursos). É desejável que os indicadores possam ser analisados e interpretados com facilidade, e que sejam compreensíveis pelos usuários da informação, especialmente gerentes, gestores e os que atuam no controle social de sistema de saúde.

2.3 JUSTIFICATIVA

Os princípios do Sistema Único de Saúde da universalidade do acesso e de integralidade da atenção;

A necessidade de planejar e organizar as ações administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Três Forquilhas, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e necessários, para que os objetivos propostos sejam alcançados com o mínimo de custos;

A importância de racionalizar ações para o desenvolvimento harmonioso, organizado e de qualidade, entendendo ao disposto nas normas operacionais de assistência a saúde – NOAS – Ato Portaria nº 373 em 27 de fevereiro de 2002;

A importância de incentivar os Gestores, os profissionais, os responsáveis pela saúde da população a organizarem e desenvolverem companhas e atividades permanentes em parceria com outras instituições e com os poderes públicos possibilitando cada vez mais a melhoria das condições de saúde dos usuários do sistema único de saúde;

O entendimento que na organização do SUS também se faz necessário e urgente as transformações no sentido de aproveitamento nos avanços da tecnologia, traduzindo-se em mudanças nos comportamentos pessoais e sociais, fomentando novas formas de pensar, agir e relacionar-se, elevando princípios morais e éticos no atendimento aos pacientes e usuários;

A necessidade de buscar a consolidação e o desenvolvimento de um atendimento de qualidade em serviços, na prevenção e erradicação de doenças, na orientação aos usuários, na melhoria e qualificação dos profissionais da área da saúde, no aumento das condições físicas, de recursos, de equipamentos e de pessoal;

É imprescindível projetar o futuro através de um planejamento que defina metas e estratégias atingíveis, principalmente ampliando os meios aos município no âmbito da atenção primária, no estabelecimento de um processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e na busca de maior equidade, criando mecanismo para o fortalecimento da capacidade de gestão do

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

sistema único de saúde e procedendo atualização dos critérios de habilitação do município.

2.4 OBJETIVO GERAL

Garantir acesso a assistência à saúde para todos os habitantes de Três Forquilhas, através de um modelo de atendimento humanizado, baseado nos princípios do SUS, considerando o perfil epidemiológico local.

2.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Organizar as ações administrativas da Secretaria Municipal da Saúde a fim de atingir os objetivos propostos com otimização de recursos energéticos e tempo;
- Elaborar ações para o desenvolvimento de um trabalho harmonioso e de qualidade;
- Incentivar os profissionais, funcionários, gestores da área da saúde, a organizarem e desenvolverem campanhas, projetos, atividades e ações permanentes e transformadoras de acordo com a realidade local;
- Adequar a organização do sistema único de saúde – SUS às mudanças sociais decorrentes dos avanços tecnológicos e científicos que impõem novas formas de pensar, agir e de relacionar-se
- Buscar a consolidação e o desenvolvimento do atendimento as ações primárias de saúde, através de serviços qualificados, visando a satisfação do usuário do SUS e a resolutividade dos agravos de saúde identificados no Município de Três Forquilhas;
- Contemplar a agenda de saúde municipal, harmonizada com as agendas nacional e estadual, bem como o quadro de metas, mediante o qual será efetuado o acompanhamento nos Relatórios de Gestão;
- Utilizar o Plano Municipal de Saúde como norteador das ações de saúde no âmbito municipal.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5032775

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20E

3 APRESENTAÇÃO

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

O município de Três Forquilhas, com área de 217,3 km^2, situado no litoral norte do Rio Grande Do Sul, distando 160 km da capital Porto Alegre, é uma região com rios, montanhas, terras férteis, vegetação preservada e integra a região de Belas Praias, pertencente à 18ª Coordenadoria Regional de Saúde.

O local, que atualmente possui uma densidade demográfica de 13,41 hab/km^2, teve a instalação de um grupo de 146 pessoas que chegaram em Torres em 17 de novembro de 1826. Esses colonizadores alemães agregaram-se aos nativos, portugueses e de outras nacionalidades e etnias, compondo esta comunidade totalmente integrada.

O desmembramento do distrito em relação a Torres, ocorreu em 20 de março de 1992, instalando o Município a partir de 1° de janeiro de 1993.

O nome do município decorre da confluência de três braços de rios a que se denominou Três Forquilhas.

O município de Três Forquilhas está inserido na área de Mata Atlântica, e sua economia está alicerçada em pequenas colônias hortigranjeiras, criação de bovinos, fábrica de cerâmica, alambiques, fábrica de enlatados e um diversificado comércio em desenvolvimento.

A estrutura da Secretaria Municipal da Saúde é de uma Unidades Básica de Saúde (UBS) com apoio de uma segunda UBS vinculada ao mesmo CNES, situada em uma região mais remota da sede, facilitando o acesso, e atende uma população de 2.914 habitantes, conforme o último censo demográfico de 2010, ou 2643 pessoas se observada a estimativa para o ano de 2021, com Expectativa de Vida ao Nascer de 73,80 anos.

Atendendo requisitos preconizados pelo ministério da saúde, a rede dispõe de médicos pediatra, clínico geral, ginecologista, medicina interna/cardiologia, cirurgia dermatológica de pequeno porte, cirurgião dentista, fonoaudióloga, psicóloga, fisioterapeuta, nutricionista, serviço de enfermagem com enfermeira obstetra e enfermeira estomaterapeuta, técnicos de enfermagem, e agentes comunitários de saúde e visitadores do PIM. As consultas médicas atendem um quantitativo mínimo de duas consultas/habitante/ano, além de atendimento continuado a pacientes com doenças crônicas e degenerativas,

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

pacientes com doenças transmissíveis e não-transmissíveis, de risco cardiovascular, pré-natal, sala de vacinas e imunização, dois gabinetes odontológicos, RX odontológico, atendimentos domiciliares para pessoas com mobilidade reduzida, reabilitação física em atenção primária, atendimento a pessoas com necessidades especiais, entre outros.

Para a manutenção destes serviços, a gestão municipal realiza constantemente investimentos em infra-estrutura, aquisição e reposição de equipamentos de uso médico- hospitalar, instrumentais e renovação de frota veicular.

A Política Municipal de Saúde Pública é gerida pela Secretaria Municipal da Saúde. Na UBS diversas equipes trabalham simultaneamente para garantir que a comunidade esteja coberta nas tantas áreas da saúde pública. O município tem a adesão a vários Programas, Projetos e Serviços, os quais ampliam e qualificam os atendimentos a população.

No que se refere à política de saúde mental, no município, a atenção primária é a porta de entrada de todo o sistema de saúde. A identificação e atendimentos em saúde mental são realizados pela equipe da Unidade Básica de Saúde/UBS e da ESF (Estratégia Saúde da Família) com suporte de uma Psicóloga e uma psiquiatra em vias de contratação.

3.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

POPULAÇÃO RESIDENTE, SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICILIO.			
Homens	**1.512**	**Urbana**	2.531
Mulheres	**1.402**	**Rural**	383
Total	2.914		2.914

Fonte: IBGE/Censo (2010)

3.3 POPULAÇÃO RESIDENTE

POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETARIA E SEXO				
Faixa etária	***Masculino***	***Feminino***	***Total***	*%*
0 a 4 anos	90	65	155	**5,32**
5 a 9 anos	103	91	194	**6,66**
10 a 14 anos	137	114	251	**8,61**
15 a 19 anos	116	110	226	**7,75**
20 a 24 anos	89	87	176	**6,05**
25 a 29 anos	98	85	183	**6,28**

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

30 a 39 anos	200	198	398	**13,66**
40 a 49 anos	263	206	469	**16,09**
50 a 59 anos	171	171	342	**11,74**
60 a 69 anos	134	151	285	**9,78**
70 ou mais	111	124	235	**8,06**
Total	1.512	1.402	2.914	100

Fonte: IBGE/Censo (2010)

A distribuição da população por idade indica uma pequena proporção de jovens e grande proporção de adultos com mais de 39 anos, ao contrário da média nacional, e o envelhecimento da população. Quanto ao gênero, a distribuição é um pouco equilibrada.

O quadro anterior sugere que os gestores do sistema de saúde devem estar atentos às novas demandas que surgem no bojo desse processo de envelhecimento populacional.

3.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

PLANO PLURIANUAL 2022 - 2025

Tabela 09 - Avaliação Global de Valores Disponíveis para as Diretrizes, Objetivos e Metas do PPA

DISCRIMINAÇÃO				
RECEITA	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Receitas totais estimadas	19.574.396,62	19.896.660,62	18.834.937,33	19.660.415,77
(-) Valores vinculados às Diretrizes, Objetivos e Metas da EDUCAÇÃO	3.361.280,45	3.444.955,27	3.474.556,46	3.505.159,68
(-) Valores vinculados às Diretrizes, Objetivos e Metas da SAÚDE	3.064.594,92	3.319.723,37	3.283.225,02	3.258.998,24
(-) Valores vinculados às Diretrizes, Objetivos e Metas da ASSISTÊNCIA SOCIAL	187.257,97	181.931,13	164.333,25	183.549,47
(-) Valores vinculados às Diretrizes, Objetivos e Metas do RPPS	4.925.187,24	4.503.660,82	4.259.561,62	4.709.269,21
(-) Valores vinculados às Diretrizes, Objetivos e Metas do Poder Legislativo	979.650,00	910.166,62	984.375,44	958.697,27
RECURSOS DISPONÍVEIS PARA AS DEMAIS ÁREAS	**8.334.286,26**	**9.193.339,31**	**8.509.027,40**	**8.688.843,84**

Estimativas de Gastos Fixos / Obrigatórios - Demais Áreas	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Pessoal e Encargos Sociais - Demais Áreas	2.979.322,77	3.119.712,96	3.268.618,20	3.222.785,21
Juros e Encargos da Dívida - Demais Áreas	-	-	-	-
Outros Benef.Assistênciais - Demais Áreas	16.143,42	21.584,19	20.036,12	19.872,65
Auxílio - Alimentação - Demais Áreas	-	-	-	-
Obrigações Tributárias e Contributivas -Demais Áreas	136.859,68	138.516,03	139.489,78	142.727,56
Sentenças Judiciais - Demais Áreas	155.121,57	153.693,43	140.673,24	154.638,94
Indenizações e Restituições - Demais Áreas	470,52	217,17	271,05	329,84
Amortização da Dívida - Demais Áreas	438.797,90	443.529,73	431.109,21	437.812,28
Subtotal - Gastos Fixos / Obrigatórios	**3.726.715,86**	**3.877.253,51**	**4.000.197,59**	**3.978.166,47**
Valor passível de alocação para demais diretrizes, objetivos e metas.	**5.033.235,73**	**5.661.583,62**	**4.853.156,64**	**5.085.596,98**

3.5 ASPECTOS EDUCACIONAIS

CENSO ESCOLAR – SINOPSE ANO 2020

Nº DE MATRICULAS	MUNICIPAL	ESTADUAL
Ensino Infantil	**103**	**-**
• **Creche**	49	-
• **Pré-escola**	54	-

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Ensino Fundamental	**173**	**197**
• **1º ano**	13	23
• **2º ano**	14	17
• **3º ano**	11	22
• **4º ano**	18	20
• **5º ano**	27	21
• **6º ano**	30	20
• **7º ano**	20	27
• **8º ano**	22	24
• **9º ano**	18	23
Ensino Médio	**-**	**99**
• **1º ano**	-	49
• **2º ano**	-	30
• **3º ano**	-	20

Fonte: [1]

DOCENTES	**MUNICIPAL**	**ESTADUAL**
Ensino Infantil		
• **Creche**	06	-
• **Pré-escola**	07	-
Ensino Fundamental		
• **Anos Iniciais**	20	7
• **Anos Finais**	18	12
Ensino Médio	-	14

Fonte: [1]

ESCOLAS	**MUNICIPAL**	**ESTADUAL**
Ensino Infantil		
• **Creche**	01	-
• **Pré-escola**	03	-
Ensino Fundamental		
• **Anos Iniciais**	04	01
• **Anos Finais**	03	01
Ensino Médio	-	01

Fonte: [1]

[1] INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2020. Brasília: Inep, 2021. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 25.06.2021.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Processo
01070-0200/22-0

Página da peça
10

Peça
5032775

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20E

3.6 DESENVOLVIMENTO HUMANO

Dados Gerais	
Densidade demográfica	**13,41 hab/km²**
Razão de sexo – nº de homens por mulheres	**1,08 hom/mul**
Arborização das vias públicas	**54,7 %**
Índice de desenvolvimento humano – IDH (2010)	**0,662**
Índice de exclusão social	**0,38**
Analfabetismo	**12,7**
Proporção de idosos (mais de 60 anos)	**17,33%**

Fonte: IBGE/Censo (2010)

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5032775

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20E

4 FORTALECIMENTO DAS INSTANCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

4.1 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Em 28/12/1993 é instituído o Conselho Municipal de Saúde, através da Lei de criação nº 067/93.

O Conselho Municipal de Saúde – CMS é um órgão deliberativo e paritário, colegiado com representantes da população, governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e entidades de saúde. O regimento interno foi elaborado em reuniões que se sucederam, em 09 de novembro de 2009.

Este trabalho foi realizado por um pequeno grupo escolhido em Assembleia Geral e depois submetido à discussão e aprovação dos demais membros em reunião extraordinária. O regimento interno foi baseado em modelos de outros municípios, com adaptações entendidos necessários. Foi dispensado um exemplar da proposta elaborada a cada membro, que teve tempo de estuda-lo até a data de sua homologação, quando foi discutido por emendas de consenso até seu resultado final como hoje se encontra.

O conselho municipal de saúde tem como atividade fim, assessorar a administração com orientações, planejamento, interpretação, julgamento e fiscalização de sua competência, além de coordenar as ações integradas de saúde.

Periodicidade das reuniões: mensais, quando necessárias realizadas reuniões extraordinárias. As reuniões do conselho Municipal de Saúde são realizadas junto ao prédio da Secretaria Municipal de Saúde.

A média das presenças nas reuniões corresponde a aproximadamente 70% do total dos membros, onde as reuniões são lavradas em Ata, lida e aprovada com posterior assinatura dos membros presentes.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5032775

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20E

5 FINANCIAMENTO DO SUS

5.1 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Lei de criação nº 068/1993, recentemente estruturada através da Lei Municipal nº 1090/2010.

O Fundo Municipal de Saúde (FMS) funciona como uma unidade orçamentaria dentro do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e possui CNPJ próprio.

As fundamentações legais estão na Constituição Federal (art. 77. Paragrafo 3 do ADCT), LEI 8142/90, Decreto 1232/94, Portaria GM/MS2048/09, IN/SRF/RFB 748/2007 e Resolução CNS 322/03. Os recursos destinados as ações e serviços de saúde devem ser aplicados por meio dos fundos de saúde, observada a regulamentação da Receita Federal, relativa a inscrição no CNPJ, que exige a inscrição dos Fundos públicos de natureza meramente Contábil e conta Bancaria própria onde mensalmente é repassado o percentual destinado, ou seja, mínimo de 15% dos recursos próprios.

Os gastos são empenhados em rubricas específicas do Fundo Municipal de Saúde onde todos os gastos são analisados e aprovados pelo conselho Municipal de Saúde e monitorado no programa MGS – Monitoramento da Gestão em Saúde.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Processo 01070-0200/22-0

Peça 5032775

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20E

6 RELAÇÃO DE DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES

DIRETRIZ Nº 1 - Rede de Atenção à Saúde

OBJETIVO Nº 1.1 - Alimentar, erradicar a fome e promover a saúde comunitária.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2022	2023	2024	2025
1.1.1	Construir hortas comunitárias, envolvendo profissionais da saúde, escola e comunidade, reduzindo o lixo, incentivando a alimentação saudável, a promoção de saúde e aumentando o cuidado da população para com o município, permitindo o consumo de produtos orgânicos por parte da população e na merenda escolar.	Número de hortas construídas no município, no período.	3	2022	Número	3	Número	0	1	1	1
1.1.2	Construir hortas medicinais nas UBS para apropriação e uso da comunidade e implementar as atividades como os fitoterápicos, de modo a aperfeiçoar formação e qualificação de profissionais para melhor orientar as pessoas sobre o uso dos mesmos.	Número de hortas medicinais construídas no período	2	2022	Número	2	Número	0	0	1	1

OBJETIVO Nº 1.2 - Educar em saúde e para saúde

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2022	2023	2024	2025
1.2.1	Implantar sistema de educação continuada ao funcionário admitido por todo tipo de contrato de trabalho no objetivo de conhecer os fluxos da secretaria da saúde e as atribuições do cargo.	Sistema de educação continuada implantado no período	1	2022	Número	1	Número	0	0	0	1
1.2.2	Capacitar a enfermagem sobre curativos especiais, atendimentos de urgência e emergência, como curso de APH e BLS, entre outros.	Número de capacitações ofertados à enfermagem válido por dois anos.	2	2022	Número	2	Número	1	0	1	0
1.2.3	Ampliar a educação permanente dos profissionais da atenção primária no campo da saúde mental.	Número de participações de eventos com objetivo de atualizar o conhecimento no campo da saúde mental frequentado por participantes da equipe no período avaliado.	4	2022	Número	4	Número	1	1	1	1
1.2.4	Capacitar os profissionais em Vigilância em Saúde, comunicação de risco, assistência e preparação para enfrentamento de pandemias.	Número de capacitações realizadas no período avaliado.	2	2022	Número	2	Número	0	1	0	1

OBJETIVO Nº 1.3 - Fortalecer as redes de atenção à saúde, reduzir riscos e agravos, através de ações de proteção, prevenção e vigilância em saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2022	2023	2024	2025
1.3.1	Contratar e manter profissional nutricionista e educador físico para SMS.	Número mínimo de profissionais de cada área atuando.	1	2022	Número	1	Número	1	1	1	1

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

1.3.2	Organizar grupos para ações de promoção e prevenção à saúde nas comunidades, juntamente com Agentes Comunitários de Saúde, profissionais de Educação Física e Nutrição, bem como organizar grupos de Hiperdia e Gestantes.	Número mínimo de grupos criados de Hiperdia e Gestantes	1	2022	Número	1	Número	1	1	1	1
1.3.3	Investir os recursos das vigilâncias para que possam atender às necessidades de saúde, garantindo a promoção/prevenção e reabilitação de saúde.	Percentual dos recurso vinculado investido na respectiva área.	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.3.4	Criar banco de dados das pessoas com deficiência e doenças crônicas a fim de fortalecer políticas públicas com objetivo de reduzir a morbimortalidade e as manifestações secundárias, melhorando a qualidade de vida e desenvolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico precoce e cuidados paliativos.	Número de banco de dados criados e mantidos a cada ano do período.	-	2022	Número	1	Número	-	-	1	-

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

1.3.5	Promover a saúde integral aos adolescentes e crianças na perspectiva de fortalecimento do Programa Saúde Na Escola (PSE), garantir ações de saúde bucal e atendimento conforme suas características, respeitando as suas particularidades, abordando questões da sexualidade, prevenção às IST e HIV/AIDS, gravidez na adolescência, orientados pelo estatuto da criança e do adolescente.	Número de grupo com profissionais multidisciplinares, criado pela SMS, para atuar em cada uma das escolas pactuadas no âmbito do PSE.	1	2022	Número	1	Número	1	1	1	1
1.3.6	Implementar a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT) no município.	Número de equipes AMENT em atuação no município.	1	2022	Número	1	Número	1	1	1	1
1.3.7	Garantir por meio de estratégias de comunicação, a mobilização da população e a orientação sobre medidas de contenção e de mitigação mais apropriadas em casos de Emergência em Saúde Pública.	Número mínimo de estratégias de comunicação para cada um dos formatos a seguir: mídia digital, mídia impressa, rádio comunitária.	1	2022	Número	1	Número	1	1	1	1

OBJETIVO Nº 1.4 - Garantir a atenção integral à saúde de pessoas e comunidades em vulnerabilidade social.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2022	2023	2024	2025
1.4.1	Assegurar a implementação das políticas da equidade com vistas a promoção da saúde, superação de preconceitos e estigmas relacionados à: raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e pessoas com deficiência.	Número mínimo de vezes que o conceito de equidade sobre os temas propostos foi abordado no âmbito da SMS para a população geral.	1	2022	Número	1	Número	1	1	1	1
1.4.2	Promover as políticas nacionais no âmbito municipal, para população LGBTQIA+ e pessoas que convivem com HIV/AIDS no município.	Número mínimo de profissional da saúde com carga horária protegida para desenvolver cada uma das políticas no período.	2	2022	Número	2	Número	2	2	2	2
1.4.3	Garantir o fornecimento necessário de fraldas para idosos e pessoas com deficiência.	Percentual de pessoas elegíveis atendidas no programa de distribuição de fraldas.	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

OBJETIVO Nº 1.5 - Garantir a assistência farmacêutica e instruir o uso racional de medicamentos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2022	2023	2024	2025
1.5.1	Criar espaço para debate sobre saúde mental, uso racional de medicamentos, discutir viabilidade de substituir o processo de medicalização por práticas integrativas e complementares e outras formas terapêuticas não medicamentosas.	Número de conferências de saúde mental realizada no período.	2	2022	Número	2	Número	0	1	0	1
1.5.2	Assegurar a disponibilidade de medicamentos básicos conforme RENAME.	Número de licitações realizadas que garantam o fornecimento anual e contendo todos medicamentos básicos com demanda no município.	1	2022	Número	4	Número	1	1	1	1
1.5.3	Construir e atualizar REMUME e protocolo de dispensação de medicamentos não básicos.	REMUME e protocolo de dispensação elaborada, atualizada e aprovada para o quadriênio.	2	2022	Número	2	Número	0	1	0	1
1.5.4	Adquirir e dispensar medicamentos judicializados.	Percentual de atendimento às demandas judiciais em assistência farmacêutica expedidas em definitivo contra o município.	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

OBJETIVO Nº 1.6 - Monitorar e avaliar permanentemente indicadores, serviços e ações na APS.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2022	2023	2024	2025
1.6.1	Manter cobertura populacional da ESF.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

1.6.2	Inserir e acompanhar a regulação de pacientes nos sistemas GERCON, SISREG e rede contratualizada pela SES para serviços e consultas de MAC.	Proporção de pacientes inseridos e acompanhados em relação à essa demanda.	100,00	2022	Proporção	100,00	Proporção	100,00	100,00	100,00	100,00
1.6.3	Aumentar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
1.6.4	Ampliar a cobertura do PIM	Cobertura estimada da equipe do PIM	30,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	30,00	50,00	70,00	100,00
1.6.5	Ampliar o acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil.	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil referente ao segundo semestre de cada ano.	80,00	2022	Percentual	95,00	Percentual	80,00	85,00	90,00	95,00
1.6.6	Manter preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00	2022	Proporção	100,00	Proporção	100,00	100,00	100,00	100,00
1.6.7	Manter percentual preconizado das vacinas do calendário nacional de vacinação infantil.	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	95,00	2022	Proporção	95,00	Proporção	95,00	95,00	95,00	95,00
1.6.8	Aumentar razão de mamografias para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos na população residente do município e população da mesma faixa etária.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	58,00	2022	Razão	65,00	Razão	58,00	60,00	62,00	65,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

1.6.9	Aumentar a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrada em até 60 dias após notificação.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	80,00	2022	Proporção	80,00	Proporção	80,00	83,00	86,00	90,00

OBJETIVO Nº 1.7 - Monitorar indicadores do Previne Brasil

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2022	2023	2024	2025
1.7.1	Realizar pelo menos seis consultas pré-natal em gestantes, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	Proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	45,00	2022	Proporção	90,00	Proporção	45,00	60,00	80,00	90,00
1.7.2	Realizar exames para sífilis e HIV em gestantes.	Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	60,00	2022	Proporção	90,00	Proporção	60,00	70,00	80,00	90,00
1.7.3	Realizar atendimento odontológico em gestantes	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	60,00	2022	Proporção	90,00	Proporção	60,00	70,00	80,00	90,00
1.7.4	Realizar coleta de citopatológico em mulheres na APS	Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS	40,00	2022	Proporção	80,00	Proporção	40,00	60,00	70,00	80,00
1.7.5	Realizar vacinas contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada em crianças de um ano de idade, na APS.	Proporção de crianças de um ano de idade vacinadas na APS contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada	95,00	2022	Proporção	95,00	Proporção	95,00	95,00	95,00	95,00
1.7.6	Realizar consulta e aferição de pressão arterial no semestre, em pessoas com hipertensão.	Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre	50,00	2022	Proporção	90,00	Proporção	50,00	60,00	70,00	90,00
1.7.7	Realizar consulta e solicitar hemoglobina glicada, em pessoas com diabetes, no semestre.	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre	50,00	2022	Proporção	90,00	Proporção	50,00	60,00	70,00	90,00
1.7.8	Elevar Nota ISF	Nota atribuída ao Índice ISF do Previne Brasil	6	2022	Número	9	Número	6	7	8	9

DIRETRIZ Nº 2 - Gestão em Saúde

OBJETIVO Nº 2.1 - Promover ações administrativas da SMS com impacto nos processos de trabalho

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento	Indicador (Linha-Base)	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
						2022	2023	2024	2025

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

		e avaliação da meta	Valor	Ano	Unidade de Medida					
2.1.1	Propor projeto a fim de obter insalubridade para todos os servidores que possuem direito ao benefício.	Elaboração de projeto de lei municipal para implementação de insalubridade aos servidores da saúde elegíveis.	1	2022	Número	1	Número	0	1	0	0
2.1.2	Viabilizar junto a gestão municipal a garantia de pagamento do piso salarial dos profissionais da saúde, conforme legislação vigente.	Alteração do regime jurídico municipal para pagamento do piso salarial de profissionais da saúde elegíveis.	1	2022	Número	1	Número	0	1	0	0
2.1.3	Fornecer uniformes (jalecos, coletes, jaquetas, camisetas) aos trabalhadores da saúde, com a devida identificação profissional.	Percentual de funcionários da saúde uniformizados.	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.4	Renovar frota de veículos com capacidade para 5 pessoas.	Veículos novos adquiridos	3	2022	Número	3	Número	3	0	0	0
2.1.5	Manter estoque mínimo de 30% de materiais de higiene e consumo, materias médico-hospitalares e farmacológicos necessários para atendimento e funcionamento da SMS.	Proporção mínima estimada em estoque de materiais, com relação ao esperado para o período.	30,00	2022	Proporção	30,00	Proporção	30,00	30,00	30,00	30,00
2.1.6	Manter contratação de profissionais conforme demanda da SMS.	Percentual de profissionais contratados para substituição por vacância.	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.7	Garantir o funcionamento de serviços essenciais para funcionamento da SMS (Água/Luz/Internet/Telefonia/Segurança)	Proporção dos serviços em funcionamento pleno.	100,00	2022	Proporção	100,00	Proporção	100,00	100,00	100,00	100,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

2.1.8	Manter sistema informatizado para gestão da SMS e todos os seus setores.	Proporção dos sistemas em atividade plena.	100,00	2022	Proporção	100,00	Proporção	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.9	Monitorar e avaliar os instrumentos de gestão quadrimestralmente	Percentual de instrumentos de gestão monitorados e avaliados quadrimestralmente.	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.10	Firmar, manter e fiscalizar contratos entre município e prestadores de serviços de saúde.	Proporção de contratos mantidos e fiscalizados em relação aos firmados.	100,00	2022	Proporção	100,00	Proporção	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.11	Manter e ampliar o funcionamento dos atendimentos da policlínica da SMS.	Atividade da policlínica da SMS.	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.12	Contratar agente comunitário de endemias.	Número de Agentes de Endemia contratado no período.	1	2022	Número	1	Número	1	0	0	0
2.1.13	Aplicar os recursos destinados às comunidades quilombolas de acordo com plano construído entre SMS, SES e representante legal da comunidade.	Proporção de recursos quilombolas aplicados conforme plano.	100,00	2022	Proporção	100,00	Proporção	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.14	Fortalecer a organização e a infra-estrutura das UBS e dos demais níveis de resposta para o enfrentamento de situações de Emergência de saúde Pública.	Número de ações de fortalecimento.	1	2022	Número	4	Número	1	1	1	1
2.1.15	Investir na saúde o percentual da receita municipal conforme legislação vigente.	Percentual mínimo de recursos próprios da administração municipal investidos em saúde.	15,00	2022	Percentual	15,00	Percentual	15,00	15,00	15,00	15,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

2.1.16	Adquirir e manter equipamentos, mobiliários e material permanente conforme a necessidade da secretaria municipal de saúde.	Percentual atingido pelo município.	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.17	Inspecionar, limpar e manter em dia os itens indispensáveis ao fornecimento de alvará sanitário das dependências da SMS.	Proporção de inspeções, limpezas e manutenções realizadas.	100,00	2022	Proporção	100,00	Proporção	100,00	100,00	100,00	100,00
2.1.18	Acessibilizar as edificações da SMS.	Proporção de edificações com acessibilidade conforme norma vigente.	50,00	2022	Proporção	100,00	Proporção	50,00	100,00	100,00	100,00
2.1.19	Montar e manter almoxarifado central para controle e dispensa de medicamentos e correlatos	Número de almoxarifados em operação para cada ano do período.	1	2022	Número	1	Número	1	1	1	1

OBJETIVO Nº 2.2 - Integrar os entes municipais e seus respectivos conselhos.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2022	2023	2024	2025
2.2.1	Fortalecer a integração com diferentes secretarias, como assistência social, educação, agricultura, entre outras, visando a ampliação das ações em saúde.	Número de ações de fortalecimento.	4	2022	Número	4	Número	1	1	1	1
2.2.2	Fortalecer os Conselhos de Saúde na defesa de políticas públicas e da democracia, garantindo a participação da sociedade civil, de modo a assegurar e estimular a participação social como um dos princípios ideológicos do SUS, e manter o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde em todas as esferas.	Número de ações de fortalecimento para cada ano do período.	4	2022	Número	4	Número	1	1	1	1

OBJETIVO Nº 2.3 - Ampliar e conservar a estrutura física interna externa do conjunto de estabelecimentos que compõe a secretaria da saúde (postos, administrativo, farmácia e anexos).

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2022	2023	2024	2025
2.3.1	Realizar manutenção de pintura de paredes internas e externas	Proporção de manutenções realizadas para cada ano.	30,00	2022	Proporção	100,00	Proporção	30,00	60,00	90,00	100,00
2.3.2	Ampliar estrutura física do Posto da UBS da sede.	Número de ampliações para cada ano do período.	1	2022	Número	1	Número	0	1	0	0
2.3.3	Construir nova instalação para farmácia municipal.	Número de instalações novas construídas exclusivamente para farmácia municipal.	1	2022	Número	1	Número	1	0	0	0
2.3.4	Realizar reformas nas calçadas externas das UBS.	Número de reformas nas calçadas da UBS realizadas.	1	2022	Número	1	Número	0	1	0	0

DIRETRIZ Nº 3 - Vigilância em Saúde

OBJETIVO Nº 3.1 - Promover Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida	Meta Prevista			
			Valor	Ano	Unidade de Medida			2022	2023	2024	2025
3.1.1	Intensificar a visitação nas residências, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos para prevenção e combate à dengue.	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	12	2022	Número	12	Número	3,00	3,00	3,00	3,00
3.1.2	Ampliar busca ativa de usuários que deixaram de se vacinar para a COVID-19 de acordo com seus grupo prioritários e respectivas faixas etárias.	Percentual de busca ativa de elegíveis à vacinação ausentes	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.3	Atualizar plano de coleta de resíduos de serviços de saúde públicos e privados.	Número de atualizações no quadriênio	2	-	Número	2	Número	0	1	0	1

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

3.1.4	Atualizar plano de contingência da dengue.	Número de atualizações no quadriênio	2	2022	Número	2	Número	1	0	1	0
3.1.5	Acompanhar todos os casos tuberculose extrapulmonar e pulmonar bacilífera.	Percentual de casos de tuberculose acompanhados	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.6	Manter preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Percentual de preenchimento do campo ocupação em relação ao total de notificações realizadas	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.7	Realizar investigação de óbito em tempo oportuno quando preconizado.	Percentual de investigações em relação ao número de óbitos a serem investigados	100,00	2022	Percentual	100,00	Percentual	100,00	100,00	100,00	100,00
3.1.8	Manter o cadastro dos sistemas e soluções de abastecimento de água.	Número de sistemas contendo cadastros atualizados no município	4	2022	Número	4	Número	1	1	1	1
3.1.9	Manter análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	95,00	2022	Proporção	95,00	Proporção	95,00	95,00	95,00	95,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Processo
01070-0200/22-0

Página da peça
27

Peça
5032775

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20E

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Saúde visa ser referência central ao funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, do Conselho, e guia para relatórios de gestão.

O conjunto de objetivos, produtos e atividades, contidos neste Plano, consolidam as tendências de desenvolvimento do Sistema Municipal de Saúde. Superando algumas deficiências, que ainda existem, e considerando como objetivo central, em sua organização, a construção do Sistema Integrado de Saúde volta-se para a ampliação do acesso e aumento da resolutividade nas ações e serviços de saúde em nosso município.

Ressaltamos que os resultados que esse conjunto de usuários, colaboradores e instituições são capazes de produzir para a população, refletirá nos indicadores de qualidade de vida e saúde de Três Forquilhas.

Loraci Melo Germann
Prefeita Municipal

Rômulo Brehm Hoffmann
Secretário Municipal da Saúde

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9AE3.D4AA.FBE9.62F4.FE12.

Processo 01070-0200/22-0

Resumo da Programação Anual de Saúde - 2022

Município: Três Forquilhas - RS

Região de Saúde: Região 04 - Belas Praias

Período do Plano de Saúde: 2022-2025

Data de finalização: 30/06/2022 10:47:25

Status da PAS: Aprovado

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Relação de Diretrizes, Objetivos, Metas Anualizadas e Indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Rede de Atenção à Saúde

OBJETIVO Nº 1.1 - Alimentar, erradicar a fome e promover a saúde comunitária.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.1.1	Construir hortas comunitárias, envolvendo profissionais da saúde, escola e comunidade, reduzindo o lixo, incentivando a alimentação saudável, a promoção de saúde e aumentando o cuidado da população para com o município, permitindo o consumo de produtos orgânicos por parte da população e na merenda escolar.	Número de hortas construídas no município, no período.	3	2022	Número	0	3	Número
Ação Nº 1 - Construção de hortas comunitárias								
1.1.2	Construir hortas medicinais nas UBS para apropriação e uso da comunidade e implementar as atividades como os fitoterápicos, de modo a aperfeiçoar formação e qualificação de profissionais para melhor orientar as pessoas sobre o uso dos mesmos.	Número de hortas medicinais construídas no período	2	2022	Número	0	2	Número
Ação Nº 1 - Construindo hortas medicinais nas UBS para apropriação e uso da comunidade e implementar as atividades como os fitoterápicos, de modo a aperfeiçoar formação e qualificação de profissionais para melhor orientar as pessoas sobre o uso dos mesmos.								

OBJETIVO Nº 1.2 - Educar em saúde e para saúde

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 2

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.2.1	Implantar sistema de educação continuada ao funcionário admitido por todo tipo de contrato de trabalho no objetivo de conhecer os fluxos da secretaria da saúde e as atribuições do cargo.	Sistema de educação continuada implantado no período	1	2022	Número	0	1	Número
Ação Nº 1 - Implantando sistema de educação continuada ao funcionário admitido por todo tipo de contrato de trabalho no objetivo de conhecer os fluxos da secretaria da saúde e as atribuições do cargo.								
1.2.2	Capacitar a enfermagem sobre curativos especiais, atendimentos de urgência e emergência, como curso de APH e BLS, entre outros.	Número de capacitações ofertados à enfermagem válido por dois anos.	2	2022	Número	1	2	Número
Ação Nº 1 - Capacitando a enfermagem sobre curativos especiais, atendimentos de urgência e emergência, como curso de APH e BLS, entre outros.								
1.2.3	Ampliar a educação permanente dos profissionais da atenção primária no campo da saúde mental.	Número de participações de eventos com objetivo de atualizar o conhecimento no campo da saúde mental frequentado por participantes da equipe no período avaliado.	4	2022	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Ampliando a educação permanente dos profissionais da atenção primária no campo da saúde mental.								
1.2.4	Capacitar os profissionais em Vigilância em Saúde, comunicação de risco, assistência e preparação para enfrentamento de pandemias.	Número de capacitações realizadas no período avaliado.	2	2022	Número	0	2	Número
Ação Nº 1 - Capacitando os profissionais em Vigilância em Saúde, comunicação de risco, assistência e preparação para enfrentamento de pandemias.								

OBJETIVO Nº 1.3 - Fortalecer as redes de atenção à saúde, reduzir riscos e agravos, através de ações de proteção, prevenção e vigilância em saúde.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 3

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.3.1	Contratar e manter profissional nutricionista e educador físico para SMS.	Número mínimo de profissionais de cada área atuando.	1	2022	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Contratando e mantendo profissional nutricionista e educador físico para SMS.								
1.3.2	Organizar grupos para ações de promoção e prevenção à saúde nas comunidades, juntamente com Agentes Comunitários de Saúde, profissionais de Educação Física e Nutrição, bem como organizar grupos de Hiperdia e Gestantes.	Número mínimo de grupos criados de Hiperdia e Gestantes	1	2022	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Organizando grupos para ações de promoção e prevenção à saúde nas comunidades, juntamente com Agentes Comunitários de Saúde, profissionais de Educação Física e Nutrição, bem como organizar grupos de Hiperdia e Gestantes.								
1.3.3	Investir os recursos das vigilâncias para que possam atender às necessidades de saúde, garantindo a promoção/prevenção e reabilitação de saúde.	Percentual dos recurso vinculado investido na respectiva área.	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Investindo os recursos das vigilâncias para que possam atender às necessidades de saúde, garantindo a promoção/prevenção e reabilitação de saúde.								
1.3.4	Criar banco de dados das pessoas com deficiência e doenças crônicas a fim de fortalecer políticas públicas com objetivo de reduzir a morbimortalidade e as manifestações secundárias, melhorando a qualidade de vida e desenvolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico precoce e cuidados paliativos.	Número de banco de dados criados e mantidos a cada ano do período.	-	2022	Número	0	1	Número
Ação Nº 1 - Meta prevista para 2024								
1.3.5	Promover a saúde integral aos adolescentes e crianças na perspectiva de fortalecimento do Programa Saúde Na Escola (PSE), garantir ações de saúde bucal e atendimento conforme suas características, respeitando as suas particularidades, abordando questões da sexualidade, prevenção às IST e HIV/AIDS, gravidez na adolescência, orientados pelo estatuto da criança e do adolescente.	Número de grupo com profissionais multidisciplinares, criado pela SMS, para atuar em cada uma das escolas pactuadas no âmbito do PSE.	1	2022	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Promovendo a saúde integral aos adolescentes e crianças na perspectiva de fortalecimento do Programa Saúde Na Escola (PSE), garantir ações de saúde bucal e atendimento conforme suas características, respeitando as suas particularidades, abordando questões da sexualidade, prevenção às IST e HIV/AIDS, gravidez na adolescência, orientados pelo estatuto da criança e do adolescente.								
1.3.6	Implementar a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT) no município.	Número de equipes AMENT em atuação no município.	1	2022	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Implementando a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT) no município.								
1.3.7	Garantir por meio de estratégias de comunicação, a mobilização da população e a orientação sobre medidas de contenção e de mitigação mais apropriadas em casos de Emergência em Saúde Pública.	Número mínimo de estratégias de comunicação para cada um dos formatos a seguir: mídia digital, mídia impressa, rádio comunitária.	1	2022	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Garantindo por meio de estratégias de comunicação, a mobilização da população e a orientação sobre medidas de contenção e de mitigação mais apropriadas em casos de Emergência em Saúde Pública.								

OBJETIVO Nº 1.4 - Garantir a atenção integral à saúde de pessoas e comunidades em vulnerabilidade social.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 4

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.4.1	Assegurar a implementação das políticas da equidade com vistas a promoção da saúde, superação de preconceitos e estigmas relacionados à: raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e pessoas com deficiência.	Número mínimo de vezes que o conceito de equidade sobre os temas propostos foi abordado no âmbito da SMS para a população geral.	1	2022	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Assegurando a implementação das políticas da equidade com vistas a promoção da saúde, superação de preconceitos e estigmas relacionados à: raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e pessoas com deficiência.								
1.4.2	Promover as políticas nacionais no âmbito municipal, para população LGBTQIA+ e pessoas que convivem com HIV/AIDS no município.	Número mínimo de profissional da saúde com carga horária protegida para desenvolver cada uma das políticas no período.	2	2022	Número	2	2	Número
Ação Nº 1 - Promovendo as políticas nacionais no âmbito municipal, para população LGBTQIA+ e pessoas que convivem com HIV/AIDS no município.								
1.4.3	Garantir o fornecimento necessário de fraldas para idosos e pessoas com deficiência.	Percentual de pessoas elegíveis atendidas no programa de distribuição de fraldas.	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Garantindo o fornecimento necessário de fraldas para idosos e pessoas com deficiência.								

OBJETIVO Nº 1.5 - Garantir a assistência farmacêutica e instruir o uso racional de medicamentos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 5

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.5.1	Criar espaço para debate sobre saúde mental, uso racional de medicamentos, discutir viabilidade de substituir o processo de medicalização por práticas integrativas e complementares e outras formas terapêuticas não medicamentosas.	Número de conferências de saúde mental realizada no período.	2	2022	Número	0	2	Número
Ação Nº 1 - Criando espaço para debate sobre saúde mental, uso racional de medicamentos, discutir viabilidade de substituir o processo de medicalização por práticas integrativas e complementares e outras formas terapêuticas não medicamentosas.								
1.5.2	Assegurar a disponibilidade de medicamentos básicos conforme RENAME.	Número de licitações realizadas que garantam o fornecimento anual e contendo todos medicamentos básicos com demanda no município.	1	2022	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Assegurando a disponibilidade de medicamentos básicos conforme RENAME.								
1.5.3	Construir e atualizar REMUME e protocolo de dispensação de medicamentos não básicos.	REMUME e protocolo de dispensação elaborada, atualizada e aprovada para o quadriênio.	2	2022	Número	0	2	Número
Ação Nº 1 - Construindo e atualizando REMUME e protocolo de dispensação de medicamentos não básicos.								
1.5.4	Adquirir e dispensar medicamentos judicializados.	Percentual de atendimento às demandas judiciais em assistência farmacêutica expedidas em definitivo contra o município.	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Adquirindo e dispensando medicamentos judicializados.								

OBJETIVO Nº 1.6 - Monitorar e avaliar permanentemente indicadores, serviços e ações na APS.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 6

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.6.1	Manter cobertura populacional da ESF.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Mantendo cobertura populacional da ESF.								
1.6.2	Inserir e acompanhar a regulação de pacientes nos sistemas GERCON, SISREG e rede contratualizada pela SES para serviços e consultas de MAC.	Proporção de pacientes inseridos e acompanhados em relação à essa demanda.	100,00	2022	Proporção	100,00	100,00	Proporção
Ação Nº 1 - Inserindo e acompanhando a regulação de pacientes nos sistemas GERCON, SISREG e rede contratualizada pela SES para serviços e consultas de MAC.								
1.6.3	Aumentar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Aumentando a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.								
1.6.4	Ampliar a cobertura do PIM	Cobertura estimada da equipe do PIM	30,00	2022	Percentual	30,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ampliando a cobertura do PIM.								
1.6.5	Ampliar o acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil.	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil referente ao segundo semestre de cada ano.	80,00	2022	Percentual	80,00	95,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ampliando o acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil.								
1.6.6	Manter preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00	2022	Proporção	100,00	100,00	Proporção
Ação Nº 1 - Mantendo preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.								
1.6.7	Manter percentual preconizado das vacinas do calendário nacional de vacinação infantil.	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	95,00	2022	Proporção	95,00	95,00	Proporção
Ação Nº 1 - Mantendo percentual preconizado das vacinas do calendário nacional de vacinação infantil.								
1.6.8	Aumentar razão de mamografias para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos na população residente do município e população da mesma faixa etária.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	58,00	2022	Razão	58,00	65,00	Razão
Ação Nº 1 - Aumentando razão de mamografias para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos na população residente do município e população da mesma faixa etária.								
1.6.9	Aumentar a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrada em até 60 dias após notificação.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	80,00	2022	Proporção	80,00	80,00	Proporção
Ação Nº 1 - Aumentando a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrada em até 60 dias após notificação.								

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 7

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

OBJETIVO Nº 1.7 - Monitorar indicadores do Previne Brasil

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.7.1	Realizar pelo menos seis consultas pré-natal em gestantes, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	Proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	45,00	2022	Proporção	45,00	90,00	Proporção
Ação Nº 1 - Realizando pelo menos seis consultas pré-natal em gestantes, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.								
1.7.2	Realizar exames para sífilis e HIV em gestantes.	Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	60,00	2022	Proporção	60,00	90,00	Proporção
Ação Nº 1 - Realizando exames para sífilis e HIV em gestantes.								
1.7.3	Realizar atendimento odontológico em gestantes	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	60,00	2022	Proporção	60,00	90,00	Proporção
Ação Nº 1 - Realizando atendimento odontológico em gestantes								
1.7.4	Realizar coleta de citopatológico em mulheres na APS	Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS	40,00	2022	Proporção	40,00	80,00	Proporção
Ação Nº 1 - Realizando coleta de citopatológico em mulheres na APS								
1.7.5	Realizar vacinas contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada em crianças de um ano de idade, na APS.	Proporção de crianças de um ano de idade vacinadas na APS contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada	95,00	2022	Proporção	95,00	95,00	Proporção
Ação Nº 1 - Realizando vacinas contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada em crianças de um ano de idade, na APS.								
1.7.6	Realizar consulta e aferição de pressão arterial no semestre, em pessoas com hipertensão.	Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre	50,00	2022	Proporção	50,00	90,00	Proporção
Ação Nº 1 - Realizando consulta e aferição de pressão arterial no semestre, em pessoas com hipertensão.								
1.7.7	Realizar consulta e solicitar hemoglobina glicada, em pessoas com diabetes, no semestre.	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre	50,00	2022	Proporção	50,00	90,00	Proporção
Ação Nº 1 - Realizando consulta e solicitando hemoglobina glicada, em pessoas com diabetes, no semestre.								
1.7.8	Elevar Nota ISF	Nota atribuída ao Índice ISF do Previne Brasil	6	2022	Número	6	9	Número
Ação Nº 1 - Elevando a Nota ISF								

DIRETRIZ Nº 2 - Gestão em Saúde

OBJETIVO Nº 2.1 - Promover ações administrativas da SMS com impacto nos processos de trabalho

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 8

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.1.1	Propor projeto a fim de obter insalubridade para todos os servidores que possuem direito ao benefício.	Elaboração de projeto de lei municipal para implementação de insalubridade aos servidores da saúde elegíveis.	1	2022	Número	0	1	Número
Ação Nº 1 - Propondo projeto a fim de obter insalubridade para todos os servidores que possuem direito ao benefício.								
2.1.2	Viabilizar junto a gestão municipal a garantia de pagamento do piso salarial dos profissionais da saúde, conforme legislação vigente.	Alteração do regime jurídico municipal para pagamento do piso salarial de profissionais da saúde elegíveis.	1	2022	Número	0	1	Número
Ação Nº 1 - Viabilizando junto a gestão municipal a garantia de pagamento do piso salarial dos profissionais da saúde, conforme legislação vigente.								
2.1.3	Fornecer uniformes (jalecos, coletes, jaquetas, camisetas) aos trabalhadores da saúde, com a devida identificação profissional.	Percentual de funcionários da saúde uniformizados.	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Fornecendo uniformes (jalecos, coletes, jaquetas, camisetas) aos trabalhadores da saúde, com a devida identificação profissional.								
2.1.4	Renovar frota de veículos com capacidade para 5 pessoas.	Veículos novos adquiridos	3	2022	Número	3	3	Número
Ação Nº 1 - Renovando frota de veículos com capacidade para 5 pessoas.								
2.1.5	Manter estoque mínimo de 30% de materiais de higiene e consumo, materias médico-hospitalares e farmacológicos necessários para atendimento e funcionamento da SMS.	Proporção mínima estimada em estoque de materiais, com relação ao esperado para o período.	30,00	2022	Proporção	30,00	30,00	Proporção
Ação Nº 1 - Mantendo estoque mínimo de 30% de materiais de higiene e consumo, materias médico-hospitalares e farmacológicos necessários para atendimento e funcionamento da SMS.								
2.1.6	Manter contratação de profissionais conforme demanda da SMS.	Percentual de profissionais contratados para substituição por vacância.	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Mantendo contratação de profissionais conforme demanda da SMS.								
2.1.7	Garantir o funcionamento de serviços essenciais para funcionamento da SMS (Água/Luz/Internet/Telefonia/Segurança)	Proporção dos serviços em funcionamento pleno.	100,00	2022	Proporção	100,00	100,00	Proporção
Ação Nº 1 - Garantindo o funcionamento de serviços essenciais para funcionamento da SMS (Água/Luz/Internet/Telefonia/Segurança)								
2.1.8	Manter sistema informatizado para gestão da SMS e todos os seus setores.	Proporção dos sistemas em atividade plena.	100,00	2022	Proporção	100,00	100,00	Proporção
Ação Nº 1 - Mantendo sistema informatizado para gestão da SMS e todos os seus setores.								
2.1.9	Monitorar e avaliar os instrumentos de gestão quadrimestralmente	Percentual de instrumentos de gestão monitorados e avaliados quadrimestralmente.	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Monitorando e avaliando os instrumentos de gestão quadrimestralmente								
2.1.10	Firmar, manter e fiscalizar contratos entre município e prestadores de serviços de saúde.	Proporção de contratos mantidos e fiscalizados em relação aos firmados.	100,00	2022	Proporção	100,00	100,00	Proporção
Ação Nº 1 - Firmando, mantendo e fiscalizando contratos entre município e prestadores de serviços de saúde.								
2.1.11	Manter e ampliar o funcionamento dos atendimentos da policlínica da SMS.	Atividade da policlínica da SMS.	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 9

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Ação Nº 1 - Mantendo e ampliando o funcionamento dos atendimentos da policlínica da SMS.								
2.1.12	Contratar agente comunitário de endemias.	Número de Agentes de Endemia contratado no período.	1	2022	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Contratando agente combate a endemias.								
2.1.13	Aplicar os recursos destinados às comunidades quilombolas de acordo com plano construído entre SMS, SES e representante legal da comunidade.	Proporção de recursos quilombolas aplicados conforme plano.	100,00	2022	Proporção	100,00	100,00	Proporção
Ação Nº 1 - Aplicando os recursos destinados às comunidades quilombolas de acordo com plano construído entre SMS, SES e representante legal da comunidade.								
2.1.14	Fortalecer a organização e a infra-estrutura das UBS e dos demais níveis de resposta para o enfrentamento de situações de Emergência de saúde Pública.	Número de ações de fortalecimento.	1	2022	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Fortalecendo a organização e a infra-estrutura das UBS e dos demais níveis de resposta para o enfrentamento de situações de Emergência de saúde Pública.								
2.1.15	Investir na saúde o percentual da receita municipal conforme legislação vigente.	Percentual mínimo de recursos próprios da administração municipal investidos em saúde.	15,00	2022	Percentual	15,00	15,00	Percentual
Ação Nº 1 - Investindo na saúde o percentual da receita municipal conforme legislação vigente.								
2.1.16	Adquirir e manter equipamentos, mobiliários e material permanente conforme a necessidade da secretaria municipal de saúde.	Percentual atingido pelo município.	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Adquirindo e mantendo equipamentos, mobiliários e material permanente conforme a necessidade da secretaria municipal de saúde.								
2.1.17	Inspecionar, limpar e manter em dia os itens indispensáveis ao fornecimento de alvará sanitário das dependências da SMS.	Proporção de inspeções, limpezas e manutenções realizadas.	100,00	2022	Proporção	100,00	100,00	Proporção
Ação Nº 1 - Inspecionando e mantendo em dia os itens indispensáveis ao fornecimento de alvará sanitário das dependências da SMS.								
2.1.18	Acessibilizar as edificações da SMS.	Proporção de edificações com acessibilidade conforme norma vigente.	50,00	2022	Proporção	50,00	100,00	Proporção
Ação Nº 1 - Melhorando acesso as edificações da SMS.								
2.1.19	Montar e manter almoxarifado central para controle e dispensa de medicamentos e correlatos	Número de almoxarifados em operação para cada ano do período.	1	2022	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Montando e mantendo almoxarifado central para controle e dispensa de medicamentos e correlatos								

OBJETIVO Nº 2.2 - Integrar os entes municipais e seus respectivos conselhos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.2.1	Fortalecer a integração com diferentes secretarias, como assistência social, educação, agricultura, entre outras, visando a ampliação das ações em saúde.	Número de ações de fortalecimento.	4	2022	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Fortalecendo a integração com diferentes secretarias, como assistência social, educação, agricultura, entre outras, visando a ampliação das ações em saúde.								
2.2.2	Fortalecer os Conselhos de Saúde na defesa de políticas públicas e da democracia, garantindo a participação da sociedade civil, de modo a assegurar e estimular a participação social como um dos princípios ideológicos do SUS, e manter o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde em todas as esferas.	Número de ações de fortalecimento para cada ano do período.	4	2022	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Fortalecendo os Conselhos de Saúde na defesa de políticas públicas e da democracia, garantindo a participação da sociedade civil, de modo a assegurar e estimular a participação social como um dos princípios ideológicos do SUS, e manter o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde em todas as esferas.								

OBJETIVO Nº 2.3 - Ampliar e conservar a estrutura física interna externa do conjunto de estabelecimentos que compõe a secretaria da saúde (postos, administrativo, farmácia e anexos).

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.3.1	Realizar manutenção de pintura de paredes internas e externas	Proporção de manutenções realizadas para cada ano.	30,00	2022	Proporção	30,00	100,00	Proporção
Ação Nº 1 - Realizando manutenção de pintura de paredes internas e externas								
2.3.2	Ampliar estrutura física do Posto da UBS da sede.	Número de ampliações para cada ano do período.	1	2022	Número	0	1	Número
Ação Nº 1 - Ampliando estrutura física do Posto da UBS da sede.								
2.3.3	Construir nova instalação para farmácia municipal.	Número de instalações novas construídas exclusivamente para farmácia municipal.	1	2022	Número	1	1	Número
Ação Nº 1 - Construindo nova instalação para farmácia municipal.								
2.3.4	Realizar reformas nas calçadas externas das UBS.	Número de reformas nas calçadas da UBS realizadas.	1	2022	Número	0	1	Número
Ação Nº 1 - Realizando reformas nas calçadas externas das UBS.								

DIRETRIZ Nº 3 - Vigilância em Saúde

OBJETIVO Nº 3.1 - Promover Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 11

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2022	Meta Plano(2022-2025)	Unidade de Medida
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
3.1.1	Intensificar a visitação nas residências, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos para prevenção e combate à dengue.	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	12	2022	Número	3	12	Número
Ação Nº 1 - Intensificando a visitação nas residências, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos para prevenção e combate à dengue.								
3.1.2	Ampliar busca ativa de usuários que deixaram de se vacinar para a COVID-19 de acordo com seus grupo prioritários e respectivas faixas etárias.	Percentual de busca ativa de elegíveis à vacinação ausentes	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Ampliando busca ativa de usuários que deixaram de se vacinar para a COVID-19 de acordo com seus grupo prioritários e respectivas faixas etárias.								
3.1.3	Atualizar plano de coleta de resíduos de serviços de saúde públicos e privados.	Número de atualizações no quadriênio	2	-	Número	0	2	Número
Ação Nº 1 - Atualizando plano de coleta de resíduos de serviços de saúde públicos e privados.								
3.1.4	Atualizar plano de contingência da dengue.	Número de atualizações no quadriênio	2	2022	Número	1	2	Número
Ação Nº 1 - Atualizando plano de contingência da dengue.								
3.1.5	Acompanhar todos os casos tuberculose extrapulmonar e pulmonar bacilífera.	Percentual de casos de tuberculose acompanhados	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Acompanhando todos os casos tuberculose extrapulmonar e pulmonar bacilífera.								
3.1.6	Manter preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Percentual de preenchimento do campo ocupação em relação ao total de notificações realizadas	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Mantendo preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.								
3.1.7	Realizar investigação de óbito em tempo oportuno quando preconizado.	Percentual de investigações em relação ao número de óbitos a serem investigados	100,00	2022	Percentual	100,00	100,00	Percentual
Ação Nº 1 - Realizando investigação de óbito em tempo oportuno quando preconizado.								
3.1.8	Manter o cadastro dos sistemas e soluções de abastecimento de água.	Número de sistemas contendo cadastros atualizados no município	4	2022	Número	1	4	Número
Ação Nº 1 - Mantendo o cadastro dos sistemas e soluções de abastecimento de água.								
3.1.9	Manter análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	95,00	2022	Proporção	95,00	95,00	Proporção
Ação Nº 1 - Manter análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.								

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 12

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções da Saúde	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício
122 - Administração Geral	Propor projeto a fim de obter insalubridade para todos os servidores que possuem direito ao benefício.	0
	Realizar manutenção de pintura de paredes internas e externas	30,00
	Fortalecer a integração com diferentes secretarias, como assistência social, educação, agricultura, entre outras, visando a ampliação das ações em saúde.	1
	Viabilizar junto a gestão municipal a garantia de pagamento do piso salarial dos profissionais da saúde, conforme legislação vigente.	0
	Fortalecer os Conselhos de Saúde na defesa de políticas públicas e da democracia, garantindo a participação da sociedade civil, de modo a assegurar e estimular a participação social como um dos princípios ideológicos do SUS, e manter o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde em todas as esferas.	1
	Construir nova instalação para farmácia municipal.	1
	Atualizar plano de coleta de resíduos de serviços de saúde públicos e privados.	0
	Criar banco de dados das pessoas com deficiência e doenças crônicas a fim de fortalecer políticas públicas com objetivo de reduzir a morbimortalidade e as manifestações secundárias, melhorando a qualidade de vida e desenvolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico precoce e cuidados paliativos.	0
	Realizar reformas nas calçadas externas das UBS.	0
	Firmar, manter e fiscalizar contratos entre município e prestadores de serviços de saúde.	100,00
	Aplicar os recursos destinados às comunidades quilombolas de acordo com plano construído entre SMS, SES e representante legal da comunidade.	100,00
	Fortalecer a organização e a infra-estrutura das UBS e dos demais níveis de resposta para o enfrentamento de situações de Emergência de saúde Pública.	1
	Investir na saúde o percentual da receita municipal conforme legislação vigente.	15,00
	Adquirir e manter equipamentos, mobiliários e material permanente conforme a necessidade da secretaria municipal de saúde.	100,00
	Inspecionar, limpar e manter em dia os itens indispensáveis ao fornecimento de alvará sanitário das dependências da SMS.	100,00
	Acessibilizar as edificações da SMS.	50,00
301 - Atenção Básica	Contratar e manter profissional nutricionista e educador físico para SMS.	1
	Intensificar a visitação nas residências, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos para prevenção e combate à dengue.	3
	Realizar manutenção de pintura de paredes internas e externas	30,00
	Implantar sistema de educação continuada ao funcionário admitido por todo tipo de contrato de trabalho no objetivo de conhecer os fluxos da secretaria da saúde e as atribuições do cargo.	0
	Realizar pelo menos seis consultas pré-natal em gestantes, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	45,00
	Manter cobertura populacional da ESF.	100,00
	Criar espaço para debate sobre saúde mental, uso racional de medicamentos, discutir viabilidade de substituir o processo de medicalização por práticas integrativas e complementares e outras formas terapêuticas não medicamentosas.	0

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Assegurar a implementação das políticas da equidade com vistas a promoção da saúde, superação de preconceitos e estigmas relacionados à: raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e pessoas com deficiência.	1
Organizar grupos para ações de promoção e prevenção à saúde nas comunidades, juntamente com Agentes Comunitários de Saúde, profissionais de Educação Física e Nutrição, bem como organizar grupos de Hiperdia e Gestantes.	1
Ampliar busca ativa de usuários que deixaram de se vacinar para a COVID-19 de acordo com seus grupo prioritários e respectivas faixas etárias.	100,00
Ampliar estrutura física do Posto da UBS da sede.	0
Fortalecer os Conselhos de Saúde na defesa de políticas públicas e da democracia, garantindo a participação da sociedade civil, de modo a assegurar e estimular a participação social como um dos princípios ideológicos do SUS, e manter o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde em todas as esferas.	1
Viabilizar junto a gestão municipal a garantia de pagamento do piso salarial dos profissionais da saúde, conforme legislação vigente.	0
Capacitar a enfermagem sobre curativos especiais, atendimentos de urgência e emergência, como curso de APH e BLS, entre outros.	1
Realizar exames para sífilis e HIV em gestantes.	60,00
Inserir e acompanhar a regulação de pacientes nos sistemas GERCON, SISREG e rede contratualizada pela SES para serviços e consultas de MAC.	100,00
Assegurar a disponibilidade de medicamentos básicos conforme RENAME.	1
Promover as políticas nacionais no âmbito municipal, para população LGBTQIA+ e pessoas que convivem com HIV/AIDS no município.	2
Investir os recursos das vigilâncias para que possam atender às necessidades de saúde, garantindo a promoção/prevenção e reabilitação de saúde.	100,00
Atualizar plano de coleta de resíduos de serviços de saúde públicos e privados.	0
Fornecer uniformes (jalecos, coletes, jaquetas, camisetas) aos trabalhadores da saúde, com a devida identificação profissional.	100,00
Ampliar a educação permanente dos profissionais da atenção primária no campo da saúde mental.	1
Realizar atendimento odontológico em gestantes	60,00
Aumentar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.	100,00
Construir e atualizar REMUME e protocolo de dispensação de medicamentos não básicos.	0
Garantir o fornecimento necessário de fraldas para idosos e pessoas com deficiência.	100,00
Adquirir e dispensar medicamentos judicializados.	100,00
Atualizar plano de contingência da dengue.	1
Realizar reformas nas calçadas externas das UBS.	0
Renovar frota de veículos com capacidade para 5 pessoas.	3
Realizar coleta de citopatológico em mulheres na APS	40,00
Ampliar a cobertura do PIM	30,00
Promover a saúde integral aos adolescentes e crianças na perspectiva de fortalecimento do Programa Saúde Na Escola (PSE), garantir ações de saúde bucal e atendimento conforme suas características, respeitando as suas particularidades, abordando questões da sexualidade, prevenção às IST e HIV/AIDS, gravidez na adolescência, orientados pelo estatuto da criança e do adolescente.	1

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Acompanhar todos os casos tuberculose extrapulmonar e pulmonar bacilífera.	100,00
Manter estoque mínimo de 30% de materiais de higiene e consumo, materias médico-hospitalares e farmacológicos necessários para atendimento e funcionamento da SMS.	30,00
Realizar vacinas contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada em crianças de um ano de idade, na APS.	95,00
Ampliar o acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil.	80,00
Implementar a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT) no município.	1
Manter preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00
Manter contratação de profissionais conforme demanda da SMS.	100,00
Realizar consulta e aferição de pressão arterial no semestre, em pessoas com hipertensão.	50,00
Manter preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00
Garantir por meio de estratégias de comunicação, a mobilização da população e a orientação sobre medidas de contenção e de mitigação mais apropriadas em casos de Emergência em Saúde Pública.	1
Realizar investigação de óbito em tempo oportuno quando preconizado.	100,00
Garantir o funcionamento de serviços essenciais para funcionamento da SMS (Água/Luz/Internet/Telefonia/Segurança)	100,00
Realizar consulta e solicitar hemoglobina glicada, em pessoas com diabetes, no semestre.	50,00
Manter percentual preconizado das vacinas do calendário nacional de vacinação infantil.	95,00
Aumentar razão de mamografias para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos na população residente do município e população da mesma faixa etária.	58,00
Manter o cadastro dos sistemas e soluções de abastecimento de água.	1
Manter sistema informatizado para gestão da SMS e todos os seus setores.	100,00
Elevar Nota ISF	6
Aumentar a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrada em até 60 dias após notificação.	80,00
Manter análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	95,00
Monitorar e avaliar os instrumentos de gestão quadrimestralmente	100,00
Manter e ampliar o funcionamento dos atendimentos da policlínica da SMS.	100,00
Contratar agente comunitário de endemias.	1
Fortalecer a organização e a infra-estrutura das UBS e dos demais níveis de resposta para o enfrentamento de situações de Emergência de saúde Pública.	1
Adquirir e manter equipamentos, mobiliários e material permanente conforme a necessidade da secretaria municipal de saúde.	100,00
Inspecionar, limpar e manter em dia os itens indispensáveis ao fornecimento de alvará sanitário das dependências da SMS.	100,00
Acessibilizar as edificações da SMS.	50,00
Montar e manter almoxarifado central para controle e dispensa de medicamentos e correlatos	1

Página 465
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 5032779
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A212

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo
01070-0200/22-0

305 - Vigilância Epidemiológica	Capacitar os profissionais em Vigilância em Saúde, comunicação de risco, assistência e preparação para enfrentamento de pandemias.	0
306 - Alimentação e Nutrição	Construir hortas comunitárias, envolvendo profissionais da saúde, escola e comunidade, reduzindo o lixo, incentivando a alimentação saudável, a promoção de saúde e aumentando o cuidado da população para com o município, permitindo o consumo de produtos orgânicos por parte da população e na merenda escolar.	0
	Construir hortas medicinais nas UBS para apropriação e uso da comunidade e implementar as atividades como os fitoterápicos, de modo a aperfeiçoar formação e qualificação de profissionais para melhor orientar as pessoas sobre o uso dos mesmos.	0

Peça
5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A212

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 16

Peça 5032779

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A212

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Natureza e Fonte

Subfunções da Saúde	Natureza da Despesa	Recursos ordinários - Fonte Livre (R$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R$)	Outros recursos destinados à Saúde (R$)	Total(R$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	200,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	200,00
	Capital	300,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	300,00
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	2.958.483,48	487.460,00	304.800,00	N/A	N/A	N/A	N/A	3.750.743,48
	Capital	500,00	158.536,30	7.000,00	45.400,00	N/A	N/A	N/A	N/A	211.436,30
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	219.600,00	12.035,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	231.635,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	535,00	N/A	19.305,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	19.840,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	N/A	100,00	N/A	N/A	N/A	N/A	100,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/2023
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5116.0FAD.49DD.C688.CC9E.

Processo
01070-0200/22-0

Página da peça
1

Peça
5032776

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20F

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO: TRES FORQUILHAS

Relatório Anual de Gestão
2022

ROMULO BREHM HOFFMANN
Secretário(a) de Saúde

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Sumário

1. Identificação
- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade
- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS
- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS
- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS
- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Execução Orçamentária e Financeira
- 8.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 8.2. Indicadores financeiros
- 8.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 8.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 8.5. Covid-19 Repasse União
- 8.6. Covid-19 Recursos Próprios
- 8.7. Covid-19 Repasse Estadual

9. Auditorias

10. Análises e Considerações Gerais

11. Recomendações para o Próximo Exercício

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	RS
Município	TRÊS FORQUILHAS
Região de Saúde	Região 04 - Belas Praias
Área	217,38 Km²
População	2.643 Hab
Densidade Populacional	13 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 12/03/2023

1 .2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA SAUDE TRES FORQUILHAS
Número CNES	6760457
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	93317998000133
Endereço	RUA ESTRADA GERAL 4123 ANEXO 02
Email	smstresforquilhas@gmail.com
Telefone	51 36285211

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 12/03/2023

1 .3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Secretário(a) de Saúde em Exercício	ROMULO BREHM HOFFMANN
E-mail secretário(a)	sssolucoescontabeis@gmail.com
Telefone secretário(a)	51982133570

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 12/03/2023

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	12/1993
CNPJ	11.943.264/0001-03
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	Romulo Brehm Hoffmann

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 12/03/2023

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 04/06/2022

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Região 04 - Belas Praias

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
ARROIO DO SAL	120.939	10483	86,68
CAPÃO DA CANOA	97.096	55009	566,54
DOM PEDRO DE ALCÂNTARA	78.158	2520	32,24
ITATI	201.402	2377	11,80
MAMPITUBA	157.875	2965	18,78

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

MAQUINÉ	622.121	6747	10,85
MORRINHOS DO SUL	165.44	2891	17,47
TERRA DE AREIA	147.719	11323	76,65
TORRES	162.128	39381	242,90
TRÊS CACHOEIRAS	250.478	11174	44,61
TRÊS FORQUILHAS	217.379	2643	12,16
XANGRI-LÁ	60.95	17126	280,98

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Ano de referência: 2021

1 .7. Conselho de Saúde

Intrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	Av. Imigrantes	
E-mail		
Telefone		
Nome do Presidente	Daniela Dornelles Sparremberger	
Número de conselheiros por segmento	**Usuários**	8
	Governo	6
	Trabalhadores	6
	Prestadores	2

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Ano de referência:

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

- Considerações

1.1- INFORMAÇÕES TERRITORIAIS:

Três Forquilhas foi distrito de Torres, emancipou-se em 30 de Março de 1992, por força da Lei 9.597.O nome de Três Forquilhas é aplicado ao Vale do Rio Três Forquilhas, rio que tem esse nome dado pelos portugueses pioneiros que nele encontraram braços chamados de Três Forquilhas .Distando 05 Km de Terra de Areia, 08 de Três Cachoeiras, 38 Km de Torres e 165 Km de Porto Alegre, o Município possui uma área de 218,5 Km2, com uma população de 3.239 habitantes e 2.794 Eleitores. .Sua economia está alicerçada em pequenas colônias hortifrutigranjeiras. Destaca-se aqui o plantio de cenoura, sendo o Município maior produtor no Estado, por esse motivo em 1997 foi realizada a primeira Festa Regional da Cenoura, para divulgar o produto e a potencialidade do Município e suas belezas naturais. Temos ainda a criação de bovinos, suínos, fábrica de enlatados, cerâmica, alambiques e um diversificado comércio em desenvolvimento.

Três Forquilhas, limita-se com os Municípios de Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul a leste, com Itati a oeste, com Terra de Areia ao sul, e pelo Norte com os Municípios de São Francisco de Paula, Praia Grande, Mampituba e Morrinhos do Sul.

Chega-se a sede do Município a partir da BR 101, na altura do km 39 onde se ingressa na RS 417 , a direita de quem vem do norte, um pouco antes da ponte sobre o Rio Três Forquilhas, por um trecho de 4 Km de estrada de chão ou a partir da BR 101, na altura do Km 43, em Terra de Areia, pela RS 486, Rota do Sol, distância de 5,5 KM, até a sede. Estando a uma altitude de 15 metros.

CADASTRO

Atualizado pelo gestor no Siops

Identificação

UF: Rio Grande do Sul

Município: Três Forquilhas

Quadrimestre a que se refere o relatório: RAG ANUAL 2022

Secretaria da Saúde

Razão Social da Secretaria da Saúde: Secretaria Municipal de Saúde Três Forquilhas

Fundo Municipal de Saúde:

CNPJ: 11.943.264.0001-03

Endereço: Av. Imigrantes, 4123

CEP: 95575000

Telefone/ FAX: 51 3628 5211

E-mail: smstresforquilhas@gmail.com

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Processo 01070-0200/22-0

Peça 5032776

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20F

Informação da Gestão:

Prefeita: Loraci Kliper Melo Germann

Secretario Municipal de Saúde: Rômulo Brehm Hoffmann

Data de Posse: 02/01/2021

Email: romulo.brehm@gmail.com

Telefone: (51) 999783427

Gestor do Fundo: Rômulo Brehm Hoffmann

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere o RAG

( ) sim **(x)** Não

Plano de Saúde

A secretaria de Saúde tem Plano de Saúde: (x)sim ( ) não

Período que se refere o Plano de Saúde: 2022 a 2025

Status: (x) Aprovado ( ) Em análise

Data da aprovação no Conselho de Saúde: Em 01/05/2022 ata Resolução 002/2022

Dados do Conselho Municipal de Saúde

Nome do Presidente: Caroline Pereira de Souza

Endereço: Estrada Morro do Chapéu, n° 5060, Morro do Chapéu, Três Forquilhas

E-Mail: carolpsouza89@hotmail.com CPF: 021.124.510-06- Telefone: (51) 995283620

Número de conselheiros por segmento

(02)-Trabalhador em saúde - (04)-Governo ¿ (04)-Prestadores de Serviço ¿(10)-Usuários

Representante Secretaria da Saúde

Titular: **Rômulo Brehm Hoffmann**

Endereço: Avenida dos Imigrantes, n° 2390, Vila Brehm, Três Forquilhas

E-Mail: romulo.brehm@gmail.com- CPF: 824.599.590-87- Telefone: (51) 999783427

Suplente: **Caroline Pereira de Souza**

Endereço: Estrada Morro do Chapéu, n° 5060, Morro do Chapéu, Três Forquilhas

E-Mail: carolpsouza89@hotmail.com CPF: 021.124.510-06- Telefone: (51) 995283620

Representante Secretaria da Educação

Titular**: Franciele de Oliveira Cardoso**

Endereço: Rua Três Forquilhas, n° 2197, Vila Brehm, Três Forquilhas

E-mail: francardoso05@hotmail.com -CPF: 017.529.450-00- Telefone: (51) 981059601

Suplente: **Suelen da Silva Assunção**

Endereço: Avenida Professor Justino Alberto Tietbohl, n° 545, Centro, Três Forquilhas

E-mail: suelenassuncao@gmail.com CPF: 042.082.600-92- Telefone: (51) 982888521

Representante Secretaria da Fazenda

Titular: **Janilson Neubert Savóis**

Endereço: Avenida Professor Justino Alberto Tietbohl, n° 553, Centro, Três Forquilhas

E-mail: fazenda.pmtf@gmail.com - CPF: 003.108.520-21- Telefone: (51) 981782721

Suplente: **Gilvan da Silva Sparremberger**

Endereço: Rua Luiz Joaquim Nunes, n° 402, Centro, Três Forquilhas

E-mail: gilvansparremberger@gmail.com- CPF: 048.907.060-46 - Telefone: (51) 99769325

Representante Secretaria da Assistência Social

Titular: **Adriana Mayer Masschmann**

Endereço: Rua Silvio Edgar Boff, n° 504, Centro, Três Forquilhas

E-Mail: dricamayer@yahoo.com- CPF: 644.401.090-04- Telefone: (51) 995606219

Suplente: **Naury Florêncio Fontana**

Endereço: Avenida dos Imigrantes, n° 385, Centro, Três Forquilhas

E-Mail: naury_ff@hotmail.com - CPF: 004.697.820-80 -Telefone: (51) 997181293

Representante CPM

Titular: **Samara Baltazar dos Santos**

Endereço: Rs 417, n° 2211, Costa de Dentro, Três Forquilhas

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Página 473
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 5032776
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A20F

E-Mail: samarabaltazar@hotmail.com - CPF: 031.030.980-38- Telefone: (51) 981345745

Suplente: **Liege Kellermann Hoffmann**

Endereço: Avenida dos Imigrantes, n° 2390, Vila Brehm, Três Forquilhas

E-Mail: liegekhoffmann@gmail.com - CPF: 004.900.180-92 - Telefone: (51) 982665945

Representante Enfermagem

Titular: **Daniela Dornelles Sparremberger**

Endereço: Rua Rui Ramos, n° 6050, Centro, Terra de Areia

E-Mail: danidornelles1985@gmail.com -CPF: 006.211.770-08 -Telefone: (51) 997141192

Suplente: **Silvani Jesus da Silva**

Endereço: Estrada Geral, n° 225, São Sebastião, Três Forquilhas

E-Mail: silvanijesusdasilva@gmail.com -CPF: 960.103.710-15 -Telefone: (51) 999176935

Representante Clube de Mães

Titular: **Márcia Jozeane Brehm Mesquita**

Endereço: Avenida dos Imigrantes, n° 850, Centro, Três Forquilhas

E-Mail: brehmmesquita@yahoo.com -CPF: 975.528.360-91 -Telefone: (51) 997258922

Suplente: **Meria Rosane Brehm Justin**

Endereço: Rua Adozinda Capaverde Maurelli, SN, Centro, Três Forquilhas

E-Mail: smstresforquilhas@gmail.com - CPF: 889.825.990-53 Telefone: (51) 981875867

Representante Sindicato Rural

Titular: **Denise Barros de Souza**

Endereço: Avenida Professor Justino Alberto Tietbohl, n° 503, Centro, Três Forquilhas

E-Mail: denisebdsouza@gmail.com - CPF: 032.060.140-42 -Telefone: (51) 999234656

Suplente: **Dilsoni Barros de Souza**

Endereço: Estrada Geral Morro do Chapéu, n° 5417, Morro do Chapéu, Três Forquilhas

E-Mail: dilsonibarros@gmail.com - CPF: 966.063.800-06 - Telefone: (51) 998657866

Representante Trilheiros do Vale

Titular: **Luiz Flávio da Silva Lucas**

Endereço: Rua Adozinda Capaverde Maurelli, n° 717, Centro, Três Forquilhas

E-Mail: lftidika@gmail.com - CPF: 669.044.710-30 - Telefone: (51) 999911425

Suplente: **Mateus Melo Brehm Justo**

Endereço: Rua Três Forquilhas, n° 2197, Vila Brehm, Três Forquilhas

E-Mail: mateusbrehm@hotmail.com - CPF: 029.365.810-68 -Telefone: (51) 999550239

Representante Sociedade de Melhoramentos

Titular: **Angelita Brehm Santos da Rosa**

Endereço: Rua Carlos Guilherme Brehm, n° 531, Centro, Três Forquilhas

E-Mail: angelbrehm@yahoo.com -CPF: 644.403.700-04 -Telefone: (51) 996701027

Suplente: **Flávia Fontana Tietbohl**

Endereço: Avenida Professor Justino Alberto Tietbohl, n° 489, Centro, Três Fo rquilhas

E-Mail: flavia_fontana1@outlook.com - CPF: 576.325.530-53 -Telefone: (51) 981368707

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Processo
01070-0200/22-0

Página da peça
7

Peça
5032776

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20F

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

Na Estratégia da Saúde da Família o trabalho em equipe é considerado um dos pilares para a mudança do atual modelo hegemônico em saúde, com interação constante e intensa de trabalhadores de diferentes categorias e com diversidade de conhecimentos e habilidades que interajam entre si para que o cuidado do usuá rio seja o imperativo ético-político

Atenção Básica tem a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2021

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	80	76	156
5 a 9 anos	83	78	161
10 a 14 anos	74	62	136
15 a 19 anos	73	61	134
20 a 29 anos	186	161	347
30 a 39 anos	172	153	325
40 a 49 anos	185	190	375
50 a 59 anos	241	201	442
60 a 69 anos	151	139	290
70 a 79 anos	91	93	184
80 anos e mais	42	51	93
Total	**1378**	**1265**	**2643**

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 12/03/2023.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2018	2019	2020
TRES FORQUILHAS	30	27	34

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 12/03/2023.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2018	2019	2020	2021	2022
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	5	16	12	5
II. Neoplasias (tumores)	20	18	17	15	24
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-	1	2
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	3	2	2	1	1
V. Transtornos mentais e comportamentais	1	2	1	7	4
VI. Doenças do sistema nervoso	14	8	4	1	3
VII. Doenças do olho e anexos	9	1	1	-	4
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	1
IX. Doenças do aparelho circulatório	19	31	22	16	32
X. Doenças do aparelho respiratório	19	11	9	8	13
XI. Doenças do aparelho digestivo	16	28	12	21	22
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	7	5	2	2
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	12	11	3	4	5
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	18	12	17	37	27
XV. Gravidez parto e puerpério	29	27	36	39	33
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	2	2	2	3	7
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	3	3	1	6	5
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	2	3	2	11	7
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	13	16	21	17	15
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	3	1	5	2	1

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	**186**	**188**	**176**	**203**	**213**

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 12/03/2023.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	5
II. Neoplasias (tumores)	5	4	-
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1	-	2
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	2	4	1
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	7	11	6
X. Doenças do aparelho respiratório	2	1	1
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	1	1
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	-	-
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	1	-
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	14	1	5
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	1	2	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-
Total	**33**	**25**	**21**

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)
Data da consulta: 12/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Análise e considerações do Gestor sobre dados demográficos:

A população do município é composta em sua grande maioria por habitantes da Zona Urbana, onde sua principal fontes de renda é agricultura alicerçada em pequenas colônias hortifrutigranjeiras, sendo que a grande maioria de sua população é de baixa renda.

3.3 -Análise e considerações sobre Causas de Internações:

As causas que mais internam tem sido Gravidez e Puerpério(33), seguido das doenças do Aparelho Circulatório(32) e ainda Neoplasias(24)..

3.4-Análise e considerações sobre Mortalidade por grupo de causas:

A SMS vem desenvolvendo ações que visam diminuir o numero de óbito por doenças circulatórias(6), neoplasias e doenças Infecciosas e Parasitárias(5), onde é desenvolvido juntamente com a equipe de ESF ações que visam reduzir os grandes índices de mortalidade pelas doenças que não seriam causadas por morte natural.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	21.734
Atendimento Individual	10.064
Procedimento	17.883
Atendimento Odontológico	2.121

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	-	-
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 12/03/2023.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	406	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	-	-
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	**406**	**-**	**-**	**-**

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 12/03/2023.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual.
Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	333	-
Total	**333**	**-**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 12/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

Analisamos o período de Janeiro á Dezembro de 2022, Ano 2022, informamos os seguintes dados que consideramos importantes. Dentre as informações prestadas podemos dizer que em alguns casos houve melhora nos dados e outros mantiveram uma média em relação aos quadrimestres anteriores:

RELATÓRIO ANUAL DE DADOS E PRODUÇÃO DE SERVIÇOS SIA E SIH

4.1-PRODUÇÃO AMBULATORIAL DE ATENÇÃO BÁSICA:

Visita Domiciliar: 23.132.

Atendimento Individual: 10.435

Procedimentos: 14.133

: Atendimento Odontológico: ..2.276.

(Fonte: SISAB)

Analise:

A produção ambulatorial da Atenção Básica apresentada no Ano de 2022, totalizou 49.976 procedimentos. Observamos que a maior quantidade foi no procedimento de enfermagem e visitas Domiciliares.

4.2 -PRODUÇÃO DE URGENCIA E EMERGENCIA POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

(URGENCIAS)

- - Grau de Procedimento	Sistema de informações Ambulatoriais		Sistemas de informações Hospitalares	
	Qtd aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01- Ações de promoção e prevenção em saúde	234			
02- Procedimentos com finalidade diagnostica	84			
03-Procedimentos Clinicos	2606			
04-Procedimentos Cirurgicos	244			
05- Transplantes de órgãos ,tecidos e celulas	0			
06-Medicamentos	1110			
07- Orteses, Proteses e materiais especiais	0			
08- Ações complementares da atenção á saúde	43			
Total	0	-	-	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS SIA/SUS) e Sistemas de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

RDQA -Rag Período referente Janeiro a Dezembro 2022

Analise: No município de Três Forquilhas os procedimentos de urgência e emergência que se refere a procedimentos clínicos de atendimento e urgência, são realizados em convenio com o município de Torres e Terra de Areia e, agendamento via sistema GERCON e SISREG.

4.3- PRODUÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO: Acolhimento /Atendimento/ Acompanhamento psicossocial, Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais:

4.3.1- Atendimento de Terapia Individual em Psicoterapia :.562.. **atendimentos**

4.3.2- Aplicação de teste para Psico diagnostico: 06 **Pacientes atendidos**

- PRODUÇÃO DE ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR POR GRUPO DE PROCEDIMENTO

Grupo de Procedimentos	Sistemas de Informações Ambulatoriais		Sistemas de Informações Hospitalares	
	Qtd aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor Total
01-Ações da promoção e prevenção em saúde	931	_	_	_
03- Procedimentos com finalidade diagnostica	67	_	_	_

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

04- Procedimentos Cirurgicos		–	–	–
05- Transplantes de órgãos, tecidos e células	–	–	–	–
06- Medicamentos		–	–	–
07- Òrteses, Proteses e Materiais especiais	–	–	–	–
08- Ações complementares da atenção á saude	–	–	–	–
Total	–	–	–	–

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS(SAI/SUS) e Sistemas de Informações Hospitalares do SUS

(SIH/SUS)

RDQA-Rag Período referente Janeiro a Dezembro 2022

Analise:

O município de Três Forquilhas referencia o atendimento ambulatorial especializado, através das cotas disponibilizadas pelo Estado.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde		-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	-	-
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	77	-	77	-
Total		**-**	**-**	**-**

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Analise: Ítem de Produção hospitalar

4.5- PRODUÇÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Este item refere-se ao componente especializado da Assistência Farmacêutica sob gestão da esfera Estadual, portanto não há produção sob Gestão Municipal

4.5.1 Dispensação de medicamentos Especiais (Fornecidos pelo Estado: 106 **pacientes atendidos**

4.5.2 Dispensação de medicamentos pela Rede Municipal (Fornecido pelo Município): 5.953 **atendimentos**

Analise:

O Município de Três Forquilhas não apresenta produção no sistema S IA/SUS referente ao componente especializado da Assistência Farmacêutica, no entanto considera-se relevante apresentar no relatório detalhado do quadrimestre algumas informações e dados da Assistência Farmacêutica de cada período analisado .A Assistência Farmacêutica do município tem como tópicos de trabalho: seleção, programação , aquisição , armazenamento, distribuição e dispensação dos medicamentos , materiais e insumos. (frascos de dieta naso entericas, equipos, aparelhos e fitas de Medidores de Glicemia) O município realiza também Abertura de Processos Administrativos e Judiciais para aquisição de medicamentos do componente especializado. Fornece Certidões Negativas Municipal e Estadual quando do não fornecimento do medicamento nestas duas esferas . Fornece também por meio de processo administrativo, protetores solar para os agricultores e para os pacientes com problemas de pele Fornece ainda Material para pessoas Ostomizadas(Bolsas, protetor cutâneo, Cavilon ,cinta.)

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financimento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	163	163
Total		

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

4.6.1 Inspeção , renovação de alvarás e autos de infração: 4 **/ 4 / 0**

4.6.2 Dedetizações **= 0**

4.6.3 Controle de Dengue, Barbeiro e Borrachudos: **226 / 00 / 94**

4.6.4 Investigações de DANTS , Doenças Transmissíveis, Violências Domesticas, Raiva e Saúde do Trabalhador: **100 %**

4.6.5 Digitação de Agravos e Saúde do trabalhador: **100%**

4.6.6 Cadastros de Doenças Diarreicas, Òbitos e RNS: **/100%**

4.6.7 Analises de SISAGUA e Zoonoses: **88 / 64**

Analise:

A produção da Vigilância em Saúde, conforme os dados que fazem parte deste Relatório Quadrimestral, são atividades que executa ações para o controle da Dengue no município. São realizadas as visitas aos pontos estratégicos, armadilhas e levantamento de índice conforme Programa de combate a Dengue.

Quanto as ações em Vigilância Epidemiológica, esta, vem realizando adequadamente todas as investigações dos óbitos ocorridos, bem como dos agravos notificados realizando a vigilância e investigação de doenças infecciosas, assim como seu controle, sejam de casos isolados ou surtos e pandemias.

Analise e considerações gerais sobre os dados de produção de serviços do SUS:

O Município Três Forquilhas realiza monitoramento mensal e quadrimestral de acordo com os indicadores pactuados na Programação Anual de Saúde.

O resultado anual dos indicadores de saúde foram obtidos no portal BI Gestão Municipal(BI/DGTI/SES/RS), do Estado do Rio Grande do Sul e nas fichas técnicas da Unidade Básica de saúde.

De maneira geral as ações foram realizados e as metas atingidas. Neste ano as principais dificuldades observadas ainda tem sido dificuldades no atendimento de alguns serviços que não foram ofertados em algum período, por isso alguns indicadores e ações ficaram prejudicados no alcance da meta

Os Profissionais desenvolvem bom atendimento nas ações Básicas de Saúde através de serviços qualificados visando a satisfação do usuário do SUS e a resolução dos problemas de saúde do Município.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	**Dupla**	**Estadual**	**Municipal**	**Total**
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	1	1
POSTO DE SAUDE	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
POLICLINICA	1	0	0	1
Total	**1**	**0**	**3**	**4**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 12/03/2023.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	**Municipal**	**Estadual**	**Dupla**	**Total**
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	2	0	1	3
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	1	0	0	1
Total	**3**	**0**	**1**	**4**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 12/03/2023.

5.3. Consórcios em saúde

Período 2022

Participação em consórcios			
CNPJ	**Natureza**	**Area de atuação**	**Participantes**
03043185000100	Direito Público	Serviços de apoio ao diagnóstico Assistência médica e ambulatorial Consulta médica especializada	RS / TRÊS FORQUILHAS

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 12/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS:

O aspecto da Gestão da rede física é realizada pela Secretaria de Saúde em conjunto com a Unidade Básica de Saúde e a esfera Administrativa é Pública.

O Município dispõe de duas UBS , sendo localizada uma no Centro e outra no Bairro Boa União. Na UBS do Centro encontra-se instalado o PSF do município com uma equipe de ESF. A unidade básica central conta com uma equipe multidisciplinar bem ampla com diferentes profissionais inclusive especialistas como Fisioterapeuta, ginecologista, Psicólogo, entre outros.

Ações Desenvolvidas:

Em parceria com a secretaria municipal de educação são desenvolvidos palestras aos estudantes com temas de prevenção de gravidez na adolescência e métodos contraceptivos.

Na área de saúde bucal são realizadas orientações sobre a prevenção de cáries, através de palestras e vídeos educativos. São desenvolvidos **diversas ações de Saúde bucal que busca melhorar as condições de saúde bucal da população.**

Na área de planejamento familiar foram desenvolvidas palestras com o tema contracepção, sexualidade e gravidez na adolescência nas escolas. Também é realizado acompanhamento domiciliar das visitadoras do PIM e são realizados encontros para as gestantes, onde é realizado palestra com temas diferentes sobre a importância do pré natal, amamentação, planejamento familiar dentre outras.

Na UBS as gestantes realizam o Pré natal onde na primeira consulta são atendidas por uma enfermeira a qual realiza o cadastro desta gestante no SIS pré natal e as orienta em relação as consultas de pré natal. Após a 1ª consulta as demais são encaminhadas ao médico que irá acompanhar e avaliar esta paciente até o final da gestação

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 02/2022

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	3	1	3	14	9
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	4	0	1	2	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	1	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 22/03/2023.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	0	1	1	0
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	26	24	23	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	4	4	4	0
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	9	8	8	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 22/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

O Município dispõe de duas UBS , sendo localizada uma no Centro e outra no Bairro Boa União. Na UBS do Centro encontra-se instalado o PSF do município com uma equipe de ESF. A unidade básica central conta com uma equipe multidisciplinar bem ampla com diferentes profissionais inclusive especialistas como Fisioterapeuta, ginecologista, Psicólogo, entre outros. A maioria dos profissionais são concursados regidos pelo regime estatutario e empego publico

Faz-se reflexões sobre a formação dos profissionais da saúde frente à necessidade de profissionais generalistas, com competência técnica e visão social, a partir da expansão da Estratégia Saúde da Família. Apresenta a Residência Multiprofissional em Saúde da Família como uma modalidade de formação em serviço, apoiada pelo Ministério da Saúde, sendo esta uma das possibilidades de integração ensino-serviço com vistas ao desenvolvimento de competências profissionais necessárias para atuação e consolidação do Sistema Único de Saúde.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 16

Peça 5032776

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A20F

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Rede de Atenção à Saúde

OBJETIVO Nº 1.1 - Alimentar, erradicar a fome e promover a saúde comunitária.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Construir hortas comunitárias, envolvendo profissionais da saúde, escola e comunidade, reduzindo o lixo, incentivando a alimentação saudável, a promoção de saúde e aumentando o cuidado da população para com o município, permitindo o consumo de produtos orgânicos por parte da população e na merenda escolar.	Número de hortas construídas no município, no período.	Número	2022	3	3	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Construção de hortas comunitárias									
2. Construir hortas medicinais nas UBS para apropriação e uso da comunidade e implementar as atividades como os fitoterápicos, de modo a aperfeiçoar formação e qualificação de profissionais para melhor orientar as pessoas sobre o uso dos mesmos.	Número de hortas medicinais construídas no período	Número	2022	2	2	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Construindo hortas medicinais nas UBS para apropriação e uso da comunidade e implementar as atividades como os fitoterápicos, de modo a aperfeiçoar formação e qualificação de profissionais para melhor orientar as pessoas sobre o uso dos mesmos.									

OBJETIVO Nº 1.2 - Educar em saúde e para saúde

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar sistema de educação continuada ao funcionário admitido por todo tipo de contrato de trabalho no objetivo de conhecer os fluxos da secretaria da saúde e as atribuições do cargo.	Sistema de educação continuada implantado no período	Número	2022	1	1	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Implantando sistema de educação continuada ao funcionário admitido por todo tipo de contrato de trabalho no objetivo de conhecer os fluxos da secretaria da saúde e as atribuições do cargo.									
2. Capacitar a enfermagem sobre curativos especiais, atendimentos de urgência e emergência, como curso de APH e BLS, entre outros.	Número de capacitações ofertados à enfermagem válido por dois anos.	Número	2022	2	2	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Capacitando a enfermagem sobre curativos especiais, atendimentos de urgência e emergência, como curso de APH e BLS, entre outros.									
3. Ampliar a educação permanente dos profissionais da atenção primária no campo da saúde mental.	Número de participações de eventos com objetivo de atualizar o conhecimento no campo da saúde mental frequentado por participantes da equipe no período avaliado.	Número	2022	4	4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Ampliando a educação permanente dos profissionais da atenção primária no campo da saúde mental.									
4. Capacitar os profissionais em Vigilância em Saúde, comunicação de risco, assistência e preparação para enfrentamento de pandemias.	Número de capacitações realizadas no período avaliado.	Número	2022	2	2	0	Número	1,00	0
Ação Nº 1 - Capacitando os profissionais em Vigilância em Saúde, comunicação de risco, assistência e preparação para enfrentamento de pandemias.									

OBJETIVO Nº 1.3 - Fortalecer as redes de atenção à saúde, reduzir riscos e agravos, através de ações de proteção, prevenção e vigilância em saúde.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Contratar e manter profissional nutricionista e educador físico para SMS.	Número mínimo de profissionais de cada área atuando.	Número	2022	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Contratando e mantendo profissional nutricionista e educador físico para SMS.									
2. Organizar grupos para ações de promoção e prevenção à saúde nas comunidades, juntamente com Agentes Comunitários de Saúde, profissionais de Educação Física e Nutrição, bem como organizar grupos de Hiperdia e Gestantes.	Número mínimo de grupos criados de Hiperdia e Gestantes	Número	2022	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Organizando grupos para ações de promoção e prevenção à saúde nas comunidades, juntamente com Agentes Comunitários de Saúde, profissionais de Educação Física e Nutrição, bem como organizar grupos de Hiperdia e Gestantes.									
3. Investir os recursos das vigilâncias para que possam atender às necessidades de saúde, garantindo a promoção/prevenção e reabilitação de saúde.	Percentual dos recurso vinculado investido na respectiva área.	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Investindo os recursos das vigilâncias para que possam atender às necessidades de saúde, garantindo a promoção/prevenção e reabilitação de saúde.									
4. Criar banco de dados das pessoas com deficiência e doenças crônicas a fim de fortalecer políticas públicas com objetivo de reduzir a morbimortalidade e as manifestações secundárias, melhorando a qualidade de vida e desenvolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico precoce e cuidados paliativos.	Número de banco de dados criados e mantidos a cada ano do período.	Número	2022		1	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Meta prevista para 2024									
5. Promover a saúde integral aos adolescentes e crianças na perspectiva de fortalecimento do Programa Saúde Na Escola (PSE), garantir ações de saúde bucal e atendimento conforme suas características, respeitando as suas particularidades, abordando questões da sexualidade, prevenção às IST e HIV/AIDS, gravidez na adolescência, orientados pelo estatuto da criança e do adolescente.	Número de grupo com profissionais multidisciplinares, criado pela SMS, para atuar em cada uma das escolas pactuadas no âmbito do PSE.	Número	2022	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Promovendo a saúde integral aos adolescentes e crianças na perspectiva de fortalecimento do Programa Saúde Na Escola (PSE), garantir ações de saúde bucal e atendimento conforme suas características, respeitando as suas particularidades, abordando questões da sexualidade, prevenção às IST e HIV/AIDS, gravidez na adolescência, orientados pelo estatuto da criança e do adolescente.									
6. Implementar a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT) no município.	Número de equipes AMENT em atuação no município.	Número	2022	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Implementando a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT) no município.									
7. Garantir por meio de estratégias de comunicação, a mobilização da população e a orientação sobre medidas de contenção e de mitigação mais apropriadas em casos de Emergência em Saúde Pública.	Número mínimo de estratégias de comunicação para cada um dos formatos a seguir: mídia digital, mídia impressa, rádio comunitária.	Número	2022	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantindo por meio de estratégias de comunicação, a mobilização da população e a orientação sobre medidas de contenção e de mitigação mais apropriadas em casos de Emergência em Saúde Pública.									

OBJETIVO Nº 1.4 - Garantir a atenção integral à saúde de pessoas e comunidades em vulnerabilidade social.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Assegurar a implementação das políticas da equidade com vistas a promoção da saúde, superação de preconceitos e estigmas relacionados à: raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e pessoas com deficiência.	Número mínimo de vezes que o conceito de equidade sobre os temas propostos foi abordado no âmbito da SMS para a população geral.	Número	2022	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Assegurando a implementação das políticas da equidade com vistas a promoção da saúde, superação de preconceitos e estigmas relacionados à: raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e pessoas com deficiência.									
2. Promover as políticas nacionais no âmbito municipal, para população LGBTQIA+ e pessoas que convivem com HIV/AIDS no município.	Número mínimo de profissional da saúde com carga horária protegida para desenvolver cada uma das políticas no período.	Número	2022	2	2	2	Número	1,00	50,00
Ação Nº 1 - Promovendo as políticas nacionais no âmbito municipal, para população LGBTQIA+ e pessoas que convivem com HIV/AIDS no município.									
3. Garantir o fornecimento necessário de fraldas para idosos e pessoas com deficiência.	Percentual de pessoas elegíveis atendidas no programa de distribuição de fraldas.	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantindo o fornecimento necessário de fraldas para idosos e pessoas com deficiência.									

OBJETIVO Nº 1.5 - Garantir a assistência farmacêutica e instruir o uso racional de medicamentos.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Criar espaço para debate sobre saúde mental, uso racional de medicamentos, discutir viabilidade de substituir o processo de medicalização por práticas integrativas e complementares e outras formas terapêuticas não medicamentosas.	Número de conferências de saúde mental realizada no período.	Número	2022	2	2	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Criando espaço para debate sobre saúde mental, uso racional de medicamentos, discutir viabilidade de substituir o processo de medicalização por práticas integrativas e complementares e outras formas terapêuticas não medicamentosas.									
2. Assegurar a disponibilidade de medicamentos básicos conforme RENAME.	Número de licitações realizadas que garantam o fornecimento anual e contendo todos medicamentos básicos com demanda no município.	Número	2022	1	4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Assegurando a disponibilidade de medicamentos básicos conforme RENAME.									
3. Construir e atualizar REMUME e protocolo de dispensação de medicamentos não básicos.	REMUME e protocolo de dispensação elaborada, atualizada e aprovada para o quadriênio.	Número	2022	2	2	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Construindo e atualizando REMUME e protocolo de dispensação de medicamentos não básicos.									
4. Adquirir e dispensar medicamentos judicializados.	Percentual de atendimento às demandas judiciais em assistência farmacêutica expedidas em definitivo contra o município.	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Adquirindo e dispensando medicamentos judicializados.									

OBJETIVO Nº 1.6 - Monitorar e avaliar permanentemente indicadores, serviços e ações na APS.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter cobertura populacional da ESF.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Mantendo cobertura populacional da ESF.									
2. Inserir e acompanhar a regulação de pacientes nos sistemas GERCON, SISREG e rede contratualizada pela SES para serviços e consultas de MAC.	Proporção de pacientes inseridos e acompanhados em relação à essa demanda.	Proporção	2022	100,00	100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Inserindo e acompanhando a regulação de pacientes nos sistemas GERCON, SISREG e rede contratualizada pela SES para serviços e consultas de MAC.									
3. Aumentar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Aumentando a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.									
4. Ampliar a cobertura do PIM	Cobertura estimada da equipe do PIM	Percentual	2022	30,00	100,00	30,00	Percentual	74,00	246,67
Ação Nº 1 - Ampliando a cobertura do PIM.									
5. Ampliar o acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil.	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades do Programa Auxílio Brasil referente ao segundo semestre de cada ano.	Percentual	2022	80,00	95,00	80,00	Percentual	94,13	117,66
Ação Nº 1 - Ampliando o acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil.									
6. Manter preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Proporção	2022	100,00	100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Mantendo preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.									
7. Manter percentual preconizado das vacinas do calendário nacional de vacinação infantil.	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	Proporção	2022	95,00	95,00	95,00	Proporção	95,00	100,00
Ação Nº 1 - Mantendo percentual preconizado das vacinas do calendário nacional de vacinação infantil.									
8. Aumentar razão de mamografias para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos na população residente do município e população da mesma faixa etária.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	Razão	2022	58,00	65,00	58,00	Razão	0,31	0,53
Ação Nº 1 - Aumentando razão de mamografias para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos na população residente do município e população da mesma faixa etária.									
9. Aumentar a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrada em até 60 dias após notificação.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	Proporção	2022	80,00	80,00	80,00	Proporção	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Aumentando a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrada em até 60 dias após notificação.									

OBJETIVO Nº 1.7 - Monitorar indicadores do Previne Brasil

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Realizar pelo menos seis consultas pré-natal em gestantes, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	Proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	Proporção	2022	45,00	90,00	45,00	Proporção	64,00	142,22
Ação Nº 1 - Realizando pelo menos seis consultas pré-natal em gestantes, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.									
2. Realizar exames para sífilis e HIV em gestantes.	Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	Proporção	2022	60,00	90,00	60,00	Proporção	82,00	136,67
Ação Nº 1 - Realizando exames para sífilis e HIV em gestantes.									
3. Realizar atendimento odontológico em gestantes	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	Proporção	2022	60,00	90,00	60,00	Proporção	82,00	136,67
Ação Nº 1 - Realizando atendimento odontológico em gestantes									
4. Realizar coleta de citopatológico em mulheres na APS	Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS	Proporção	2022	40,00	80,00	40,00	Proporção	42,00	95,00
Ação Nº 1 - Realizando coleta de citopatológico em mulheres na APS									
5. Realizar vacinas contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada em crianças de um ano de idade, na APS.	Proporção de crianças de um ano de idade vacinadas na APS contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada	Proporção	2022	95,00	95,00	95,00	Proporção	95,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizando vacinas contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada em crianças de um ano de idade, na APS.									
6. Realizar consulta e aferição de pressão arterial no semestre, em pessoas com hipertensão.	Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre	Proporção	2022	50,00	90,00	50,00	Proporção	35,00	70,00
Ação Nº 1 - Realizando consulta e aferição de pressão arterial no semestre, em pessoas com hipertensão.									
7. Realizar consulta e solicitar hemoglobina glicada, em pessoas com diabetes, no semestre.	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre	Proporção	2022	50,00	90,00	50,00	Proporção	35,00	70,00
Ação Nº 1 - Realizando consulta e solicitando hemoglobina glicada, em pessoas com diabetes, no semestre.									
8. Elevar Nota ISF	Nota atribuída ao Índice ISF do Previne Brasil	Número	2022	6	9	6	Número	8,00	133,33
Ação Nº 1 - Elevando a Nota ISF									

DIRETRIZ Nº 2 - Gestão em Saúde

OBJETIVO Nº 2.1 - Promover ações administrativas da SMS com impacto nos processos de trabalho

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Propor projeto a fim de obter insalubridade para todos os servidores que possuem direito ao benefício.	Elaboração de projeto de lei municipal para implementação de insalubridade aos servidores da saúde elegíveis.	Número	2022	1	1	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Propondo projeto a fim de obter insalubridade para todos os servidores que possuem direito ao benefício.									
2. Viabilizar junto a gestão municipal a garantia de pagamento do piso salarial dos profissionais da saúde, conforme legislação vigente.	Alteração do regime jurídico municipal para pagamento do piso salarial de profissionais da saúde elegíveis.	Número	2022	1	1	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Viabilizando junto a gestão municipal a garantia de pagamento do piso salarial dos profissionais da saúde, conforme legislação vigente.									
3. Fornecer uniformes (jalecos, coletes, jaquetas, camisetas) aos trabalhadores da saúde, com a devida identificação profissional.	Percentual de funcionários da saúde uniformizados.	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Fornecendo uniformes (jalecos, coletes, jaquetas, camisetas) aos trabalhadores da saúde, com a devida identificação profissional.									
4. Renovar frota de veículos com capacidade para 5 pessoas.	Veículos novos adquiridos	Número	2022	3	3	3	Número	3,00	100,00
Ação Nº 1 - Renovando frota de veículos com capacidade para 5 pessoas.									

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

5. Manter estoque mínimo de 30% de materiais de higiene e consumo, materias médico-hospitalares e farmacológicos necessários para atendimento e funcionamento da SMS.	Proporção mínima estimada em estoque de materiais, com relação ao esperado para o período.	Proporção	2022	30,00	30,00	30,00	Proporção	30,00	100,00
Ação Nº 1 - Mantendo estoque mínimo de 30% de materiais de higiene e consumo, materias médico-hospitalares e farmacológicos necessários para atendimento e funcionamento da SMS.									
6. Manter contratação de profissionais conforme demanda da SMS.	Percentual de profissionais contratados para substituição por vacância.	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Mantendo contratação de profissionais conforme demanda da SMS.									
7. Garantir o funcionamento de serviços essenciais para funcionamento da SMS (Água/Luz/Internet/Telefonia/Segurança)	Proporção dos serviços em funcionamento pleno.	Proporção	2022	100,00	100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantindo o funcionamento de serviços essenciais para funcionamento da SMS (Água/Luz/Internet/Telefonia/Segurança)									
8. Manter sistema informatizado para gestão da SMS e todos os seus setores.	Proporção dos sistemas em atividade plena.	Proporção	2022	100,00	100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Mantendo sistema informatizado para gestão da SMS e todos os seus setores.									
9. Monitorar e avaliar os instrumentos de gestão quadrimestralmente	Percentual de instrumentos de gestão monitorados e avaliados quadrimestralmente.	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Monitorando e avaliando os instrumentos de gestão quadrimestralmente									
10. Firmar, manter e fiscalizar contratos entre município e prestadores de serviços de saúde.	Proporção de contratos mantidos e fiscalizados em relação aos firmados.	Proporção	2022	100,00	100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Firmando, mantendo e fiscalizando contratos entre município e prestadores de serviços de saúde.									
11. Manter e ampliar o funcionamento dos atendimentos da policlínica da SMS.	Atividade da policlínica da SMS.	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Mantendo e ampliando o funcionamento dos atendimentos da policlínica da SMS.									
12. Contratar agente comunitário de endemias.	Número de Agentes de Endemia contratado no período.	Número	2022	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Contratando agente combate a endemias.									
13. Aplicar os recursos destinados às comunidades quilombolas de acordo com plano construído entre SMS, SES e representante legal da comunidade.	Proporção de recursos quilombolas aplicados conforme plano.	Proporção	2022	100,00	100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Aplicando os recursos destinados às comunidades quilombolas de acordo com plano construído entre SMS, SES e representante legal da comunidade.									
14. Fortalecer a organização e a infra-estrutura das UBS e dos demais níveis de resposta para o enfrentamento de situações de Emergência de saúde Pública.	Número de ações de fortalecimento.	Número	2022	1	4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Fortalecendo a organização e a infra-estrutura das UBS e dos demais níveis de resposta para o enfrentamento de situações de Emergência de saúde Pública.									
15. Investir na saúde o percentual da receita municipal conforme legislação vigente.	Percentual mínimo de recursos próprios da administração municipal investidos em saúde.	Percentual	2022	15,00	15,00	15,00	Percentual	19,45	129,67
Ação Nº 1 - Investindo na saúde o percentual da receita municipal conforme legislação vigente.									
16. Adquirir e manter equipamentos, mobiliários e material permanente conforme a necessidade da secretaria municipal de saúde.	Percentual atingido pelo município.	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Adquirindo e mantendo equipamentos, mobiliários e material permanente conforme a necessidade da secretaria municipal de saúde.									
17. Inspecionar, limpar e manter em dia os itens indispensáveis ao fornecimento de alvará sanitário das dependências da SMS.	Proporção de inspeções, limpezas e manutenções realizadas.	Proporção	2022	100,00	100,00	100,00	Proporção	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Inspecionando e mantendo em dia os itens indispensáveis ao fornecimento de alvará sanitário das dependências da SMS.									
18. Acessibilizar as edificações da SMS.	Proporção de edificações com acessibilidade conforme norma vigente.	Proporção	2022	50,00	100,00	50,00	Proporção	50,00	100,00
Ação Nº 1 - Melhorando acesso as edificações da SMS.									
19. Montar e manter almoxarifado central para controle e dispensa de medicamentos e correlatos	Número de almoxarifados em operação para cada ano do período.	Número	2022	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Montando e mantendo almoxarifado central para controle e dispensa de medicamentos e correlatos									

OBJETIVO Nº 2.2 - Integrar os entes municipais e seus respectivos conselhos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Fortalecer a integração com diferentes secretarias, como assistência social, educação, agricultura, entre outras, visando a ampliação das ações em saúde.	Número de ações de fortalecimento.	Número	2022	4	4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Fortalecendo a integração com diferentes secretarias, como assistência social, educação, agricultura, entre outras, visando a ampliação das ações em saúde.									
2. Fortalecer os Conselhos de Saúde na defesa de políticas públicas e da democracia, garantindo a participação da sociedade civil, de modo a assegurar e estimular a participação social como um dos princípios ideológicos do SUS, e manter o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde em todas as esferas.	Número de ações de fortalecimento para cada ano do período.	Número	2022	4	4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Fortalecendo os Conselhos de Saúde na defesa de políticas públicas e da democracia, garantindo a participação da sociedade civil, de modo a assegurar e estimular a participação social como um dos princípios ideológicos do SUS, e manter o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde em todas as esferas.									

OBJETIVO Nº 2.3 - Ampliar e conservar a estrutura física interna externa do conjunto de estabelecimentos que compõe a secretaria da saúde (postos, administrativo, farmácia e anexos).

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Realizar manutenção de pintura de paredes internas e externas	Proporção de manutenções realizadas para cada ano.	Proporção	2022	30,00	100,00	30,00	Proporção	20,00	66,67
Ação Nº 1 - Realizando manutenção de pintura de paredes internas e externas									
2. Ampliar estrutura física do Posto da UBS da sede.	Número de ampliações para cada ano do período.	Número	2022	1	1	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Ampliando estrutura física do Posto da UBS da sede.									
3. Construir nova instalação para farmácia municipal.	Número de instalações novas construídas exclusivamente para farmácia municipal.	Número	2022	1	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Construindo nova instalação para farmácia municipal.									
4. Realizar reformas nas calçadas externas das UBS.	Número de reformas nas calçadas da UBS realizadas.	Número	2022	1	1	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizando reformas nas calçadas externas das UBS.									

DIRETRIZ Nº 3 - Vigilância em Saúde

OBJETIVO Nº 3.1 - Promover Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Intensificar a visitação nas residências, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos para prevenção e combate à dengue.	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Número	2022	12	12	3	Número	3,00	100,00
Ação Nº 1 - Intensificando a visitação nas residências, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos para prevenção e combate à dengue.									
2. Ampliar busca ativa de usuários que deixaram de se vacinar para a COVID-19 de acordo com seus grupo prioritários e respectivas faixas etárias.	Percentual de busca ativa de elegíveis à vacinação ausentes	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Ampliando busca ativa de usuários que deixaram de se vacinar para a COVID-19 de acordo com seus grupo prioritários e respectivas faixas etárias.									
3. Atualizar plano de coleta de resíduos de serviços de saúde públicos e privados.	Número de atualizações no quadriênio	Número		2	2	0	Número	0	0
Ação Nº 1 - Atualizando plano de coleta de resíduos de serviços de saúde públicos e privados.									
4. Atualizar plano de contingência da dengue.	Número de atualizações no quadriênio	Número	2022	2	2	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Atualizando plano de contingência da dengue.									
5. Acompanhar todos os casos tuberculose extrapulmonar e pulmonar bacilífera.	Percentual de casos de tuberculose acompanhados	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Acompanhando todos os casos tuberculose extrapulmonar e pulmonar bacilífera.									
6. Manter preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	Percentual de preenchimento do campo ocupação em relação ao total de notificações realizadas	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Mantendo preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.									
7. Realizar investigação de óbito em tempo oportuno quando preconizado.	Percentual de investigações em relação ao número de óbitos a serem investigados	Percentual	2022	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizando investigação de óbito em tempo oportuno quando preconizado.									
8. Manter o cadastro dos sistemas e soluções de abastecimento de água.	Número de sistemas contendo cadastros atualizados no município	Número	2022	4	4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Mantendo o cadastro dos sistemas e soluções de abastecimento de água.									
9. Manter análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Proporção	2022	95,00	95,00	95,00	Proporção	95,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.									

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
122 - Administração Geral	1	0	0
	Realizar manutenção de pintura de paredes internas e externas	30,00	20,00
	Fortalecer a integração com diferentes secretarias, como assistência social, educação, agricultura, entre outras, visando a ampliação das ações em saúde.	1	1
	Viabilizar junto a gestão municipal a garantia de pagamento do piso salarial dos profissionais da saúde, conforme legislação vigente.	0	0
	Fortalecer os Conselhos de Saúde na defesa de políticas públicas e da democracia, garantindo a participação da sociedade civil, de modo a assegurar e estimular a participação social como um dos princípios ideológicos do SUS, e manter o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde em todas as esferas.	1	1
	Construir nova instalação para farmácia municipal.	1	1
	Atualizar plano de coleta de resíduos de serviços de saúde públicos e privados.	0	0
	Criar banco de dados das pessoas com deficiência e doenças crônicas a fim de fortalecer políticas públicas com objetivo de reduzir a morbimortalidade e as manifestações secundárias, melhorando a qualidade de vida e desenvolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico precoce e cuidados paliativos.	0	0
	Realizar reformas nas calçadas externas das UBS.	0	0
	Firmar, manter e fiscalizar contratos entre município e prestadores de serviços de saúde.	100,00	100,00
	Aplicar os recursos destinados às comunidades quilombolas de acordo com plano construído entre SMS, SES e representante legal da comunidade.	100,00	100,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

	Fortalecer a organização e a infra-estrutura das UBS e dos demais níveis de resposta para o enfrentamento de situações de Emergência de saúde Pública.	1	1
	Investir na saúde o percentual da receita municipal conforme legislação vigente.	15,00	19,45
	Adquirir e manter equipamentos, mobiliários e material permanente conforme a necessidade da secretaria municipal de saúde.	100,00	100,00
	Inspecionar, limpar e manter em dia os itens indispensáveis ao fornecimento de alvará sanitário das dependências da SMS.	100,00	100,00
	Acessibilizar as edificações da SMS.	50,00	50,00
301 - Atenção Básica	1	0	0
	Intensificar a visitação nas residências, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos para prevenção e combate à dengue.	3	3
	Realizar manutenção de pintura de paredes internas e externas	30,00	20,00
	Assegurar a implementação das políticas da equidade com vistas a promoção da saúde, superação de preconceitos e estigmas relacionados à: raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e pessoas com deficiência.	1	1
	Realizar pelo menos seis consultas pré-natal em gestantes, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	45,00	64,00
	Manter cobertura populacional da ESF.	100,00	100,00
	Criar espaço para debate sobre saúde mental, uso racional de medicamentos, discutir viabilidade de substituir o processo de medicalização por práticas integrativas e complementares e outras formas terapêuticas não medicamentosas.	0	0
	Contratar e manter profissional nutricionista e educador físico para SMS.	1	1
	Capacitar a enfermagem sobre curativos especiais, atendimentos de urgência e emergência, como curso de APH e BLS, entre outros.	1	1
	Ampliar busca ativa de usuários que deixaram de se vacinar para a COVID-19 de acordo com seus grupo prioritários e respectivas faixas etárias.	100,00	100,00
	Ampliar estrutura física do Posto da UBS da sede.	0	0
	Fortalecer os Conselhos de Saúde na defesa de políticas públicas e da democracia, garantindo a participação da sociedade civil, de modo a assegurar e estimular a participação social como um dos princípios ideológicos do SUS, e manter o caráter deliberativo dos Conselhos de Saúde em todas as esferas.	1	1
	Viabilizar junto a gestão municipal a garantia de pagamento do piso salarial dos profissionais da saúde, conforme legislação vigente.	0	0
	Promover as políticas nacionais no âmbito municipal, para população LGBTQIA+ e pessoas que convivem com HIV/AIDS no município.	2	1
	Realizar exames para sífilis e HIV em gestantes.	60,00	82,00
	Inserir e acompanhar a regulação de pacientes nos sistemas GERCON, SISREG e rede contratualizada pela SES para serviços e consultas de MAC.	100,00	100,00
	Assegurar a disponibilidade de medicamentos básicos conforme RENAME.	1	1
	Organizar grupos para ações de promoção e prevenção à saúde nas comunidades, juntamente com Agentes Comunitários de Saúde, profissionais de Educação Física e Nutrição, bem como organizar grupos de Hiperdia e Gestantes.	1	1
	Ampliar a educação permanente dos profissionais da atenção primária no campo da saúde mental.	1	1
	Atualizar plano de coleta de resíduos de serviços de saúde públicos e privados.	0	0
	Fornecer uniformes (jalecos, coletes, jaquetas, camisetas) aos trabalhadores da saúde, com a devida identificação profissional.	100,00	100,00
	Garantir o fornecimento necessário de fraldas para idosos e pessoas com deficiência.	100,00	100,00
	Realizar atendimento odontológico em gestantes	60,00	82,00
	Aumentar a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.	100,00	100,00
	Construir e atualizar REMUME e protocolo de dispensação de medicamentos não básicos.	0	0
	Investir os recursos das vigilâncias para que possam atender às necessidades de saúde, garantindo a promoção/prevenção e reabilitação de saúde.	100,00	100,00
	Adquirir e dispensar medicamentos judicializados.	100,00	100,00
	Atualizar plano de contingência da dengue.	1	1
	Realizar reformas nas calçadas externas das UBS.	0	0
	Renovar frota de veículos com capacidade para 5 pessoas.	3	3
	Realizar coleta de citopatológico em mulheres na APS	40,00	42,00
	Ampliar a cobertura do PIM	30,00	74,00
	Promover a saúde integral aos adolescentes e crianças na perspectiva de fortalecimento do Programa Saúde Na Escola (PSE), garantir ações de saúde bucal e atendimento conforme suas características, respeitando as suas particularidades, abordando questões da sexualidade, prevenção às IST e HIV/AIDS, gravidez na adolescência, orientados pelo estatuto da criança e do adolescente.	1	1
	Acompanhar todos os casos tuberculose extrapulmonar e pulmonar bacilífera.	100,00	100,00
	Manter estoque mínimo de 30% de materiais de higiene e consumo, materias médico-hospitalares e farmacológicos necessários para atendimento e funcionamento da SMS.	30,00	30,00
	Realizar vacinas contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada em crianças de um ano de idade, na APS.	95,00	95,00
	Ampliar o acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil.	80,00	94,13

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

	Implementar a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT) no município.	1	1
	Manter preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00	100,00
	Manter contratação de profissionais conforme demanda da SMS.	100,00	100,00
	Realizar consulta e aferição de pressão arterial no semestre, em pessoas com hipertensão.	50,00	35,00
	Manter preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	100,00	100,00
	Garantir por meio de estratégias de comunicação, a mobilização da população e a orientação sobre medidas de contenção e de mitigação mais apropriadas em casos de Emergência em Saúde Pública.	1	1
	Realizar investigação de óbito em tempo oportuno quando preconizado.	100,00	100,00
	Garantir o funcionamento de serviços essenciais para funcionamento da SMS (Água/Luz/Internet/Telefonia/Segurança)	100,00	100,00
	Realizar consulta e solicitar hemoglobina glicada, em pessoas com diabetes, no semestre.	50,00	35,00
	Manter percentual preconizado das vacinas do calendário nacional de vacinação infantil.	95,00	95,00
	Aumentar razão de mamografias para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos na população residente do município e população da mesma faixa etária.	58,00	0,31
	Manter o cadastro dos sistemas e soluções de abastecimento de água.	1	1
	Manter sistema informatizado para gestão da SMS e todos os seus setores.	100,00	100,00
	Elevar Nota ISF	6	8
	Aumentar a proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrada em até 60 dias após notificação.	80,00	80,00
	Manter análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	95,00	95,00
	Monitorar e avaliar os instrumentos de gestão quadrimestralmente	100,00	100,00
	Manter e ampliar o funcionamento dos atendimentos da policlínica da SMS.	100,00	100,00
	Contratar agente comunitário de endemias.	1	1
	Fortalecer a organização e a infra-estrutura das UBS e dos demais níveis de resposta para o enfrentamento de situações de Emergência de saúde Pública.	1	1
	Adquirir e manter equipamentos, mobiliários e material permanente conforme a necessidade da secretaria municipal de saúde.	100,00	100,00
	Inspecionar, limpar e manter em dia os itens indispensáveis ao fornecimento de alvará sanitário das dependências da SMS.	100,00	100,00
	Acessibilizar as edificações da SMS.	50,00	50,00
	Montar e manter almoxarifado central para controle e dispensa de medicamentos e correlatos	1	1
305 - Vigilância Epidemiológica	1	0	1
306 - Alimentação e Nutrição	1	0	0
	Construir hortas medicinais nas UBS para apropriação e uso da comunidade e implementar as atividades como os fitoterápicos, de modo a aperfeiçoar formação e qualificação de profissionais para melhor orientar as pessoas sobre o uso dos mesmos.	0	0

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	**Categoria Econômica**	**Recursos ordinários - Fonte Livre (R$)**	**Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R$)**	**Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R$)**	**Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R$)**	**Transferências de convênios destinados à Saúde (R$)**	**Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R$)**	**Royalties do petróleo destinados à Saúde (R$)**	**Outros recursos destinados à Saúde (R$)**	**Total(R$)**
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	200,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	200,00
	Capital	300,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	300,00
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	2.958.483,48	487.460,00	304.800,00	N/A	N/A	N/A	N/A	3.750.743,48
	Capital	500,00	158.536,30	7.000,00	45.400,00	N/A	N/A	N/A	N/A	211.436,30
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	219.600,00	12.035,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	231.635,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	535,00	N/A	19.305,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	19.840,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	N/A	100,00	N/A	N/A	N/A	N/A	100,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 22/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

ANALISE, PRINCIPAIS INDICADORES DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAUDE DE 2022

DIRETRIZ Nº 1 - Rede de Atenção à Saúde	Meta 2022	**Resultado 1º QDR**	**Resultado 2º QDR**	Resultado 3 º QDR	Res.Meta anual
2. Capacitar a enfermagem sobre curativos especiais, atendimentos de urgência e emergência, como curso de APH e BLS, entre outro	1(numero)	0	0	1	1
Análise: Capacitação realizada em novembro/2022.					
3. Ampliar a educação permanente dos profissionais da atenção primária no campo da saúde mental.	1(numero)	0	1	0	1
Análise: Profissionais recebendo atualizações.					
1. Contratar e manter profissional nutricionista e educador físico para SMS.	1(numero)	0	1	0	1
Análise: Profissional Nutricionista já encontra-se atuando na APS.					
2. Organizar grupos para ações de promoção e prevenção à saúde nas comunidades, juntamente com Agentes Comunitários de Saúde, profissionais de Educação Física e Nutrição, bem como organizar grupos de Hiperdia e Gestantes.	1(numero)	0	1	1	2
Análise: Grupos ocorrendo.					
5. Promover a saúde integral aos adolescentes e crianças na perspectiva de fortalecimento do Programa Saúde Na Escola (PSE), garantir ações de saúde bucal e atendimento conforme suas características, respeitando as suas particularidades, abordando questões da sexualidade, prevenção às IST e HIV/AIDS, gravidez na adolescência, orientados pelo estatuto da criança e do adolescente.	1(numero)	0	1	0	1
Análise: Nesse contexto, as equipes de saúde bucal estão realizando diversas ações no âmbito do PSE.					
6. Implementar a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT) no município.	1(numero)	0	1	0	1
Análise: A equipe já encontra-se implementada e atuando.					
7. Garantir por meio de estratégias de comunicação, a mobilização da população e a orientação sobre medidas de contenção e de mitigação mais apropriadas em casos de Emergência em Saúde Pública.	1(numero)	0	1	0	1
Análise: Indicador sendo realizado.					

Analise e considerações gerais

O Município Três Forquilhas realiza monitoramento mensal e quadrimestral de acordo com os indicadores pactuados na Programação Anual de Saúde.

De maneira geral as ações foram realizados e as metas atingidas. Neste ano as principais dificuldades observadas ainda tem sido dificuldades no atendimento de alguns serviços que não foram ofertados em algum período, por isso alguns indicadores e ações ficaram prejudicados no alcance da meta.

Os Profissionais desenvolvem bom atendimento nas ações Básicas de Saúde através de serviços qualificados visando a satisfação do usuário do SUS e a resolução dos problemas de saúde do Município.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

3. Garantir o fornecimento necessário de fraldas para idosos e pessoas com deficiência.	100%	0	100%	100%	100%
Análise: Indicador sendo realizado.					
2. Assegurar a disponibilidade de medicamentos básicos conforme RENAME. câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	1(numero)	0	1	0	1
Análise: Medicamentos licitados no 2º quadrimestre de 2022 seguem com estoque satisfatório.					
4. Adquirir e dispensar medicamentos judicializados.	100%	0	100%	100%	100%
Análise: Medicamentos sendo dispensados conforme demanda.					
2- Inserir e acompanhar a regulação de pacientes nos sistemas GERCON, SISREG e rede contratualizada pela SES para serviços e consultas de MAC.	*100%*	0	100%	100%	100%
Análide: Atividade sendo desenvolvida.					
4. Ampliar a cobertura do PIM	*30%*	0	30%	74%	74%
Análise: Cobertura ampliada, com a contratação de mais 3 visitadoras.					
5. Ampliar o acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil.	80%	0	76%	94,13%	94,13%
Análise: Condicionalidades da saúde foram aumentadas de 76% para 94,13% da meta na segunda vigência de 2022, em comparação com a primeira.					
7. Manter percentual preconizado das vacinas do calendário nacional de vacinação infantil.	95%	0	95%	95%	95%
Análise: Meta alcançada.					
8. Aumentar razão de mamografias para mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos na população residente do município e população da mesma faixa etária.	58(razão)	0,09	0,11	0,11	0,31
Análise: A meta, que aparentemente encontra-se abaixo do esperado, não é fidedigna, pois estes exames estão sendo ofertados com recursos própios do município, devido a baixa oferta na rede estadual, fazendo com que o índice conste registro apenas nas bases locais e não na contagem oficial da SES/RS. Salienta-se ainda que o último quadrimestre foi o que houve o maior número de realização de mamografias, devido compreender o mês de outubro, onde há uma maior sensibilização das pacientes, decorrente aos atos alusivos ao outubro rosa.					
1. Realizar pelo menos seis consultas pré-natal em gestantes, sendo a 1ª até a 12ª semana de gestação.	45(proporção)	43	63	64	64
Análise: Meta atingida.					
2. Realizar exames para sífilis e HIV em gestantes.	60(proporção)	100	88	82	82
Análise: Meta atingida no quadrimestre em avaliação.					
3. Realizar atendimento odontológico em gestantes	60(proporção)	14	38	82	82
Análise: Proporção atingiu a meta desejada com crescimento a cada quadrimestre.					
4. Realizar coleta de citopatológico em mulheres na APS	40(proporção)	31	40	42	42
Análise: Meta atingida.					
5. Realizar vacinas contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae tipo B e poliomielite inativada em crianças de um ano de idade, na APS	95(proporção)	100	95	95	95
Análise: Meta do último quadrimestre consta 86% e diverge dos números observados nos registros locais, que ultrapassou os 95%, pois o número absoluto de aplicações de cada um dos imunobiológicos foi superior ao observado no quadrimestre anterior.					
6. Realizar consulta e aferição de pressão arterial no semestre, em pessoas com hipertensão.	50(proporção)	7	23	35	35
Análise: Embora tenha ocorrido aumento na proporção, em comparação entre os dois primeiros quadrimestres, ainda permaneceu abaixo da meta desejada. Baixa atividade nos registros podem ter contribuído para o não alcance da meta.					
7. Realizar consulta e solicitar hemoglobina glicada, em pessoas com diabetes, no semestre.	50(proporção)	0	2	2	2
Análise: Necessário conduta para ajuste de meta para este indicador. Baixa atividade nos registros podem ter contribuído para o não alcance da meta.					

9. Execução Orçamentária e Financeira

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

8. Elevar Nota ISF	6(numero)	5,48	7,23	8,25	8,25
Análie: Nota do ISF elevou-se de 7,23 para 8,25.					
DIRETRIZ Nº 2 - Gestão em Saúde					
3. Fornecer uniformes (jalecos, coletes, jaquetas, camisetas) aos trabalhadores da saúde, com a devida identificação profissional.	100%		100%	100%	100%
Análise: Meta atingida.					
4. Renovar frota de veículos com capacidade para 5 pessoas.	3(numero)		3	0	3
Análise: Meta atingida. Três veículos novos adquiridos.					

DIRETRIZ Nº 3 - Vigilância em Saúde					
1. Intensificar a visitação nas residências, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos para prevenção e combate à dengue.	3(nunero)	1	1	1	3
Análise: Refere-se a realização do LIRA. Realizado 1 a cada quadrimestre. Meta alcançada para o período analisado.					
2. Ampliar busca ativa de usuários que deixaram de se vacinar para a COVID-19 de acordo com seus grupo prioritários e respectivas faixas etárias.	100%	100%	100%	100%	100%
Análise: Meta alcançada. Município recebeu selo de amigo da vacina pelo Ministério Público RS.					
4. Atualizar plano de contingência da dengue.	1(numero)	0	1	0	1
Análise: Meta atingida. Plano atualizado.					
9. Manter análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	95%	100%	100%	54,16%	84,72%
Análise: As coletas foram realizadas 100% em cada quadrimestre, porém no último quadrimestre (3º Q) foram descartadas pelo LACEN 45,84% das amostras coletadas, sem constar o motivo.					

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção

Subfunções		Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	3.249.622,48	925.693,46	500.047,18	0,00	0,00	0,00	0,00	82.588,58	4.757.951,70
	Capital	0,00	96.661,00	98.388,00	195.677,23	0,00	0,00	0,00	0,00	158.860,00	549.586,23
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	171.800,00	408.599,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580.399,91
	Capital	0,00	0,00	69.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.472,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	0,00	10.324,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.970,00	13.294,73
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	0,00	35.151,84	7.301,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.453,41
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	3.518.083,48	1.547.629,94	703.025,98	0,00	0,00	0,00	0,00	244.418,58	6.013.157,98

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 12/03/2023.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	3,27 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	74,28 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	6,57 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	76,76 %

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	7,39 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	54,26 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R$ 2.273,66
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	48,18 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	5,53 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	15,30 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	10,30 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	26,85 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	19,60 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 12/03/2023.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.035.000,00	1.035.000,00	1.079.238,53	104,27
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	257.250,00	257.250,00	264.333,52	102,75
IPTU	150.000,00	150.000,00	164.779,39	109,85
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	107.250,00	107.250,00	99.554,13	92,82
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	55.000,00	55.000,00	34.226,15	62,23
ITBI	55.000,00	55.000,00	34.226,15	62,23
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	251.750,00	251.750,00	250.749,04	99,60
ISS	250.000,00	250.000,00	249.728,92	99,89
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	1.750,00	1.750,00	1.020,12	58,29
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	471.000,00	471.000,00	529.929,82	112,51
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.897.165,00	12.897.165,00	16.843.549,05	130,60
Cota-Parte FPM	8.685.000,00	8.685.000,00	12.848.517,28	147,94
Cota-Parte ITR	7.500,00	7.500,00	6.382,72	85,10
Cota-Parte do IPVA	500.000,00	500.000,00	436.895,63	87,38
Cota-Parte do ICMS	3.644.665,00	3.644.665,00	3.517.486,06	96,51
Cota-Parte do IPI - Exportação	60.000,00	60.000,00	34.267,36	57,11
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	13.932.165,00	13.932.165,00	17.922.787,58	128,64

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.117.019,78	3.378.265,57	3.342.420,92	98,94	3.342.420,92	98,94	3.334.228,92	98,70	0,00
Despesas Correntes	2.958.483,48	3.281.570,27	3.245.759,92	98,91	3.245.759,92	98,91	3.237.567,92	98,66	0,00
Despesas de Capital	158.536,30	96.695,30	96.661,00	99,96	96.661,00	99,96	96.661,00	99,96	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	219.000,00	171.800,00	171.800,00	100,00	171.800,00	100,00	171.800,00	100,00	0,00
Despesas Correntes	219.000,00	171.800,00	171.800,00	100,00	171.800,00	100,00	171.800,00	100,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	3.336.019,78	3.550.065,57	3.514.220,92	98,99	3.514.220,92	98,99	3.506.028,92	98,76	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.514.220,92	3.514.220,92	3.506.028,92
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.514.220,92	3.514.220,92	3.506.028,92
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.688.418,13
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	825.802,79	825.802,79	817.610,79
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	19,60	19,60	19,56

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2022	2.688.418,13	3.514.220,92	825.802,79	8.192,00	0,00	0,00	0,00	8.192,00	0,00	825.802,79
Empenhos de 2021	2.311.763,99	2.855.499,67	543.735,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	543.735,68
Empenhos de 2020	1.747.489,01	2.338.024,07	590.535,06	0,00	192.612,58	0,00	0,00	0,00	0,00	783.147,64

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Empenhos de 2019	1.754.620,09	2.466.211,28	711.591,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	711.591,19
Empenhos de 2018	1.622.391,13	2.239.318,48	616.927,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	616.927,35
Empenhos de 2017	1.589.108,97	2.507.020,15	917.911,18	0,00	1.169,68	0,00	0,00	0,00	0,00	919.080,86
Empenhos de 2016	1.605.679,32	2.118.872,45	513.193,13	0,00	3.070,69	0,00	0,00	0,00	0,00	516.263,82
Empenhos de 2015	1.408.405,46	2.032.518,04	624.112,58	0,00	14.407,95	0,00	0,00	0,00	0,00	638.520,53
Empenhos de 2014	1.329.669,95	1.942.572,91	612.902,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	612.902,96
Empenhos de 2013	1.222.760,39	1.811.947,23	589.186,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	589.186,84

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	864.155,00	983.627,00	1.613.290,27	164,01
Provenientes da União	516.455,00	585.927,00	1.238.356,22	211,35
Provenientes dos Estados	347.700,00	397.700,00	374.934,05	94,28
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	864.155,00	983.627,00	1.613.290,27	164,01

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	845.160,00	2.284.482,88	1.961.254,45	85,85	1.779.755,22	77,91	1.774.955,22	77,70	181.499,23
Despesas Correntes	792.260,00	1.720.566,13	1.508.329,22	87,66	1.502.949,22	87,35	1.498.149,22	87,07	5.380,00
Despesas de Capital	52.900,00	563.916,75	452.925,23	80,32	276.806,00	49,09	276.806,00	49,09	176.119,23
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	0,00	507.734,00	478.071,91	94,16	478.071,91	94,16	478.071,91	94,16	0,00
Despesas Correntes	0,00	438.262,00	408.599,91	93,23	408.599,91	93,23	408.599,91	93,23	0,00
Despesas de Capital	0,00	69.472,00	69.472,00	100,00	69.472,00	100,00	69.472,00	100,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	12.570,00	13.309,00	13.294,73	99,89	13.294,73	99,89	13.294,73	99,89	0,00
Despesas Correntes	12.570,00	13.309,00	13.294,73	99,89	13.294,73	99,89	13.294,73	99,89	0,00

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	19.405,00	45.655,57	42.453,41	92,99	42.453,41	92,99	42.453,41	92,99	0,00
Despesas Correntes	19.405,00	45.655,57	42.453,41	92,99	42.453,41	92,99	42.453,41	92,99	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII+ XXXIX)	877.635,00	2.851.681,45	2.495.074,50	87,49	2.313.575,27	81,13	2.308.775,27	80,96	181.499,23

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	3.962.179,78	5.662.748,45	5.303.675,37	93,66	5.122.176,14	90,45	5.109.184,14	90,22	181.499,23
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	219.000,00	679.534,00	649.871,91	95,63	649.871,91	95,63	649.871,91	95,63	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	12.570,00	13.309,00	13.294,73	99,89	13.294,73	99,89	13.294,73	99,89	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	19.405,00	45.655,57	42.453,41	92,99	42.453,41	92,99	42.453,41	92,99	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	4.213.654,78	6.401.747,02	6.009.295,42	93,87	5.827.796,19	91,03	5.814.804,19	90,83	181.499,23
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	877.135,00	2.851.181,45	2.495.074,50	87,51	2.313.575,27	81,14	2.308.775,27	80,98	181.499,23
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	3.336.519,78	3.550.565,57	3.514.220,92	98,98	3.514.220,92	98,98	3.506.028,92	98,75	0,00

FONTE: SIOPS, Rio Grande do Sul01/03/23 11:57:59
1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2022 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO)	1030150198581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	R$ 69.472,00	69472,00
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	10128502120YD - EDUCACAO E FORMACAO EM SAUDE	R$ 1.047,69	0,00
	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 526.724,29	486899,46
	1030150192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R$ 453.262,00	421452,31
	1030250188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R$ 72.000,00	37212,77
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 21.585,60	16401,59
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R$ 12.000,00	10324,73

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

	10305502320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 22.778,35	22732,84

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)

Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCICIO ANTERIOR (31/12/2021)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	3.830,40	0,00	3.830,40
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	17.765,79	17.765,79
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00	0,00	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00	0,00	0,00
Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)	**3.830,40**	**17.765,79**	**21.596,19**

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	14.346,52	14.346,52	11.679,52
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	**14.346,52**	**14.346,52**	**11.679,52**

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A P

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo até bimestr (Rps inscrito em 2021) Saldo até bimestre RPs não processad j= (b -f - - h)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Vigilância Epidemiológica	2.667,00	0,00	2.667,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Total	**2.667,00**	**0,00**	**2.667,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,**

Gerado em 12/03/2023 13:59:22
Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.6. Covid-19 Recursos Próprios

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	**SALDO DO RECURSO DO EXERCICIO ANTERIOR (31/12/2021)**	**RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE**	**SALDO TOTAL**
Recursos próprios a serem aplicados no enfrentamento da emergência de saúde - nacional - Coronavírus (COVID-19)	19.037,07	0,00	19.037,07
Total	**19.037,07**	**0,00**	**19.037,07**

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	**Despesas Empenhadas**	**Despesas Liquidadas**	**Despesas Pagas**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	19.037,07	19.037,07	19.037,07
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	**19.037,07**	**19.037,07**	**19.037,07**

							CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A P						
Descrição das Subfunções/Despesas	**Inscrição em 2022 - RPs processados (a)**	**Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)**	**Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b**	**Inscrição em 2021 - RPs processados (a)**	**Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)**	**Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)**	**Saldo até o bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)**	**Saldo até bimestre (Rps inscritos em 2021) Saldo até bimestre RPs não processad j= (b -f - - h)**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,**

Gerado em 12/03/2023 13:59:21
Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.7. Covid-19 Repasse Estadual

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	**SALDO DO RECURSO DO EXERCICIO ANTERIOR (31/12/2021)**	**RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE**	**SALDO TOTAL**
Recursos de transferências do estado para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância - nacional - Coronavírus (COVID-19)	12.301,57	0,00	12.301,57
Total	**12.301,57**	**0,00**	**12.301,57**

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	**Despesas Empenhadas**	**Despesas Liquidadas**	**Despesas Pagas**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	7.301,57	7.301,57	7.301,57
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	**7.301,57**	**7.301,57**	**7.301,57**

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A P

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre (Rps inscritos em 2021) - Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo até bimestre (Rps inscrito em 2021) Saldo até bimestre RPs não processad j= (b -f - - h)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,**

Gerado em 12/03/2023 13:59:23
Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

9.3-EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

Período: 01/01/2022 à 31/12/2022 ANO 2022

9.3- Principal indicador Financeiro: Aplicação em ASPS: 19,45%

-

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Análise sobre a utilização dos recursos

A secretaria de saúde aplicou os recursos conforme suas portarias de aplicação.

Analisando o relatório quadrimestral verifica-se que a utilização dos recursos ocorreu da seguinte forma:

Na fonte Municipal foram utilizados mais **96,49%** dos recursos repassados provenientes das transferências de impostos, repassados no período.

Os recursos da Fonte Estadual estão sendo aplicados de forma satisfatória, havendo uma aplicação dos recursos representado na ordem de **95,84%** dos recursos transferidos pelo Governo Estadual dentro dos vínculos de cada Programa. o que consideramos boa utilização, levando-se em conta a burocracia que envolve os processos de compras.

..Na fonte Federal foram utilizados **100%** dos recursos transferidos pelo Governo Federal dentro dos vínculos de cada Programa, e ainda parte do saldo anterior.

Concluímos ainda que a Fonte Municipal continua sendo o maior investidor de recursos na Saúde Pública Municipal, aplicando além do que é preconizado pela EC 29, perfazendo **19,45% no Ano de 2022**.

Analise e Considerações Gerais sobre o Relatório Orçamentário e Financeiro

No âmbito geral o Município de Três Forquilhas, atingiu os objetivos propostos com otimização de recursos, desenvolveram campanhas, e ações permanentes e transformadoras de acordo com a realidade local e preceitos do Sus; Geriu os recursos financeiros de forma a fortalecer a atenção básica ;buscou a consolidação e o desenvolvimento do atendimento das ações Básicas de Saúde através de serviços qualificados visando a satisfação do usuário do SUS e a resolução dos problemas de saúde do Município.

APRECIAÇÃO DO RELATORIO DE GESTÃO **1- RELATORIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)**

RELATORIO DE GESTÃO	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Solicitação de Apresentação no Legislativo em	28/06/2022	03/10/2022	07/03/2023
Apresentação na Casa Legislativa em	08/07/2022	10/10/2022	13/03/2023
Apresentação no Conselho Mun.de Saúde em	12/07/2022	19/10/2022	15/03/2023

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Processo
01070-0200/22-0

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.
Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)
Data da consulta: 22/03/2023.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 22/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Não houve auditoria no ano de 2022

Peça
5032776

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20F

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5032776

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20F

11. Análises e Considerações Gerais

No âmbito geral o Município de Três Forquilhas atingiu os objetivos propostos com otimização de recursos, desenvolvimento ações e campanhas de qualidade, permanentes e transformadoras de acordo com a realidade local e preceitos do SUS, com prioridade para o enfrentamento à sequelas da Covid Geriu os recursos financeiros de forma a fortalecer a atenção básica Buscou a consolidação e o desenvolvimento do atendimento as ações Básicas de Saúde através de serviços qualificados visando a satisfação do usuário do SUS e a resolução dos problemas de saúde do Município

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5032776

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P029A20F

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Que os prazo dos Relatorios MGS e Digisus sejam unificados para que o Conselho Municipál seja convocado para em uma mesma reunião avaliar e aprovar ambos os Relatórios.

ROMULO BREHM HOFFMANN
Secretário(a) de Saúde
TRÊS FORQUILHAS/RS, 2022

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO: TRES FORQUILHAS
Relatório Anual de Gestão - 2022

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:

O Município apresenta dados de Identificação territorial, informação da Gestão , do Conselho Municipal e do Fundo Municipal de Saúde.

Verificou-se através da documentação que as informações fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde a este Conselho, demonstram que são dados constantes na Legislação Municipal.

Considera conforme as informações

Introdução

- Considerações:

Considera conforme as informações do gestor

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Considera conforme as informações do gestor

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Verificou-se através da documentação e informação fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde a este Conselho, que os relatórios de Produção do período demonstram que as ações e os indicadores obtiveram índices satisfatórios de alcance das metas dentro das possibilidades num cenário de pós pandemia.

Considera conforme as informações do gestor

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

Informa o gestor, estabelecimentos de saúde públicos ou privados, prestadores de serviços ao SUS, sob gestão municipal.

A gestão identifica com qual gestor o estabelecimento de saúde mantem contrato ou convênio, para prestação de prestadores de serviços ao SUS, sob gestão municipal, estadual ou gestão dupla

Considera conforme as informações do gestor.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Nada a considerar

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

Verificou-se através da documentação e informação fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde a este Conselho, onde os relatórios demonstram que as ações estão tendo resultados satisfatórios para o alcance das metas e indicadores da Programação anual de Saúde.

Considera conforme as informações e considerações do gestor.

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

As maiores despesas liquidadas foram com a Atenção Básica .

Verificou-se através da documentação e informação fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde a este Conselho, que os relatórios demonstram que os recursos foram aplicados em percentual superior ao preconizado pela EC 29 e os recursos federais e Estaduais tiveram boa e satisfatória utilização.

Considera conforme as informações do gestor

Auditorias

- Considerações:

Considera conforme as informações do gestor.

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

Através da documentação e informação fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde a este Conselho, verificou-se que no âmbito geral o Município de Itati atingiu os objetivos propostos com otimização de recursos e racionalizou ações para o desenvolvimento de um trabalho harmonioso e alcançe dos indicadores e metas .

Considera conforme as informações e considerações do gestor

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

Segue as recomentdações do Gestor.

Status do Parecer: Aprovado

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

TRÊS FORQUILHAS/RS, 22 de Março de 2023

Conselho Municipal de Saúde de Três Forquilhas

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9CCF.B8F5.3384.04E6.5516.

Página
509
Processo
01070-0200/22-0
Página da peça
1
Peça
5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS

RELATÓRIO FINAL



CONTRATO N° 28/12
ZIMMERMAN
SOLUÇÕES AMBIENTAIS
DEZ 2012

VOLUME 1- PLANO DE TRABALHO E PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 510
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS

Prefeito Municipal: Paulino da Silva Azevedo

Vice-prefeito: Leôncio Justin Teixeira

Secretario da Administração e Fazenda: Jarbas Jacoby Brehm

Secretário da Educação, Cultura e Desporto: Celga Knevitz Klippel

Secretário de Obras, Viação e Trânsito: Jailson Konig da Silva

Secretário de Saúde: Marcia Engel Sparremberger

Secretaria da Assistência Social: Alessandra Guimarrães dos Santos

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio: Luciano Bobsin

Secretaria do Planejamento: Maria Olita Sandi

Secretaria do Meio Ambiente: Jailson Konig da Silva

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 511
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TRÊS FORQUILHAS

EQUIPE ZIMMERMAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS

Diego Webber Raupp - Biólogo

Felipe H. Feltes- Arquiteto e Urbanista

Valéria Goebel – Acadêmica de Arquitetura

Cristhiane Zimmerman Ribeiro- Quimica

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 512
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TRÊS FORQUILHAS

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

I – Secretaria Municipal da Administração, Coordenação e Planejamento: Márcia Jozeâne Brehm Mesquita

II – Secretaria Municipal da Agricultura: Luciano Bobsin

III – Secretaria Municipal da Saúde: Márcia Engel Sparremberger

IV – Secretaria Municipal de Planejamento: Maria Olita sandi

V – Secretaria Municipal de Fazenda: Jarbas Jacoby Brehm

VI – Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Carlos Renato Cechin

VII – Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Dilsoni Barros de Souza

VIII – Departamento Municipal de Água: Berenice Cardoso da Silva

IX – Representante do GAUD: Elisângela Martins Percheron

X – EMATER: Monique Medeiros

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 513
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TRÊS FORQUILHAS

VOLUME 1 – PLANO DE TRABALHO e PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

VOLUME 2- PROPOSTA METODOLÓGICA, CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICIPIO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

VOLUME 3- PROGNÓSTICOS PARA OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, PROGRAMAS E AÇÕES

VOLUME 4- MECANISMOS E PROCEDIMENTO DE CONTROLE SOCIAL E LEGISLAÇÃO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 514
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

SUMÁRIO

1. PLANO DE TRABALHO 6
1.1 JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO 8
1.1.1 ETAPA 1 – FUNDAMENTOS 8
1.1.2 ETAPA 2- PROPOSTAS 10
1.1.3 ETAPA 3- APROVAÇÃO 10
1.1.4 ETAPA 4- INSTITUCIONALIZAÇÃO 11
1.1.5 ETAPA 5- IMPLEMENTAÇÃO 11
1.2 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA EMPRESA 11
1.3 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO TOTAL DO PLANO 11
1.4 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 14
2. PLANO MOBILIZAÇÃO SOCIAL 15
2.1 JUSTIFICATIVA 15
2.2 OBJETIVO GERAL 15
2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 15
2.4 METODOLOGIA 16
3. ANEXOS 17
3.1 CONTRATO 18
3.2 18

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 515
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

1. APRESENTAÇÃO

O planejamento é um meio sistemático de se determinar a situação atual de um processo, onde se deseja chegar e qual o trajeto que deverá ser percorrido. A determinação da situação atual de um processo depende da identificação dos fatores que compõem esta realidade, de forma que este levantamento deva ser o mais representativo possível da realidade. Este levantamento pode ser utilizado como base na tomada de decisão acerca das possibilidades futuras, determinando, com isso, o caminho que deverá ser percorrido para se chegar à situação almejada.

Um papel importante destinado ao planejamento é o de orientar os instrumentos metodológicos, administrativos, legislativos e de gestão para o desenvolvimento de atividades em um determinado espaço e em um determinado tempo.

Os resultados do planejamento são geralmente apresentados sob a forma de diretrizes, planos, programas, normas e projetos articulados.

Dentre os muitos modelos de planejamento, o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB tem por objetivo apresentar o diagnóstico do saneamento básico no território do município e definir o planejamento para o setor.

Destina-se a formular as linhas de ações estruturantes e operacionais referentes ao Saneamento Ambiental, especificadamente no que se refere ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O PMSB contém a definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização do acesso da população aos serviços de saneamento, bem como os programas, projetos e ações necessárias, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007.

O Relatorio final do PMSB foi organizado em 4 volumes divididos em:

VOLUME 1 – PLANO DE TRABALHO, PROPOSTA METODOLÓGICA E PLANO DE

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 516
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

VOLUME 2- CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICIPIO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

VOLUME 3- PROGNÓSTICOS PARA OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, PROGRAMAS E AÇÕES

VOLUME 4- MECANISMOS E PROCEDIMENTO DE CONTROLE SOCIAL E LEGISLAÇÃO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 517
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

2. PLANO DE TRABALHO

2.1 JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O saneamento básico é definido pela Lei n° 11.445/2007 como o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais e drenagem urbana. A oferta deste conjunto de serviços é muito importante para a saúde da população, pois a falta deles gera diversos problemas de sáude para a população, problemas ambientais e urbanos para as cidades. Com isso o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO visa estabelecer um diagnóstico da situação atual do município, estabelecendo propostas e alternativas para sanear as deficiências existentes no município.

2.1.1 ETAPA 1 – FUNDAMENTOS

A etapa 1 de elaboração do PMSB consiste na elaboração dos fundamento que orientaram a elaboração do PLANO, entre elas:

- Definir as diretrizes e conceitos básicos, com orientações gerais e espefícas para cada órgão relacionado com o saneamento ambiental;
- Discutir as diretrizes do plano em reunião com o comitê de coordenação e participação dos diversos setores da sociedade;
- Complementar e detalhar o diagnóstico com o levantamento da situação atual, identificando as carências e determinando a demanda reprimida;
- Realizar prognóstico com a avaliação das condições atuais e projeção para o horizonte proposto pelo plano, considerando o Plano Diretor Municipal.

2.1.1.1 PERFIL COMUNITÁRIO E SOCIO-ECONOMICO DAS ÁREAS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 518
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 10
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Levantamento de dados através de fontes primárias e secundárias com vistas à elaboração do diagnóstico social:

- Levantamento de dados do IBGE, Prefeitura Municipal, entre outros;
- Caracterização das organizações sociais que atuam no municipio, identificação de suas principais lideranças com vistas á coleta de informações sobre as áreas a serem analisadas;
- As reuniões serão abertas, realizadas a partir da caracterização dos representantes de organizações comunitárias locais. Mesmo considerando-se o caráter informativo e participativo das reuniões o evento será conduzido de forma informal, porém serão relevantes os dados coletados nestes encontros para a leitura comunitária.

A caracterização deve reunir todas as informações necessárias para subsidiar a elaboração do plano Municipal de Saneamento. Trata-se, portanto, de dados importantes sem os quais o processo estaria sujeito a tornar-se inconsistente.

2.1.1.2 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS E ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL

A caracterização socioeconômica descrita na fase anterior deverá reunir todas as informações necessárias para subsidiar a elaboração do plano de saneamento básico.

- Caracterização socioeconômica do municipio;
- Identificação e caracterização das organizações sociais existente e suas forma de organização e mobilização;
- Diretrizes para a elaboração do plano.

2.1.1.3 TAREFAS

Em parceria com a secretaria municipal:

- Mobilização comunitárias através de divulgação prévia;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 519
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Definição de estratégias de divulgação a serem adotadas;
- Identificação de lideranças e caracterização das representações comunitárias;
- Elaboração de pauta para as reuniões;
- Elaboração de relatórios através dos dados coletados.

2.1.2 ETAPA 2- PROPOSTAS

- Apresentar as conclusões da primeira etapa ao comitê de coordenação em reunião publica para a crítica e encaminhamento de propostas.
- Realizar proposições contemplando os seguintes itens:

- diretrizes para a ação municipal (obras, serviços e gestão dos serviços de saneamento ambiental);

- estrutura administrativa para a implementação do Plano e definição das coompetências;

- sistema de avaliação permanente e integrado ao sistema de planejamento municipal;

- prioridades de investimentos com orientação para o cronograma de implantação;

- Discutir as proposições em reuniões públicas do comitê de coordenação;

Realizar seminário final para a discussão do relatório e encaminhamento do Plano ao Poder Legislativo Municipal.

2.1.3 ETAPA 3- APROVAÇÃO

- Discussão pelo Poder legislativo Municipal.
- Aprovação pelo poder legislativo municipal e sanção da lei pelo Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 520
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 12
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

2.1.4 ETAPA 4- INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Elaboração de decretos regulamentadores;
- Realização de alterações administrativas necessárias para implementar o plano;
- Realização de previsões orçamentárias.

2.1.5 ETAPA 5- IMPLEMENTAÇÃO

- Implementação das ações propostas pelo Plano.

2.2 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA EMPRESA

ETAPA	DESCRIÇÃO	PERIODO
1	Reunião para a definição das diretrizes do plano, com o comitê de coordenação	MES 1
2	Reunião publica com a participação dos segmentos da sociedade para discutir as diretrizes do plano	MES 1
3	Reunião para a apresentação das conclusões do diagnóstico ao comitê de coordenação	MES 2
4	Reunião com o comitê de coordenação para apresentação do prognóstico, programas e ações	MES 3
5	Reunião com o comitê de coordenação para apresentação dos mecanismos e procedimento de controle social	MES 4
6	Audiência publica para a discussão final do relatório final do Plano Municipal de Saneamento	MES 5

2.3 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO TOTAL DO PLANO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 521
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Etapa	Atividades	Duração
ETAPA 1- FUNDAMENTOS	• Definir as diretrizes e conceitos básicos, com orientações gerais e espefícas para cada órgão relacionado com o saneamento ambiental. • Discutir as diretrizes do plano em reunião com o comitê de coordenação e participação dos diversos setores da sociedade • Complementar e detalhar o diagnóstico com o levantamento da situação atual, identificando as carências e determinando a demanda reprimida; • Realizar prognóstico com a avaliação das condições atuais e projeção para o horizonte proposto pelo plano, considerando o Plano Diretor Municipal	30 DIAS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 522
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

ETAPA 2- PROPOSTAS	• Apresentar as conclusões da primeira etapa ao comitê de coordenação em reunião publica para a crítica e encaminhamento de propostas. • Realizar proposições contemplando os seguintes itens: - diretrizes para a ação municipal (obras, serviços e gestão dos serviços de saneamento ambiental); - estrutura administrativa para a implementação do Plano e definição das coompetências; - sistema de avaliação permanente e integrado ao sistema de planejamento municipal; - prioridades de investimentos com orientação para o cronograma de implantação. • Discutir as proposições em reuniões públicas do comitê de coordenação; • Realizar seminário final para a discussão do relatório e encaminhamento do Plano ao Poder Legislativo Municipal;	60 DIAS
ETAPA 3- APROVAÇÃO	• Discussão pelo Poder legislativo Municipal. • Aprovação pelo poder legislativo municipal e sanção da lei pelo Prefeito Municipal	30 DIAS
ETAPA 4- INSTITUCIONALIZAÇÃO	• Elaboração de decretos regulamentadores; • Realização de alterações administrativas necessárias para implementar o plano; • Realização de previsões orçamentárias.	90 DIAS
ETAPA 5- IMPLEMENTAÇÃO	• Implementação das ações propostas pelo Plano.	180 DIAS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 523
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

2.4 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Meta	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela	6ª parcela
1	5%	35%	25%	15%	10%	10%

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 524
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 16
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

3. PLANO MOBILIZAÇÃO SOCIAL

3.1 JUSTIFICATIVA

O plano de mobilização social está pautado na participação ativa da população. A participação de maneira ativa das pessoas envolvidas é fundamental para a elaboração do plano.

Esta participação se dará através de reuniões a serem conduzidas pela equipe executiva para a apresentação das diretrizes do Plano, com a realização de reuniões periódicas entre os agentes envolvidos e interessados no processo. Nessas reuniões se discutirão as questões relevantes a cada etapa de elaboração do Plano, sendo então convidados a participar cada segmento da sociedade.

O plano de mobilização social tem como objetivo o conhecimento da realidade municipal em relação às questões socio-economicas. Alem disto, a idéia é de ampliar as capacidades locais, através da mobilização de atores e lideranças comunitárias que incentivem uma participação cidadã para a realização do processo e consequente elaboração do Plano de Saneamento Básico.

3.2 OBJETIVO GERAL

Promover a efetiva participação das comunidades por meio da criação de mecanismos capazes de sensibilizar, mobilizar, informar e envolver a população na elaboração deste Plano.

3.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mobilização comunitária;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 525
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 17
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Caracterização das áreas de intervenção;
- Promoção da participação dos beneficiários nos processos de decisão, através da divulgação efetiva que estimule o comprometimento no desenvolvimento da cidadania ativa;
- Promover a capacitação dos envolvidos a fim de habilitá-los para participarem das audiências públicas;
- Divulgar ações e etapas no sentido de garantir a efetiva participação e contribuição da sociedade, com a promoção de campanhas de sensibilização da sociedade para a importância da elaboração do Plano Municipal de Saneamento;
- Elaboração do diagnóstico e discussão das propostas para encaminhamentos.

3.4 METODOLOGIA

O processo de participação será realizado através de reuniões com os representantes das comunidades, a fim de estabalecer meios de comunicação eficazes entre as comunidades, a equipe técnica local e a empresa técnica contratada. Os eventos serão registrado por meio de atas das reuniões, fotos e registros de frequência.

A idéia é de mobilizar e informar a comunidade gerando conhecimento sobre a realidade local (social, economica, politica, cultura, qualidade de vida) para embasar a formulação do Plano e garantir a participação dos atores envolvidos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

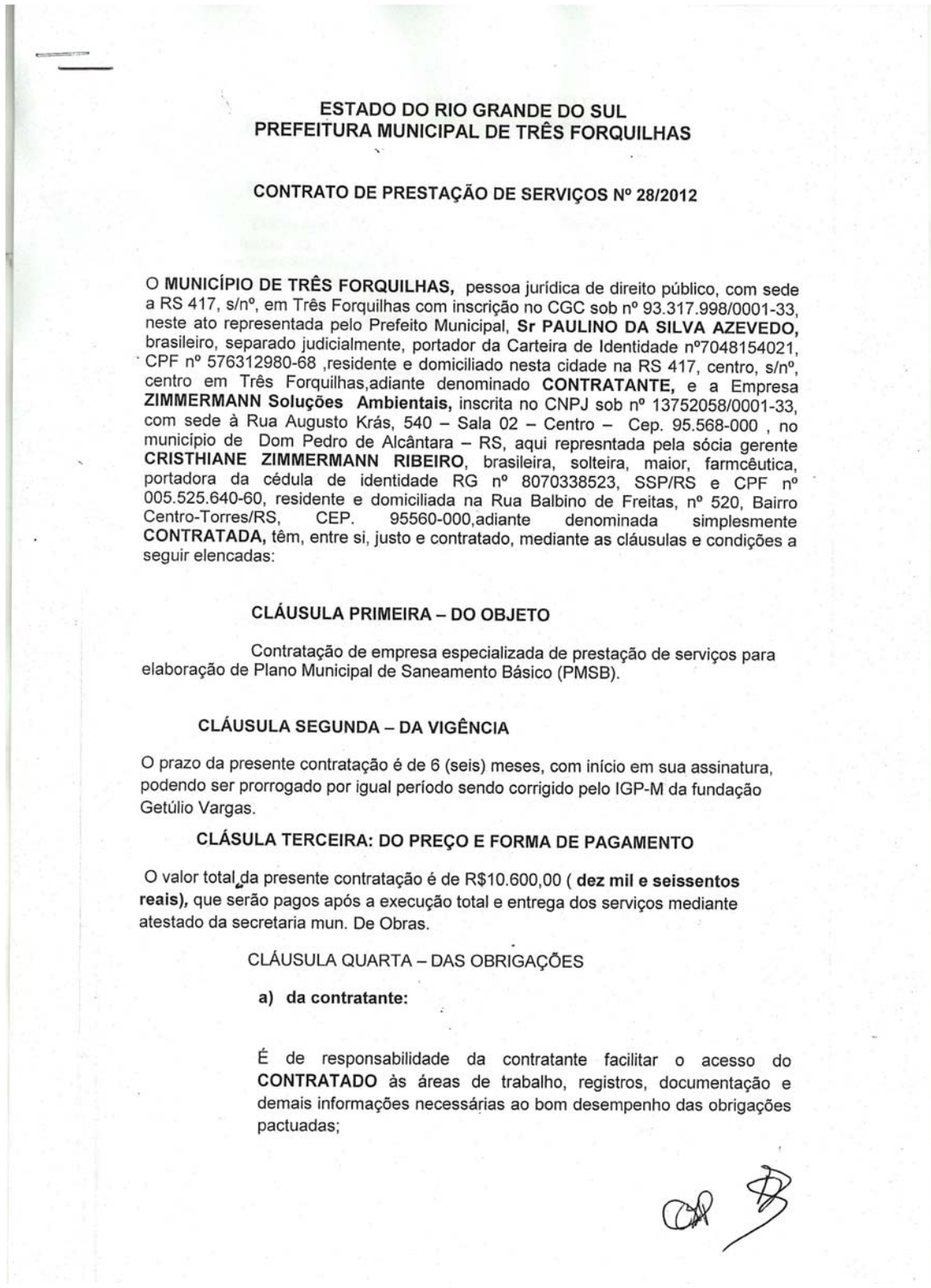
Página 526
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 18
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

4. ANEXOS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 527
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 19
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

4.1 CONTRATO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 28/2012

O **MUNICÍPIO DE TRÊS FORQUILHAS,** pessoa jurídica de direito público, com sede a RS 417, s/nº, em Três Forquilhas com inscrição no CGC sob nº 93.317.998/0001-33, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr PAULINO DA SILVA AZEVEDO,** brasileiro, separado judicialmente, portador da Carteira de Identidade nº7048154021, CPF nº 576312980-68 ,residente e domiciliado nesta cidade na RS 417, centro, s/nº, centro em Três Forquilhas,adiante denominado **CONTRATANTE,** e a Empresa **ZIMMERMANN Soluções Ambientais,** inscrita no CNPJ sob nº 13752058/0001-33, com sede à Rua Augusto Krás, 540 – Sala 02 – Centro – Cep. 95.568-000 , no município de Dom Pedro de Alcântara – RS, aqui represntada pela sócia gerente **CRISTHIANE ZIMMERMANN RIBEIRO**, brasileira, solteira, maior, farmcêutica, portadora da cédula de identidade RG nº 8070338523, SSP/RS e CPF nº 005.525.640-60, residente e domiciliada na Rua Balbino de Freitas, nº 520, Bairro Centro-Torres/RS, CEP. 95560-000,adiante denominada simplesmente **CONTRATADA,** têm, entre si, justo e contratado, mediante as cláusulas e condições a seguir elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada de prestação de serviços para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo da presente contratação é de 6 (seis) meses, com início em sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período sendo corrigido pelo IGP-M da fundação Getúlio Vargas.

CLÁSULA TERCEIRA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor total da presente contratação é de R$10.600,00 (**dez mil e seissentos reais),** que serão pagos após a execução total e entrega dos serviços mediante atestado da secretaria mun. De Obras.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

a) da contratante:

É de responsabilidade da contratante facilitar o acesso do **CONTRATADO** às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das obrigações pactuadas;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 528
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 20
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS

b) do contratado:

Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) conforme o termo de referencia e Convênio firmado entre o Município de Três Forquilhas e a Secretária Estadual de Habitação e Saneamento;
- Prestar serviço de forma ajustada;

- É de inteira responsabilidade do Contratado as despesas relativas a encargos sociais e trabalhistas e fiscais advindos deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- O serviço será prestado de modo contínuo na sede do contratado;

- Disponibilizará um profissional licenciado para atender a contratada sempre que necessário.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

Ficam expressamente reconhecidos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no **Art. 77, da Lei nº 8.666/93.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

O (a) contratado (a) que não satisfazer os compromissos assumidos serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha ocorrido, e desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

b) **MULTA: no caso de atraso** ou negligência na execução do serviço será aplicada multa de 08% (oito por cento) sobre o valor total pactuado;

c) Caso o (a) contratado (a) persista descumprindo as obrigações assumidas será aplicada nova multa, correspondente a 15% (quinze por cento) do valor total contratado e rescindido o contrato de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, cumulado a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano).

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 529
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 21
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no **Art.78, da Lei nº 8.666/93,** ensejará a rescisão do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo primeiro: os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA NONA – DA LICITAÇÃO

O presente contrato é celebrado com base na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações e pelo Processo Licitatório Nº 44/2012, Carta Convite Nº 25/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DOTAÇÕES:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da rubrica orçamentária nº 339039/2119 – Serv. Terc. Pessoa Jurídica e 339039/2024 C/P.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para dirimir dúvidas advindas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Torres – RS.

E, por assim estarem justos e contratados, celebram o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas.

Três Forquilhas 16 de Agosto 2012.

Paulino da Silva Azevedo
Prefeito Municipal
Contratante

Cristhione L. Ribeiro
Zimmermann Soluções Ambientais
Empresa Contratada

Testemunhas:

1 _____ CPF 336.353.310-15

2 _____ CPF 728941480 20

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 530
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 22
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

4.2 ATA DA REUNIÃO

Ata nº 01

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, nas dependências da Prefeitura Municipal, estiveram reunidos membros do Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e da Empresa Zimermann Soluções Ambientais, para apresentação do Plano de Trabalho e Plano de Mobilização para o município de Três Forquilhas, relativo ao PMSB. Na oportunidade, o biólogo Diego Rauppp da Empresa Zimermann, fez a apresentação das diretrizes do saneamento básico a nível federal, estadual e municipal e a forma do desenvolvimento dos trabalhos nas áreas de água, esgoto drenagem pluvial urbana e resíduos sólidos. Foi apresentado um cronograma de ações para as etapas seguintes, desde o diagnóstico da situação, prognósticos e ações além dos mecanismos para implementação. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que é assinada por mim e os presentes: Carlos Renato Becker, Diego Waller Rauppp, Edejz Selan Blehm, Elisângela Martins Percharon, Berenice Cardoso da Silva, Roberto Cahm, [illegible], Rosandi, [illegible]

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página
531
Processo
01070-0200/22-0
Página da peça
23
Peça
5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FORQUILHAS

RELATORIO FINAL



CONTRATO N° 28/12
ZIMMERMAN
SOLUÇÕES AMBIENTAIS
DEZ 2012

VOLUME 2- CARACTERIZAÇÃO GERAL E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 532
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 24
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS

Prefeito Municipal: Paulino da Silva Azevedo

Vice-prefeito: Leôncio Justin Teixeira

Secretario da Administração e Fazenda: Jarbas Jacoby Brehm

Secretário da Educação, Cultura e Desporto: Celga Knevitz Klippel

Secretário de Obras, Viação e Trânsito: Jailson Konig da Silva

Secretário de Saúde: Marcia Engel Sparremberger

Secretaria da Assistência Social: Alessandra Guimarrães dos Santos

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio: Luciano Bobsin

Secretaria do Planejamento: Maria Olita Sandi

Secretaria do Meio Ambiente: Jailson Konig da Silva

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 533
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 25
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TRÊS FORQUILHAS

EQUIPE ZIMMERMAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS

Diego Webber Raupp - Biólogo

Felipe H. Feltes- Arquiteto e Urbanista

Valéria Goebel – Acadêmica de Arquitetura

Cristhiane Zimmermann Ribeiro- Bioquimica

Marcos Venicios Evaldt- Engenheiro Agronômo

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 534
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 26
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TRÊS FORQUILHAS

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

I – Secretaria Municipal da Administração, Coordenação e Planejamento: Márcia Jozeâne Brehm Mesquita

II – Secretaria Municipal da Agricultura: Luciano Bobsin

III – Secretaria Municipal da Saúde: Márcia Engel Sparremberger

IV – Secretaria Municipal de Planejamento: Maria Olita sandi

V – Secretaria Municipal de Fazenda: Jarbas Jacoby Brehm

VI – Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Carlos Renato Cechin

VII – Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Dilsoni Barros de Souza

VIII – Departamento Municipal de Água: Berenice Cardoso da Silva

IX – Representante do GAUD: Elisângela Martins Percheron

X – EMATER: Monique Medeiros

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 535
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 27
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Sumário

APRESENTAÇÃO 10
1. OBJETIVOS 11
1.1 Objetivos específicos 11
2. DIRETRIZES GERAIS 12
3. METODOLOGIA 12
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 15
4.1 LOCALIZAÇÃO 15
4.2 POPULAÇÃO 16
4.2.1 POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO 17
4.2.2 ESTRUTURA ETÁRIA 17
4.3 EDUCAÇÃO 17
4.3.1 NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO 18
4.4 RENDA 18
4.5 VULNERABILIDADE 18
4.5.1 DESENVOLVIMENTO HUMANO 19
4.5.2 PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO 20
4.6 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERESSE 21
4.7 CARACTERÍSTICAS URBANAS 21
4.8 PERFIL SOCIOECONÔMICO 21
4.8.1 CONTEXTO REGIONAL 21
4.8.2 PERFIL ECONÔMICO 28
4.8.3 TURISMO 32
5. SITUAÇÃO INSTITUCIONAL 33
5.1 LEGISLAÇÃO SOBRE SANEAMENTO BÁSICO 33
5.2 NORMAS DE FISCALIZAÇÃO 34
5.3 ESTRUTURA EXISTENTE 34
5.4 PROGRAMAS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO 35
5.5 ESTRUTURA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PROGRAMAS DE SANEAMENTO 35
5.6 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LOCAL 36
5.7 PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SANEAMENTO BÁSICO 36
5.8 ÓRGÃO OPERADOR DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO 36

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 536
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 28
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

5.9 RECURSOS HUMANOS NOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO 37
5.10 IDENTIFICAÇÃO JUNTO AOS MUNICIPIOS VIZINHOS DE COOPERAÇÃO EM SANEAMENTO 37
6. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE 37
6.1 SANEAMENTO 37
6.1.1 RESÍDUOS SÓLIDOS 39
6.1.2 ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 40
6.2 CLIMA 41
6.2.1 ASPECTOS CLIMÁTICOS E PLUVIOMÉTRICOS 41
6.2.2 DINÂMICA ATMOSFÉRICA 43
6.3 CONDIÇÕES GERAIS DO AMBIENTE NATURAL 46
6.3.1 ASPECTOS FISIOGRÁFICOS 49
6.3.2 SOLO 57
6.3.3 VEGETAÇÃO 58
6.3.4 USOS DA ÁGUA 62
6.3.5 SANEAMENTO 63
6.3.6 RESÍDUOS SÓLIDOS 65
6.3.7 IRRIGAÇÃO E CRIAÇÃO ANIMAL 66
6.3.8 INDÚSTRIA 68
7. SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO 68
7.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA 68
7.1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS 69
7.1.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 71
7.1.3 PLANO DIRETOR 72
7.1.4 VISÃO GERAL DOS SISTEMAS 74
7.1.5 DISPONIBILIDADE HIDRICA 74
7.1.6 POTENCIAL HÍDRICO 75
7.1.7 SISTEMAS DE CONTROLE 84
7.1.8 SOLUÇÕES ALTERNATIVAS 92
7.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO 92
7.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS 92
7.2.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 93
7.2.3 PLANO DIRETOR 93
7.2.4 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL 95
7.2.5 AVALIAÇÃO DOS CORPOS RECEPTORES 97
7.2.6 INDICAÇÃO DE ÁREAS DE CONTAMINAÇÃO 97

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 537
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 29
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

7.3 LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS 97
7.3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS 97
7.3.2 PLANO DIRETOR 101
7.3.3 RESÍDUOS DA CONTRUÇÃO CIVIL 103
7.4 SERVIÇOS DE DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS 105
7.4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS 105
7.4.2 BACIAS DE CONTRIBUIÇÃO 106
7.4.3 PLANO DIRETOR 109
7.4.4 ANÁLISE SITUAÇÃO ATUAL 110
8. DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO 111
8.1 USO DO SOLO 111
8.1.1 ZONEAMENTO URBANO 111
8.1.2 ZONEAMENTO AMBIENTAL 117
8.2 PERÍMETRO URBANO 125
8.3 ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL 128
8.4 OCUPAÇÃO IRREGULAR 128
8.5 PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 128
8.5.1 DEFICIT QUANTITATIVO E QUALITATIVO 128
9. MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS 128
10. SAÚDE 129
10.1 DOENÇAS RELACIONADAS COM O SANEAMENTO BÁSICO 129
10.2 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA 130
10.3 ENFERMIDADES E SANEAMENTO 130
10.4 PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 131
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 139
12. ANEXOS 141
12.1 ATA REUNIÃO 142
12.2 12.2 FOTOS 143

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 538
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 30
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

INDICE DE MAPAS

MAPA 01..... 16

MAPA 02.....16

MAPA 03.....22

MAPA 04 – BACIAS DE CONTRIBUIÇÃO.....99

MAPA 05 – REDE DE DRENAGEM EXISTENTE.....100

MAPA 06- ZONEAMENTO URBANO.....108

MAPA 07 – ZONEAMENTO AMBIENTAL.....116

MAPA 08 – PERÍMETRO URBANO.....120

INDICE DE GRAFICOS

GRÁFICO 01 – SITUAÇÃO SERVIÇOS DE ÁGUA.....69

GRÁFICO 02- SITUAÇÃO SERVIÇOS DE ÁGUA POR LOCALIDADE.....70

GRÁFICO 03- SITUAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS DE ESGOTO.....85

GRÁFICO 04- TIPOS DE SISTEMAS.....89

GRAFICO 05- SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL EXISTENTE.....102

INDICE DE TABELAS

TABELA 01.....13

TABELA 18

TABELA 03 20

TABELA 04.....31

TABELA 05.....40

TABELA 06 66

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 539
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 31
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

TABELA 07.....74

TABELA 08.....80

TABELA 09.....82

TABELA 10.....85

TABELA 11.....98

TABELA 12.....104

INDICE DE FOTOS

FOTOS 1 e 2- Poço Tubular e casa de máquinas Morro do Chapéu.....70

FOTO 3 – Reservatório Morro do Chapéu 71

FOTO 4 - Casa de máquinas e poço.....90

FOTO 05- POÇO SÃO SEBASTIÃO 91

FOTO 06- QUADRO DE COMANDO DO BOMBEAMENTO.....91

FOTOS 7 e 8 – Caminhão de Coleta de Lixo Doméstico.....100

FOTOS 9 e 10 – Galerias em concreto armado.....105

FOTO 11 - Boca de lobo existente.....106

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 540
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 32
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

APRESENTAÇÃO

O presente documento consiste no relatório do diagnóstico, Volume 2 do relatório final do Plano Municipal de Saneamento Básico de Três Forquilhas, relativo ao Contrato 28/2012, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Três Forquilhas e a Empresa ZIMMERMANN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Foram levantados, junto aos órgãos municipais e à concessionária fornecedora de água todos os dados existentes e disponíveis, informações dos técnicos do setor de engenharia e funcionários diretamente ligados a cada uma das unidades que compõem os serviços de saneamento, assim como legislações pertinentes e estudos existentes, de modo a subsidiar a elaboração deste diagnóstico.

As informações foram consolidadas em um único volume composto de texto, fotos, desenhos dos sistemas em operação e de matrizes de avaliação das condições operacionais dos Sistemas de saneamento existentes no município.

O Volume está estruturado em seis capítulos, com os seguintes títulos:

1. OBJETIVOS
2. DIRETRIZES GERAIS ADOTADAS
3. METODOLOGIA ADOTADA PARA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICIPIO
5. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE
6. SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 541
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 33
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

1. OBJETIVOS

Os objetivos para a elaboração do diagnóstico dos serviços de saneamento básico são os seguintes:

-identificar a situação atual dos serviços de saneamento básico;

-universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico de qualidade;

- promover a efetividade das ações de saneamento básico.

1.1 Objetivos específicos

- atender a toda a população urbana e rural com água de qualidade;

- garantir o fornecimento contínuo de água;

- promover o uso racional da água;

- Promover o controle e a vigilância na qualidade da água para consumo humano;

- manejar/coletar e dispor corretamente os esgotos sanitários das populações rurais e urbanas;

- Manejar e dispor corretamente os resíduos sólidos gerados pelas populações rurais e urbanas;

- promover a ampliação da cobertura das populações urbanas e rurais com instalações de água e esgoto;

- adotar medidas e tecnologias para a minimização da geração de esgotos e resíduos sólidos;

- promover a proteção e recuperação das matas ciliares;

- dotar as áreas urbanas com sistemas de drenagem de águas pluviais projetados, respeitando ao máximo o escoamento natural;

- adotar medidas de combate a enchentes;

- realizar as operações adequadas dos sistemas de saneamento básico implantados;

- Realizar as atividades necessárias para o controle ambiental de vetores transmissores de doenças;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 542
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 34
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- promover atividades de educação sanitária e ambiental.

2. DIRETRIZES GERAIS

- promover ações de saneamento básico como uma meta social, subordinada ao interesse público;
- garantir a prática das tarifas e taxas justas;
- prestar os serviços de saneamento básico de forma que seja garantida a máxima produtividade e a melhor qualidade;
- Realizar o planejamento do uso e ocupação do solo do município, de forma que sejam adotadas medidas para a proteção dos ecossistemas e recursos hídricos;
- adotar indicadores e parâmetros ambientais, sanitários, epidemiológicos e socioeconômicos para o planejamento, a execução e a avaliação das ações de saneamento básico;
- fomentar a capacitação tecnológica da área e a formação e a capacitação dos recursos humanos;
- buscar a adoção de tecnologias apropriadas às condições socioculturais e ambientais de cada local;
- aperfeiçoar os arranjos institucionais e gerenciais, de forma que sejam adequados às condições locais em termos econômicos, sociais e culturais;
- apoiar as ações das instituições responsáveis pela proteção e pelo controle ambiental;
- realizar o acompanhamento e a divulgação de informações sobre os indicadores de saneamento ambiental, saúde pública, meio ambiente, recursos hídricos e educação sanitária e ambiental;
- respeitar as legislações relacionadas à proteção ambiental e à saúde pública no planejamento e na execução de ações, de obras e de serviços de saneamento.

3. METODOLOGIA

Para a realização do trabalho de diagnóstico foi organizada da seguinte maneira:

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 543
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 35
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Formação do comitê de coordenação, que conta com a participação de representantes dos diversos órgãos da Administração municipal, instituições municipais ligados à área de saneamento e também da concessionária fornecedora de água (CORSAN);
- Reunião para a apresentação o Plano de Mobilização e o Plano de Trabalho onde foram distribuídos questionários dos diferentes tipos de serviços:

  - Água;

  - esgoto;

  - drenagem pluvial;

  - resíduos sólidos.

- Visitas técnicas aos locais onde ocorrem os serviços para o levantamento de campo e a obtenção de imagens;
- Coleta de dados baseados no levantamento de dados e índices estatísticos disponíveis na Prefeitura Municipal e em sites especializados (IBGE, FEE, FAMURS), cadastro das redes existentes junto ao departamento municipal de engenharia, cadastro da rede junto ao DMA;
- Tabulação e organização dos dados coletados;
- Relatório do diagnóstico da situação atual dos serviços.

TABELA 01- CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Etapa	Atividades	Duração
ETAPA 1- FUNDAMENTOS	• Definir as diretrizes e conceitos básicos, com orientações gerais e específicas para cada órgão relacionado com o saneamento ambiental. • Discutir as diretrizes do plano em reunião com o comitê de coordenação e participação dos diversos setores da sociedade • Complementar e detalhar o diagnóstico com o levantamento da situação atual, identificando as carências e determinando a demanda reprimida; • Realizar prognóstico com a avaliação das condições atuais e projeção para o horizonte	60 DIAS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 544
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 36
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

	proposto pelo plano, considerando o Plano Diretor Municipal.	
ETAPA 2- PROPOSTAS	• Apresentar as conclusões da primeira etapa ao comitê de coordenação em reunião publica para a crítica e encaminhamento de propostas. • Realizar proposições contemplando os seguintes itens: - diretrizes para a ação municipal (obras, serviços e gestão dos serviços de saneamento ambiental); - estrutura administrativa para a implantação do Plano e definição das competências; - sistema de avaliação permanente e integrado ao sistema de planejamento municipal; - prioridades de investimentos com orientação para o cronograma de implantação. • Discutir as proposições em reuniões públicas do comitê de coordenação; • Realizar seminário final para a discussão do relatório e encaminhamento do Plano ao Poder Legislativo Municipal;	60 DIAS
ETAPA 3- APROVAÇÃO	• Discussão pelo Poder legislativo Municipal. • Aprovação pelo poder legislativo municipal e sanção da lei pelo Prefeito Municipal	30 DIAS
ETAPA 4- INSTITUCIONALIZAÇÃO	• Elaboração de decretos regulamentadores; • Realização de alterações administrativas necessárias para programar o plano; • Realização de previsões orçamentárias.	90 DIAS
ETAPA 5- IMPLANTAÇÃO	• Implantação das ações propostas pelo Plano.	180 DIAS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 545
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 37
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

4.1 LOCALIZAÇÃO

O município de Três Forquilhas está inserido na área da bacia hidrográfica do rio Tramandaí e sub-bacia do rio Três Forquilhas, Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

O município está situado na Microrregião Nordeste do Estado, conhecida como Litoral Norte. A sede está a 150 quilômetros de Porto Alegre, a 50 de Torres, a 4 quilômetros da BR-101 e a 18 quilômetros do Oceano Atlântico. Na latitude: 29º32’ sul e longitude: 50º04’ oeste.

Três Forquilhas limita-se com os municípios de Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul a leste, com Itati a oeste, com Terra de Areia ao sul e pelo norte com os municípios de São Francisco de Paula, Praia Grande, Mampituba e Morrinhos do Sul.

Chega-se à sede do Município a partir da BR-101, na altura do Km 39, onde se ingressa na RS-417, à direita de quem vem do norte, um pouco antes da ponte sobre o Rio Três Forquilhas, por um trecho de 4 Km, ou a partir da BR-101, na altura do Km 43, em Terra de Areia, pela RS-486, Rota do Sol, distância de 5,5 Km, até a sede.

Área: **216,7 km²**

Densidade Demográfica: **14,9 hab/km²**

Altitude da Sede: **15 m**

Ano de Instalação: **1993**

Distância à Capital: **150km**

Microrregião: **Osório**

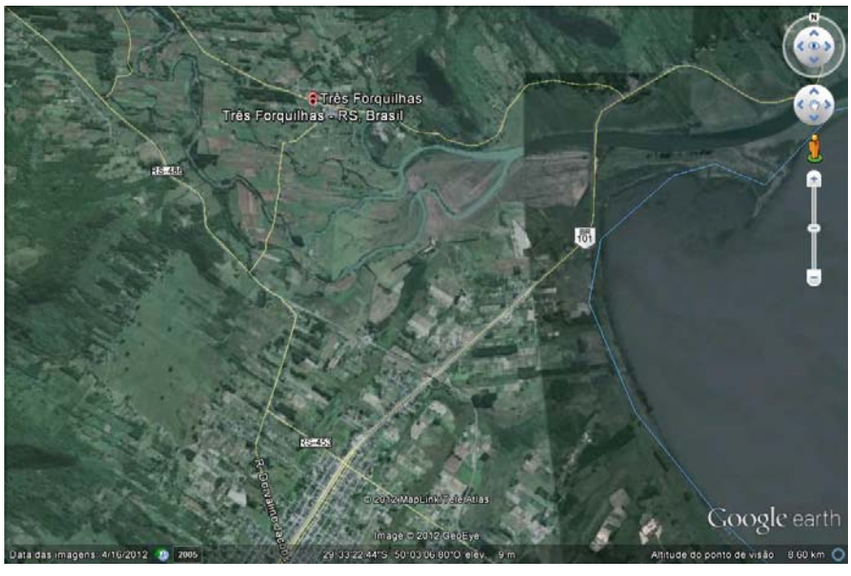
Mesorregião: Metropolitana de Porto Alegre

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 546
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 38
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210



Mapa 01 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO NO ESTADO



Mapa 02 - fonte: Google Earth

4.2 POPULAÇÃO

A população, calculada com base nos dados do IBGE, considerando os domicílios ocupados e desocupados é apresentada abaixo, para o ano de 2010.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 547
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 39
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

MARÇO-NOVEMBRO			DEZEMBRO-FEVEREIRO		
Total	**Urbana**	**Rural**	**Total**	**Urbana**	**Rural**
3.110	266	2.844	5.261	1.355	3.906

Fonte: IBGE

4.2.1 POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

	2000	**2010**
- População Total	**3.239**	**2914**
Urbana	**267**	**403**
Rural	**2.972**	**2511**
- Taxa de Urbanização	**8,24%**	**13,82%**

Fonte: IBGE

O período 2000-2010, a população de Três Forquilhas teve uma taxa média de crescimento anual de -0,57%, passando de 3239 em 2000 para 2914 em 2010.

A taxa de urbanização passou de 8,24% em 2000 para 13,82% em 2010. Em 2010, a população do município representava 0,03% da população do Estado, e 0,00% da população do País.

4.2.2 ESTRUTURA ETÁRIA

	2000	**2010**
Menos de 15 anos	**833**	**600**
15 a 59 anos	**2.110**	**1794**
60 anos e mais	**296**	**520**

Fonte: IBGE

4.3 EDUCAÇÃO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 548
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 40
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

TABELA 02 - Nível Educacional da População Jovem

Faixa Etária	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 10	7,8	2,2	-------	-------	-------	-------	76,1	97,7
10 a 14	2,2	0,4	47,4	26,8	-------	-------	68,7	97,1
15 a 17	2,1	0,5	11,8	4,4	87,6	47,1	19,6	72,9
18 a 24	6,3	2,2	19,2	8,4	84,8	55,4	-------	-------

--- - = Não se aplica

Fonte: FEE

4.3.1 NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

	2000	2010
• Taxa de analfabetismo	**11,53**	**12,70**

Fonte: FEE

4.4 RENDA

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade

	2000	2009
• Indice de Desenvolvimento Economico Social	**0,408**	**0,498**

Fonte: FEE

4.5 VULNERABILIDADE

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 549
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 41
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

4.5.1 DESENVOLVIMENTO HUMANO

	1991	*2000*
• Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	**0,666**	**0,756**
• Educação	**0,674**	**0,795**
• Longevidade	**0,763**	**0,850**
• Renda	**0,561**	**0,623**

Fonte: FEE

Evolução 1991-2000

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Três Forquilhas cresceu 13,51%, passando de 0,666 em 1991 para 0,756 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 44,8%, seguida pela Longevidade, com 32,2% e pela Renda, com 23,0%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 26,9%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 13,3 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 9,6 anos para alcançar Bento Gonçalves (RS), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,870).

Situação em 2000

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Três Forquilhas é 0,756. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação aos outros municípios do Brasil, Três Forquilhas apresenta uma situação boa: ocupa a 1692ª posição, sendo que 1691 municípios (30,7%) estão em situação melhor e 3815 municípios (69,3%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Três Forquilhas apresenta uma

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 550
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 42
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

situação ruim: ocupa a 359ª posição, sendo que 358 municípios (76,7%) estão em situação melhor e 108 municípios (23,3%) estão em situação pior ou igual.

4.5.2 PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO

A projeção de crescimento apresentada baseada na método aritmético, baseando nos dados do IBGE, seguindo a seguinte fórmula:

$K= P_1 – P_0/ t_1 –t_0$

Onde:

P_1 é a população no último censo (habitantes);

P_0 é a população no penúltimo censo (habitantes) ;

t_1 representa o ano do último censo; e

t_0 é o ano do penúltimo censo.

O quadro a seguir apresenta os parâmetros utilizados na estimativa da população urbana pelo método aritmético, considerando os censos demográficos de 2000 e de 2.010.

TABELA 03- PROJEÇÃO

ano	população urbana
2011	397
2012	409
2013	421
2014	433
2015	445
2016	457
2017	469
2018	481
2019	493
2020	505
2021	517
2022	529
2023	541
2024	553

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 551
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 43
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

2025	565
2026	577
2027	589
2028	601
2029	613
2030	625
2031	637
2032	649

A partir dos dados dos distritos censitários do Censo Demográfico de 2.010, foi possível avaliar a população urbana e sua projeção para até o final do plano no ano de 2032.

4.6 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERESSE

Quanto as Zonas de Interesse Social, a Lei Municipal que trata do Plano Diretor de Ordenamento Territorial não prevê zonas específicas, porém cita que estas deverão ser criadas em lei específica conforme a demanda habitacional existente.

4.7 CARACTERÍSTICAS URBANAS

Do ponto de vista urbano para o município, caracterizam-se por uma área urbana consolidada e pequenos núcleos comunitários nas localidade de Vila Brehm, Morro do Chápéu e Boa União.

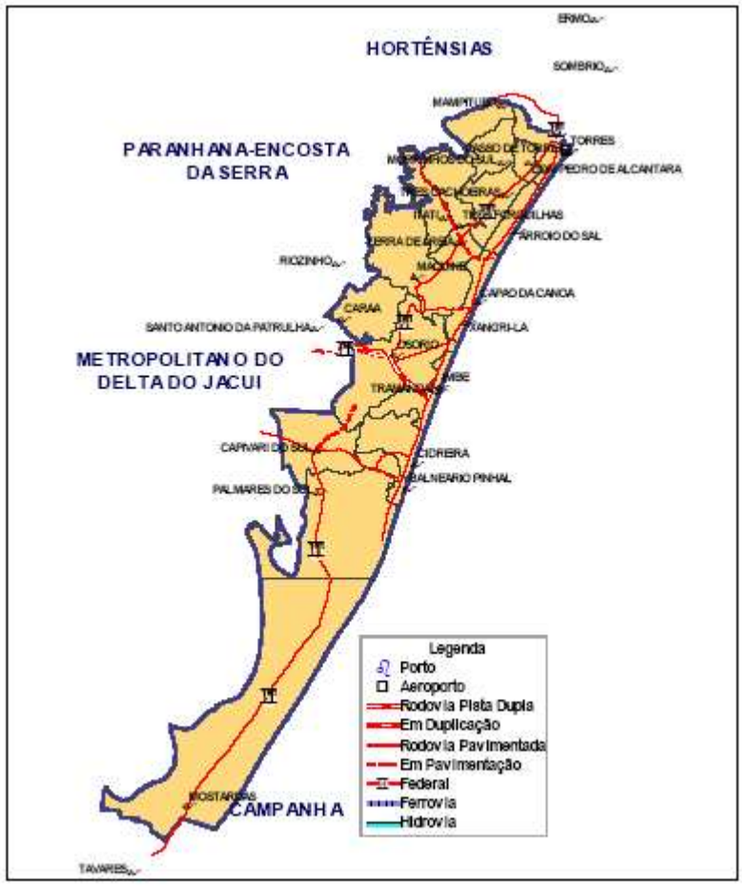
4.8 PERFIL SOCIOECONÔMICO

4.8.1 CONTEXTO REGIONAL

O município de Três Forquilhas faz parte do COREDE Litoral, que abrange outros 21 municípios da região que, por sua vez, enfrentam uma situação bastante problemática quanto aos principais índices de desenvolvimento socioeconômicos, ficando muito aquém de outras regiões do estado. No estudo mais recente realizado pela Secretaria de Coordenação e Planejamento do estado, a região pode ser contextualizada através da análise de várias características regionais discutidas a seguir.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 552
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 44
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210



MAPA 03 – MAPA COREDE LITORAL

4.8.1.1 ALGUNS FATORES DE DESEMPENHO

Esta região manteve sua baixa posição entre 1990 e 2002, situando-se com valores de PIB per capita menor que 65% da média estadual.

Com uma população pequena – 266 mil habitantes (3,2% do Estado) – distribuídas em 21 municípios, apresentam, no entanto, a mais alta taxa de crescimento populacional gaúcha - 3,2% a.a. na última década - talvez decorrente tanto da atração das cidades balneárias para a fixação de populações mais velhas, como pela maior criação de serviços turísticos, que atraem trabalhadores temporários. Cerca de 32% da população da região tem mais de 40 anos de idade.

A região apresentou um crescimento do valor agregado bruto da produção inferior à média do Estado, mas crescimento do emprego formal superior à média, o que pode ter decorrido tanto da redução do setor industrial, como da superestimação dos empregos agropecuários e do crescimento do setor terciário, de menor valor agregado e produtividade.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 553
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 45
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Foi a única região do Estado que apresentou uma taxa de crescimento média da produção total negativa entre 1990 e 2002, com componente diferencial competitivo total negativo devido ao setor industrial, com o pior desempenho no Estado. Classifica-se como uma região com desvantagem competitiva não especializada, o que pode ser uma vantagem pelo fato da não especialização em setores não competitivos. Tanto é assim, que, sob o ponto de vista dos empregos, ela comparece com vantagem competitiva não especializada, em razão do turismo.

Estimativas do estudo apontam que, para cada R$ 1,00 investido na região, ele tem efeito multiplicador no Estado de R$ 2,24; desse total gerado, 80% ficam na região e o restante se espraia para outras, sendo uma das áreas com menor vazamento.

Em termos de estruturação urbana, a região é subdividida em duas porções distintas: ao norte, de Torres a Osório, a polarização, em termos urbanos, de empregos e serviços, é exercida por esta última cidade. Ao sul, com menor ocupação, a polarização é exercida por Porto Alegre, pela facilidade de acesso rodoviário.

4.8.1.2 ESTRUTURA PRODUTIVA E SUA DINÂMICA

O PIB do Litoral sofreu forte redução no início dos anos 90 (-4.4% a.a.), e a partir de 96 até 2002 teve uma leve recuperação, sem alcançar, no entanto, os valores de 90. A estrutura produtiva, como esperado, é fortemente centrada no setor de comércio e serviços (75% do PIB), oriundos da principal atividade econômica, o turismo balneário, embora ele tenha pouca representatividade estadual: 2,8%.

Muito atrás desse setor, a agropecuária surge como o segundo setor representativo (18%), tendo como produtos dominantes o arroz (8% do valor da produção do Estado e alta produtividade – cerca de 5ton/ha) e a banana (83% do Estado). Outros produtos aparecem com alto dinamismo (taxas altas de crescimento da produção), especialmente as frutas (melancia, tangerina, goiaba), embora representem menos de 1% do valor da produção agrícola regional.

O setor industrial apresentou participação estadual insignificante (0,25%) e baixa dinamicidade de 1999 a 2002, destacando-se como segmentos dominantes, porém com

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 554
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 46
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

baixa participação (cerca de 1%), couros e calçados e madeira, papel e celulose. Algumas cadeias têm representatividade no contexto estadual, embora com maior participação no setor primário: arroz (8% da produção primária e 0,33% do processamento) e madeira (5% da extração e 5,6% do processamento). Também está presente o segmento de plásticos da cadeia de petroquímicos.

Com essa estrutura produtiva e população, o PIB per capita em 2002 era de R$ 6,15 mil, pouco acima da metade da média estadual, tendo decrescido desde 1991.

4.8.1.3 CAUSAS PROVÁVEIS DE SEU DESEMPENHO

FORTE POLARIZAÇÃO PELA REGIÃO METROPOLITANA

A proximidade à Região Metropolitana faz com que muitos dos serviços e empregos da região ocorram nessa região, especialmente na porção central ao longo dos eixos viários da BR-290 e RS-030. Assim, nessa porção central verifica-se forte polarização de empregos pela Região Metropolitana, embora a área mais ao norte, entre Torres e Osório, com centro nesta cidade, constitua-se em uma bacia bem caracterizada de atração de empregos. E outros serviços tais como saúde, educação superior e média e polarização por serviços urbanos diversos, são fortemente exercidos pela metrópole. Este fator, aliado à baixa renda da população, não favorece o aparecimento tanto de indústrias, como de comércio e serviços mais especializados na região, que poderiam gerar maior valor agregado. As cadeias nele presentes estão mais associadas aos elos agrícolas de plantio do arroz e extração e processamento de madeira.

INDÚSTRIA DE TURISMO POUCO ESTRUTURADA

O crescimento acelerado da população residente e do turismo de verão, que é a maior aptidão regional, frente à concorrência próxima da Região Metropolitana em outros setores, não vem sendo acompanhada de investimentos em infraestrutura que gerem maior valor agregado, tais como redes de hotéis, restaurantes e outros apoios. Indicadores dessa falta de condições são os serviços de saneamento básico precário.

FORTES MOVIMENTOS POPULACIONAIS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 555
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 47
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

O grande crescimento recente da população com um saldo positivo de imigrantes de aproximadamente 22 mil pessoas, vindas principalmente da Região Metropolitana e do Vale do Rio dos Sinos, não vem contribuindo para a dinamização das atividades econômicas regionais, já que são constituídas principalmente ou de trabalhadores ligados a atividades turísticas temporárias ou de pessoas mais velhas em busca das condições balneárias que a região oferece. A migração interna ao COREDE também é relevante, com destino urbano, que constituem a maioria dos domicílios da região.

AUMENTO DA POBREZA

Com um PIB per capita em decréscimo acentuado, embora a renda média per capita tenha tido ligeiro aumento na última década (de R$ 271,00 para R$ 288,00), o número de famílias que auferem renda até dois SM cresceu acentuadamente entre 1991 e 2000, de cerca de 13 mil para 15 mil famílias, acrescido do fato de que as famílias sem rendimento cresceram mais de sete vezes (de cerca de 450 para 3,3 mil). Estes fatores conjugados explicam a redução da média total familiar de R$ 67,00 naquele ano, para R$ 51,00 em 2000. Com essa queda no poder aquisitivo se ampliam as demandas por serviços e infraestruturas sociais públicas. A atividade turística, com movimentos oscilatórios de demandas, concorre para a atração de pessoas de baixa qualificação que se dedicam a serviços e comércios temporários e informais, com rendas reduzidas.

BAIXOS INDICADORES SOCIAIS

Cerca de 81% dos domicílios urbanos têm rede de água e apenas 17% rede de coleta de esgotos, sendo inexistente o tratamento de esgotos, o que coloca a região abaixo das médias estaduais, à exceção da coleta de lixo. Esta situação é agravada pelas condições físicas da região, de planícies lagunares, pouco drenadas e com lençol freático aflorante, o que vem determinando a deterioração das condições sanitárias e ambientais da região, considerando a distância crescente entre a velocidade de ocupação e a de atendimento sanitário.

Nas demais condições sociais – educação, saúde, habitação – os índices encontrados (com exceção do analfabetismo de 8,2%, maior que a média estadual), são ligeiramente superiores à média estadual, situação que pode se reverter face às pressões que o crescimento acelerado da região vem exercendo sobre as redes de serviços sociais.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 556
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 48
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

CARÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS SOCIOECONÔMICAS

Embora em termos de energia e telecomunicações a região seja bem atendida por redes de suprimento, há deficiências nas ligações domiciliares, fortemente no meio rural, mas também no urbano, à medida que se caminha para a porção do istmo sul da região, entre o mar e a Laguna dos Patos, ou seja, nas áreas mais próximas à Metrópole de Porto Alegre, entre Osório e Torres ao norte, as densidades de ligações são maiores. Isto é reflexo tanto do maior poder aquisitivo da população nessas áreas, como dos maiores custos para suprimento em regiões mais distantes. A previsão de instalação de parques eólicos na região pode vir a suprir mais adequadamente essas pequenas demandas.

Quanto a transportes, a estrutura viária em cruz tem uma forte ligação Leste-Oeste com a Região Metropolitana na porção central da região, e uma ligação longitudinal ao longo de toda a região, de Torres a São José do Norte, o que favorece a utilização turística da costa. Trechos dessa ligação longitudinal estão sendo asfaltados e também está sendo construído outro acesso norte do COREDE Hortênsias rumo ao litoral (Rota do Sol), reflexo das pressões que a ocupação turística está exercendo na porção norte e sul da região. Assim, embora a maior parte da população regional esteja acessível a meios rodoviários (menos de 5 km) e o sistema de transportes possa ser considerado eficiente, os fluxos turísticos flutuantes tendem a ocupar sazonalmente toda a disponibilidade rodoviária. Também há três sedes municipais sem acesso asfaltado: Caraá, Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara.

Neste caso, a disponibilização de transportes, não acompanhada em ritmo mais forte pela de infraestruturas de saneamento básico, vem causando danos com altos custos de reversibilidade à região.

BAIXO CAPITAL SOCIAL E DE INOVAÇÕES DISPONÍVEL

Não há nenhuma sede de universidade ou centro de pesquisa na região, pela proximidade com a Região Metropolitana. Há, entretanto, vários campi de universidades (Osório tem um centro universitário, Torres tem um campus da ULBRA, Capão da Canoa tem um campus da UNISC, a UERGS tem unidade em Cidreira e em Imbé a UFRGS mantém o Ceclimar que faz pesquisa na área das biociências relacionadas ao ambiente marítimo e lagunar).

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 557
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 49
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

O campus da ULBRA em Torres é responsável pelo apoio ao funcionamento do COREDE. Este não dispõe de um plano estratégico, tendo, entretanto, elaborado um levantamento de questões prioritárias envolvendo todos os municípios da região. Os participantes da organização somente interagem com os órgãos setoriais por ocasião da consulta popular (Saúde, Educação, DAER, CORSAN e CEEE), ou seja, apenas setores públicos, que mais frequentemente comparecem nas reuniões do conselho. Não participou de nenhum projeto federal nos últimos 5anos. No entanto, várias entidades regionais/locais poderiam ser mobilizadas: Associação de municípios - AMLINORTE; Associação dos Vereadores ASCAL; Câmara dos Dirigentes Lojistas de Torres; Associação Comercial e Industrial de Torres, Tramandaí e Osório; Comitê Tramandaí; ULBRA, Ceclimar (UFRGS), UNISC; ONGs - Anama, Onda Verde, Farol da Terra, Arflor; Sindicato dos Pescadores de Tramandaí e de Torres e Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais. Há também uma Agência de Desenvolvimento do Polo RS em Tramandaí e um APL – Arranjo Produtivo Local do SEBRAE em Santo Antônio - que produz a cachaça Santo Antônio - que podem ser fracos indícios de uma retomada empresarial na região.

Nota-se um grau de empreendedorismo, pois entre 1994 e 2004 foram criadas cerca de 14 mil empresas, colocando a região na primeira posição do Estado quanto à criação de empresas per capita, que pode estar ligado às funções de turismo, não se contando com Informações sobre seu porte e permanência para poder afirmar sobre sua contribuição à dinâmica regional. No entanto, como o COREDE registra crescimento nos empregos formais de baixos rendimentos, talvez essas empresas se constituam em pequenos negócios de comércio e serviços ligados ao turismo.

FORTES RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

Área mais frágil do Estado, onde as lagoas, banhados, dunas e bioma da Mata Atlântica ocupam 35% do território e tem alto risco de poluição hídrica, mudança de regime das águas ou alteração de sua constituição física, pela destruição de coberturas vegetais e contaminações por esgotos e resíduos não tratados, provenientes de fortes pressões populacionais. A situação do saneamento básico já é crítica nos centros urbanos submetidos a fortes crescimentos populacionais, embora as maiores cidades, tais como Osório, Torres, Capão da Canoa e Tramandaí, contem com a totalidade dos esgotos coletados, com tratamento. A destruição de vegetações vem eliminando dunas e drenando banhados. As pressões de ocupação que causam esses problemas tendem a se agravar pela duplicação da

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 558
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 50
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

BR-101 e construção da Rota do Sol, exigindo prioridades no tratamento ambiental do COREDE.

As unidades de conservação e áreas indígenas ocupam cerca de 9,45% do território apenas, destacando-se o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Reserva Ecológica da Ilha dos Lobos, Parque da Guarita, Reserva Biológica Serra Geral, APA da Rota do Sol, Banhado Chico Lomã, além das terras indígenas da Reserva Barra do Ouro, Fazenda Vargas, Varzinha Três Forquilhas, Santo Antônio da Patrulha e 3 acampamentos indígenas.

BAIXOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS E ATRATIVIDADE EMPRESARIAL

Grande parte dos municípios não litorâneos com pouca atividade turística depende fortemente de repasses de recursos do FPM para seu funcionamento. Os recursos de investimentos das três esferas governamentais per capita – R$ 93,36 – são inferiores à média estadual e, a maioria, aportados pelos municípios.

Em termos de incentivos estaduais, a região também recebeu quantias insignificantes: 0,4% dos recursos do Fundopem entre 1995 e 2004 foram nela investidos.

DIFICULDADES DE LIDERANÇA E GOVERNANÇA

Seus 21 municípios de grandes distâncias entre sedes pertencem a 33 regionais setoriais de governo estadual, o que demonstra a baixa coincidência de regionalizações nesse território, causando dificuldades de governança, confirmado pela posição de médio inferior quanto ao êxito de seu desempenho, previsível, já que tem que articular no mínimo cerca de 81 participantes para planejar e agir em seu espaço. Não há Casa de Governo prevista na região. Embora considerado com grau elevado em termos de homogeneidade e polarização de seu território, deve-se ressaltar que o município de Santo Antônio da Patrulha, do vizinho Metropolitano Delta do Jacuí, tem fortes relações de polarização urbana, empregos, serviços, com esta região.

Fonte: Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado/RS

4.8.2 PERFIL ECONÔMICO

Conforme estudo do IPEA/IBGE (2000), a participação dos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul na economia estadual é um pouco superior a 1% destacando-se os

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 559
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 51
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

municípios de Osório e Palmares do Sul que detêm os maiores investimentos produtivos, tendo no arroz a sua cultura agrícola principal:

O setor terciário (comércio e serviços) constitui a base da economia dos municípios da região. Os serviços, na maior parte ligada ao turismo/veraneio, têm participação de 74% do VAB, o que reforça a importância do turismo na economia da região.

No setor primário (agropecuária), destaca-se a rizicultura. Na indústria de transformação, conforme dados da FEE (2001), destaca-se em número de estabelecimentos, em 1999, a indústria madeireira, seguida pela indústria de produtos alimentares e pela indústria do mobiliário. De fato a indústria não tem um setor industrial maciçamente desenvolvido.

A forma mais usual de medir os efeitos práticos do modelo econômico na vida das pessoas é através de indicadores sociais sintéticos, como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), com metodologia desenvolvida pela FEE. Conforme esse índice, somente cinco municípios da região estão classificados entre os 100 melhores municípios no estado. O que se destaca nesse índice é a questão central para a gestão das águas: a situação do saneamento básico se apresenta muito aquém da desejada em todos os municípios.

Como podemos perceber, a situação da região à qual o município está inserido é bastante complexa, e ações mais efetivas devem ser tomadas para melhorar o quadro exposto acima. A seguir serão apresentados os aspectos específicos do município.

4.8.2.1 ATIVIDADES ECONÔMICAS

AGROPECUÁRIA

A agricultura, atividade predominante no Município, é quase toda praticada em áreas de minifúndios, sendo que os estabelecimentos agrícolas, constituídos em sua grande maioria, por produtores que possuem áreas de 5 (cinco) a cinqüenta(50) hectares, quase em sua totalidade em áreas planas. Uma pequena parte do território do Município é explorada com propriedades envolvendo áreas acima de 100 hectares, incluindo algumas fazendas de criação de gado no distrito serrano de Josafaz. O rebanho do Município é composto basicamente por 5.000 cabeças de gado de corte, 1.000 cabeças de suínos e 10.000 cabeças

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 560
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 52
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

de aves. A apicultura é uma atividade que está sendo desenvolvida por um grupo muito grande de produtores.

Os principais produtos são: banana (600 ha), cenoura (250 ha), beterraba, repolho, tomate, couve-flor, etc... O setor primário, agricultura e pecuária, ocupam aproximadamente 90% da mão de obra. Felizmente, em razão de a agricultura familiar ser a atividade agrícola predominante, o índice de desemprego é mínimo e não ultrapassa 1,5%.

Existem aproximadamente 1.000 propriedades rurais no Município, onde é baixo o nível tecnológico produtivo e pequeno a quantidade de recursos nessa área, predominando micro-tratores.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Embora a atividade agrícola seja predominante, duas empresas de médio porte estão instaladas no Município: uma de cerâmica e a outra de enlatados. Afora essas, há algumas indústrias de pequeno porte, produtoras de açúcar mascavo e aguardente. Há também uma climatizadora de bananas. O comércio maior está na intermediação de frutas e hortaliças, transportadas para o Centro de Abastecimento do Estado.

O comércio varejista é de micro e pequeno porte. Existem pequenos mercados, uma farmácia, lojas de eletrodomésticos, roupas e ferragem. Na sede do Município existe um Posto de Combustíveis.

A área de serviço se restringe a um Posto do Banrisul, Posto do Correio, Cartório Notarial e outros prestados pela Prefeitura Municipal.

Distribuição da PEA por Setor (censo: 2000) em %

Agricultura	**Indústria**	**Comércio**	**Serviços**
80%	**15%**	**5%**	**0%**

Fonte: IBGE

INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

O Município dispõe de redes de distribuição de água potável em número de sete (7), distribuídas na sede do Município, Costa de Dentro, Morro do Chapéu, Boa União, Vila São

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 561
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 53
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Sebastião, Linha Cardoso e sede. Atualmente 709 residências são beneficiadas com esse serviço fornecido pelo Departamento Municipal de Água, pertencente a Secretaria Municipal de Obras. A água provém de poços artesianos com profundidades médias de 90 metros.

O esgotamento sanitário tanto na sede quanto na área rural, tem o uso de fossas sépticas e sumidouros.

O recolhimento do lixo doméstico é feito semanalmente na sede e nas Comunidades, tendo como destino o aterro sanitário licenciado no Município de Tramandaí.

Na área da saúde, a população conta com uma Unidade Sanitária na sede do Município e outra na Comunidade de Boa União. Os serviços prestados são de consulta médica e odontológica, com o transporte de pacientes em urgência e emergência para centros maiores como Torres , Osório e Porto Alegre. O Município instituiu o Programa da Saúde da Família.

A Comunidade Escolar dispõe de várias escolas municipais distribuídas em todas as Comunidades, em número de oito (8), a nível de ensino fundamental. Na sede do Município, uma escola estadual propicia ensino de nível médio, além do fundamental.

TABELA 04- Domicílios com Serviços Públicos em 2002

Identificação
Nº de Domicílios ligados com água: 400
Nº de telefones instalados: 400
Nº de automóveis licenciados: 250
Nº de domicílios com ligação de energia elétrica: 390

4.8.2.1.1 RENDA

A renda per capita média do município cresceu 45,06%, passando de R$ 112,33 em 1991 para R$ 162,95 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 40,06%, passando de 60,0% em 1991 para 36,0% em 2000. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991para 0,46 em 2000.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 562
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 54
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População

	1991	2000
20% mais pobres	**4,3**	**4,6**
40% mais pobres	**11,7**	**14,8**
60% mais pobres	**22,2**	**30,0**
80% mais pobres	**38,1**	**51,8**
20% mais ricos	**61,9**	**48,2**

Fonte: FEE

4.8.2.1.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice de Desenvolvimento SocioEconomico	**2000**	**2009**
Educação	0,770	0,833
Saneamento	0,167	0,179
Renda	**0,408**	**0,498**

Fonte: FEE

4.8.3 TURISMO

Sabidamente todo o litoral norte do Rio Grande do Sul, tem um forte setor turístico voltado a orla marítima e a infra-estrutura de lazer vinculada às praias do mar.

Contudo, é importante ressaltar que a abrangência deste trabalho diz respeito à prática de Turismo, de esportes de Aventura, de Ecoturismo, ou Turismo Rural, desde que vinculados também ao uso dos recursos hídricos de água doce.

O histórico do povoamento do Litoral Norte evidencia o uso das lagoas, por onde trafegavam e por onde era escoada a produção do estado.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 563
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 55
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Paralelamente, o uso dos recursos hídricos sempre teve seu caráter de lazer, sendo utilizado pelos moradores do entorno também para a sua diversão e não somente para o consumo doméstico.

Pontos turísticos:

- Cascata da Pedra Branca Distante 26 Km da sede do município para banho
- Rio Depósito para balneário e banho

FONTE: Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (2004).

O município de Três Forquilhas, por suas belezas naturais e por sua formação histórica, tem um potencial turístico a ser aproveitado, vales belíssimos, cascatas, como a da Pedra Branca, no distrito de Boa União e rios, com locais preservados para a pesca. Há lugares de vista esplêndida, como a Chapada dos Valim, da qual se avistam as lagoas litorâneas, o mar e algumas cidades da orla marítima. Há casas antigas, do tempo da colonização (1828) e outros fatos históricos a conhecer. Pelo menos esses locais referidos – Cascata da Pedra Branca, Chapada dos Valim e a Casa Antiga de 1828 – deveriam ser catalogados e oficializados como Pontos Turísticos. Há falta de estrutura básica para atendimento aos turistas, como hotéis, pousadas, restaurantes e outros serviços básicos.

5. SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

5.1 LEGISLAÇÃO SOBRE SANEAMENTO BÁSICO

A legislação vigente que trata do saneamento básico no município de Três Forquilhas de esfera Estadual e Municipal são as seguintes:

- Lei Municipal do Plano Diretor n° 828/2006;
- Lei Municipal n° 696/2005, que cria a Secretária do Meio Ambiente;
- Lei Municipal nº 698/2005, que cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- Lei Municipal n° 711/2009, que institui as diretrizes gerais de ocupação do solo;
- Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 16 de fevereiro de 2007, Art. 247;
- Lei Estadual 11.520 de 3 de agosto de 2000 Código Estadual do Meio Ambiente;
- Lei Estadual 12.037, dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 564
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 56
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Portaria Federal N° 1.469 de 29/12/2000, estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e da outras providências;
- Portaria N° 2.914 do Ministério da Saúde de 12 de Dezembro de 2011 Esta Portaria dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;
- Lei Federal N° 9.984 de 17/07/2000, dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Água – ANA;
- Lei Federal N° 9.433 de 08/01/1997, institui a política de recursos hídricos, cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Lei Federal N° 6.050 de 24/05/1974, dispõe sobre a fluoretação da água em sistema de abastecimento quando existir \estação de \tratamento;
- Lei Federal N° 6.938 de 31/08/1981, cria o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente);
- Resolução Conama N° 357 de 17/03/2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências;
- Resolução Conama Nº 274 de 29/11/2000, define a classificação das águas doces, salobras e salinas essencial à defesa dos níveis de qualidade, avaliados por parâmetros e indicadores específicos.

5.2 NORMAS DE FISCALIZAÇÃO

O município possui um sistema municipal de fiscalização em diversos setores da administração municipal, envolvendo a Vigilância Sanitária, Departamento Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Obras. Os servidores desses setores adotam as legislações municipais, estaduais e federais para a fiscalização na área do saneamento. A fiscalização utiliza prioritariamente as leis federais e estaduais com todos os seus artigos e parágrafos com as correspondentes sanções em cada caso de infração.

5.3 ESTRUTURA EXISTENTE

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 565
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 57
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Todas as atividades envolvendo o saneamento básico no município estão sob a coordenação da Secretaria Municipal de Obras. O setor possui máquinas, veículos e equipamentos utilizados para a abertura e fechamento de valos visando à instalação de tubulação para a drenagem urbana, bem como de canos para redes de água. São 03 máquinas retroescavadeiras, 2 escavadeiras hidráulicas, 03 caçambas, além de 01 moto niveladora.

5.4 PROGRAMAS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO

Diversos programas municipais envolvendo várias secretarias (saúde, educação e Meio Ambiente) indiretamente contribuem para a melhoria das condições de saneamento, já que objetivam preservação dos recursos hídricos e do solo. Entre eles, destacam-se:

- Programa de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos, desenvolvido nos últimos seis anos em parceria com o INPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias), retirou de circulação mais de 30.000 unidades de embalagens vazias da área rural cujo destino era a Lagoa da Itapeva, fonte de captação de água para o abastecimento dos municípios da região;
- Programa Municipal de Recuperação de Matas ciliares, que visa recuperar a fauna e a flora em margens de curso d'água, anteriormente degradadas, promovendo também a melhoria da qualidade das águas
- Programa de implantação de Saneamento Básico na Zona Rural no município contribui diretamente para o destino adequado de esgoto cloacal das famílias. O sistema individual de tratamento de esgoto sanitário, composto por caixa de gordura, fossa séptica, filtro e sumidouro, tem sido adotado na área rural e na área urbana. Várias comunidades rurais instalaram o sistema em postos de saúde, escolas e salões comunitários.
-

5.5 ESTRUTURA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PROGRAMAS DE SANEAMENTO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 566
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 58
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Existe um quadro técnico na Secretaria Municipal de Meio Ambiente que desenvolve ações e eventos de educação ambiental na área do saneamento.

Reuniões comunitárias são feitas visando à divulgação e implantação do Sistema Individual de Tratamento de Esgoto. Palestras são realizadas nas Escolas Estaduais e Municipais com o objetivo de conscientização e apresentação quanto ao destino adequado do esgoto sanitário.

5.6 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LOCAL

No município está instalada uma rádio comunitária, de alcance local. É um importante instrumento de divulgação à população de Três Forquilhas. Cinco jornais com sede em Torres que circulam no município divulgam notícias, além de publicações oficiais.

5.7 PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SANEAMENTO BÁSICO

Não existem programas específicos na Secretaria Municipal de Assistência Social para saneamento básico, porém vários recursos foram disponibilizados para famílias carentes, visando à instalação de sistemas individuais de tratamento de esgoto e redes de abastecimento e distribuição de água.

5.8 ÓRGÃO OPERADOR DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

O município não possue concessionária de prestação de serviços de água e esgoto cloacal. Sendo que os serviços de água são operador pelo Departamento Municipal de água. Os serviços de drenagem urbana e de resíduos sólidos são prestados pela Secretaria Municipal de Obras.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 567
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 59
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

5.9 RECURSOS HUMANOS NOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

A estrutura de pessoal envolve além do Secretário Municipal de Obras e arquiteta, 05 operadores de máquinas, 03 motoristas, 13 trabalhadores serviços gerais e 06 trabalhadores para os serviços de manutenção.

Embora não pertençam a Secretaria Municipal de Obras, outros profissionais ligados ao departamento de Engenharia e Departamento de Meio Ambiente são aproveitados na elaboração e aprovação de projetos em obras ligadas ao saneamento básico contando com uma equipe de: um engenheiro civil, um engenheiro agrônomo, um arquiteta e uma geóloga.

5.10 IDENTIFICAÇÃO JUNTO AOS MUNICIPIOS VIZINHOS DE COOPERAÇÃO EM SANEAMENTO

Na região, seis municípios fazem parte da “Grande Torres”, envolvendo Torres, Mampituba, Dom Pedro de Alcântara, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras e Três Forquilhas. Os cinco últimos emancipados de Torres, distam aproximadamente 15 a 25 km entre eles. Os municípios de Torres e Três Cachoeiras, com maior número de habitantes, possuem a concessão da CORSAN. Nos demais em razão do menor número de domicílios, os sistemas de água e esgoto são administrados pelas Prefeituras Municipais e por associações comunitárias.

Em função da distância, nenhuma ação de cooperação está firmada entre os municípios da região na área de saneamento básico.

6. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

6.1 SANEAMENTO

O abastecimento público da região, via de regra, é realizado pela CORSAN. Diz-se em via de regra porque existem sistemas independentes de captação, tratamento e distribuição de água, operados pelas prefeituras municipais ou por empresas privadas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 568
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 60
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

O abastecimento público, em especial nos municípios do litoral, é complementado através de poços unifamiliares, as “ponteiras”, e pequenos poços coletivos. Esses poços não apresentam registro algum, pois não são licenciados.

Estima-se que cerca de 494 mil m3 de água da bacia sejam retirados anualmente para complementação do abastecimento público através de pequenos poços e ponteiras.

Os dados do Censo Demográfico de 2000 demonstram que o tratamento de esgotos na forma de fossas é predominante:

- 48,2% Fossa séptica
- 33,0% Fossa rudimentar
- 13,2% Rede geral de esgoto ou pluvial
- 2,3% Vala
- 2,0% Não tinham banheiro nem sanitário
- 0,4% Rio, lago ou mar.
- 0,9% Outro escoadouro

Fonte: Plano de Bacia do Rio Tramandaí – PROFIL 2005/IBGE 2000

Não é toda a carga orgânica gerada que atinge os cursos d’água superficiais da região, a maior parte da carga orgânica é removida pelas fossas sépticas, lançada no mar, ou é removida por tratamento. Isso seria satisfatório se fosse considerado somente o período do inverno e a população residente. Ocorre que não é, devido à sazonalidade da população presente na região, que se reflete numa população de mais pessoas nos meses de veraneio.

Sendo assim, são lançadas nos corpos d’água e no solo da região toneladas de carga poluidora orgânica proveniente do esgotamento doméstico, sendo que esta quantidade quadruplica nos três meses de veraneio (dezembro, janeiro e fevereiro).

Com relação à situação de drenagem pluvial, as informações existentes são escassas. A tabela abaixo mostra o percentual de cobertura por rede de drenagem pluvial na região.

- Cobertura inferior 50% da área urbana **41%**
- Não contam com rede de drenagem pluvial **12%**
- Cobertura superior a 50% da área urbana **47%**

Fonte: Plano de Bacia do Rio Tramandaí – PROFIL 2005

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 569
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 61
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

6.1.1 RESÍDUOS SÓLIDOS

Destinação final dos resíduos sólidos urbanos para a região:

- 96,6% Coletado
- 1,5% Enterrado (na propriedade)
- 1,3%Jogado em terreno baldio ou logradouro
- 0,5% Outro destino
- 0,1% Jogado em rio, lago ou mar.

FONTE: IBGE (2010)

Existem na região dois aterros para disposição de resíduos sólidos urbanos licenciados pela FEPAM. Estes depósitos de resíduos localizam-se nos municípios de Terra de Areia e Tramandaí. Os municípios que não possuem área própria para destinação enviam os resíduos coletados para Tramandaí e Terra de Areia.

A geração de resíduos sólidos urbanos tem uma forte dependência da sazonalidade da população, da mesma forma que a geração de esgotos ou a demanda para abastecimento público. Nos meses de verão a geração aumenta em cerca de cinco vezes.

A decomposição dos resíduos sólidos gera um líquido com elevada carga poluidora e, por isso, com grande potencial de contaminação do solo e dos corpos hídricos. Quando os resíduos são dispostos em aterros sanitários, o líquido gerado, o chorume, pode ser drenado e conduzido para tratamento de forma que seu potencial poluidor, ao ser lançado nos corpos d'água, é reduzido. No entanto, quando os resíduos são dispostos sem controle nos lixões ou quando os aterros sanitários não são operados de forma adequada, o líquido originário da decomposição do lixo drena para os rios e arroios comprometendo a qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

Cabe destacar a variação no volume de resíduos a ser disposto e, consequentemente na carga gerada, em função da variabilidade sazonal da população já que a geração de resíduos aumenta cinco vezes no período de verão em decorrência do veraneio.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 570
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 62
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

O problema do mau gerenciamento dos resíduos sólidos tem implicações sanitárias mais sérias, tendo em vista que os depósitos podem se tornar focos de vetores de doenças.

6.1.2 ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

6.1.2.1.1 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO LEGAL

A região abriga Unidades de Conservação, Reservas Indígenas, além da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Salienta-se ainda que, existem outras unidades de conservação que, provavelmente, contribuem no fluxo gênico regional.

TABELA 05

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO				
Áreas de Proteção Legal	**Área (ha)**	**Área na bacia (ha)**	**Percentual inserido na bacia (%)**	**Localização na bacia**
APA Rota do Sol	52.355,00	24.679,77	47,1	São Francisco de Paula, Itati, Três Forquilhas,Terra de Areia, Maquiné

Fonte: Plano de Bacia Rio Tramandaí – PROFIL /2005

As áreas de preservação permanente são definidas no Código Florestal Federal (Lei Federal n° 4771, de 15 de setembro de 1965), no Código Estadual do Meio Ambiente (Lei n° 11.520, de 04 de agosto de 2000) e na Resolução do CONAMA n° 303, de 20 de março de 2002. Conforme essas legislações, na região incidem áreas de preservação permanente ao longo dos rios e curso d'água, ao redor das lagoas e nascentes, nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, nas restingas e dunas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 571
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 63
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Áreas de preservação permanente no município:

Área do município (ha)	APP do município (ha)
20.811,59	1.884,281

Fonte: Plano de Bacia Rio Tramandaí – PROFIL /2005

A existência de legislação ambiental específica sobre quase toda a região, sobreposta em alguns casos, deve ser considerada no planejamento da expansão urbana e do desenvolvimento sócio-econômico regional do município.

Assim sendo, a gestão ambiental no município deve buscar compatibilizar o máximo possível à conservação da biodiversidade e dos processos naturais com o bem estar humano, possibilitando que esta relação seja menos conflituosa e que resulte em benefícios significativos para o ambiente e para as comunidades locais.

6.2 CLIMA

6.2.1 ASPECTOS CLIMÁTICOS E PLUVIOMÉTRICOS

As temperaturas médias anuais se situam em torno de 20ºC, com média das máximas dos meses mais quentes, novembro, dezembro, fevereiro e março, as temperaturas situam-se em torno de 24 ºC Com, e como média das mínimas dos meses mais frios, junho e julho, em torno de 14 ºC. A umidade relativa do ar (média anual) fica em torno de 79% e as precipitações somam ao longo do ano em torno de 1.700mm. O mês com maior carga pluviométrica é fevereiro (média de 180 mm). Durante o ano ocorrem em média cerca de 120 dias de chuva, o que representa uma média de 10 dias por mês.

Segundo Santos, atualmente, os condicionantes climáticos que comandam os processos morfogênicos na região são inerentes à sua posição transicional entre as latitudes médias e subtropicais. Isto faz com que a região da bacia esteja submetida, principalmente,

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 572
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 64
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

à influência de dois importantes centros de ação atmosférica: o anticiclone semipermanente do Atlântico Sul e o anticiclone migratório polar. Nestes sistemas de circulação são individualizadas, respectivamente, as massas de ar Tropical Atlântica *(Ta)* e Polar Atlântica *(Pa*). Vale colocar que, mesmo de forma secundária, esta região é afetada em parte pelas massas de ar Equatorial Continental *(Ec)* e Tropical Continental *(Tc*), durante o verã*o.*

Associados às características térmicas e higrométricas, assim como à frequência de atuação dos sistemas acima mencionados, destacam-se três grandes fatores estáticos: latitude, geomorfologia e maritimidade. Estes em conjunto são os principais condicionantes climáticos responsáveis, de forma genérica, pelo clima mesotérmico brando desta região. (Vieira e Rangel, 1988). Portanto, o clima da região, bem como da maior parte do Estado do Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina se encontra incluso no tipo de clima Cfa ou subtropical úmido, segundo a classificação de Köppen utilizada por Moreno (1961). O clima Cfa se caracteriza por temperaturas médias no mês mais quente, que superam 22^{o}C, e por temperaturas médias, no mês mais frio, situadas entre -3 e 18^{o}C.

Sevegnani (1995) classifica o clima de quase toda a Região Sul como Temperado, sendo que somente o norte do Paraná apresenta Clima Tropical. No Rio Grande do Sul, a circulação atmosférica é frequentemente perturbada pela passagem de grandes descontinuidades de origem circumpolar (FP) em qualquer época do ano, seguida por ondas de frio do sistema anticiclônico móvel de origem polar. Quanto ao comportamento térmico, o clima foi considerado Clima Mesotérmico Brando. Portanto, o inverno é bastante sensível e possui pelo menos um mês com temperatura média inferior a 15^{o}C.

A maritimidade desempenha papel de regulador da temperatura, diminuindo os contrastes térmicos. Em virtude desse fato, o litoral é a região de menor amplitude térmica. A direção predominante dos ventos, no litoral, durante o ano é do quadrante nordeste (Moreno, 1961).

Na zona costeira, as temperaturas médias do mês mais frio, julho, variam de 13 a15^{o}C e no mês mais quente, de 23 a 25^{o}C (Moreno 1961). O Diagrama Climático, elaborado segundo Hasenack&Ferraro (1989), demonstra que a curva de temperatura não ultrapassa a da precipitação, o que significa não haver estação seca característica na área, podendo, no entanto, ocorrer períodos ocasionais de seca quando da ação da Massa de Ar Tropical Continental (Tc). Os totais pluviométricos anuais variam entre 1.400 e 1.800 mm, segundo

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 573
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 65
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

informações obtidas através do mapa de pluviometria total média anual (Oliveira & Ribeiro, 1986). A umidade relativa do ar alcança valores entre 76 e 81% (Hasenack&ferraro, 1989).

Analisando as informações acima, podemos constatar que não existe uma grande amplitude térmica anual e as chuvas são bem distribuídas durante o ano.

6.2.2 DINÂMICA ATMOSFÉRICA

Ainda de acordo com Santos, as massas de ar que afetam a área de escopo deste estudo têm sua origem em centros de ação que procedem de distintas latitudes. A passagem destes sistemas pelo continente acarreta uma sucessão de tipos de tempo que resultam, entre outros fatores, das transformações ocorridas nas massas de ar durante o seu deslocamento.

O anticiclone semifixo do Atlântico Sul está associado à faixa de altas pressões subtropicais do hemisfério austral. Trata-se de um centro positivo, dispersor de ventos que sopram de Sudeste a Nordeste e que influencia as condições meteorológicas da região durante o ano todo. Em conformidade com as oscilações sazonais de temperatura, este anticiclone ora se afasta, ora se aproxima do continente, provocando mudanças nas condições meteorológicas.

Oriunda deste centro tem-se a massa de ar *Ta* caracterizada geralmente pela temperatura e umidade elevadas, as quais são mantidas pela intensidade da radiação solar e da evaporação marítima que distinguem as latitudes tropicais. A constante subsidência superior do centro de alta pressão produz inversão térmica na massa de ar, restringindo sua umidade à camada mais superficial. Assim, as condições atmosféricas associadas ao seu domínio são de tempo estável e ensolarado, que se altera em função da chegada das *correntes de circulação perturbada* ou ainda em decorrência de fortes ventos de Este a Nordeste gerado pelo anticiclone do Atlântico (Nimmer, 1979).

É importante ressaltar que, no período compreendido pela primavera e pelo verão, quando a insolação é mais intensa no hemisfério sul, o Litoral Norte do Estado é mais afetado pela borda instável deste centro de alta pressão, o que provoca precipitações

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 574
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 66
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

frequentes e predominantemente do tipo convectivo, segundo explicam Hasenack e Ferraro (1989).

Conforme Santos, o anticiclone polar marítimo da América do Sul representa outro importante centro de ação positivo que afeta a região, em virtude do gradiente barométrica que o atrai para o Equador. A sua formação está relacionada ao acúmulo de ar proveniente dos turbilhões polares sobre os oceanos, em latitudes subpolares (Fundação de Economia e Estatística, 1975). De acordo com Nimmer (1979*),* em sua origem este centro de alta pressão apresenta forte subsidência e inversão térmica, sendo o ar muito seco, frio e estável. Porém, ao longo de sua trajetória absorve calor e umidade da superfície marinha, tornando-se instável já nas médias latitudes.

A massa *Pa*é individualizada neste anticiclone nas proximidades do continente, na latitude da Patagônia. Trata-se de uma massa de ar fria e úmida que eventualmente pode ser reforçada pela *Polar Pacífic*a, tornando mais vigoroso o seu avanço no sentido Sul-Norte. Sua atuação é mais intensa no inverno, quando as condições de front gênese são comuns, mas também é observada nas demais estações do ano. A sua passagem está relacionada primeiramente à forte instabilidade, característica das *corrente perturbadas de Sul* ou *Frente Polar* que invade o território gaúcho com ventos de direção Sul a Sudeste (Nimmer, *op. cit.*).

Posteriormente, se observa uma queda brusca de temperatura seguida de estabilidade atmosférica, após a passagem da frente. Contudo, os impactos da passagem deste sistema são minimizados em parte, devido à presença da escarpa do Planalto Meridional, que funciona como um obstáculo aos ventos continentais de sudoeste, frios e secos, o que torna o inverno mais ameno na região.

No verão a região pode ser afetada mais ou menos intensamente por outras duas massas de ar, ambas quentes, mas com características higrométricas diferentes: a *Ec*e a *Tc.* A massa de ar *Ec*tem seu centro de ação na Amazônia e representa uma célula de convergência dos alísios. Consoante Nimmer *(op. cit*.), a ocorrência desta massa de ar no sul do Brasil está vinculada às *correntes perturbadas de Oeste* ou às *Linhas de Instabilidade Tropicais.* Como consequência da sua passagem tem-se a precipitação de chuvas convectivas que se verificam ao entardecer ou no início da noite, podendo ficar circunscritas às escarpas do Planalto e suas proximidades.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 575
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 67
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

A *Tc*se origina de um centro de ação negativo situado na região do Chaco, no interior do continente sul-americano. Esta massa de ar é quente e seca e só adquire importância para a circulação atmosférica do Litoral Norte do Estado quando da ocorrência de anos secos.

De acordo com Santos, pode-se inferir que a interação desses sistemas atmosféricos com os elementos de uma paisagem marcada pelos contrastes topográficos e pela presença de corpos lacustres e lagunares, explica o clima do Litoral Setentrional Rio-grandense. Assim, em termos de condições médias, esta região apresenta temperaturas que variam de 15°C a 19°C. A média das máximas oscila entre 21ºC a 25°C e a média das mínimas entre 11°C a 18ºC (Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1994).

As precipitações pluviométricas ocorrem durante o ano todo, com média anual oscilando entre 1100 mm a 1900 mm. Os maiores índices estão situados no setor correspondente à escarpa do Planalto, denotando o efeito da orografia na distribuição das chuvas na região. É importante considerar que estes índices podem superar os 2000 mm em São Francisco de Paula, ficando acima da média do Estado que é de 1540 mm, de acordo com Berlato (1992).

Quanto à umidade relativa, os dados de Secretaria da Agricultura e Abastecimento *(op. cit*.) indicam uma variação média entre 75% a 85%, evidenciando a influência das massas de ar *Ta*e *P*a, caracterizadas pelo elevado teor de umidade, bem como pela proximidade com o oceano. No que tange à evapotranspiração potencial anual, verifica-se um gradiente da zona costeira até as áreas mais elevadas do planalto, em decorrência do decréscimo da temperatura. Assim, a partir do litoral de Torres até Palmares do Sul a evapotranspiração pode atingir até 1000 mm/ano; no domínio das Terras Altas, oscila entre 600 mm a 900 mm anuais; e na planície lagunar, varia entre 900 mm e 1000 mm/ano (Fundação de Economia e Estatística, 1975).

O regime típico de ventos representa outro relevante fator para a avaliação da dinâmica costeira da região, notadamente no que concerne à modelagem de feições geomorfológicas superficiais, aos processos de colmatagem e segmentação de lagoas e às oscilações do nível de maré.

Tomazelli (1993; *apud* Villwock e Tomazelli, 1995) verificou que nessa região o vento predominante procede de Nordeste, oriundo do anticiclone do Atlântico Sul. Embora ocorra

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 576
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 68
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

o ano todo, a frequência deste é maior na primavera e no verão, em virtude da maior proximidade do centro de alta pressão com o continente nesta época do ano. Secundariamente e de forma mais eficaz no inverno se manifesta o vento de Oeste-Sudoeste que está associado à passagem dos sistemas frontais. Segundo as informações dos técnicos e produtores da região, é o vento do quadrante sul que, combinados com condições de estiagem, provocam a intrusão de água salgada pelos rios Tramandaí e Mampituba.

6.3 CONDIÇÕES GERAIS DO AMBIENTE NATURAL

A região caracteriza-se pela presença de diferentes ambientes naturais, onde se encontram rios caudalosos, mata de encosta, lagoas, dunas, banhados, matas de restinga, entre outros. Um “passeio” por estes ambientes naturais poderia ser assim:

Na região de serra, nas sub-bacias dos rios Três Forquilhas e Maquiné – junto aos municípios de São Francisco de Paula, Itati, Três Forquilhas e Maquine – encontram-se os rios e arroios, que têm como característica grande energia de arraste de sedimentos.

Este poder de arraste diminui à medida que os rios “descem” a serra. Ocorrem então trechos de rio em que os sedimentos transportados das partes altas são depositados.

A interferência do homem na cobertura vegetal das encostas pode fazer com que o fenômeno natural de transporte de sedimentos seja alterado, o que pode agravar problemas de assoreamento das lagoas.

Nas porções baixas dos rios há captação de água para a irrigação de hortaliças, importante atividade econômica local.

Próximo a foz do Rio Três Forquilhas (na Lagoa Itapeva) e Rio Maquine (na Lagoa dos Quadros), a paisagem muda mais uma vez e as corredeiras dão lugar a um rio de águas calmas que se espalha pela sua extensa planície de inundação até chegar às lagoas.

Toda a porção mais “baixa” da região é formada por um complexo de lagoas interligadas ou isoladas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 577
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 69
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Estas lagoas se constituem em reservatórios naturais de água os quais servem a diversos usos: abastecimento público (captações da CORSAN) criação de animais e agricultura (irrigação do arroz), pesca, diluição de esgotos, entre outros.

Entre as lagoas ocorrem às áreas de banhado, porção da bacia importante para a manutenção da biodiversidade e da hidrodinâmica das lagoas.

Os banhados “funcionam” como grandes “esponjas” que armazenam água e regulam o nível de longo prazo das lagoas através da recarga por subsuperfície.

A drenagem dos banhados faz com que o nível das lagoas oscile mais rapidamente tornando todo o sistema mais suscetível a enchentes e secas.

Entre o mar e as lagoas existem os campos de dunas. Por vezes invadidas ou removidas, as dunas têm duas funções fundamentais no equilíbrio e preservação do sistema natural da bacia: (i) funcionam como primeiro “anteparo” aos ventos e tempestades oceânicas (quando fixadas); (ii) e mais importante: são reservatórios de água doce próximo ao mar que impedem que a água do mar invada o continente e provoque salinização da água doce das lagoas.

A saída de todo o sistema de rios e lagoas para o mar se dá no estuário do Rio Tramandaí, a jusante das Lagoas Armazém e Tramandaí. Neste ponto se configura a situação mais aguda de interferência oceânica na região. As Lagoas Armazém/Tramandaí, Lagoa das Custódias e Lagoa do Gentil têm água salobra (denominação da água com salinidade superior a 0,5 o/oo 30 o/oo). Neste ponto nota-se também a maior pressão da ocupação urbana sobre os recursos hídricos em que as cidades estão no limite das lagoas e do estuário.

No que se refere aos diversos ambientes naturais, é importante que se tenha presente que toda a região funciona como um todo único. Se for comparada a um grande “condomínio” vertical, fica claro que as interferências humanas na parte de cima deste condomínio (nas nascentes dos rios) terão efeito na parte de baixo (nas lagoas).

Em linhas gerais, este geossistema se desenvolve em duas províncias geomorfológicas de características distintas – o planalto basáltico e a planície costeira –, integrando uma diversidade de ecossistemas terrestres e aquáticos, nos quais águas lóticas e lênticas se combinam num complexo sistema hidrológico muito suscetível à intervenção

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 578
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 70
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

antropogênica, tendo-se em conta as flutuações da disponibilidade hídrica de sua rede de drenagem e a existência de interface com o oceano.

Villwock, apud Santos (1994), na sua análise sobre a geologia e a evolução do litoral brasileiro, enfatiza a importância dos ventos, das ondas por estes geradas, das marés e das correntes, em especial as de deriva litorânea de sedimentos, nos processos de erosão e deposição que caracterizam a dinâmica costeira. Estes fatores em conjunto, associados a outros de escala global, como as condições climáticas atuais, as subatuais e suas implicações nas mudanças do nível do mar, bem como a tectônica de placas, representam os principais condicionantes da formação e evolução natural dos ambientes costeiros.

De acordo com Santos, a intensa hidrodinâmica desta bacia se manifesta, por exemplo, no fenômeno do entrelaçamento dos canais de importantes afluentes do Mampituba, bem como do seu próprio canal, o que acentua o problema das cheias na área. Além disso, registros encontrados em estudos anteriores elaborados pelo Ministério do Interior (1982), assim como informações verbais de moradores locais e técnicos da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, atestam a ocorrência de uma intrusão salina, proveniente do Oceano Atlântico, através do curso inferior do Mampituba, onde o mesmo apresenta características estuarinas. Este fenômeno tem sido apontado como o responsável por problemas de salinização nas águas do baixo vale, comprometendo as culturas de arroz irrigado, que se destacam como uma das principais atividades produtivas na região.

Também é necessário ressaltar o papel das lagoas e dos banhados em grande quantidade no âmbito desta bacia. Estes ecossistemas funcionam como importantes reguladores hidrológicos naturais do ambiente, à proporção que minimizam os efeitos provocados tanto nos períodos de excesso como nos de escassez de água. No contexto estudado, estes reservatórios naturais são submetidos a um tipo de ocupação humana que concorre para a sua degradação. Isto se evidencia, por exemplo, na aplicação indiscriminada de biocidas e fertilizantes nas lavouras predominantes na área, bem como no lançamento de esgoto *in natura* nos principais formadores dos corpos lacustres e na utilização sem controle de sistemas de drenagem e irrigação. Os problemas acima referidos comprometem a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos nesta bacia, afetando, por conseguinte, outros subsistemas hidrológicos presentes na bacia.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 579
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 71
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Contudo, é necessário considerar que, historicamente, as regiões costeiras representam um polo de atração para as populações humanas. Assim, a significativa fecundidade de seus ecossistemas e as facilidades de intercâmbio comercial com outros povos foram algumas condições que propiciaram o desenvolvimento de importantes nações na Antiguidade. Day *et al.* (1989) recordam que várias cidades, consideradas como "berço da civilização", surgiram e prosperaram próximas a estuários como o do Nilo, do Chang, do Indo e do Tigre-Eufrates. Na atualidade, muitas das maiores cidades do planeta se situam em ambientes costeiros. Este é o caso, por exemplo, de Nova Iorque, de Calcutá, de Tóquio e de Londres.

Essa intensa ocupação da zona costeira tem provocado impactos arrasadores na dinâmica natural dos seus ecossistemas associados. A elevada pressão demográfica, os resíduos provenientes das diversas atividades humanas, a redução e, até mesmo, a supressão de ambientes naturais por sistemas urbanos e agrossistemas têm causado a redução e mesmo extinção de espécies menos tolerantes.

Desta forma, percebe-se que o gerenciamento dos recursos naturais localizados na interface continente-oceano exige uma avaliação criteriosa da dinâmica própria de cada compartimento. Isto se torna mais complexo à medida que o recurso em foco é a água potável, cuja dinâmica nas bacias hidrográficas litorâneas está relacionada tanto à sazonalidade do regime hidrológico quanto ao comportamento das águas marinhas.

6.3.1 ASPECTOS FISIOGRÁFICOS

6.3.1.1 AMBIENTE NATURAL

A região caracteriza-se pela presença de diferentes ambientes naturais, encontram-se rios caudalosos, mata de encosta, lagoas, dunas, banhados, matas de restinga, entre outros. Um "passeio" por estes ambientes naturais poderia ser assim:

- Na região de serra, onde encontram-se a maioria dos nossos rios e arroios, que têm como característica grande energia de arraste de sedimentos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 580
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 72
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Este poder de arraste diminui à medida que os rios “descem” a serra. Ocorrem então trechos de rio em que os sedimentos transportados das partes altas são depositados. São os assoreamentos, que tantos problemas causam as nossas populações.

A interferência do homem na cobertura vegetal das encostas pode fazer com que o fenômeno natural de transporte de sedimentos seja alterado, o que pode agravar problemas de assoreamento das lagoas.

Nas porções baixas dos rios há captação de água para a irrigação de hortaliças, importante atividade econômica local.

Próximo a foz do Rio Três Forquilhas, a paisagem muda mais uma vez e as corredeiras dão lugar a um rio de águas calmas que se espalha pela sua extensa planície de inundação até chegar nas lagoas.

Estas lagoas se constituem em reservatórios naturais de água os quais servem a diversos usos: abastecimento público (captações da CORSAN) criação de animais e agricultura (irrigação do arroz), pesca, diluição de esgotos, entre outros.

Entre as lagoas ocorrem as áreas de banhado, porção da bacia importante para a manutenção da biodiversidade e da hidrodinâmica das lagoas.

Os banhados “funcionam” como grandes “esponjas” que armazenam água e regulam o nível de longo prazo das lagoas através da recarga por subsuperfície.

A drenagem dos banhados faz com que o nível das lagoas oscile mais rapidamente tornando todo o sistema mais suscetível a enchentes e secas.

A saída de todo o sistema de rios e lagoas para o mar se dá no estuário do Rio Tramandaí, a jusante das Lagoas Armazém e Tramandaí. Neste ponto se configura a situação mais aguda de interferência oceânica na região. As Lagoas Armazém/Tramandaí, Lagoa das Custódias e Lagoa do Gentil têm água salobra (denominação da água com salinidade superior a 0,5 o/oo 30 o/oo). Neste ponto nota-se também a maior pressão da ocupação urbana sobre os recursos hídricos em que as cidades estão no limite das lagoas e do estuário.

No que se refere aos diversos ambientes naturais, é importante que se tenha presente que toda a região funciona como um todo único. Se for comparada a um grande

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 581
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 73
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

"condomínio" vertical, fica claro que a interferência humana na parte de cima deste condomínio (nas nascentes dos rios) terão efeito na parte de baixo (nas lagoas).

6.3.1.2 SISTEMA LAGUNAR

No Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, destaca-se um conjunto de ambientes, designado por Tomazelli e Villwock (1991) de "sistema lagunar", que resultou do isolamento de lagunas iniciado há cinco mil anos atrás, por ocasião do último evento transgressivo do Quaternário. Os reservatórios naturais mais importantes para o atendimento dos múltiplos usos da água na região encontram-se justamente associados aos subambientes deposicionais deste vasto sistema.

O tempo tem revelado que a fragilidade deste "complexo lagunar" se manifesta tanto pela tendência natural da sua evolução, quanto pelos impactos da exploração dos seus recursos hídricos, considerados, equivocadamente, como abundantes e inesgotáveis pela maioria dos seus distintos usuários.

6.3.1.2.1 GÊNESE E EVOLUÇÃO

Segundo Santos, para a análise da evolução do sistema lagunar holocênico do Litoral Norte rio-grandense, é necessário considerar, fundamentalmente, a dinâmica geológico-geomorfológica responsável pela sua estruturação. Estudos importantes como os de Leinz (1949), que considerou as mudanças provocadas na região pelo derrame de lavas do Mesozóico, os de Ruschel (1961), que analisou o processo de formação das "torres" e as variações nos níveis eustáticos na planície litorânea feitos por Jost (1971) e Jost, Pinto e Loss (1971), que empreenderam mapeamentos na sua porção setentrional e revisaram a classificação estratigráfica da sua seqüência deposicional, os de Andreis e Bossi (1978), que tratam da sedimentologia do conglomerado Mampituba, o trabalho de Horn (1987), que mapeou com detalhes a geologia da área em questão e os artigos de Tomazelli e Villwock, publicados em 1991 e 1995, que abordam os principais processos responsáveis pela

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 582
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 74
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

dinâmica costeira local, contribuíram para o entendimento da evolução natural do ambiente em estudo.

Com base nestes estudos foi possível identificar que, no contexto geológico da planície costeira rio-grandense, a área em foco está inserida predominantemente no setor denominado *Sistema Deposicional Tipo Laguna-Barreira IV.* Este sistema começou a se estruturar no auge da fase transgressiva do Holoceno, quando, aproximadamente, há cinco mil anos atrás o nível do mar atingia cerca de cinco metros acima do atual. No máximo transgressivo o aporte desedimentos arenosos, oriundos da plataforma continental interna, culminou com aformação de uma barreira que isolou uma extensa faixa de terrenos baixos, durante a fase regressiva seguinte.

Os grandes corpos lagunares, que ocupavam o continente no pico transgressivo, sofreram um isolamento principalmente graças à construção de cordões litorâneos regressivos. A partir de então, evoluiu um complexo de ambientes e subambientes deposicionais, representados por lagos, lagunas e sistemas aluviais, deltáicos e paludiais.

Conforme Villwock e Tomazelli (1995), a tendência evolutiva atual dos principais componentes deste sistema é o da passagem gradativa “laguna-lago-pântano costeiro”. Com referência a isto, Ruschel (1961) já mencionava a ocorrência de depósitos turfáceos na denominada planície do Curtume, em Torres. Jost (1971), a seu turno, também atestou a continuidade da colmatagem das bacias anteriormente individualizadas, a contar da última estabilização do nível marinho.

Ainda de acordo com Santos, no que se refere à sua dinâmica, observa-se um processo natural de colmatagem, considerando-se a tendência já observada para os corpos de água do chamado sistema lagunar holocênico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A colmatagem é definida como o ***"trabalho de atulhamento ou de enchimento realizado pelos agentes naturais ou pelo homem, em zonas deprimidas"*** (Guerra, 1980, p.98). Tomazelli e Villwock (1991), designando este processo de ***"colmatação***", explicam que ao longo da planície lagunar holocênica as lagoas isoladas, ou seja, distantes das fontes ativas de sedimentação eólica ou fluvial, apresentam um preenchimento sedimentar mais lento. Este é ativado, sobretudo, pela vegetação marginal que gradualmente avança para o centro do corpo lacustre. Os autores ainda registram que estas lagoas, com pequeno aporte de sedimentos clásticos, podem evoluir para turfeiras.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 583
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 75
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Martins (1976), discorrendo sobre a dinâmica das comunidades bióticas, chamou de "***colmatagem***" ao fenômeno oriundo da deposição e acúmulo de material orgânico em uma ***"hidrosere***", isto é, numa sucessão ecológica que se inicia na água. Assim, na fase submersa, explica o autor, as plantas abaixo do nível das águas vão morrendo e se depositando no fundo da lagoa. Na flutuante, a profundidade se encontra bastante reduzida, e já se observam vegetais com as folhas acima do nível das águas. A morte destes dá continuidade ao processo de colmatagem. A fase seguinte, a de alagado, se individualiza por uma profundidade de meio metro e uma vegetação que ostenta farta folhagem sobre o nível das águas. As fases posteriores correspondem à transição final do ecossistema aquático para o terrestre, denominadas, em ordem sucessória, de charco, arbustiva e bosque.

Gomes e Ab'Saber (1969), referindo-se ao sistema lagunar do Litoral Norte rio-grandense, registraram a ocorrência do fenômeno acima descrito, colocando que **"Às costas altas do litoral anterior, com seus sucessivos recortes (enseadas e angras), e pequenos promontórios, opõem-se às atuais grandes extensões de costas rasas, dominadas por retilíneos cordões de areia, campos de dunas, e um labirinto de lagunas atuais ou subatuais colmatadas. Não existindo manguezais nesse trecho subtropical do litoral brasileiro, o processo de colmatagem biogênico se faz pela extensão dos juncais nas reentrâncias das lagunas e dos velhos canais situados entre lagunas".(Gomes e Ab'Saber, 196*9,* p.4).**

O processo da colmatagem também é referido nos estudos desenvolvidos pela Fundação de Economia e Estatística (1978, p.30), quando da análise estratigráfica dos sedimentos quaternários da **Formação Chuí** encontrados na região norte da província costeira do Estado. As conclusões obtidas neste trabalho atestam que ***"... o gradual enriquecimento de silte e argila, bem como matéria orgânica... sugerem que estes sedimentos originaram-se por uma progressiva colmatagem de corpos lagunares de dimensões e profundidades variáveis..."*** .

6.3.1.3 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

O Município se caracteriza por vales, montanhas e morros, exceto uma pequena área de planície às margens da Lagoa Itapeva e pelos altiplanos no distrito de Josafaz e algumas

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 584
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 76
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

chapadas, como a dos Valim. Um morro, por sua formação peculiar, recebeu o nome de "Morro do Chapéu" e deu nome a um distrito.

Há outros morros chamados de "Morro do Capitão", "Morro dos Prusch", "Morro Quente", etc. Os Vales secundários são os que compreendem o do "Chapéu", "Pedra Branca", "Fundo do Rio do Pinto", "Fundo dos Baratas" (esse nome talvez decorra do nome de família Eberhardt, ou a que, em documentos antigos, aparece como Herberartt) e "Barreiros".

O Município compreende parte da Serra Geral, onde está situado o distrito de Josafhat (estranhamente, há os que, talvez por desconhecimento, têm escrito e pronunciado Josafaiz, mas o correto é Josaphat (pronuncia-se "josafá").

No Município de Três Forquilhas, ocorre rocha basáltica da Formação Serra Geral da parte superior do Grupo São Bento, de idade Triássica-Cretácea. Este evento vulcânico é o coroamento da evolução gonduânica da Bacia do Paraná.

A Formação Serra Geral é constituída basicamente por uma essência vulcânica que inclui rochas de composição básica até ácida. O contato inferior da Formação Serra Geral é tido pela maioria dos estudiosos como discordantes com os arenitos eólicos da Formação Botucatu (contato entre corpos de origem diferente, no caso, sedimento e rocha ígnea).

Na parte leste do Município, da Formação Serra Geral, as lavas basálticas toleíticas atingem altitudes de 950 m.

O ponto mais elevado, na altura do distrito de Josafhat, tem 1059 metros, e o ponto mínimo, próximo à sede, está em torno de seis (6) a 9 (nove) metros de altitude.

O município abrange uma área que vai desde as encostas do planalto, até a planície costeira onde, de acordo com Santos, o principal setor de alimentação hídrica e de sedimentos clásticos do seu sistema flúvio-lacustre-estuarino provém do ambiente tipicamente fluvial, localizado a oeste, nas encostas do Planalto Meridional. Desta forma, tanto a dinâmica natural quanto intervenções propositais realizadas neste setor de cabeceira de drenagem afetam, decididamente, o sistema como um todo.

A tabela abaixo ilustra os domínios geomorfológicos encontrados na área de abrangência do município:

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 585
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 77
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Domínio	Subdomínio	Compartimento
Das Terras Altas	Planalto Basáltico	
Das Encostas	Arenito Botucatu	
Das Terras Baixas	Planície Costeira	Praial
		Eólico
		Lagunar
		MarinhoPleistocênico
		Flúvio-deltáico

Fonte: Horn (1987)

Domínio Geomorfológico das Terras Altas

Ainda de acordo com Santos, o domínio geomorfológico das Terras Altas, subdomínio do Planalto Basáltico, compartimento das encostas, caracteriza-se fundamentalmente por escarpas erodidas, sobretudo pela ação fluvial. As falhas e fraturas que ali ocorrem se sobressaem como importantes fatores de controle do comportamento hidrológico da rede de drenagem. Esta, por sua vez, é representada, à exceção do rio principal, por cursos fluviais de pequena extensão, encaixados em vales profundos e dissecados na forma de “V”, que recebem importante contribuição do sistema de água subterrâneo para a sua manutenção, Horn (1987) explica que o compartimento das encostas constitui um relevo de transição entre os subdomínios do planalto e da planície costeira, sendo constituído por vertentes plano-convexas a planas, nas quais o declive aumenta, quando do contato entre o arenito Botucatu e o basalto.

Neste compartimento ainda é possível identificar o subsistema de leques aluviais que abrange o conjunto de fácies sedimentares, derivadas dos processos de transporte relacionados ao respectivo subdomínio geomorfológico. Assim, na parte proximal dos leques, os materiais sólidos acumulados resultam de processos predominantemente gravitacionais, originando depósitos de tálus e de colúvios. Já na porção distal deste subsistema se observam depósitos aluvionares, denotando a influência dos cursos de água fluviais que se desenvolvem a partir da encosta planáltica (Villwock e Tomazelli,1995).

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 586
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 78
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

É necessário considerar que a geometria de "leque" não é facilmente identificada na Província Costeira do Rio Grande do Sul, a não ser em terrenos holocênicos, ligados a pontos mais ou menos fixos de aporte sedimentar. Villwock e Tomazelli *(op. cit*.) chamaram a atenção para o obscurecimento da morfologia típica de leques nesta região, explicando que as fácies são distribuídas em forma de rampa suave desde o setor proximal até o distal. A morfologia de rampa, consoante estes autores, atribui-se, em parte, à existência de diversos pontos de afluxo sedimentar, o que, a seu turno, favorece o fenômeno da coalescência de leques. Além disto, os efeitos de retrabalhamento e erosão posterior, entre os quais os entalhamentos fluviais e os terraceamentos marinhos e lagunares que se manifestaram na porção distal dos leques em virtude das oscilações eustáticas, também foram elencados como responsáveis por este tipo de morfologia.

Há ainda outras morfologias, geradas por processos deposicionais em meio aquoso, como barras transversais e longitudinais, e que foram identificadas na área de estudo. A elas se associam canais fluviais de padrão entrelaçado *(braide*d), que se desenvolvem em ambiente tipicamente continental.

Domínio Geomorfológico das Terras Baixas

Segundo Santos, no domínio das Terras Baixas, subdomínio da planície costeira, o ambiente marcadamente fluvial está representado no compartimento flúvio-deltáico, no qual se evidenciam importantes corpos de água. Neste compartimento, Horn (1987) enfatiza, entre outras características, a presença de depósitos de leques aluviais holocênicos, cujas fácies sedimentares são formadas por sedimentos que gradam de elúvios e colúvios, no setor proximal, a aluviões, na porção distal. Estes depósitos afloram nas áreas de contato do planalto basáltico com a planície costeira, demonstrando a estreita inter-relação entre estes dois subdomínios.

Devido à sua posição geográfica, a região apresenta um regime hidrológico bastante marcado pela ocorrência de precipitações orográficas e pelo elevado gradiente altimétrico que existe entre a planície costeira e o planalto basáltico. Assim sendo, é importante frisar, mais uma vez, a natureza dos vales estreitos e pequenos, nos quais os rios que contribuem para a bacia percorrem distâncias de poucos quilômetros, mas com desníveis que podem ultrapassar centenas de metros.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 587
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 79
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

De acordo com Santos, a dinâmica do ambiente natural, por conseguinte, é compatível com a existência de períodos de cheias com efeitos muitas vezes devastadores nos baixos vales dos rios que formam esta bacia. A propósito disto, Horn (1987) ressaltou os problemas enfrentados pela população rural das encostas planálticas, quando das fortes enxurradas, nas quais as águas fluviais, migrando com grande velocidade, transportam elevadas quantidades de carga detrítica.

6.3.2 SOLO

A região é uma área de transição entre a planície costeira e as encostas da Serra Geral, cujas altitudes máximas atingem até 900 metros. Os solos da região compreendem áreas cobertas por derrames basálticos da bacia do Paraná, o que possibilita a formação de diferentes tipos de rochas: Formação Serra Geral (rochas basálticas), Formação Botucatu (arenito Botucatu) e depósitos recentes (depósitos de sedimentos).

A formação do solo ocorre fundamentalmente pelo processo de decomposição da rocha matriz, através dos agentes bioclimáticos. No processo de pedogênese os fatores que se evidenciam são o clima, de maneira determinante, devido principalmente à ação da temperatura e das precipitações; a natureza da rocha-mãe, em face das suas características físico-químicas; a topografia, cujo grau de declividade pode favorecer a erosão, a migração de elementos ou o seu acúmulo; e a cobertura vegetal, pela sua função protetora e por ser importante fornecedora de matéria orgânica ao substrato edáfico.

Conforme Santos, o solo tem papel extremamente importante para a manutenção dos recursos hídricos das bacias hidrográficas. A capacidade de infiltração e de armazenamento da água no substrato edáfico interfere, decididamente, na disponibilidade hídrica dos sistemas hidrológicos, afetando, por conseguinte, os seus usos múltiplos.

A importância da variável solo se dá muito em virtude da natureza singular da água. Caracterizada por uma notável fluidez, ela migra entre os compartimentos geosféricos – atmosfera, hidrosfera, litosfera e biosfera -, interagindo com os seus componentes sólidos, líquidos e gasosos. Assim sendo, as mudanças naturais ou artificiais que atingem estes compartimentos podem alterar o estado qualitativo e quantitativo dos seus recursos hídricos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 588
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 80
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Farb (1964), Lacoste e Salanon (1973), Duvigneaud (1974), Tricart (1977) e Odum (1988) também chamam a atenção para a destacada importância ecológica do solo, que participa de forma decisiva na dinâmica dos principais ciclos biogeoquímicos do planeta. A ciclagem dos nutrientes mais necessários ao suporte da biota terrestre, que caracteriza a extraordinária economia da natureza, se faz, em grande parte, graças ao concurso de microorganismos sediados neste ecossistema.

A divisão do Município em áreas homogêneas, de acordo com o uso do solo, ficou assim classificado:

Área 01 - Campos: solos planos, arenosos, alagadiços, pouca densidade populacional, proximidade com a Lagoa Itapeva, pequenas propriedades, predominando como exploração a pecuária e o arroz irrigado.

Área 02 – Lavouras intensivas: predominando áreas de várzeas secas, com solos planos e levemente ondulados, pequenas propriedades, maior densidade populacional com predomínio de cultivo de olerícolas, milho, aipim e fruticultura, com mata ciliar degradada.

Área 03 – Encosta de morros: área de meia encosta, baixa densidade populacional, com lavoura de subsistência, banana, abacaxi, cana de açúcar, pêssego e figo. Menor impacto ambiental

Área 04 – Topo dos morros: áreas pedregosas, revestidas com mata atlântica e/ ou recuperação, despovoadas, predominando o extrativismo de samambaia e palmito.

Área 05 – Campos de cima da serra: solos pedregosos, rasos, ondulados, cobertos com pastagens nativas, pecuária de corte extensiva, grandes propriedades.

6.3.3 VEGETAÇÃO

As encostas e escarpas mais pronunciadas conservam ainda áreas consideráveis de matas nativas, áreas pouco utilizadas para a agricultura ou pecuária. As várzeas apresentam-se em vales com áreas de relevo ondulado a suavemente ondulado e áreas planas com declividade bastante reduzida, solos bem drenados e profundos e elevada disponibilidade

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 589
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 81
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

hídrica, características que permitem o desenvolvimento de atividades agrícolas.Os cultivos agrícolas utilizam adubação química e defensivos agroquímicos**.**

O município localiza-se numa área de ecótono, o que determina a ocorrência de uma composição florística muito rica e variada, num raro encontro de diferentes formações vegetais (Floresta Atlântica, Floresta Araucária, Floresta Estacional Semidecidual).

A flora existente na área do Município pode ser assim caracterizada: Remanescentes da Mata Atlântica, Capoeira Baixa e Campos de Pastagem, além de pequenos reflorestamentos com essências exóticas.

Remanescentes da Mata Atlântica: as principais espécies encontradas podem ser relacionadas:

- Figueira (Fícus sp)

- Chá de Bugre (Casearia silvestris)

- Caporoca (Rapanea umbellata)

- Canela (Nectandra sp)

- Aroeira Vermelha (Schinus terebinthifolius)

- Quaresmeira (Tibouchina ramboi)

- Giriva (Arecastrum romanzoffianum)

Capoeira baixa: do tipo:

- Marica (Mimosa bimucronata)

- Cocão (Erythrxylum pelleterianum)

- Vassoura branca (Baccharis dracuncufolia)

- Vassoura Vermelha (Dodonea viscosa)

Campo de pastagem. As espécies mais comuns são:

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 590
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 82
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Grama (Parricium sp)

- Milhã (Panicum sanguinale)

- Grama larga (Axonopus obtusifolius)

Reflorestamentos em pequenas áreas com:

- Eucalipto (Eucaliptus sp)

A fauna silvestre da área é muito modesta devido ao alto grau de utilização do local, pelo homem.

Os insetos são representados pelos Coleópteros, Hemípteros e Lepidópteros, entre outros. São a base da cadeia alimentar encontrada na área. Entretanto, os maiores representantes sinantrópicos são constituídos pela avifauna. Registrou-se a presença dos seguintes indivíduos:

- Quero-quero (Vanellus chilensis)

- João de Barro (Furnarius rufus)

- Bem te vi (Pitangus sulphuratus)

- Anu branco (Guira guira)

Os moradores afirmam a existência de serpentes como papa pinto (Phylodrias patagonensis) e Jararaca (Bothros neuwiedi). O sapo (Bufo spp) foi o único representante de anfíbio encontrado. O preá (Cavia aperea) foi o único mamífero encontrado. Há notícias da existência de lebre (Lepus capensis) e Sorro ou Mão-Pelada (Dusicyon thous).

De acordo com Santos, a vegetação tem a capacidade de reduzir a incidência de radiação solar, influindo, assim, na temperatura e nas oscilações térmicas no interior do solo. Ela abranda os efeitos da erosão pluvial e ajuda a manter a umidade, à medida que diminui a velocidade e a energia cinética das gotas de chuva. Este efeito também se manifesta na redução do escoamento superficial, o que, a seu turno, minimiza a denudação sobre as encostas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 591
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 83
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Além disto, a cobertura vegetal interfere de maneira a amenizar a ação eólica no transporte de partículas, promovendo a sua deposição. Tricart (1977) sintetizou o papel estabilizador da vegetação através do termo *fitoestasia,* acrescentando, a exemplo de Lacoste e Salanon (1973) a sua importante contribuição à pedogênese, em virtude, também, do fornecimento de detritos vegetais à superfície do solo.

Desta maneira, torna-se imperiosa uma avaliação correta do sistema solo-planta-atmosfera, a fim de que se possa apreciar a real disponibilidade hídrica de uma bacia hidrográfica. Isto, por sua vez, viabiliza-se por meio de uma análise criteriosa do papel da flora nativa e da cultivada na sua dinâmica hidrológica.

Vegetação remanescente

Conforme Santos, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul compreende o setor mais meridional do domínio da Floresta Atlântica *stricto sensu.* Considerado um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo consoante Consórcio Mata Atlântica (1992), a sua elevação à Reserva da Biosfera, em outubro de 1993, não foi suficiente para cessar o processo de degradação que vem reduzindo, drasticamente, as espécies nativas nas encostas e planícies do nordeste rio-grandense e sul-catarinense.

Ainda assim, a diversidade biológica que caracteriza esta floresta é suficiente para que se mobilizem esforços, com o fim de concretizar o estruturado pelos agentes proponentes da sua transformação em Reserva da Biosfera, ou seja, de se conservar corredores ecológicos, sendo que o maior destes deve seguir, ininterruptamente, da Serra do Mar à Serra Geral. Isto significa uma extensão de aproximadamente 1.500 Km, que vai do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul (Consórcio Mata Atlântica, 1992).

Muito antes dos estudos que culminaram com a criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Rambo (1954; *apud* Fundação Estadual de Proteção Ambiental e Centro de Ecologia da UFRGS, 1991) já destacava a importância desta região como passagem estreita entre a Serra Geral e o oceano, pela qual migraram espécies da flora tropical, procedentes do norte. Esta passagem ou corredor foi denominado pelo autor de ***"Porta de Torres***".

A propósito da importância desta entrada natural para a difusão e expansão de espécies, Ministério do Interior (1982) esclarece que há apenas três portas de entrada para a flora tropical no Estado: a citada *Porta de Torres*, para a vegetação costeira; o *Rio Pelotas*,

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 592
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 84
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

para a flora campestre do Brasil Central; e o *Alto Uruguai*, para a fitocenose tropical da Bacia do Paraná. No sentido inverso a migração também se ultimou. Isto é referido por Klein (1975; *apud* Fundação Estadual de Proteção Ambiental e Centro de Ecologia da UFRGS, *op. cit*.) e em Ministério do Interior *(op.cit*.).

De acordo com Santos, esta área representa uma importante zona de transição entre ecossistemas tipicamente tropicais e os nitidamente subtropicais e temperados, constituindo-se em verdadeiro ecótono, no qual a biodiversidade ainda se notabiliza, apesar dos impactos negativos da sua ocupação. Associada a esta biodiversidade, característica dos ambientes florestais tropicais e subtropicais, existe a influência dos ecossistemas lacustres, estuarinos, lagunares e marinhos, que tornam a região singular do ponto de vista biogeográfico.

No que concerne às formações florestais, constata-se a sua presença em diferentes habitats no escopo do presente estudo, abrangendo desde as áreas baixas da planície lacustre até as elevações da escarpa da Serra Geral. No setor da planície costeira, ocupando terrenos de origem fluvial e lacustre em patamares que vão de 5 a 30 metros acima do nível do mar, encontram-se remanescentes da floresta paludosa, uma das formas de vegetação da Floresta Ombrófila Densa de Encosta – Floresta Atlântica. Esta floresta está quase sempre inundada e se encontra como fragmentos de vegetação nativa nos solos turfosos das várzeas das lagoas em apreço.

6.3.4 USOS DA ÁGUA

No que se refere ao uso das águas, foram utilizados dados do Plano Ambiental Municipal que realizou um levantamento com o objetivo caracterizar os usos múltiplos da água existentes na região. O levantamento dos usos múltiplos da água obedeceu a uma sistemática de classificação em tipos de uso e/ou setores. Os usos da água identificados podem ser separados em usos consuntivos e usos não consuntivos.

Os usos consuntivos são aqueles que retiram a água de sua fonte natural diminuindo suas disponibilidades, quantitativa ou qualitativa, espacial e temporalmente. São usos consuntivos as aplicações deste recurso natural em abastecimento púbico e industrial, agricultura e irrigação.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 593
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 85
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Os usos não consuntivos são aqueles em que não há consumo ou modificação do volume de água de forma expressiva e, de um modo geral, correspondem às necessidades relativas à geração de energia, transporte hidroviário, pesca e piscicultura, turismo/recreação/lazer, transporte e depuração de efluentes e à manutenção do equilíbrio ambiental, principalmente para a preservação da flora e fauna.

Na região, foram identificados os seguintes usos consuntivos:

- No setor de SANEAMENTO: abastecimento público;
- No setor INDUSTRIAL: abastecimento de indústria;
- No setor AGROPECUÁRIO: dessedentação animal e irrigação.

Os usos não consuntivos, aqueles em que não há consumo ou modificação do volume de água de forma expressiva, estão presentes na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí na seguinte forma:

- Na AQÜICULTURA;
- No SANEAMENTO: lançamento de efluentes do esgotamento sanitário (doméstico) e dos depósitos de resíduos sólidos;
- No setor INDÚSTRIAL: lançamento de efluentes da indústria;
- No setor AGROPECUÁRIO: lançamento de efluente da criação animal;
- LAZER, RECREAÇÃO E TURISMO;
- PESCA;
- MINERAÇÃO;
- NAVEGAÇÃO.

6.3.5 SANEAMENTO

O abastecimento público da região, via de regra, é realizado pela CORSAN. Diz-se, em via de regra porque existem sistemas independentes de captação, tratamento e distribuição de água, operados pelas prefeituras municipais ou por empresas privadas.

O abastecimento público, em especial nos municípios do litoral, é complementado através de poços unifamiliares, as “ponteiras”, e pequenos poços coletivos. Esses poços não apresentam registro algum, pois não são licenciados.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 594
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 86
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Estima-se que cerca de 494 mil m^3 de água da bacia sejam retirados anualmente para complementação do abastecimento público através de pequenos poços e ponteiras.

Os dados do Censo Demográfico de 2000 demonstram que o tratamento de esgotos na forma de fossas é predominante.

- 48,2% Fossa séptica
- 33,0% Fossa rudimentar
- 13,2% Rede geral de esgoto ou pluvial
- 2,3% Vala
- 2,0% Não tinham banheiro nem sanitário
- 0,4% Rio, lago ou mar
- 0,9% Outro escoadouro

Fonte: Plano de Bacia Rio Tramandaí – PROFIL /2005

Não é toda a carga orgânica gerada que atinge os cursos d'água superficiais da região, a maior parte da carga orgânica é removida pelas fossas sépticas, lançada no mar, ou é removida por tratamento. Isso seria satisfatório se fosse considerado o período de inverno e a população residente, ocorre que não é, devido a sazonalidade da população presente na região, que se reflete numa população de mais pessoas nos meses de veraneio.

Sendo assim, são lançadas nos corpos d'água e no solo da região toneladas de carga poluidora orgânica provenientes do esgotamento doméstico, sendo que esta quantidade quadruplica nos três meses de veraneio (dezembro, janeiro e fevereiro).

Com relação à situação de drenagem pluvial, as informações existentes são escassas e se referem às informações recebidas através do questionário do saneamento. A tabela abaixo mostra o percentual de cobertura por rede de drenagem pluvial.

- Cobertura inferior 50% da área urbana **41%**
- não contam com rede de drenagem pluvial **12%**
- cobertura superior a 50% da área urbana **47%**

Fonte: Plano de Bacia Rio Tramandaí – PROFIL /2005

Especificamente no Município de Três Forquilhas, a distribuição de água é feita através de poços tubulares com reservatórios em locais mais altos, que por gravidade, chegam até

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 595
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 87
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

as residências. Todos os domicílios são dotados de hidrômetros, com o pagamento de taxa mensal aos cofres da Prefeitura Municipal.

6.3.6 RESÍDUOS SÓLIDOS

A destinação final dos resíduos sólidos urbanos, em geral na área da bacia hidrográfica do rio Tramandaí é:

- 88,5% Coletado
- 8,1% Queimado (na propriedade)
- 1,5% Enterrado (na propriedade)
- 1,3%Jogado em terreno baldio ou logradouro
- 0,5% Outro destino
- 0,1% Jogado em rio, lago ou mar.

FONTE: IBGE (2000)

Existem na região sete aterros para disposição de resíduos sólidos urbanos licenciados pela FEPAM. Estes depósitos de resíduos localizam-se nos municípios de Terra de Areia, Osório, Capão da Canoa, Tramandaí, Três Cachoeiras, Torres e São Francisco de Paula. Os municípios que não possuem área própria para destinação enviam os resíduos coletados para Tramandaí e Terra de Areia

A geração de resíduos sólidos urbanos tem uma forte dependência da sazonalidade da população, da mesma forma que a geração de esgotos ou a demanda para abastecimento público. Nos meses de verão a geração aumenta em cerca de cinco vezes.

A decomposição dos resíduos sólidos gera um líquido com elevada carga poluidora e, por isso, com grande potencial de contaminação do solo e dos corpos hídricos. Quando os resíduos são dispostos em aterros sanitários, o líquido gerado, o chorume, pode ser drenado e conduzido para tratamento de forma que seu potencial poluidor, ao ser lançado nos corpos d'água, é reduzido. No entanto, quando os resíduos são dispostos sem controle nos lixões ou quando os aterros sanitários não são operados de forma adequada, o líquido originário da decomposição do lixo drena para os rios e arroios comprometendo a qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 596
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 88
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Cabe destacar a variação no volume de resíduos a ser disposto e, conseqüentemente, na carga gerada, em função da variabilidade sazonal da população já que a geração de resíduos aumenta cinco vezes no período de verão em decorrência do veraneio.

O problema do mau gerenciamento dos resíduos sólidos tem implicações sanitárias mais sérias, tendo em vista que os depósitos podem se tornar focos de vetores de doenças. O Município de Três Forquilhas destina os resíduos sólidos em aterro sanitário licenciado, no Município de Morrinhos do Sul.

6.3.7 IRRIGAÇÃO E CRIAÇÃO ANIMAL

Na área em estudo, o consumo de água na agricultura está relacionado às lavouras de arroz e hortaliças. As demandas d'água associadas ao cultivo do arroz são sazonais, concentrando-se no período de dezembro a março. As hortaliças são cultivadas nos vales dos rios Três Forquilhas e Maquiné e a irrigação dessas culturas tem caráter complementar, pois o regime pluviométrico local é bastante homogêneo ao longo do ano e as chuvas são freqüentes. As principais hortaliças cultivadas na região são alface, couve-flor, beterraba, cenoura, tomate e repolho.

Para as lavouras de hortaliças, a irrigação apresenta caráter complementar tendo em vista as chuvas distribuem-se de forma homogênea ao longo do ano suprindo, na maioria dos meses, a necessidade hídrica específica dos vegetais cultivados.

No mês de maior consumo na região, a irrigação de arroz, acrescida da irrigação de hortaliças é de aproximadamente 27,5 milhões de m³/mês em janeiro.

A demanda hídrica associada à criação de animais ao setor na região da bacia hidrográfica do rio Tramandaí é de 4.371.105,74 l/dia, o que corresponde a, aproximadamente, 1,6 milhões m³/ano com a distribuição por rebanho apresentada no quadro abaixo:

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 597
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 89
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

TABELA 06

	Demanda Hídrica	
Rebanho (espécie)	**(l/dia)**	**(m3/ano)**
Bovinos	3.009.192,34	1.098.355,20
Suínos	1.132.812,99	413.476,74
Ovinos	40.979,95	14.957,68
Aves	35.622,17	13.002,09
Eqüinos	152.498,29	55.661,87
Total	**4.371.105,74**	**1.595.453,60**

Fonte: Plano de Bacia Rio Tramandaí – PROFIL /2005

A estimativa das cargas orgânicas efluentes geradas no setor foi realizada a partir do número efetivo de cabeças por rebanho, nas taxas *per capita* de geração de DBO por espécie criada e de coeficientes de abatimento de carga tendo em vista a depuração pela qual os efluentes passam antes de alcançar os corpos hídricos.

Carga orgânica remanescente com origem na pecuária no município de Três Forquilhas:

Carga orgânica (t DBO5 20/ano)

Bovinos	**Suínos**	**Aves**	**Ovinos**	**Eqüinos**	**Total**
73,60	68,41	29,61	1,87	5,48	**178,97**

Fonte: Plano de Bacia Rio Tramandaí – PROFIL /2005

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 598
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 90
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

6.3.8 INDÚSTRIA

As atividades industriais com o maior número de empreendimentos são Serraria e Desdobramento de Madeira além de uma indústria de conservas e doces.. A estimativa da demanda de água associada ao setor foi realizada com base no número e na tipologia do empreendimento industrial e na taxa de consumo por atividade realizada

Abaixo apresentamos a demanda de águas superficiais para abastecimento industrial para o município de Três Forquilhas:

Demanda para abastecimento da indústria (m3/ano)

Três Forquilhas	548

Fonte: Plano de Bacia Rio Tramandaí – PROFIL /2005

A produção industrial, mesmo monitorada e com tratamento de efluentes é responsável pela geração de carga poluidora. No município não existem indústrias com elevado potencial de poluição. Esta situação pode ser constatada através da análise do cadastro do SISAUTO – Sistema de Automonitoramento das Indústrias - onde não consta nenhuma indústria da bacia. Nesse cadastro são incluídas as indústrias com maior potencial poluidor do estado.

A partir da vazão e da concentração dos despejos líquidos por atividade industrial foi estimada a carga poluente gerada pela indústria.

As tipologias industriais ocorrentes no município também não apresentam lançamento de efluentes com os metais do Cr (Cromo), Ni (Níquel) e minimamente pode ser quantificada a presença do metal Fe (Ferro).

7. SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

7.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água no município de Três Forquilhas é realizado pelo Departamento Municipal de Água.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 599
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 91
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

7.1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O fornecimento de água nas comunidades rurais e urbana(sede) do município é feito através da captação junto a poços tubulares profundos e sistema de reservação em cotas superiores e rede de distribuição de água para as residências. Os poços foram perfurados através de convênios entre o município e a Secretaria Estadual de Obras e Saneamento. As redes foram instaladas mediante projeto e execução da Prefeitura Municipal de Três Forquilhas. A administração do sistema é feito pelo Departamento Municipal de Água.

O abastecimento é regular, sendo que as interrupções ocorrem em decorrencia da falta de luz ou quando ocorre algum vazamento na rede, sendo que não ocorrem períodos significativos de interrupção no fornecimento.

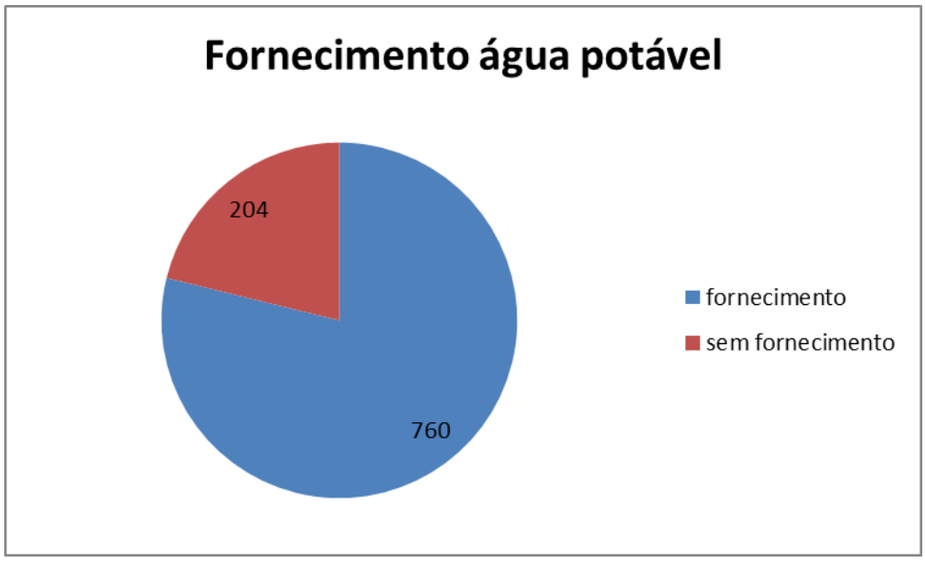


GRÁFICO 01 – SITUAÇÃO SERVIÇOS DE ÁGUA

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 600
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 92
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210





FOTOS 01 e 02- Poço tubular e casa de maquinas (FOTO: DIEGO RAUPP)

O abastecimento da água em todo o território municipal abrange 78,83% da população do municipio, distribuída conforme gráfico abaixo.

O consumo per capita identificado é de aproximadamente 100 l/dia.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 601
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 93
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

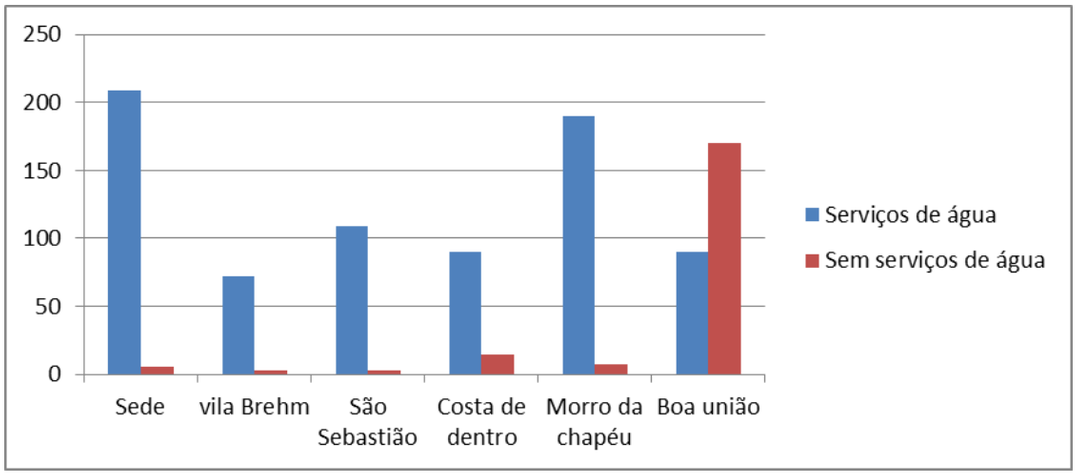


GRÁFICO 02- SITUAÇÃO SERVIÇOS DE ÁGUA POR COMUNIDADE

7.1.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



FOTO 3 –Reservatório Localidade de Morro do Chapéu(fotos: Diego Raupp)

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 602
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 94
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Os serviços de fornecimento de água são realizados pelo Departamento Municipal de Água, que é responsável pela administração dos serviços.

O tratamento da água é executado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo o departamento de vigilância Sanitária Municipal responsável pela fiscalização dos poços e reservatórios, onde são analisados os seguintes parâmetros: Coliformes fecais e totais, flúor e turbidez.

Os serviços de manutenção, ampliação e construção de novas redes é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras.

Os valores cobrados pelos serviços é de R$ 14,00 por 20.000 litros mensais.

7.1.3 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, Lei Municipal 828 de 14 de novembro de 2008, trata das estratégias para o abastecimento de água no município na SEÇÃO II - DOS PLANOS E AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO, art. 44, sendo as principais diretrizes para o abastecimento de água:

Art. 44 – São diretrizes para os Serviços de Saneamento:

I - assegurar a qualidade e a regularidade plena no abastecimento de água para consumo humano e outros fins, capaz de atender as demandas geradas em seu território;

II – implantar, ampliar e complementar as redes de coleta e afastamento dos esgotos, encaminhando-os para tratamento nas atuais estações;

IV - desestimular o desperdício e promover a redução das perdas físicas da água tratada e incentivar a alteração de padrões de consumo;

V - reduzir a poluição afluente aos corpos d'água através do controle de cargas difusas;

VI - criar e manter atualizado cadastro das redes e instalações.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 603
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 95
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

VII – implantar e estabelecer metas progressivas de ampliação da rede de coleta de esgotos, para todo o Perímetro Urbano;

VIII - estabelecer programa de implantação de sistemas alternativos de coleta, afastamento e tratamento de esgotos, principalmente em assentamentos isolados periféricos;

IX - formular política de controle de cargas difusas, particularmente daquela originada do lançamento de resíduos sólidos e de esgotos clandestinos domésticos e industriais;

X - criar exigências de controle de geração e tratamento de resíduos para grandes empreendimentos potencialmente geradores de cargas poluidoras, articulado ao controle de vazões de drenagem;

Art. 45 – São ações estratégicas para Serviços de Saneamento:

I - priorizar a implantação de sistemas alternativos de tratamento de esgotos nos assentamentos isolados;

II - priorizar o controle de cargas difusas nos mananciais, a montante das áreas inundáveis ou com irregularidade no abastecimento de água, e a jusante de hospitais e cemitérios;

III - elaborar o cadastro de redes e instalações;

IV - priorizar a implementação de sistemas de captação de águas pluviais para utilização em atividades que não impliquem em consumo humano;

V - promover a instalação de grelhas em bocas-de-lobo do Município;

VI - definir áreas adequadas para implantação de sistemas de tratamento de esgotos, incluindo local para disposição e tratamento de lodo e fossa;

VII - exigir dos empreendedores a implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos em novos condomínios e prédios multifamiliares;

VIII - proibir e fiscalizar o lançamento de esgoto cloacal na rede pluvial;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 604
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 96
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

IX - exigir que todos os empreendimentos se interliguem no sistema público de coleta e tratamento de esgoto existente e ao sistema público de abastecimento de água.

As diretrizes estabelecidas acima pelo PDDM, de 2006, estão sendo implantadas gradativamente. As metas estão sendo atingidas devido: a busca de recursos para a ampliação das redes de abastecimento e distribuição, perfuração de novos poços e instalação de reservatórios, operacionalização do sistema a fim de reduzir as perdas.

7.1.4 VISÃO GERAL DOS SISTEMAS

TABELA 07- VISAO GERAL DOS SISTEMAS

Comunidade	Prof. Poço (m)	Capac. Reservat.	Tipo de canalização	Extensão (m)
SEDE	-	50.000	PVC diam32. 50, 40,60	3650
SÃO SEBASTIÃO	130	50.000	Pvc 50 e 40	3055
CHAPADA DOS VALIM	156	25.000	50	3650
MORRO DO CHAPÉU	108	50.000	50	4100
VILA BECK	-	50.000	50	3200
RIO DO PINTO	136	25.000	50	4650
TOTAL	-	250.000	-	22305

7.1.5 DISPONIBILIDADE HIDRICA

7.1.5.1 CONDIÇÃO GERAL DAS DISPONIBILIDADES

No que se refere ao sistema hídrico da região, pode-se dividi-lo em duas partes:

- O subsistema norte (entre a Lagoa de Itapeva e a Lagoa de Tramandaí) é considerado o sistema dominante do escoamento. A título de exemplificação, se forem tomadas as disponibilidades calculadas para o mês de janeiro: o Rio Três Forquilhas contribui com o volume da Lagoa Itapeva a taxa de 2.800 L/s; a Lagoa de Itapeva, por sua vez acumula 135 milhões de m³ de água; O Rio Maquiné, por sua vez desemboca 5.250 L/s na Lagoa dos Quadros que apresenta um volume de 255 milhões de m3 de água. A Lagoa Itapeva e a Lagoa dos Quadros representam juntas 93 % da contribuição total do subsistema norte. O município de Três Forquilhas se insere neste subsistema.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 605
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 97
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- O subsistema sul das lagoas de água doce é composto pelo conjunto de lagoas desde a Cerquinha até a Lagoa do Manoel Nunes, apresenta um volume aproximado de 44 milhões de m³ de água. No subsistema sul ainda encontra-se, a jusante da lagoa do Manoel Nunes, as Lagoas do Gentil e Lagoa das Custódias ambas de água salobra.

Quanto à qualidade das águas superficiais, os corpos de água doce apresentam características de Classe 1, a exceção da Lagoa Marcelino Ramos (Classe 4) e da Lagoa Itapeva (Classe 2). As lagoas Tramandaí/Armazém, Custódias e Gentil e a Barra do Rio Tramandaí apresentam águas salobras de Classe 7.

Há indicativos de que a Lagoa do Marcelino tenha sua qualidade comprometida em função do despejo de esgotos sanitários da sede urbana de Osório. A Lagoa Itapeva fica classificada como Classe 2 em função da presença de coliformes, provavelmente provenientes de despejos de esgotos sanitários ou mesmo em função do estabelecimento de alguma atividade agropecuária do entorno.

7.1.5.2 SITUAÇÃO GERAL DE BALANÇO HÍDRICO

Na região em que o município está inserido, nos meses de junho a agosto o déficit hídrico é mínimo, com valor acumulado de 5 mm. Já nos meses de novembro e dezembro o excesso hídrico é praticamente nulo. Os maiores valores de excedente hídrico se localizam na região norte enquanto a deficiência hídrica se concentra na porção sul, comportamento que ocorre devido à maior concentração de chuvas na porção norte da região.

Dentre os corpos d'água com menor quantidade de carga recebida, destacam-se as lagoas da Emboaba, Manuel Nunes, do Passo e das Pombas, além do Canal João Pedro. Além da menor carga recebida, a variação de carga entre os períodos considerados (verão e inverno) é insignificante nesses mananciais.

7.1.6 POTENCIAL HÍDRICO

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul caracteriza-se pela sequência de ambientes longitudinais à costa chegando até as bordas da Serra Geral. Identifica-se, após a zona de interface com o mar, a típica planície sedimentar costeira, seguida pelo cordão de lagoas

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 606
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 98
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

litorâneas e chegando até a encosta da serra, formada pelos vales dos rios Maquine e Três Forquilhas.

Os principais cursos d'água do sistema hídrico da região são o Rio Três Forquilhas - afluentes da Lagoa Itapeva - e o Rio Maquine - afluentes da Lagoa dos Quadros - ambos têm suas nascentes na Serra Geral em altitudes superiores a 900 m e foz na Planície Costeira, junto ao sistema lagunar. As duas principais lagoas onde ocorre praticamente toda a contribuição são a Lagoa Itapeva e a Lagoa dos Quadros, as quais possuem 93 % da contribuição. Dessa forma, pode-se dizer que o subsistema norte é considerado o sistema dominante do escoamento na região.

Características fundamentais da região, do ponto de vista hidrográfico:

- A influência oceânica se faz presente de forma marcante, com a intrusão de água salgada do mar interferindo sobre várias Lagoas: Armazém Tramandaí, Custódias e Gentil. A ocorrência de ventos que represam a água doce das lagoas inclusive causa sérios problemas ao atendimento das demandas hídricas;
- Dois cenários hidrográficos estão presentes: nas suas porções baixas um complexo lagunar interligado com dinâmica peculiar e, nas porções altas, duas sub-bacias formadas por rios torrenciais, que alimentam as lagoas.

Tendo em vista que para o planejamento da utilização dos recursos hídricos e a garantia de atendimento das demandas, a análise da disponibilidade de água superficial nas lagoas, rios e canais que interligam as lagoas é imprescindível.

O comportamento hidro geológico de uma dada região está subordinado a algumas condições específicas que determinam o papel da água subterrânea dentro do ciclo hidrológico regional.

Dentre as condições específicas, o parâmetro fundamental é a constituição geológica da área. Os tipos litológicos existentes e a atividade tectônica desenvolvida sobre eles definirão os aquíferos, sua posição e inter-relação, qualidade e possibilidade de aproveitamento. A constituição morfológica da área, sua topografia e rede de drenagem fornecem dados com relação à capacidade de infiltração, área de recarga e pontos de descarga dos aquíferos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 607
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 99
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

O mapeamento hidro geológico busca agrupar as ocorrências de água subterrânea, conforme os tipos de rochas e das estruturas abertas que servem de espaço armazenador de água.

7.1.6.1 SISTEMAS AQUÍFEROS

Aquífero Costeiro Livre

Águas levemente ácidas a neutras, com teor médio de sais dissolvidos de 181,3 mg/l, cloretos variando entre 12 e 41 mg/l, dureza entre 24 e 196 mg/l CaCO3 (média de 83,4 mg/l CaCO3) o que classifica as águas como pouco duras a duras. Os cátions predominantes são o Ca2+ e o Na+, enquanto que como ânions predominam o HCO3 - e o Cl -. Pelas suas características, as águas deste sistema aqüífero são condizentes com águas de baixa mineralização, predominando os tipos bicarbonatadas cálcicas, sugerindo águas com baixo tempo de residência, função da excelente permeabilidade e transmissividade do aqüífero.

Aquífero Costeiro Confinado

Águas com pH variando entre 7,28 e 8,5 (média de 7,66). Os teores de sais totais dissolvidos oscilam entre 198 e 1840 mg/l, sendo a média de 500,3 mg/l. Quanto à dureza, as águas apresentam um valor médio de 154,8 mg/l CaCO3, classificando-as como duras. Os cátions predominantes são o Na+ e o Ca+2, os ânions mais comuns são o HCO3 - e o Cl-. A concentração de cloretos variam de 22 a 1310 mg/l, com média de 176,68 mg/l. As águas de este sistema aqüífero podem ser classificadas em relação ao seu tipo hidrogeoquímico como cloretadas sódicas (50%), bicarbonatadas sódicas (25%), bicarbonatadas cálcicas (20%) e sulfatada mista (5%).

Aquífero Botucatu

O pH varia de 6,9 a 8,4 com média de 7,51.Os teores de sais dissolvidos vão de 123 a 323 mg/l, sendo a média de 219,6 mg/l. A concentração do ânion fluoreto varia de 0 a

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 608
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 100
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

1,1mg/l, com média de 0,32 mg/l. A classificação hidroquímica para este sistema aqüífero revela águas bicarbonatadas mistas, cálcicas e sódicas e águas sulfatadas sódicas.

Aquífero Serra Geral

Os dados físico-químicos deste sistema aqüífero englobam a variação Serra Geral–a e Serra Geral–b. As águas são levemente alcalinas com pH variando entre 6,9 e 8. O teor médio de sais totais dissolvidos é de 205 mg/l, condizente com aqüíferos de meio fraturado. A dureza está entre 56 e 193 mg/l (média de 102,14 mg/l CaCO3), o que classifica as águas como pouco duras a duras. A classificação hidroquímica mostra uma água bicarbonatada cálcica e outra sulfatada cálcica.

As águas do aqüífero costeiro livre se enquadraram nos tipos C1-S1(salinidade baixa-fracamente sódicas), C3-S1(alta salinidade-fracamente sódica) e C4-S1 (salinidade muito alta-fracamente sódica). As do primeiro tipo, C1-S1 não apresentam risco de sódio nem de salinidade. As do tipo C3-S1 e C4-S1 apresentam baixo risco de sódio, mas alto risco de salinidade, devendo-se evitar o uso destas para irrigação.

As águas do aqüífero costeiro confinado foram classificadas como C2-S1(salinidade média-fracamente sódicas), C3-S1(alta salinidade fracamente sódicas), C3-S2 (alta salinidade-medianamente sódicas) e C5- S1(salinidade extremamente alta-fracamente sódicas).

Somente as do tipo C2-S1 podem ser utilizadas para irrigação, as demais apresentam um teor salino exagerado.

O aqüífero Botucatu apresentou águas classificadas como C1- S1(salinidade baixa-fracamente sódicas), C2-S1 (salinidade média-fracamente sódicas), e C4-S1 (salinidade muito alta-fracamente sódica).

Somente as do tipo C1-S1 devem ser utilizadas para irrigação, porque apresentam baixa salinidade e risco de sódio. Os demais tipos possuem risco de salinidade alto e muito alto.

De um modo geral, as águas do Sistema Aqüífero Serra Geral não apresentam restrição quanto a sua utilização na irrigação. Nesta avaliação, as duas amostras disponíveis

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 609
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 101
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

pertencem às classes C1 -S1 (salinidade baixa-fracamente sódicas) e C2-S1 (salinidade média-fracamente sódicas). Estas classes, de baixo risco de salinidade e de sódio, permitem afirmar que na área as águas do aqüífero Serra Geral provavelmente não terão problemas para irrigação.

No Município de Três Forquilhas, o Aquífero Serra Geral está presente, contribuindo para as redes de água da sede do Município e das Comunidades de Boa União, Morro do Chapéu e Costa de Dentro, através de poços artesianos profundos.

Através de recalque, a água é elevada até um reservatório em cota superior a 10 metros da maior altura de residência e posteriormente, distribuída a população.

7.1.6.2 VAZÃO ECOLÓGICA

A vazão ecológica é muitas vezes referida como a vazão residual (ou remanescente) ou vazão mínima para a proteção ambiental a ser conservada em um curso d'água. No entanto, ela deve ser considerada como a "vazão necessária para que sejam preservadas as condições de 'pulso hidrológico', transporte de sedimentos e nutrientes, sincronicidade com o ciclo de vida das espécies silvestres da fauna e da flora e a taxa de perturbações necessárias à renovação e funcionamento dos ecossistemas associados ao curso de água" (Cruz, 2000).

A flora e a fauna dos ecossistemas aquáticos apresentam inúmeras características relacionadas com o regime hidrológico dos grandes rios, áreas alagadas e de várzeas. O regime hidrológico tem condições altamente flutuantes, produzindo-se pulsos de freqüência e magnitude variadas. Estes pulsos apresentam períodos de inundação e seca produzindo grandes alterações na estrutura e funcionamento das comunidades aquáticas.

Dessa forma, mais uma vez, a manutenção do equilíbrio ambiental está relacionada com a preservação do regime hidrológico natural e não apenas a garantia de uma vazão mínima ou um volume mínimo.

A princípio, o regime de vazões ou de volumes ideal é o regime natural, com suas variações intranuais (sazonalidade) e interanuais (grandes enchentes e estiagens), pois a fauna aquática, incluindo o pescado das lagoas, está adaptada a estas variações.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 610
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 102
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Neste contexto, qualquer perturbação nesse regime, mesmo mantendo uma vazão mínima remanescente provocará um distúrbio no ciclo de vida das espécies e entre as espécies (alterações na cadeia alimentar) devido a mudanças nos regimes hidrossedimentológicos dos corpos d'água que trará como conseqüência a diminuição quantitativa e qualitativa das espécies aquáticas.

Dessa maneira, a quantificação da demanda hídrica da pesca e manutenção do equilíbrio ambiental extrapola o conceito de vazão mínima ou volumes mínimos remanescentes, não podendo ser considerada como um uso da água e sim como parte integrante e intrínseca do ecossistema aquático.

Ou seja, os usos consuntivos e não consuntivos devem ser tais que não alterem a vazão e regime ambiental dos corpos d'água, embora, sabidamente consista numa condição restritiva.

Segundo Lanna & Benetti (2000) existem diversos métodos de determinação das vazões ou volumes ecológicos, entre eles: métodos hidrológicos, métodos de classificação hidráulica, métodos utilizando regressões múltiplas, métodos de classificação de *habitats*, métodos holísticos e métodos informais. Os autores comentam que, no Brasil, tem-se estabelecido a vazão ecológica com base em um percentual de vazões referenciais para a determinação de critérios de outorga de direitos de uso de água. Porém, este critério é até certo ponto limitado, uma vez que não considera as necessidades de variações de vazão com que os ecossistemas aquáticos são adaptados.

Tendo em vista a inexistência de legislação que estabeleça, deforma geral, a vazão ecológica já que esta depende de fatores intrínsecos a cada ecossistema, optou-se, de forma conservadora, a utilizar como vazão e volumes ecológicos aqueles equivalentes com permanência de 97%, isto é, a Q97%. ou o V(volume)97%. Isso significa que apenas o que excede a vazão, ou o volume, com tempo de permanência 97% pode ser utilizado/retirado do manancial superficial sem que haja prejuízos ao ecossistema natural.

TABELA 08- consumo mensal (m3)

Lagoa/rio	**Demanda (m³/mês)**						
Rio Três Forquilhas	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr-Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 611
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 103
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- alto							
Abastecimento público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Criação animal	12.107,21	12.107,21	12.107,21	12.107,21	12.107,21	12.107,21	145.286,51
Total	12.107,21	12.107,21	12.107,21	12.107,21	12.107,21	12.107,21	145.286,51

Fonte: Plano de Bacia Rio Tramandaí – PROFIL /2005

Lagoa/rio	**Demanda (m³/mês)**						
Rio Três Forquilhas-baixo	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr-Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**
Abastecimento público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	582.845,00	552.845,00	462.845,00	402.845,00	462.845,00	552.845,00	5.434.140,00
Criação animal	3.110,52	3.110,52	3.110,52	3.110,52	3.110,52	3.110,52	37.326,22
Total	585.955,52	555.955,52	465.955,52	405.955,52	465.955,52	555.955,52	5.471.466,22

Fonte: Plano de Bacia Rio Tramandaí – PROFIL /2005

Do ponto de vista de balanço hídrico quantitativo, pode-se destacar situações pouco favoráveis nos seguintes corpos hídricos:

Rio Maquine Baixo (março);

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 612
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 104
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Rio Três Forquilhas Baixo (outubro).

Nos dois trechos de rios: Rio Maquine Baixo e Rio Três Forquilhas Baixo, estão presentes situações distintas. Para o Rio Maquine Baixo, o balanço desfavorável verificado em março pode ser associado a demanda para a irrigação. Neste caso, mais uma vez se estabelece o atenuante de que logo em seguida, no mês de abril as demandas voltam a corresponder a apenas 11% das disponibilidades. No Rio Três Forquilhas Baixo, apesar da presença de áreas irrigadas para o plantio de arroz, a situação menos favorável, do ponto de vista de balanço hídrico ocorre em Outubro, provavelmente relacionada a diminuição natural da disponibilidade.

Vale ressaltar que para os cursos d'água o fato do balanço hídrico calculado ser desfavorável não significa dizer que o rio estará completamente esvaziado(a) no período em questão devido as demandas. Deve-se considerar, isto sim, que provavelmente a vazão ou volume necessário a manutenção de longo prazo da lagoa ou rio (vazão ou volume ecológicos) esteja sendo utilizada. Outra questão importante é que a situação desfavorável de balanço hídrico não permanece em todos os meses do ano, sendo intercalada por períodos de excesso hídrico o que permite a recuperação dos corpos hídricos e compromete menos sua manutenção a longo prazo.

TABELA 09- Cargas totais e percentuais conforme origem

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 613
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 105
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Manancial	***Origem das cargas***									
	TOTAL (t DBO/mês)		*Criação de animais - % -*		*Resíduos sólidos - % -*		*Efluentes domésticos - %*		*Indústria - % -*	
	mar – nov	*dez - fev*	*mar - nov*	*dez - fev*	*mar - nov*	*dez – fev*	*mar - nov*	*dez – fev*	*mar – nov*	*dez - fev*
Rio Três Forquilhas - alto	*32,33*	*34,39*	*86,45*	*81,26*	*0,05*	*0,08*	*13,49*	*18,66*	*0,00*	*0,00*
Rio Três Forquilhas - baixo	*14,56*	*18,07*	*69,57*	*56,04*	*0,07*	*0,08*	*29,72*	*43,37*	*0,64*	*0,51*

Fonte: Plano de Bacia Rio Tramandaí – PROFIL /2005

Rio Três Forquilhas

A porção mais “alta” do Rio Três Forquilhas recebe carga orgânica elevada em comparação aos demais corpos hídricos avaliados. Essas cargas têm origem principal (86% a 82%) na criação de animais que ocorrem parte nas zonas rurais dos municípios de Itati, Três Forquilhas e São Francisco de Paula. Secundariamente, em termos de percentual de participação, as cargas provêm dos efluentes domésticos (13% a 19%) gerados na mesma zona. A variação de carga entre os períodos avaliados é pouco significante tendo em vista que engloba municípios sem atividades ligadas ao veraneio devido à distância da orla marítima.

Considerando-se apenas o efeito de diluição da carga estimada, em alguns meses do ano a qualidade do Alto Rio Três Forquilhas seria de Classe 3 em relação à concentração de DBO. No entanto, há de se considerar a elevada capacidade de depuração que cursos d’água como o Rio Três Forquilhas apresentam devido às grandes declividades de seus leitos o que proporciona a incorporação de oxigênio atmosférico na massa líquida favorecendo a depuração natural. Dessa forma, a porção mais “alta” do Rio Três Forquilhas deve

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 614
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 106
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

apresentar características de qualidade superiores à Classe 3. Além disso, parte dessa carga orgânica é lançada em afluentes do Rio Três Forquilhas e, quando alcança esse curso d'água, já passou por um processo natural de pré-depuração sendo, portanto, reduzida.

Na porção mais baixa do Rio Três Forquilhas, as cargas afluentes são muito menores do que as recebidas pelo Alto Rio Três Forquilhas. Há de se considerar, no entanto, a possibilidade de parte da carga lançada na porção mais elevada do Rio Três Forquilhas atingir o Baixo Rio Três Forquilhas, embora muito reduzida.

As cargas orgânicas que atingem a porção mais baixa do Rio Três Forquilhas têm origem nos municípios de Três Forquilhas e Itati e provêm principalmente dos efluentes da criação de animais (69% a 56%) e, secundariamente dos efluentes domésticos (29% a 44%).

Considerando-se, conservadoramente, que toda carga orgânica estimada para o Baixo Rio Três Forquilhas alcançasse a foz do mesmo e que as cargas lançadas em sua porção mais alta não atingissem sua foz, por diluição da carga na vazão Q90 da foz do Rio Três Forquilhas, haveria meses em que, nesse ponto, a qualidade da água em relação à concentração de DBO seria Classe 2. Há de se considerar, no entanto, a capacidade de autodepuração desse corpo d'água o que, provavelmente, deve fazer com que a qualidade da água nesse trecho do Rio Três Forquilhas seja superior à Classe 2. Caso o monitoramento que deverá ser sugerido para o Rio três Forquilhas indique a presença de águas de Classe 2, a situação de qualidade da água da Lagoa Itapeva poderia estar sendo influenciada pela afluência das águas do Rio Três Forquilhas.

7.1.7 SISTEMAS DE CONTROLE

Os parâmetros analisados para o controle da qualidade da água pela Vigilância Sanitária são os seguintes: análises microbiológicas, cloro, flúor e demais analises fisico-quimicas.

A Vigilância Sanitária em parceria com o LACEN coleta as amostra e envia para análise. Estes dados não são apresentados na conta mensal de água.

O departamento Municipal de água possue um Químico contratado ligado a Vigilância Sanitária do município para a realização periodica de análises da água distribuida a

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 615
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 107
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

populaçao. O monitoramento é realizado através de analises mensais, conforme tabelas abaixo.

TABELA 10- ANALISE DA ÁGUA NOS POÇOS NO ANO DE 2012

P.M de Três Forquilhas SAA

Planilha de frequência das coletas de água nos pontos

Data	Hora	SAA	Local de coleta	Cloro residual mg/l	Coli Total	Coli Fecal	CBH Total UFC/ml	pH	Cor mg/l	Flúor mg/l	Turbidez NTU	Clima	observação
04/01/2012	16:10	Costa Dentro	saida tratamento	0,79	***	***	***	7,1	***	***	***	seco	vigilancia
11/01/2012	14:10	Costa Dentro	rede distribuição	0,71	***	***	***	7,3	***	***	***	chuvoso	vigilancia
18/01/2012	13:50	Costa Dentro	saida tratamento	0,23	***	***	***	7,2	***	***	***	seco	vigilancia
24/01/2012	10:45	Costa Dentro	Edmilson	0,77	ausente	ausente	***	7,2	***	0,40	0,33	seco	LACEN
27/01/2012	08:40	Costa Dentro	saida tratamento	0,84	***	***	***	7,1	***	***	***	chuvoso	Alan
07/02/2012	13:50	Costa Dentro	saida tratamento	0,81	***	***	***	7,3	***	***	***	seco	vigilancia
14/02/2012	17:10	Costa Dentro	saida tratamento	0,60	***	***	***	7,1	***	***	***	seco	vigilancia
24/02/2012	14:05	Costa Dentro	rede distribuição	0,58	***	***	***	7,3	***	***	***	seco	vigilancia
28/02/2012	10:30	Costa Dentro	Escola Hermenegildo	0,54	ausente	ausente	***	7,2	***	s/reagente	0,35	seco	LACEN
28/02/2012	13:30	Costa Dentro	Prefeitura	0,61	***	***	***	7,2	***	***	***	seco	vigilancia
29/02/2012	08:35	Costa Dentro	saida tratamento	0,78	***	***	***	7,1	***	***	***	seco	vigilancia
01/03/2012	14:25	Costa Dentro	Escola Hermenegildo	0,61	***	***	***	7,3	***	***	***	seco	vigilancia
08/03/2012	10:05	Costa Dentro	saida tratamento	0,81	***	***	***	7,2	***	***	***	chuvoso	Alan
15/03/2012	08:30	Costa Dentro	saida tratamento	0,84	***	***	***	7,1	***	***	***	seco	vigilancia
19/03/2012	09:45	Costa Dentro	Prefeitura	0,65	***	***	***	7,1	***	***	***	seco	vigilancia
22/03/2012	16:25	Costa Dentro	saida tratamento	0,31	Injetor calcificado, limpeza.			7,3	***	***	***	seco	vigilancia
27/03/2012	15:10	Costa Dentro	Posto de Saúde	0,51	ausente	ausente	***	7,2	***	0,32	0,36	seco	LACEN
29/03/2012	13:45	Costa Dentro	saida tratamento	0,49	***	***	***	7,1	1	0,36	0,38	seco	Alan
10/04/2012	08:35	Costa Dentro	saida tratamento	0,57	***	***	***	7,3	1	0,38	0,54	seco	vigilancia
16/04/2012	10:40	Costa Dentro	Prefeitura	0,53	***	***	***	7,2	2	0,39	0,18	seco	Alan
17/04/2012	11:20	Costa Dentro	Posto de Saúde	0,53	ausente	ausente	1	7,1	1	0,42	0,27	seco	ProAmbiente
24/04/2012	09:45	Costa Dentro	Posto de Saúde	0,34	ausente	ausente	***	***	***	0,30	0,15	seco	LACEN
30/04/2012	14:00	Costa Dentro	saida tratamento	0,36	***	***	***	7,3	1	0,27	0,32	seco	Alan
08/05/2012	09:00	Costa Dentro	saida tratamento	0,13	Injetor calcificado, limpeza.			7,2	2	0,48	0,23	seco	vigilancia
15/05/2012	16:40	Costa Dentro	Prefeitura	0,29	***	***	***	7,2	1	0,92	0,31	seco	vigilancia
22/05/2012	11:10	Costa Dentro	saida tratamento	0,53	***	***	***	7,2	1	0,37	0,28	seco	vigilancia
29/05/2012	10:10	Costa Dentro	Antonio Santos Melo	0,47	ausente	ausente	***	***	***	0,30	0,27	seco	LACEN
29/05/2012	10:10	Costa Dentro	Antonio Santos Melo	0,47	***	***	***	7,1	1	0,99	0,24	seco	vigilancia
05/06/2012	16:00	Costa Dentro	saida tratamento	0,34	***	***	***	7,2	1	0,46		seco	vigilancia
11/06/2012	19:20	Costa Dentro	saida tratamento	0,39	***	***	***	7,7	3	0,69	1,38	seco	vigilancia
12/06/2012	10:50	Costa Dentro	Prefeitura	0,42	***	***	***	7,4	1	0,49	0,68	seco	vigilancia
19/06/2012	08:35	Costa Dentro	saida tratamento	0,43	***	***	***	7,2	1	0,32	0,28	seco	vigilancia
26/06/2012	10:40	Costa Dentro	Posto de Saúde	0,35	ausente	ausente	***	***	***	0,56	0,24	seco	LACEN
26/06/2012	10:20	Costa Dentro	saida tratamento	0,25	***	***	***	7,3	1	0,32	0,23	seco	vigilancia
03/07/2012	11:05	Costa Dentro	saida tratamento	0,21	***	***	***	7,3	1	0,46	0,06	seco	vigilancia
10/07/2012	10:50	Costa Dentro	saida tratamento	0,43	***	***	***	7,4	<1	0,14	0,42	seco	vigilancia
17/07/2012	13:50	Costa Dentro	rede distribuição	0,46	***	***	***	7,5	1	0,28	0,38	chuvoso	vigilancia
24/07/2012	11:10	Costa Dentro	saida tratamento	0,36	***	***	***	7,5	1	0,36	0,26	chuvoso	vigilancia
31/07/2012	10:40	Costa Dentro	Neri Cardoso	0,28	***	***	***	7,4	<1	0,26	0,15	chuvoso	vigilancia
31/07/2012	10:40	Costa Dentro	Neri Cardoso	0,26	ausente	ausente	***	***	***	0,23	0,35	chuvoso	LACEN
01/08/2012	08:25	Costa Dentro	saida tratamento	0,39	***	***	***	7,4	2	0,29	0,28	seco	vigilancia
08/08/2012	10:27	Costa Dentro	saida tratamento	0,36	ausente	ausente	2	7,5	1	0,38	0,47	seco	ProAmbiente
16/08/2012	09:00	Costa Dentro	rede distribuição	0,42	***	***	***	7,4	1	0,34	0,58	chuvoso	vigilancia
21/08/2012	16:40	Costa Dentro	saida tratamento	0,48	***	***	***	7,5	2	0,37	0,47	seco	vigilancia
28/08/2012	10:45	Costa Dentro	Mercado Vieira Hoffmann	0,36	presente	ausente	***	***	***	0,32	0,11	chuvoso	LACEN
31/08/2012	08:20	Costa Dentro	saida tratamento	0,49	***	***	***	7,4	1	0,34	0,28	chuvoso	vigilancia
06/09/2012	14:40	Costa Dentro	rede distribuição	0,39	***	***	***	7,5	2	0,29	0,46	seco	vigilancia
10/09/2012	13:50	Costa Dentro	saida tratamento	0,47	***	***	***	7,3	1	0,22	0,53	seco	vigilancia
13/09/2012	08:20	Costa Dentro	saida tratamento	0,43	***	***	***	7,4	1	0,23	0,28	seco	vigilancia
17/09/2012	08:30	Costa Dentro	saida tratamento	0,45	***	***	***	7,5	1	0,28	0,32	seco	vigilancia
20/09/2012	09:15	Costa Dentro	saida tratamento	0,47	***	***	***	7,4	2	0,37	0,32	nublado	vigilancia
25/09/2012	11:00	Costa Dentro	Neri Cardoso	0,26	ausente	ausente	***	***	***	0,21	0,25	nublado	LACEN
28/09/2012	08:25	Costa Dentro	saida tratamento	0,48	***	***	***	7,2	1	0,29	0,27	chuvoso	vigilancia
05/10/2012	10:05	Costa Dentro	saida tratamento	0,21	***	***	***	7,1	<,1	0,57	0,10	nublado	Padrão F' 1ppm = 1,
09/10/2012	10:35	Costa Dentro	saida tratamento	0,23	***	***	***	7,3	2	0,32	0,18	seco	vigilancia
18/10/2012	11:25	Costa Dentro	saida tratamento	0,31	***	***	***	7,2	1	0,37	0,21	seco	vigilancia
18/10/2012	14:48	Costa Dentro	secretaria da saude	0,72	***	***	***	7,3	1	0,29	0,19	chuvoso	vigilancia

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 616
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 108
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

23/10/2012	09:55	Costa Dentro	Soleni Vieira	0,20	ausente	ausente	***	***	***	0,30	0,17	seco	LACEN
23/10/2012	14:02	Costa Dentro	saida tratamento	0,80	***	***	***	7,4	1	0,34	0,58	seco	vigilancia
30/10/2012	14:28	Costa Dentro	saida tratamento	0,74	***	***	***	7,4	1	0,37	0,51	seco	vigilancia
05/11/2012	11:00	Costa Dentro	saida tratamento	0,79	***	***	***	7,3	2	0,37	0,47	seco	vigilancia
12/11/2012	08:25	Costa Dentro	rede distribuição	0,73	***	***	***	7,2	1	0,32	0,11	seco	vigilancia
19/11/2012	08:40	Costa Dentro	saida tratamento	0,23	***	***	***	7,3	1	0,34	0,28	seco	vigilancia
20/11/2012	10:45	Costa Dentro	rede distribuição	2,12	***	***	***	7,3	2	0,29	0,46	seco	vigilancia
20/11/2012	10:15	Costa Dentro	Orquizo Brando	2,12	ausente	ausente	***	***	***	0,34	0,31	seco	LACEN
27/11/2012	13:50	Costa Dentro	rede distribuição	1,84	***	***	***	7,2	1	0,24	0,38	seco	vigilancia
04/12/2012	14:55	Costa Dentro	saida tratamento	0,18	***	***	***	7,2	1	0,27	0,28	seco	vigilancia
11/12/2012	08:40	Costa Dentro	saida tratamento	0,69	***	***	***	7,3	1	0,28	0,41	seco	vigilancia
14/12/2012	09:10	Costa Dentro	rede distribuição	0,78	***	***	***	7,4	1	0,24	0,39	seco	vigilancia
18/12/2013	09:05	Costa Dentro	Posto de Saúde	0,44	ausente	ausente	***	***	***	0,10	0,19	seco	LACEN
26/12/2012	13:45	Costa Dentro	saida tratamento	0,83	***	***	***	7,2	2	0,36	0,45	seco	vigilancia
30/12/2012	14:15	Costa Dentro	saida tratamento	0,74	***	***	***	7,3	1	0,29	0,47	seco	vigilancia
18/01/2012	14:30	Chapa Valim	saida tratamento	1,46	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
24/01/2012	10:55	Chapa Valim	Adão Teixeira Gonçalves	1,27	***	***	***	7,6	***	***	***	seco	vigilancia
28/01/2012	08:20	Chapa Valim	saida tratamento	1,42	***	***	***	7,6	***	***	***	seco	Alan
29/01/2012	13:50	Chapa Valim	saida tratamento	1,45	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	Alan
07/02/2012	08:05	Chapa Valim	Escola Inacio Jose Cardoso	1,02	***	***	***	7,6	***	***	***	seco	vigilancia
14/02/2012	14:30	Chapa Valim	saida tratamento	1,29	***	***	***	7,6	***	***	***	seco	vigilancia
24/02/2012	08:20	Chapa Valim	saida tratamento	1,19	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	Alan
28/02/2012	10:25	Chapa Valim	Adão Teixeira Gonçalves	1,23	ausente	ausente	***	***	***	s/reagente	0,59	seco	LACEN
29/02/2012	09:50	Chapa Valim	saida tratamento	1,27	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
14/03/2012	10:40	Chapa Valim	Escola Inacio Jose Cardoso	1,02	***	***	***	7,7	***	***	***	seco	Alan
15/03/2012	13:50	Chapa Valim	saida tratamento	1,29	***	***	***	7,7	***	***	***	seco	vigilancia
19/03/2012	14:30	Chapa Valim	saida tratamento	1,46	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
22/03/2012	08:01	Chapa Valim	Eliseu	0,28	ausente	ausente	***	7,6	***	0,15	0,31	seco	LACEN
22/03/2012	08:20	Chapa Valim	Escola Inacio Jose Cardoso	0,93	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
27/03/2012	10:25	Chapa Valim	saida tratamento	1,32	***	***	***	7,6	1	***	***	seco	vigilancia
29/03/2012	09:50	Chapa Valim	saida tratamento	1,34	***	***	***	7,6	1	***	***	seco	Alan
04/04/2012	08:10	Chapa Valim	Escola Inacio Jose Cardoso	0,56	ausente	ausente	***	***	***	0,1	s/aparelho	seco	LACEN
11/04/2012	15:20	Chapa Valim	saida tratamento	1,12	***	***	***	7,6	1	0,26	0,31	seco	vigilancia

18/04/2012	14:10	Chapa Valim	saida tratamento	1,39	***	***	***	7,7	1	0,19	0,28	seco	vigilancia
24/04/2012	08:05	Chapa Valim	Escola Inacio Jose Cardoso	0,87	ausente	ausente	***	***	***	0,20	0,13	seco	LACEN
30/04/2012	14:30	Chapa Valim	saida tratamento	1,14	***	***	***	7,6	1	0,24	0,35	seco	Alan
08/05/2012	14:30	Chapa Valim	Escola Inacio Jose Cardoso	0,54	***	***	***	7,6	1	zero	0,54	seco	vigilancia
15/05/2012	10:45	Chapa Valim	saida tratamento	0,97	***	***	***	7,5	1	0,50	0,18	seco	vigilancia
22/05/2012	09:10	Chapa Valim	saida tratamento	0,93	***	***	***	7,6	1	0,28	0,23	seco	vigilancia
29/05/2012	08:20	Chapa Valim	Adão Teixeira Gonçalves	0,76	ausente	ausente	***	***	***	0,20	0,27	seco	LACEN
29/05/2012	08:20	Chapa Valim	Adão Teixeira Gonçalves	0,76	***	***	***	7,7	1	0,24	0,15	seco	vigilancia
05/06/2012	16:45	Chapa Valim	saida tratamento	1,18	***	***	***	7,7	2	0,32	0,19	seco	vigilancia
12/06/2012	14:20	Chapa Valim	saida tratamento	0,98	***	***	***	7,5	1	0,35	0,21	seco	vigilancia
19/06/2012	09:10	Chapa Valim	saida tratamento	0,97	***	***	***	7,6	1	0,23	0,16	seco	vigilancia
26/06/2012	08:50	Chapa Valim	Eliseu Oliveira da Rosa	0,89	ausente	ausente	***	***	***	0,21	0,17	seco	LACEN
26/06/2012	10:45	Chapa Valim	saida tratamento	1,02	***	***	***	7,5	<1	0,29	0,29	seco	vigilancia
03/07/2012	14:00	Chapa Valim	saida tratamento	1,08	***	***	***	7,6	1	0,38	0,23	seco	vigilancia
10/07/2012	10:30	Chapa Valim	rede distribuição	1,04	***	***	***	7,7	<1	0,22	0,36	seco	vigilancia
17/07/2012	14:20	Chapa Valim	saida tratamento	0,96	***	***	***	7,6	2	0,13	0,41	chuvoso	vigilancia
24/07/2012	10:40	Chapa Valim	saida tratamento	0,91	***	***	***	7,6	1	0,22	0,42	chuvoso	vigilancia
31/07/2012	09:35	Chapa Valim	Escola Inacio Jose Cardoso	0,88	***	***	***	7,5	1	0,22	0,56	chuvoso	vigilancia
31/07/2012	09:35	Chapa Valim	Escola Inacio Jose Cardoso	0,88	ausente	ausente	***	***	***	0,20	0,53	chuvoso	LACEN
01/08/2012	10:40	Chapa Valim	saida tratamento	1,12	***	***	***	7,5	2	0,25	0,29	seco	vigilancia
08/08/2012	10:10	Chapa Valim	Eliseu	1,08	ausente	ausente	1	7,5	1	0,26	0,38	seco	ProAmbiente
16/08/2012	15:10	Chapa Valim	saida tratamento	1,03	***	***	***	7,6	1	0,30	0,37	chuvoso	vigilancia
21/08/2012	11:00	Chapa Valim	saida tratamento	0,65	***	***	***	7,6	1	0,28	0,48	seco	vigilancia
28/08/2012	11:20	Chapa Valim	Nelson Constanti Vieira	0,28	ausente	ausente	***	***	***	0,28	0,32	chuvoso	LACEN
31/08/2012	09:05	Chapa Valim	saida tratamento	0,94	***	***	***	7,6	1	0,24	0,33	chuvoso	vigilancia
06/09/2012	13:45	Chapa Valim	rede distribuição	0,31	***	***	***	7,5	2	0,23	0,43	seco	vigilancia
10/09/2012	14:55	Chapa Valim	saida tratamento	0,68	***	***	***	7,5	1	0,27	0,37	seco	vigilancia
13/09/2012	09:05	Chapa Valim	saida tratamento	0,89	***	***	***	7,6	1	0,32	0,36	seco	vigilancia
17/09/2012	16:25	Chapa Valim	saida tratamento	0,75	***	***	***	7,6	1	0,18	0,29	seco	vigilancia
20/09/2012	08:30	Chapa Valim	saida tratamento	0,93	***	***	***	7,5	2	0,24	0,49	nublado	vigilancia
25/09/2012	10:05	Chapa Valim	Berenice Cardoso	1,06	ausente	ausente	***	***	***	0,19	0,23	nublado	LACEN
28/09/2012	09:10	Chapa Valim	saida tratamento	1,13	***	***	***	7,5	2	0,32	0,26	chuvoso	vigilancia
05/10/2012	10:05	Chapa Valim	saida tratamento	1,15	***	***	***	7,6	3	0,19	0,13	nublado	vigilancia

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 617
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 109
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

09/10/2012	15:05	Chapa Valim	saída tratamento	1,12	***	***	***	7,4	1	0,24	0,15	seco	vigilancia
18/10/2012	14:55	Chapa Valim	rede distribuição	1,08	***	***	***	7,5	1	0,32	0,19	seco	vigilancia
18/10/2012	16:00	Chapa Valim	saída tratamento	1,23	***	***	***	7,5	2	0,35	0,21	seco	vigilancia
23/10/2012	09:34	Chapa Valim	Clemência Cardoso	1,13	ausente	ausente	***	7,6	1	0,21	0,12	seco	LACEN
26/10/2013	09:40	Chapa Valim	Clemência Cardoso	1,14	***	***	***	7,4	1	0,29	0,46	seco	vigilancia
30/10/2012	09:15	Chapa Valim	saída tratamento	1,10	***	***	***	7,6	2	0,34	0,31	seco	vigilancia
05/11/2012	10:45	Chapa Valim	saída tratamento	0,98	***	***	***	7,5	1	0,24	0,38	seco	vigilancia
12/11/2012	09:10	Chapa Valim	Berenice Cardoso	0,87	***	***	***	7,5	2	0,27	0,28	seco	vigilancia
19/11/2012	08:20	Chapa Valim	saída tratamento	0,89	***	***	***	7,4	1	0,28	0,41	seco	vigilancia
20/11/2012	09:40	Chapa Valim	Rodrigo da Silva	0,02	presente	presente	***	7,6	1	0,19	0,24	seco	LACEN
23/11/2012	08:20	Chapa Valim	saída tratamento	0,81	***	***	***	7,5	1	0,24	0,39	seco	vigilancia
25/11/2013	16:45	Chapa Valim	rede distribuição	0,79	***	***	***	7,6	1	0,10	0,19	seco	vigilancia
27/11/2012	14:20	Chapa Valim	saída tratamento	0,58	***	***	***	7,5	1	0,28	0,17	seco	vigilancia
04/12/2012	09:10	Chapa Valim	saída tratamento	0,21	***	***	***	7,5	2	0,26	0,28	seco	vigilancia
11/12/2012	08:50	Chapa Valim	saída tratamento	0,68	***	***	***	7,4	1	0,23	0,43	seco	vigilancia
14/12/2012	10:45	Chapa Valim	rede distribuição	0,67	***	***	***	7,5	1	0,27	0,37	seco	vigilancia
15/12/2012	14:00	Chapa Valim	saída tratamento	0,69	***	***	***	7,6	1	0,32	0,36	seco	vigilancia
18/12/2012	10:40	Chapa Valim	saída tratamento	0,16	ausente	ausente	***	7,4	1	0,10	0,39	seco	LACEN
26/12/2012	10:30	Chapa Valim	rede distribuição	0,65	***	***	***	7,5	2	0,18	0,29	seco	vigilancia
30/12/2012	10:20	Chapa Valim	saída tratamento	0,71	***	***	***	7,6	1	0,24	0,49	seco	vigilancia
04/01/2012	14:10	São Sebastião	saída tratamento	0,94	***	***	***	7,6	***	***	***	seco	vigilancia
11/01/2012	16:00	São Sebastião	rede distribuição	0,86	***	***	***	7,4	***	***	***	chuvoso	vigilancia
18/01/2012	16:30	São Sebastião	saída tratamento	0,93	***	***	***	7,4	***	***	***	seco	vigilancia
24/01/2012	09:50	São Sebastião	Maria Otilia	1,12	ausente	ausente	***	7,5	***	0,40	0,38	seco	LACEN
07/02/2012	15:10	São Sebastião	saída tratamento	0,68	***	***	***	7,6	***	***	***	seco	vigilancia
14/02/2012	16:15	São Sebastião	saída tratamento	0,08	Mangueira rachada do injetor			7,4	***	***	***	seco	vigilancia
24/02/2012	09:50	São Sebastião	saída tratamento	0,83	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
28/02/2012	09:40	São Sebastião	Tereza Rickrot	0,73	ausente	ausente	***	7,5	***	s/reagente	0,25	seco	LACEN
08/03/2012	14:45	São Sebastião	saída tratamento	0,64	***	***	***	7,6	***	***	***	seco	vigilancia
15/03/2012	15:45	São Sebastião	rede distribuição	0,43	***	***	***	7,4	***	***	***	seco	Alan
22/03/2012	10:50	São Sebastião	Cemitério	0,14	ausente	ausente	***	7,4	***	0,24	0,22	seco	LACEN
22/03/2012	16:10	São Sebastião	saída tratamento	0,24	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
29/03/2012	14:00	São Sebastião	saída tratamento	0,57	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia

03/04/2012	09:50	São Sebastião	saída tratamento	0,63	***	***	***	7,5	1	0,31	0,15	seco	vigilancia
10/04/2012	10:20	São Sebastião	saída tratamento	0,31	***	***	***	7,6	2	0,16	0,29	seco	vigilancia
17/04/2012	10:30	São Sebastião	Isoleide Kohanoski	0,50	ausente	ausente	5	7,4	1	0,15	0,38	seco	ProAmbiente
17/04/2012	10:30	São Sebastião	Isoleide Kohanoski	0,50	ausente	ausente	***	7,4	***	0,14	2,64	seco	LACEN
24/04/2012	14:50	São Sebastião	saída tratamento	0,65	***	***	***	7,5	1	0,29	0,24	seco	vigilancia
08/05/2012	15:10	São Sebastião	Cemitério	0,33	***	***	***	7,4	<1	0,27	0,33	seco	vigilancia
15/05/2012	16:15	São Sebastião	saída tratamento	0,05	***	***	***	7,5	1	0,75	0,34	seco	vigilancia
22/05/2012	09:50	São Sebastião	Cemitério	0,35	ausente	ausente	***	***	***	0,23	0,16	seco	LACEN
29/05/2012	10:05	São Sebastião	saída tratamento	0,36	***	***	***	7,6	1	0,27	0,23	seco	vigilancia
05/06/2012	15:20	São Sebastião	saída tratamento	0,31	***	***	***	7,5	1	0,26	0,31	seco	vigilancia
11/06/2012	15:20	São Sebastião	saída tratamento	0,43	***	***	***	7,6	2	0,32	0,24	seco	vigilancia
19/06/2012	10:25	São Sebastião	saída tratamento	0,39	***	***	***	7,5	1	0,38	0,23	seco	vigilancia
21/06/2012	08:50	São Sebastião	Flavio (Picasso)	0,43	ausente	ausente	***	***	***	0,27	0,28	seco	LACEN
26/06/2012	09:35	São Sebastião	saída tratamento	0,49	***	***	***	7,3	<1	0,1	0,49	seco	vigilancia
03/07/2012	10:40	São Sebastião	saída tratamento	0,45	***	***	***	7,2	1	0,31	0,15	seco	vigilancia
10/07/2012	14:20	São Sebastião	saída tratamento	0,49	***	***	***	7,3	<1	0,28	0,45	seco	vigilancia
17/07/2012	16:04	São Sebastião	saída tratamento	0,57	***	***	***	7,4	1	0,26	0,42	chuvoso	vigilancia
24/07/2012	09:40	São Sebastião	Adriana Maschmam	0,45	ausente	ausente	***	***	***	0,29	1,41	chuvoso	LACEN
24/07/2012	09:40	São Sebastião	Adriana Maschmam	0,45	***	***	***	7,3	1	0,29	0,34	chuvoso	vigilancia
31/07/2012	14:35	São Sebastião	saída tratamento	0,48	***	***	***	7,2	1	0,42	0,57	chuvoso	vigilancia
01/08/2012	16:04	São Sebastião	saída tratamento	0,57	***	***	***	7,4	1	0,26	0,42	chuvoso	vigilancia
08/08/2012	14:20	São Sebastião	saída tratamento	0,02	presente	ausente	220	7,3	1	0,38	0,78	seco	ProAmbiente
16/08/2012	10:45	São Sebastião	saída tratamento	0,65	***	***	***	7,2	2	0,56	0,58	chuvoso	vigilancia
21/08/2012	09:50	São Sebastião	saída tratamento	0,81	***	***	***	7,3	1	0,61	0,43	nublado	vigilancia
28/08/2012	09:10	São Sebastião	Brigida Cardoso	0,42	presente	ausente	***	***	***	0,59	0,27	chuvoso	LACEN
31/08/2012	10:25	São Sebastião	saída tratamento	0,89	***	***	***	7,3	2	0,34	0,29	chuvoso	vigilancia
06/09/2012	15:22	São Sebastião	rede distribuição	0,08	***	***	***	7,2	1	0,41	0,48	seco	vigilancia
10/09/2012	14:50	São Sebastião	saída tratamento	0,98	***	***	***	7,3	1	0,23	0,35	seco	vigilancia
13/09/2012	14:50	São Sebastião	saída tratamento	1,18	***	***	***	7,4	2	0,28	0,54	nublado	vigilancia
17/09/2012	10:37	São Sebastião	saída tratamento	1,04	***	***	***	7,2	1	0,28	0,41	seco	vigilancia
20/09/2012	10:45	São Sebastião	saída tratamento	1,10	***	***	***	7,3	1	0,32	0,39	chuvoso	vigilancia
25/09/2012	09:27	São Sebastião	Flavio Luiz Santos	1,04	ausente	ausente	***	***	***	0,25	0,24	nublado	LACEN
28/09/2012	10:40	São Sebastião	saída tratamento	1,12	***	***	***	7,4	2	0,32	0,26	chuvoso	vigilancia

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 618
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 110
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

05/10/2012	15:00	São Sebastião	saida tratamento	1,10	***	***	***	7,3	<0,1	0,36	0,29	nublado	vigilancia
09/10/2012	10:45	São Sebastião	flavio	0,98	***	***	***	7,3	2	0,31	0,15	seco	vigilancia
18/10/2012	09:55	São Sebastião	saida tratamento	0,74	***	***	***	7,2	1	0,16	0,29	seco	vigilancia
18/10/2012	16:05	São Sebastião	saida tratamento	0,81	***	***	***	7,4	1	0,15	0,38	seco	vigilancia
23/10/2012	10:12	São Sebastião	Flávio Picasso	0,36	ausente	ausente	***	***	***	0,33	0,15	seco	LACEN
26/10/2013	10:50	São Sebastião	Adriana Maschmam	0,31	***	***	***	7,2	2	0,29	0,27	seco	vigilancia
30/10/2012	14:35	São Sebastião	saida tratamento	0,43	***	***	***	7,4	1	0,27	0,33	seco	vigilancia
05/11/2012	15:10	São Sebastião	saida tratamento	0,39	***	***	***	7,2	1	0,75	0,34	seco	vigilancia
12/11/2012	09:14	São Sebastião	Gilberto de Melo	0,37	***	***	***	7,3	1	0,23	0,16	seco	vigilancia
19/11/2012	16:50	São Sebastião	saida tratamento	0,42	***	***	***	7,4	1	0,27	0,23	seco	vigilancia
20/11/2012	09:14	São Sebastião	Gilberto de Melo	zero	presente	presente	***	***	***	0,36	0,34	seco	LACEN
20/11/2012	15:00	São Sebastião	saida tratamento	zero	***	***	***	***	***	***	***	seco	vigilancia
23/11/2012	11:10	São Sebastião	saida tratamento	0,74	***	***	***	7,3	2	0,32	0,24	seco	vigilancia
25/11/2013	17:00	São Sebastião	saida tratamento	0,63	***	***	***	7,2	1	0,38	0,23	seco	vigilancia
27/11/2012	10:50	São Sebastião	rede distribuição	0,68	***	***	***	7,3	1	0,27	0,28	seco	vigilancia
04/12/2012	17:00	São Sebastião	saida tratamento	0,67	***	***	***	7,4	1	0,1	0,49	seco	vigilancia
11/12/2012	14:55	São Sebastião	saida tratamento	0,68	***	***	***	7,2	1	0,31	0,15	seco	vigilancia
14/12/2012	16:20	São Sebastião	rede distribuição	0,61	***	***	***	7,3	1	0,28	0,45	seco	vigilancia
15/12/2012	09:55	São Sebastião	saida tratamento	0,64	***	***	***	7,2	2	0,26	0,42	seco	vigilancia
18/12/2012	09:10	São Sebastião	saida tratamento	0,16	ausente	ausente	***	***	***	0,1	0,39	seco	LACEN
23/12/2012	10:20	São Sebastião	saida tratamento	0,74	***	***	***	7,3	1	0,29	0,30	seco	vigilancia
26/12/2012	15:35	São Sebastião	rede distribuição	0,79	***	***	***	7,4	1	0,29	0,34	seco	vigilancia
30/12/2012	14:00	São Sebastião	saida tratamento	0,72	***	***	***	7,2	2	0,27	0,36	seco	vigilancia
04/01/2012	15:05	Morro Chapéu	saida tratamento	0,78	***	***	***	7,7	***	***	***	seco	vigilancia
11/01/2012	15:25	Morro Chapéu	rede distribuição	0,67	***	***	***	7,5	***	***	***	chuvoso	vigilancia
18/01/2012	15:40	Morro Chapéu	saida tratamento	0,31	***	***	***	7,5	**	***	***	seco	vigilancia
24/01/2012	09:30	Morro Chapéu	Odelcio Hoffmann	1,38	ausente	ausente	***	***	***	0,40	0,38	seco	LACEN
07/02/2012	16:30	Morro Chapéu	saida tratamento	0,67	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
14/02/2012	10:45	Morro Chapéu	rede distribuição	0,71	***	***	***	7,6	***	***	***	seco	vigilancia
24/02/2012	15:50	Morro Chapéu	saida tratamento	0,23	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
28/02/2012	09:15	Morro Chapéu	Escola Luiz G. Capa Verde	0,29	ausente	ausente	***	***	***	s/reagente	0,43	seco	LACEN
08/03/2012	09:55	Morro Chapéu	saida tratamento	0,93	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
15/03/2012	15:05	Morro Chapéu	saida tratamento	0,21	***	***	***	7,6	***	***	***	seco	vigilancia

22/03/2012	11:10	Morro Chapéu	Mercado Hoffmam	0,73	ausente	ausente	***	***	***	0,17	0,30	seco	LACEN
22/03/2012	11:20	Morro Chapéu	rede distribuição	0,85	***	***	***	7,4	***	***	***	seco	vigilancia
03/04/2012	10:45	Morro Chapéu	saida tratamento	0,31	***	***	***	7,5	1	0,26	0,31	seco	vigilancia
10/04/2012	15:50	Morro Chapéu	saida tratamento	0,43	***	***	***	7,6	2	0,32	0,24	seco	vigilancia
17/04/2012	16:50	Morro Chapéu	saida tratamento	0,48	ausente	ausente	8.800	7,5	2	0,21	0,45	seco	ProAmbiente
24/04/2012	09:35	Morro Chapéu	Escola Luiz G. Capa Verde	1,39	ausente	ausente	***	***	***	0,20	0,10	seco	LACEN
30/04/2012	10:05	Morro Chapéu	saida tratamento	0,97	***	***	***	7,5	1	0,18	0,15	seco	Alan
01/05/2012	09:50	Morro Chapéu	saida tratamento	0,59	***	***	***	7,5	1	0,28	0,21	seco	vigilancia
08/05/2012	14:50	Morro Chapéu	saida tratamento	0,33	***	***	***	7,7	1	0,30	0,36	seco	vigilancia
15/05/2012	16:30	Morro Chapéu	Escola Luiz G. Capa Verde	0,57	***	***	***	7,6	2	0,06	0,16	seco	vigilancia
22/05/2012	10:20	Morro Chapéu	saida tratamento	0,63	***	***	***	7,5	1	0,29	0,27	seco	vigilancia
29/05/2012	10:45	Morro Chapéu	Jose Luiz Brehm	0,51	ausente	ausente	***	***	***	0,20	0,20	seco	LACEN
29/05/2012	10:45	Morro Chapéu	Jose Luiz Brehm	0,51	***	***	***	7,5	1	0,28	0,21	seco	vigilancia
05/06/2012	15:45	Morro Chapéu	saida tratamento	0,63	***	***	***	7,6	1	0,18	0,32	seco	vigilancia
12/06/2012	15:50	Morro Chapéu	saida tratamento	0,59	***	***	***	7,8	2	0,21	0,45	seco	vigilancia
19/06/2012	10:05	Morro Chapéu	rede distribuição	0,62	***	***	***	7,5	1	0,15	0,25	seco	vigilancia
21/06/2012	10:20	Morro Chapéu	Sirion Hoffmann	0,65	ausente	ausente	***	***	***	0,17	0,22	seco	LACEN
26/06/2012	09:55	Morro Chapéu	saida tratamento	0,53	***	***	***	7,5	2	0,03	0,39	seco	vigilancia
03/07/2012	10:50	Morro Chapéu	saida tratamento	0,63	***	***	***	7,6	1	0,28	0,24	seco	vigilancia
10/07/2012	13:50	Morro Chapéu	saida tratamento	0,73	***	***	***	7,6	<1	0,16	0,29	seco	vigilancia
17/07/2012	15:10	Morro Chapéu	Escola Luiz G. Capa Verde	0,80	***	***	***	7,5	1	0,17	0,32	chuvoso	vigilancia
24/07/2012	09:45	Morro Chapéu	saida tratamento	0,80	***	***	***	7,4	<1	0,31	0,36	chuvoso	vigilancia
24/07/2012	10:02	Morro Chapéu	Jose Luiz Brehm	0,80	ausente	ausente	***	***	***	0,16	0,78	chuvoso	LACEN
31/07/2012	14:10	Morro Chapéu	saida tratamento	0,76	***	***	***	7,4	1	0,26	0,85	chuvoso	vigilancia
01/08/2012	16:00	Morro Chapéu	saida tratamento	0,79	***	***	***	7,6	1	0,21	0,84	chuvoso	vigilancia
08/08/2012	15:00	Morro Chapéu	saida tratamento	0,16	ausente	ausente	9	7,5	1	0,25	0,41	seco	ProAmbiente
16/08/2012	14:05	Morro Chapéu	saida tratamento	0,74	***	***	***	7,6	2	0,26	0,39	chuvoso	vigilancia
21/08/2012	11:25	Morro Chapéu	saida tratamento	0,75	***	***	***	7,4	2	0,25	0,48	nublado	vigilancia
28/08/2012	10:15	Morro Chapéu	Julio Justin	0,78	presente	ausente	***	***	***	0,28	1,13	chuvoso	LACEN
31/08/2012	10:55	Morro Chapéu	saida tratamento	0,89	***	***	***	7,6	1	0,28	0,41	chuvoso	vigilancia
06/09/2012	15:10	Morro Chapéu	rede distribuição	0,41	***	***	***	7,4	1	0,19	0,69	seco	vigilancia
10/09/2012	09:05	Morro Chapéu	saida tratamento	0,75	***	***	***	7,4	1	0,27	0,43	seco	vigilancia
13/09/2012	09:35	Morro Chapéu	saida tratamento	0,74	***	***	***	7,5	2	0,23	0,48	nublado	vigilancia

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 619
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 111
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

07/03/2012	16:10	Vila Beck	saida tratamento	0,53	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
14/03/2012	09:15	Vila Beck	rede distribuição	0,36	***	***	***	7,4	***	***	***	seco	Alan
15/03/2012	16:20	Vila Beck	saida tratamento	0,43	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
17/03/2012	08:10	Vila Beck	saida tratamento	0,48	***	***	***	7,5	***	***	***	seco	vigilancia
22/03/2012	15:20	Vila Beck	saida tratamento	0,21	Mangueira do injetor rachada			7,3	***	***	***	seco	vigilancia
27/03/2012	08:30	Vila Beck	Escola José A Schutt	0,51	ausente	ausente	***	***	***	0,30	2,73	seco	LACEN
03/04/2012	11:00	Vila Beck	saida tratamento	0,68	***	***	***	7,3	1	0,24	0,48	seco	vigilancia
10/04/2012	16:05	Vila Beck	saida tratamento	0,20	***	***	***	7,2	<1	0,17	0,28	seco	Alan
17/04/2012	10:00	Vila Beck	Eloi Brehm Germann	zero	presente	presente	240	7,3	<1	0,36	0,34	seco	ProAmbiente
17/04/2012	10:00	Vila Beck	Eloi Brehm Germann	zero	presente	presente	***	***	***	0,16	3,53	seco	LACEN
24/04/2012	11:05	Vila Beck	saida tratamento	0,89	***	***	***	7,2	1	0,48	0,27	seco	vigilancia
30/04/2012	15:50	Vila Beck	saida tratamento	0,96	***	***	***	7,4	2	0,24	0,49	seco	vigilancia
01/05/2012	15:05	Vila Beck	saida tratamento	0,65	***	***	***	7,5	<1	0,46	0,38	seco	vigilancia
08/05/2012	16:25	Vila Beck	saida tratamento	1,37	***	***	***	7,5	2	0,45	0,41	seco	vigilancia
15/05/2012	16:00	Vila Beck	Iiça Pruch Tithbol	0,98	***	***	***	7,1	<1	0,18	0,23	seco	vigilancia
22/05/2012	15:50	Vila Beck	Escola José A Schutt	0,91	ausente	ausente	***	***	***	0,17	0,13	seco	LACEN
29/05/2012	10:50	Vila Beck	saida tratamento	0,98	***	***	***	7,5	1	0,22	0,48	seco	vigilancia
05/06/2012	14:30	Vila Beck	saida tratamento	zero	***	***	***	7,6	1	0,23	0,20	seco	vigilancia
11/06/2012	14:30	Vila Beck	saida tratamento	0,24	***	***	***	8,0	1	0,05	0,31	seco	vigilancia
19/06/2012	11:05	Vila Beck	saida tratamento	1,12	***	***	***	7,6	<1	0,14	0,32	seco	vigilancia
21/06/2012	08:15	Vila Beck	Angelino Witt	1,25	ausente	ausente	***	***	***	0,17	0,39	seco	LACEN
26/06/2012	09:05	Vila Beck	saida tratamento	0,99	***	***	***	7,5	<1	0,05	0,44	seco	vigilancia
03/07/2012	10:10	Vila Beck	saida tratamento	0,21	***	***	***	7,4	<1	0,19	0,16	seco	vigilancia
10/07/2012	15:05	Vila Beck	saida tratamento	0,65	***	***	***	7,5	<1	0,46	0,38	seco	vigilancia
17/07/2012	16:25	Vila Beck	saida tratamento	1,37	***	***	***	7,5	2	0,45	0,41	seco	vigilancia
24/07/2012	08:45	Vila Beck	saida tratamento	0,36	ausente	ausente	***	***	***	0,28	0,75	chuvoso	LACEN
24/07/2012	08:45	Vila Beck	rede distribuição	0,31	***	***	***	7,4	1	0,26	0,36	chuvoso	vigilancia
31/07/2012	15:20	Vila Beck	saida tratamento	0,32	***	***	***	7,4	1	0,29	0,68	chuvoso	vigilancia
01/08/2012	11:45	Vila Beck	saida tratamento	0,49	***	***	***	7,5	1	0,29	0,54	nublado	vigilancia
08/08/2012	14:40	Vila Beck	saida tratamento	0,20	ausente	ausente	<1	7,5	2	0,32	0,41	seco	ProAmbiente
16/08/2012	15:10	Vila Beck	saida tratamento	0,89	***	***	***	7,3	1	0,37	0,30	nublado	vigilancia
21/08/2012	14:40	Vila Beck	saida tratamento	0,94	***	***	***	7,4	1	0,28	0,38	chuvoso	vigilancia
28/08/2012	08:45	Vila Beck	Vilmar Prusch	0,99	ausente	ausente	***	***	***	0,36	0,22	seco	LACEN

31/08/2012	10:55	Vila Beck	saida tratamento	1,02	***	***	***	7,5	2	0,35	0,29	nublado	vigilancia
06/09/2012	15:40	Vila Beck	saida tratamento	0,21	***	***	***	7,4	2	0,31	0,35	seco	vigilancia
10/09/2012	11:15	Vila Beck	saida tratamento	0,84	***	***	***	7,4	1	0,19	0,34	seco	vigilancia
13/09/2012	16:05	Vila Beck	rede distribuição	0,98	***	***	***	7,5	1	0,25	0,27	nublado	vigilancia
17/09/2012	10:50	Vila Beck	saida tratamento	0,97	***	***	***	7,5	2	0,27	0,38	seco	vigilancia
20/09/2012	11:05	Vila Beck	saida tratamento	1,07	***	***	***	7,4	2	0,19	0,58	chuvoso	vigilancia
25/09/2012	08:45	Vila Beck	Vilmar Prusch	1,10	ausente	ausente	***	***	***	0,16	0,26	nublado	LACEN
28/09/2012	11:10	Vila Beck	rede distribuição	0,87	***	***	***	7,4	1	0,28	0,31	chuvoso	vigilancia
05/10/2012	15:30	Vila Beck	saida tratamento	0,90	***	***	***	7,5	<0,1	0,64	0,27	nublado	vigilancia
12/10/2012	16:05	Vila Beck	saida tratamento	0,91	***	***	***	7,5	1	0,30	1,73	seco	vigilancia
19/10/2012	08:50	Vila Beck	rede distribuição	0,87	***	***	***	7,4	1	0,24	0,48	seco	vigilancia
21/10/2012	11:18	Vila Beck	Santa Oledina	0,43	***	***	***	7,5	1	0,17	0,28	seco	vigilancia
23/10/2012	08:35	Vila Beck	Santa Oledina	0,43	ausente	ausente	***	***	***	0,39	0,22	seco	LACEN
26/10/2012	16:10	Vila Beck	saida tratamento	0,78	***	***	***	7,5	2	0,36	0,34	seco	vigilancia
30/10/2012	09:10	Vila Beck	saida tratamento	0,81	***	***	***	7,4	1	0,16	1,53	seco	vigilancia
05/11/2012	13:45	Vila Beck	saida tratamento	0,76	***	***	***	7,4	1	0,48	0,27	seco	vigilancia
12/11/2012	16:50	Vila Beck	rede distribuição	0,75	***	***	***	7,5	2	0,24	0,49	seco	vigilancia
19/11/2012	17:20	Vila Beck	saida tratamento	0,83	***	***	***	7,5	1	0,46	0,38	seco	vigilancia
25/11/2012	08:15	Vila Beck	rede distribuição	0,74	***	***	***	7,3	1	0,45	0,41	seco	vigilancia
27/11/2012	09:50	Vila Beck	Escola José A Schutt	0,25	ausente	ausente	***	***	***	0,13	0,30	seco	LACEN
27/11/2012	13:50	Vila Beck	Escola José A Schutt	0,31	***	***	***	7,4	1	0,24	0,49	seco	vigilancia
30/11/12/12	16:20	Vila Beck	saida tratamento	0,64	***	***	***	7,4	1	0,17	0,13	seco	vigilancia
04/12/2012	10:45	Vila Beck	saida tratamento	0,33	***	***	***	7,4	1	0,22	0,48	seco	vigilancia
11/12/2012	13:45	Vila Beck	Eloi Brehm Germann	0,56	***	***	***	7,5	2	0,23	0,36	seco	vigilancia
14/12/2012	16:50	Vila Beck	saida tratamento	0,53	***	***	***	7,5	1	0,25	0,27	seco	vigilancia
15/12/2012	17:20	Vila Beck	saida tratamento	0,55	***	***	***	7,3	2	0,27	0,38	seco	vigilancia
18/12/2012	08:15	Vila Beck	rede distribuição	0,49	***	***	***	7,4	1	0,19	0,28	seco	vigilancia
23/12/2012	13:50	Vila Beck	saida tratamento	0,57	***	***	***	7,5	1	0,16	0,26	seco	vigilancia
26/12/2012	16:20	Vila Beck	Escola José A Schutt	0,51	***	***	***	7,5	1	0,28	0,31	seco	vigilancia
30/12/2012	10:45	Vila Beck	saida tratamento	0,56	***	***	***	7,4	1	0,64	0,27	seco	vigilancia

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 620
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 112
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210



FOTO 04 - CASA DE MAQUINAS E POÇO (FOTO: SERGIO PINTO)

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 621
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 113
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210



FOTO 05- POÇO SÃO SEBASTIÃO (FOTO: SERGIO PINTO)



FOTO 06- QUADRO DE COMANDO DO BOMBEAMENTO (FOTO: SERGIO PINTO)

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 622
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 114
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

7.1.8 SOLUÇÕES ALTERNATIVAS

As comunidades e famílias que não possuem rede de distribuição de água potável utilizam soluções alternativas para o abastecimento de suas residências, os sistemas utilizados são: Captação por poço artesiano doméstico, com o uso de uma bomba para bombear a água do subsolo, e a captação de água das nascentes existentes nos morros e na área rural do município.

Porém o uso destas soluções alternativas pode trazer problemas de saúde aos usuários em virtude de que o subsolo de onde é captada a água dos poços artesianos pode estar contaminado pelo uso de produtos químicos utilizados nas lavouras, tais como agrotóxicos. Também a captação de água das nascentes pode trazer contaminação química aos usuários do sistema, pois infelizmente os rios e nascentes podem ocasionalmente estar contaminados pelo uso de produtos químicos.

Os agrotóxicos que contaminam os solos podem ocasionar diversas doenças, entre elas: lesão cerebral irreversível, tumores malignos, atrofia testicular, esterilidade masculina, alterações neuro-comportamentais, neurites periféricas, dermatites de contato, formação de catarata, atrofia do nervo óptico, lesões hepáticas.

Por isso o uso das soluções alternativas não deve ser utilizado para consumo humano, devendo-se buscar atender a demanda existente no município a fim de minimizar os problemas de saúde dos moradores, e melhorar a qualidade de vida.

7.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

7.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O esgotamento de sanitário no município de Três Forquilhass é feito por meio de sistemas individuais de tratamento. De acordo com o levantamento feito, os tipos de sistemas utilizados são:

- Somente fossa;
- Fossa e sumidouro;
- Lançamento na rede de esgoto pluvial.
- Lançamento a céu aberto

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 623
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 115
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

De acordo com os gráficos abaixo podemos observar a situação atual, que indica que 14,10% da população do município não possui sistema individual ou coletivo de tratamento de esgoto cloacal, sendo que estes efluentes são depositados diretamente no solo, a céu aberto e/ou em rios e corpos d'água, ocasionando a poluição das águas e do solo e trazendo problemas de saúde para a população.

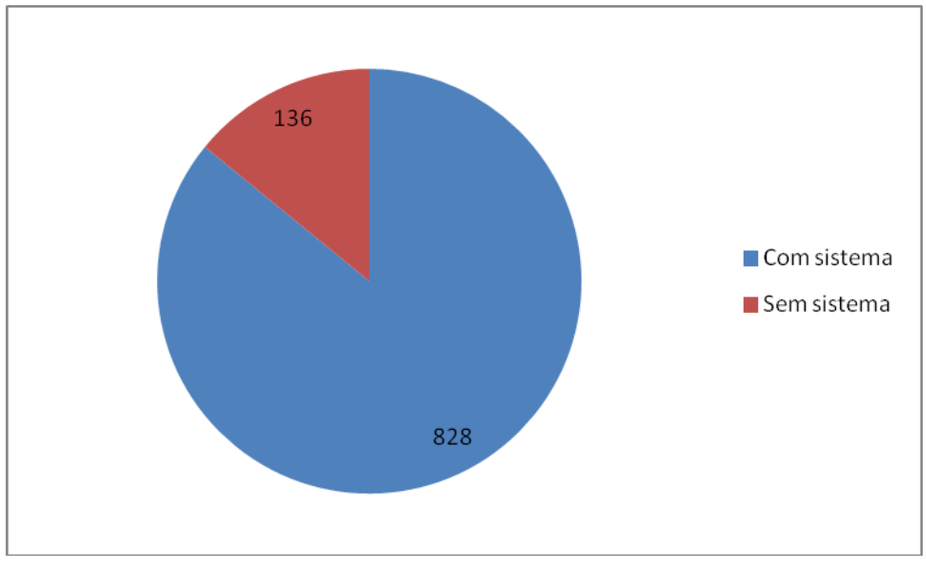


GRÁFICO 03- SITUAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS DE ESGOTO

7.2.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

7.2.3 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, Lei Municipal 828 de 14 de novembro de 2006, trata das estratégias para o tratamento do esgoto no município na SEÇÃO II - DOS PLANOS E AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO, **art. 44**, sendo as principais diretrizes para o tratamento de esgoto as seguintes:

Art. 44 – São diretrizes para os Serviços de Saneamento:

I - assegurar a qualidade e a regularidade plena no abastecimento de água para consumo humano e outros fins, capaz de atender as demandas geradas em seu território;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 624
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 116
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

II – implantar, ampliar e complementar as redes de coleta e afastamento dos esgotos, encaminhando-os para tratamento nas atuais estações;

IV - desestimular o desperdício e promover a redução das perdas físicas da água tratada e incentivar a alteração de padrões de consumo;

V - reduzir a poluição afluente aos corpos d'água através do controle de cargas difusas;

VI - criar e manter atualizado cadastro das redes e instalações.

VII – implantar e estabelecer metas progressivas de ampliação da rede de coleta de esgotos, para todo o Perímetro Urbano;

VIII - estabelecer programa de implantação de sistemas alternativos de coleta, afastamento e tratamento de esgotos, principalmente em assentamentos isolados periféricos;

IX - formular política de controle de cargas difusas, particularmente daquela originada do lançamento de resíduos sólidos e de esgotos clandestinos domésticos e industriais;

X - criar exigências de controle de geração e tratamento de resíduos para grandes empreendimentos potencialmente geradores de cargas poluidoras, articulado ao controle de vazões de drenagem;

Art. 45 – São ações estratégicas para Serviços de Saneamento:

I - priorizar a implantação de sistemas alternativos de tratamento de esgotos nos assentamentos isolados;

II - priorizar o controle de cargas difusas nos mananciais, a montante das áreas inundáveis ou com irregularidade no abastecimento de água, e a jusante de hospitais e cemitérios;

III - elaborar o cadastro de redes e instalações;

IV - priorizar a implementação de sistemas de captação de águas pluviais para utilização em atividades que não impliquem em consumo humano;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 625
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 117
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

V - promover a instalação de grelhas em bocas-de-lobo do Município;

VI - definir áreas adequadas para implantação de sistemas de tratamento de esgotos, incluindo local para disposição e tratamento de lodo e fossa;

VII - exigir dos empreendedores a implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos em novos condomínios e prédios multifamiliares;

VIII - proibir e fiscalizar o lançamento de esgoto cloacal na rede pluvial;

IX - exigir que todos os empreendimentos se interliguem no sistema público de coleta e tratamento de esgoto existente e ao sistema público de abastecimento de água

As diretrizes estabelecidas acima pelo PDDM, de 2006, estão implantadas em ritmo muito lento, visto que os projetos de rede coletora de esgoto demandar grande quantia de recursos e grande complexidade para a execução dos projetos. Foram solicitados recursos junto a FUNASA para a implantação de rede coletora e estação de tratamento para a área central do município, porém não foram obtidos os recursos solicitados.

7.2.4 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

De acordo com os dados levantados neste trabalho, podemos observar que o município encontra-se em situação crítica em relação ao tratamento dos efluentes domésticos, pois conforme o gráfico abaixo, 20% do sistema de tratamento existente no município é o sistema de sumidouro, que consiste em um buraco com largura de 1m construído com tijolo, pneus ou pedras. Este sistema contamina os solos, visto que os efluentes líquidos são absorvidos pelo solo e escoam para os corpos d'água próximos as residências.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 626
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 118
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

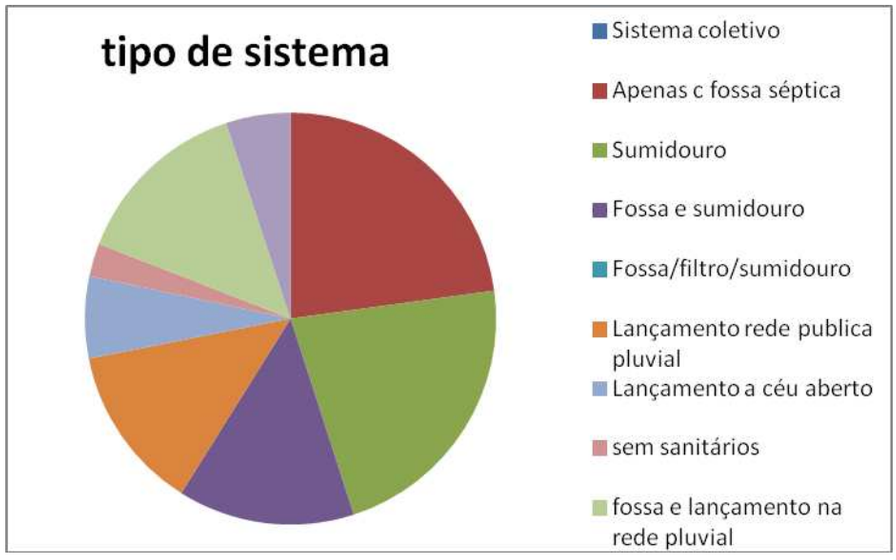


GRAFICO 04- TIPOS DE SISTEMAS

Outro sistema que é bastante utilizado pela população é o de fossa e sumidouro, sistema que consiste em uma fossa séptica que recebe os efluentes, onde fica depositada parte do lodo produzido e o material liquido escoa para o sumidouro e posteriormente para o solo, contaminando-o.

Alguns dados preocupantes são apresentados neste diagnóstico, pois indica que 14% da população lança o esgoto doméstico diretamente na rede de drenagem pluvial do município, sem nenhum tipo de tratamento, este tipo de ação ocasiona não só a contaminação dos rios para onde o esgoto pluvial é lançado, como o entupimento da rede de drenagem pluvial do município, ocasionando alagamentos e trazendo prejuízos nos dias chuvosos.

Os dados coletados também indicam que 14,10% da população não possui sistema de tratamento individual de esgoto, sendo este lançado a céu aberto. Esta atitude ocasiona problemas sérios de saúde, entre os quais podemos elencar: diarreia, infecções intestinais, contaminação por larvas e mosquitos, cólera, esquistossomose, leptospirose, hepatite infecciosa, e mais preocupante ainda é a taxa de 2,5% da população que não possui sanitário e deposita suas fezes diretamente no solo ou em corpos d'água, atitude que alem de contaminar os solos ocasionam divesas doenças.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 627
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 119
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

7.2.5 AVALIAÇÃO DOS CORPOS RECEPTORES

Os corpos receptores do esgoto sanitário gerados pela população de Três Forquilhas são os seguintes: Rio do Pinto, Rio Pedra Branca, Rio do Retiro, Rio Três Forquilhas, Rio do Chapéu e Lagoa Itapeva.

Em função da precariedade dos atuais sistemas individuais de tratamento de esgoto cloacal em todas as residências do município, com um percentual muito pequeno de sistema completo (fossa, filtro e sumidouro) e das distâncias das fontes aos corpos d'água, o solo é que absorve a maior carga de esgoto gerado.

Os canais de drenagem que recebem os efluentes líquidos das residências, com destino aos rios e Lagoa da Itapeva, em função de suas extensões funcionam como receptores diretos e o solo com filtrador do esgoto.

A princípio nenhum monitoramento é feito com relação a qualidade das águas nos corpos receptores. Apenas a Lagoa Itapeva, possui acompanhamento, por parte da FEPAM em determinados pontos, com análises constantes de parâmetros específicos.

7.2.6 INDICAÇÃO DE ÁREAS DE CONTAMINAÇÃO

Mesmo que o esgoto sanitário da sede e das comunidades rurais não apresentem rede coletora e estação de tratamento, com destino a céu aberto e com baixo percentual de tratamento individual, não existe na área territorial do município, áreas com contaminação por esgoto sanitário.

7.3 LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESIDUOS SOLIDOS

7.3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.3.1.1 LIMPEZA URBANA – MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 628
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 120
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Os serviços de limpeza urbana no município de Três Forquilhas são realizados pela Secretaria Municipal Obras. A Secretaria conta com 04 funcionários para a realização dos serviços executados com 03 roçadeiras manuais e 04 foices.

Os serviços realizados pela secretaria consistem nos seguintes: varrição de ruas, retirada de galhos e materiais oriundo de podas, pintura de meio fio, roçada na beira de estradas e ruas na área rural e urbana do município.

7.3.1.2 RESIDUOS SOLIDOS

O município de Três Forquilhas executa dois tipos de coleta de resíduos sólidos: coleta do lixo doméstico e coleta do material proveniente da Unidade Básica de Saúde.

7.3.1.2.1 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

TABELA 11- CLASSIFICAÇÃO DOS RESIDUOS SOLIDOS

Categoria	Exemplos
Matéria orgânica putrescível	Restos alimentares, flores, podas de árvores.
Plástico	Sacos, sacolas, embalagens de refrigerantes, água e leite, recipientes de produtos de limpeza, esponjas, isopor, utensílios de cozinha, látex, sacos de ráfia.
Papel e papelão	Caixas, revistas, jornais, cartões, pratos, cadernos, livros, pastas.
Vidro	Copos, garrafas de bebida, pratos, espelho, embalagens de produtos de limpeza, embalagens de produtos de beleza, embalagens de produtos alimentícios.
Metal ferroso	Palha de aço, alfinetes, agulhas, embalagens de produtos alimentícios.
Metal não ferroso	Latas de bebidas, restos de cobre, restos de chumbo, fiação elétrica.
Madeira	Caixas, tábuas, palitos de fósforo, palitos de picolé, tampas, móveis, lenha.
Panos, trapos, couro e borracha.	Roupas, panos de limpeza, pedaços de tecido, bolsas, mochilas, sapatos, tapetes, luvas, cintos, balões.
Contaminante químico	Pilhas, medicamentos, lâmpadas, inseticidas, raticidas, colas em geral, cosméticos, vidro de esmaltes, embalagens de produtos químicos, latas de óleo de motor, latas com

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 629
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 121
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

	tintas, embalagens pressurizadas, canetas com carga, papel-carbono, filme fotográfico.
Contaminante biológico	Papel higiênico, cotonetes, algodão, curativos, gazes e panos com sangue, fraldas descartáveis, absorventes higiênicos, seringas, lâminas de barbear, cabelos, pêlos, embalagens de anestésicos, luvas.
Pedra, terra e cerâmica.	Vasos de flores, pratos, restos de construção, terra, tijolos, cascalho, pedras decorativas.
Diversos	Velas de cera, restos de sabão e sabonete, carvão, giz, pontas de cigarro, rolhas, cartões de crédito, lápis de cera, embalagens longa vida, embalagens metalizadas, sacos de aspirador de pó, lixas e outros materiais de difícil identificação.

7.3.1.2.2 COLETA LIXO ORGÂNICO

A coleta do lixo doméstico ocorre em todo o território do município é feita pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras, que transporta o material até o aterro sanitário, localizado no município de Morrinhos do Sul. A destinação final dos resíduos é feita através de contrato de prestação de serviços com a Empresa R.B. CORREA Cia LTDA.

Os serviços de coleta são realizados 1 vez por semana nas comunidades e sede do município.

Os resíduos são recolhidos pelo caminhões caçamba da Secretaria de Obras e conta com 3 funcionários para a realização dos serviços. O volume mensal recolhido é de aproximadamente 56m3.

O valor dos serviços de coleta e destinação dos resíduos sólidos domésticos não é cobrado da população.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 630
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 122
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210





FOTOS 07 e 08 – Caminhão de coleta do lixo doméstico. (Fotos: Diego Raupp).

O valor pago mensalmente a empresa responsável para o depósito dos resíduos junto ao aterro sanitário é de R$ 3000,00, de acordo com o contrato 37/2012.

7.3.1.2.3 RESÍDUOS DA SAÚDE

Os resíduos oriundos dos procedimentos realizados nos postos de saúde são recolhidos pela empresa especializada neste tipo de transporte, AMBIENTUS TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA, sendo formalizado através de contrato de prestação de serviços.

Todos os resíduos produzidos nos postos de saúde são recolhidos em caixas de papelão específicas para este tipo de resíduos e depositados em tonéis específicos na área de depósito de lixo existente no posto central do município, localizado na área central. O material fica estocado até o seu recolhimento.

Os resíduos são classificados, conforme resolução da ANVISA, em 3 grupos:

- GRUPO A- infectante;

- GRUPO E – perfuro cortante;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 631
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 123
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- GRUPO B- tóxicos e químicos

O valor dos serviços é de R$ 294,25 mensais, sendo que o recolhimento é feito quinzenalmente ou conforme a necessidade, gerenciada pela Secretaria Municipal de Saúde. A empresa se responsabiliza pelo depósito e destino final dos resíduos em local licenciado pela FEPAM.

7.3.2 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, Lei Municipal 828 de 14 de novembro de 2006, trata das estratégias para a gestão dos resíduos sólidos no município na SEÇÃO IV – DOS PLANOS E AÇÕES DE RESÍDUOS SÓLIDOS, **Art. 48** – São objetivos relativos à política de Resíduos Sólidos:

I - proteger a saúde humana por meio do controle de ambientes insalubres derivados de manejo e destinação inadequados de resíduos sólidos;

II - promover o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos, visando a minimização da geração, bem como garantindo a efetiva reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final dos mesmos;

III - promover um ambiente limpo e agradável por meio do gerenciamento eficaz dos resíduos sólidos e recuperação do passivo paisagístico e ambiental;

IV - garantir a adoção das adequadas medidas de proteção e controle ambientais quando da disposição de resíduos sólidos no solo, em atendimento ao estabelecido pelos órgãos ambientais;

V - preservar a qualidade dos recursos hídricos pelo controle efetivo do descarte de resíduos em áreas de mananciais;

VI - promover a identificação e recuperação de áreas degradadas ou contaminadas por disposição irregular de resíduos sólidos;

VII - implementar uma gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 632
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 124
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

VIII - promover oportunidades de trabalho e renda para a população de baixa renda pelo aproveitamento de resíduos domiciliares, comerciais e de construção civil, desde que aproveitáveis, em condições seguras e saudáveis;

IX - minimizar a quantidade de resíduos sólidos por meio da prevenção da geração excessiva, incentivo ao reuso e fomento à reciclagem;

X - minimizar a nocividade dos resíduos sólidos por meio do controle dos processos de geração de resíduos nocivos e fomento à busca de alternativas com menor grau de nocividade;

XII - implantar sistemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, em atendimento às condições de controle ambiental estabelecidas, bem como promover a operação adequada dos mesmos;

XIII - controlar a disposição inadequada de resíduos pela educação ambiental, oferta de instalações para disposição de resíduos sólidos e fiscalização efetiva;

XIV - reintroduzir no ciclo produtivo os resíduos recicláveis, tais como metais, papéis e plásticos, e a compostagem de resíduos orgânicos;

XV - desenvolver alternativas para o tratamento de resíduos que possibilitem a geração de energia;

XVI - estimular a segregação integral de resíduos sólidos na fonte geradora e a gestão diferenciada;

XVII - integrar, articular os municípios da Aglomeração para o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos;

XVIII - estimular o uso, reuso e reciclagem de resíduos em especial ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil;

Art. 49 - São ações estratégicas para a política dos Resíduos Sólidos:

I - reservar áreas para a implantação de aterros sanitários e de resíduos inertes de construção civil;

II - adotar novos procedimentos e técnicas operacionais de coleta de resíduos sólidos em assentamentos não urbanizados e ocupações precárias;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 633
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 125
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

III - prever as áreas adequadas para implantação de sistemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, consoante aos critérios estabelecidos pelo órgão ambiental e legislação vigente;

IV - implantar e estimular programas de coleta seletiva e reciclagem, preferencialmente em parceria, com grupos de catadores organizados em cooperativas, com associações de bairros, condomínios, organizações não governamentais e escolas;

V - adotar práticas que incrementem a limpeza urbana visando à diminuição dos resíduos sólidos difusos;

VI – identificar e eliminar disposições clandestinas;

De acordo com o diagnóstico realizado, pode-se observar que as ações estabelecidas pelo PDDM, de 2006, estão sendo implantadas de forma lenta, porem estas ações precisam ser aceleradas para melhorar a qualidade dos serviços de manejo dos resíduos sólidos.

7.3.3 RESÍDUOS DA CONTRUÇÃO CIVIL

De acordo com a Resolução CONAMA 307 de julho de 2002, pode-se definir os Resíduos da construção civil como sendo “os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.”.

Ainda, segundo mesma Resolução, os resíduos da construção civil classificam-se em:

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 634
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 126
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

IV - Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

Vale ressaltar seu Artigo 4º "Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final.".

Outro fator importante de que trata a presente Resolução referem-se à disposição final dos resíduos da construção civil, vetando que os mesmos sejam depositados em aterros de resíduos sólidos domiciliares, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d' água, lotes vagos e em áreas protegidas por lei. Devendo para tanto que os resíduos sólidos da construção civil tenham sua destinação final de acordo com suas diferentes classes de resíduos. A seguir encontra-se no Quadro 98 com diferentes classes e seu destino final.

TABELA 12: Diferentes classes dos Resíduos da Construção Civil com seu Respectivo Destino Final (Resolução CONAMA 307/ 2002).

Classe	Destino Final
A	Deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
B	Deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenagem temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
C	Deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas especificas.
D	Deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas especificas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 635
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 127
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Não existe no município, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil..

7.4 SERVIÇOS DE DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

7.4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O sistema de drenagem pluvial da sede do município possui poucas vias com rede de tubos de concreto, 40 a 60 cm e caixas bocas de lobo, distribuídos por 3 vias vias urbanas do município.

O município possuía problemas de inundações na antiga Rua Antonio Cardoso de Lima (Atual Rua Felipe Pedro Justin), que foram sanados com a instalação de 3 galerias de concreto de dimensões 2mx2m e 1mx2m, que resolveram os problemas nos períodos de ocorrência de chuvas intensas.

Pode-se observar na foto abaixo as galerias instaladas:



FOTO 09 e 10 – GALERIAS EM CONCRETO ARMADO (Foto: Diego Raupp)

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 636
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 128
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210



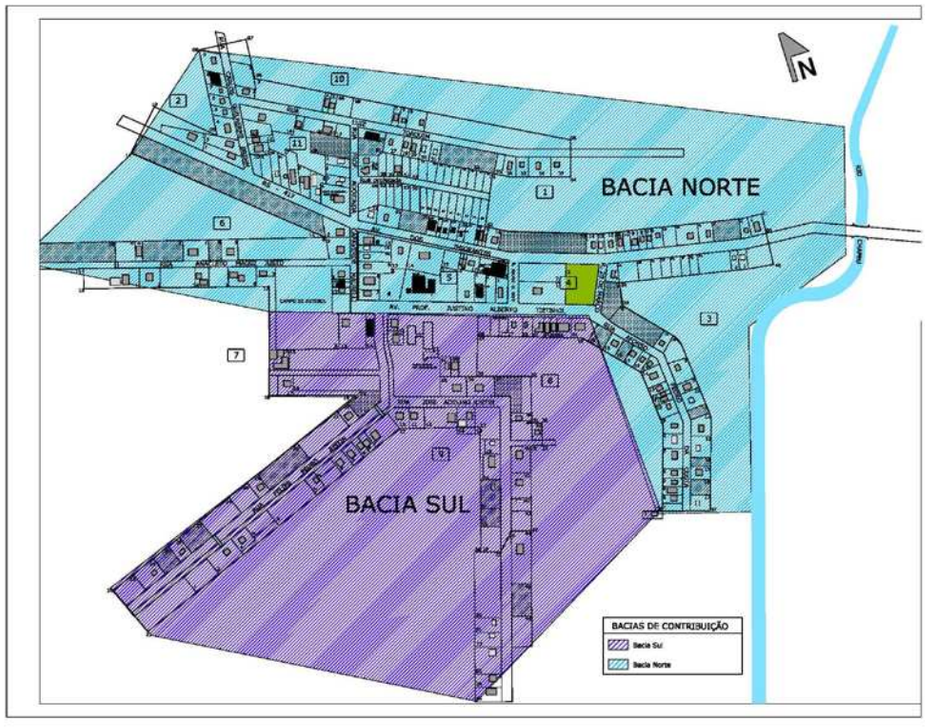
FOTO 11 - BOCA DE LOBO EXISTENTE (foto: Diego Raupp)

7.4.2 BACIAS DE CONTRIBUIÇÃO

A sede urbana do município possui duas bacias de contribuição principais:

BACIA A – Lado Norte

BACIA B – Lado Sul



MAPA 04 – BACIAS DE CONTRIBUIÇÃO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

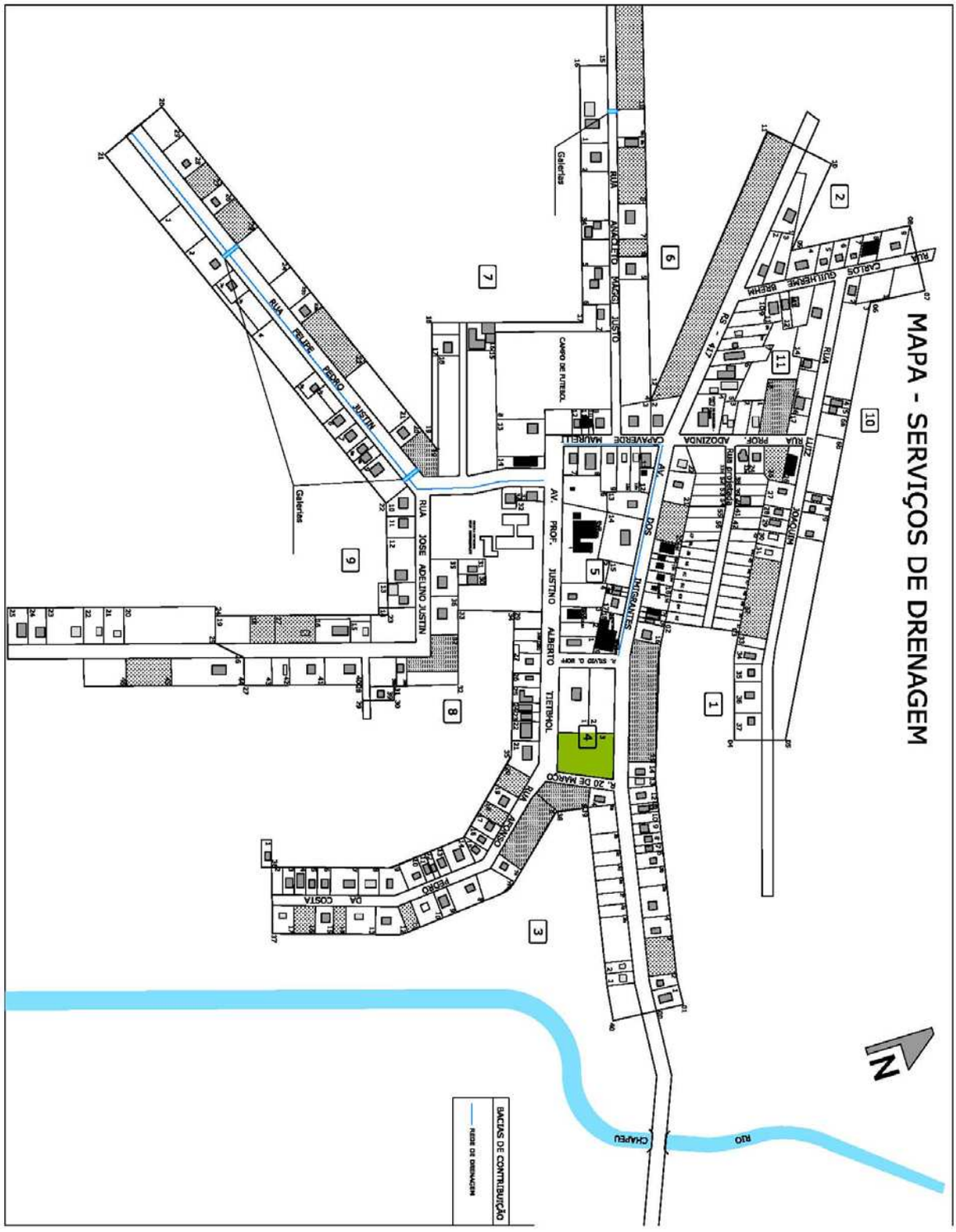
Página 637
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 129
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Sendo que as duas bacias tem como divisor de águas a Avenida Professor Justino Alberto Tietbohl com a cota altimétrica mais alta. Pode-se observar que os problemas da bacia sul foram sanados com as obras de instalação de galerias de concreto, porem a bacia norte apresenta problemas nas épocas de grande quantidade de chuvas.

A bacia sul tem como corpo receptor o rio Depósito e a bacia norte o Rio do Chapéu, ambos desaguando no Rio Três Forquilhas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 638
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 130
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210



MAPA 05- REDE DE DRENAGEM EXISTENTE

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 639
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 131
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

7.4.3 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, Lei Municipal 828 de 14 de novembro de 2006, trata na SEÇÃO III – DOS PLANOS E AÇÕES DE DRENAGEM URBANA **Art. 46 –** São diretrizes para o Sistema de Drenagem Urbana:

I - equacionar a drenagem e a absorção de águas pluviais combinando elementos naturais e construídos;

II - garantir o equilíbrio entre absorção, retenção e escoamento de águas pluviais;

III - controlar o processo de impermeabilização do solo;

IV - criar e manter atualizado cadastro da rede e instalações de drenagem em sistema georreferenciado.

V - disciplinar a ocupação das cabeceiras e várzeas das bacias do Município, preservando a vegetação existente e visando à sua recuperação;

VI - definir mecanismos de fomento para usos do solo compatíveis com áreas de interesse para drenagem, tais como parques lineares, área de recreação e lazer, hortas comunitárias e manutenção da vegetação nativa;

Art. 47 – São ações estratégicas necessárias para o Sistema de Drenagem Urbana:

I - elaborar e implantar o Plano Diretor de Drenagem do Município;

II - preservar e recuperar as áreas com interesse para drenagem, principalmente as várzeas, faixas sanitárias e fundos de vale;

III - implantar sistemas de retenção temporária das águas pluviais (piscinões);

IV - desassorear, limpar e manter os cursos d'água, canais e galerias do sistema de drenagem;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 640
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 132
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

V - implantar os elementos construídos necessários para complementação do sistema de drenagem no Perímetro Urbano;

VI - regulamentar os sistemas de retenção de águas pluviais nas áreas privadas e públicas controlando os lançamentos de modo a reduzir a sobrecarga no sistema de drenagem urbana;

VII - estabelecer percentual máximo de impermeabilização para cada lote;

VIII - adotar, nos programas de pavimentação de vias locais e passeios de pedestres, pisos drenantes e criar mecanismos legais para que as áreas descobertas sejam pavimentadas com pisos drenantes;

IX - elaborar o cadastro de rede e instalações de drenagem.

7.4.4 ANÁLISE SITUAÇÃO ATUAL

A situação atual dos serviços de drenagem urbana no município, de acordo com os levantamentos apresentados acima pode ser considerada de baixa qualidade se considerar o percentual de vias com drenagem (22%). Sendo assim, se tratando do escoamento das águas podemos considerar a situação como critica, pois existe grande deficiência na rede de drenagem pluvial, devendo ser consideradas obras estruturantes de macrodrenagem.

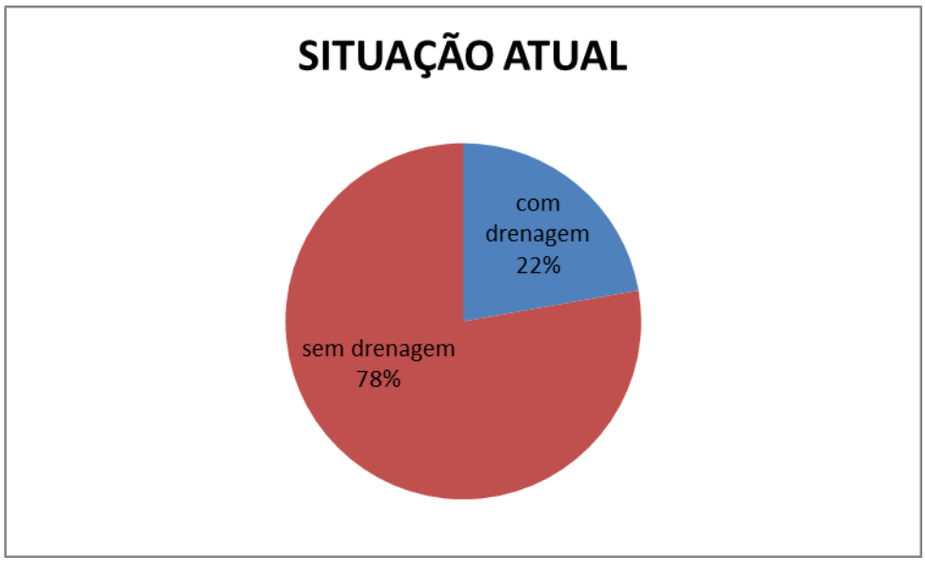


GRÁFICO 05- SITUAÇÃO ATUAL SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 641
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 133
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

8. DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

8.1 USO DO SOLO

8.1.1 ZONEAMENTO URBANO

Os parâmetros de uso do solo ficam definidos pela lei n° 828/2006 que trata do Plano Diretor no artigo 129:

Para efeito desta Lei, ficam instituídas as seguintes categorias de uso:

I – Uso Residencial Unifamiliar– RU:

Compreendendo:

a) Residências unifamiliares isoladas;

b) Residências unifamiliares agrupadas, geminadas ou em série;

c) Condomínios residenciais por unidades autônomas;

II – Residências Multifamiliares – RM:

Compreendendo

a) Residências multifamiliares;

b) Habitações coletivas: internatos, orfanatos, asilos, casas de repouso;

c) Conjuntos habitacionais edificados em quarteirões resultantes de parcelamento de solo para fins urbanos;

d) Residências temporárias: hotéis, motéis, pousadas.

III – Comércio e Serviços Geradores de Ruídos – CRS:

Compreendendo:

a) Estabelecimentos que utilizem máquinas ou utensílios ruidosos, notadamente:

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 642
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 134
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- serrarias, carpintarias ou mercenárias;

- serralherias;

oficinas mecânicas.

b) Clínicas veterinárias, canis, escolas de adestramento de animais e congêneres.

IV – Estabelecimentos de Recreação e Lazer Noturnos – ERLN:

Compreendendo estabelecimentos de recreação ou lazer com horário de funcionamento atingindo o período entre 22 horas e 6 horas, tais como:

- bares e restaurantes

- salões de baile, salões de festas;

- clubes noturnos, discotecas, boates;

- bilhares, bingos, boliches.

V – Comércio e Serviços Geradores de Tráfego Pesado – CSTP:

Compreendendo:

a) agências e garagens de companhias transportadoras, de mudanças ou outras que operem com frotas de caminhões ou ônibus;

b) entrepostos, depósitos, armazéns de estocagem de matérias primas, estabelecimentos atacadistas ou varejistas de materiais grosseiros com área construída igual ou superior a 300,00m2, notadamente:

- insumos para agricultura e pecuária;

- materiais de construção;

- sucata e ferro-velho.

VI – Comércio e Serviços Perigosos – CSP:

Compreendendo:

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 643
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 135
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

a) comércio de inflamáveis;

b) comércio de explosivos, conforme legislação específica.

VII – Comércio e Serviços Vinculados à Residência – CSVR:

Compreendendo estabelecimentos com área construída até 500m2 incluindo as seguintes categorias:

- comércio de abastecimento;

- comércio varejista;

- serviços profissionais;

VII – Comércio e Serviços Diversificados – CSD:

Compreendendo estabelecimentos de comércio e serviço com área construída entre 500m² e 1000m² incluindo as seguintes categorias:

- comércio de abastecimento;

- comércio varejista;

- serviços profissionais;

- serviços de manutenção;

- serviços de comunicação;

- serviços financeiros e administrativos;

- serviços de segurança;

- serviços de saúde;

-serviços educacionais e culturais.

VIII – Recreacional e Turístico – RT:

Compreendendo, notadamente:

- clubes, associações recreativas e desportivas;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 644
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 136
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- equipamentos para esporte ao ar livre;

- atividades recreativas e de lazer.

IX – Uso Especial- US:

Compreendendo atividades que requerem Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV), notadamente:

- Comércio e serviços com área construída superior a 1000m²

-cemitérios, crematórios;

- estádios e campos de esportes;

- terminais de transporte coletivo;

- bombeiros, quartéis, presídios;

- parques de diversões, locais para feiras e exposições;

- mercados públicos, supermecados e shopping centers;

- postos de abastecimentos de veículos, garagens;

- criação de animais.

X – Indústria 1 – I.1:

Classificada como integrante da ZUD – Zona de Uso Diversificado, conforme Lei Federal n° 6803/80, compreendendo indústrias cuja instalação não exceda a 250m2 de área construída, que não prejudique a segurança, o sossego e a saúde da vizinhança, que não ocasione o movimento excessivo de pessoas ou veículos, que não elimine gases fétidos, poeiras e trepidações, ou seja, estabelecimentos industriais cujo processo produtivo seja complementar às atividades do meio urbano ou rural em que se situem e com eles se compatibilizem.

XI – Indústria 2 – I.2:

Classificada como integrante da ZUPI – Zona de Uso Predominantemente Industrial, conforme Lei Federal n° 6803/80, compreendendo indústrias

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

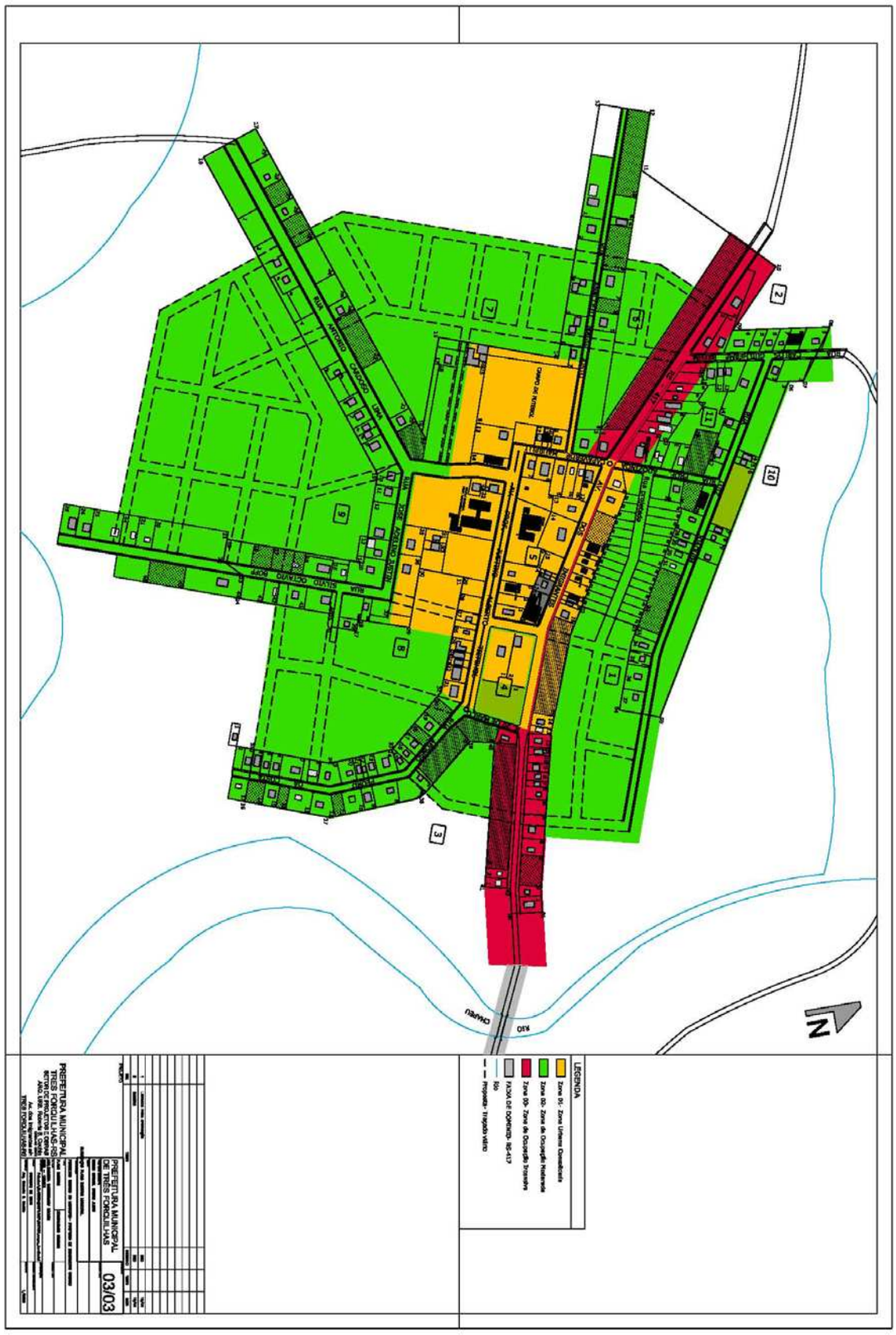
Página 645
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 137
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

cujos processos, submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes, não causem incômodos sensíveis às demais atividades urbanas.

A instalação de industriais que se enquadram nesta classificação ficará sujeita a estudo de viabilidade urbanística e de localização , devendo este ser realizado por técnicos municipais e analisado pelo CDMI.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 646
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 138
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210



MAPA 06 – ZONEAMENTO URBANO

FONTE: PLANO DIRETOR MUNICIPAL – LEI 828/2006

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 647
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 139
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

8.1.2 ZONEAMENTO AMBIENTAL

Os parâmetros de uso do solo na zona rural ficam definidos pela lei n° 828/2006 que trata do Plano Diretor no artigo 15:

Art. 15 - O zoneamento proposto para todo o território do Município teve como elementos estruturadores as potencialidades e restrições do Meio Ambiente, identificados a partir do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte - ZEE.

§ 1° - O ZEE é um conjunto de regras, diretrizes para o uso dos recursos ambientais estabelecidos por zonas que possuem padrões de paisagem semelhantes.

§ 2° - Este zoneamento fica assim definido:

ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

I.I CARACTERIZAÇÁO

Area prioritária para conservação dos recursos naturais. Fazem parte desta zona as áreas encontradas nos topos de morros, nos campos de cima da serra, nas nascentes do rio Três Forquilhas e nas encostas com altas declividades. Encontramos mata atlântica bem conservada e manchas intocadas. Zona com características de preservação, tendo seu uso, restrições baseadas nos elementos técnicos e legais. O objetivo principal nesta zona é a manutenção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos e preservação da biodiversidade.

Fazem parte deste ecossistema as áreas encontradas nos morros, e nas encostas com médias declividades. Encontramos mata atlântica bem conservada e/ou passível de recuperação. Para esta zona deve ser estimulada a conservação e recuperação da mata nativa (Mata Atlântica e Ciliar) e dos recursos hídricos. Área para o desenvolvimento de atividades sustentáveis.

§ 3° - Fazem parte desta zona as APP (áreas de preservação permanente) nas margens dos rios, arroios, nascentes e lagoas conforme Resolução CONAMA Nº 303/2002

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 648
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 140
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

I.II. METAS:

Manutenção dos corredores biológicos e da biodiversidade.

Manutenção dos ecossistemas .

Estimular o ecoturismo, a educação ambiental, a pesquisa científica e outras atividades compatíveis com os planos de manejo das unidades de conservação.

I.III. CONDIÇÕES PARA USO DOS RECURSOS NATURAIS:

Garantir o padrão de drenagem natural.

Não permitir florestamento com espécies exóticas.

Preservar integralmente áreas com *Euterpe edulis* (palmito).

Manter os corredores biológicos, especialmente os de espécies endêmicas.

Manter mata nativa.

Não permitir a ocupação de áreas com risco de inundação.

Não permitir a supressão e exploração da vegetação e da fauna.

I.IV. PROPOSTA DE USO :

Florestamento com espécies nativas.

Ecoturismo.

Conservação natural.

Atividades educacionais e de pesquisa científica.

Manutenção e recomposição de corredores ecológicos.

Pesquisa científica.

Educação ambiental.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 649
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 141
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – MANEJO SUSTENTAVEL

I.I CARACTERIZAÇÁO

Fazem parte deste ecossistema as áreas encontradas nos morros, e nas encostas com médias declividades. Encontramos mata atlântica bem conservada e/ou passível de recuperação. Para esta zona deve ser estimulada a conservação e recuperação da mata nativa (Mata Atlântica e Ciliar) e dos recursos hídricos. Área para o desenvolvimento de atividades sustentáveis.

I.II. METAS:

Manutenção dos corredores biológicos e da biodiversidade.

Manutenção dos ecossistemas e recuperação das áreas degradadas.

Estimular o ecoturismo, a educação ambiental, a pesquisa científica.

Estimular o Turismo Rural.

I.III. CONDIÇÕES PARA USO DOS RECURSOS NATURAIS:

Garantir o padrão de drenagem natural.

Não permitir florestamento com espécies exóticas.

Preservar integralmente áreas com *Euterpe edulis* (palmito).

Manter os corredores biológicos, especialmente os de espécies endêmicas.

Manter mata nativa.

Não permitir a ocupação de áreas com risco de inundação.

Permitir a supressão e exploração da vegetação quando compatíveis com os planos de manejo das unidades de conservação.

Não permitir a supressão e exploração da fauna.

I.IV. PROPOSTA DE USO :

Florestamento com espécies nativas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 650
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 142
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Ecoturismo.

Conservação natural.

Atividades educacionais e de pesquisa científica.

Manutenção e recomposição de corredores ecológicos.

Pesquisa científica.

Turismo Rural

Educação ambiental.

ZONA DE TRANSIÇÃO AMBIENTAL

I.I CARACTERIZAÇÁO

Composta pelos vales e várzeas da bacia hidrográfica do rio Três Forquilhas. Área agricultável, com solos planos e levemente ondulados, cultivo de olerícolas em geral, solos bem drenados e profundos e elevada disponibilidade hídrica. Recuperação da mata ciliar.

Essa região vem sofrendo grande pressão pela expansão do uso agrícola.

I.II. METAS:

Manter áreas de preservação permanente;

Estimular o florestamento com espécies nativas e a produção de espécies vegetais nativas de manejo sustentado.

Controlar as atividades agropecuárias, adequando-as às condições ambientais do local.

I.III. CONDIÇÕES PARA USO DOS RECURSOS NATURAIS:

Garantir o padrão de drenagem natural.

Proibir a construção de represas de médio e grande porte.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 651
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 143
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Permitir a retirada de água somente se houver manutenção da vazão mínima necessária para o funcionamento do ecossistema a jusante.

Preservação permanente de áreas com declividade superior a 45º.

Não permitir cortes rasos em declividade superior a 25º.

Permitir florestamento com espécies exóticas somente quando de acordo com microzoneamento agrícola por propriedade em áreas com declividade inferior a 45º.

Restringir o avanço da fronteira agrícola sobre os ecossistemas naturais.

Manter os corredores biológicos, especialmente os de espécies endêmicas.

Não permitir o corte e exploração das florestas primárias e secundárias em estágio médio e avançado de regeneração.

Não permitir a ocupação de áreas com risco de inundação

I.IV. PROPOSTA DE USO :

Exploração seletiva da vegetação.

Florestamento com espécies nativas.

Extração de água.

Pesca amadorística e de subsistência.

Aqüicultura.

Artesanato.

Produção de palmito.

Lazer, recreação, turismo;

Conservação natural.

Ecoturismo.

Agricultura ecologicamente sustentável.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 652
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 144
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Produção de sementes nativas.

Produção de espécies vegetais nativas de manejo sustentável (medicinais e ornamentais).

ZONA DE NASCENTES

I.I CARACTERIZAÇÁO

No município são encontrados diversos morros, encostas com alta declividade, com presença de Mata Atlântica e várias nascentes, com mata ciliar ainda preservada. A importância da preservação ou restauração da vegetação no entorno das nascentes, ao longo dos rios das Pedras Brancas, arroio do Retiro, rio Barreiro, arroio do Chapéu e rio Três Forquilhas e ao redor de lagos e reservatórios, fundamenta-se no amplo espectro de benefícios que este tipo de vegetação traz ao ecossistema, exercendo função protetora sobre os recursos naturais biótico e abióticos. Sua fundamentação legal é encontrada no Código Florestal (Lei 4771 de 1965) onde, florestas situadas às margens de rios, ao redor de nascentes, lagos e reservatórios, são consideradas de preservação permanente.

I.II. METAS:

Manutenção dos corredores biológicos e da biodiversidade;

Estimular as atividades voltadas para o ecoturismo e conservação ambiental;.

I.III. CONDIÇÕES PARA USO DOS RECURSOS NATURAIS:

Garantir o padrão de drenagem natural.

Permitir obras que alterem a hidrodinâmica ou o balanço de sedimentos somente para a recomposição do ambiente natural;..

Não permitir florestamento com espécies exóticas;

Preservar integralmente áreas com *Euterpe Edulis* (palmito);

Manter os corredores biologicos, especialmente os de espécies endêmicas;

Manter mata nativa;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 653
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 145
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

I.IV. PROPOSTA DE USO :

Florestamento com espécies nativas;

Porta-sementes;

Artesanato.

Lazer, recreação, turismo;

Conservação natural.

Ecoturismo;

Atividades educacionais e de pesquisa cientifica.

ZONA DE INTERVENÇÃO – BR 101

I.I CARACTERIZAÇÁO

Área do entorno da BR 101 que sofrerá grandes transformações e impactos ambientais decorrentes da duplicação. É uma área de interesse especial no projeto, pois será alvo de uma série de medidas compensatórias para minimizar os impactos provocados pela obra. Projetos de recuperação ambiental, paisagismo e outros.

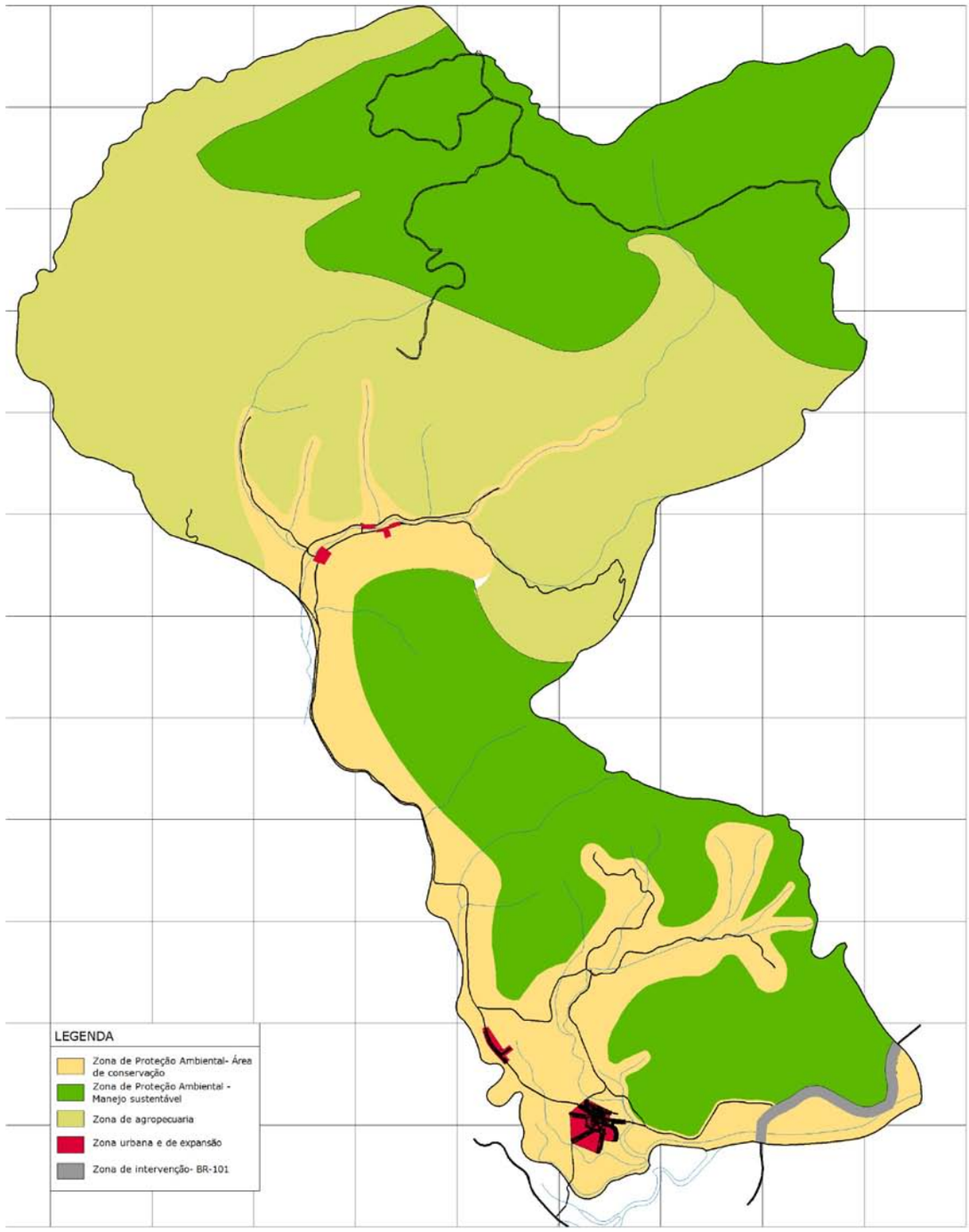
ZONA URBANA E DE EXPANSÃO

I.I CARACTERIZAÇÁO

Com área de 2,5 km² a zona urbana do município possui topografia com leve declividade e possui aproximadamente 275 domicílios. A zona urbana e de expansão subdivide-se nas zonas urbanas confome estabelece o art. 16.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 654
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 146
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210



MAPA 07– ZONEAMENTO AMBIENTAL

FONTE: PLANO DIRETOR MUNICIPAL – LEI 828/2006

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 655
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 147
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

8.2 PERÍMETRO URBANO

Art. 13 – O território Municipal é subdividido em Zona Urbana e Zona Rural.

§ 1º - A Zona Urbana do território do Município fica definida pelo seguinte perímetro (De acordo com a lei ***Nº 1200/2011***:

Inicia no ponto 0 (zero), a 165m da Ponte sobre o Rio Três Forquilhas, no lado direito, sentido BR-101 a sede do município, em área de propriedade de José Pedro Justin, junto a Av.dos Imigrantes. Deste, perpendicular a Av. dos Imigrantes, seguindo uma linha de 30,00m, até o ponto 1(um). ***Do Ponto 1****, acompanhando a Av.dos Imigrantes por uma linha de 402,4m até o* ***Ponto 2(dois****). Deste, acompanhando a Rua Professora Adozinda Capaverde Maurelli, por uma linha de 80,00m, até o* ***Ponto 3(três)****. Deste, 1 linha paralela de 30m a rua Luiz Joaquim Nunes, numa extensão de 130,00m até* ***Ponto 4****; Perpendicular a rua Luiz Joaquim Nunes em uma linha de 42,00m até o ponto 5,* ***Do Ponto 5****, acompanhando o leito da referida rua por uma linha de 253,00m até o* ***Ponto 6****; Deste, por uma linha de 30,00m perpendicular a esta rua, até o* ***Ponto 7****; Deste ponto, uma linha paralela de 30,00m a rua Luiz Joaquim Nunes, numa extensão de 73,50m até o* ***Ponto 8****; Do Ponto 8 no leito da rua Carlos Guilherme Brehm, uma linha de extensão de131,00m, até o* ***Ponto 9****; Deste 1 linha perpendicular a rua Carlos Guilherme Brehm, numa extensão de 104,00m, até o* ***Ponto 10****; Deste, uma linha perpendicular RS-417 de 77,10m até o* ***Ponto 11****; Deste, uma linha paralela de 30,00m a RS-417, numa extensão de 319,00m, até o* ***Ponto 12****; Deste, paralelo a rua Anacleto MAggi, por uma linha de 433,00m, até o* ***Ponto 13*** *deste, perpendicular a rua Anacleto Maggi, por uma linha de 38,50m, até o* ***Ponto 14****; Deste, paralela 30,00m a rua Anacleto Maggi, uma linha de 68,50m, até o* ***Ponto 15****; Deste, perpendicular a rua Anacleto Maggi Justo, por uma linha de 30,00m, até o* ***Ponto 16****; Deste, uma linha paralela a referida rua, uma extensão de 68,00m, até o* ***Ponto 17****; Deste ponto, uma linha perpendicular a rua Anacleto Maggi Justo, numa extensão de 163,00m até o* ***Ponto 18****; Deste, uma linha perpendicular de 130,00m até o* ***Ponto 19****; Deste numa linha paralela a rua Antonio Cardoso de Lima e com extensão de 468,00m, até o Ponto 20;* ***Do ponto 20****, uma linha perpendicular, com extensão de 80,00m, até o* ***Ponto 21****; Deste uma linha paralela de 30,00m a rua Antonio*

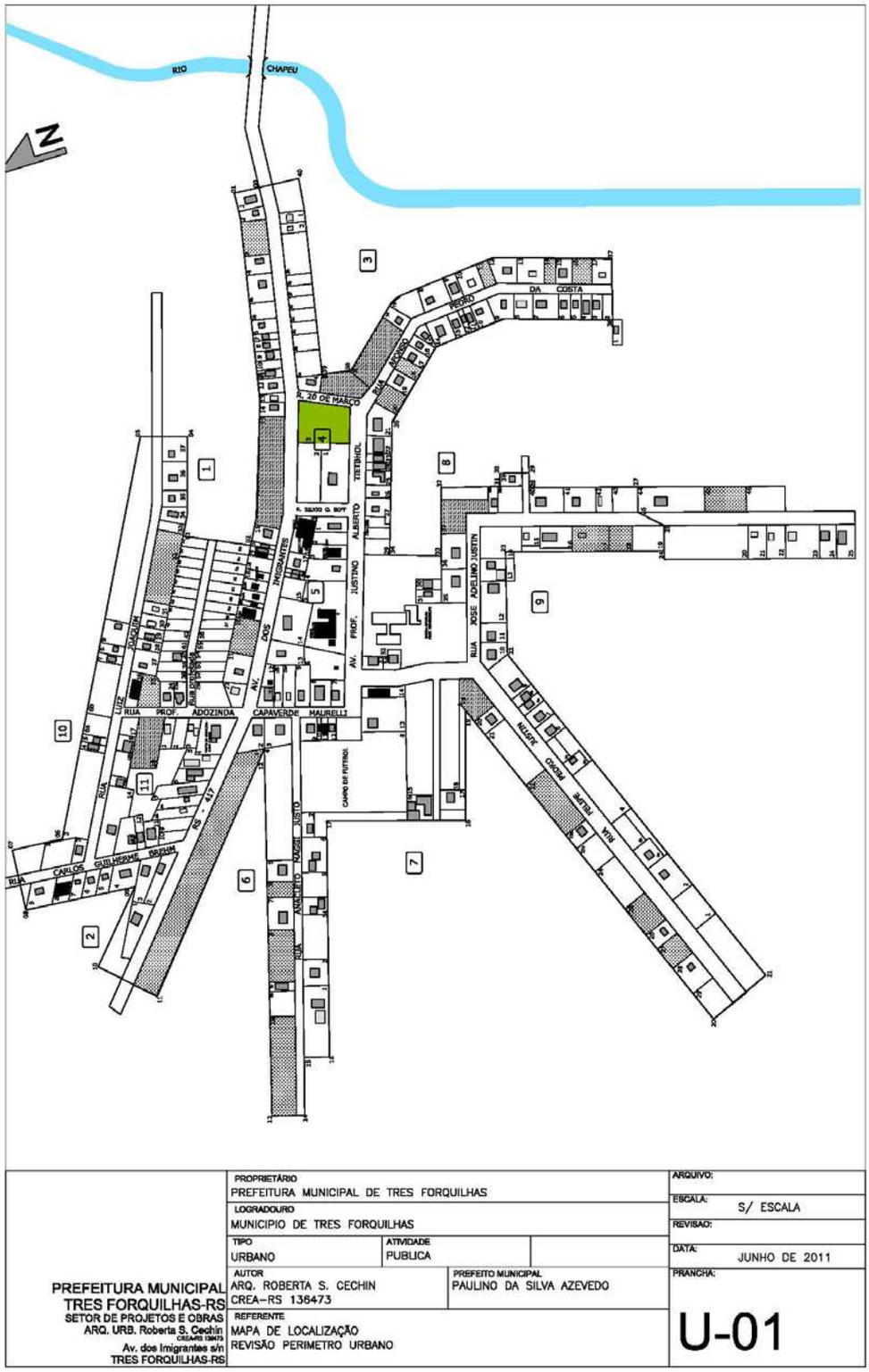
Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 656
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 148
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Cardoso de Lima, em extensão de 486,00m, até o ***Ponto 22****; Deste,uma linha paralela de 30,00m a rua Jose Adelino Justin, numa extensão de 119,0m até o* ***Ponto 23****; Deste uma linha de 122,00m, acompanhando o leito direito da rua Jose Adelino Justin com extensão de 187,50m, até o* ***Ponto 24****; uma linha perpendicular a referida rua, em extensão de 30,00m, até o* ***Ponto 25****; Deste, uma linha inclinada de 35,00, até o* ***Ponto 26****; deste uma linha perpendicular a rua Jose Adelino Justin em extensão de 30,0m, até o* ***Ponto 27****; Deste, uma linha paralela de 30,00m a Rua Jose Adelino Justin em extensão de 128m , até o* ***Ponto 28****; Deste, perpendicular a referida rua, uma extensão de 17,00m até o* ***Ponto 29****; Deste, uma linha paralela a referida Rua, numa extensão de 34,00 m até* ***Ponto 30****; Deste uma linha perpendicular a referida rua numa extensão de 15 m até o* ***Ponto 31*** *Deste, uma linha paralela a rua Jose Adelino Justin numa extensão de 67,00m até o* ***Ponto 32****; Deste uma linha paralela a rua Jose Adelino Justin, em extensão de 81,00m, até o* ***Ponto 33****; Deste perpendicular a referida rua, em extensão de 61,00m, até o* ***Ponto 34****; Deste, uma linha paralela de 30,00m a Av. Justino Alberto Tietbohl, em extensão de 157,00m até o* ***Ponto 35****; Deste, uma linha paralela de 30,00m de distância da Rua Afonso Pedro da Costa, até o* ***Ponto 36****; Deste, uma linha perpendicular a referida rua com extensão de 72,0m, até o* ***Ponto 37****; Deste uma linha paralela de 30,0m a rua Afonso Pedro da Costa, uma linha de 361,00m até o* ***Ponto 38****, Deste, pelo lado esquerdo da rua 20 de março, uma linha de 35,50m, até o* ***Ponto 39****; Deste, paralela 30,00m a Av. dos Imigrantes, uma linha de 233,0m até o* ***Ponto 40****; Deste, perpendicular a av.dos Imigrantes uma linha com 45,00m até o* ***Ponto 0(zero).***

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 657
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 149
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210



MAPA 08 – PERIMETRO URBANO SEDE DO MUNICIPIO

Fonte: Lei de revisão do Perímetro Urbano - Lei Municipal 1200/2011

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 658
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 150
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

8.3 ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

Quanto a definição de Zonas Especiais de Interesse Social, tanto o plano diretor quanto o Plano Local de Habitação não preveem zonas especiais de Interesse Social, definindo que estas zonas deverão ser criadas por legislação específica após estudo prévio de acordo com a necessidade apresentada.

8.4 OCUPAÇÃO IRREGULAR

De acordo com o levantamento realizado durante a realização dos trabalho de diagnóstico, o maior número de ocupações irregulares ocorrem nas áreas de proteção ambiental, próximo a rios e cursos d'água e nas encostas de morros.

8.5 PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O Municipio de Três Forquilhas não possui Plano Local de Habitação de Interesse Social, devendo ser elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

8.5.1 DEFICIT QUANTITATIVO E QUALITATIVO

A Secretaria Municipal de Assistência Social não possui um cadastro do déficit qualitativo e quantitativo, porem informa a equipe que não existem famílias sem casas, somente a existência de moradias precárias.

9. MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

A Bacia hidrográfica na qual o município está inserido é a do Rio Tramandaí, sendo a subbacia a da Lagoa Itapeva.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 659
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 151
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

A variação da carga afluente nos dois períodos do ano considerados é pequena, mantendo-se praticamente igual tendo em vista que a maior parte da contribuição é de origem animal e que o número de cabeças por rebanho se mantém durante o ano.

Dentre os mananciais superficiais avaliados, a Lagoa de Itapeva representa o que recebe a maior carga orgânica no período de março a novembro. No período de veraneio, com o aumento da população nos municípios da orla marítima, quatro corpos d'água recebem carga orgânica maior do que a Lagoa de Itapeva, a saber: lagoas Tramandaí/Armazém, dos Quadros, Marcelino Ramos e Estuário do Rio Tramandaí.

A elevada carga orgânica de origem humana e animal recebida por esse corpo hídrico é responsável pelo elevado número de Coliformes Fecais, conferindo à lagoa Classe 2. Quanto a concentração de DBO na lagoa, está é característica de águas Classe 1 podendo-se inferir que o manancial apresenta boas condições de depuração mesmo para as elevadas cargas orgânicas que recebe.

Vale ressaltar que o problema de qualidade da água da Lagoa de Itapeva tem difícil solução, uma vez que a redução na qualidade da água - em que pese Classe 2 para as águas doces não se configurar em baixo nível - está associada a fontes difusas de lançamento de carga poluidora: criação de animais. Medidas cabíveis para a melhoria de sua situação de qualidade talvez se restrinjam a criação de áreas de proteção, visto que o tratamento dos dejetos animais é extremamente dispendioso.

O município possui habilitação junto a SEMA/RS – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, para a emissão de licenças ambientais de impacto local.

10. SAÚDE

10.1 DOENÇAS RELACIONADAS COM O SANEAMENTO BÁSICO

São muitas as doenças vinculadas à falta de saneamento. Elas interferem na qualidade de vida da população e até mesmo no desenvolvimento do país. A maioria dessas doenças é de fácil prevenção, mas causam muitas mortes, como o caso da diarréia entre crianças menores de 5 anos no Brasil. Os índices de mortalidade infantil também estão associados ao acesso a serviços de água, esgoto e destino adequado do lixo.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 660
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 152
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

As doenças são transmitidas pelo contato ou ingestão de água contaminada, contato da pele com o solo e lixo contaminados. A presença de esgoto, água parada, resíduos sólidos, rios poluídos e outros problemas também contribuem para o aparecimento de insetos e parasitas que podem transmitir doenças.

As principais doenças relacionadas à falta de saneamento são: amebíase, ancilostomíase, ascaridíase, cisticercose, cólera, dengue, diarreia, desinterias, elefantíase, esquistossomose, febre amarela, febre paratifoide, febre tifoide, giardíase, hepatite, infecções na pele e nos olhos, leptospirose, malária, poliomielite, teníase e tricuríase.

Conforme dados do DATASUS, no ano de 2011, ocorreram 11 internações nos hospitais da região e Grande Porto Alegre, de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, mais especificamente doenças infecciosas e parasitárias, nos últimos 8 meses foram registradas 10 mortes por doenças relacionadas a falta de saneamento, de acordo com relatórios do CID-10 do Ministério da Saúde.

Para reduzir os casos dessas doenças, é fundamental que a população tenha acesso a água boa, tratamento correto do esgoto , destinação e tratamento do lixo, drenagem urbana, instalações sanitárias adequadas e promoção da educação sanitária (que inclui hábitos de higiene), entre outras ações.

10.2 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

O programa saúde da família atende 100% da população, na sede e em todas as comunidades. O município conta com 1 equipe, com 1 médico, 2 técnicos de enfermagem e 1 enfermeira. No total são 12 agentes de saúde somados aos profissionais citados.

10.3 ENFERMIDADES E SANEAMENTO

A Secretaria Municipal da Saúde não apresenta dados relacionados a fatores causais das enfermidades e as relações com as deficiências na prestação dos serviços de saneamento básico.

Todos os atendimentos nos postos de saúde, de ordem estomacal, são diagnosticados como viroses, sem associação às suas causas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 661
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 153
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

10.4 PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

Os planos e políticas públicas na área da saúde relacionadas ao saneamento estão contemplados no Plano Municipal de Saúde. Sendo as ações a serem priorizadas nos quadros abaixo.

I- CONTROLE DA TUBERCULOSE

ESTRATEGIAS	AÇOES	EXECU-ÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Busca ativa de casos	- Identificação de Sintomáticos Respiratórios(SR)	ACS e SMS	Recurso Municipal, Federal, Estadual
- Diagnóstico clínico de casos	- Exame clínico de SR e comunicantes	SMS	Recurso Municipal, Estadual
- Acesso a exames para diagnóstico e controle: laboratorial e radiológico	- Realização ou Referência para Baciloscopia - Realização ou Referência para exame radiológico em SR c/baciloscopias negativas(BK)	SMS	Recurso Municipal, Estadual
- Cadastramento dos portadores	- Alimentação e análise dos sistemas de informação	SMS	Recurso Municipal,
- Tratamento dos casos BK (supervisionado) e BK - (auto administrado)	- Tratamento supervisionado dos casos BK+ - Tratamento auto administrado dos casos BK- - Fornecimento de medicamentos - Atendimentos às intercorrências - Busca de faltosos	SMS	Recurso Municipal, Estadual
-Medidas preventivas	- Vacinação com BCG - Pesquisa de comunicantes - Quimioprofilaxia - Ações educativas	SMS	Recurso Municipal, Estadual

II - ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECU-ÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Busca ativa de casos	- Identificação de sintomáticos Dermatológicos entre usuários	SMS	Recurso Municipal,
- Diagnóstico clínico de casos	- Exame de Sintomáticos Dermatológicos e comunicantes de casos de classificação clinica dos casos(multibacilares e paucibacilares)	SMS	Recurso Municipal,
- Cadastramento dos portadores	- Alimentação e análise dos sistemas de informação	SMS	Recurso Municipal,
- Tratamento Supervisionado dos Casos	- Acompanhamento ambulatorial e domiciliar - Avaliação dermato-neurológica - Fornecimento de medicamentos Curativos - Atendimento de intercorrências	SMS	Recurso Municipal, Recurso Estadual
- Controle das incapacidades físicas	- Avaliação e classificação das incapacidades físicas - Aplicação de técnicas simples de prevenção e tratamento de incapacidades - Atividades educativas	SMS	Recurso Municipal,
- Medidas preventivas	- Pesquisa de comunicantes - Divulgação de sinais e sintomas de hanseníase - Prevenção de incapacidades físicas - Atividades educativas	SMS	Recurso Municipal,

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 662
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 154
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

II- CONTROLE DA HIPERTENSÃO

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECU-ÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Diagnóstico de casos	- Diagnóstico clínico	SMS	Recurso Municipal,
- Cadastramento dos portadores	- Alimentação e análise dos sistemas de informação	SMS	Recurso Municipal
- Busca ativa de casos	- Medição de P.A. de usuários - Visita domiciliar	SMS	Recurso Municipal, Recurso Estadual
- Tratamento dos casos	- Acompanhamento ambulatorial e domiciliar - Fornecimento de medicamentos - Acompanhamento domiciliar de pacientes com seqüelas de AVC e outras complicações	SMS	Recurso Municipal, Recurso Estadual
- Diagnóstico precoce de complicações	- Realização ou referência para exames laboratoriais complementares - Realização de ECG - Realização ou referência para RX de tórax	SMS	Recurso Municipal, Recurso Estadual
- 1º atendimento de urgência	- 1º atendimento às crises hipertensivos e outras complicações - acompanhamento domiciliar - Fornecimento de medicamentos	SMS	Recurso Municipal, Recurso Estadual
- Medidas Preventivas	- Ações educativas para controle de condições de risco(obesidade, vida sedentária, tabagismo) , prevenção de complicações e formação de grupos de hipertensos.	SMS	Recurso Municipal,

IV - CONTROLE DA DIABETES MELITTUS

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECU-ÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Diagnóstico de casos	-Investigação em usuários com fatores de risco	SMS	Recurso Municipal,
- Cadastramento dos portadores	- Alimentação e análise de sistemas de informação	SMS	Recurso Municipal,
- Busca ativa de casos	- Visita domiciliar	SMS	Recurso Municipal,
- Tratamento dos casos	- Acompanhamento ambulatorial e domiciliar - Educação terapêutica em diabetes - Fornecimento de medicamentos - Curativos	SMS	Recurso Municipal, Estadual; Federal.
- Monitorização dos níveis de glicose do paciente	- Realização de exame dos níveis de glicose(glicemia capilar) pelas unidades de saúde	SMS	Recurso Municipal, Estadual; Federal.
- Diagnóstico precoce de complicações	- Realização ou referência laboratorial para apoio ao diagnóstico de complicações - Realização do ECG	SMS	Recurso Municipal, Estadual
- 1º atendimento de urgência	- 1º atendimento às complicações agudas e outras intercorrências - acompanhamento domiciliar	SMS	Recurso Municipal,
-Encaminhamento de casos graves para outro nível de complexidade	- Agendamento do atendimento	SMS	Recurso Municipal,
- Medidas preventivas e de promoção da saúde	Ações educativas sobre condições de risco(obesidade, vida sedentária) Ações educativas para prevenção de complicações(cuidados com os pés, orientação nutricional, cessação do tabagismo e alcoolismo controle da PA e das dislipidemias) Ações educativas para auto aplicação de insulina com formação de grupos de diabéticos	SMS	Recurso Municipal,

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 663
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 155
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

V - AÇÕES DE SAÚDE BUCAL

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
-Prevenção de problemas odontológicos, prioritariamente na população de 0 a 14 anos e gestantes	c) Procedimentos preventivos coletivos e individuais c) Levantamento epidemiológico(CPOD – em elaboração c) Escovação supervisionada e evidenciação de placa c) Bochechos com flúor(escovas) Educação em saúde bucal (palestras)	SMS	Recurso Municipal,
- Cadastramento de usuários	- Alimentação e análise de sistemas de informação(SAI-SUS- FAAC)	SMS	Recurso Municipal,
- Tratamento dos problemas odontológicos, prioritariamente na população de 0 a 14 anos e gestantes	- Consulta e outros procedimentos individuais curativos(programas aos país)	SMS	Recurso Municipal,
- Atendimento odontológico curativo e urgências	- Consultas previamente agendadas e atendimentos de urgência não agendada(dor)	SMS	Recurso Municipal,
- Prevenção de cárie dentária e de fluorose dental	c) Controle de teor de flúor na água de abastecimento; c) Orientação à gestantes; c) Orientação à população; Identificação e encaminhamento de pacientes com fluorose.	SMS	Recurso Municipal, Recursos Federal,
- Programa de Geriatria Odontológica	c) Promover levantamento inicial para detectar necessidades da população alvo; c) Realizar acompanhamento, avaliação e ajustes, que forem necessários, durante o projeto; c) Realizar trabalhos educativos para a população alvo; c) Integrar a equipe de saúde local com a equipe de apoio e os grupos da melhor idade; c) Buscar apoio na equipe da Secretaria Municipal de Saúde e Pastoral de Saúde; c) Realização de trabalho educativo junto aos grupos da melhor idade; c) Levantar dados referentes a situação buco-dental da população alvo nos seguintes aspectos:	SMS	Recurso Municipal, Recursos Federal,

VI- AÇÕES DE SAÚDE DA CRIANÇA

ESTRATEGIAS	AÇOES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Vigilância nutricional	- Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento - Promoção do aleitamento materno realização ou referência para exames laboratoriais - Combate às carências nutricionais Implantação e alimentação regular dos SISVAN	SMS	Recurso Municipal, Recurso Federal, Recurso Estadual
- Imunização	- Realização do esquema vacinal básico de rotina - Busca de faltosos - Realização de campanhas e intensificações alimentação e acompanhamento dos sistemas de informação	SMS	Recurso Municipal, Recursos Federal, Recurso Estadual
- Assistência às doenças prevalentes na infância	- Assistência às IRA em menores de 5 anos Assistência às doenças diarréicas em crianças menores de 5 anos - Assistência à outras doenças prevalentes - Atividades educativas de promoção da saúde e prevenção das doenças - Garantia de acesso a referência hospitalar e ambulatorial especializada, quando necessário(programada e negociada, com mecanismos de regulação) - Realização ou referência para exames laboratoriais	SMS	Recurso Municipal, Recurso Estadual. Recurso Federal

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 664
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 156
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

VII - AÇÕES DE SAÚDE DA MULHER

ESTRATEGIAS	AÇOES	EXEC U-ÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Pré natal - Controle de Natalidade	- Diagnóstico de gravides - Cadastramento de gestantes no 1º trimestre - Classificação de risco gestacional desde a 1ª consulta - Suplementação alimentar para gestantes com baixo peso - Acompanhamento de pré natal de baixo risco - Vacinação antitetânica - Avaliação do puerpério - Realização ou referência para exames laboratoriais de rotina - Alimentação e análise de sistemas de informação - Atividades educativas para promoção da saúde com assistência social - Distribuição de anticoncepcional à mulheres em idade fértil; - Formação de grupos de gestantes; - Orientações em palestras no interior e sede do município. - Ações educativas e preventivas de controle de natalidade em mulheres em idade fértil residentes no Bairro Esperança do Município de Viadutos.	SMS	Recurso Municipal, Recursos Federal, Recurso Estadual
Prevenção de câncer de colo de útero	✓ Rastreamento de câncer de colo de útero - coleta de material para exames de citopatologia ✓ Realização ou referência para exame citopatológico ✓ Controle de natalidade ✓ Gestação precoce ✓ Alimentação dos sistemas de informação	SMS	Recurso Municipal, Recursos Federal, Recurso Estadual
Planejamento Familiar	✓ Consulta médica e de enfermagem ✓ Fornecimento de medicamentos e de métodos anticoncepcionais ✓ Realização ou referência para exames laboratoriais	SMS	Recurso Municipal, Recurso Estadual Recurso Federal,

VIII - VIGILÂNCIA SANITÁRIA/VIGILÂNCIA AMBIENTAL

ESTRATEGIAS	AÇOES	EXEC U-ÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Doenças transmitidas por alimentos; - Água; - Fiscalização em estabelecimentos comerciais de alimentos;	- Cadastro, licença, inspeção, vistoria, em estabelecimentos e veículos para comércio e transporte de alimentos; - Coleta de amostra de alimentos para análise; - Apreensão de produto em situação irregular; - Cadastrar serviço de abastecimento de água; - Cadastro de fontes alternativas de água; - Inspecionar reservatórios coletivos de água; - Coleta de amostra d'água para análise; Receber notificação; executar entrevista; inspecionar local de preparo; coleta de alimentos; encaminhar manipuladores para exame; autuar estabelecimentos. - Elaboração do Código de Vigilância Sanitária - Observação, acompanhamento e a coleta seletiva do lixo - Campanhas de esclarecimento a população - destinação do lixo, drenagens de fonte de águas, higiene e limpeza, implantação de fossas, incentivo a construção de módulos sanitários com a colocação de fossas assépticas com valas de decantação	SMS	Recurso Municipal, Recurso Federal,

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 665
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 157
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

IX - ZOONOSES DE VETORES/ VIGILÂNCIA AMBIENTAL

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Controle e combate às zoonoses e vetores	- Vigilância ambiental; - Controle de zoonoses e vetores - Monitoramento da raiva; - Controle de vetor da dengue, e chagas; - Ações educativas; - Orientação e campanhas de conscientização quanto em prevenção às doenças transmitidas por vetores e zoonoses.	SMS Ministério da Saúde (Funasa)	Recurso Municipal; Recurso Federal;

X – AÇÕES NAS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Cadastro de crianças de 0 a 5 anos, gestantes e idosos desnutridos ou em risco nutricional.	- Distribuição de leite ; - Acompanhamento de desenvolvimento das pessoas atendidas; - Orientações pela equipe de saúde, quanto a higiene, alimentação, etc...	SMS	Recursos Municipal

XI – ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES A0 HOSPITAL DE OLHOS

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Proporcionar à pessoas carentes consultas e procedimentos oftalmológicos,	-Agendamento de consultas junto ao Hospital de Olhos; - Efetuar transporte dos pacientes;	SMS	Recurso Municipal

XII- MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS E PATOLÓGICAS

ESTRATEGIAS	AÇOES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Manutenção de convênio para proporcionar gratuidade no atendimento à pacientes do Sistema Único de Saúde;	- Compra de exames laboratorials	SMS	Recurso Municipal Recurso Estadual Recurso Federal

XIII- MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO AMLINORTE

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Manutenção de convênio para proporcionar gratuidade no atendimento à pacientes do Sistema Único de Saúde;	- Compra de serviços de consultas, exames básicos e de média complexidade e serviços de cirurgias nas diversas áreas de especialidades.	SMS	Recurso Municipal

XIV - MANUTENÇÃO DE OUTROS CONVÊNIOS PARA CONSULTAS E EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Realização de exames	- Agendamento de exames; - Transporte de pacientes junto às clínicas;	SMS	Recurso Municipal; Recurso Estadual;I

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 666
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 158
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

XV – SAÚDE DO TRABALHADOR

ESTRATEGIAS	AÇOES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Identificação e orientação de possíveis doenças do trabalho rural e urbano, e utilização correta dos agrotóxicos	- Identificação de casos de doenças relacionadas ao trabalho; - Orientação quanto a prevenção de doenças do trabalho; - Tabulação de dados e informação de casos. - Encaminhamento à referência regional em Porto Alegre.	SMS	Recurso Municipal Recurso Estadual

XVI– SAÚDE MENTAL

ESTRATEGIAS	AÇOES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Identificação de pacientes portadores de doenças mentais; - Proporcionar um melhor estado de saúde físico/mental de pacientes, colocando-os de volta ao convívio social.	- Cadastramento de pessoas portadoras de doenças mentais; - Levantamento de medicamentos usados; - Fornecimento de medicamentos; - Encaminhamento de pacientes para participação nos grupos de pessoas portadoras de doenças mentais junto ao Caps de Torres; - Acompanhamento por profissional em psicologia e assistente social. - Encaminhamento de pacientes para avaliações e tratamento Conveniado com CAPS de Torres;	SMS	Recurso Municipal Recurso Federal; Recurso Estadual.

XVII – DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DA SAÚDE

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Proporcionar aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde condições para qualificação e especialização profissional, bem como divulgação das ações realizadas na SMS.	- Oportunizar a participação de funcionários em cursos de formação ou especialização em saúde pública; - Reuniões periódicas para avaliação das ações realizadas na secretaria;	SMS	Recurso Municipal

XVIII – PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA

ESTRATEGIAS	AÇOES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Proporcionar à população o fornecimento dos medicamentos constantes do elenco de medicamentos da farmácia básica e de acordo com o Plano Municipal de Assistência Farmacêutica Básica.	- Identificação de usuários de medicamentos controlados; - Formulação de um plano de assistência farmacêutica básica; - Distribuição gratuita de medicamentos, sob prescrição médica/odontológica; - Realização de compra programada de medicamentos.	SMS	Recursos Municipal; Recurso Estadual; Recurso Federal.

XVIX – ATENÇÃO A PACIENTES OSTOMIZADOS

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Reduzir os danos e melhorar a qualidade de vida as pessoas ostomizadas através da aplicação de Bota de Unna pela equipe de enfermagem com supervisão direta de médico clínico geral.	- Identificação dos pacientes a serem trabalhados. - Colocação das Botas de Unna mediante capacitação da equipe para esta atividade. - Preparação do material a ser utilizado para confecção das Botas de Unna. - Supervisão direta de Enfermeira responsável. - Supervisão direta de Médico Clínico Geral. - Avaliação a cada troca para melhoria ou não do tratamento. - Documentar os avanços do tratamento com registro de fotos para acompanhamento dos resultados. - Contabilização dos dados para Relatório de Gestão. - Avaliação final do tratamento do paciente. - Encaminhamento do paciente à serviço especializado, caso necessite, pós- tratamento.	SMS	Recurso Municipal; Recurso Federal.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 667
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 159
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

XX – CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Conscientização da população quanto a prevenção de doenças.	- Realização com a equipe de saúde junto as comunidade do interior e sede do município reuniões para divulgação de saúde preventiva; - Distribuição de material sobre prevenção das mais diversificadas doenças; - Confecção de material explicativo sobre as doenças mais conhecidas, porém perigosas.	SMS	Recurso Municipal; Recurso Federal Recurso Estadual

XXI - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA/AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Manutenção dos Serviços coberto pelos ACS e do PSF.	- Contratação de profissionais; - Monitoramento do mapeamento das áreaa que são atendidas pelo PSF/ACS; - Aquisição de veículo; - Aquisição de equipamentos; - Aquisição de material diverso.	SMS	Recurso Municipal Recurso Federal Recurso Estadual

XXII – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
É desenvolvido conforme calendário do Ministério da Saúde, em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde procurando atingir as metas	- notificação; - investigação; - diagnóstico laboratorial de confirmação de casos de doença de notificação compulsória; - imunizações - vacinação de rotina - vacinação de campanha; - monitorização de agravos de relevância epidemiológica	SMS	Recurso Municipal Recurso Federal Recurso Estadual
propostas e pactuadas conforme as PPIs. As doenças de notificação compulsória são investigadas e notificadas conforme programas pré estabelecidos. Ações essas realizadas por médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem junto às Unidades Sanitárias.	- divulgação de informações epidemiológicas - alimentação e manutenção de sistema de informação SIM, SINASC, SINAN, SI-API, SI-EAPV, SISMAL.		

XXIII – QUALIFICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
Promoção da qualificação dos Conselheiros Municipais de saúde.	- Oportunizar apoio administrativo para o funcionamento do Conselho Municipal de saúde; - Capacitar conselheiros de saúde; - Realização de apoio administrativo para funcionamento do Conselho Municipal de Saúde; - Realização e participação em conferências.	SMS	Recurso Municipal Recurso Estadual

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 668
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 160
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

XXIV – ATENÇÃO À PACIENTES COM DOENÇAS RESPIRATÓRIAS

ESTRATEGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- orientações quanto à prevenção, uso de medicamentos e cuidados gerais á pacientes com problemas respiratórios com uso direto de medicação ou não. - Formação de grupo específico para verificação e acompanhamento da medicação, troca, redução e avaliação pulmonar dos pacientes.	- Formação de grupo de saúde específico para acompanhamento dos pacientes com problemas respiratórios. - Realização de reuniões mensais para entrega da medicação, avaliação do tratamento e dicas de saúde com a equipe de Enfermagem. - Confecção de material educativo sobre doenças respiratórias.	SMS	Recurso Municipal;

XXV– OUTROS PROGRAMAS PREVENTIVOS A SEREM IMPLEMENTADOS A PARTIR DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO POPULACIONAL E REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

ESTRATEGIAS	AÇÕES	EXECUÇÃO	RECURSOS FINANCEIROS
- Organizar novos grupos de saúde, a partir de uma análise profunda das mudanças do perfil epidemiológico da população e, a partir de estudo das doenças que mais causam internações hospitalares, a fim de promover a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população.	- Formação de novos grupos de saúde. - Atividades de prevenção a doenças. - Realização de eventos como campanhas, feiras de saúde, palestras, conferências, seminários, encontros regionais, semanas de saúde, a fim de ampliar a discussão junto com a população para a busca permanente da qualidade de vida da população. - Confecção de material educativo sobre saúde curativa e preventiva.	SMS	Recurso Municipal Recurso Federal Recurso Estadual

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 669
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 161
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº. 11.445/2007, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2007/11445.htm>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRASIL. *Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010***.** Regulamenta a Lei Federal nº 11.445/07.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para a elaboração de planos municipais de saneamento básico**, Ministério das Cidades. – Brasília: MCidades, 2006. 2ª Edição 2009. p. 115.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Resolução Recomendada n° 75, de 02 de julho de 2009.* Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Inspeção sanitária em abastecimento de água** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, **2006**. 84 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. *Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico*. Ministério das Cidades, Programa de Modernização do Setor Saneamento. Brasília: 2009. 1ª edição 265p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Organização Pan-Americana da Saúde. **Política e plano de saneamento ambiental: experiências e recomendações**. Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério das Cidades, Programa de Modernização do Setor Saneamento. Brasília: OPAS, 2009. 2ª edição. 148 p.: il.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância e Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano**. Ministério da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 212 p.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de Procedimentos de Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada à Qualidade da água para Consumo Humano**. Ministério da Saúde - Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 284 p.

IBGE, **Censo Demográfico**, **2010.** Disponível em:< www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 out 2012.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 670
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 162
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PREFEITURA MUNICIPAL E ULBRA. **Plano Ambiental Municipal**. Prefeitura Municipal de Três Forquilhas. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Três Forquilhas.

PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano Diretor Municipal**. Prefeitura Municipal de Três Forquilhas. Três Forquilhas, 2006.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **2009**. Disponível em: <www.snis.gov.br>. Acesso em: 20 out 2012.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

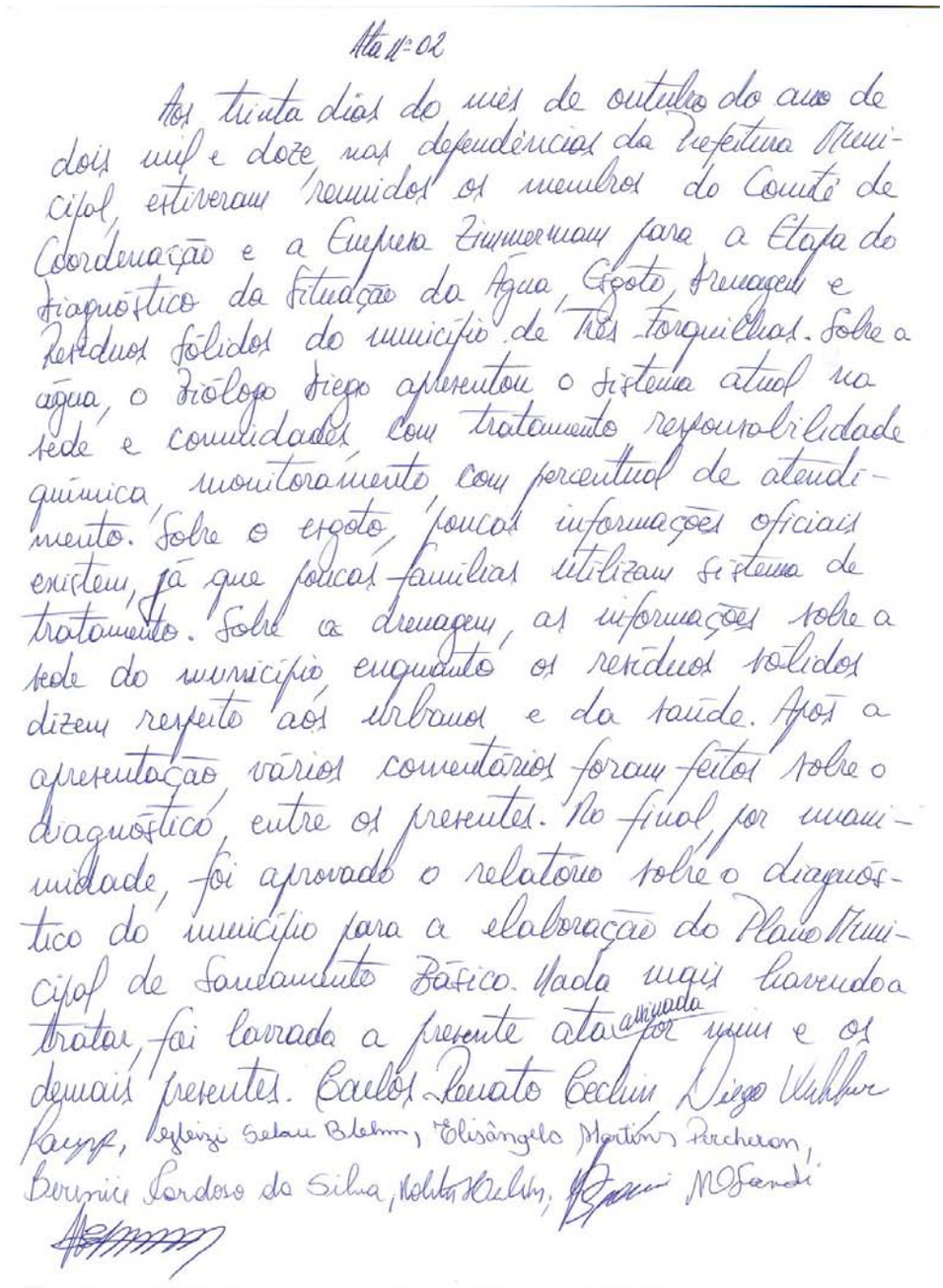
Página 671
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 163
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

12. ANEXOS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 672
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 164
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

12.1 ATA REUNIÃO



Ata nº 02

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze nas dependências da Prefeitura Municipal estiveram reunidos os membros do Comitê de Coordenação e a Empresa Zimmermann para a Etapa do diagnóstico da situação da Água, Esgoto, Drenagem e Resíduos Sólidos do município de Três Forquilhas. Sobre a água, o Biólogo Diego apresentou o sistema atual na sede e comunidades com tratamento responsabilidade química, monitoramento com percentual de atendimento. Sobre o esgoto, poucas informações oficiais existem, já que poucas famílias utilizam sistema de tratamento. Sobre a drenagem, as informações sobre a sede do município enquadro os resíduos sólidos dizem respeito aos urbanos e da saúde. Após a apresentação vários comentários foram feitos sobre o diagnóstico, entre os presentes. No final, por unanimidade, foi aprovado o relatório sobre o diagnóstico do município para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata assinada por mim e os demais presentes. Carlos Renato Cechin Diego Wahlbrink, Helena Selau Blehm, Elisângela Martins Prechaon, Berenice Cardoso da Silva, Roberto Kelly, M Sandi

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 673
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 165
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

12.2 FOTOS



Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página
674
Processo
01070-0200/22-0
Página da peça
166
Peça
5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FORQUILHAS

RELATORIO FINAL



CONTRATO N° 28/12
ZIMMERMAN
SOLUÇÕES AMBIENTAIS
DEZ 2012

VOLUME 3 – PROGNÓSTICOS, PROGRAMAS E AÇÕES

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 675
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 167
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS

Prefeito Municipal: Paulino da Silva Azevedo

Vice-prefeito: Leôncio Justin Teixeira

Secretario da Administração e Fazenda: Jarbas Jacoby Brehm

Secretário da Educação, Cultura e Desporto: Celga Knevitz Klippel

Secretário de Obras, Viação e Trânsito: Jailson Konig da Silva

Secretário de Saúde: Marcia Engel Sparremberger

Secretaria da Assistência Social: Alessandra Guimarrães dos Santos

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio: Luciano Bobsin

Secretaria do Planejamento: Maria Olita Sandi

Secretaria do Meio Ambiente: Jailson Konig da Silva

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 676
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 168
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TRÊS FORQUILHAS

EQUIPE ZIMMERMAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS

Diego Webber Raupp - Biólogo

Felipe H. Feltes- Arquiteto e Urbanista

Valéria Goebel – Acadêmica de Arquitetura

Cristhiane Zimmerman Ribeiro- Quimica

Marcos Venicios Evaldt- Engenheiro Agronômo

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 677
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 169
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TRÊS FORQUILHAS

COMITÊ DE COORDENAÇÃO

I – Secretaria Municipal da Administração, Coordenação e Planejamento: Márcia Jozeâne Brehm Mesquita

II – Secretaria Municipal da Agricultura: Luciano Bobsin

III – Secretaria Municipal da Saúde: Márcia Engel Sparremberger

IV – Secretaria Municipal de Planejamento: Maria Olita sandi

V – Secretaria Municipal de Fazenda: Jarbas Jacoby Brehm

VI – Secretaria Municipal do Meio Ambiente: Carlos Renato Cechin

VII – Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Dilsoni Barros de Souza

VIII – Departamento Municipal de Água: Berenice Cardoso da Silva

IX – Representante do GAUD: Elisângela Martins Percheron

X – EMATER: Monique Medeiros

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 678
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 170
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Sumário

APRESENTAÇÃO 8

1. PROGNÓSTICO DAS NECESSIDADES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMETO DE ÁGUA 9

1.1 DIRETRIZES 9
1.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL 10
1.2.1 CONCEITUAÇÃO DE META 12
1.3 MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA 13
1.4 PROJEÇÕES DE DEMANDAS 14
1.4.1 DEFINIÇÃO DA COBERTURA DO ABASTECIMENTO E DO PER CAPITA DA POPULAÇÃO URBANA 14
1.5 IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES 15
1.5.1 MANANCIAL SUBTERRÂNEO 15
1.5.2 CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA 16
1.5.3 RESERVAÇÃO 16
1.5.4 REDE DE DISTRIBUIÇÃO E LIGAÇÕES 17
1.6 FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA 17
1.6.1 QUALIDADE DA ÁGUA – IQA 17
1.6.2 CONTINUIDADE DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA – ICA 19
1.6.3 PERDAS NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO – IPD 21
1.7 ANÁLISE DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA 22
1.8 PROGRAMAS PROPOSTOS 22
1.8.1 PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS 23
1.8.2 PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS 23
1.8.3 PROJETOS DE GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO 24
1.8.4 PROJETO DE REVISÃO COMERCIAL 24
1.9 RESUMO E CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO 24

2 PROGNÓSTICOS DAS NECESSIDADES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 25

2.1 DIRETRIZES 25

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 679
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 171
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

2.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL 27
2.3 MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS 28
2.4 METAS PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 28
2.4.1 UNIVERSALIZAÇÃO DA COBERTURA DOS SERVIÇOS DE ESGOTO 29
2.4.3 EFICIÊNCIA DO TRATAMENTO DE ESGOTO 30
2.4.4 CONSUMO “PER CAPITA” MEDIDO 31
2.5 ESTUDO TÉCNICO-ECONÔMICO DE ALTERNATIVAS 32
2.5.3 CRITÉRIOS HIDRÁULICOS E DE PROCESSO 33
2.5.4 ALTERNATIVA ESCOLHIDA PARA A ETE 38
2.6 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONOMICO- FINANCEIRA 39
2.7 SOLUÇOES PROVISÓRIAS DE TRATAMENTO DOS ESGOTOS 39
2.8 IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES PARA AS ÁREAS ATENDIDAS PELOS SISTEMAS ALTERNATIVOS 39
2.9 RESUMO E CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO 40
3. PROGNÓSTICO DAS NECESSIDADES DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 40
3.1 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES 41
3.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL 43
3.3 METAS PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES 43
3.3.1 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES 44
3.3.2 PER CAPITA DOS RESÍDUOS DOMICILIARES 44
3.3.3 QUALIDADE DA COLETA DOS RESÍDUOS DOMICILIARES 44
3.3.4 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA 46
3.4 PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES PARA A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES. 46
3.4.1 ESTUDO GRAVIMÉTRICO 46
3.4.2 ADEQUAÇÃO DO MODELO DE COLETA DOMICILIAR SELETIVA ADOTADA 47
3.5 METAS PARA OS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 49
3.5.1 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO 49
3.5.2 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA OS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. 50
3.5.3 COLETA DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 50
3.5.4 PLANO DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE 50
3.5.5 GERENCIAMENTO DOS RSS 51

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 680
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 172
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

3.6 METAS PARA OS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL 53
3.6.1 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO 53
3.6.2 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA OS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL..... 53
3.7 METAS REFERENTES AOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA 54
3.7.1 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS..... 54
3.8 COLETA, DESTINO E DISPOSIÇÃO FINAL. 54
3.9 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA A GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA. 55
3.9.1 ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA 55
3.9.2 MANUTENÇÃO DAS LIXEIRAS INSTALADAS..... 55
3.9.3 LOCAIS CRÍTICOS DE LIMPEZA URBANA 56
3.10 OUTROS PROGRAMAS / PROJETOS 56
3.10.1 COLETA DE ÓLEO DE COZINHA 56
3.10.2 PILHAS, BATERIAS, LÂMPADAS FLUORESCENTES, PNEUS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, PRODUTOS ELETRONICOS E EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS..... 56
3.11 RESUMO E CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO 56
4. PROGNÓSTICO PARA DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS . 57
4.1 DIRETRIZES 57
4.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL..... 58
4.3 PLANO DE METAS..... 59
4.3.1 MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS..... 60
4.3.2 LANÇAMENTOS DE ESGOTO NO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA..... 60
4.3.3 MICRODRENAGEM 61
4.4 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES. 63
4.4.1 ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA ATENDIMENTO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA 63
4.4.2 ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO DO SISTEMA DE MICRODRENAGEM..... 64
4.4.3 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA 65
4.4.4 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 66
4.4.5 PROJETOS DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS ... 67
4.5 RESUMO E CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO 73
5. ANEXOS..... 75
5.1 ATA REUNIÃO 76
5.2 FOTOS DA REUNIÃO 77

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 681
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 173
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

INDICE DE QUADROS

QUADRO 01 – IQA 20
QUADRO 2.....21
QUADRO 3 23
QUADRO 4.....24
QUADRO 5 27
QUADRO 6.....42
QUADRO 7.....59
QUADRO 8.....76

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 682
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 174
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

APRESENTAÇÃO

O presente documento consiste no relatório do Prognóstico, Programas e Ações, Volume 3 do Relatorio Final do Plano Municipal de Saneamento Básico de Três Forquilhas, relativo ao Contrato 28/2012, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Três Forquilhas e a Empresa ZIMMERMANN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Apartir dos dados obtidos durante os trabalhos de Diagnóstico da situação atual, foram elaborados os prognósticos e programas para sanar os deficits e problemas existentes e qualificar os serviços de saneamento básico do Municipio de Três Forquilhas.

As informações foram consolidadas em um único volume composto de texto, fotos, desenhos dos prognósticos, metas, programas e ações.

O Volume está estruturado em quatro capítulos, com os seguintes títulos:

1. PROGNÓSTICO DAS NECESSIDADES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMETO DE ÁGUA;
2. PROGNÓSTICO DAS NECESSIDADES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO;
3. PROGNÓSTICOS DAS NECESSIDADES PARA O SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS;
4. PROGNÓSTICOS DAS NECESSIDADES PARA O SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 683
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 175
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

1. PROGNÓSTICO DAS NECESSIDADES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMETO DE ÁGUA

1.1 DIRETRIZES

Os Sistemas de Abastecimento de Água e Gestão de Serviços só poderão ser considerados como eficazes e eficientes se atenderem aos seus usuários e serem autossuficientes financeiramente, com o concomitante atendimento das seguintes:

Diretrizes:

- Que ocorra a universalização dos serviços;
- Que o usuário é a razão de ser da empresa, independentemente da mesma ser pública ou concessionada através de contrato de programa ou para a iniciativa privada;
- Que a prestação de serviços originados atenda as expectativas dos usuários em termos de prazos de atendimento e qualidade do serviço prestado;
- Que a empresa atue com isonomia na prestação de serviços a seus clientes;
- Que a qualidade da água esteja, a qualquer tempo, dentro dos padrões de potabilidade, no mínimo, atendendo aos dispositivos legais da Portaria 518 do Ministério da Saúde ou aqueles que venham a ser fixados pela administração do sistema;
- Que a qualidade da água tratada esteja, a qualquer tempo, de acordo com a Resolução CONAMA N° 357 de 17 de Março de 2005 que *"dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes";* a Resolução CONAMA N° 375 de 29 de Agosto de 2006 que *"define critérios e procedimentos para o uso agrícola de lodos gerados em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados" e a Resolução CONAMA N° 430 de 13 de maio de 2011 que dispõe sobre condições, parâmetros, padrões e diretrizes para a gestão do lançamento de efluentes em corpos de água receptores, alterando parcialmente e complementando a Resolução CONAMA 357/2005;*
- Que ocorram regularidade e continuidade na prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários; no caso do abastecimento de

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 684
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 176
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

água, no que se refere à quantidade e pressão dentro dos padrões estabelecidos pela ABNT;

- Que o custo do m³ cobrado de água produzido e distribuído e da coleta e tratamento de esgoto seja justo e que possa ser absorvido pela população, mesmo aquela de baixa renda, sem causar desequilíbrio financeiro domiciliar e sem, contudo, inviabilizar os planos de investimentos necessários;
- Que a grade tarifária a ser aplicada privilegie os usuários que pratiquem a economicidade no consumo de água;
- Que a operação do sistema seja adequada, no que se refere à medição correta de consumos e respectivos pagamentos;
- Que a relação preço/qualidade dos serviços prestados esteja de acordo e que a busca pela diminuição de perdas físicas, de energia e outras seja permanente;
- Que os serviços de manutenção preventivo-preditiva tenham prevalência em relação aos corretivos;
- Que seja aplicada a tecnologia mais avançada, adequada às suas operações;
- Que seja buscado permanentemente prover soluções eficientes ao cliente;
- Que sejam previstas nos projetos de implantação das obras, condições de minimizar as interferências com a segurança e tráfego de pessoas e veículos;
- Que esteja disponibilizado um bom sistema de geração de informações e que os dados que venham a alimentar as variáveis dos indicadores sejam verídicos e obtidos da boa técnica;
- Que os indicadores selecionados permitam ações oportunas de correção da operação dos serviços;
- Que seja viabilizado o desenvolvimento técnico e pessoal dos profissionais envolvidos nos trabalhos, de forma a possibilitar a estes uma busca contínua da melhoria do seu desempenho.

1.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Para que as diretrizes fixadas sejam atendidas, é necessário o estabelecimento pelo titular dos serviços de água do Município de Três Forquilhas, de articulações e integração

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 685
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 177
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

das políticas visando à integralidade das ações e programas a serem cumpridas pela Operadora destes serviços. Para tanto, cabe a Administração Municipal:

Obrigações

As principais **Obrigações** da Administração Municipal a serem atendidas são:

- Deverá constituir ou delegar a competente regulação dos serviços, conforme previsto em lei;
- A Administração Municipal ou a quem a mesma delegar a operação dos sistemas deverá desenvolver um sistema de indicadores, o qual deverá ser utilizado para acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas;
- A entidade reguladora dos serviços deverá acompanhar a evolução das metas, utilizando o sistema de indicadores desenvolvido, atuando sempre que ocorrerem distorções, garantindo o fiel cumprimento das metas fixadas, sejam elas quantitativas e/ou qualitativas;
- A Administração Municipal ou a quem a mesma delegar a operação dos sistemas deverá obter todas as licenças ambientais para execução de obras e operação dos serviços nos sistemas de abastecimento de água, tendo em vista que diversas dessas obras são passíveis de licenciamento ambiental nos termos de legislação específica (Lei Federal nº 6.938/1988, Decreto Federal nº 99.274/1990 e Resoluções CONAMA nºs 5/1988, 237/1997 e 377/2006);
- A Administração Municipal ou a quem a mesma delegar a operação dos sistemas deverá ser responsável pelos custos de expansão da rede de distribuição e respectivas ligações domiciliares – água e esgoto, quando se tratar de um Plano de Obras;
- A Administração Municipal ou a quem a mesma delegar a operação dos sistemas deverá ser responsável pelos custos de expansão da rede de distribuição e respectivas ligações domiciliares decorrente do crescimento vegetativo, sempre que a relação metro por ligação for igual ou inferior a 15 m/ligação; nos casos em que essa relação for superior a diferença do custo desses serviços deverá ser rateada proporcionalmente entre os interessados e a Operadora;
- A Administração Municipal deverá garantir que as obras e serviços venham a ser executados atendendo todas as legislações referentes à segurança do trabalho;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 686
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 178
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Desenvolver, ou a quem delegar a operação dos serviços, um sistema de indicadores, o qual deverá ser utilizado para o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas;
- Dar os subsídios necessários para que a entidade reguladora dos serviços possa acompanhar de forma eficaz a evolução das metas, utilizando o sistema de indicadores desenvolvido. Caberá a entidade reguladora dos serviços atuarem de forma firme, sempre que ocorrerem distorções, garantindo o fiel cumprimento das metas fixadas, sejam elas quantitativas e/ou qualitativas;
- Obter, ou a quem a mesma delegar a operação dos serviços de esgoto, as licenças ambientais, tanto para a execução de obras (LAI), como para a própria operação dos serviços (LAO). Isto se deve em função da necessidade de licenciamento ambiental nos termos da legislação específica vigente (Lei Federal No 6.938/1988, Decreto Federal No 99.274/1990 e Resoluções CONAMA No 005/1988, No 237/1997 e No 377/2006);
- Implantar, ou a quem a mesma delegar a operação dos serviços de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto, um sistema de qualidade envolvendo todas as etapas dos processos.

1.2.1 CONCEITUAÇÃO DE META

Para fim do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB entende-se como **Meta** alcançar um objetivo físico determinado num intervalo de tempo devidamente definido.

O PMSB tem como princípio básico o atendimento das metas a serem fixadas, sendo que as ações previstas são meios decorrentes da necessidade de atendimento das mesmas.

Essas metas deverão ser aferidas quanto à viabilidade de implantação durante o estudo econômico de sustentabilidade do Plano. No caso das ações propostas para atendimento das metas não gerar viabilidade econômica, as metas e consequentes ações deverão ser revistas, adequando as variáveis a uma nova realidade de projeção de implantação e/ou de cobertura.

As metas fixadas referentes aos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de gestão dos serviços serão apresentadas a seguir, sendo esses parâmetros de

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 687
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 179
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

fundamental importância no PMSB, uma vez que é através deles que se acompanhará a materialização das ações e fundamentalmente o atendimento das premissas adotadas.

Concomitantemente à apresentação de cada meta fixada, faz-se também, para cada um dos sistemas, a indicação da forma de avaliação das mesmas, através da formulação de indicador específico, dessa maneira atende-se ao item da Lei 11.445/07, no que se refere ao cumprimento do art.19, V – "Mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas".

Esses indicadores específicos para acompanhamento das metas fazem parte do conjunto de indicadores a serem propostos e serão complementados por outros de natureza técnica/operacional/administrativo-financeira e estarão apresentados em item específico desse Plano.

Apesar dos trabalhos estarem sendo desenvolvidos em 2012, considerou-se para fim de padronização de datas como Ano um o ano de 2013 e o Ano 2032 como final de Plano (20 anos).

As necessidades futuras dos sistemas foram subdivididas em três grupos: curto prazo, médio prazo e longo prazo.

As ações de curto prazo deverão ser executadas nos 4 (quatro) primeiros anos, as de médio prazo do 5º (quinto) ao 8º (oitavo) ano inclusive, e as de longo prazo a partir do 9º ano.

1.3 MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA

O modelo de gestão existente no município de Três Forqulihas deve continuar o mesmo, ou seja, existe um sistema de administração direta dos seviços, sendo operado pelo Departamento Municipal de Água que administra os serviços, cobrando as taxas adequadas aos custos de operação.

O tratamento da água é executado pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do departamento de vigilância Sanitária Municipal que fiscaliza os poços, onde são analisados os seguintes parâmetros: microbiológicas, cloro, fluor e fisico-quimicas.

A administração dos serviços é realizada pelo Departamento Municipal com cobranças de taxas, que variam de acordo com seus custos operacionais, conforme tabela abaixo.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 688
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 180
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

1.4 PROJEÇÕES DE DEMANDAS

Para identificação das necessidades futuras de ampliação dos componentes do sistema serão utilizados dados anteriores apresentados no levantamento e diagnóstico da situação atual, das evoluções ao longo do período do estudo, da população, do percentual de cobertura fixado e do índice de perda, sendo necessário ainda definir o per capita e os parâmetros normatizados.

1.4.1 DEFINIÇÃO DA COBERTURA DO ABASTECIMENTO E DO PER CAPITA DA POPULAÇÃO URBANA

Pelas informações obtidas no diagnóstico, a cobertura do sistema de abastecimento de água é de 73,54%. Logo, este índice precisa aumentar ao longo dos anos, com a busca de investimentos e programas para atender a demanda.

Para a determinação do per capita, a população de 2011 foi extraída do Departamento Municipal de Água de Três Forquilhas, juntamente com os volumes micro medidos (período de dezembro de 2010 até novembro de 2011). Os valores utilizados e o resultado do per capita estão apresentados a seguir:

Volume médio mensal micro medido nos últimos 12 meses – 12.762 m3

Per Capita – 150 l/hab. Dia.

Nesta condição de determinação do per capita já estão incluídos os consumos de todas as categorias, ou seja: residencial, comercial, industrial e pública.

1.4.1.1 PARÂMETROS NORMATIZADOS

Os parâmetros normatizados a serem adotados são os seguintes:

- Reservação: mínimo 1/3 do volume consumido no dia de maior consumo;
- Coeficiente de variação máxima diária - K = 1,2;
- Coeficiente de variação máxima horária - K2 = 1,5.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 689
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 181
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

1.4.1.2 EXTENSÃO DE REDE E QUANTIDADE DE LIGAÇÕES DE ÁGUA

Para determinação da evolução da extensão de rede e das ligações de água na sede do município de Três Forquilhas foram utilizados os seguintes dados:

Quantidade de ligações de água em 2012: 760 lig.;

Quantidade de economias de água em 2012: 760 econ.;

Extensão de rede em 2012, informação obtida com a DMA: 25455 m.

Utilizando esses dados calcularam-se os seguintes índices associados à evolução populacional:

Quantidade habitante por ligação – 3,83hab/lig.

Extensão de rede por ligação – 33,49 m/lig.

Densidade de economias por ligação – 1 economias/ligação.

1.5 IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES

As ações propostas apresentadas foram desenvolvidas atendendo obrigatoriamente às Diretrizes, às Obrigações e ao Plano de Metas fixado, bem como às projeções dos principais componentes do DMA.

As necessidades do sistema de abastecimento de água do município de Três Forquilhas envolvem: ação de melhorias para se obtiver uma melhor eficiência das unidades operacionais e ampliações para atender a deficiência existente atualmente e a evolução da demanda de água da população e engloba mananciais, captação e adução de água bruta, estação de tratamento de água – ETA, adução de água tratada, reservação, rede de distribuição, macromedição, micromedição, controle de perdas e controle operacional monitorado em tempo real deste sistema.

1.5.1 MANANCIAL SUBTERRÂNEO

Entre as primeiras ações a serem tomadas pela operadora do sistema, merece destaque a necessidade de um estudo hidro geológico que verifique se o manancial

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 690
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 182
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

subterrâneo tem capacidade de suprir a demanda de água do município para todo o período de planejamento.

Dentro do aspecto legal a outorga junto ao órgão competente para a exploração do manancial subterrâneo utilizado é de suma importância. Como a atual operadora não possui tal documento dos poços explorados para o abastecimento da rede de distribuição, cabe à obtenção da mesma visando à regularização junto ao órgão fiscalizador.

Quanto às ações de proteção deste manancial objetivando a preservação de sua potencialidade de exploração de volume para o abastecimento público propõe-se:

- Realização de ensaios de medições de vazão explorada, níveis estático e dinâmico para obter o tempo de recuperação do nível estático, evitando a degradação do poço através da exploração de vazão exagerada;
- Monitoramento constante do selo sanitário da boca do poço e da base de concreto para evitar a poluição do aquífero;
- Realização periódica de ensaios de potabilidade em todos os poços subterrâneos explorados para garantir a qualidade do abastecimento da população;

Essas atividades serão consideradas como rotina operacional, estando prevista no custo de exploração, ou seja, no custo de manutenção do DMA.

1.5.2 CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA

Para suprir a demanda existente e até o final do planejamento será necessário implantar novos poços. Há também a necessidade de implantação de macro medidora em todos os poços, objetivando um controle em tempo real e com maior exatidão do volume de água distribuído.

1.5.3 RESERVAÇÃO

A reservação atual é de 300.000l, no entanto, a demanda atual é de 12.762l, ou seja, uma sobra de 287238l. Com a adoção dos programas estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento Básico, estima-se uma redução constante do índice de perdas e consequentemente diminuirá a necessidade de reservação no curto e médio prazo.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 691
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 183
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

1.5.4 REDE DE DISTRIBUIÇÃO E LIGAÇÕES

As redes de distribuição da zona rural e urbana deverão ser ampliadas para sanar o déficit existente atualmente e atender ao crescimento vegetativo. Estas ampliações deverão ser executadas pela Administração municipal na zona rural com a captação de recursos junto aos governos federal e estadual.

1.6 FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA

1.6.1 QUALIDADE DA ÁGUA – IQA

O sistema de abastecimento de água, em condições normais de funcionamento, deverá assegurar o fornecimento de água demandada pelas ligações do sistema, garantido o padrão de potabilidade estabelecido pelos órgãos competentes.

A qualidade da água distribuída, por sistema produtor, será medida pelo Índice de Qualidade da Água – IQA; em sua definição serão considerados os parâmetros de avaliação da qualidade mais importantes, cujo bom desempenho depende não apenas da qualidade intrínseca dos mananciais, mas, fundamentalmente, de uma operação correta, tanto do sistema produtor quanto do sistema de distribuição de água.

O índice deverá ser calculado mensalmente a partir de princípios estatísticos que privilegiam a regularidade da qualidade da água distribuída, sendo o valor final do índice pouco afetado por resultados que apresentem pequenos desvios em relação aos limites fixados.

O IQA será calculado com base no resultado das análises laboratoriais das amostras de água coletada na rede de distribuição, segundo um programa de coleta que atenda a legislação vigente e seja representativa para o cálculo estatístico.

Para garantir a representatividade, a frequência de amostragem do parâmetro colimetria, fixado pelos órgãos competentes, deverá também ser adotado para os demais parâmetros que compõem o índice.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 692
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 184
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

A frequência de apuração do IQA será mensal, utilizando os resultados das análises efetuadas nos últimos 03 meses. Para apuração do IQA, o sistema de controle da qualidade da água deverá incluir um sistema de coleta de amostras e de execução das análises laboratoriais que permitam o levantamento dos dados necessários além de atender a legislação vigente.

O IQA é calculado como a média ponderada das probabilidades de atendimento da condição exigida de cada um dos parâmetros constantes do Quadro 01, considerados os respectivos pesos:

QUADRO 01 – IQA

Parâmetro	**Símbolo**	**Condição exigida**	**Peso**
Turbidez	**TB**	Menor que 1,0 U.T. (unidade de TB turbidez).	**0,2**
Cloro residual livre	**CRL**	Maior que 0,2 (dois décimos) e menor que um valor limite a ser fixado de acordo com as condições do sistema	**0,25**
Ph	**PH**	Maior que 6,5 (seis e meio) e menor que 8,5 (oito e meio)	**0,1**
Fluoreto	**FLR**	Maior que 0,7 (sete décimos) e menor que 0,9 (nove décimos) mg/L (miligramas por litro)	**0,15**
Bacteriologia	**BAC**	Menor que 1,0 (uma) UFC/100 Ml (unidade formadora de colônia por cem mililitros)	**0,3**

A probabilidade de atendimento de cada um dos parâmetros da tabela será obtida através da teoria da distribuição normal ou de Gauss; no caso da bacteriologia, será utilizada

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 693
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 185
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

a frequência relativa entre o número de amostras potáveis e o número de amostras analisadas.

Determinada a probabilidade de atendimento para cada parâmetro, o IQA será obtido através da seguinte expressão:

IQA=0,20 x P(TB) + 0,25 x P(CRL) + 0,10 x P(pH) + 0,15 x P(FLR) + 0,30 x P(BAC)

Onde:

P(TB) – probabilidade de que seja atendida a condição exigida para a turbidez;

P(CRL) – probabilidade de que seja atendida a condição para o cloro residual;

P(pH) – probabilidade de que seja atendida a condição exigida para o pH;

P(FLR) – probabilidade de que seja atendida a condição exigida para os fluoretos;

P(BAC) – probabilidade de que seja atendida a condição para a bacteriologia.

A apuração mensal do IQA não isentará o prestador do serviço de abastecimento de água de suas responsabilidades perante outros órgãos fiscalizadores e perante a legislação vigente, sendo a qualidade de água distribuída no sistema calculado de acordo com a média dos valores do IQA verificados nos últimos 12 meses.

Para efeito de cumprimento da evolução da meta em relação ao IQA, a água produzida ser considerada adequada se, a média dos IQA's apurados nos últimos 12 meses atender os valores especificados no Quadro 2.

QUADRO 2

Ano	**Meta do IQA (%)**
1	Medição inicial
2	Incremento necessário para atingir 90%, se inferior a este percentual.
3	Incremento de 4% ao ano, até atingir e manter, no mínimo, 98%.

1.6.2 CONTINUIDADE DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA – ICA

Para verificar o atendimento da meta referente a esse item, utilizar-se-á o Índice de Continuidade do Abastecimento – ICA.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 694
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 186
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Este índice estabelecerá um parâmetro objetivo de análise para verificação do nível de prestação do serviço, no que se refere à continuidade do fornecimento de água aos usuários, sendo estabelecido de modo a garantir as expectativas dos usuários quanto ao nível de disponibilização de água em seu imóvel e consequentemente, o percentual de falhas por eles aceito.

Consiste na quantificação do tempo em que o abastecimento pode ser considerado normal, comparado ao tempo total de apuração do índice, que será apurado mensalmente.

Para apuração do valor do ICA deverá ser registrado continuamente o nível de água em todos os reservatórios em operação no sistema, e registrados continuamente as pressões em pontos da rede de distribuição, devendo a seleção dos pontos ser representativa e abranger todos os setores de abastecimento e ser instalado pelo menos um registrador de pressão para cada 10.000 ligações.

O ICA será calculado através da seguinte expressão:

ICA = [(Σ TPMB + Σ TNMM) X 100] / (NPM X TTA)

Onde:

ICA – índice de continuidade do abastecimento de água, em porcentagem (%);

TTA – tempo total da apuração, que é o tempo total, em horas, decorrido entre o início e o término do período de apuração;

TPMB – tempo com pressão maior que 10 (dez) mca. É o tempo total, medido em horas, dentro do período de apuração, durante o qual um determinado registrador de pressão registrou valores iguais ou maiores que 10 (dez) mca;

TNMM – tempo com nível maior que o mínimo. É o tempo total, medido em horas, dentro do período de apuração, durante o qual um determinado reservatório permaneceu com o nível de água em cota superior ao nível mínimo da operação normal;

NPM – número de pontos de medida, que é o número total dos pontos de medida utilizados no período de apuração, assim entendidos os pontos de medição de nível de reservatórios e os de medição de pressão na rede de distribuição.

Na determinação do ICA não deverão ser considerados registros de pressões ou níveis de reservatórios abaixo dos valores mínimos estabelecidos, no caso de ocorrências programadas e devidamente comunicadas à população, bem como no caso de ocorrências decorrentes de eventos além da capacidade de previsão e gerenciamento do prestador, tais como inundações, incêndios, precipitações pluviométricas anormais, interrupção do

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 695
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 187
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

fornecimento de energia elétrica, greves em setores essenciais ao serviço e outros eventos semelhantes, que venham a causar danos de grande monta às unidades operacionais do sistema.

O Quadro 3 mostra os valores do ICA a serem atingidos ao longo do tempo.

QUADRO 3

Ano	**Meta do ICA (%)**
1	Medição inicial
2	Incremento necessário para atingir 90%, se inferior a este percentual.
3	Incremento de 4% ao ano, até atingir e manter, no mínimo, 98%.

1.6.3 PERDAS NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO – IPD

O índice de perdas no sistema de distribuição de água deverá ser determinado e controlado para verificação da eficiência das unidades operacionais do sistema e garantir que o desperdício dos recursos naturais seja o menor possível.

O índice de perdas de água no sistema de distribuição será calculado pela seguinte expressão:

IPD = (VLP – VAM) x 100/VLP

Onde:

IPD – índice de perdas de água no sistema de distribuição em percentagem (%);

VLP – volume total de água potável macro medido e disponibilizado para a rede de distribuição por meio de uma ou mais unidade de produção.

VAM – volume de água fornecido em m³ resultante da leitura dos micros medidores e do volume estimado das ligações que não os possuem. O volume estimado consumido de uma ligação sem hidrômetro será a média do consumo das ligações com hidrômetros de mesma categoria de uso.

As metas de redução do IPD a serem atingidas são as apresentadas no Quadro 4

QUADRO 4

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 696
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 188
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Ano	Meta do IPD (%)
1	Redução de 4%
2 ao 5	Redução de 3% ao ano.
6 em diante	Diminuição de 1% ao ano, até atingir 25%, que será o limite máximo admitido por todo o restante do período de estudo.

1.7 ANÁLISE DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

Conforme as alternativas apresentadas para os sistemas de universalização dos serviços, algumas situações se apresentam na área técnica, econômica e financeira.

O município está permanentemente atento à captação de recursos junto aos órgãos públicos estaduais e federais, visando suprir as necessidades das famílias ainda não beneficiadas pelos sistemas de rede de distribuição de água.

Para tanto, alguns complementos de rede de distribuição se fazem necessários, com investimentos que variam de R$ 45.000,00 a R$ 140.000,00, por comunidade.

Os recursos disponíveis junto aos órgãos estaduais, dependem de projetos técnicos acompanhados de plano de trabalho, orçamento e memorial descritivo, através das Secretarias Estaduais de Obras e Saneamento, Secretaria Estadual de Saúde no Programa PROSAN. Na esfera federal, o Ministério da Saúde, através da FUNASA disponibiliza recursos para o atendimento à área de saneamento.

Desta forma, com recursos estaduais e federais, associados a contrapartida do município com percentuais que variam de 5 a 10% do investimento, serão atingidos os objetivos a curto, médio e longo prazo, na área de saneamento básico, especificamente no abastecimento de água potável a toda a população de Três Forquilhas.

1.8 PROGRAMAS PROPOSTOS

As ações a serem implantadas nas unidades operacionais e programas são:

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 697
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 189
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

1.8.1 PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS

Envolvem ações de limpeza, pintura e roçada de todas as unidades, além da recuperação da estrutura física das unidades.

Dentro do aspecto legal a outorga junto ao órgão competente para a exploração do manancial utilizado é de suma importância, sendo assim o DMA deverá tomar as devidas providências para a obtenção deste documento.

Além disto, deverá ser desenvolvido um programa de padronização dos cavaletes, descobrimento, nivelamento, substituição e instalação de registros e hidrantes, visto que estas ações são extremamente importantes para a operação e manutenção do sistema.

Estes trabalhos deverão ser realizados num curto período de tempo para a melhoria operacional do sistema e auxílio na redução das perdas, já a sequência desses trabalhos estará prevista nas atividades de operação e manutenção do sistema e respectivos custos de exploração.

1.8.2 PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS

As ações do Programa de Redução e Controle de Perdas, além da institucionalização de procedimentos operacionais, envolvem os projetos de Setorização, Macromedição, Micromedição, Controle da Operação e Cadastro Técnico.

Deve ser realizada uma varredura inicial no sistema para a pesquisa de vazamentos não visíveis, posteriormente, estas pesquisas devem ser consideradas como rotina operacional, estando prevista no custo de exploração, ou seja, no custo de manutenção do DMA.

Na Setorização propõe-se a elaboração de estudos e implantação de setorização estanque das áreas de influência dos reservatórios e de Distritos de Medição e Controle – DMC´s, estes para extensões de até 25 km de rede.

Na Macromedição prevê-se a instalação de macro medidor na saída de todos os poços para verificação em tempo real da produção de água para a distribuição, além de macro medidor na entrada dos distritos de medição e controle – DMC's.

Em relação à Micromedição propõe-se a substituição de todos os hidrômetros com idade superior a 7 anos atualmente instalados. Deve ser realizada a instalação de

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 698
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 190
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

hidrômetros nas ligações desprovidas de medição e em todas novas ligações. Assim como nos hidrômetros atualmente instalados, deve ser realizada dos novos hidrômetros sempre que atingirem 7 anos da instalação.

Visando aperfeiçoar o Controle da Operação do sistema propõe-se a elaboração de estudo e implantação de sistema de supervisão, telemetria e telecomando dos conjuntos moto-bomba e válvulas existentes nas principais unidades operacionais.

Em relação ao Cadastro das Unidades Operacionais deverá ser elaborado um projeto específico para o cadastramento em meio digital de todas as unidades localizadas e das unidades lineares existentes.

1.8.3 PROJETOS DE GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Os projetos de gerenciamento dos serviços compreendem as seguintes atividades:

- Elaboração e implantação do Plano de Risco nas unidades operacionais;
- Elaboração e implantação de sistema informatizado de indicadores para gerenciamento e controle interno e de apoio ao gerenciamento por parte da Agência Reguladora;
- Elaboração e implantação do sistema de qualidade;
- Elaboração e implantação de programa de trabalho técnico social (TTS) para atuar junto à população na divulgação do uso racional da água e conscientização sanitária.

1.8.4 PROJETO DE REVISÃO COMERCIAL

O projeto de revisão comercial compreende as seguintes atividades de recadastramento comercial de todos os clientes e implantação da atividade de caça fraude e de identificação de ligações clandestinas.

1.9 RESUMO E CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 699
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 191
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

As obras e serviços previstos nos programas e projetos para os serviços de água do PMSB do Município de Três Forquilhas estão detalhados por etapas, assim caracterizadas:

Etapa 1/Meta Curto Prazo: Ano 1° ao 4º;

Etapa 2/Meta Médio Prazo: Ano 5º ao 8º; e

Etapa 3/Meta Longo Prazo: Ano 9° ao 20º.

O Quadro 5 detalha estas obras e serviços por etapa de implantação do PMSB.

QUADRO 5

AÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO
Elaboração de projeto e captação de recursos para captação subterrânea	X		
Elaboração de projeto e captação de recursos para a ampliação da capacidade de reservação	X		
Elaboração de projeto e captação de recursos para a ampliação da rede de abastecimento	X		
Construção e perfuração e ativação de poços para a captação subterrânea		X	X
Construção e instalação de reservatórios		X	X
Construção de rede de abastecimento		X	X
Substituição de redes com idade superior a 10 anos			X
Programa de recuperação de unidades operacionais		X	
Programa de redução das perdas		X	
Revisão comercial – regularização ligações clandestinas	X		

2 PROGNÓSTICOS DAS NECESSIDADES PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

2.1 DIRETRIZES

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 700
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 192
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Um Sistema de Esgotamento Sanitário só poderá ser considerado como eficaz e eficiente se atender os seus usuários e ser autossuficiente financeiramente, com o concomitante atendimento das seguintes **Diretrizes**:

- Que ocorra a universalização dos serviços;
- Que a qualidade do esgoto tratado esteja, a qualquer tempo, de acordo com a Resolução CONAMA No 357 de 17 de Março de 2005 que *"dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes";* a Resolução CONAMA No 375 de 29 de Agosto de 2006 que *"define critérios e procedimentos para o uso agrícola de lodos gerados em esta estação de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados"; a Resolução CONAMA N_ 430 de 13 de maio de 2011 que dispõe sobre condições, parâmetros, padrões e diretrizes para a gestão do lançamento de efluentes em corpos de água receptores, alterando parcialmente e complementando a Resolução CONAMA 357/2005;* e itens estabelecidos pelas Licenças Ambientais da FEPAM;
- Que ocorram regularidade e continuidade na prestação de serviços de coleta e tratamento;
- Que o usuário é a razão de ser da Operadora, independentemente da mesma ser pública, mista, autarquia ou privada;
- Que a prestação de serviços originados pelos usuários atenda suas expectativas em termos de prazos de atendimento e qualidade do serviço prestado;
- Que o custo do m³ cobrado do esgoto coletado e tratado seja justo e que possa ser absorvido pela população, mesmo aquela de baixa renda, sem causar desequilíbrio financeiro, e de modo a não inviabilizar os planos de investimentos necessários;
- Que a Operadora atue com isonomia na prestação de serviços a seus clientes;
- Que sejam previstas nos projetos de implantação das obras, condições de minimizar as interferências com a segurança e tráfego de pessoas e veículos;
- Que os serviços de manutenção preventivo-preditiva tenham prevalência em relação aos corretivos;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 701
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 193
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Que esteja disponibilizado um bom sistema de geração de informações, e que os dados que venham a alimentar as variáveis dos indicadores sejam verídicos e obtidos da boa técnica;
- Que os indicadores selecionados permitam ações oportunas de correção na operação dos serviços;
- Que seja buscado permanentemente prover soluções eficazes ao cliente;
- Que seja aplicada a tecnologia mais avançada, adequada às suas operações;
- Que seja viabilizado o desenvolvimento técnico e pessoal dos profissionais envolvidos nos trabalhos, de forma a possibilitar a estes uma busca contínua da melhoria do seu desempenho.

2.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Para que as diretrizes fixadas sejam atendidas, é necessário o estabelecimento pelo titular dos serviços de esgoto, o Município de Três Forquilhas, de articulações e integração das políticas visando à integralidade das ações e programas a serem cumpridas pela Operadora destes serviços. Para tanto, cabe a Administração Municipal:

- Constituir ou delegar a competente regulação dos serviços, conforme previsto em lei;
- Desenvolver, ou a quem delegar a operação dos serviços, um sistema de indicadores, o qual deverá ser utilizado para o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Saneamento;
- Dar os subsídios necessários para que a entidade reguladora dos serviços possa acompanhar de forma eficaz a evolução das metas, utilizando o sistema de indicadores desenvolvido. Caberá a entidade reguladora dos serviços atuarem de forma firme, sempre que ocorrerem distorções, garantindo o fiel cumprimento das metas fixadas, sejam elas quantitativas e/ou qualitativas;
- Obter, ou a quem a mesma delegar a operação dos serviços de esgoto, as licenças ambientais, tanto para a execução de obras (LAI), como para a própria operação dos serviços (LAO). Isto se deve em função da necessidade de licenciamento ambiental nos termos da

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 702
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 194
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

legislação específica vigente (Lei Federal No 6.938/1988, Decreto Federal No 99.274/1990 e Resoluções CONAMA No 005/1988, No 237/1997 e No 377/2006);

- Ser responsável, ou a quem a mesma delegar a operação dos serviços de esgoto, pelos custos de expansão da rede coletora e respectivas ligações domiciliares, sempre que a relação metro por ligação for igual ou inferior a 15,00 m/ligação. Nos casos em que essa relação for superior, a Operadora poderá negociar com os interessados o pagamento do custo desses serviços, no todo ou em parte, sendo o custo acordado rateado proporcionalmente com os interessados. Esta sistemática não poderá ser aplicada em áreas comprovadamente habitadas por população de baixa renda;
- Garantir, ou a quem a mesma delegar a operação dos serviços de esgoto, que as obras e serviços venham a ser executados atendendo toda a legislação referente à segurança do trabalho;
- Implantar, ou a quem a mesma delegar a operação dos serviços de esgoto, um sistema de qualidade ISO 9001/2000, envolvendo todas as etapas do processo de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos esgotos;
- Projetar, buscar recursos e implantar sistemas alternativos de tratamento dos efluentes na zona rural, onde não existe a possibilidade de implantação de rede coletora de esgoto e estação de tratamento.

2.3 MODELO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS

Atualmente não existe sistema de tratamento de esgoto no município de Três Forquilhas, porém o modelo de gestão que deverá ser adotada deverá ser a municipal com a criação de um Departamento Municipal de Esgotos. Porem na zona rural o tratamento dos resíduos deverá ser individual, sem modelo de concessão, pois o sistema individual consiste na instalação dos equipamentos: caixa retentora de gordura, fossa, filtro e sumidouro instalados no próprio terreno na residência.

2.4 METAS PARA O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 703
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 195
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

No ano de 2005 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da CORSAN elaborou um estudo de concepção para a implantação de rede coletora de esgoto e estação de tratamento para a área urbana do Município de Três Forquilhas e Itati. Porem este estudo não calculou os custos de implantação destes sistemas.

2.4.1 UNIVERSALIZAÇÃO DA COBERTURA DOS SERVIÇOS DE ESGOTO

O índice de cobertura em esgoto – **CBE** ao longo do tempo é o indicador utilizado para verificar o atendimento ao registro de universalização dos serviços. Esta cobertura é calculada anualmente pela seguinte expressão:

CBE = (NIL x 100) /NTE,

Onde:

CBE = cobertura pela rede coletora de esgoto, em porcentagem;

NIL = número de imóveis ligados à rede coletora de esgoto;

NTE = número total de imóveis edificados na área de prestação dos serviços.

Na determinação do número total de imóveis edificados na área de prestação dos serviços – NTE, não serão considerados os imóveis que não estejam ligados à rede coletora, tais como aqueles localizados em loteamentos cujos empreendedores estiverem inadimplentes com suas obrigações perante a legislação vigente, a Prefeitura Municipal, a Operadora dos Serviços e demais poderes constituídos.

Na determinação do número total de imóveis ligados à rede coletora de esgoto – NIL, não serão considerados os imóveis ligados às redes que não estejam conectados a coletores tronco, interceptores ou outros condutos de transporte dos esgotos a uma instalação adequada de tratamento. Não serão considerados ainda, os imóveis cujos proprietários se recusem formalmente a ligarem seus imóveis ao sistema público de esgotos sanitários.

Os três primeiros anos do PMSB (2013, 2014 e 2015) serão destinados à elaboração do projeto executivo, obtenção da licença ambiental de instalação (LAI), busca de recursos, processo licitatório para a contratação das obras, execução das obras contratadas, pré-operação e obtenção da licença ambiental de operação (LAO). A meta inicial da cobertura em esgoto adotada no PMSB é de **10%** para o Ano 4 do PMSB (Ano 2016).

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 704
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 196
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

A partir do Ano 4 propõe-se um incremento progressivo até atingir **95%** no Ano 16, mantendo-se este percentual de cobertura até o final do período de planejamento.

2.4.3 EFICIÊNCIA DO TRATAMENTO DE ESGOTO

Todo o esgoto coletado deverá ser adequadamente tratado de modo a atender a legislação vigente e as condições locais. A qualidade dos efluentes lançados nos cursos de água naturais será medida pelo Índice de Qualidade do Efluente (IQE). O IQE será mensurado a partir de princípios estatísticos que privilegiam a regularidade da qualidade dos efluentes lançados nos corpos receptores, sendo o seu valor final pouco afetado por resultados que apresentem pequenos desvios em relação aos limites fixados.

Assim, para o cálculo do IQE será usado o resultado das análises laboratoriais das amostras de efluentes coletados no conduto de descarga final da estação de tratamento de esgoto (ETE), obedecendo a um programa de coleta que atenda a legislação vigente, e seja representativa para o cálculo estatístico adiante definido. A frequência de apuração do IQE será mensal, utilizando os resultados das análises efetuadas nos últimos 03 (três) meses.

Para apuração do valor do IQE, o sistema de controle de qualidade dos efluentes a ser implantado pela Operadora dos Serviços de Esgoto deverá incluir um sistema de coleta de amostras e de execução de análises laboratoriais que permitam o levantamento dos dados necessários, além de atender a legislação vigente. O IQE será calculado como a média ponderada das probabilidades de atendimento da condição exigida para cada um dos parâmetros constantes do Quadro 63, considerados os respectivos pesos, sendo que a probabilidade de atendimento de cada um dos parâmetros será obtida através da teoria da distribuição normal ou de Gauss.

Determinada a probabilidade de atendimento para cada parâmetro, o **IQE** será obtido através da seguinte expressão:

IQE = 0,35 x P (SS) + 0,30 x P (SH) + 0,35 x P (DBO) em %,

Onde:

P(SS): Probabilidade de que seja atendida a condição exigida para materiais sedimentáveis;

P(SH): Probabilidade de que seja atendida a condição exigida para substâncias solúveis em hexana;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 705
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 197
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

P(DBO): Probabilidade de que seja atendida a condição exigida para a demanda bioquímica de oxigênio.

A apuração mensal do IQE não isenta a Operadora da obrigação de cumprir integralmente o disposto na legislação vigente, nem de suas responsabilidades perante outros órgãos fiscalizadores. A meta a ser cumprida, desde o início de operação do sistema, é **IQE = 95%.**

2.4.4 CONSUMO "PER CAPITA" MEDIDO

Segundo a NBR 9649/86 - Projeto de Redes Coletoras de Esgoto Sanitário, o consumo de água efetivo *per capita*, ou seja, o *per capita* medido, não deve incluir as perdas do sistema de abastecimento. Tomando-se como referência os dados fornecidos pelo DMA no que se refere aos volumes de água consumidos por economia/ano na cidade de Três Forquilhas chegou-se a valores próximos de 150 l/hab. Dia.

2.4.4.1 COEFICIENTES LIGADOS A DETERMINAÇÃO DAS VAZÕES

Para a determinação das vazões de projeto serão adotados os seguintes parâmetros:

- Consumo efetivo - "per capita":.....(q):150 L/hab. Dia
- Coeficientes relativos ao hidrograma de consumo:

– Coeficiente de máxima vazão diária (k_1): 1,20

– Coeficiente de máxima vazão horária (k_2):..... 1,50

– Coeficiente de mínima vazão horária (k_3): 0,50

- Coeficiente de retorno água/ esgoto (C): 0,80
- Índice de atendimento: 100%
- Contribuição de Infiltração (TI) para rede: .....0,50 L/s.km
- Contribuição de Infiltração (TI) para tratamento: ...0,25 L/s.km

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 706
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 198
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

2.5 ESTUDO TÉCNICO-ECONÔMICO DE ALTERNATIVAS

Baseado em estudos desenvolvidos por empresas especializadas, com aprovação pela Empresa CORSAN e atendendo as Resoluções CONAMA, o sistema de tratamento de esgoto sanitário para pequenas comunidades é o de Estações compactas, com filtros aeróbicos e anaeróbicos.

A cidade de Três Forquilhas está situada em uma região plana, desenvolvendo-se lateralmente a BR-101. A área urbana da cidade drena exclusivamente para a bacia da lagoa Itapeva, esta localizada a leste do município.

Do ponto de vista do escoamento natural, a cidade de Três Forquilhas possui diversos arroios, drenando para dois pontos afastados, o que criou a necessidade de dividir a área de projeto em duas principais bacias.

A alternativa de coleta por sistema hidrossanitário foi descartada, já que a cidade de Três Forquilhas não possui um cadastro desta rede na prefeitura. Optou-se por estudar apenas pelo sistema separador absoluto.

O sistema separador absoluto é o que as águas residuais (domésticas e industriais) e as águas de infiltração (água do subsolo que penetra através das tubulações e órgãos acessórios), que constituem o esgoto sanitário, veiculam em um sistema independente, denominado de esgoto sanitário. As águas pluviais são coletadas e transportadas em um sistema de drenagem pluvial independente.

O novo sistema de esgotamento sanitário de Três Forquilhas será do tipo separador absoluto, com tratamento completo das águas residuais.

Sabendo-se que a posição da ETE condiciona o esquema dos coletores principais e das estações elevatórias, para sua localização fixaram-se os seguintes requisitos preliminares:

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 707
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 199
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Do ponto de vista altimétrico, as ETE's devem ficar resguardadas das enchentes dos arroios no entorno da cidade de Três Forquilhas;
- Do ponto de vista planimétrico, as ETE's devem ficar, tanto quanto possível, afastada da cidade;
- Os pontos de lançamento final dos esgotos não deverão interferir na qualidade da água para o abastecimento hídrico da cidade.

De acordo com informações colhidas na prefeitura, os terrenos selecionados para a implantação das ETE's não apresenta problemas com inundações.

A área urbana de Três Forquilhas foi dividida em duas bacias, a saber:

- Bacia Norte;
- Bacia Sul.

2.5.3 CRITÉRIOS HIDRÁULICOS E DE PROCESSO

Para o desenvolvimento deste Estudo de Concepção, foram observadas as diretrizes gerais de projetos semelhantes e definições da CORSAN, onde se estabeleceram os dados e critérios básicos, bem como a concepção de projeto.

2.5.3.1 REDE COLETORA E LIGAÇÕES PREDIAIS

2.5.3.1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A rede coletora foi concebida para atender toda a cidade no horizonte de projeto urbano existente, tendo em vista o custo de implantação das mesmas, aliado a pequena diferença das contribuições de início de operação e de final de alcance.

O sistema previsto é do tipo Separador Absoluto, orientado em função das condições de escoamento natural, que contempla as duas bacias referentes ao sistema,

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 708
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 200
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

constituídas de rede coletora, estações elevatórias com as respectivas linhas de recalque para outra bacia ou para a estação de tratamento.

Os principais arroios que cortam a cidade de Três Forquilhas e desembocam na lagoa Itapeva, interferindo na qualidade da água da lagoa.

2.5.3.1.2 TRAÇADO DA REDE COLETORA

O traçado da rede coletora teve por base as condicionantes topográficas existentes, o posicionamento do sistema viário urbano e o local previsto para a ETE.

A distância máxima entre poços de inspeção ultimamente passou a ser limitada apenas pelo alcance dos equipamentos disponíveis para desobstrução da rede, segundo a NBR-9.649/86 “Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário”. Ficou acordado com os técnicos da CORSAN, que o espaçamento admissível a ser adotado entre poços de visita será de 100 m.

Para localização da rede foram adotados os seguintes critérios:

- Nos passeios, sempre que o logradouro é constituído por avenida de mão-dupla;
- Nos passeios, quando a rede nasce no limite da área do projeto;
- Nos passeios, sempre que a rede serve somente a um lado da quadra;
- No eixo do leito das ruas, nos demais casos.

2.5.3.1.3 CARACTERÍSTICAS DA REDE COLETORA

- <u>Diâmetro Mínimo</u>

A CORSAN prefere adotar o diâmetro mínimo para projeto de DN 150, ainda que a norma NBR – 9.649 permita o uso de DN 100, por questão de maior facilidade na

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 709
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 201
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

manutenção, por este motivo estimou-se um custo de implantação da rede coletora com diâmetro mínimo de 150 mm.

- Diâmetro e Material das Tubulações

Com o objetivo de facilitar o transporte, manuseio e rapidez de execução, como paradigma de custo para o Estudo de Concepção, adotou-se tubos de PVC (rígido) para Redes de Esgotos Sanitários, normalizado pela NBR-7362, com diâmetro de 100 mm para ligações prediais e diâmetro mínimo de 150 mm para rede coletora.

- Ligações Prediais

Os custos das ligações prediais foram previstos em DN 100, em tubo de PVC rígido para Rede de Esgotos Sanitários, segundo a norma NB-7362.

A ligação padrão (Desenhos padrão Nº: V), face às características urbanas locais da área em estudo, considerada pela CORSAN em projetos desta natureza, são de três caixas de calçadas interligadas, 30 metros de ligação predial, uma curva de 45º e um selim de 90º conectado ao diâmetro do respectivo coletor público.

A caixa de calçada servirá individualmente a cada lote e deverá ser prevista segundo padrão CORSAN.

2.5.3.1.4 DETERMINAÇÃO DAS VAZÕES DE PROJETO

- Vazões Iniciais Máximas

- Vazões Domésticas

Para a avaliação das contribuições domésticas adotou-se, para dimensionamento da rede de esgotos o critério de vazão concentrada de cada unidade sanitária, dada pela fórmula:

$$Q_{id} = \frac{C \times P_i \times q \times k_2}{86.400 \times L}$$; onde:

Q_{id}: taxa de contribuição linear inicial máxima doméstica, (L/s.m);

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 710
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 202
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

C : coeficiente de retorno = 0,80;

P_i: população inicial atendida (hab.);

q: "per capita" (150 l/hab. Dia);

k_2 : coeficiente de máxima vazão horária = 1,50; e

L: comprimento da rede coletora que recebe contribuições domésticas (m).

- Vazões de Infiltração

As vazões de infiltração para rede coletora, serão determinadas a partir da taxa adotada de comum acordo com os técnicos da CORSAN de 0,50 L/s.km.

- Vazões Finais Máximas

- Vazões Domésticas

$$Q_{fd} = \frac{C \times P_f \times q \times k_1 \times k_2}{86.400 \times L}$$; onde:

Q_{fd}: taxa de contribuição final máxima doméstica (L/s.m);

C : coeficiente de retorno = 0,80;

P_f : população final atendida (hab.);

q : "per capita" (150 l/hab. Dia);

k_1 : coeficiente de máxima vazão diária = 1,20;

k_2 : coeficiente de máxima vazão horária = 1,50;

L : comprimento da rede (m).

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 711
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 203
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

2.5.3.1.5 GRANDES CONSUMIDORES

Em consulta aos dados de consumo de água, na cidade de Três Forquilhas, verificou-se que não existem demandas maiores que 500 m^3/dia.

2.5.3.2 ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO

O tratamento será do tipo biológico a nível secundário, com tratamento preliminar (desarenador e medidor Parshall) na chegada dos esgotos a ETE, quando se tratar de um sistema único complexo.

Na escolha do processo de tratamento mais adequado, serão levadas em conta as experiências em outras localidades, onde os tipos de tratamento estudados apresentam ampla vantagem técnica-econômica, observando que os custos dos terrenos situados na periferia e a facilidade operacional, viabilizem a implantação do empreendimento.

As áreas escolhidas localizam-se nos arredores da zona urbana, em áreas salvas das cotas de inundações e em cotas baixas em relação à cidade.

Os locais escolhidos para as ETE's estão na zona rural, junto ao limite urbano da cidade. Os locais disponibilizam amplas áreas, praticamente isentas de vegetação de proteção ambiental em sua maior parte.

Os padrões de emissão exigidos pela FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) para o efluente final dos sistemas de tratamento de esgotos, de um modo geral são:

- Carga Orgânica: a carga orgânica de DBO_5 no efluente final do sistema deverá ser igual ou inferior a 40 mg/L.

- Coliformes Fecais: o sistema deverá apresentar uma eficiência de remoção de organismos de coliformes fecais igual ou superior a 90%.

- Sólidos em Suspensão: a concentração no efluente final do sistema deverá ser igual ou inferior a 50 mg/L.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 712
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 204
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Sólidos Sedimentáveis: a concentração no efluente final do sistema deverá ser igual ou inferior a 1,0 ml/L em teste de 1 hora em cone “Imhoff”.

- Demanda Química de Oxigênio: a determinação de DQO no efluente final do sistema deverá ser igual ou inferior a 160 mg/L.

A carga orgânica afluente ao sistema foi estabelecida considerando-se o valor recomendado pela PNB-570 para afluentes domésticos, que é de:

- 54 g DBO_5/hab. Dia

Sendo os esgotos de origem predominantemente doméstica, estimou-se, para a concentração de organismos coliformes fecais, aqui utilizados como indicadores de contaminação bacteriana, o valor de:

- $N_1 = 1 \times 10^7$ NMP CF/100 ml.

2.5.4 ALTERNATIVA ESCOLHIDA PARA A ETE

A seleção do tratamento biológico dos esgotos deverá ser por meio do tanque Séptico seguido de filtro Anaeróbio.

Os padrões de emissão do efluente a ser lançado no corpo receptor deverão ser analisados pela FEPAM.

Esta alternativa irá prever o tratamento do esgoto através de quatro sistemas independentes, sendo um por lagoas de estabilização em série para atender a bacia Leste, e os outros três através de tanques sépticos seguidos de filtros biológicos atendendo as bacias sul e norte.

- Tanque séptico

O esgoto coletado será retido no tanque séptico, por período racionalmente estabelecido, onde será processada a sedimentação e a digestão do mesmo.

- Filtro Biológico

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 713
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 205
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

O efluente líquido do tanque séptico será encaminhado ao filtro biológico para melhoria dos seus padrões para lançamento no corpo receptor.

- Leitos de Secagem

São unidades de tratamento geralmente em forma de tanques retangulares, projetados e construídos de modo a receber o lodo do tanque séptico, onde se processa a redução de umidade com a drenagem e evaporação da água liberada durante o processo de secagem.

2.6 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONOMICO- FINANCEIRA

Em função da falta de recursos orçamentários para a execução da obra, não foi apresentado o custo do sistema. O estudo de concepção teve apenas a preocupação da realização dos estudos topográficos e a elaboração dos projetos técnicos com a viabilidade da alternativa apresentada.

De posse do estudo apresentado, tão logo se apresente alternativa de captação de recursos para implantação, os itens deverão ser cotados, visando a execuçaõ pela Administração Municipal.

2.7 SOLUÇOES PROVISÓRIAS DE TRATAMENTO DOS ESGOTOS

Enquanto não forem executadas as obras de implantação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de Três Forquilhas, a Prefeitura Municipal, através de seus órgãos competentes, deverá continuar exigindo soluções individuais de tratamento de esgoto para os imóveis localizados na área urbana, sejam eles existentes e a construir.

2.8 IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES PARA AS ÁREAS ATENDIDAS PELOS SISTEMAS ALTERNATIVOS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 714
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 206
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Nas áreas atendidas pelos sistemas alternativos coletivos e individuais, os operadores devem realizar investimentos em sistemas individuas para o tratamento dos efluentes oriundos do sistema de esgotamento sanitário, a fim de garantir a integridade dos lençóis freáticos utilizados para captação da água a ser tratada e distribuída para os moradores da área rural.

Estes sistemas individuais devem ser compostos por sistema de caixa retentora de sistema caixa retentora de gordura + fossa + filtro + sumidouro.

2.9 RESUMO E CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

As obras e serviços previstos nos programas e projetos para os serviços de esgotamento sanitário do PMSB do Município de Três Forquilhas estão detalhados por etapas, assim caracterizadas:

Etapa 1/Meta Curto Prazo: Ano 1° ao 4º;

Etapa 2/Meta Médio Prazo: Ano 5º ao 8º; e

Etapa 3/Meta Longo Prazo: Ano 9° ao 20º.

O Quadro 6 detalha estas obras e serviços por etapa de implantação do PMSB.

AÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO
Elaboração de projeto executivo do sistema de esgoto	X		
Construção da rede coletora e estação de tratamento		30%	70%
Implantação de sistemas individuais de esgotamento sanitário na zona rural	10%	40%	50%
Fiscalizar e exigir a limpeza periódica nos tanques sépticos e sumidouros existentes		X	

3. PROGNÓSTICO DAS NECESSIDADES DO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 715
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 207
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Para formular o Prognóstico do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos será utilizado o material do levantamento e diagnóstico da situação atual, o estabelecimento dos conceitos referentes aos princípios e diretrizes, as obrigações da Administração, a fixação de metas, e ainda os estudos técnicos pertinentes.

As necessidades futuras resultantes do confronto da situação atual e das futuras demandas do Sistema de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos foram subdivididos em três grupos: curto, médio e longo prazo.

As ações de curto prazo deverão ser executadas nos 4 (quatro) primeiros anos, as de médio prazo do 5º (quinto) ao 8º (oitavo) ano inclusive, e as de longo prazo a partir do 9º (nono) ano. Considerou-se para fim de padronização de datas como Ano 1, o ano de 2013, indo até o Ano 2032 como final de plano (horizonte de 20 anos).

As diretrizes, obrigações e metas a serem atendidas devem obrigatoriamente ser revistas periodicamente em prazo não superior a 04 (quatro) anos, conforme determinado na Lei 11.445/2007.

3.1 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Os Sistemas de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos só poderão ser considerados como eficientes se atenderem aos seus usuários e serem autossuficientes, para tanto devem ser atendidas as seguintes condições:

- Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- Que ocorra a universalização de cada tipo de serviço componente do sistema e uma vez atendida seja mantida ao longo do período do Plano;
- Que a qualidade dos serviços esteja, a qualquer tempo, dentro dos padrões, no mínimo atendendo aos dispositivos legais ou àqueles que venham a ser fixados pela administração do sistema;
- Que os resíduos sejam coletados e devidamente tratados e sua disposição final atenda aos dispositivos legais vigentes ou aqueles que venham a ser fixados pela administração do sistema;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 716
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 208
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Que o município disponha de dispositivos ou exija a existência dos mesmos em relação à segurança de que não serão interrompidos os serviços de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos;
- Que o usuário é a razão de ser do operador, independentemente do mesmo ser público, por prestação de serviço, autárquico ou privado;
- Que a prestação de serviços atenda as expectativas dos usuários em termos de prazos de atendimento e qualidade do serviço prestado;
- Que a prestação do serviço seja adequada ao pleno atendimento dos usuários atendendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e cortesia na prestação;
- Que seja elaborado e implantado esquemas de atendimento dos serviços, para as situações de emergência, mantendo alternativas de recursos materiais e humanos para tanto;
- Que o valor cobrado por todos os serviços prestados seja justo e que possa ser absorvido pela população, mesmo aquela de baixa renda, sem causar desequilíbrio domiciliar, sem, contudo, inviabilizar os planos de investimento e o equilíbrio Que o operador atue com isonomia na prestação de serviços a seus usuários;
- Que esteja disponibilizado um bom sistema de geração de informações e que os dados que venham a alimentar as variáveis sejam verídicos e obtidos da boa técnica;
- Que seja recebida, apurada e promovida a solução das reclamações dos usuários, quando julgadas procedentes;
- Que seja priorizada a melhoria contínua da qualidade e o incremento da produtividade dos serviços prestados;
- Que seja divulgado adequadamente, ao público em geral e ao usuário em particular, a ocorrência de situações excepcionais, a adoção de esquemas especiais de operação e a realização de obras e serviços no Município, em especial àquelas que obriguem à interrupção da prestação dos serviços;
- Que sejam divulgadas ao usuário, informações necessárias ao uso correto dos serviços e orientações, principalmente quanto à forma de manuseio, embalagem, acondicionamento e disposição dos resíduos para sua remoção;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 717
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 209
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

3.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Para que as diretrizes fixadas sejam atendidas, é necessário o estabelecimento pelo titular dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos do Município de Três Forquilhas, de articulações e integração das políticas visando à integralidade das ações e programas a serem cumpridas pela Operadora destes serviços. Para tanto, cabe a Administração Municipal:

As principais obrigações da Administração Municipal a serem atendidas são:

- Deverá constituir Agência Reguladora de âmbito municipal ou delegar a competente regulação dos serviços, conforme previsto em lei;
- A Administração Municipal ou a quem a mesma delegar a operação dos sistemas deverá desenvolver um sistema de indicadores, o qual deverá ser utilizado para acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas;
- A entidade reguladora dos serviços deverá acompanhar a evolução das metas, utilizando o sistema de indicadores desenvolvido, atuando sempre que ocorrerem distorções, garantindo o fiel cumprimento das metas fixadas, sejam elas quantitativas e/ou qualitativas;
- A Administração Municipal ou a quem a mesma delegar a operação dos sistemas deverá obter todas as licenças ambientais para execução de obras e operação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, tendo em vista que diversas dessas obras são passíveis de licenciamento ambiental nos termos da legislação específica (Lei Federal nº 6.938/1981, Decreto Federal nº 99.274/1990 e Resoluções CONAMA nºs 5/1988, 237/1997 e 377/2006);
- A Administração deverá garantir que as obras e serviços venham a ser executados atendendo todas as legislações referentes à segurança do trabalho;

3.3 METAS PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

O PMSB tem como princípio básico o atendimento das metas fixadas, sendo que as ações previstas são meios decorrentes da necessidade de atendimento das mesmas.

Concomitantemente à apresentação de cada meta fixada, faz-se também a indicação da forma de avaliação das mesmas, através da formulação de indicador específico. Dessa

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 718
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 210
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

maneira, atende-se ao item da Lei No 11.445/07, no que se refere ao cumprimento do Art.19, Inciso V: “Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações Programadas”. Esses indicadores específicos para acompanhamento das metas fazem parte do conjunto de indicadores a serem propostos e serão complementados por outros de natureza técnica, operacional, administrativa e financeira.

Serão admitidas, excepcionalmente para o Ano 1, divergências em relação às metas fixadas nos diversos indicadores, por conta da implantação das ações propostas e acertos na metodologia de apuração das variáveis intervenientes.

3.3.1 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

A cobertura do sistema de coleta dos resíduos sólidos domiciliares, convencional é de 100%, sendo que não existe sistema de coleta seletiva no muncipio, devendo ser implantada em 100% até o final do Plano (2032)..

3.3.2 PER CAPITA DOS RESÍDUOS DOMICILIARES

A geração per capita de resíduos domiciliares em Três Forquilhas tende a aumentar em função do aumento do poder aquisitivo da população e incentivo ao aumento da aquisição de bens de consumo.

No entanto, a Lei 12.305/2010 estabelece como um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos a não geração e redução dos resíduos sólidos, para tanto, será considerado como meta um per capita máximo admitido de 0,55kg/hab/dia a partir do Ano 5 até o final do Plano.

3.3.3 QUALIDADE DA COLETA DOS RESÍDUOS DOMICILIARES

O sistema de coleta domiciliar seletiva, em condições normais de funcionamento, deverá assegurar o fornecimento do serviço de acordo com a demanda e a frequência pré-

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 719
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 211
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

estabelecida no sistema, garantindo o padrão de qualidade e atendida à legislação em vigor estabelecida pelos órgãos competentes.

A qualidade da coleta de resíduos será medida pelo Índice de Qualidade da Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares – IQCRSD, em sua definição serão considerados os parâmetros de avaliação da qualidade da coleta de resíduos mais importantes, cujo bom desempenho depende fundamentalmente de uma operação correta, tanto da área operacional quanto da de relacionamento com o usuário.

O índice deverá ser calculado mensalmente a partir de princípios estatísticos que privilegiam a regularidade na prestação do serviço, sendo o valor final do índice pouco afetado por resultados que apresentem pequenos desvios em relação aos limites fixados.

A quantidade de usuários pesquisados deverá ser de 0,1% da população urbana, distribuída igualmente pelos itinerários do serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares.

O IQCRSD será calculado como a média ponderada das probabilidades de atendimento da condição exigida de cada um dos parâmetros, levando em consideração a visão do usuário e a constatação por parte da fiscalização e os seus respectivos pesos.

3.3.3.1 DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA

Os principais constituintes dos resíduos domiciliares são materiais recicláveis secos (papel, vidro, plástico, metal), material orgânico e os mais diversos tipos de rejeitos, sendo os percentuais em peso de cada componente obtidos através de estudo gravimétrico.

Porém o município não executou nenhum estudo gravimétrico para definir os volumes de cada material. Sabe-se que o todo o resíduos coletado é enviado para seleção em área licenciada no município de Morrinhos do Sul.

3.3.3.2 RECICLAGEM DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS SECOS

A destinação final adequada dos materiais recicláveis, quando implantada, será medida através do Índice de Comercialização de Materiais Recicláveis Secos – ICMRS, obtido através do percentual de materiais recicláveis triados em relação ao total de materiais recicláveis secos gerados no município, devendo ser calculada anualmente.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 720
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 212
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

3.3.3.3 RECICLAGEM DO MATERIAL RECICLÁVEL ORGÂNICO

Atualmente o material orgânico gerado no município não é aproveitado para a compostagem, à meta é a de enviar este material orgânico para a compostagem em 10% ao ano, devendo obter 100% ao final de 20 anos.

3.3.4 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

A Municipalidade deverá garantir a regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei n° 11.445/2007.

Para tanto, a partir do Ano 2 até o final do Plano, a administração municipal deverá garantir a sustentabilidade do sistema por meio da atualização e recalculo da Taxa de Limpeza Pública, já cobrada atualmente junto com a taxa do IPTU e que abrange os serviços de remoção, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, conforme será demonstrado no Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira.

3.4 PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES PARA A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES.

Para permitir o alcance das metas estipuladas, sugerem-se alguns projetos, programas e ações, com base na análise técnica realizada durante a etapa de Diagnóstico do Sistema.

3.4.1 ESTUDO GRAVIMÉTRICO

Deverá ser realizada a caracterização dos resíduos sólidos domiciliares através da determinação da composição gravimétrica, ou seja, o percentual de cada componente em relação ao peso total do lixo. Este estudo é importante para se verificar, por exemplo, se o percentual de materiais recicláveis presentes no lixo estão se mantendo constante, além de indicar a possibilidade de aproveitamento das frações recicláveis para comercialização e da matéria orgânica para a produção de composto orgânico.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 721
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 213
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

3.4.2 ADEQUAÇÃO DO MODELO DE COLETA DOMICILIAR SELETIVA ADOTADA

3.4.2.1 CAMINHÃO COLETOR DO MATERIAL RECICLÁVEL SECO

Conforme apresentado na etapa de Diagnostico, a coleta domiciliar adotada em Três Forquilhas não é seletiva, pois o lixo é depositado no caminhão sem a devida seleção.

Sugere-se como uma primeira ação para incentivar a inserção da população, bem como aumentar a qualidade do material coletado, que a coleta do material reciclável seco (lixo seco), seja realizada com caminhões coletores do tipo baú sem o equipamento de compactação.

Conforme já apresentado no Diagnostico, tanto a coleta do lixo é realizada com o mesmo tipo de caminhão compactador, que além de não serem adequados para a coleta do material reciclável seco.

Para tanto, deverão ser adequados os caminhões da coleta seletiva do lixo seco até o Ano 5. Juntamente com o novo modelo de caminhão coletor deverão ser realizadas campanhas ambientais divulgando esta ação.

3.4.2.2 REGULARIDADE DO SERVIÇO DE COLETA DOMICILIAR SELETIVA

Visando auxiliar no cumprimento das metas de reciclagem, sugere-se além da adequação dos caminhões da coleta seletiva do lixo seco, que a frequência da mesma seja aumentada nas localidades que contam com este tipo de coleta apenas uma vez por semana.

A regularidade do serviço de coleta dos resíduos sólidos é mensurada através da frequência da disponibilidade do serviço, acredita-se que com uma maior disponibilidade de coleta os munícipes estarão mais incentivados em participar da mesma.

Para tanto, sugere-se que a frequência da coleta domiciliar seletiva do lixo seco (material reciclável seco) deverá ser de 100%, a partir do Ano 4.

O aumento da frequência da coleta do material reciclável seco visa estimular a população a participar a coleta, através da segregação prévia dos materiais em suas residências.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 722
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 214
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

3.4.2.3 PROGRAMA DE CONTROLE DA QUALIDADE DO SERVIÇO DE COLETA DOMICILIAR

Deverá ser criado um "Programa de Controle da Qualidade da Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares", devendo incluir um processo de coleta de dados e de pesquisa junto aos usuários do serviço e à fiscalização, que permitam o levantamento dos dados necessários, além de atender a legislação vigente.

Este Programa deverá ser criado no Ano 5 para auxiliar na verificação do cumprimento da meta de Qualidade da Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares.

3.4.2.4 CAMPANHAS INFORMATIVAS E DE CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Deverão ser mantidas as campanhas informativas e de conscientização socioambiental sobre o dia e horário da coleta, para assim, evitar que os resíduos fiquem acumulados na frente das residências ocasionando mau cheiro e a proliferação de vetores, além de contribuir com o aspecto visual da cidade.

Deve-se evidenciar que a participação da população é de suma importância para que a coleta seja bem sucedida. É fundamental que os dias e horários da coleta domiciliar, definidos e informados, sejam cumpridos à risca, criando hábitos regulares na população. Medidas educativas, estimulando a participação da população, com o intuito de assegurar que os resíduos serão depositados nas vias públicas em dias e horários próximos ao da coleta, evitam sua acumulação indevida e todas suas consequências indesejáveis.

Com relação à coleta seletiva, devem-se intensificar as campanhas informando ao munícipe como proceder em relação ao acondicionamento dos resíduos. Tais campanhas devem enfatizar que os materiais recicláveis secos (papel, plástico, vidro e metal) devem ser separados dos materiais recicláveis orgânicos (sobras de frutas, legumes, restos de alimentos) através de duas separações distintas.

As campanhas educativas devem fornecer também informações sobre o correto acondicionamento de vidros e outros objetos perfuro-cortantes, a fim de se evitar acidentes durante o manuseio pelos coletores.

Estas campanhas poderão ser realizadas conjuntamente com escolas, condomínios e associações de bairros, uma vez que estes locais / instituições poderão desempenhar um papel de propagadores de informação.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 723
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 215
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

As campanhas informativas devem ser realizadas anualmente e em toda zona urbana do município.

3.4.2.5 CAMPANHA DE ADESÃO DA POPULAÇÃO À COLETA SELETIVA

A seguir serão apresentadas algumas ações que podem ajudar a aumentar a adesão da população à coleta seletiva, tais como:

- Aprimorar sua divulgação: quanto mais constante for à divulgação, mais material será separado pela população.
- Promover iniciativas espontâneas: associações de bairros, grupos ecológicos, entidades religiosas e instituições também podem organizar iniciativas de coleta e educação ambiental.
- Disponibilização de Postos de Entrega Voluntária (PEV's) utilizando contêineres ou pequenos depósitos, colocados em pontos fixos no centro do município, onde o cidadão espontaneamente deposita os recicláveis. Esta ação pode ser realizada através de parcerias entre a SMMA e supermercados, postos de combustível, entre outros.
- Realização de gincanas escolares ou entre outras entidades coletivas, visando estimular os estudantes a segregarem os resíduos em suas residências.

3.4.2.6 CAMPANHAS DE INCENTIVO AO USO DE COMPOSTEIRAS DOMÉSTICAS

Poderá ser criada campanha de incentivo ao uso de composteiras domésticas, principalmente na área urbana do município, onde esta pratica não é disseminada.

Estas campanhas podem estar vinculadas às campanhas já existentes, como através da panfletagem que ocorre sobre como proceder com relação à coleta seletiva. Eventualmente a própria SMMA poderá estar ministrando cursos ou palestras sobre como fazer uma composteira nas residências.

3.5 METAS PARA OS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

3.5.1 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO

Os resíduos dos serviços de saúde deverão ser coletados e tratados de forma ambientalmente correta e segura em 100% dos estabelecimentos de saúde do município de

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 724
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 216
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Três Forquilhas. Cabe a Administração Municipal fiscalizar o gerenciamento destes resíduos de terceiros, não cabendo a ela o gerenciamento, uma vez que a responsabilidade é do gerador.

3.5.2 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA OS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

O correto gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde significa não apenas controlar e diminuir os riscos, mas também buscar a minimização na geração dos resíduos.

Um sistema adequado de gerenciamento facilita o controle dos riscos e diminui os recursos necessários para o correto tratamento dos resíduos.

3.5.3 COLETA DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A coleta dos resíduos de saúde de todos os estabelecimentos municipais deverá ocorrer com veículos e equipamentos adequados, conforme estabelece **ABNT-NBR 12810/1993- Coleta de resíduos de serviços de saúde**, a partir do Ano 1 até o final do período de planejamento.

3.5.4 PLANO DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Deverá ser elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde (PGRSS) de todos os estabelecimentos geradores deste tipo de resíduos até o Ano 1, cabendo a Administração Municipal a fiscalização.

A Vigilância Sanitária deverá solicitar quando da renovação do Alvará Sanitário dos estabelecimentos que geram RSS, cópia do Plano de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde. Esta ação visa confirmar a correta coleta e destinação destes resíduos gerados por terceiros.

O Plano de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde é o documento que aponta e descreve as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas as suas características, no âmbito dos estabelecimentos, contemplando os aspectos referentes à

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 725
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 217
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

geração, segregação, acondicionamento, coleta interna, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final, bem como os aspectos relativos à proteção à saúde pública e segurança ocupacional do pessoal envolvido nas etapas do gerenciamento de resíduos.

3.5.5 GERENCIAMENTO DOS RSS

O correto gerenciamento dos RSS é fundamental para neutralizar os riscos à saúde da população e ao meio ambiente. O gerenciamento dos RSS inclui as fases de manejo interno nas unidades de saúde, coleta, transporte, tratamento e disposição final, as quais serão descritas a seguir.

3.5.5.1 MANEJO INTERNO

Deve ser realizado o correto trabalho da segregação no interior das unidades de serviços de saúde de forma a permitir a redução da quantidade de resíduos infectantes, e consequentemente, as despesas com o tratamento do RSS.

As principais etapas do manejo dos RSS nas unidades dos serviços de saúde são:

- **Segregação:** Consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, podendo ser classificados em Resíduos sépticos (descartáveis) e Resíduos não sépticos (recicláveis).

As vantagens de se preparar a segregação na origem são as seguintes:

- Reduzir os riscos para a saúde e ao meio ambiente, impedindo que os resíduos infectantes ou especiais, que geralmente são frações pequenas, contaminem os outros resíduos gerados no hospital;

- Diminuir gastos, já que apenas terá tratamento especial uma fração e não todos os resíduos;

- Reciclar diretamente alguns resíduos que não requerem tratamento nem acondicionamentos prévios.

- **Acondicionamento:** Consiste no ato de embalar corretamente os resíduos segregados, de acordo com suas características em sacos ou recipientes

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 726
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 218
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

impermeáveis, resistentes à ruptura e vazamentos. Os resíduos infectantes devem ser acondicionados em sacos brancos e identificados com a simbologia de material infectante.

- **Identificação**: Conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e recipientes, fornecendo informações ao correto manejo dos RSS.
- **Transporte Interno:** Consiste no traslado dos resíduos dos pontos de geração até o local destinado ao armazenamento temporário ou à apresentação para a coleta externa.
- **Armazenamento Temporário:** Consiste na guarda temporária dos recipientes contendo os resíduos, em local próximo aos pontos de geração, visando eficácia da coleta dentro do estabelecimento e aperfeiçoar o traslado entre os pontos geradores e o ponto destinado a apresentação para a coleta externa.
- **Armazenamento Externo:** Consiste no armazenamento dos recipientes contendo os resíduos até a realização da coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores.
- **Coleta e Transporte Externo:** Consistem na remoção dos RSS do armazenamento externo até a unidade de tratamento ou destinação final. A coleta da parcela infectante dos RSS deverá ser realizada com equipamento/veículo especifico e atender as normas NBR 12810 e NBR 14652 da ABNT.
- **Destinação Final:** A destinação final da parcela infectante dos resíduos RSS, depois de submetido ao sistema de tratamento, deverá ser realizada em aterro sanitário devidamente licenciado.
    - **Controle:** Embora a coleta, destino e disposição final sejam de responsabilidade do gerador, a administração municipal deve exercer funções de regulamentação, educação e fiscalização, visando assegurar condições sanitárias e operacionais adequadas. Deverá ser criado um cadastro dos geradores de RSS apresentando a quantidade e os tipos de resíduos gerados, bem como um sistema de informações dos RSS, a ser monitorado pela Administração Municipal.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 727
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 219
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

3.6 METAS PARA OS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Os resíduos da construção civil são de responsabilidade do gerador, porém compete à Administração Municipal sua fiscalização.

De acordo com a Resolução CONAMA N° 307/2002, os resíduos da construção civil são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

3.6.1 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO

Os resíduos da construção civil devem ser coletados em 100% da área do município e dispostos de maneira ambientalmente correta, cabendo a Administração municipal o gerenciamento, quando os resíduos são de sua responsabilidade, ou a fiscalização, quando resíduos de terceiros.

3.6.2 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA OS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL.

Em julho de 2002 o CONAMA, através da Resolução N° 307, estabeleceu as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Os resíduos da construção civil passam a ser classificados em função das suas características de reciclabilidade e periculosidade, através de quatro classes apresentadas no relatório do Diagnóstico.

Uma das principais restrições apresentadas pela resolução CONAMA N° 307/2002 refere-se à disposição final dos resíduos da construção civil, ficando proibida a destinação final destes em: aterros de resíduos domiciliares, em áreas de “bota-fora”, em encostas, corpos d água, lotes vagos e em áreas protegidas por lei.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 728
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 220
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Da mesma forma a Resolução define o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil como instrumento para implantação da gestão, cuja elaboração deverá ser feita pelos municípios e distrito federal.

Dentro deste contexto a destinação final dos resíduos da construção civil deverá ser realizada de acordo com as diversas classes de resíduos.

A prefeitura Municipal deverá elaborar, a curto prazo, o plano de gerenciamento dos resíduos da Construção Civil.

3.7 METAS REFERENTES AOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA

3.7.1 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Atualmente, o serviço de varrição ocorre nas ruas principais do centro da cidade. Os demais serviços, como capina roçada, poda de árvores, limpeza de boca-de-lobo, raspagem de sarjetas, pintura de meio fio, entre outros, ocorrem constantemente conforme setores pré-estabelecido.

Os serviços de limpeza pública deverão ocorrer em 100% das áreas públicas urbanas do município, garantindo que a cada 6 meses o mutirão irá ocorrer novamente no mesmo local, estabelecendo um estado de permanente limpeza em toda área urbana da cidade.

A frequência da varrição é função direta do tipo de ocupação do solo, ou seja, maior onde há grande fluxo de pedestres, o que ocorre geralmente nos centros urbanos dos municípios. Deverá ser mantida a varrição em 100% dos locais praticados atualmente, e anualmente deverá ser realizada avaliação de incorporação de novas áreas para execução deste serviço.

3.8 COLETA, DESTINO E DISPOSIÇÃO FINAL.

Os resíduos da limpeza urbana provenientes da varrição, capina, recolhimento de entulho, entre outros, deverão ser coletados e tratados 100% dos resíduos a partir do Ano 2 de forma ambientalmente correta e segura, de acordo com a legislação pertinente.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 729
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 221
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Os resíduos provenientes da poda de árvores deverão continuar a serem encaminhados para o triturador pertencente à Prefeitura Municipal e utilizados como adubo orgânico, enquanto a terra retirada das ruas é utilizada como aterro de ruas novas e/ou de terrenos.

3.9 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES PARA A GESTÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA.

Para facilitar o alcance das metas estipuladas, sugerem-se alguns projetos, programas e ações, com base na análise técnica realizada durante a etapa de Diagnóstico do Sistema.

3.9.1 ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

É importante que os serviços de limpeza pública sejam planejados através de uma rotina de trabalho com funcionários específicos para executar as tarefas as quais são propostos.

A falta de controle da produtividade e da frequência de varrição, capina, roçada, limpeza de boca-de-lobo, entre outros, também é uma dificuldade para o planejamento e execução das atividades de limpeza urbana de forma eficiente. Assim recomenda-se:

- Realização de estudos e mapeamentos das áreas passíveis de varrição, capina, roçada, entre outras atividades, a ser realizado anualmente;
- A montagem de um banco de informações sobre os trabalhos realizados, produtividade alcançada e quantidade de resíduos gerados.

3.9.2 MANUTENÇÃO DAS LIXEIRAS INSTALADAS

A municipalidade deverá garantir a manutenção das lixeiras públicas instaladas e a instalação de novas nos principais passeios da cidade, através de uma parceria entre o Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a SMO.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 730
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 222
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

3.9.3 LOCAIS CRÍTICOS DE LIMPEZA URBANA

Os locais utilizados como depósitos de lixo pelos próprios munícipes deverão ser levantados e mapeados continuamente para que a SMO realize mutirões de limpeza nos mesmos.

3.10 OUTROS PROGRAMAS / PROJETOS

3.10.1 COLETA DE ÓLEO DE COZINHA

Deverá ser mantido e atualizado constantemente o Programa de Coleta de óleo de cozinha já implantado no município através do Departamento de Meio Ambiente.

3.10.2 PILHAS, BATERIAS, LÂMPADAS FLUORESCENTES, PNEUS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, PRODUTOS ELETRONICOS E EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS.

A Administração Municipal, através de uma parceria entre as secretarias competentes, deverá realizar campanhas de fiscalização quanto ao correto destino de Pilhas, Baterias, Lâmpadas fluorescentes, Pneus, Óleos Lubrificantes, Produtos Eletrônicos e Embalagens de Agrotóxicos.

3.11 RESUMO E CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

As obras e serviços previstos nos programas e projetos do PMSB do Município de Três Forquilhas estão detalhados por etapas, assim caracterizadas:

Etapa 1/Meta Curto Prazo: Ano 1° ao 4º;

Etapa 2/Meta Médio Prazo: Ano 5º ao 8º;

Etapa 3/Meta Longo Prazo: Ano 9° ao 20º.

O Quadro 7 detalha estas obras e serviços por etapa de implantação do PMSB.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 731
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 223
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

AÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO
Implantação do sistema de coleta seletiva	50%	50%	
Desenvolver o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	X		
Implantar as ações previstas no Plano de Gerenciamento de resíduos da construção civil		X	
Desenvolver um projeto para a realização de compostagem dos resíduos sólidos orgânicos		X	
Desenvolver um sistema de coleta de resíduos sólidos perigosos denominados Classe I	X		
Elaboração do Plano Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde	X		
Limpeza pública de 100% das vias urbanas	X		
Coleta e destino final dos resíduos de Limpeza Urbana	X		
Estruturação dos Serviços de Limpeza Urbana		X	

4. PROGNÓSTICO PARA DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

4.1 DIRETRIZES

- Que ocorra a universalização do serviço e, uma vez atendida, seja mantida ao longo do período do Plano;
- Que toda área do município, seja urbana ou rural, possua os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais adequados a sua necessidade local;
- Que haja a criação de mecanismos que minimizem o impacto a jusante sob um enfoque integrado, garantindo que impactos de quaisquer medidas não sejam transferidos;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 732
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 224
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Que as águas pluviais urbanas sejam coletadas e sua disposição final atenda aos dispositivos legais vigentes ou aqueles que venham a ser fixados pela administração do sistema;
- Que seja priorizada a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados;
- Que ocorra a prevalência da manutenção preventiva em relação aos serviços corretivos;
- Que a qualidade dos serviços esteja, a qualquer tempo, dentro dos padrões, no mínimo atendendo aos dispositivos legais ou aqueles que venham a ser fixados pela administração do sistema;
- Que o operador atue com isonomia na prestação de serviços a seus usuários;
- Que esteja disponibilizado um bom sistema de geração de informações e que os dados que venham a alimentar as variáveis sejam verídicos e obtidos da boa técnica;
- Que seja recebida, apurada e promovida a solução das reclamações dos usuários, quando julgadas procedentes;
- Que seja viabilizado o desenvolvimento técnico e pessoal dos profissionais envolvidos nos trabalhos;
- Que ocorra a busca da melhoria contínua do desempenho do corpo profissional envolvido.

4.2 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Para que as diretrizes fixadas sejam atendidas, é necessário o estabelecimento pelo titular dos serviços de drenagem urbana e manejo das águas pluviais do Município de Três Forquilhas, de articulações e integração das políticas visando à integralidade das ações e programas a serem cumpridas pela Operadora destes serviços. Para tanto, cabe a Administração Municipal:

- Deverá constituir Agência Reguladora de âmbito municipal ou delegar a competente regulação dos serviços, conforme previsto em lei;
- Que esteja disponibilizado um bom sistema de geração de informações e que os dados que venham a alimentar as variáveis dos indicadores sejam verídicos e obtidos da boa técnica;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 733
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 225
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- A Administração Municipal deverá desenvolver e programar um sistema de indicadores informatizado, o qual deverá ser utilizado para acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas;
- A entidade reguladora dos serviços deverá acompanhar a evolução das metas, utilizando o sistema de indicadores desenvolvido, atuando sempre que ocorrerem distorções, garantindo o fiel cumprimento das metas fixadas, sejam elas quantitativas e/ou qualitativas;
- A Administração Municipal deverá obter todas as licenças ambientais para execução de obras e manutenção dos serviços de drenagem urbana e manejo das águas pluviais, tendo em vista que diversas dessas obras são passíveis de licenciamento ambiental nos termos da legislação específica;
- A Administração deverá ser responsável pela complementação dos custos envolvidos nas ações estruturais e não estruturais da drenagem urbana e manejo das águas pluviais;
- A Administração deverá garantir que as obras e serviços venham a ser executados atendendo todas as legislações referentes à segurança do trabalho.

4.3 PLANO DE METAS

O PMSB tem como princípio básico o atendimento das metas fixadas, sendo que as ações previstas são meios decorrentes da necessidade de atendimento das mesmas.

Concomitantemente à apresentação de cada meta fixada, faz-se também a indicação da forma de avaliação das mesmas, através da formulação de indicador específico. Dessa maneira, atende-se ao item da Lei No 11.445/07, no que se refere ao cumprimento do Art.19, Inciso V: “Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações Programadas”. Esses indicadores específicos para acompanhamento das metas fazem parte do conjunto de indicadores a serem propostos e serão complementados por outros de natureza técnica, operacional, administrativa e financeira.

A exemplo dos demais serviços de saneamento, as necessidades futuras do Sistema de Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais foram subdivididas em três grupos: curto, médio e longo prazo.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 734
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 226
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

4.3.1 MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS

Com vistas à melhoria da qualidade de vida, das condições ambientais e de saúde pública, atendendo às diretrizes da Política Federal de Saneamento Básico, a melhoria da qualidade dos recursos hídricos presentes no município de Três Forquilhas será definida como uma meta a ser atingida.

A qualidade dos corpos hídricos presentes em um município está diretamente ligada às condições de saneamento, em específico aos níveis de cobertura de coleta de esgoto e Resíduos sólidos, além do correto tratamento e disposição final de ambos.

Um sistema de esgotamento sanitário deficiente faz com que o efluente seja lançado no corpo receptor ou no solo sem a qualidade mínima exigida por dispositivos legais, sendo o principal causador da contaminação das águas em áreas urbanas. Da mesma maneira, a disposição de resíduos sólidos em áreas inadequadas permite que potenciais contaminantes atinjam os corpos hídricos superficiais e/ou subterrâneos.

A Resolução CONAMA n° 357, de 17 de março de 2005, apresenta a classificação para as águas doces, salobras e salinas do país, baseado no uso destas águas e com os respectivos parâmetros mínimos exigidos para cada enquadramento. Tal enquadramento serve de referência para os padrões mínimos de qualidade exigidos nos lançamentos de efluentes nos cursos d água, de modo que o corpo hídrico não sofra alterações na sua classe.

Para o alcance das metas estipuladas deverão ser realizadas ações que visam principalmente fiscalizar e regularizar os lançamentos de efluentes e/ou a contaminação por resíduos sólidos nos corpos hídricos, através tanto da atuação do órgão ambiental municipal na fiscalização, monitoramento e liberação de licenças ambientais, como dos órgãos ambientais estaduais e federais, em casos específicos que excedem a autonomia municipal.

4.3.2 LANÇAMENTOS DE ESGOTO NO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

O atendimento da meta de melhoria da qualidade dos recursos hídricos exige que sejam tomadas medidas que busquem a eliminação do lançamento de esgotamento sanitário sem tratamento adequado nos corpos hídricos do município. Estes lançamentos podem ser feitos diretamente nos curso de água ou atingir de maneira indireta, através das

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 735
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 227
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

ligações das soluções individuais de esgoto que não possuem a devida eficiência de tratamento em galerias de águas pluviais.

Estas medidas visam melhorar a qualidade das águas pluviais e, consequentemente, dos recursos hídricos, uma vez que os principais problemas de poluição difusa na rede de drenagem provem de lançamentos de esgoto.

Sabe-se que apenas o tratamento com fossa séptica não garante o tratamento adequado do esgoto doméstico e, para tanto, se recomenda a limpeza do dispositivo a cada seis meses, em média. O município de Três Forquilhas deverá adotar a exigência de fossa séptica combinada com filtro anaeróbio seguido de sumidouro, vala de infiltração.

Propõe-se que as soluções individuais de esgoto sanitário que estão ligadas à rede de drenagem sejam eliminadas e na impossibilidade desta, que sejam fiscalizadas para avaliação da eficiência do tratamento e atendimento aos padrões de lançamento de efluentes da Resolução CONAMA n° 430 de 13 de maio de 2011 e da NBR 13969/97 - Tanques sépticos: Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos; Projeto, construção e operação, de maneira que a meta de qualidade dos recursos hídricos seja atingida independente da evolução do atendimento da área urbana com o sistema de esgotamento sanitário.

Em médio prazo, quando houver a rede coletora de esgoto, estas ligações de esgoto deverão ser vistoriadas a fim de identificar possíveis lançamentos indevidos de esgoto na rede de drenagem pluvial. Quando identificados, o proprietário deverá ser notificado a tomar as providências necessárias para ligar-se a rede de esgoto.

As ações para atendimento desta meta deverão ser uma parceria entre o Setor de Engenharia, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras e Vigilância Sanitária.

4.3.3 MICRODRENAGEM

4.3.3.1 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Conforme o Diagnóstico apresentado anteriormente o percentual de vias urbanas que possuem sistema implantado é de 20%.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 736
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 228
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Portanto, foi estabelecida a meta para universalização do sistema com base que no Ano 01 sejam realizadas ações para medição do sistema implantado e atualização cadastral.

Na estipulação do início de mensuração da meta levou-se em consideração o tempo para a realização de projetos de micro drenagem para as áreas que ainda não possuem rede de drenagem pluvial. Neste sentido, parte-se do princípio que toda nova via pavimentada no município deverá contar com a implantação do sistema de micro drenagem.

O indicador proposto visa apresentar a proporção existente do sistema viário urbano que possui sistema de drenagem, em relação ao comprimento total de vias urbanas pavimentadas, considerando que em geral, os sistemas de micro drenagem acompanham a malha viária por uma questão de ordem técnica e prática (áreas públicas por onde passam as infraestruturas urbanas).

4.3.3.2 EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE MICRODRENAGEM

Os sistemas de micro drenagem urbana deverão funcionar adequadamente, visando à diminuição de problemas de inundações causados por sub-dimensionamento obstruções ou má conservação do sistema.

Entende-se como funcionamento adequado do sistema de micro drenagem a não ocorrência de alagamentos para precipitações com um Tempo de Retorno inferior a 5 anos, para áreas residenciais e comerciais da zona urbana, e Tempo de Retorno inferior a 10 anos para as principais avenidas do município. Considera-se Tempo de Retorno como sendo o intervalo médio em anos em que um determinado evento pode ser superado ou igualado pelo menos uma vez.

A identificação da ocorrência de alagamentos poderá ser obtida através de Programa de Interação com a Comunidade, ou constatação da equipe técnica da unidade a ser criada especificamente para gestão dos serviços de drenagem urbana.

4.3.3.3 EFICIÊNCIA DA MACRODRENAGEM URBANA

Atualmente o Sistema de Macrodrenagem em Três Forquilhas consegue suprir a demanda existente, porém ao longo dos anos de implantação do Plano este sistema deverá ser ampliado para suprir a demanda de novas moradias. Deverá ser criado um encontra-se

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 737
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 229
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

deficiente devido principalmente ao processo de ocupação urbana no Plano Diretor de Drenagem Urbana – PDDU.

O PDDU é o conjunto de diretrizes que determinam a gestão do sistema de drenagem cujo objetivo é minimizar o impacto ambiental devido ao escoamento das águas pluviais. Trata-se de um plano complementar ao Plano Municipal de Saneamento Básico, uma vez que o nível de aprofundamento em elementos, critérios técnicos de projeto e estudos complementares necessários é muito maior.

A ocupação urbana é acompanhada pela impermeabilização do solo, que por sua vez aumenta a vazão específica das áreas de contribuição das bacias hidrográficas e a velocidade com que estas águas atingem os cursos d água, elevando-se rapidamente o nível das águas.

4.4 PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES.

As proposições para o sistema de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, através de Programas, Projetos e Ações, permitem auxiliar o gestor do sistema a atingir as metas anteriormente propostas, visando à melhoria do sistema de drenagem urbana e minimizando os riscos de enchentes e inundações.

4.4.1 ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA ATENDIMENTO DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA

Como a responsabilidade da gestão do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais do município de Três Forquilhas é partilhada entre a Secretaria Municipal de Obras, através do Setor de Engenharia, se faz necessária à estruturação de uma unidade específica para a gestão do sistema de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
Sugere-se que esta unidade seja vinculada a Secretaria Municipal de Obras para dar suporte técnico às ações não estruturais associadas à drenagem, além de reunir todas as responsabilidades inerentes ao setor de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, quais sejam:

- Execução e fiscalização de projetos, manutenções preventivas e corretivas, atualmente a cargo da SMO;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 738
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 230
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- Elaboração de projetos oriundos dos serviços públicos, aprovação de projetos oriundos de terceiros e cadastramento dos projetos e obras (as built) do sistema de drenagem urbana, atualmente a cargo do Setor de Engenharia;

Para tanto, sugere-se uma equipe mínima composta por um engenheiro civil ou sanitarista, um arquiteto, um topógrafo, um técnico em geoprocessamento, um técnico em saneamento, um fiscal e um quadro de operários para ações de implantação e manutenção composto por pelo menos dois motoristas (operadores dos caminhões), dois encarregados e quatro operários.

Além dos recursos humanos, serão necessários recursos técnicos e operacionais exclusivos para o setor tais como uma locação física específica para o setor, microcomputadores, impressoras, um caminhão caçamba, um caminhão munck, um caminhão hidro jato, uma retroescavadeira e ferramentas para os operários.

O quantitativo de recursos humanos, técnicos e operacionais deve ser reavaliado periodicamente com a evolução da cobertura da rede de drenagem e/ou verificação da necessidade, tendo por base a demanda de serviços e atividades.

4.4.2 ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO DO SISTEMA DE MICRODRENAGEM

Conforme constatado no diagnóstico do sistema de drenagem e manejo das águas pluviais, o cadastro do sistema de micro drenagem encontra-se defasado, confuso e não georreferenciado, sem maiores detalhes técnicos e de pouca confiabilidade.

Portanto, faz-se necessária a revisão e detalhamento deste cadastro relacionado ao sistema existente, de modo que se obtenha uma maior confiabilidade neste importante instrumento de apoio à gestão. A relevância de tal ação se dá na medida em que são desenvolvidos novos projetos, sendo necessária para compatibilização do sistema existente com novos sistemas projetados.

O Setor de Engenharia vem realizando a atualização do cadastro técnico de drenagem concomitantemente à elaboração de novos projetos de micro drenagem. Tal ação deve ser continuada e padronizada quanto à adoção de critérios, georreferenciamento das informações, especificações técnicas e informações mínimas para o detalhamento e compreensão do sistema de micro drenagem.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 739
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 231
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

4.4.3 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

Esta medida visa promover um programa para desassoreamento e manutenção dos sistemas de micro e macrodrenagem, englobando desobstrução de córregos, rios, canais, bueiros, galerias e demais dispositivos que compõem o sistema de drenagem.

Quando da realização da manutenção do sistema, a equipe de manutenção deverá verificar em campo as informações cadastrais e repassar ao responsável pelo cadastro técnico no Setor de Engenharia ou para a unidade a ser criada especificamente para gestão do sistema de drenagem, visando à complementação do mesmo sempre que necessário.

A unidade a ser criada especificamente para gestão do sistema de drenagem deverá possuir maquinário e equipamentos próprios adequados para executarem as tarefas inerentes ao sistema. Também deverá ser elaborado um programa para o planejamento, execução e controle de serviços de manutenção nos sistemas de micro e macrodrenagem, abrangendo:

- **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

Desenvolvimento de um **Plano de Manutenção e Limpeza**, que visa à elaboração de um programa de ações para a remoção de todos os detritos (areia, pedregulhos, rochas em decomposição, restos de vegetação, etc.) depositados ao longo do sistema de drenagem, principalmente em pontos onde causa obstrução na vazão das águas pluviais em períodos de chuvas intensas.

O plano de trabalho deverá garantir a manutenção preventiva da rede de drenagem pluvial e seus dispositivos de coleta, de maneira que se atinjam as metas estipuladas. Caso ocorram pontos de alagamentos isolados em locais onde a manutenção preventiva foi realizada de forma adequada, devem-se realizar estudos complementares para investigação da causa, verificações de sub-dimensionamento dos dispositivos ou outras interferências.

Deverá ser realizada a execução dos serviços relativos aos programas de limpeza e manutenção preventiva dos sistemas de drenagem a partir do Ano 01, sendo controlado com base no índice de **Manutenção Preventiva do Sistema de Drenagem** (IMPSD), de maneira que **todo o sistema de drenagem implantado receba manutenção preventiva a cada ano**, ou seja, 100% da rede de drenagem implantada devem receber manutenção preventiva, anualmente.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 740
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 232
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Em maiores detalhes, o índice IMPSD pode ser determinado anualmente através da seguinte expressão:

IMPSD = (compr. rede drenagem em que se realizou manutenção) x 100 (%)

(comprimento total rede de micro drenagem)

A manutenção preventiva do sistema deverá ser realizada conforme prevista em seu Plano de Manutenção e Limpeza, que contará com a limpeza de bocas-de-lobo, caixas coletoras e galerias de drenagem, quando necessário.

Deverá ser prevista uma equipe mínima necessária para a manutenção preventiva do sistema de drenagem urbana composta por um técnico em saneamento e três operários para os serviços gerais decorrentes desta manutenção. É valido ressaltar que esta equipe compõe o mínimo necessário para que se faça a manutenção do sistema de drenagem independente da extensão de rede, uma vez que não se dispõe desta informação. No entanto, deve-se avaliar a capacidade de atuação desta equipe de manutenção frente à extensão existente do sistema, de maneira que seja adequado este quadro de profissionais conforme ocorra a evolução da cobertura do sistema de drenagem urbana.

- **Manutenção Corretiva**

Deverá ser configurado um **Programa de Interação com a Comunidade** ou outro programa similar de atendimento pessoal à comunidade. Este programa dará suporte ao munícipe para efetuar reclamações e ajudar o setor responsável a identificar problemas, tais como: quebras em dispositivos coletores (boca-de-lobo, caixas de passagem, tubulações, entre outros), locais com inundações frequentes, descumprimento de legislação relativa à ocupação de áreas sujeitas à inundação, ligações indevidas de esgoto na rede de drenagem e disposição inadequada de resíduos sólidos no sistema de drenagem, além de pontos específicos apontados pelas ações de manutenção preventiva do sistema.

Ainda, deverá ser realizado um planejamento e um controle de execução das ordens de serviço para atendimento aos problemas identificados, além de um cadastro de solicitações de reparos.

4.4.4 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 741
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 233
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Esta medida visa à criação de um item específico e permanente para tratar do assunto drenagem urbana através do programa de educação ambiental existente na Administração Municipal, abrangendo escolas, entidades civis organizadas, associações em geral, entidades de classe, empresas e comércio local, moradores em áreas de risco, etc.

A educação é uma das grandes medidas que podem ser adotadas também na área da drenagem, exatamente porque possibilita a atuação em todas as faixas etárias da comunidade, todas as classes e grupos sociais, traz resultados imediatos e de médio e longo prazo.

Deve-se dar atenção à qualidade das águas pluviais, que por sua vez estão relacionadas com as práticas de limpeza pública das ruas, coleta e remoção de lixo e detritos urbanos e ligação indevida de esgoto na rede pluvial, através de ações específicas para o desenvolvimento de boas práticas juntamente com campanhas ambientais.

Os programas de educação ambiental poderão ser executados pelo Departamento de Meio Ambiente em parceria com a Secretaria de Educação e o Comitê da Bacia do Rio Tramandaí.

4.4.5 PROJETOS DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

4.4.5.1 NORMATIZAÇÃO TÉCNICA DE DRENAGEM URBANA

Deverá ser elaborada uma normativa técnica que contemple as diretrizes básicas para projetos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, estando o conteúdo deste documento de acordo com as Normas Técnicas de referência e literatura específica e que servirá para a elaboração, aprovação, execução e fiscalização de projetos de drenagem urbana.

Para tanto, será necessária a definição de parâmetros, estruturas, metodologias, dispositivos, entre outros, adequados à realidade das características físicas, socioeconômicas e ambientais do município.

Tanto projetos da Administração Pública como projetos de empreendimentos particulares deverão estar submetidos às diretrizes existentes nesta normativa a ser elaborada, de forma a padronizar os critérios técnicos adotados, os dispositivos utilizados e demais procedimentos tais como cadastro técnico *"as built"* e métodos construtivos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 742
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 234
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

De forma geral, a referida normativa deve conter no mínimo informações e diretrizes para:

- Tubulações ou galerias: diâmetro mínimo, declividade, velocidades de escoamento máximas, eixo e recobrimento mínimo, distância máxima entre dispositivos coletores (comprimento crítico) e poços de visita;
- Direcionamento acerca da documentação necessária, plantas, escala simbologia e convenções conforme formatos padrão ABNT, com dados dos locais, tais como ruas, quadras, lotes, plantas de situação e localização, além de informações sobre os projetos estruturais conforme normas técnicas vigentes ABNT, número de cópias suficientes para análise, aprovação, fiscalização e arquivo técnico, ART de projeto de drenagem, prazo para revalidação caso a obra não seja executada após aprovação dos projetos, entre diversas outras normatizações;
- Métodos de cálculo das vazões de projeto para pequenas bacias hidrográficas adequadas a diferentes áreas de drenagem;
- Padronização dos dispositivos de micro e macrodrenagem utilizados em projeto;
- Taxas de impermeabilização das bacias hidrográficas urbanas para definição de coeficiente de escoamento e vazão de projeto adequado.

O último item supracitado merece uma atenção particular, pois a adoção adequada destes parâmetros influencia diretamente na eficiência do sistema de drenagem e no custo de implantação do projeto.

4.4.5.2 PROJETO DE MICRODRENAGEM URBANA

Deverá ser realizado o projeto para reavaliação e ampliação da rede existente, a ser executada conforme as metas de universalização do sistema. Este projeto deverá abranger todo o município e ser realizado até o Ano 3, para que no Ano 4 comecem a serem executadas as referidas obras de ampliação.

O projeto deverá ser composto no mínimo de: memorial de cálculo e descritivo, relação de materiais e orçamento com especificação de materiais e mão-de-obra e conjunto de desenhos com detalhamento executivo, ART de projeto, conforme padrão adotado pela Administração Pública, incluindo projetos complementares visando à ampliação da cobertura e a correção de problemas na rede de micro drenagem existente, melhorias, locais para detenção junto ao sistema viário em pontos estratégicos como canteiros, rótulas, etc.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 743
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 235
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Este projeto deverá ser elaborado a partir das diretrizes elementares definidas a partir da normativa de diretrizes básicas para projetos de drenagem urbana para todo o município, Normatização Técnica de Drenagem Urbana.

4.4.5.3 MEDIDAS DE CONTROLE DO ESCOAMENTO NA FONTE

Estas medidas, chamadas de "Controle na Fonte" em drenagem urbana, visam promover a redução e a retenção do escoamento pluvial de forma a qualificar os sistemas tradicionais de drenagem pluvial e ao mesmo tempo evitar as ampliações destes, pois enquanto os sistemas tradicionais visam o escoamento rápido das águas pluviais, os dispositivos de controle na fonte procuram reduzir e retardar o escoamento. Esta medida deverá integrar de forma harmoniosa o sistema existente com novas soluções, ou seja, integrar as estruturas de transporte, de infiltração e de retenção das águas pluviais.

As obras e dispositivos de contenção na fonte são de pequenas dimensões e localizam-se próximas às fontes dos escoamentos. São exemplos destas obras aquelas que facilitem a infiltração no solo (tais como pavimentos permeáveis) e limite a entrada d água na rede de drenagem (tais como reservatórios que armazenam o deflúvio de áreas locais).

a) Implantação de Pavimentos Permeáveis

Os pavimentos permeáveis (ou porosos) são normalmente de bloco vazado em concreto ou asfalto, apresentando como vantagem a redução do escoamento superficial previsto com relação à superfície permeável. Os pavimentos permeáveis devem ser utilizados em parques, passeios, estacionamentos, quadras esportivas e ruas de pouco tráfego. Estima-se que o custo de implantação deste tipo de pavimento seja da ordem de 30% mais oneroso que o pavimento comum.

Propõe-se que a Secretaria Municipal de Obras, através de uma política interna, realize esta ação nos passeios e estacionamentos dos edifícios públicos, tais como: escolas, postos de saúde, hospitais, administração, etc.

Sugere-se ainda que a Administração Municipal, da forma que lhe parecer mais conveniente, incentive a adoção desta prática pelos munícipes através, por exemplo, de benefícios financeiros na cobrança do IPTU.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 744
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 236
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

b) Reservatório de Armazenamento Temporário no Lote

Estes dispositivos visam restringir a entrada dos escoamentos no sistema de drenagem, promovendo sua detenção. Os reservatórios de armazenamento temporário atuarão como estruturas compensatórias, restituindo o armazenamento natural perdido após o processo de urbanização. É composto por uma estrutura de detenção para controle na fonte, atuando no próprio local onde o escoamento é gerado. Este dispositivo pode captar a água de todo lote ou apenas do telhado, podendo ainda ser realizado o reaproveitamento desta água para fins menos nobres.

O reaproveitamento da água da chuva gera as seguintes vantagens:

- Reduz o consumo de água da rede pública e do custo de fornecimento da mesma;
- Evita a utilização de água potável onde esta não é necessária, como por exemplo, na descarga de vasos sanitários, irrigação de jardins, lavagem de pisos, etc.;
- Faz sentido ecológica e financeiramente não desperdiçar um recurso natural;
- Ajuda a conter as inundações, represando parte da água que teria de ser drenada para galerias e rios;
- Encoraja a conservação de água, a autossuficiência e uma postura ativa perante os problemas ambientais da cidade.

Propõe-se que o município elabore um Projeto Lei que torne obrigatória a execução de reservatório para as águas pluviais coletadas por coberturas e pavimentos nos lotes, edificados ou não. Tal legislação deverá ser complementar a Lei Municipal do Código de Obras, e sua principal vantagem é repassar aos empreendedores uma parcela de responsabilidade para o não agravamento, por conta de suas obras, dos problemas de enchente no município.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a Lei Municipal n° 13.276/02, regulamentada pelo Decreto n° 41.814/02, torna obrigatória a execução de reservatórios para as águas coletadas por coberturas e pavimentos nos lotes, edificados ou não, tenham área impermeabilizada superior a 500m². A formulação básica para dimensionamento desses reservatórios é:

Onde:

- é o volume do reservatório (m³);

- é a área impermeável do terreno (m²);

- é precipitação em mm/h;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 745
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 237
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- é o tempo de duração da chuva (1 h).

Isso representa uma reservação obrigatória de 4,5m³ para uma área impermeabilizada de 500m². Outro aspecto interessante desta legislação é a obrigatoriedade de manter permeáveis 30% da área do terreno.

Tal legislação poderá prever as seguintes situações:

- A água contida pelo reservatório deverá preferencialmente ser reutilizada para finalidades não potáveis, como na lavagem de veículos ou de áreas externas, para regar jardins ou utilizada como água industrial e na utilização em descargas de vasos sanitários, ou podendo ser despejada na rede pública de drenagem após 1 (uma) hora de chuva.
- Os estacionamentos em terrenos autorizados, existentes e futuros, deverão ter ao menos 50% de sua área com piso drenante ou com área naturalmente permeável.
- Nos casos enquadrados nesta Lei, por ocasião do pedido de Habite-se ou da aceitação de obras, deverá ser apresentada a descrição sucinta do sistema a ser instalado e, ainda, de que os reservatórios e as instalações prediais destinadas ao reuso da água para finalidades não potáveis, quando previsto, estão atendendo às normas sanitárias vigentes e às condições técnicas específicas estabelecidas pelo órgão municipal responsável pela Vigilância Sanitária, bem como à regulamentação técnica específica do órgão municipal responsável pelo sistema de drenagem.

4.4.5.4 SISTEMA DE PREVISÃO E ALERTA

Os Sistemas de Previsão e Alerta de Desastres Naturais são ferramentas fundamentais tanto para a tomada de ações preventivas como também para identificação de áreas vulneráveis a inundações e deslizamentos, além da conscientização da população sobre a localização e risco destas áreas.

Atualmente o Brasil conta com o Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais (CEMADEN), ligado ao Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), em operação desde dezembro de 2011. O CEMADEN tem por objetivo desenvolver, testar e programar um Sistema de Previsão e Alerta em áreas suscetíveis de todo o Brasil. Este

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 746
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 238
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

sistema encontra-se em fase inicial de desenvolvimento contemplando um total de 34 municípios das regiões sudeste e sul.

Especificamente, a região Sul do Brasil já possui um Sistema de Previsão e Alerta implantando, em fase de testes, sob coordenação do Grupo Geodesastres-Sul do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais (CRS) em Santa Maria/RS. Este sistema atende aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entretanto as informações são disponibilizadas apenas para as Defesas Civis estaduais, regionais e municipais, sendo restrito o acesso ao público em geral.

Segundo informações da Defesa Civil Estadual, embora este sistema esteja em fases de testes, os alertas são emitidos a todos os municípios. Cabe a Defesa Civil do município de Três Forquilhas acompanharem estes alertas para que as ações emergenciais sejam tomadas em tempo hábil.

4.4.5.4.1 SISTEMA DE PREVISÃO E ALERTA DE TRÊS FORQUILHAS

Recomenda-se, ainda, que o município de Três Forquilhas desenvolva um sistema de monitoramento e alerta para o gerenciamento das áreas inundáveis com base em dados de escala local.

Deverá ser implantado pela Defesa Civil Municipal um sistema de previsão e alerta hidro meteorológico, que permitirá o monitoramento, em tempo real, da intensidade das chuvas e do nível dos rios em âmbito municipal, contemplando as peculiaridades locais.

A implantação, manutenção e operação do sistema ficarão a cargo da Defesa Civil Municipal, por esta apresentar capacidade para tomar as devidas ações referentes a situações extremas, como no caso de inundações e enchentes. Ainda, as informações devem ser constantemente repassadas para o Setor de Engenharia, com o intuito de criar uma base histórica de dados que funcione para atualizar as normativas para futuras ações e projetos de drenagem.

Para tanto, recomenda-se a instalação de estações hidro meteorológicas no município de Três Forquilhas, até o Ano 3, a fim de realizar monitoramento de parâmetros ambientais e hidrológicos que possam auxiliar na prevenção de prejuízos decorrentes de eventos de grande magnitude, bem como para caracterização do município no que diz respeito ao seu comportamento ambiental.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 747
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 239
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

As estações deverão ser localizadas em locais estratégicos e de relevância técnica e ambiental segundo as Normas Técnicas, literatura específica, ou conforme consultas a órgãos tais como o INMET. O Quadro 178 apresenta as recomendações da Organização Mundial de Meteorologia para número de estações de monitoramento de acordo com as

Além da implantação das estações de monitoramento hidro meteorológico deverá ser realizado o mapeamento detalhado das áreas suscetíveis à inundação e deslizamentos em escala compatíveis (entre 1:5.000 e 1:10.000). Este mapeamento servirá não apenas para atualização dos cadastros da Defesa Civil Municipal como também para alimentar o Sistema de Previsão e Alerta, auxiliar na contabilização de danos e ações de resgate em futuros desastres.

Sugere-se a utilização da plataforma Terrama2 (antigo SISMADEN), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, para o desenvolvimento do Sistema de Previsão e Alerta do Município de Três Forquilhas. A utilização da plataforma Terrama2 apresenta como principais vantagens ser uma ferramenta disponibilizada gratuitamente pelo INPE (ver http://www.dpi.inpe.br/terrama2/) além de ser adaptável a diversas situações e realidades e possível de se obter treinamento para sua implantação e operação.

Os requisitos mínimos para a implantação do Sistema de Previsão e Alerta do município de Três Forquilhas são:

- Elaboração do mapeamento das áreas de risco;
- Capacitação membros da Defesa Civil para implantação e operação do sistema;
- Computador para processamento dos dados;
- Implantação de estações meteorológicas no município;
- Elaboração de um portal de internet para divulgação das informações geradas.

As informações geradas pelo Sistema de Previsão e Alerta deverão ser fornecidas para consulta da população em geral em tempo real, via portal na internet.

4.5 RESUMO E CRONOGRAMA DAS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

As obras e serviços previstos nos programas e projetos dos serviços de drenagem urbana do PMSB do Município de Três Forquilhas estão detalhados por etapas, assim caracterizadas:

Etapa 1/Meta Curto Prazo: Ano 1° ao 4º;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 748
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 240
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Etapa 2/Meta Médio Prazo: Ano 5º ao 8º; e

Etapa 3/Meta Longo Prazo: Ano 9° ao 20º.

O Quadro 8 detalha estas obras e serviços por etapa de implantação do PMSB.

AÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO
Estruturação organizacional	X		
Elaboração e implantação do programa de manutenção preventiva e corretiva	X		
Programa de educação ambiental	X		
Micro drenagem 80% das vias urbanas		X	X
Medidas de controle e escoamento	X		

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 749
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 241
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

5. ANEXOS

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 750
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 242
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

5.1 ATA REUNIÃO

Ata n.º 003/2012

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se na sala da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, os membros do Comitê de Coordenação e a Empresa Zimmermann, para avaliação da Etapa dos Prognósticos e Ações a serem desenvolvidas no município a curto, médio e longo prazos. A apresentação do Prognóstico foi feita pelo Biólogo Diego da empresa Zimmermann. Todas as ações apresentadas dizem respeito ao diagnóstico referente ao saneamento, nas áreas de prestação de serviço de água, esgoto, drenagem pluvial e resíduos sólidos. Também a qualidade e a distribuição da água do município; coleta de lixo que está sendo feito por veículo inadequado, com funcionários trabalhando sem equipamentos de proteção individual; Os resíduos de criações de animais na zona urbana muitas vezes acabam sendo lançados nos córregos ou nos rios do município; A distribuição de entulhos de restos de construções sendo depositados em lugares inadequados, como terrenos vazios ao lado do calçamento central; Os reservatórios de água não possuem proteção devida nos seus arredores. Este diagnóstico serviu para embasar a elaboração do Prognóstico apresentado pelo Biólogo Diego. Os principais pontos desse Prognóstico foram discutidos entre os presentes e a partir dessa discussão foram aprovadas as etapas de ações para o Prognóstico. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que será lida e assinada por mim e os demais participantes, Elisângela Martins Percheron, Gleize Selau Blehm,



Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 751
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 243
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

5.2 FOTOS DA REUNIÃO





Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página
752
Processo
01070-0200/22-0
Página da peça
244
Peça
5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FORQUILHAS



RELATORIO FINAL

CONTRATO N° 28/12
ZIMMERMAN
SOLUÇÕES AMBIENTAIS
DEZ 2012

VOLUME 4- MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL E LEGISLAÇÃO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 753
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 245
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TRÊS FORQUILHAS

VOLUME 1 – PLANO DE TRABALHO e PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

VOLUME 2- PROPOSTA METODOLÓGICA, CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICIPIO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

VOLUME 3- PROGNÓSTICOS PARA OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, PROGRAMAS E AÇÕES

VOLUME 4- MECANISMOS E PROCEDIMENTO DE CONTROLE SOCIAL E LEGISLAÇÃO

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 754
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 246
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Sumário

APRESENTAÇÃO 3
1. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA O CONTROLE SOCIAL 4
1.1 INDICADORES DE INTERESSE 4
1.1.1 BASE CONCEITUAL 4
1.2 OBJETIVOS E AÇÕES DO SISTEMA DE INDICADORES 5
1.3 DESCRIÇÃO DOS INDICADORES 6
1.4 ESTRATÉGIA PARA IMPLANTAÇÃO DOS INDICADORES 18
2. AÇÕES DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA 19
2.1 FASES DE ADMINISTRAÇÃO 22
3. ELABORAÇÕES LEGISLATIVAS 32
ANEXOS 52
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA 01 52
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA 02 53
CONVITE AUDIENCIA FINAL 54
FOTOS 55
ATA 57
LISTA DE PRESENÇA 58

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 755
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 247
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

APRESENTAÇÃO

O presente documento consiste no relatório dos Mecanismos de Controle Social, Volume 4 do Relatorio Final do Plano Municipal de Saneamento Básico de Três Forquilhas, relativo ao Contrato 28/2012, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Três Forquilhas e a Empresa ZIMMERMANN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Os mecanismos para o controle da qualidade dos serviços foram elaborados baseados nos sistemas de indicadores enumerados abaixo, para medir e acompanhar a qualidade dos serviços de saneamento básico no Município de Três Forquilhas.

As informações foram consolidadas em um único volume composto de texto, fotos, desenhos dos prognósticos, metas, programas e ações.

O Volume está estruturado em três capítulos, com os seguintes títulos:

1. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA O CONTROLE SOCIAL;
2. AÇÕES DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA;
3. ELABORAÇÕES LEGISLATIVAS;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 756
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 248
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

1. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA O CONTROLE SOCIAL

1.1 INDICADORES DE INTERESSE

1.1.1 BASE CONCEITUAL

Um indicador de desempenho no Setor Saneamento é uma medida quantitativa de um aspecto particular do desempenho da entidade operadora e/ou do seu nível de serviço. É um instrumento de apoio à monitoração da eficiência e da eficácia da entidade gestora, e de controle da entidade reguladora, simplificando uma avaliação que de outro modo seria mais complexa e subjetiva.

Os indicadores são índices matemáticos que refletem um determinado momento em relação a uma situação, mostrando como esta se encontra, suas variações e diferenças comparativas (entre si, no próprio Município e também em relação a outros municípios que possuam situações semelhantes) ao longo do tempo, são em geral, adotados em função dos processos que eles monitoram, tendo como função básica a quantificação da situação de forma a comunicar os progressos alcançados e ou a evolução dos fatos analisados.

Os indicadores deverão ser adotados como forma permanente de avaliação de desempenho, com análise periódica de seus resultados e respectivas críticas. Além da implantação gradativa dos indicadores como instrumentos de gestão para o monitoramento, fiscalização e avaliação também poderão ser incrementados ao longo de sua aplicação.

Os serviços de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos já possuem um sistema de indicadores consolidado nacionalmente através do SNIS. Para o serviço de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas não existe ainda um sistema de indicadores com formulação dentro de sistemas oficiais como o SNIS.

Para o controle dos indicadores, propõe-se o desenvolvimento de um sistema informatizado que seja estruturado de tal forma que possam sem agregados novos indicadores de forma sistêmica.

Existe um consenso entre todas as abordagens relativas aos indicadores de desempenho dos serviços de saneamento, que, tão importante quanto o correto enunciado conceitual do indicador, é a confiabilidade da informação primária que lhe dá origem.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 757
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 249
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Nesses termos, de pouco adianta estabelecer um elenco completo de indicadores que teoricamente dariam conta da exata situação operacional dos serviços, se a capacidade de coleta de informações primárias não corresponder ao nível de precisão necessário.

Os indicadores devem ser calculados com periodicidade definida, com base nos dados referentes ao período dos 12 meses anteriores ao mês de referência. Para que atendam aos objetivos a que foram propostos, é fundamental a confiabilidade dos dados utilizados nos cálculos.

Com a finalidade de atingir objetivos na gestão operacional, a entidade operadora dos sistemas, deve procurar elevados padrões de eficiência e de eficácia:

- A **eficiência** mede até que ponto os recursos disponíveis são utilizados de modo otimizado para a produção do serviço.
- A **eficácia** mede até que ponto os objetivos de gestão definidos, específica e realisticamente, foram cumpridos.
- Um **indicador de desempenho** é uma medida quantitativa de um aspecto particular do desempenho da entidade operadora ou do seu nível de serviço. É um instrumento de apoio à monitoração da eficiência e da eficácia da entidade gestora, e de controle da entidade reguladora, simplificando uma avaliação que de outro modo seria mais complexa e subjetiva.

1.2 OBJETIVOS E AÇÕES DO SISTEMA DE INDICADORES

O objetivo deste item é fornecer um quadro de referência de indicadores gerenciais de desempenho, que constitua efetivamente um instrumento de apoio à gestão e fiscalização da operação dos sistemas de saneamento do município de Três Forquilhas.

Constituem objetivos complementares importantes:

- Disponibilizar subconjuntos de indicadores para uso do operador, de acordo com as suas necessidades específicas;
- Fornecer informações confiáveis aos órgãos gerenciadores dos sistemas de saneamento;
- Permitir futuras comparações entre entidades gestoras de saneamento no âmbito de iniciativas de “benchmarking”.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 758
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 250
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

O uso de indicadores de desempenho visa potencialmente as seguintes ações:

- Permitir que a entidade reguladora acompanhe o cumprimento das metas e objetivos fixados no Plano de Saneamento;
- Facilitar uma melhor e mais oportuna resposta por parte dos operadores;
- Permitir um melhor monitoramento dos efeitos das decisões de gestão;
- Fornecer a informação de suporte a uma atitude pró-ativa da gestão, em alternativa a uma atitude reativa, baseada nas disfunções aparentes dos sistemas;
- Permitir destacar os pontos fortes e fracos dos diversos setores da operadora, e assim apoiar a adoção de medidas corretivas para melhoria da produtividade, dos procedimentos e das rotinas de trabalho;
- Facilitar a implementação de um sistema de gestão pela qualidade total, constituindo um meio de valorização da qualidade global e da eficiência no interior da organização;
- Facilitar a implementa ão de rotinas de “benchmarking”, quer internamente entidade gestora (comparando o desempenho obtido em unidades operacionais ou em sub-sistemas diferentes), quer externamente (comparando o seu desempenho com o de outras entidades gestoras semelhantes), promovendo melhorias de desempenho;
- Proporcionar uma base técnica de suporte a processos de auditoria da atividade da entidade gestora e de previsão dos efeitos de recomendações resultantes dessas auditorias.

1.3 DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

Através do Plano de Metas indicou-se alguns indicadores para que sejam acompanhadas as metas propostas pelo Plano Municipal de Saneamento, no entanto através dos Quadros 1, 2 e 3 apresentam-se estes e os demais indicadores para acompanhamento do desempenho dos setores de saneamento.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

QUADRO 01- Indicadores de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

RELAÇAO DE INDICADORES DE DESEMPENHO					
NOME DOS INDICADORES	**DEFINIÇÃO**	**FREQUÊNCIA**	**UNID**	**COMPOSIÇÃO**	**FINALIDADE**
A. INDICADORES DE MERCADO					
A1. INDICADORES SERVIÇOS DE ÁGUA	% DA POPULAÇÃO SERVIDA COM ÁGUA	SEMESTRAL	%	A1=(QTDADE IMÓVEIS LIGADOS/QDADE DE IMÓVEIS EDIFICADOS) X100	AVALIAR O GRAU DE ATENDIMENTO DO MERCADO
A2. COBERTURA DE SERVIÇO DE ESGOTO	% DA POPULAÇÃO SERVIDA COM ESGOTO	SEMESTRAL	%	A2=(QTDADE DE IMÓVEIS LIGADO/QTDADE DE IMÓVEIS EDIFICADOS) X 100	AVALIAR O GRAUD DE ATENDIMENTO DO MERCADO
B. INDICADORES DE PRODUÇÃO					
B1. VOLUME DE ÁGUA TRATADA/RAMAL	RELAÇÃO ENTRE O VOLUME DE ÁGUA TRATADA MENSALMENTE POR RAMAL /TOTAL DE ÁGUA	MENSAL	m3/ramal	B1= VOLUME DE ÁGUA TRATADA/TOTAL DE RAMAL DE ÁGUA	ORIENTAR PROJETOS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA
B3. PRODUÇÃO DE ÁGUA	% VOLUME DE ÁGUA TRATADA EM RELAÇÃO AO VOLUME DE ÁGUA CAPTADA	MENSAL	%	B3=(VOLUME DE ÁGUA TRATADA MENSAL/VOLUME DE ÁGUA CAPTADA) X100	AVALIAR AS PERDAS NO SISTEMA DE TRATAMENTO E ADUÇÃO
B4. PRODUÇÃO POR DEMANDA PROJETADA	VOLUME PRODUZIDO POR CONSUMO D EÁGUA	ANUAL	%	B4= (VOUME TOTAL PRODUZIDO ANO/VOLUME TOTAL PROJETADO ANO)X100	AVALIAR A PRODUÇÃO DE ÁGUA EM FUNÇÃO DO CONSUMO
B5. REGULARIDADE DE ABASTECIMENTO NA PRODUÇÃO	REGULARIDADE DE ABASTECIMENTO	MENSAL	%	B5= (TOTAL DE HORAS PARADAS POR PROBELAS OPERACIONAIS/ TOTAL DE HORAS DO MÊS) X100	AVALIAR A REGULARIDADE DE ABASTECIMENTO NA PRODUÇÃO

ACESSO P029A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 251 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 759

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

QUADRO 01- Indicadores de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (CONTINUAÇÃO)

RELAÇAO DE INDICADORES DE DESEMPENHO					
NOME DOS INDICADORES	**DEFINIÇÃO**	**FREQUÊNCIA**	**UNID**	**COMPOSIÇÃO**	**FINALIDADE**
C. INDICADORES, PERCENTUAIS DE PERDA					
C1. ÍNDICE DE PERDAS DE FATURAMENTO	% DE PERDAS POR FATURAMENTO	MENSAL	%	C1=(VOLUMET TOTAL DE ÁGUA PRODUZIDA/VOLUME TOTAL DE ÁGUA FATURADA) X100	AVALIAR PERDA DE FATURAMENTO
C3. INDICE DE PERDAS NA PRODUÇÃO DE ÁGUA	% DE PERDAS NA PRODUÇÃO	MENSAL	%	C3=(VOLUME TOTAL FORNECIDO A PRODUÇÃO – VOLUME TOTAL TRATADO/VOLUME TOTAL	AVALIAR A PERDA NA PRODUÇÃO DE ÁGUA
C4. ÍNDICE DE PERDAS NA ADUÇÃO DE ÁGUA TRATADA	% DE PERDAS NA ADUÇÃO DE ÁGUA TRATADA	MENSAL	%	C4= (VOLUME TOTAL FORNECIDO PARA ADUÇÃO – VOLUME TOTAL DE ÁGUA DISTRIBUÍDA)/ VOLUME TOTAL FORNECIDO PARA ADUÇÃO) X100	AVALIAR PERDAS NA ADUÇÃO D EÁGUA TRATADA
C5. ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO	% DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO	MENSAL	%	C5= (VOLUME DE ÁGUA MACROMEDIDO NA PRODUÇÃO)/ (SOMA VOLUME MICROMEDIDO + VOLUME ESTIMADO)	AVALIAR PERDA NA DISTRIBUIÇÃO
D. INDICADORES TÉCNICOS DE PERDAS					
D1. ÍNDICE DE PERDAS POR RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO	VOLUME DE PERDAS POR RAMAL	MENSAL	L/ ramal	D1= ((VOLUME DE ÁGUA PRODUZIDO – VOLUME DE ÁGUA MICROMEDIDO)/ TOTAL RAMAIS DE ÁGUA)	AVALIAR A PERDA DE ÁGUA POR RAMAL
E. INDICADORES DE INFRA-ESTRUTURA					
E1. ÍNDICE DE MACROMEDIÇÃO NA PRODUÇÃO	% DE VOLUME DE ÁGUA MACROMEDIDO NA PRODUÇÃO	TRIMESTRAL	%	E1= (TOTAL DE PONTOS COM MEDIDORES NAS SAÍDAS DAS ETAS/TOTAL DE PONTOS NAS SAÍDAS DAS ETAS) X100	AVALIAR A EVOLUÇÃO DA MACROMEDIÇÃO NA PRODUÇÃO
RELAÇAO DE INDICADORES DE DESEMPENHO					

ACESSO P029/A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 252 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 760

NOME DOS INDICADORES	DEFINIÇÃO	FREQUÊNCIA	UNID	COMPOSIÇÃO	FINALIDADE
E2. ÍNDICE DE MACROMEDIÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO	% DE VOLUME DE ÁGUA MACROMEDIDO NA DISTRIBUIÇÃO	TRIMESTRAL	%	E2= (TOTAL DE PONTOS COM MEDIDORES NAS SAÍDAS DOS RESERVATÓRIOS/ TOTAL DE PONTOS NAS SAÍDAS DOS RESERVATÓRIOS) X100	AVALIAR A EVOLUÇÃO DA MACROMEDIÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO
E3. ÍNDICE DE COBERTURA DA MICROMEDIÇÃO	% COBERTURA DA MICROMEDIÇÃO	MENSAL	%	E3= (TOTAL DE LIGAÇÕES COM HIDRÔMETROS/TOTAL DE LIGAÇÕES DE ÁGUA)X100	AVALIAR A COBERTURA DA MICROMEDIÇÃO
E4. ÍNDICE DE OTIMIZAÇÃO DA MICROMEDIÇÃO	% DE HIDRÔMETROS SUBSTITUÍDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DIMENSIONADO COMO INADEQUADO	MENSAL	%	E4= (TOTAL DE HIDRÔMETROS SUBSTITUÍDOS/TOTAL DE HIDRÔMETROS INADEQUADOS) X100	AVALIAR A EVOLUÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS INADEQUADOS
E5. ÍNDICE DE HIDRÔMETROS ADEQUADOS	% HIDRÔMETROS ADEQUADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RAMAIS COM HIDRÔMETROS	MENSAL	%	E5= (TOTAL DE HIDROMETROS ADEQUADOS/ TOTAL DE HIDROMETROS) X 100	AVALIAR O NIVEL DE HIDRÔMETROS ADEQUADOS
E6. ÍNDICE DE VAZAMENTOS NA REDE	RELAÇÃO ENTRE VAZAMENTOS NA REDE POR EXTENSÃO DE REDE	MENSAL	Vaz rede/Km	E6= (TOTAL DE VAZAMENTOS NA REDE/ TOTAL DE EXTENSÃO DE REDE)	AVALIAR A EFICIÊNCIA DA DETECÇÃO DE VAZAMENTOS NA REDE
E7. ÍNDICE DE VAZAMENTOS EM RAMAIS	RELAÇÃO ENTRE VAZAMENTOS EM RAMAIS POR TOTAL DE RAMAIS	MENSAL	Vaz rede/Km	E7 = (TOTAL DE VAZAMENTOS EM RAMAIS / TOTAL DE RAMAIS)	AVALIAR A EFICIÊNCIA DE DETECÇÃO DE VAZAMENTOS EM RAMAIS
E8. ÍNDICE DE VAZAMENTOS EM CAVALETES	% DE VAZAMENTOS EM CAVALETES POR TOTAL DE CAVALETES	TRIMESTRAL	%	E8 = (TOTAL DE VAZAMENTOS EM CAVALETES / TOTAL DE CAVALETES)x100	AVALIAR A EFICIÊNCIA DE DETECÇÃO DE VAZAMENTOS EM CAVALETES
RELAÇAO DE INDICADORES DE DESEMPENHO					

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

ACESSO P029/A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 253 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 761

NOME DOS INDICADORES	DEFINIÇÃO	FREQUÊNCIA	UNID	COMPOSIÇÃO	FINALIDADE
E9. ÍNDICE DE PRESSÃO MÍNIMA NA REDE	% DE KM REDE COM PRESSÃO MÍNIMA	TRIMESTRAL	%	E9= (EXTENSÃO DE REDE COM PRESSÃO ABAIXO DE 10mca/ EXTENSÃO TOTAL DE REDE) X100	AVALIAR NÍVEL DE PRESSÃO MININA NA REDE
E10. ÍNDICE DE PRESSÃO MÁXIMA DE REDE	% DE KM DE REDE COM PRESSÃO MÁXIMA	TRIMESTRAL	%	E10= (EXTENSÃO DE REDE COM PRESSÃO ACIMA DE 45mca/ EXTENSÃO TOTAL DE REDE) X100	AVALIAR NÍVEL DE PRESSÃO MÁXIMA DE REDE
E11. ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO TÉCNICO	% DE REDE CADASTRADA	MENSAL	%	E11= (EXTENSÃO DE REDE CADASTRADA/ EXTENSÃO TOTAL DE REDE) X 100	ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO DE CADASTRO TÉCNICO
E12. ÍNDICE DE FATOR DE POTÊNCIA	% DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COS ϕ > 0,92	TRIMESTRAL	%	E12= (TOTAL DE EQUIPAMENTOS COM ϕ > 0,92/ TOTAL DE EQUIPAMENTO ELÉTRICOS) X100	ACOMPANHAR A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (RENDIMENTO CONJUNTO)
F. INDICADORES DE PERDAS					
F1. ÍNDICE DE DETECÇÃO DE VAZAMENTOS	RELAÇÃO ENTRE VAZAMENTOS VISÍVEIS E NÃO VISÍVEIS ENCONTRADOS POR EXTENSÃO DA REDE	MENSAL	Vaz total/Km	F1= (TOTAL DE VAZAMENTOS VISÍVEIS E NÃO VISÍVEIS ENCONTRADOS/ TOTAL DE REDE)	AVALIAR A EFICIÊNCIA DE DETECÇÃO DE VAZAMENTOS
F2. ÍNDICE DE VAZAMENTOS NA REDE	RELAÇÃO ENTRE VAZAMENTOS REPARADOS POR EXTENSÃO DA REDE	MENSAL	Vaz rep/ KM	F2= (TOTAL DE VAZAMENTOS VISÍVEIS E NÃO VISÍVEIS REPARADOS / TOTAL DE EXTENSÃO DA REDE)	AVALIAR A EFICIÊNCIA DE REPARAÇÃO DE VAZAMENTOS
F3. TEMPO MÉDIO DE REPARO DE VAZAMENTOS	EFICIÊNCIA NO REPARO DE VAZAMENTOS	MENSAL	Toth/Vaz	F3= TOTAL DE HORAS GASTAS NA REPARAÇÃO DE VAZAMENTOS NO PERIODO/TOTAL DE VAZAMENTOS NO PERÍODO	AVALIAR A EFICIÊNCIA DE REPARAÇÃO DE VAZAMENTOS
G. INDICADORES COMERCIAIS					
G1. CORTE DE ÁGUA	% DE CORTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RAMAIS DE ÁGUA	MENSAL	%	G1= (TOTAL DE CORTES MENSAL/ TOTAL DE RAMAIS DE ÁGUA)X 100	AVALIAR O NÍVEL DE CORTES DA EMPRESA
G2. CONSUMO MÉDIO POR RAMAL	CONSUMO MÉDIO DIÁRIO POR RAMAL	MENSAL	Litro/dia/ramal	G2= (VOLUME FATURADO MENSAL)/(NÚMERO DE DIAS DO MÊS X TOTAL DE RAMAIS DE ÁGUA) X 100	AVALIAR O CONSUMO MÉDIO DIÁRIO POR RAMAL
H. INDICADORES FINANCEIROS					
H1. FATURAMENTO POR RAMAL DE ÁGUA	VALOR MÉDIO FATURADO POR RAMAL DE ÁGUA	MENSAL	R$ / ramal	H1= FATURAMENTO MENSAL TOTAL DE ÁGUA / TOTAL DE RAMAIS DE ÁGUA	SUBSIDIAR ESTUDOS ECONOMICOS RELATIVOS A OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

ACESSO P029A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 254 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 762

H2. FATURAMENTO DE ÁGUA	CUSTO DO M3 DE ÁGUA FATURADO	MENSAL	R$/m3	H2= FATURAMENTO TOTAL MENSAL DE ÁGUA/ VOLUME MENSAL CONSUMIDO	AVALIAR O CUSTO DE ÁGUA FATURADO
RELAÇAO DE INDICADORES DE DESEMPENHO					
NOME DOS INDICADORES	**DEFINIÇÃO**	**FREQUÊNCIA**	**UNID**	**COMPOSIÇÃO**	**FINALIDADE**
I. INDICADORES DE QUALIDADE					
I1. QUALIDADE DA ÁGUA	RELAÇAO ENTRE PROBALIDADES DE PARÂMETROS TURBIDEZ, CLORO RESIDUAL, Ph, FLUOR E BACTERIOLOGICA	MENSAL	ADIMENSIONAL	I1= 0,20 XP (TB) + P (CLR) + 0,10X P (Ph) + 0,15(FLR) + 0,30 X P(bac)	AVALIAR A QUALIDADE DA ÁGUA TRATADA
I2. RECLAMAÇÕES RELATIVAS A QUALIDADE DA ÁGUA	QUANTIDADE DE RECLAMAÇÕES RELATIVAS A QUALIDADE DA ÁGUA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RAMAIS DE ÁGUA	MENSAL	Reclamações/ramais	I2= RECLAMAÇÕES / TOTAL DE RAMAIS DE ÁGUA	AVALIAR A QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUIDA
I3. CONTINUIDADE NO ABASTECIMENTO	% TEMPO DE CONTINUIDADE NO ABASTECIMENTO	MENSAL	%	I3= SOMA TEMPO COM PRESSÃO > 10mca + SOMA DO TEMPO RESERV. NIVEL > min)/ (NUMERO DE PONTOS MEDIDOS x TEMPO TOTAL DE APURAÇÃO)	AVALIAR O REGIME DE ABASTECIMENTO
J. INDICADORES DE CUSTO					
J1. CUSTO DA PRODUÇÃO DE ÁGUA	CUSTO DO M3 DE ÁGUA PRODUZIDA	MENSAL	R$/m3	J1= CUSTO TOTAL MENSAL/ VOLUME FATURADO MENSAL	AVALIAR O CUSTO DE PRODUÇÃO DE ÁGUA FATURADA
J2. CUSTO DA ENERGIA POR M3	CUSTO DE ENERGIA POR M3 DE ÁGUA FATURADA	MENSAL	R$/m3	J2= CUSTO DE ENERGIA MENSAL PARA SISTEMA DE ÁGUA/VOLUME FATURADO MENSAL	AVALIAR A INCIDÊNCIA DO CUSTO DE ENERGIA NA PRODUÇÃO DE ÁGUA

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

ACESSO P029/A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 255 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 763

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

QUADRO 2 – INDICADORES DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

RELAÇAO DE INDICADORES DE DESEMPENHO			
NOME DOS INDICADORES	**DEFINIÇÃO**	**FREQUÊNCIA**	**UNID**
A. INDICADORES GERAIS			
A1. TAXA DE EMPREGADOS ATENDENDO A POP. URBANA	RELAÇÃO ENTRE QUANTIDADE TOTAL DE EMPERGADOS NO MANEJO DE RSU E A POPULAÇÃO URBANA	ANUAL	Empregados /1000 habitantes
A2. DESPESA MÉDIA POR EMPREGADO ALOCADO NOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RSU	RELAÇÃO DA DESPESA TOTAL DA PREFEITURA COM MANEJO DE RSU E A QDADE TOTAL DE EMPREGADOS NO MANEJO DE RSU	ANUAL	R$/empregado
A3. INCIDÊNCIA DAS DESPESAS COM O MANEJO DE RSU NAS DESPESA CORRENTES DA PREFEITURA	RELAÇÃO ENTRE DESPESAS TOTAL COM MANEJO E CORRENTE TOTAL DA PREFEITURA	ANUAL	%
A4. INCIDÊNCIA DAS DESPESAS COM EMPRESAS CONTRATADAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE MANEJO DE RSU	RELAÇÃO ENTRE DESPESAS DA PREFEITURA COM EMPRESAS CONTRADAS E TOTAL COM MANEJO DE RSU	ANUAL	%
A5. AUTO SUFICIÊNCIA FINANCEIRA DA PREFEITURA COM O MANEJO DE RSU	RELAÇÃO DA RECEITA ARRECADADA COM MANEJO DE RSU E DESPESA TOTAL DA PREFEITURA COM MANEJO DE RSU	ANUAL	%
A6. DESPESA PER CAPITA COM MANEJO DE RSU EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO URBANA	RELAÇÃO ENTRE A DESPESA TOTAL DA PREFEITURA COM MANEJO DE RSU E O TOTAL DA POP. URBANA	ANUAL	R$/habitante
A7. INCIDÊNCIA DE EMPREGADOS PRÓPRIOS NO TOTAL DE EMPREGADOS NO MANEJO DE RSU	RELAÇÃO ENTRE A QDADE DE EMPREGADOS PRÓPRIOS E A QDADE TOTAL DE EMPREGADOS NO MANEJO DE RSU	ANUAL	%
A8. INCIDÊNCIA DE EMPREGADOS DE EMPRESAS CONTRATADAS NO TOTAL DE EMPREGADOS NO MANEJO DE RSU	RELAÇÃO DA QDADE DE EMPREGADOS DE EMPRESAS CONTRATADAS COM A QDADE TOTAL DE EMPREGADOS NO MANEJO DO RSU	ANUAL	%
A9. INCIDÊNCIA DE EMPREGADOS GERENCIAIS E ADMINISTRATIVOS NO TOTAL DE EMPREGADOS NO MANEJO DE RSUA1. TAXA DE EMPREGADOS ATENDENDO A POP URBANA	RELAÇÃO ENTRE QDADE DE EMPREGADOS GERENCIAIS E ADMINISTRATIVOS COM A QDADE TOTAL DE EMPREGADOS NO MANEJO DO RSU	ANUAL	

ACESSO P029,A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 256 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 764

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

QUADRO 2 – INDICADORES DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CONTINUAÇÃO)

RELAÇAO DE INDICADORES DE DESEMPENHO			
NOME DOS INDICADORES	**DEFINIÇÃO**	**FREQUÊNCIA**	**UNID**
B. INDICADORES SOBRE A COLETA DE RESÍDUOS DOMICILIARES E PÚBLICOS			
B1. RECEITA ARRECADADA PER CAPITA COM TAXAS OU OUTRAS FORMAS DE COBRANÇA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANEJO DE RSU	RELAÇÃO ENTRE O VALOR ARRECADADO COM SERVIÇOS DE MANEJO DE RSU E A POP. URBANA	ANUAL	Empregados /1000 habitantes
B2. TAXA DE COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RDO DA POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO	RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ATENDIDA E A POPULAÇÃO URBANA + RURAL	ANUAL	%
B3. TAXA DE COBERTURA DO SERVIÇO DE COLETA DE RDO DE ACORDO COM POP. URBANA	RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ATENDIDA E A POPULAÇÃO URBANA	ANUAL	%
B4. TAXA DE TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE COLETA DE RDO + RPU DE ACORDO COM QUANTIDADE COLETADA	RELAÇÃO ENTRE A QDADE COLETADA POR (EMP. CONTRAT. / ASSOCIAÇÃO DE CATADORES + OUTRO EXECUTOR) E A QDADE TOTAL COLETADA	ANUAL	%
B5. PRODUTIVIDADE MÉDIA DOS EMPREGADOS NA COLETA DE ACORDO COM A MASSA COLETADA	RELAÇÃO ENTRE QDADE TOTAL COLETADA E A QDADE TOTAL DE ENVOLVIDOS NA COLETA NO ANO	ANUAL	Kg/ empregados /dia
B6. TAXA DE EMPREGADOS ENVOLVIDOS NA COLETA DE ACORDO COM A POP. URBANA	RELAÇÃO ENTRE A QDADE TOTAL DE ENVOVLVIDOS NA COLETA E A POP. URBANA	ANUAL	Empregados /1000 habitantes
B7. MASSA RDO COLETADA PER CAPITA COM RELAÇÃO A POP. ATENDIDA	RELAÇÃO ENTRE QDADE TOTAL DE RDO COLETADA E POP. ATENDIDA MANEJO DE RSU	ANUAL	Kg/habitante/dia
B8. CUSTO UNITÁRIO MÉDIO DO SERVIÇO DE COLETA (RDO + RPU)	RELAÇÃO ENTRE DESPESA TOTAL DA PREFEITURA COM SERVIÇOS DE COLETA E QDADE COLETADA POR (PREFEITURA + EMP.CONTRAT. + COOP./ASSOC. CATADORES)	ANUAL	R$/ tonelada
B9. INCIDÊNCIA DO CUSTO DO SERVIÇO DE COLETA NO CUSTO TOTAL DO MANEJO DE RSU	RELAÇÃO ENTRE DESPESA TOTAL DA PREFEITURA COM SERVIÇO DE COLETA E A DESPESA TOTAL DA PREFEITURA COM	ANUAL	%

ACESSO P029A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 257 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 765

	MANEJO DE RSU		
B10. INCIDÊNCIA DE (COLETADORES + MOTORISTAS) NA QDADE TOTAL DE EMPREGADO NO MANEJO DE RSU	RELAÇÃO ENTRE A QDADE TOTAL DE (COLETADORES + MOTORISTAS) E A QDADE TOTAL DE EMPREGADOS ENVOLVIDOS NO MANEJO DE RSU	ANUAL	%
B11. TAXA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD) COLETADA PELA PREFEITURA	RELAÇÃO ENTRE A QDADE TOTAL DE RCD E A QDADE TOTAL DE RDO + RPU	ANUAL	%
B12. TAXA DA QDADE TOTAL COLETADA DE RPU DE ACORDO COM A COLETA DE RDO	RELAÇÃO ENTRE QDADE TOTAL DE RPU E QDADE TOTAL DE RDO	ANUAL	%
B13. MASSA DE RDO + RPU COLETADA PER CAPITA DE ACORDO COM A POPULAÇÃO TOTAL ATENDIDA	RELAÇÃO ENTRE RDO + RPU COLETADA E A POP. TOTAL ATENDIDA	ANUAL	Kg/ habitante/dia
B14. MASSA DE RCD PER CAPITA DE ACORDO COM A POP. URBANA	RELAÇÃO ENTRE RCD E A POP. URBANA	ANUAL	Kg/ habitante/dia

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

ACESSO P029/A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 258 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 766

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

QUADRO 2 – INDICADORES DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CONTINUAÇÃO)

RELAÇAO DE INDICADORES DE DESEMPENHO			
NOME DOS INDICADORES	**DEFINIÇÃO**	**FREQUÊNCIA**	**UNID**
C. INDICADORES SOBRE COLETA SELETIVA E TRIAGEM			
C1. TAXA DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE TOTAL DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PELA QUANTIDADE TOTAL DE RDO + RPU COLETADA	SEMESTRAL	%
C2. MASSA RECUPERADA PER CAPITA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	RELAÇÃO ENTRE QUANTIDADE TOTAL DE MATERIAIS RECICLÁVEIS RECUPERADOS PELA POP URBANA	SEMESTRAL	Kg/ habitante
C3. TAXA DE MATERIAL RECOLHIDO PELA COLETA SELETIVA	RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE TOTAL DE MATERIAL RECOLHIDO PELA COLETA SELETIVA E A QUANTIDAE TOTAL DE RDO	SEMESTRAL	%
C4. TAXA DE MATERIAL RECOLHIDO PELA COLETA SELETIVA	RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE TOTAL DE MATERIAL RECOLHIDO PELA COLETA SELETIVA E A QUANTIDADE TOTAL DE MATERIAL COLETADA DE RDO	SEMESTRAL	%
C5. MASSA PER CAPITA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS RECOLHIDO VIA COLETA SELETIVA	RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE TOTAL DE MAT. RECICLÁVEL RECOLHIDO NA COLETA SELETIVA PELA POP URBANA	SEMESTRAL	Kg/hab/ano

ACESSO P029/A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 259 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 767

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

QUADRO 2 – INDICADORES DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CONTINUAÇÃO)

RELAÇAO DE INDICADORES DE DESEMPENHO			
NOME DOS INDICADORES	**DEFINIÇÃO**	**FREQUÊNCIA**	**UNID**
D. INDICADORES SOBRE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE			
D1. MASSA DE RSS COLETADA PER CAPITA	RELAÇÃO ENTRE A QDADE TOTAL DE RSS COLETA E A POP. URBANA	ANUAL	KG/1000 habitantes/ dia
D2. TAXA DE RSS COLETADA	% DA QDADE TOTAL COLETADA DE RSS PELA QDADE TOTAL COLETADA	ANUAL	%
E. INDICADORES SOBRE SERVIÇO DE VARRIÇÃO			
E1. TAXA DE TERCEIRIZAÇÃO DOS VARREDORES	RELAÇÃO ENTRE QDADE DE VARREDORES DE EMPRESAS CONTRATADAS PELA QDADE TOTAL DE VARREDORES	ANUAL	%
E2. TAXA DE TERCEIRIZAÇÃO DA EXTENSÃO VARRIDA	RELAÇÃO ENTRE EXTENSÃO DE SARJETAS VARRIDAS POR EMPRESA CONTRATADA E EXTENSÃO TOTAL DE SARJETA VARRIDA	ANUAL	%
E3. CUSTO UNITÁRIO MÉDIO DO SERVIÇO DE VARRIÇÃO	RELAÇÃO ENTRE AS DESPESAS TOTAIS DA PREFEITURA COM SERVIÇO DE VARRIÇÃO E A EXTENSÃO TOTAL DE SARJETA VARRIDA	ANUAL	R$/km
E4. PRODUTIVIDADE MÉDIA DOS VARREDORES	RELAÇÃO ENTRE A EXTENSÃO TOTAL DE SARJETA VARRIDA E A QDADE TOTAL DE VARREDORES	ANUAL	km/empregado/dia

ACESSO P029/A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 260 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 768

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

QUADRO 3 – INDICADORES DO SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS.

RELAÇAO DE INDICADORES DE DESEMPENHO			
NOME DOS INDICADORES	**DEFINIÇÃO**	**FREQUÊNCIA**	**ESCALA**
Índice de Qualidade (IQA) dos Recursos Hídricos	O IQA é calculado pelo produto ponderado das qualidades de água correspondentes aos parâmetros • Oxigênio Dissolvido (OD); • Coliformes Fecais; • Potencial Hidrogeniônico (pH); • Nitrogênio Total; • Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO5); • Fósforo Total; • Turbidez; • Sólidos Totais e; • Temperatura.	ANUAL	0-100
Índice de Ligações de Esgoto Irregulares (ILEI) no sistema de drenagem.	Relação entre o número de ligações de esgoto eliminado/regularizado e número total de ligações de esgoto na rede pluvial*, em percentual.	ANUAL	%
Índice de Cobertura do Sistema de Microdrenagem (ICSMiD)	Relação entre extensão de vias urbanas pavimentadas com sistema de microdrenagem e extensão total de vias urbanas pavimentadas, em percentual.	ANUAL	%
Índice de Eficiência do Sistema de Microdrenagem (IESMiD)	Pontos do sistema de drenagem que apresentam falhas/deficiências em relação ao quantitativo de pontos do sistema de drenagem com deficiências identificadas.	ANUAL	%
Indicador de Eficiência do Sistema de Macrodrenagem (IESMaD)	Número de casas atingidas por inundações em relação ao número de casas atingidas em uma inundação tomada como referência.	ANUAL	%

ACESSO P029/A210 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 5032777 | Página da peça 261 | Processo 01070-0200/22-0 | Página 769

Página 770
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 262
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

1.4 ESTRATÉGIA PARA IMPLANTAÇÃO DOS INDICADORES

Atualmente a diversidade, volatilidade e o volume crescente de informações relevantes para o desenvolvimento de qualquer gerenciamento em saneamento, faz com que as prestadoras de serviços se utilizem de tecnologias de informática que possibilitem análises, seguimento e avaliação das atividades desenvolvidas pela operadora.

Assim, observa-se uma expectativa de evolução dos sistemas de informações para novas tecnologias, ou melhor, uma real tendência para o uso de sistemas de indicadores, possibilitando a produção e disseminação de informações nos diversos níveis gerenciais e operacionais.

Para implantação de um sistema desta magnitude, é necessário que os gestores assumam a responsabilidade de implantar um sistema de indicadores gerenciais, com a implantação gradativa dos indicadores de desempenho apresentados.

Esses gestores internos e a Agência Reguladora deverão avaliar através desses indicadores, se o cumprimento dos objetivos e metas do Plano de Saneamento estão sendo alcançados, devem investigar a necessidade de redirecionamento dos trabalhos e/ou reavaliação das metas propostas ou ainda redefinir, quando necessário, novos indicadores e parâmetros, eventualmente eliminando os indicadores que se tornem obsoletos.

O sistema informatizado a ser desenvolvido deverá ser compatível com o sistema comercial utilizado para receber informações diretamente do mesmo e deverá ter um módulo para recepção e processamento das informações, um para seguimento e avaliação dos indicadores e outro para gerar relatórios gerenciais que subsidiem o operador para atingir as metas e diretrizes estabelecidas e à Agência Reguladora acompanhar com dados confiáveis os resultados obtidos.

Em primeiro momento o operador deverá se estruturar para gerar os indicadores que forem possíveis dentro das limitações existentes, evoluindo gradativamente para o estágio esperado e desejado, abrangendo a enorme gama de indicadores já existentes, seja pelo SNIS e outros oficiais ou não oficializados.

A busca pela identificação confiável das variáveis formadoras dos indicadores deverá ser contínua, mesmo se sabendo das dificuldades técnicas e operacionais existentes.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 771
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 263
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

2. AÇÕES DE EMERGÊNCIA E CONTINGÊNCIA

Os planos de emergência e contingência tiveram origem na necessidade de assegurar a continuidade dos processos automatizados, assim como acelerar a retomada e a normalidade em caso de sinistros de qualquer natureza.

Toda organização com potencial de gerar uma ocorrência anormal, cujas consequências possam provocar sérios danos a pessoas, ao meio ambiente e a bens patrimoniais, inclusive de terceiros, devem ter como atitude preventiva um Plano de Emergência e Contingência, ou seja, a elaboração de um planejamento tático a partir de uma determinada hipótese de evento danoso.

Medidas de contingência centram na prevenção e as emergências objetivam programar as ações no caso de ocorrência de um acidente. Assim, as ações para emergência e contingência são abordadas conjuntamente, pois ambas referem-se a uma situação anormal.

Basicamente, emergência trata de situação crítica, acontecimento perigoso ou fortuito, incidente, caso de urgência, situação mórbida inesperada e que requer tratamento imediato; e contingência, é qualquer evento que afeta a disponibilidade total ou parcial de um ou mais recursos associados a um sistema, provocando em consequência, a descontinuidade de serviços considerados essenciais.

O plano de emergência e contingência é um documento onde estão definidas as responsabilidades para atender os diversos eventos e contém informações detalhadas sobre as características das áreas sujeitas aos riscos.

O planejamento de contingência deve ser elaborado com antecipação, determinando ou recomendando o que cada órgão, entidade ou indivíduo fará quando aquela hipótese de desastre se concretizar. Ele tem foco nas ameaças, sendo elaborado um específico para cada possibilidade de desastre. Cada plano determinará diversos aspectos, como localização e organização de abrigos, estrutura de socorro às

vítimas, procedimentos de evacuação, coleta de donativos, etc.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 772
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 264
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

É importante observar que o planejamento de contingência ou de emergência pode ser estruturado para os diversos níveis de preparação e resposta aos desastres:
estadual, regional, municipal, comunitário e até mesmo familiar. Considerando ainda que o planejamento não ocorre de forma isolada, organizações cujos esforços serão necessários para que o plano funcione não podem ser ignoradas na fase de planejamento. Ou seja, além de ser multifuncional, o processo de planejamento para desastres deve ser inclusivo, ou seja, deve envolver órgãos governamentais, organizações não governamentais e empresas privadas.

O capítulo IV, da Lei 11.445/2007, versa sobre o planejamento dos planos de saneamento básico. Entre os aspectos requeridos, figura a exigência de estudos que tratem de ações para emergências e contingências.

O planejamento em situações críticas é a ação de visualizar uma situação final desejada e determinar meios efetivos para concretizar esta situação, auxiliando o tomador de decisão em ambientes incertos e limitados pelo tempo.

O detalhamento das medidas a serem adotadas deve ser apenas o necessário para sua rápida execução, sem excesso de informações, que possam ser prejudiciais numa situação crítica.

O documento deve ser desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e
combate às ocorrências anormais e deve incluir também, medidas para fazer com que seus processos vitais voltem a funcionar plenamente, ou num estado minimamente aceitável, o mais rápido possível, evitando paralisações prolongadas que possam gerar maiores prejuízos.

Sua aprovação deve ser de forma participativa e a atualização desta documentação deve ser revista sempre que possível. Testes periódicos através de simulados também são necessários para verificar se o processo continua válido. É essencial que o plano seja revisto regularmente para que sejam feitos os acertos necessários.

Visando evitar hesitações ou perdas de tempo que possam causar maiores problemas em situação de crise, todos os agentes em grau de responsabilidade devem estar familiarizados com as ações. A equipe responsável deverá ter a possibilidade de decidir perante situações imprevistas ou inesperadas, devendo estar previamente definido o limite

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 773
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 265
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

desta possibilidade de decisão.

O plano de emergência e contingência deve se concentrar principalmente nos incidentes de maior probabilidade e não nos catastróficos que normalmente são menos prováveis de acontecer.

Diversos modelos foram desenvolvidos para auxiliar na construção desta ferramenta fundamental para respostas aos eventos potencialmente danosos e todos sugerem que feitura do documento deve assumir contexto simples, técnico, objetivo e de prática execução.

Um ponto importante a ser considerado, é a definição do fluxo de informações e responsabilidades entre as pessoas envolvidas nas diversas ações.

Para se criar um plano satisfatório, geralmente são utilizadas as regras básicas abaixo descritas, com algumas variações mínimas:

- *Identificar todos os processos funcionais e operacionais da organização;*
- *Avaliar os impactos nos referidos processos, ou seja, para cada processo identificado, avaliar o impacto que a sua falha representa para a organização, levando em consideração também as interdependências entre processos.*
- *Como resultado deste trabalho será possível identificar todas as questões críticas;*
- *Identificar riscos e definir cenários possíveis de falha para cada um dos processos críticos, levando em conta a probabilidade de ocorrência de cada falha, provável duração dos efeitos, conseqüências resultantes, custos inerentes e os limites máximos aceitáveis de permanência da falha sem a ativação da respectiva medida de contingência e/ou emergência;*
- *Identificar medidas para cada falha, ou seja, listar as medidas a serem postas em prática caso a falha aconteça;*
- *Definir ações necessárias para operacionalização das medidas, cuja implantação dependa da aquisição de recursos físicos e/ou humanos;*
- *Definir forma de monitoramento após a falha;*
- *Definir critérios de ativação do plano, como tempo máximo aceitável de permanência da falha;*
- *Identificar o responsável pela ativação do plano, normalmente situado em um alto nível hierárquico;*

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 774
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 266
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

O planejamento das ações de emergências e contingências em sistemas de saneamento básico apresenta-se com alto grau de complexidade em vista de suas características intrínsecas. São procedimentos detalhados e altamente técnicos, cabendo apenas ao operador dos respectivos sistemas, a responsabilidade de consolidar o documento.

As inspeções rotineiras bem como os planos de manutenção preventivos que possibilitam antecipar a detecção de situações e condições que favoreçam as ocorrências anormais evitando que as falhas se concretizem devem ser exercitadas incansavelmente. Contudo, sabe-se que a possibilidade de que venha acontecer um evento potencialmente danoso ocasionado por falha humana ou de acessórios ou por ações de terceiros, continuará existindo, mesmo com baixa probabilidade.

É nesse momento que as ações deverão estar perfeitamente delineadas e as responsabilidades bem definidas para minimizar as consequências da ocorrência e o restabelecimento da normalidade das operações em pequeno intervalo de tempo.

2.1 FASES DE ADMINISTRAÇÃO

Durante muito tempo, a administração de desastres esteve concentrada apenas nas ações desenvolvidas após o impacto do evento adverso, ou seja, na prestação de socorro e assistência às pessoas atingidas.

Por este motivo, as ações sempre foram associadas à coleta e distribuição de donativos, repasse de verbas em áreas atingidas por desastres naturais, como inundações, enchentes e vendavais, ou a coordenação dos bombeiros em ações de salvamento.

Assim, a administração dos desastres se apresenta como a melhor opção para proporcionar maior segurança à sua comunidade. Atualmente, além de considerar outros tipos de desastres, a administração de desastres é vista como um ciclo composto por quatro fases, que são: prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

A divisão do processo de administração dos desastres possibilita a melhor identificação da situação para que sejam adotadas ações mais efetivas na prevenção ou mesmo na resposta dos eventos críticos.

A prevenção de desastres busca a sua minimização por meio de medidas para avaliar e reduzir o risco de desastre. É importante salientar que nesta fase não se busca a eliminação do risco de desastres, já que, em muitos casos, existe pouco ou nenhum controle

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 775
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 267
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

sobre os eventos adversos. A prevenção de desastres é implementada, então, por meio de dois processos importantes: a análise e a redução dos riscos de desastres.

Considerando a análise e a redução dos riscos, algumas ações são necessárias para garantir a prevenção de desastres:

- Redução da grandeza e da probabilidade de ocorrência dos acidentes ou dos eventos adversos;
- Redução da vulnerabilidade dos cenários dos desastres e das comunidades em risco;
- Redução da probabilidade de que uma determinada ameaça se concretize ou da provável grandeza do evento adverso (em desastres mistos ou provocados pelo homem).

Antes de escolher e implantar medidas preventivas é necessário saber quais são os riscos a que a comunidade está realmente exposta.

Ao conhecer a probabilidade e a magnitude de determinados eventos adversos, bem como o impacto deles, caso realmente aconteçam, temos a possibilidade de selecionar e priorizar os riscos que exigem maior atenção. A redução do grau de vulnerabilidade é conseguida por intermédio de medidas estruturais e nãoestruturais.

Medidas estruturais – têm por finalidade aumentar a segurança intrínseca por intermédio de atividades construtivas. Alguns exemplos de medidas estruturais são: as barragens, os açudes, a melhoria de estradas, a construção de galerias de captação de águas pluviais, dentre outras.

Medidas não-estruturais - relacionam-se à urbanização, à mudança cultural e comportamental e à implementação de normas técnicas e de regulamentos de segurança. Estas medidas têm por finalidade permitir o desenvolvimento em harmonia com os ecossistemas naturais ou modificados pelo homem. Dentre as medidas não-estruturais relacionadas à prevenção de desastres (redução de riscos), destacam-se as seguintes:

- Microzoneamento urbano e rural e uso racional do espaço geográfico;
- Implementação de legislação de segurança e de normas técnicas, relacionadas à redução dos riscos de desastres;
- Promoção da mudança cultural e comportamental e de educação pública, objetivando a redução das vulnerabilidades das comunidades em risco;
- Promoção de apoio ao planejamento e gerenciamento da prevenção de desastres

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 776
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 268
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

(análise e redução de riscos de desastres) nas comunidades com baixos níveis de capacitação técnica.

Todas estas medidas podem ser implantadas pelo poder público, por meio de ações legislativas, intensificação da fiscalização, campanhas educativas e obras de infraestrutura.

Podem, ainda, ser concretizadas por meio de parcerias entre o poder público e a sociedade.

Um dos objetivos principais no planejamento para a resposta aos desastres é o da preparação da comunidade e a identificação e o envolvimento engajado de parceiros desde a sua fase inicial de elaboração.

A preparação envolve o desenvolvimento de recursos humanos e materiais, articulação de órgãos e instituições com empresas e comunidades, consolidação de informações e estudos epidemiológicos, sistemas de monitoração, alerta e alarme e planejamento para desastre.

Apesar de os objetivos destes planos poderem variar de acordo com as especificidades locais, de modo geral, eles visam a:

- Incrementar o nível de segurança, reduzindo a vulnerabilidade dos cenários dos desastres e das comunidades em risco;
- Otimizar o funcionamento do sistema de defesa civil;
- Minimizar as influências negativas, relacionadas às variáveis tempo e recursos, sobre o desempenho do sistema de defesa civil;
- Facilitar uma rápida e eficiente mobilização dos recursos necessários ao restabelecimento da situação de normalidade em circunstâncias de desastres.

A fase de preparação tem uma grande influência sobre as demais fases da administração de desastres, pois contribui para otimizar:

- A prevenção dos desastres, no que diz respeito à avaliação e à redução dos riscos;
- As ações de resposta aos desastres, compreendendo as ações de socorro às populações ameaçadas, assistência às populações afetadas e reabilitação dos cenários dos desastres;
- As atividades de reconstrução.

A resposta aos desastres compreende as seguintes atividades:

- Socorro - engloba as atividades a fim de localizar, acessar e estabilizar as vítimas que

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 777
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 269
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

estão com sua saúde ou sobrevivência ameaçada pelo desastre.

- Assistência às populações vitimadas - compreende atividades logísticas, assistenciais e de promoção de saúde.
- Reabilitação de cenários - envolve a avaliação de danos, vistoria e elaboração de laudos técnicos, desmontagem de estruturas danificadas, desobstrução de escombros, sepultamento, limpeza, descontaminação e reabilitação de serviços essenciais.

Cada tipo de resposta aos desastres se organiza de uma determinada maneira, de acordo com os eventos ocorridos. Veja, a seguir, as atividades mais comuns.

Atividades de socorro - ocorrem com mais intensidade nas áreas próximas ao local mais impactado pelo evento adverso. Elas se dividem em ações de:

- Combate a sinistros (conter os efeitos do evento adverso, isolar as áreas de riscos intensificados ou áreas críticas, atuação direta sobre o evento, segurança da área sinistrada, controle de trânsito);
- Socorro às populações afetadas (busca e salvamento, atendimento préhospitalar, atendimento médico cirúrgico de urgência).

Atividades de assistência às populações afetadas – estas atividades compreendem ações de:

- Logística - suprimento de água potável, provisão de alimentos, suprimento de roupas, agasalhos e calçados, suprimento de material de limpeza e de higienização, apoio à preparação e conservação de alimentos, administração de abrigos, apoio às equipes empenhadas nas operações;
- Promoção social - triagem socioeconômica e cadastramento das famílias afetadas, entrevistas com famílias e pessoas assistidas, ações para reforçar a coesão familiar e comunitária, atividades de comunicação social, ações de mobilização das comunidades, liderança de mutirões de reabilitação e reconstrução;
- Promoção, proteção e recuperação da saúde – saneamento básico de caráter emergencial, ações integradas de saúde e assistência médica primária, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, educação para saúde, proteção da saúde mental, higiene da alimentação, transferência de hospitalização e atividades de saúde pública nos abrigos.
- Reabilitação de cenários - a reabilitação de cenários compreende uma série de ações

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 778
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 270
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

de resposta aos desastres, de caráter emergencial. Estas atividades têm por objetivo iniciar o processo de restauração das áreas afetadas pelos desastres e permitir o retorno das comunidades a uma situação próxima à normalidade após o restabelecimento das condições mínimas de segurança e habitabilidade. A reabilitação depende de ações interativas desencadeadas pelas comunidades locais, com o apoio do governo.

Dentre as atividades de reabilitação, destacam-se:

- Vigilância das condições de segurança global da população - avaliação de danos e de prejuízos, vistoria técnica das estruturas atingidas, emissão de laudos técnicos e desmontagem de edificações comprometidas;
- Reabilitação dos serviços essenciais - suprimento e distribuição de energia elétrica, abastecimento de água potável, esgoto sanitário, limpeza urbana, transporte coletivo e comunicações;
- Reabilitação das áreas deterioradas e das habitações danificadas;
- Desobstrução e remoção de escombros, sepultamento de pessoas e animais, limpeza, descontaminação, desinfecção e desinfestação dos cenários de desastres, mutirão de recuperação das unidades habitacionais.

As fases da administração de desastres de preparação e resposta não acontecem de maneira isolada. O planejamento prévio permite o início de uma atividade assim que haja condições, antes mesmo que outras tenham sido finalizadas, reduzindo de forma substancial o tempo necessário para que a comunidade e seus integrantes retornem à normalidade, diminuindo danos e prejuízos.

A última fase da administração de desastres é conhecida por reconstrução, ou seja, é reconstituir, restaurar as áreas afetadas pelo desastre. Busca-se agir de forma que o impacto sobre a população seja reduzido no caso de um novo desastre ou mesmo tentar impedir que ele aconteça.

Cita-se como exemplo, reconstruir um canal com maior capacidade de desvio para as precipitações pluviométricas. Os projetos de reconstrução têm por finalidade restabelecer na plenitude:

- Os serviços públicos essenciais;
- A economia da área afetada;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 779
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 271
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

- O moral social;
- O bem-estar da população afetada.

É importante perceber a importância de se conduzir a reconstrução de forma que ela contribua para a redução de desastres, seja reduzindo a probabilidade de ocorrência do evento adverso ou garantindo que as consequências não sejam tão graves.

Repetir os erros do passado no momento da reconstrução é a garantia de que na próxima vez que o evento adverso se concretizar, as consequências serão tão ou mais graves. Isto se aplica aos diversos níveis de prevenção e preparação para desastres: federal, estadual, municipal ou individual (em relação ao cidadão e sua família ou trabalho).

A forma ideal e almejada pelos que atuam nesse planejamento, caracterizando a administração de desastres, é tratar as fases como um ciclo, sem início nem fim.

O sucesso da implantação do Planejamento de Contingência e Emergência vinculasse também aos seguintes aspectos:

- Comunicação clara e objetiva quanto às características dos trabalhos (natureza, objetivo, enfoque, periodicidade, etc.);
- Atuação focalizada na definição das melhores práticas de controle, comprometimento com o processo de implementação das recomendações;
- Independência na execução dos trabalhos;
- Apresentação de resultados práticos de curto prazo (processo de implementação).
- Visão macro do negócio e entendimento dos processos do município.

Para o pleno sucesso deste projeto, existem alguns fatores que serão de fundamental importância, que devem ser atentados pelos municípios. Estes fatores estão representados sob a forma das responsabilidades relacionadas abaixo:

Assegurar o envolvimento adequado de profissionais importantes para a identificação dos processos críticos bem como os ricos e controles associados – **entendemos que o município deva envolver todo aquele que estiver relacionado aos processos, para garantir que todos os riscos e ameaças sejam trabalhados;**

- Prover as instalações necessárias para o desenvolvimento do projeto;
- Prover um direcionamento geral para o projeto e um rápido processo de resolução de impasses que porventura venham a ocorrer;
- Assegurar que os Planos de Contingência ou Emergência sejam mantidos e revisados

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 780
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 272
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

adequadamente e testados em uma base regular para assegurar sua viabilidade no futuro.

A seguir, são apresentadas nos Quadros 4 e 5 as respostas a situações críticas dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão dos resíduos sólidos urbanos e drenagem urbana.

QUADRO 4- Ações Emergenciais do Sistema de Abastecimento de Água.

OCORRÊNCIA	ORIGEM	PLANO DE CONTINGÊNCIA
FALTA D'ÁGUA GENERALIZADA	Inundação das captações de água com danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas · Deslizamento de encostas / movimentação de solo / solapamento de apoios de estruturas com arrebentamento da adução de água bruta · Interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água · Vazamento de cloro nas instalações de tratamento de água · Qualidade inadequada da água dos mananciais · Ações de vandalismo	· Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência · Comunicação à população / instituições / autoridades / defesa civil · Comunicação à polícia · Comunicação à operadora em exercício de energia elétrica · Deslocamento de frota de caminhões tanque · Controle de água disponível em reservatórios · Reparo das instalações danificadas · Implementação do PAE cloro · Implementação de rodízio de abastecimento
FALTA D'ÁGUA PARCIAL OU LOCALIZADA	· Deficiência de água nos mananciais em períodos de Estiagem · Interrupção temporária do fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água · Interrupção no fornecimento de energia elétrica na distribuição · Danificação de estruturas e equipamentos de estações elevatórias · Danificação de estrutura de reservatórios · Rompimento de redes e linhas de adutoras de água tratada · Ações de vandalismo	· Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência · Comunicação à população / instituições / autoridades / defesa civil · Comunicação à polícia · Comunicação à operadora em exercício de energia elétrica · Deslocamento de frota de caminhões tanque · Reparo das instalações danificadas · Transferência de água entre setores de abastecimento

QUADRO 5- Ações Emergenciais do Sistema de Esgotamento sanitário.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 781
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 273
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

OCORRÊNCIA	ORIGEM	PLANO DE CONTINGÊNCIA
ROMPIMENTO DE TUBULAÇÕES	Desmoronamento de taludes / paredes de canais · Erosões de fundo de vale · Rompimento de Travessias	· Comunicação aos órgãos · Reparo das instalações
RETORNO DE ESGOTOS EM IMÓVEIS	· Lançamento indevido de águas pluviais em redes coletoras de esgoto · Obstruções em coletores de esgotos	· Comunicação à vigilância · Execução dos trabalhos · Reparo das instalações

Orgãos e Instituições Envolvidas

- COMDEC – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
- Secretaria Municipal de Planejamento
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
- Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Esportes e Lazer
- Secretaria de Administração e Recursos Humanos
- Polícia Militar e Polícia Ambiental
- Assessoria de Imprensa

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Apresenta-se no Quadro 6 as unidades envolvidas e suas respectivas atribuições:

ÓRGÃOS/INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ATRIBUIÇÕES
Defesa Civil	Coordenação de resposta e reconstrução do evento natural.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	Proceder à assistência pré-hospitalar; Promover ações básicas de saúde pública nos abrigos; Montagem de ambulatório nos abrigos; Efetuar consultas médicas nos abrigos; Agir preventivamente no controle de epidemias; Proceder a vacinação do pessoal envolvido nas ações de resposta.
Secretaria Municipal de Planejamento	Efetuar a triagem sócioeconômica e cadastramento das famílias vulneráveis afetadas pelo desastre; Gerenciar os abrigos temporários; Coordenar campanhas de arrecadação e de distribuição de alimentos, roupas e outros; Promover ações de fortalecimento da cidadania; Fornecer alimentação para o pessoal operacional envolvido no evento. Realizar projetos de engenharia.
Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Municipal Esportes e Lazer	Dispor a estrutura das edificações da rede municipal de ensino para que, emergencialmente, sirvam de abrigos temporários; Disponibilizar servidores durante o período de anormalidade; Disponibilizar viaturas e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida. Articular junto aos órgãos estaduais de segurança, visando preservar a Lei e a Ordem nos abrigos.

Página 782
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 274
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 783
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 275
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos	Viabilizar o suporte financeiro para as ações de resposta.
Polícia Militar e Polícia Ambiental	Articular junto aos órgãos estaduais de segurança, visando preservar a Lei e a Ordem nos abrigos.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Disponibilizar servidores, durante o período de anormalidade, para o auxílio na retirada das famílias atingidas; Disponibilizar viaturas e outros materiais necessários ao atendimento da população atingida; Limpeza e conservação dos abrigos.
Assessoria de Imprensa	Campanha informativa; Divulgação das ações do poder público municipal voltado para minimização de danos e prejuízos.

A elaboração de um plano de contingência ou emergência exige um real reconhecimento das suas vulnerabilidades. Este reconhecimento proporcionará uma análise dos riscos listados, enquadrando a probabilidade de ocorrência e seu respectivo impacto para a comunidade. A minimização da perda só será ocasionada com a projeção das dificuldades a serem enfrentadas.

Assim, considerando a necessidade de estabelecer um plano preventivo para o gerenciamento de riscos ou de períodos críticos, por meio do estabelecimento de um conjunto de ações preventivas e de procedimentos emergenciais a serem adotados a fim de minimizar a possibilidade de eventuais acidentes, cabe ao poder concedente estabelecer o prazo mínimo para que as concessionárias e/ou operadoras dos sistemas apresentem o plano de ação de emergência e contingência, contemplando aspectos técnicos e legais e

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 784
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 276
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

fazendo incluir também, que qualquer ocorrência que configure potencial de alcance de repercussão pública, mesmo que não afete pessoas ou propriedades, implicará no acionamento do Plano de Contingências.

3. ELABORAÇÕES LEGISLATIVAS

MINUTA DE PROJETO DE LEI - POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PROPOSTA DE PROJETO DE LEI N°_____,

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico e estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços que lhe são inerentes.

O Prefeito Municipal de Três Forquilhas

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I

Do Objeto

Art. 1°. Esta Lei, na forma prevista na Lei Federal n.11.445, de 5 de janeiro de 2007 e o Decreto n. 7.217, de 21 de junho de 2010, estabelece as diretrizes e disciplina a prestação dos serviços públicos de saneamento básico no território do Município de Três Forquilhas, com a finalidade de assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente.

Capitulo II

Disposições Gerais

Art. 2°. Para fins desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

I – abastecimento de água potável: constituído pelas atividades de planejamento, construção, operação e manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos operacionais e gerenciais desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 785
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 277
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

II – esgotamento sanitário: constituído pelas atividades de planejamento, construção, operação e manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos operacionais e gerenciais de coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e de águas residuais, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.

III – limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

IV – drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento de disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Capítulo III

Dos Serviços Públicos de Saneamento Básico

Seção I

Dos Princípios

Art. 3°. Na prestação dos serviços de saneamento básico serão observados os seguintes princípios:

I - a universalização do acesso;

II – integralidade compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos serviços, propiciando a população o acesso na conformidade de suas necessidades;

III - a coerência das normas, dos planos e dos programas municipais com os planos e programas estaduais da bacia ou região hidrográfica a que pertence o Município de Três Forquilhas;

IV - a participação do Município no processo de desenvolvimento regional integrado, a fim de prover os serviços em cooperação com as ações de saúde pública, meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano e rural, executadas por ele ou por outros entes federativos;

V - utilização de tecnologias apropriadas considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

VI - a prestação do serviço orientada pela busca permanente da eficiência e produtividade;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 786
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 278
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

VII - a sua sustentabilidade econômica e financeira;

VIII - a alocação de recursos financeiros segundo critérios de proteção e melhoria da saúde pública e do meio ambiente, com a maximização da relação custo/benefício e do potencial dos investimentos já consolidados;

IX - o apoio aos trabalhos de normatização dos serviços e obras de saneamento e do fornecimento de produtos, bem como da respectiva fiscalização sanitária e ambiental;

X - acesso dos usuários às informações relativas à prestação dos serviços, nos termos e prazos previstos nos atos administrativos de regulação;

XI - participação da sociedade civil organizada nos mecanismos de fiscalização, regulação e controle dos serviços;

XII – abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

XIII – transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processo decisórios informatizados;

XIV - o estabelecimento, por meio de mecanismos transparentes, pautados na eficiência, de processos de reajuste e de revisão das tarifas e outros processos de revisão dos contratos e/ou dos atos de regulação do serviço, para assegurar, permanentemente, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

XV - a prestação dos serviços com o objetivo de atingir os padrões de qualidade e de impacto sócio-ambiental previstos nos instrumentos de regulação, com o menor ônus econômico possível;

Seção II

Dos Serviços de Abastecimento de Água

Art. 4º. Consideram-se serviços públicos de abastecimento de água a sua distribuição mediante ligação predial, incluindo instrumentos de gestão e medição, bem como, quando vinculadas a esta finalidade, as atividades de:

I – reservação de água bruta;

II – captação;

III – proteção de mananciais;

IV – adução de água bruta;

V – tratamento de água;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 787
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 279
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

VI – adução de água tratada;

VII – reservação de água tratada.

Art. 5º. A água para consumo humano deverá atender os parâmetros e padrões de potabilidade fixados pelo Ministério da Saúde, bem como os estabelecidos nos instrumentos de regulação.

Art. 6º. Excetuados os casos expressamente previstos na legislação municipal, nas normas da entidade de regulação e de meio ambiente, toda a edificação permanente urbana será conectada à rede pública de abastecimento de água disponível.

§ 1º. Na ausência de rede pública, serão admitidas soluções individuais, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º. O prazo para que o usuário se conecte à rede pública é de 60 (sessenta) dias, contados da notificação feita para esse fim.

Art. 7º. A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser alimentada também por outras fontes.

Parágrafo único. Serão admitidas instalações hidráulicas prediais com o objetivo de reuso de efluentes ou aproveitamento de água de chuva, desde que devidamente autorizada pela autoridade competente.

Art. 8º. A remuneração pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água será fixada com base no volume consumido, podendo ser progressiva, em razão do consumo.

Parágrafo único. O volume de água consumido deve ser aferido, preferencialmente, por meio de medição individualizada, levando-se em conta cada uma das unidades, mesmo quando situadas na mesma edificação.

Seção III

Dos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário

Art. 9º. Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário os serviços constituídos por uma ou mais das seguintes infra-estruturas:

I – coleta, inclusive ligação predial, dos esgotos sanitários;

II – transporte dos esgotos sanitários;

III – tratamento dos esgotos sanitários; e,

IV – disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos originários da operação de unidades

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 788
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 280
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

de tratamento coletivas ou individuais, inclusive fossas sépticas.

Parágrafo único. Consideram-se também como esgotos sanitários os efluentes industriais cujas características sejam semelhantes as do esgoto doméstico.

Art. 10. A remuneração pela prestação dos serviços públicos de esgotamentos sanitários será fixada com base no volume de água consumido pelo usuário.

Art. 11. Excetuados os casos previstos na legislação municipal, nas normas da entidade de regulação e de meio ambiente, toda a edificação permanente urbana será conectada à rede pública de esgotamento sanitário disponível, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação para esse fim.

Art. 12. Na ausência de rede pública de esgotamento sanitário serão admitidas soluções individuais, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais, de saúde pública e de recursos hídricos.

Seção IV

Dos Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos

Art.13. As diretrizes para a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, bem como, as regras a serem observadas na coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, serão fixadas em lei específica.

Seção V

Dos Serviços Públicos de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais

Art. 14. Consideram-se serviços públicos de manejo das águas pluviais urbanas os constituídos por uma ou mais das seguintes infra estruturas:

I – drenagem urbana;

II – canalização e transporte de águas pluviais urbanas;

III – detenção ou retenção de águas pluviais urbanas para amortecimento de vazões de cheias; e,

IV – tratamento e destinação final de águas urbanas.

Art. 15. Cobrança pela prestação dos serviços públicos de manejo de águas pluviais urbanas, quando for o caso, levará em conta o percentual de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção da água pluvial, em cada imóvel urbano.

TÍTULO II

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 789
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 281
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

DAS DIRETRIZES PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Capítulo I

Do Exercício da Titularidade

Art. 16. O Município, na condição de titular dos serviços, observadas as disposições da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e do Decreto n. 7.217, de 21 de junho de 2010, deverá:

I – elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico;

II – prestar diretamente os serviços ou delegá-los na forma prevista na legislação pertinente;

III – definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;

IV – adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública;

V – fixar os direitos e deveres dos usuários, através de regulamento próprio;

VI – estabelecer mecanismos e instrumentos de participação e controle social; e,

VII - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA.

Capítulo II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 17. A prestação dos serviços observará o Plano Municipal de Saneamento Básico, que atenderá ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 11.445/2007, abrangendo, no mínimo:

I – diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores de saúde, epidemiológicos, ambientais, inclusive hidrológicos e socioeconômicos, apontando as causas das deficiências detectadas;

II – metas de curto, médio e longo prazos, com o objetivo de alcançar o acesso universal aos serviços, admitidas soluções graduais e progressivas e observada a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III – programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e outros planos correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV – ações para situações de emergências e contingências; e,

V - mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 790
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 282
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Art. 18. O Plano de Saneamento Básico deverá compreender os serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de manejo de resíduos sólidos, de limpeza urbana e de manejo de águas pluviais, podendo ser elaborado separadamente para um ou mais desses serviços.

Art. 19. O Plano Municipal de Saneamento Básico é vinculante para o Município e para os prestadores dos serviços públicos de saneamento e deverá ser revisto periodicamente, em prazo não superior a quatro anos, anteriormente à elaboração do plano plurianual.

Art. 20. A delegação de serviço de saneamento básico observará o disposto no Plano de Saneamento Básico ou no Plano Específico, quando for o caso.

Art. 21. O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser compatível com o disposto nos planos de bacias hidrográficas e sua elaboração e revisão deverão efetivar-se, de forma a assegurar a participação da comunidade, dos movimentos e das entidades da sociedade civil, por meio de procedimento que, no mínimo, deverá prever:

I – divulgação, em conjunto com os estudos que os fundamentarem; e

II – recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública.

Parágrafo único. A divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio de disponibilização de seu teor aos interessados, inclusive através da rede mundial de computadores – internet e por audiência pública.

Art. 22. O Plano Municipal de saneamento Básico poderá ser aprovado por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Capitulo III

Da Regulação

Seção I

Dos Objetivos da Regulação

Art. 23. São objetivos da regulação:

I – estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II – garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas; e

III – definir tarifas e outros preços públicos que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, quanto à modicidade tarifária e de outros preços públicos, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 791
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 283
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

apropriação social dos ganhos de produtividade, tecnicidade, celeridade e objetividade nas decisões.

Art. 25. Cada um dos serviços públicos de saneamento básico pode possuir regulação específica.

Art. 26. As normas de regulação serão editadas:

I – por legislação do Município, no que se refere:

a) aos direitos, deveres e obrigações dos usuários e prestadores, bem como às penalidades a que estarão sujeitos; e

b) aos procedimentos e critérios para a atuação das entidades de regulação e de fiscalização;

c) regime, estrutura e níveis tarifários, bem como procedimentos e prazos para a sua fixação, reajuste e revisão;

d) metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e respectivos prazos;

e) padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação.

II – por norma da entidade de regulação, no que se refere às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que deverão abranger, no mínimo, os seguintes aspectos:

a) padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

b) prazo para os prestadores dos serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face das queixas ou reclamações relativas aos serviços;

c) requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

d) medição, faturamento e cobrança dos serviços;

e) monitoramento dos custos;

f) avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

g) plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

h) medidas de contingências e emergências, inclusive racionamento.

Art. 27. A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir a correta apropriação dos custos de cada serviço.

Art. 28. A regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser executadas:

I – diretamente, mediante órgão ou entidade de sua administração direta ou indireta, inclusive consórcio público de que participe; ou

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 792
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 284
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

II – mediante delegação a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive a consórcio do qual não participe, na forma prevista no art. 23, § 1º da Lei Federal nº 11.445/2007, explicitando, no ato de delegação a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas; ou

Art. 29. Será assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

Capítulo IV

Do Controle Social

Art. 30. O controle social dos serviços públicos de saneamento básico será assegurado mediante:

I – debates e audiências públicas;

II – consultas públicas;

III – participação de órgão colegiado de caráter consultivo na formulação da política de saneamento, bem como no seu planejamento e avaliação.

Art. 31. Para fins do disposto no inciso III do artigo anterior, fica criado o Conselho Municipal de Saneamento de Três Forquilhas, que será composto por representantes:

a) do Município;

b) de órgãos de outras esferas de governo relacionados ao setor de saneamento básico;

c) do(s) prestador(es) dos serviços públicos de saneamento básico;

d) dos usuários dos serviços;

e) de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor saneamento básico.

Art. 32. Os representantes que compõem o Conselho de Saneamento serão indicados pelas respectivas entidades que representam e nomeados, mediante Decreto, pelo Prefeito Municipal para cumprirem o mandato de 02 (dois) anos.

Art. 33. O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento será eleito entre os membros efetivos deste Conselho.

Art. 34. O Conselho Municipal de Saneamento terá caráter consultivo das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento, incluindo-se dentre as suas

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 793
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 285
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

competências as seguintes atribuições:

I - participar ativamente da elaboração e execução da Política Municipal de Saneamento;

II - participar, opinar e deliberar sobre a elaboração, revisão e implementação dos Planos de Abastecimento de Água, Drenagem, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município de Três Forquilhas;

III - acompanhar o cumprimento das metas destinadas à universalização dos serviços de saneamento, fixadas no Plano Municipal de Saneamento Básico;

IV - promover estudos destinados a adequar os anseios da população à política municipal de saneamento;

V - opinar, promover e deliberar sobre medidas destinadas a impedir a execução de obras e construções que possam vir a comprometer o solo, os rios, lagoas, aquífero subterrâneo, a qualidade do ar e as reservas ambientais do Município, sempre buscando parecer técnico para fins de demonstração de possíveis danos;

VI - buscar o apoio de órgãos e entidades realizadoras de estudos sobre meio ambiente e saneamento, de modo a dispor de subsídios técnicos e legais na implementação de suas ações;

VII - apresentar propostas de Projetos de Lei ao Executivo ou ao Legislativo, sobre a matéria que lhe é de interesse, sempre acompanhados de exposição de motivos;

VIII - apreciar e opinar sobre os casos que lhe forem submetidos pelas partes interessadas;

Art. 35. O Conselho deliberará em reunião própria, suas regras de funcionamento que comporão seu regimento interno, a ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo, onde constará entre outras, a periodicidade de suas reuniões.

Art. 36. É assegurado ao Conselho Municipal de Saneamento o acesso a quaisquer documentos e informações produzidos por órgãos ou entidades de regulação ou de fiscalização.

Art. 37. Aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico são assegurados, nos termos das normas legais e regulamentares:

I – conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos; e

II – acesso:

a) a informações sobre os serviços prestados;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 794
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 286
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

b) ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela entidade de regulação.

Art. 38. O documento de cobrança relativo à remuneração pela prestação de serviços de saneamento básico ao usuário final deverá:

I – explicitar itens e custos dos serviços definidos pela entidade de regulação, de forma a permitir o seu controle direto pelo usuário;

II – conter informações mensais sobre a qualidade da água entregue aos consumidores, nos termos previstos no inciso I do art. 5º do Anexo do Decreto Federal nº 5.440, de 4 de maio de 2005.

Parágrafo único. A entidade de regulação dos serviços instituirá modelo de documento de cobrança para atendimento do disposto no caput e seus incisos.

Capitulo V

Da Prestação dos Serviços

Art. 39. O Município, no exercício da competência e prerrogativa que lhe é assegurada pelo art. 30, V, da Constituição Federal, fica autorizado a prestar os serviços de saneamento básico:

I – diretamente através de órgãos de sua administração direta ou por meio de entidades de sua administração indireta, facultada a contratação de terceiros, no regime da Lei Federal nº 8.666/93, para determinadas atividades;

II – indiretamente mediante concessão ou permissão, sempre através de licitação na modalidade de concorrência pública (CF, art. 175), no regime da Lei Federal nº 8.987/95;

III – por meio de contrato de programa celebrado com base em convênio de cooperação entre entes federados ou consórcio público, no regime da Lei Federal nº 11.107/05;

IV – mediante autorização a usuários organizados em cooperativas ou associações, no regime previsto no art. 10, § 1º, da Lei Federal nº 11.445/07, desde que os serviços se limitem a:

a) determinado condomínio; ou

b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 795
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 287
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Parágrafo único. O Município poderá ainda utilizar-se das parcerias publico – privadas para prestar os serviços de saneamento básico, na forma prevista na Lei Federal nº 11.079/04.

Art. 40. Na celebração de contratos, inclusive de programa, para a prestação de serviços públicos de saneamento básico serão observadas as condições e exigências previstas na Lei Federal nº 11.445/07, sem prejuízo dos requisitos exigidos pela legislação que rege a modalidade escolhida.

Capítulo VI

Dos Aspectos Econômico-Financeiros

Seção I

Da Sustentabilidade Econômico-Financeira

Art. 41. Os serviços públicos de saneamento básico terão sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração que permita a recuperação dos custos dos serviços prestados em regime de eficiência:

I – de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na forma de tarifas e outros preços públicos estabelecidos para cada um dos serviços;

II – de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos através de tarifa, tributos, inclusive taxa, ou outra forma de remuneração, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III – de manejo de águas pluviais urbanas através de tributos, inclusive taxas, ou outra forma de remuneração, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Poderão ser adotados subsídios tarifários ou não tarifários para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Seção II

Da Remuneração dos Serviços

Art. 42. Na fixação das tarifas, outros preços públicos e taxas serão observadas as seguintes diretrizes:

I – prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II – ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 796
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 288
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

III – geração dos recursos necessários para a realização dos investimentos, visando o cumprimento das metas e objetivos do planejamento;

IV – inibição do consumo supérfluo e do desperdício;

V – recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI – remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços contratados;

VII – estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços; e

VIII – incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 43. A estrutura de remuneração e de cobrança dos serviços poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - capacidade de pagamento dos consumidores;

II - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

III - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

IV - categorias de usuários, distribuída por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos;e

VI - padrões de uso ou de qualidade definidos pela regulação.

Seção III

Do Reajuste e da Revisão das Tarifas

Art. 44. As tarifas e outros preços públicos serão fixados por decreto do Poder Executivo de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com a antecedência mínima de trinta dias de sua aplicação.

Art. 45. Os reajustes de tarifas e de outros preços públicos de serviços de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo de doze meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 46. As revisões compreenderão a reavaliação da prestação dos serviços e das tarifas e de outros preços públicos e poderão ser:

I – periódicas, objetivando a apuração e distribuição dos ganhos de produtividade com os

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 797
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 289
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

usuários e a reavaliação das condições de mercado; ou

II – extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico–financeiro.

Seção IV

Do Regime Contábil Patrimonial

Art. 47. No caso dos serviços serem prestados pelo regime de concessão ou mediante contrato de programa, os valores investidos em bens reversíveis pelo prestador dos serviços, desde que estes não integrem a administração do Município, constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados pelas tarifas arrecadadas dos usuários.

Art. 48. Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências voluntárias.

§1º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou entidade de regulação.

§2º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

TÍTULO III

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Capítulo I

Dos Objetivos

Art. 49. A Política Municipal de Saneamento Básico é o conjunto de planos, programas, projetos e ações promovidas pelo Município, isoladamente ou em cooperação com outros entes da Federação, ou com particulares, com objetivos de:

I – proporcionar condições adequadas de saneamento ambiental aos habitantes do Município;

II – universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico;

III – implantar, ampliar e modernizar as estruturas de prestação dos serviços de saneamento básico;

IV – assegurar a maximização da relação benefício – custo na aplicação dos recursos

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 798
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 290
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

financeiros destinados ao saneamento básico, objetivando o maior retorno social possível;

V – incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI – minimizar os impactos ambientais e na infraestrutura urbana na implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico;

VII – articular-se com os Municípios integrantes da Região Metropolitana para a implantação de infraestruturas e serviços comuns, mediante mecanismos de cooperação recíproca.

Capitulo II

Do Financiamento

Art. 50. As obras e os serviços serão financiados com recursos provenientes:

I – da arrecadação de tarifas e outros preços públicos dos usuários dos serviços;

II – de dotações do orçamento fiscal do Município;

III – de transferências de outras esferas de Governo;

IV – financiamentos contraídos junto a organismos financeiros públicos ou privados, nacionais ou internacionais.

Capitulo III

Do Sistema de Informações em Saneamento

Art. 51. O Município instituirá e organizará sistema de informação sobre os serviços de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA.

Parágrafo único. Os dados relativos às condições da prestação dos serviços serão coletados, sistematizados e informados ao SINISA, instituído pelo art. 53 da Lei Federal nº 11.445/07.

Capitulo IV

Das Disposições Finais

Art. 52. O Chefe do Executivo adotará as providências necessárias à implementação da política e diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Forquilhas /RS em ..... e 2012.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 799
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 291
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

MINUTA DE PROPOSTA DE PROJETO DE LEI PARA APROVAÇÃO DO PMSB

PROPOSTA DE PROJETO DE LEI Nº 000/2012

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, INSTRUMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Três Forquilhas, nos termos da presente Lei.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento da Política Municipal de Saneamento, tem como diretrizes, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento sustentável, além de fornecer elementos ao poder público e a coletividade para defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas neste sentido.

Art. 3º Para o estabelecimento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Três Forquilhas serão observados os seguintes fundamentais:

I – universalização, integralidade e disponibilidade;

II – preservação da saúde pública e proteção do meio ambiente;

III – adequação de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

IV – articulação com outras políticas públicas;

V – eficiência e sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental;

VI – utilização de tecnologias apropriadas;

VII – transparência das ações;

VIII – Controle Social;

IX – segurança, qualidade e regularidade;

X – integração com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 800
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 292
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Art. 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município, tem por objetivo geral o estabelecimento de ações para Universalização do Saneamento Básico, através da ampliação progressiva do acesso à todos os usuários do município de Três Forquilhas.

Parágrafo único – Para o alcance do objetivo geral, são objetivos específicos do Plano de Saneamento:

I – garantir as condições de qualidade dos serviços existentes buscando sua melhoria e ampliação;

II – implantar os serviços ora existentes, em prazos factíveis;

III – criar instrumentos para regulação, fiscalização e monitoramento e gestão dos serviços;

IV – estimular a conscientização ambiental da população; e

V – atingir condição de sustentabilidade técnica, econômica, social e ambiental aos serviços de saneamento básico.

Art. 5º Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico as estruturas e serviços dos seguintes sistemas:

I – abastecimento de água potável;

II – esgotamento sanitário;

III – drenagem urbana e manejo de águas pluviais; e

IV – limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

Art. 6º Por se tratar de instrumento dinâmico, o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Três Forquilhas, deverá respeitar as revisões que determina a Lei Federal nº 11.445/2007, devendo ser alvo de contínuo estudo, desenvolvimento, ampliação e aperfeiçoamento, tendo como marco inicial o estudo que integra o Anexo I desta Lei.

§ 1º As revisões de que trata o caput, deverá preceder à elaboração do Plano Plurianual do Município de Três Forquilhas.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Três Forquilhas à Câmara Municipal de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do Plano de Saneamento anteriormente vigente.

§ 3º A proposta de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Três Forquilhas, deverá ser elaborada em articulação com os prestadores dos serviços

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 801
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 293
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

correlatos e estar em compatibilidade coma as diretrizes, metas e objetivos:

I – das Políticas Municipais, Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde e de Meio Ambiente;

II – do Plano Municipal e Estadual de Saneamento e de Recursos Hídricos.

§ 4º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Três Forquilhas, deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que o Município estiver inserido.

Art. 7º A gestão dos serviços de saneamento básico terá como instrumento básico os programas e projetos específicos nas áreas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos, tendo mo meta a universalização dos serviços de saneamento e o perfeito controle dos efeitos ambientais.

Art. 8º A prestação dos serviços públicos de saneamento é de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, podendo o mesmo realizar a prestação desses serviços de forma direta, ou conceder ou permitir a prestação respectiva, a terceiros, de direito público ou privado, de uma ou mais dessas atividades, atendendo os postulados legais pertinentes à matéria.

§ 1º Os executores das atividades mencionadas no caput, deverão contar com os respectivos licenciamentos ambientais cabíveis.

§ 2º A Administração Municipal, quando contratada nos termos desse artigo, submeter-se-á ás mesmas regras aplicáveis nos demais casos.

Art. 9º Os programas, projetos e outras ações do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Três Forquilhas, deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo, na medida em que forem criados.

Art. 10. Constitui órgão executivo do presente Plano de Saneamento a Secretaria Municipal de ....

Art. 11. Constitui órgão superior do presente Plano de Saneamento, de caráter consultivo e deliberativo, o Conselho Municipal de Saneamento Básico, constituído com base no Art. 00, da Lei Municipal nº 0.000/20....

Art. 12. Constitui o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Três Forquilhas, o documento inserido no Anexo I desta Lei.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 802
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 294
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Art. 13. Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Forquilhas, 00 de .... de 2012

Prefeito Municipal

PROPOSTA DE DECRETO PARA APROVAÇÃO DO PMSB

PROPOSTA DE DECRETO

DECRETO Nº 000/2012

Aprova e institui o Plano Municipal de Saneamento Básico destinado à execução dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais do Município de Três Forquilhas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS, Estado Do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.445/2007, determina ao titular dos serviços a elaboração do Plano de Saneamento Básico;

DECRETA

Artigo 1º - Fica aprovado e instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico de Três Forquilhas, Anexo I, do presente Decreto, que, a partir do diagnóstico da atual situação dos serviços públicos, estabelece diretrizes, objetivos, metas e as ações a serem adotadas pelo Município para a melhoria da eficiência na prestação dos serviços e para a sua universalização.

Art. 2º. O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por este Decreto, será revisto periodicamente a cada quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Art. 3º. A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada em articulação com as prestadoras dos serviços e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos e com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 803
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 295
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Três Forquilhas, 00 de ... de 2012.

Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 804
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 296
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

ANEXOS

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA 01

Serviço Público Federal
CONSELHO FEDERAL/CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3ª REGIÃO

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART — 1-ART Nº: **2013/07810**

CONTRATADO

2.Nome: DIEGO WEBBER RAUPP		3.Registro no CRBio: 075996/03-D	
4.CPF: 814.800.320-34	5.E-mail: diegoraupp@yahoo.com.br	6.Tel: (51)9865-7343	
7.End.: CENTRAL 259		8.Compl.: APARTAMENTO 101	
9.Bairro: CENTRO	10.Cidade: DOM PEDRO DE ALCANTARA	11.UF: RS	12.CEP: 95568-000

CONTRATANTE

13.Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FORQUILHAS		
14.Registro Profissional:	15.CPF / CGC / CNPJ: 93.317.998/0001-33	
16.End.: AVENIDA DOS IMIGRANTES 4123		
17.Compl.: PREDIO	18.Bairro: CENTRO	19.Cidade: TRES FORQUILHAS
20.UF: RS / 21.CEP: 95575-000	22.E-mail/Site:	

DADOS DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

23.Natureza : 1. Prestação de serviço
Atividade(s) Realizada(s) : Realização de consultorias/assessorias técnicas;

24.Identificação : ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICIPIO DE TRES FORQUILHAS
25.Município de Realização do Trabalho: TRES FORQUILHAS — 26.UF: RS
27.Forma de participação: EQUIPE — 28.Perfil da equipe: ENGENHEIRO AGRONOMO, ARQUITETO. GEOLOGO.
29.Área do Conhecimento: Botânica; Ecologia; Educação; Zoologia; — 30.Campo de Atuação: Meio Ambiente
31.Descrição sumária : ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TRES FORQUILHAS, REFERENTE A PARTE BIÓLOGICA DO REFERIDO PLANO.
32.Valor: R$ 3.000,00 — 33.Total de horas: 100 — 34.Início: DEZ/2012 — 35.Término: DEZ/2013

[redacted]

Bio

36. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Data:
Assinatura do Profissional
DIEGO WEBBER RAUPP
BIÓLOGO CRBio 75996/03-D

Data:
Assinatura e Carimbo do Contratante
Paulino da Silva Azevedo
Prefeito Municipal
Três Forquilhas - RS

37. LOGO DO CR

CRBio-0

RATO

38. SOLICITAÇÃO DE BAIXA POR CONCLUSÃO

Declaramos a conclusão do trabalho anotado na presente ART, razão pela qual solicitamos a devida BAIXA junto aos arquivos desse CRBio.

Data: / /
Assinatura do Profissional

Data: / /
Assinatura e Carimbo do Contratante

39. SOLICITAÇÃO DE BAIXA POR DIST

Data: / /
Assinatura do Profissional

Data: / /
Assinatura e Carimbo do Contratant

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 805
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 297
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TECNICA 02

Conselho de Arquitetura e Urbanismo
Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES
Nº 0000001314636

INICIAL
INDIVIDUAL

20130001314636

1. Responsável Técnico
Registro Nacional: A41930-3 FELIPE HERTZOG FELTES
Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. Dados do Contrato
CNPJ: 93.317.998/0001-33 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FORQUILHAS
Contrato: Celebrado em 01/08/2012
Valor: R$ 1.500,00 Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito público Ação Institucional:
Data de Início: 01/08/2012 Previsão de término: 01/08/2013
Observação:

3. Dados da Obra/Serviço
AVENIDA DOS IMIGRANTES
Nº: Complemento:
Bairro: CENTRO
UF: RS CEP: 95575000 Cidade: TRÊS FORQUILHAS
Coordenadas Geográficas: 0 0

4. Atividade Técnica
Atividade: 4.4.8 - Plano de saneamento básico ambiental
Quantidade: 1,00 Unidade: un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

5. Descrição

6. Valor

7. Assinaturas
Declaro serem verdadeiras as informações acima
T. F. , 28 de JUNHO de 2013
Local data

FELIPE HERTZOG FELTES - CPF: 501.867.280-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES FORQUILHAS - CNPJ: 93.317.998/0001-33

8. Informações
* O comprovante de pagamento deverá ser apensado documento RRT para comprovação de quitação

A autenticidade desta RRT pode ser verificada em: https://siccau.caubr.org.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, com a chave: 2826YC
Impresso em: 28/06/2013 às 09:59:24 por: FELIPE HERTZOG FELTES, Ip: 189.10.128.121

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 806
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 298
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

CONVITE AUDIENCIA FINAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREEFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Três Forquilhas convida a todos para a audiência Pública para apresentação do Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico do Municipio de Três Forquilhas, a realizar-se no dia 20 de dezembro de 2012 às 13 horas e 30 minutos nas dependências da Prefeitura Municipal de Três Forquilhas.

PAULINO DA SILVA AZEVEDO

PREFEITO MUNICIPAL

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 807
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 299
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

FOTOS



Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.





Página 808
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 300
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 809
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 301
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

ATA

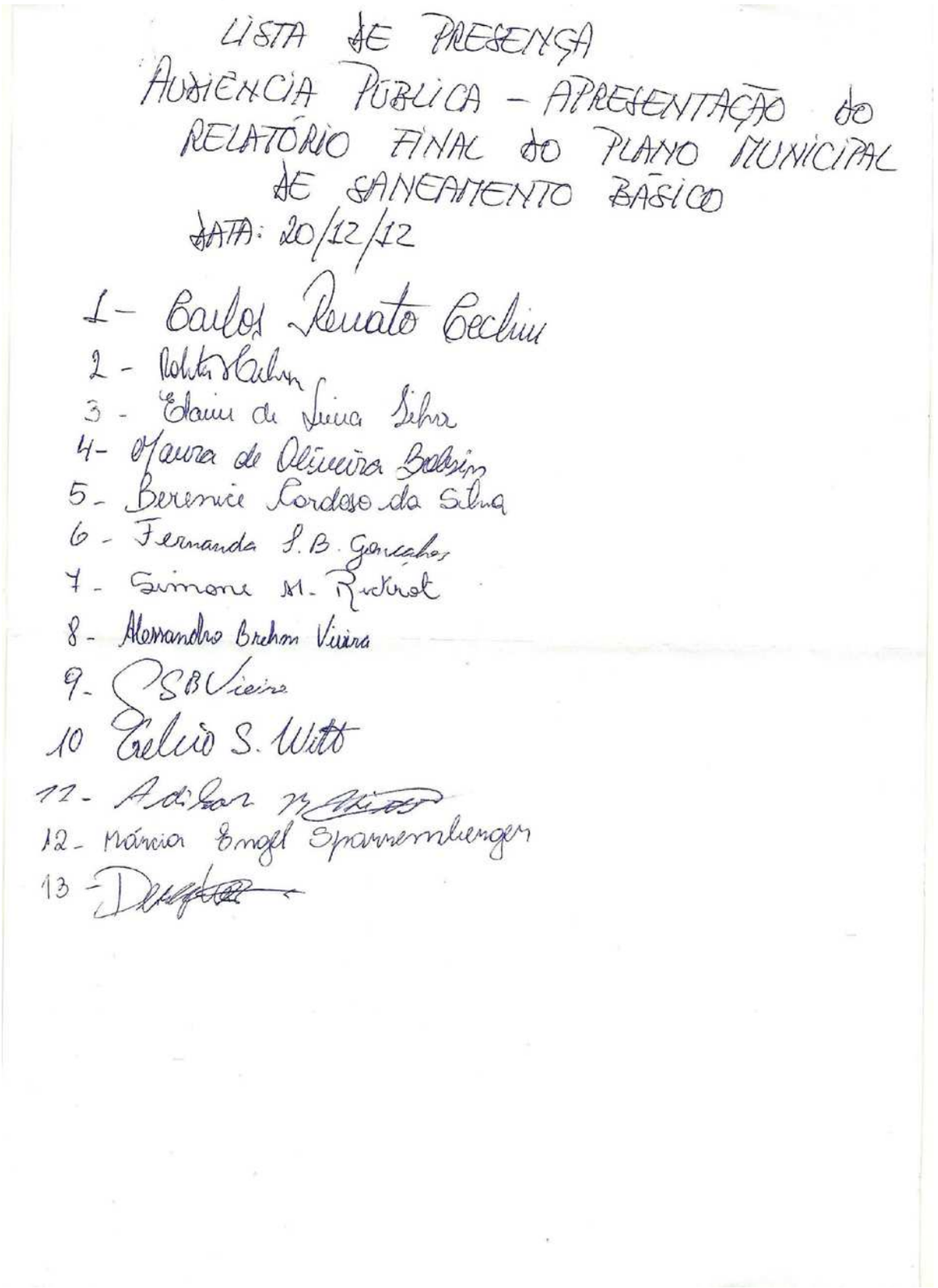
Ata nº 004/2012

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, nas dependências da Prefeitura Municipal de Três Forquilhas, foi realizada Audiência Pública para apresentação do Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico. Aberta a sessão, pelo biólogo da Empresa Zimermann Soluções Ambientais, foram apresentados os diagnósticos dos serviços de água e esgoto drenagem urbana e resíduos sólidos. Na sequência, os prognósticos para os mesmos serviços, em curto, médio e longo prazo. Todas as etapas anteriores haviam sido discutidas, analisadas e complementadas pelo Comitê de Coordenação. Aos presentes foram dirimidas dúvidas relativas aos objetivos, diretrizes e implementação do Plano. Todos ficaram motivados com a elaboração do Plano, aguardando melhorias e soluções a muitos problemas diagnosticados. No final, por unanimidade, foi aprovado o Plano Municipal de Três Forquilhas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, acompanhada da lista de presença.

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Página 810
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 302
Peça 5032777
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P029A210

LISTA DE PRESENÇA



LISTA DE PRESENÇA
AUDIENCIA PUBLICA - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DATA: 20/12/12

1- Carlos Renato Cecchin
2 - Roberto Cabral
3 - Elaine da Silva Silva
4- Maura de Oliveira Bobsin
5 - Berenice Cardoso da Silva
6 - Fernanda S. B. Gonçalves
7 - Simone M. Rückert
8 - Alexandre Brehm Vieira
9 - SSB Vieira
10 Celio S. Witt
11 - Adilson M
12 - Márcia Engel Spannenberger
13 -

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BAE.2FC7.2AD6.51E0.649E.

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 1

Peça 5032780

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A213

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS/RS

JUSTIFICATIVA

O Município de Três Forquilhas/RS possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico que é definido pela Lei n° 11.445/2007 e, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; como o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais e drenagem urbana.

Não possui Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos(exigência Lei 12.305/2020 que estabelece a politica dos Resíduos sólidos)i porque até o momento entende que este Plano se compatibiliza com a Lei 11.445/2007 ou seja, integra a política Nacional de Saneamento Básico que trata também do manejo de Resíduos sólidos.

Art. 5º da Lei 12.305/2010: A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Art. 54.da Lei 12.305/2010: A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada até 31 de dezembro de 2020, exceto para os Municípios que até essa data tenham elaborado plano intermunicipal de resíduos sólidos ou plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e que disponham de mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, nos termos do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para os quais ficam definidos os seguintes prazos: (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

I - até 2 de agosto de 2021, para capitais de Estados e Municípios integrantes de Região Metropolitana (RM) ou de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de capitais; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C4DD.8D07.14D6.68B5.0188.

Processo 01070-0200/22-0

Peça 5032780

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P029A213

II - até 2 de agosto de 2022, para Municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010, bem como para Municípios cuja mancha urbana da sede municipal esteja situada a menos de 20 (vinte) quilômetros da fronteira com países limítrofes; (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

III - até 2 de agosto de 2023, para Municípios com população entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010; e (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

IV - até 2 de agosto de 2024, para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo 2010. (Incluído pela Lei nº 14.026, de 2020)

Três Forquilhas, 22 de Março de 2023

Loraci Klippel Melo Germann

Prefeita Municipal

Assinado digitalmente por: LORACI KLIPPEL MELO GERMANN em 29/03/23, ADRIANA DE SOUZA BREHM ANDRADE em 29/03/23 e MAURA BOBSIN AGUIAR em 29/03/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C4DD.8D07.14D6.68B5.0188.

Página 813
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 5323749
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AC

www.LeisMunicipais.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.850/2021.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Três Forquilhas/RS para o exercício financeiro de 2022.

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN, Prefeita Municipal, Três Forquilhas, Estado do Rio Grande de Sul, no uso de suas atribuições legais, Faço Saber que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de TRÊS FORQUIHAS para o exercício financeiro de 2022, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I
Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária do Município de TRÊS FORQUILHAS é estimada em R$ 20.050.000,00 (Vinte milhões e Cinquenta mil reais) a ser arrecadada de acordo com a legislação vigente, obedecido a seguinte classificação:

RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	R$ 1.056.500,00
Receita de Contribuições	R$ 900.000,00
Receita Patrimonial	R$ 387.322,35
Receita de Serviços	R$ 415.000,00
Transferências Correntes	R$ 17.486.140,00
Outras Receitas Correntes	R$ 5.037,65

Assinado digitalmente por: Matheus Fachin Borges em 29/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0A7D.8AE6.5B8B.4805.28FA.

Página 814
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 5323749
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AC

TOTAL	R$ 20.250.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens Móveis/Imóveis	R$ 0,00
Amortização de Empréstimos	R$, 0,00
Operação de Credito	R$ 0,00
Transferência de Capital	R$ 0,00
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	R$ 1.800.000,00
Receita Parimonial - Intraorç.	R$ 1.100.000,00
Outras Receitas Correntes - Intraorç.	R$ 700.000,00
TOTAL	R$ 1.800.000,00
Deduções FUNDEB	R$ (-) 2.000.000,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	R$ 20.050.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a desdobrar a receita orçamentária até o nível solicitado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul ou Ministério da Previdência para a realização do orçamento.

Seção II
Da Fixação da Despesa

Art. 4º A despesa para o exercício de 2022 é de R$ 20.050.000.00,00 (Vinte milhões e cinquenta mil reais), e será realizada de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as especificações constantes das tabelas e quadros anexos, que fazem parte desta Lei.

Art. 5º A despesa fixada, inclusive as dotações das entidades da administração indireta e empresas estatais dependentes, são dispostas em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários organizados pela classificação da despesa institucional, estrutura programática e natureza da despesa até o nível de modalidade de elemento de despesa.

Art. 6º A Despesa total fixada após as emendas individuais e emendas coletivas de bancadas, que fazem parte desta lei (Anexo I), apresenta o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES	R$ 17.148.439,46
Pessoal e Encargos Sociais	R$ 11.913.077,87
Juros e Encargos da Divida	R$ 0,00
Outras Despesas Correntes	R$ 5.235.361,59
DESPESA DE CAPITAL	R$ 1.606.560,54
Investimentos	R$ 783.560,54
Inversões Financeiras	R$ 0,00
Amortização da Dívida	R$ 823.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS INDIVIDUAIS E BANCADAS	R$ 0,00
RESERVA DO RPPS	R$ 1.295.000,00
TOTAL	R$ 20.050.000,00

Art. 7º Integram esta Lei, nos termos da Lei Municipal que dispõem sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022, os anexos contendo os quadros orçamentários e

Assinado digitalmente por: Matheus Fachin Borges em 29/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0A7D.8AE6.5B8B.4805.28FA.

Página 815
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 5323749
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AC

demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III
Da Autorização Para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares por Decreto, até o limite de 10% (Dez por cento) da despesa total fixada, na Administração Direta e Indireta, observados os arts. 8º, 9º e 13º da Lei Complementar nº 101, de 2000, mediante a utilização dos recursos:

I - da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo vedado o cancelamento de valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais impositivas a Lei Orçamentária Anual;

II - de excesso de arrecadação proveniente:

a) de receitas vinculadas arrecadadas e a arrecadar, desde que para alocação nos mesmos créditos orçamentários em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;
b) de recursos livres;

III - superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, de acordo com as vinculações originais.

§ 1º O limite para a abertura de créditos suplementares de que trata este artigo, no inciso I, é autorizado individualmente para a administração direta e para cada entidade da administração indireta.

§ 2º Considerar-se-á créditos adicionais especiais, para efeitos desta Lei, e em conformidade com a Portaria nº 163, de 2001, art. 6º, da Secretaria do Tesouro Nacional o crédito orçamentário criado a nível de elemento de despesa.

§ 3º O Executivo poderá, por ato próprio, em relação à sua execução orçamentária, criar e modificar as destinações e fontes de recursos.

Art. 9º O Poder Legislativo poderá abrir créditos suplementares, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, até o limite de 10% (Dez por cento) de sua despesa total fixada, quando para sua cobertura, forem indicados, como recurso, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

Art. 10. O limite autorizado no artigo 8º não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

I - insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III - despesas financiadas com recursos de transferências voluntárias da União e do Estado, operações de crédito, alienação de bens e convênios.

IV - despesas financiadas com a utilização de recursos provenientes do excesso de arrecadação ou incorporação de superávit disponível do exercício anterior.

CAPÍTULO III

Assinado digitalmente por: Matheus Fachin Borges em 29/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0A7D.8AE6.5B8B.4805.28FA.

Página 816
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 5323749
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AC

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 11. A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2022.

Art. 12. As transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal estarão disponíveis até o dia 20 de cada mês.

Art. 13. O Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 14. Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante das receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos no art. 31º da Lei Municipal que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E FAÇAM-SE AS DEVIDAS COMUNICAÇÕES.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, 28 DE DEZEMBRO DE 2021.

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN
Prefeita Municipal

MARTA KLIPPEL MELO
Secretária Municipal da Administração

REG. AS FLS. Nº _____ DO LIVRO DE REGISTRO DE LEIS E DECRETOS Nº _____ EM DATA SUPRA.

ANEXO I

Emendas Individuais e de Bancada do MDB

Modifica os dispositivos do Projeto de Lei nº 77/2021.

Os Vereadores da bancada do MDB solicitam que seja aprovada a emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 77 /2021, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Três Forquilhas/RS para o exercício financeiro de 2022, nos seguintes termos:

Origem dos Recursos:

ANEXO II

3 - SEC. MUN. ADMINISTRACAO
3 - Reserva de Contingencia

3.9.0.00.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 245.379,02
3.9.9.00.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 245.379,02
3.9.9.99.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 245.379,02
3.9.9.99.99.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 245.379,02
3.9.9.99.99.99.00.00.00 Emendas Individuais e Coletivas 245.379,02
Total ..... : 245.379,02

Destinação:

Emendas Individuais de todos os parlamentares do MDB no valor R$ 59.024,23 para a aquisição de medicamentos

Assinado digitalmente por: Matheus Fachin Borges em 29/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0A7D.8AE6.5B8B.4805.28FA.

Página 817
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 5323749
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AC

7 - FUNDO MUN.DE SAUDE
1 - GASTOS CONSTITUCIONAIS NA SAUDE-15%

3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 364224,23

Emenda da Bancada do PMDB no valor de R$ 88.536,30 para a aquisição de um veículo para a Secretaria da Saúde

7 - FUNDO MUN.DE SAUDE
1 - GASTOS CONSTITUCIONAIS NA SAUDE-15%

3.4.4.90.52.00.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 108536,30

Emenda Individual dos Senhores Vereadores Gélcio Sparremberger Witt e Sérgio Prusch Vitt no valor de R$ 23.609,69 para melhoria com concreto usinado na estrada do Morro Quente, no rolador e próximo ao seu Ilario Knevitz

6 - SEC.MUN.OBRAS VIACAO /TRANSPORTE
1 - Serviços de Obras e Viação

3.4.4.90.51.00.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 214609,69

Emenda Individual do Senhor Vereador Jarbas Jacoby Brehm no valor de R$ 11.804,85 que seja transferido para Sociedade Melhoramento e desenvolvimento do Vale de Três Forquilhas, CNPJ 97.960.140/0001-43, para a realização de obras

5 - SEC.MUN.EDUCAÇÃO E DESPORTO
3 - Gastos Não Educacionais

3.4.4.2.0.42.00.00.00.00 AUXILIOS R$ 11.804,85

Emenda Individual do Senhor Vereador Ezequiel Rocha Guimarães no valor de R$ 11.804,85 para a realização de construção de uma praça na Escola Municipal Osvaldo Cruz

5 - SEC.MUN.EDUCAÇÃO E DESPORTO
3 - Gastos Não Educacionais

3.4.4.90.51.00.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 11.804,85

Emenda Individual do Senhor Vereador Jeferson Sparremberger de Oliveira no valor de R$ 5.902,42 para Escola Municipal Luiz Gonzaga Capaverde para a aquisição de equipamentos de informática

5 - SEC.MUN.EDUCAÇÃO E DESPORTO
3 - Gastos Não Educacionais

3.4.4.90.52.00.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$ 5.902,42
Emenda Individual do Senhor Vereador Jeferson Sparremberger de Oliveira no valor de R$ 5.902,42 que seja transferido para Sociedade Melhoramento e desenvolvimento do Vale de Três Forquilhas, CNPJ 97.960.140/0001-43, para a realização de obras

5 - SEC.MUN.EDUCAÇÃO E DESPORTO
3 - Gastos Não Educacionais

3.4.4.2.0.42.00.00.00.00 AUXILIOS R$ 5.902,42
Em face das emendas apresentadas o saldo renascente no Anexo II 3.9.9.99.99.99.00.00.00 Emendas Individuais e Coletivas é de R$ 38.794,26

ANEXO II

Assinado digitalmente por: Matheus Fachin Borges em 29/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0A7D.8AE6.5B8B.4805.28FA.

Página 818
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 5323749
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AC

3 - SEC. MUN. ADMINISTRACAO
3 - Reserva de Contingencia

3.9.0.00.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS R$ 38.794,26
3.9.9.00.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS R$ 38.794,26
3.9.9.99.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS R$ 38.794,26
3.9.9.99.99.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS R$ 38.794,26
3.9.9.99.99.99.00.00.00 Emendas Individuais e Coletivas R$ 38.794,26
Total .... : R$ 38.794,26

Três Forquilhas, 27 de dezembro de 2021

Autoria Bancada MDB

_____
Ezequiel Rocha Guimarães - MDB

_____
Gélcio Sparremberger Witt - MDB

_____
Jarbas Jacoby Brehm - MDB

_____
Jeferson Sparremberger de Oliveira - MDB

_____
Sérgio Prusch Vitt - MDB

Emendas Individuais e de Bancada do PP

Modifica os dispositivos do Projeto de Lei nº 77/2021.

Os Vereadores da bancada do PP solicitam que seja aprovada a emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 77/2021, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Três Forquilhas/RS para o exercício financeiro de 2022, nos seguintes termos:

Origem dos Recursos:

ANEXO II

3 - SEC. MUN. ADMINISTRACAO
3 - Reserva de Contingencia

3.9.0.00.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 245.379,02
3.9.9.00.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 245.379,02
3.9.9.99.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 245.379,02
3.9.9.99.99.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 245.379,02
3.9.9.99.99.99.00.00.00 Emendas Individuais e Coletivas 245.379,02
Total ..... : 245.379,02

7 - FUNDO MUN. DE SAÚDE
6 - Reserva de contingência

3.3.0.00.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 92.017,13
3.9.9.00.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 92.017,13
3.9.9.99.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 92.017,13
3.9.9.99.99.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA EMENDAS IND/BANCADAS 92.017,13
3.9.9.99.99.99.00.00.00 Emendas Individuais e Coletivas 92.017,13

Assinado digitalmente por: Matheus Fachin Borges em 29/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0A7D.8AE6.5B8B.4805.28FA.

Página 819
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 5323749
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AC

Total ..... : 92.017,13

Destinação:

Emendas Individuais e de bancada de todos os parlamentares do PP, no valor de R$ 65.405,69 para a aquisição de medicamentos e R$ 65.405,69 para exames na área da saúde.

7 - FUNDO MUN.DE SAUDE
1 - GASTOS CONSTITUCIONAIS NA SAUDE-15%

3.3.3.90.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 370605,69

7 - FUNDO MUN.DE SAUDE
1 - GASTOS CONSTITUCIONAIS NA SAUDE-15%

3.3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 185405,69

Três Forquilhas, 27 de dezembro de 2021

Autoria Bancada PP

_____
Silvério Beck Konig - PP

_____
Joao Oli da Rosa - PP

_____
Ricardo Lima da Silva - PP

_____
Almiro Vitt de Aguiar - PP

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 05/01/2022

Assinado digitalmente por: Matheus Fachin Borges em 29/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0A7D.8AE6.5B8B.4805.28FA.

Página 820

Processo 01070-0200/22-0

Página da peça 1

Peça 5323750

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02E12AD

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TCE-RS Base de Legislação

Atrasos de Entregas de Remessas | Emails enviados

Serviço de Auditoria Tudo

Órgão Tudo

Exercício (Auditoria) 2022 Filtrar

Ir Ações

Ano	Nome	Periodo	Dt inclusao	Dt limite entrega	Atraso	Descricao
2021	PM DE TRÊS FORQUILHAS	4	07/012022	10/012022	0	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
2022	PM DE TRÊS FORQUILHAS	1	31/032022	10/042022	0	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
2022	PM DE TRÊS FORQUILHAS	2	08/072022	10/072022	0	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
2022	PM DE TRÊS FORQUILHAS	3	-	30/112022	224	ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 - 4

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.910A.010D.2C22.8CA3.BBA4.

Página 821
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 5323751
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AE

RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Licitações

Órgão
PM DE TRÊS FORQUILHAS

Data/Hora da consulta
12/07/2023 10:46:27

Data Início	Data Fim	% Fora do prazo	Atraso Médio
01/01/2022	31/12/2022	97,50	43,95 dias

Licitação	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Adesão à Ata de Registro de Preços 1/2022	Extrato de adesão a registro de preços	31/01/2022	25/02/2022	15	5	10
Adesão à Ata de Registro de Preços 2/2022	Extrato de adesão a registro de preços	08/02/2022	25/03/2022	28	5	23
Chamamento Público / Credenciamento 1/2022	Edital e anexos	21/01/2022	25/03/2022	39	5	34
Convite 1/2022	Homologação	11/11/2022	30/03/2023	94	5	89
Convite 3/2022	Edital e anexos	24/11/2022	25/01/2023	44	5	39
Pregão Eletrônico 1/2022	Homologação	11/02/2022	23/06/2022	84	5	79
Pregão Eletrônico 1/2022	Edital e anexos	11/01/2022	23/05/2022	84	5	79
Pregão Eletrônico 2/2022	Edital e anexos	14/03/2022	23/06/2022	68	5	63
Pregão Eletrônico 2/2022	Homologação	29/04/2022	03/11/2022	98	5	93
Pregão Eletrônico 3/2022	Edital e anexos	18/03/2022	23/06/2022	64	5	59
Pregão Eletrônico 3/2022	Homologação	09/05/2022	23/06/2022	32	5	27
Pregão Eletrônico 7/2022	Edital e anexos	19/05/2022	22/07/2022	45	5	40
Pregão Eletrônico 7/2022	Homologação	09/06/2022	22/07/2022	30	5	25
Pregão Eletrônico 8/2022	Edital e anexos	30/06/2022	22/09/2022	54	5	49
Pregão Eletrônico 13/2022	Homologação	18/08/2022	24/01/2023	76	5	71
Pregão Eletrônico 13/2022	Edital e anexos	29/07/2022	22/09/2022	33	5	28
Pregão Eletrônico 21/2022	Homologação	16/11/2022	29/03/2023	92	5	87
Processo de Dispensa 1/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	03/01/2022	18/02/2022	32	5	27
Processo de Dispensa 2/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	03/01/2022	18/02/2022	32	5	27
Processo de Dispensa 3/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	03/01/2022	18/02/2022	32	5	27
Processo de Dispensa 4/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	03/01/2022	21/02/2022	32	5	27
Processo de Dispensa 5/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	03/01/2022	21/02/2022	32	5	27
Processo de Dispensa 6/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	11/01/2022	22/02/2022	27	5	22
Processo de Dispensa 8/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	25/01/2022	22/02/2022	17	5	12
Processo de Dispensa 9/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	24/01/2022	23/02/2022	18	5	13
Processo de Dispensa 13/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	08/02/2022	25/03/2022	28	5	23
Processo de Dispensa 14/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	02/03/2022	25/04/2022	34	5	29
Processo de Dispensa 15/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	02/03/2022	25/04/2022	34	5	29
Processo de Dispensa 16/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	02/03/2022	20/05/2022	53	5	48
Processo de Dispensa 17/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	14/03/2022	20/05/2022	45	5	40

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.88B5.DB90.FF96.7ED9.ED1A.

Página 822
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 5323751
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AE

Licitação	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Processo de Dispensa 30/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	11/08/2022	20/01/2023	79	5	74
Processo de Dispensa 32/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	15/08/2022	20/01/2023	77	5	72
Processo de Dispensa 46/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	28/11/2022	30/03/2023	85	5	80
Processo de Dispensa 48/2022	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	12/12/2022	20/04/2023	88	5	83
Processo de Inexigibilidade 1/2022	Comprovante de publicação do extrato da inexigibilidade	03/02/2022	18/02/2022	11	5	6
Processo de Inexigibilidade 1/2022	Comprovante de publicação do extrato da inexigibilidade	03/01/2022	18/02/2022	32	5	27
Processo de Inexigibilidade 2/2022	Comprovante de publicação do extrato da inexigibilidade	03/01/2022	18/02/2022	32	5	27
Tomada de Preços 1/2022	Edital e anexos	07/01/2022	20/05/2022	85	5	80
Tomada de Preços 3/2022	Homologação	20/06/2022	22/07/2022	24	5	19

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.88B5.DB90.FF96.7ED9.ED1A.

Página 823
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 5323752
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AF

RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Contratos

Órgão
PM DE TRÊS FORQUILHAS

Data/Hora da consulta
12/07/2023 10:46:28

Data Início	Data Fim	% Fora do prazo	Atraso Médio
01/01/2022	31/12/2022	100,00	42,33 dias

Contrato	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Contrato 17/2020	Termo aditivo	03/01/2022	25/02/2022	34	5	29
Contrato 19/2020	Termo aditivo	01/04/2022	28/06/2022	58	5	53
Contrato 1/2021	Termo aditivo	03/01/2022	25/02/2022	34	5	29
Contrato 4/2021	Termo aditivo	03/01/2022	25/02/2022	34	5	29
Contrato 19/2021	Termo aditivo	03/01/2022	25/02/2022	34	5	29
Contrato 20/2021	Termo aditivo	03/01/2022	25/02/2022	34	5	29
Contrato 21/2021	Termo aditivo	03/01/2022	25/02/2022	34	5	29
Contrato 23/2021	Termo aditivo	03/01/2022	25/02/2022	34	5	29
Contrato 44/2021	Termo aditivo	03/01/2022	25/02/2022	34	5	29
Contrato 1/2022	Contrato	03/01/2022	18/02/2022	32	5	27
Contrato 2/2022	Contrato	03/01/2022	18/02/2022	32	5	27
Contrato 3/2022	Contrato	03/01/2022	18/02/2022	32	5	27
Contrato 4/2022	Contrato	03/01/2022	18/02/2022	32	5	27
Contrato 5/2022	Contrato	03/01/2022	21/02/2022	32	5	27
Contrato 6/2022	Contrato	03/01/2022	21/02/2022	32	5	27
Contrato 7/2022	Contrato	11/01/2022	22/02/2022	27	5	22
Contrato 8/2022	Contrato	13/01/2022	22/02/2022	25	5	20
Contrato 9/2022	Contrato	25/01/2022	22/02/2022	17	5	12
Contrato 10/2022	Contrato	24/01/2022	23/02/2022	18	5	13
Contrato 11/2022	Contrato	26/01/2022	25/02/2022	18	5	13
Contrato 12/2022	Contrato	31/01/2022	25/05/2022	72	5	67
Contrato 13/2022	Contrato	08/02/2022	25/05/2022	67	5	62
Contrato 14/2022	Contrato	02/02/2022	25/03/2022	31	5	26
Contrato 15/2022	Contrato	10/02/2022	24/05/2022	64	5	59
Contrato 16/2022	Contrato	07/02/2022	25/03/2022	29	5	24
Contrato 17/2022	Contrato	08/02/2022	25/03/2022	28	5	23
Contrato 19/2022	Contrato	23/02/2022	25/05/2022	58	5	53
Contrato 22/2022	Contrato	23/02/2022	25/06/2022	79	5	74
Contrato 23/2022	Contrato	23/02/2022	25/06/2022	79	5	74
Contrato 24/2022	Contrato	23/02/2022	25/06/2022	79	5	74
Contrato 26/2022	Contrato	23/02/2022	26/06/2022	79	5	74
Contrato 27/2022	Contrato	02/03/2022	25/04/2022	34	5	29
Contrato 28/2022	Contrato	02/03/2022	25/04/2022	34	5	29
Contrato 29/2022	Contrato	02/03/2022	20/05/2022	53	5	48
Contrato 30/2022	Contrato	14/03/2022	20/05/2022	45	5	40
Contrato 30/2022	Apostilamento	31/03/2022	20/05/2022	33	5	28
Contrato 31/2022	Contrato	17/03/2022	20/05/2022	42	5	37
Contrato 32/2022	Contrato	22/03/2022	20/05/2022	39	5	34
Contrato 33/2022	Contrato	25/03/2022	20/05/2022	36	5	31
Contrato 34/2022	Contrato	31/03/2022	22/06/2022	55	5	50

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.17B3.9AEC.5403.08F6.3E0B.

Contrato	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Contrato 35/2022	Contrato	27/04/2022	22/06/2022	39	5	34
Contrato 36/2022	Contrato	02/05/2022	22/06/2022	36	5	31
Contrato 37/2022	Contrato	02/05/2022	22/06/2022	36	5	31
Contrato 38/2022	Contrato	02/05/2022	22/06/2022	36	5	31
Contrato 39/2022	Termo aditivo	30/05/2022	23/06/2022	17	5	12
Contrato 39/2022	Contrato	20/05/2022	23/06/2022	23	5	18
Contrato 40/2022	Contrato	23/05/2022	23/06/2022	22	5	17
Contrato 41/2022	Contrato	01/06/2022	22/07/2022	36	5	31
Contrato 42/2022	Contrato	30/05/2022	22/07/2022	38	5	33
Contrato 43/2022	Contrato	13/06/2022	22/07/2022	28	5	23
Contrato 44/2022	Contrato	22/06/2022	22/07/2022	22	5	17
Contrato 44/2022	Ordem de início	22/06/2022	22/07/2022	22	5	17
Contrato 46/2022	Contrato	11/08/2022	30/03/2023	125	5	120
Contrato 51/2022	Contrato	15/09/2022	30/03/2023	103	5	98
Contrato 61/2022	Contrato	21/11/2022	30/03/2023	90	5	85
Contrato 61/2022	Ordem de início	29/11/2022	30/03/2023	84	5	79
Contrato 65/2022	Contrato	28/11/2022	30/03/2023	85	5	80
Contrato 67/2022	Contrato	12/12/2022	20/04/2023	88	5	83
Contrato 71/2022	Contrato	20/12/2022	30/03/2023	69	5	64
Termo de credenciamento 18/2022	Contrato	23/02/2022	27/06/2022	80	5	75
Termo de credenciamento 20/2022	Contrato	23/02/2022	27/06/2022	80	5	75
Termo de credenciamento 21/2022	Contrato	23/02/2022	27/06/2022	80	5	75
Termo de credenciamento 25/2022	Contrato	23/02/2022	27/06/2022	80	5	75

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.17B3.9AEC.5403.08F6.3E0B.

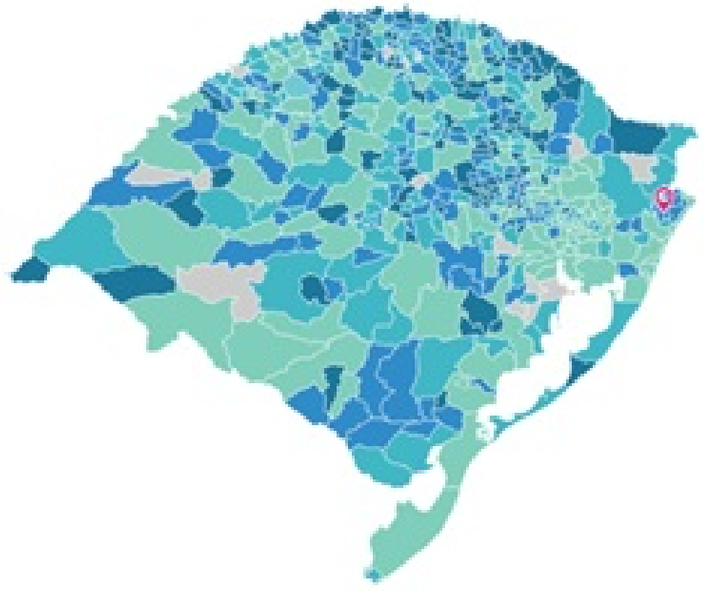
Página 824
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 5323752
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02E12AF

Página 825
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 1
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO Nº:	**001070-0200/22-0**
FISCALIZADO:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS**
CNPJ:	**93.317.998/0001-33**
EXERCÍCIO:	**2022**



Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 826
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
2 PERFIL MUNICIPAL
2.1 Características do Município
2.1.1 População
2.1.2 Regionalização
2.1.3 Economia
2.2 Características da Administração Municipal
2.2.1 Estrutura Administrativa
2.2.2 Gestores Responsáveis
3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1 Aspectos Gerais
3.1.1 Legislação Aplicável
3.1.2 Resultado Orçamentário do Município
3.2 Créditos Orçamentários
3.2.1 Índice de Modificação Orçamentária
3.3 Receitas
3.3.1 Receitas Orçamentárias: Estimativa e Execução
3.3.2 Receitas Correntes: Origem, Estimativa e Execução
3.4 Despesas
3.4.1 Despesa por Função e Subfunção
3.4.2 Despesa por Programa
4 GESTÃO PATRIMONIAL
4.1 Aspectos Gerais
4.1.1 Conceitos
4.2 Balanço Patrimonial
4.2.1 Situação Patrimonial
4.3 Demonstração de Variações Patrimoniais
4.3.1 Resultado das Variações Patrimoniais
5 GESTÃO FISCAL
5.1 Aspectos Gerais
5.1.1 Legislação Aplicável
5.1.2 Índices de Gestão Fiscal
5.2 Receita Corrente Líquida
5.2.1 Apuração da Receita Corrente Líquida
5.3 Despesa Bruta com Pessoal

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

5.3.1 Percentual da Despesa com Pessoal
5.4 Dívida Consolidada Líquida
5.4.1 Percentual da Dívida Consolidada Líquida
5.5 Operações de Crédito
5.5.1 Percentual das Operações de Crédito
5.6 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro
5.6.1 Valores Restituíveis
5.6.2 Equilíbrio Financeiro
6 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
6.1 Aspectos Gerais
6.1.1 Legislação e Regime Municipal
6.2 Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)
6.2.1 Certificado de Regularidade Previdenciária
6.3 Avaliação Atuarial
6.3.1 Tempestividade da Avaliação Atuarial
6.4 Resultado Atuarial do Fundo em Capitalização
6.4.1 Evolução do Resultado Atuarial
6.5 Investimentos
6.5.1 Enquadramento de Limites dos Investimentos
6.6 Conselhos do RPPS
6.6.1 Relatório e Parecer dos Conselhos
7 LIMITES CONSTITUCIONAIS
7.1 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
7.1.1 Percentual de Aplicação em MDE
7.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
7.2.1 Aplicação dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica
7.3 Ações e Serviços Públicos de Saúde
7.3.1 Percentual de Aplicação em ASPS
7.4 Regra de Ouro
7.4.1 Verificação do Cumprimento da Regra de Ouro
8 EDUCAÇÃO
8.1 Aspectos Gerais
8.1.1 Despesas por Subfunção da Função Educação
9 SAÚDE
9.1 Aspectos Gerais
9.1.1 Despesas por Subfunção da Função Saúde
9.2 Instrumentos de Planejamento e de Gestão do Sistema Único de Saúde - Elaboração/Aprovação

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

9.2.1 Plano Municipal de Saúde

9.2.2 Programação Anual da Saúde

9.2.3 Relatório Anual de Gestão

9.2.4 Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior – RDQA

10 REMESSAS DE INFORMAÇÕES

10.1 Tempestividade das Entregas

10.1.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)

10.1.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)

10.1.3 Prestação de Contas Anual

10.1.4 Base de Legislação Municipal (Sistema BLM)

10.1.5 Licitações e Contratos (Sistema LicitaCon)

11 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

11.1 Publicação de Instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal e Audiências Públicas

11.1.1 Publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO

11.1.2 Realização de Audiências Públicas

11.2 Pesquisas Aplicadas

11.2.1 Pesquisa Radar Nacional de Transparência Pública

12 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

12.1 Aspectos Gerais

12.1.1 Legislação Aplicável

12.2 Instituição, Estrutura e Execução do Controle Interno

12.2.1 Legislação Municipal

12.2.2 Composição da Unidade Central de Controle Interno

12.2.3 Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno

12.2.4 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito

13 QUADRO-RESUMO

14 CONCLUSÃO

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 829
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Auditoria foi elaborado para subsidiar o exercício da competência deste Tribunal de Contas de emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, na forma dos artigos 31, 70, 71, I, e 75 da Constituição Federal; artigo 70 da Constituição Estadual; Lei Estadual n.º 11.424/2000; e Resolução TCE/RS n.º 1.028/2015.

O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas tem conteúdo técnico-jurídico e natureza opinativa cuja finalidade precípua é oferecer ao Poder Legislativo e à sociedade uma visão consistente sobre a macrogestão governamental e sobre o desempenho do governante naquele exercício financeiro.

Trata-se, portanto, de peça relevante para a democracia, sendo o elemento técnico que instrui ou orienta, prevalentemente, o julgamento político-administrativo que o Poder Legislativo está incumbido de realizar sobre as contas globais prestadas pelo Chefe do Executivo, julgamento este do qual podem advir consequências como a inelegibilidade.

Com o escopo de fornecer substrato denso e suficiente para uma apreciação ampla e tecnicamente qualificada, o Relatório de Auditoria reúne um conjunto de análises de gestão orçamentária, fiscal e patrimonial, de aplicação de recursos constitucionalmente vinculados à educação e à saúde, assim como outros elementos considerados importantes para a avaliação da gestão municipal e dos resultados obtidos com as ações governamentais. De forma resumida, o relatório divide-se em cinco grandes grupos de análise, além da seção introdutória e das considerações finais:

- Informações preliminares: aspectos gerais sobre o município, como dados socioeconômicos, estrutura da Administração Municipal e gestores responsáveis.
- Situação financeira e patrimonial: análises de gestão orçamentária, patrimonial, fiscal e previdenciária.
- Limites constitucionais: percentuais como os aplicados em educação e saúde e o cumprimento da regra de ouro.
- Políticas públicas: análises em áreas como educação, saúde e meio ambiente.
- Prestação de contas e transparência: verificação do cumprimento das entregas de documentos ao TCE-RS e do atendimento às leis de transparência e de acesso à informação.
- Sistema de controle interno: aspectos gerais, estrutura administrativa e atuação da unidade.
- Considerações finais: rol dos itens considerados irregulares e passíveis de esclarecimentos.

Por fim, considerando que as contas anuais são compostas de informações voltadas a propiciar a formação de uma opinião técnica sob a perspectiva da macrogestão da unidade jurisdicionada, podem não versar, por conseguinte, sobre situações concretas e específicas caracterizadoras de irregularidades em atos de gestão ou danos ao erário. Para essas outras ocorrências, o Regimento Interno prevê, com amparo no art. 71, II, da Constituição Federal, outros institutos processuais, tais como o processo de Contas Especiais e a Tomada de Contas Especial.

Registra-se a inexistência de processos de Tutela de Urgência, de Denúncias, de Representações, de Inspeções Especiais ou Extraordinárias, de processos de Contas Especiais ou de Tomadas de Contas Especiais de responsabilidade do gestor no exercício em exame.

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 830
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

2 PERFIL MUNICIPAL

2.1 Características do Município

2.1.1 População

O município de Três Forquilhas tem 3.139 habitantes e está entre os municípios até 5 mil habitantes no Estado:

Quadro 1 – População Municipal

Faixa de População	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
Até 5 mil hab	236	698.285	6%
5 a 10 mil hab	99	681.014	6%
10 a 20 mil hab	57	796.366	7%
20 a 50 mil hab	60	1.851.350	17%
50 a 100 mil hab	26	1.777.073	16%
Mais de 100 mil hab	19	5.283.977	48%

Fonte: Censo Demográfico 2022 - Prévia da População dos Municípios. IBGE, 2022 - https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/22827-censo-demografico-2022.html - acesso em 16/01/2023.

É classificado como Rural Adjacente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Quadro 2 – Tipologia Urbano-Rural

Tipologia Urbano-Rural	Quant.	%	População	%
Rural Adjacente	341	68,61%	1.735.872	15,66%
Urbano	126	25,35%	8.820.126	79,55%
Intermediário Adjacente	26	5,23%	515.875	4,65%
Rural Remoto	2	0,40%	7.042	0,06%
Intermediário Remoto	1	0,20%	6.438	0,06%
Sem classificação	1	0,20%	2.712	0,02%

Fonte: Portal IBGE - https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto - acesso em 16/01/2023.

2.1.2 Regionalização

O município de Três Forquilhas integra o Conselho Regional de Desenvolvimento Litoral, cuja classificação é utilizada pela Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão para distribuição orçamentária.

Quadro 3 – Distribuição de Municípios e População por COREDE

COREDE	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
Alto da Serra do Botucaraí	16	98.900	1%
Campos de Cima da Serra	10	100.651	1%
Vale do Jaguari	9	111.297	1%
Rio da Várzea	20	128.345	1%
Nordeste	19	132.641	1%
Jacuí Centro	7	133.550	1%
Celeiro	21	134.922	1%
Alto Jacuí	14	152.991	1%

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 831
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Médio Alto Uruguai	22	153.187	1%
Hortênsias	7	165.939	1%
Noroeste Colonial	11	175.360	2%
Vale do Caí	19	196.347	2%
Campanha	7	210.062	2%
Fronteira Noroeste	20	210.157	2%
Paranhana Encosta da Serra	10	213.415	2%
Norte	32	225.478	2%
Missões	25	240.177	2%
Centro-Sul	17	243.891	2%
Vale do Taquari	36	363.698	3%
Litoral	21	376.306	3%
Produção	21	382.198	3%
Central	19	418.555	4%
Vale do Rio Pardo	23	421.043	4%
Fronteira Oeste	13	503.855	5%
Sul	22	820.863	7%
Serra	32	994.029	9%
Vale do Rio dos Sinos	14	1.338.539	12%
Metropolitano Delta do Jacuí	10	2.441.669	22%

Fonte: Atlas Socioeconômico, disponível em https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes, acesso em 16/01/2023.

Três Forquilhas integra a associação de municípios AMLINORTE, que reúne municípios próximos e com perspectivas econômico-sociais em comum.

Quadro 4 – Associações de Municípios - Distribuição de Municípios e População

Associação	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
AMCSERRA	12	63.670	1%
AMASBI	11	84.972	1%
AMUCSER	10	103.214	1%
AMUNOR	19	132.641	1%
AMUCELEIRO	21	134.922	1%
ASMURC	8	142.697	1%
AMSERRA	7	168.788	2%
AMUPLAM	11	175.360	2%
AMPARA	6	191.517	2%
ASSUDOESTE	7	210.062	2%
AMUFRON	20	210.157	2%
AMAJA	19	222.927	2%
AMAU	32	225.478	2%
ACOSTADOCE	12	232.703	2%
AMVARC	20	232.757	2%
AMM	25	240.177	2%
AMZOP	43	284.810	3%
AMPLA	17	313.604	3%
AMVARP	13	358.520	3%
AMVAT	35	362.986	3%
AMLINORTE	22	381.860	3%
AMVARS	10	480.639	4%
AMFRO	13	503.855	5%

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

AMCENTRO	33	656.049	6%
AZONASUL	21	815.309	7%
AMESNE	35	999.944	9%
GRANPAL	13	3.131.442	28%

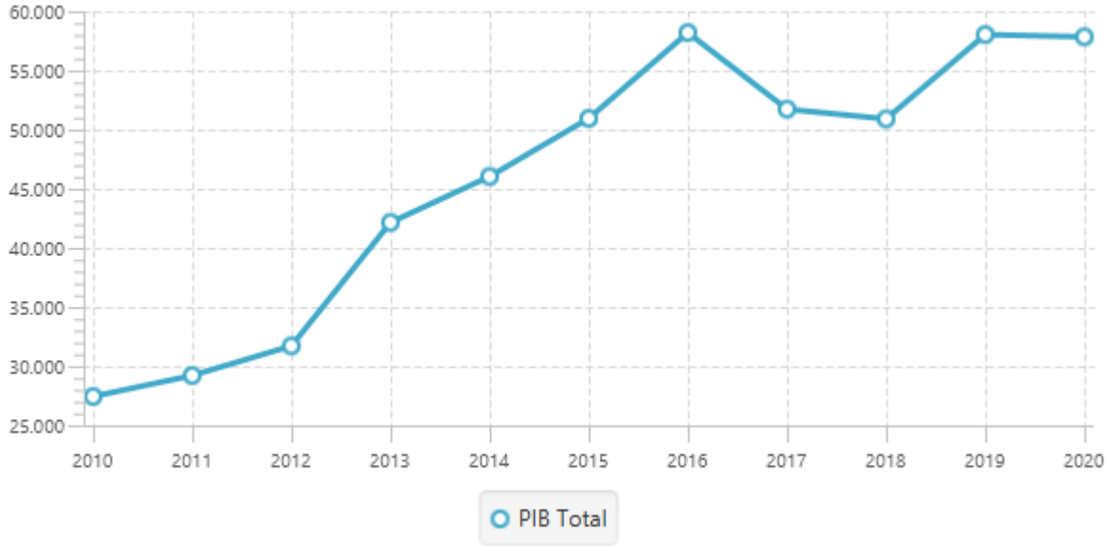
Fonte: Portal da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, disponível em http://www.famurs.com.br/associacoes/, acesso em 16/01/2023.

2.1.3 Economia

O produto interno bruto (PIB) de Três Forquilhas em 2020 foi de R$ 57.843,97 mil, ano em que o PIB dos municípios gaúchos foi de R$ 470,94 bilhões e representava 6,2% do PIB nacional, de R$ 7,60 trilhões.

A evolução do PIB de Três Forquilhas é a seguinte:

Gráfico 1 – Evolução do PIB - 2010 a 2020 (em R$ mil) , em %



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

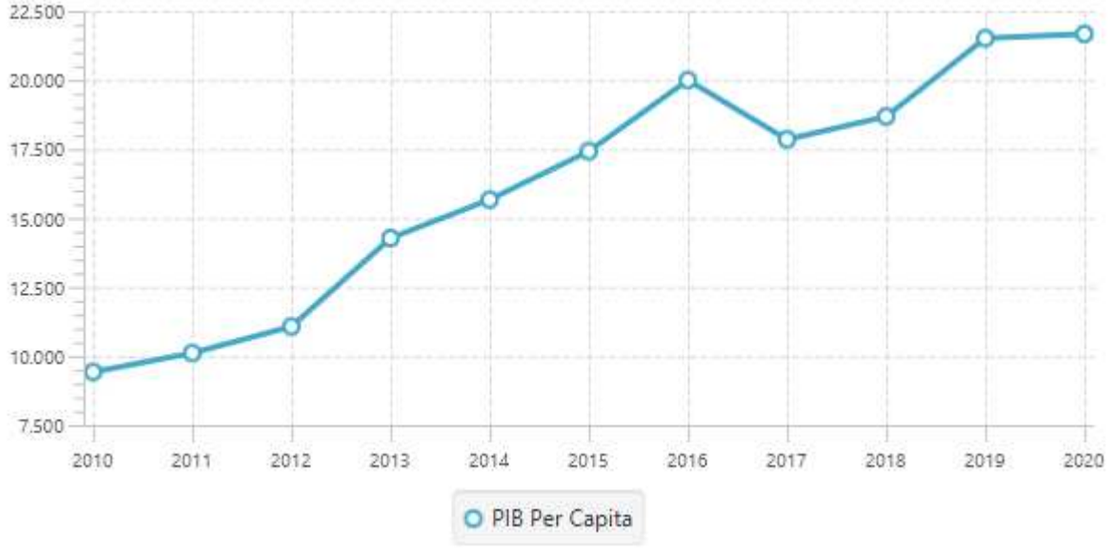
Por sua vez, naquele mesmo exercício, o PIB *per capita* de Três Forquilhas foi de R$ 21.672,52, o que correspondia a 0,53 vezes o estadual (R$ 41.227,61/habitante) e 0,60 vezes o nacional (R$ 35.935,74/habitante).

A evolução do PIB *per capita* de Três Forquilhas é a seguinte:

Gráfico 2 – Evolução do PIB Per Capita - 2010 a 2020

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 833
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

O principal elemento do produto interno bruto de Três Forquilhas era a agropecuária.

Quadro 5 – Composição do PIB (R$ mil e %) - 2010 a 2020

Ano	Administração Pública	%	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Impostos	%	PIB
2010	9.600,89	34,98%	10.410,60	37,93%	1.403,83	5,11%	4.923,02	17,94%	1.107,43	4,03%	27.445,78
2011	10.782,86	36,90%	10.226,32	35,00%	1.628,50	5,57%	5.491,57	18,79%	1.090,66	3,73%	29.219,91
2012	11.607,26	36,59%	10.849,21	34,21%	2.243,42	7,07%	5.972,75	18,83%	1.045,54	3,30%	31.718,17
2013	13.183,88	31,28%	18.395,61	43,64%	2.306,89	5,47%	7.260,59	17,22%	1.007,50	2,39%	42.154,46
2014	15.460,60	33,58%	18.833,95	40,91%	2.457,62	5,34%	8.258,82	17,94%	1.028,23	2,23%	46.039,22
2015	16.384,88	32,16%	21.543,18	42,29%	2.840,12	5,57%	8.831,99	17,34%	1.346,30	2,64%	50.946,48
2016	16.830,34	28,92%	27.043,49	46,47%	2.745,65	4,72%	9.895,58	17,00%	1.682,21	2,89%	58.197,26
2017	18.536,52	35,83%	18.944,61	36,62%	2.414,02	4,67%	10.295,51	19,90%	1.538,74	2,97%	51.729,40
2018	18.559,85	36,46%	18.753,95	36,84%	2.020,73	3,97%	10.185,92	20,01%	1.384,49	2,72%	50.904,94
2019	19.871,29	34,24%	22.777,35	39,25%	2.871,41	4,95%	10.973,69	18,91%	1.537,50	2,65%	58.031,23
2020	20.776,75	35,92%	21.258,87	36,75%	2.761,67	4,77%	11.271,59	19,49%	1.775,08	3,07%	57.843,97

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados em R$ mil e a preço corrente.

Os impostos representaram 3,07% do produto interno bruto, indicando uma manutenção em relação ao ano anterior.

A evolução da participação dos impostos no produto interno bruto é a seguinte:

Gráfico 3 – Participação dos Impostos no PIB Municipal (2010 a 2020)

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 834
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 10
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.

As três principais atividades que mais geraram valor adicionado em 2020 no Município foram “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”, “Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita” e “Demais serviços”, demonstradas no quadro seguinte:

Quadro 6 – Atividades com Maior Valor Adicionado Bruto (as três principais)

Ano	Primeira	Segunda	Terceira
2016	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços
2017	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços
2018	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços
2019	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços
2020	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: A classe "demais serviços" compreende a agregação dos setores: Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Educação e saúde privadas; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos.

2.2 Características da Administração Municipal

2.2.1 Estrutura Administrativa

De acordo com os dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 835
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 11
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Contas – SIAPC compõem a estrutura da Administração Pública Municipal:

Quadro 7 – Estrutura Administrativa

MUNICÍPIO DE TRÊS FORQUILHAS	
Administração Direta	Prefeitura Municipal de Três Forquilhas
	Câmara Municipal de Três Forquilhas

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

O Município ainda faz parte dos seguintes Consórcios Municipais:

Quadro 8 – Consórcios Públicos

Consórcios Públicos	CIS AMLINORTE
	CIDIRUR

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

2.2.2 Gestores Responsáveis

No quadro a seguir constam as autoridades responsáveis pelas contas do Poder Executivo de Três Forquilhas, ora analisadas.

Quadro 9 – Gestores responsáveis e substitutos

Cargo	Nome	Período de Responsabilidade
Prefeita Municipal	Loraci Klippel Melo Germann	01-01-22 a 09-01-22 e 10-02-22 a 31-12-22
Vice-Prefeito Municipal	Jairo de Melo	10-01-22 a 09-02-22

Fonte: Sistema de Cadastro do TCE-RS (SISCAD).

3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Aspectos Gerais

3.1.1 Legislação Aplicável

É de iniciativa do Poder Executivo, por meio de lei, estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, nos termos do artigo 165 da Constituição Federal.

Compete aos entes federados adaptar suas estruturas ao regramento constitucional, por meio das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

3.1.2 Resultado Orçamentário do Município

Os princípios orçamentários da unidade e da universalidade, previstos de forma expressa pelo *caput* do artigo 2º da Lei Federal n.º 4.320/1964, dispõem, respectivamente, que deve existir um orçamento único para cada um dos entes federados com a finalidade de evitar a existência de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política e que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Nesse sentido, a execução do orçamento de 2022 do município de Três Forquilhas, considerando as atualizações na previsão de arrecadação de receitas e de fixação das despesas (mediante abertura dos créditos adicionais), pode ser assim sintetizada:

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Quadro 10 – Resultado Orçamentário da Prefeitura Municipal de Três Forquilhas (82000)

Orçamento 2022 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 1.800,00	R$ 2.046,25	R$ 2.301,54	R$ 255,29
	Exceto Intraorçamentária	R$ 18.250,00	R$ 18.736,14	R$ 27.373,43	R$ 8.637,30
	Total	**R$ 20.050,00**	**R$ 20.782,39**	**R$ 29.674,97**	**R$ 8.892,58**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 1.972,15	R$ 2.337,95	R$ 2.281,00	-R$ 56,95
	Exceto Intraorçamentária	R$ 17.137,85	R$ 24.742,95	R$ 21.936,31	-R$ 2.806,64
	Total	**R$ 19.110,00**	**R$ 27.080,90**	**R$ 24.217,31**	**-R$ 2.863,58**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 172,15	-R$ 291,70	R$ 20,53	R$ 312,23
	Exceto Intraorçamentário	R$ 1.112,15	-R$ 6.006,81	R$ 5.437,12	R$ 11.443,93
	Total	**R$ 940,00**	**-R$ 6.298,51**	**R$ 5.457,66**	**R$ 11.756,17**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 11 – Resultado Orçamentário da Câmara Municipal de Três Forquilhas (82001)

Orçamento 2022 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Total	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 30,00	R$ 30,00	R$ 20,53	-R$ 9,47
	Exceto Intraorçamentária	R$ 910,00	R$ 1.118,00	R$ 1.022,69	-R$ 95,31
	Total	**R$ 940,00**	**R$ 1.148,00**	**R$ 1.043,22**	**-R$ 104,78**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 30,00	-R$ 30,00	-R$ 20,53	R$ 9,47
	Exceto Intraorçamentário	-R$ 910,00	-R$ 1.118,00	-R$ 1.022,69	R$ 95,31
	Total	**-R$ 940,00**	**-R$ 1.148,00**	**-R$ 1.043,22**	**R$ 104,78**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 12 – Resultado Orçamentário Consolidado

Orçamento 2022 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 1.800,00	R$ 2.046,25	R$ 2.301,54	R$ 255,29
	Exceto Intraorçamentária	R$ 18.250,00	R$ 18.736,14	R$ 27.373,43	R$ 8.637,30
	Total	**R$ 20.050,00**	**R$ 20.782,39**	**R$ 29.674,97**	**R$ 8.892,58**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 2.002,15	R$ 2.367,95	R$ 2.301,54	-R$ 66,41
	Exceto Intraorçamentária	R$ 18.047,85	R$ 25.860,95	R$ 22.959,00	-R$ 2.901,95
	Total	**R$ 20.050,00**	**R$ 28.228,90**	**R$ 25.260,53**	**-R$ 2.968,36**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 202,15	-R$ 321,70	R$ 0,00	R$ 321,70
	Exceto Intraorçamentário	R$ 202,15	-R$ 7.124,81	R$ 4.414,43	R$ 11.539,25
	Total	**R$ 0,00**	**-R$ 7.446,51**	**R$ 4.414,43**	**R$ 11.860,95**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

A partir dos dados, pode-se concluir que o município de Três Forquilhas apresenta um *superávit* orçamentário de R$ 4.414,43 (R$ mil) no ano de 2022.

A diferença verificada de R$ 11.860,95 (R$ mil) entre o resultado orçamentário previsto e o executado deve-se à subestimativa das receitas em R$ 8.892,58 (R$ mil) e à superestimativa das despesas em R$ 2.968,36 (R$ mil).

A Lei Orçamentária Anual destinou recursos orçamentários ao município de Três Forquilhas, o montante de R$ 20.050.000,00, distribuídos no cenário de arrecadação e gastos

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 837
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

demonstrado nos dois quadros seguintes:

Quadro 13 – Evolução das Receitas Realizadas e Orçadas para 2022

RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA Em R$ mil	RECEITAS REALIZADAS (1)				RECEITAS ORÇADAS		
	2019	2020	2021	AV 2021 (2)(3)	2022	AH (2)(4)	AV (2)(3)
RECEITAS CORRENTES	**18.418,53**	**18.214,03**	**20.193,66**	**90,87%**	**18.250,00**	**-9,63%**	**91,02%**
Tributária	516,99	711,60	909,32	4,09%	1.056,50	16,19%	5,27%
Contribuições	678,79	764,77	877,21	3,95%	900,00	2,60%	4,49%
Patrimonial	3.709,51	2.507,54	1.194,32	5,37%	387,32	-67,57%	1,93%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	238,93	286,48	318,55	1,43%	415,00	30,28%	2,07%
Transferências Correntes	13.271,83	13.937,51	16.890,35	76,00%	15.486,14	-8,31%	77,24%
Outras Receitas Correntes	2,47	6,13	3,90	0,02%	5,04	29,25%	0,03%
RECEITAS DE CAPITAL	**1.132,28**	**1.607,34**	**375,28**	**1,69%**	**-**	**-100,00%**	**-**
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	204,60	30,00	165,70	0,75%	-	-100,00%	-
Amortização de Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	927,68	1.577,34	209,58	0,94%	-	-100,00%	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	**1.275,53**	**1.121,34**	**1.654,48**	**7,44%**	**1.800,00**	**8,80%**	**8,98%**
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**20.826,33**	**20.942,72**	**22.223,42**	**100,00%**	**20.050,00**	**-9,78%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2019, 2020 e 2021 apresentados no quadro são nominais.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.
(3) AV = Análise Vertical: relação entre a Categoria Econômica e o total das Receitas do exercício atual (em percentual).
(4) AH = Análise Horizontal: relação entre a Receita do exercício atual e a Receita do exercício anterior (em percentual).

Quadro 14 – Evolução das Despesas Empenhadas e das Dotações Iniciais para 2022

DESPESAS POR FUNÇÃO Em R$ mil		DESPESAS EMPENHADAS (1)				DOTAÇÃO INICIAL		
		2019	2020	2021	AV 2021 (2)(3)	2022	AH (2)(4)	AV (2)(3)
1	Legislativa	-	-	-	-	-	-	-
2	Judiciária	-	-	-	-	-	-	-
3	Essencial à Justiça	-	-	-	-	-	-	-
4	Administração	3.741,58	4.630,25	4.859,83	27,83%	3.997,62	-17,74%	20,92%
5	Defesa Nacional	-	-	-	-	0,20	-	0,00%
6	Segurança Pública	-	-	-	-	-	-	-
7	Relações Exteriores	-	-	-	-	-	-	-
8	Assistência Social	480,33	630,69	659,01	3,77%	689,49	4,62%	3,61%
9	Previdência Social	1.516,59	1.392,50	1.501,36	8,60%	1.705,00	13,56%	8,92%
10	Saúde	3.783,23	3.555,14	3.912,83	22,40%	4.213,65	7,69%	22,05%
11	Trabalho	-	-	-	-	-	-	-
12	Educação	4.385,89	3.968,54	4.096,29	23,45%	4.190,91	2,31%	21,93%
13	Cultura	-	57,40	22,12	0,13%	44,51	101,19%	0,23%
14	Direitos da Cidadania	-	-	-	-	36,00	-	0,19%
15	Urbanismo	189,58	196,33	442,53	2,53%	268,61	-39,30%	1,41%
16	Habitação	-	-	-	-	-	-	-
17	Saneamento	236,85	291,38	287,87	1,65%	231,00	-19,75%	1,21%
18	Gestão Ambiental	122,11	237,06	294,73	1,69%	300,00	1,79%	1,57%
19	Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-
20	Agricultura	655,85	2.264,43	1.153,99	6,61%	950,00	-17,68%	4,97%
21	Organização Agrária	-	-	-	-	-	-	-
22	Indústria	-	-	-	-	-	-	-
23	Comercío e Serviços	-	-	-	-	-	-	-
24	Comunicações	-	-	-	-	-	-	-

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 838
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 14
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

25	Energia	-	0,70	15,14	0,09%	30,00	98,09%	0,16%
26	Transporte	50,27	13,10	9,67	0,06%	-	-100,00%	-
27	Desporto e Lazer	-	-	-	-	20,00	-	0,10%
28	Encargos Especiais	213,68	177,91	210,17	1,20%	1.138,00	441,47%	5,95%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	1.295,00	-	6,78%
TOTAL		**15.375,95**	**17.415,41**	**17.465,55**	**100,00%**	**19.110,00**	**9,42%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2019, 2020 e 2021 apresentados no quadro são nominais.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.
(3) AV = Análise Vertical: relação entre a Categoria Econômica e o total das Despesas do exercício atual (em percentual).
(4) AH = Análise Horizontal: relação entre a Despesa do exercício atual e a Despesa do exercício anterior (em percentual).

No quadro acima, foi considerada apenas a dotação inicial do Executivo Municipal. Por esse motivo, esse valor não coincide com o total das Receitas Orçadas do quadro anterior.

3.2 Créditos Orçamentários

3.2.1 Índice de Modificação Orçamentária

A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser inicial ou adicional.

O crédito inicial é aquele aprovado pela Lei Orçamentária Anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não dependentes.

Os créditos adicionais são as autorizações ocorridas no decorrer do exercício para realização de despesas inicialmente não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, conforme o disposto no artigo 41 da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Apresenta-se o desmembramento dos créditos adicionais abertos pelo município de Três Forquilhas nos últimos cinco exercícios, em valores nominais:

Quadro 15 – Evolução dos Créditos Adicionais (2018 a 2022) (em R$ mil)

Tipo Crédito Adicional	2018		2019		2020		2021		2022	
	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)
Créditos Suplementares	2.653,27	17,57%	3.478,59	22,74%	3.194,46	18,57%	4.893,96	28,94%	7.237,55	37,87%
Créditos Especiais	1.316,68	8,72%	1.400,21	9,15%	2.521,00	14,66%	1.311,75	7,76%	3.870,12	20,25%
Créditos Extraordinários	0,00	0,00%	0,00	0,00%	370,43	2,15%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	**3.969,95**	**26,29%**	**4.878,81**	**31,89%**	**6.085,89**	**35,38%**	**6.205,71**	**36,70%**	**11.107,67**	**58,12%**
Total das Despesas do Ente Fixadas na LOA	**15.099,40**		**15.300,00**		**17.200,00**		**16.910,00**		**19.110,00**	

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) IMO (Índice de Modificação Orçamentária).

O Poder Executivo de Três Forquilhas, após a abertura de créditos adicionais, fixou em R$ 27.080.898,70 a sua despesa total para o ano de 2022, consoante a Lei Orçamentária Anual e os decretos municipais que alteraram a referida lei, e executou efetivamente o montante de R$ 24.217.314,36, gerando economia de 10,57% entre o valor fixado atualizado e o realizado, conforme se verificou no item do Resultado Orçamentário anteriormente tratado neste relatório.

A abertura de créditos adicionais verificada no ano de 2022, cujo montante suscitou Índice de Modificação Orçamentária (IMO) de 58,12% no exercício, demonstra um descompasso no processo de elaboração da peça orçamentária, se considerada a realidade fática apresentada

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 839
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

no ano em análise.

Inclusive, verifica-se que descompassos expressivos vêm se repetindo ao longo dos anos, urgindo a necessidade de aprimoramentos na elaboração das previsões orçamentárias anuais visando a refletir, de forma mais acurada, a realidade do município.

O artigo 8º da Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 1.850/2021) autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 10% da despesa total fixada. Conforme o quadro "Evolução dos Créditos Adicionais (2018 a 2022)", no exercício em análise, os créditos suplementares atingiram 37,87%, excedendo o limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual (peça 5323749) .

Este item integra o rol daqueles passíveis de ESCLARECIMENTOS por parte do Responsável.

3.3 Receitas

O conjunto de receitas de cada município está intimamente relacionado à sua matriz econômica e administrativa.

A estimativa de receitas é uma ferramenta essencial na gestão orçamentária, pela qual se limita a fixação das despesas. A adoção de parâmetros inadequados na elaboração do orçamento pode contribuir para o desequilíbrio financeiro e comprometer a disponibilidade de recursos indispensáveis ao atendimento da população. Ao longo do tempo, pode prejudicar o equilíbrio da gestão fiscal e o desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo quando não houver discussão e avaliação adequada dos créditos adicionais.

3.3.1 Receitas Orçamentárias: Estimativa e Execução

A receita orçamentária é todo ingresso de recurso financeiro que pode viabilizar a execução das políticas públicas com a finalidade precípua de atender as necessidades e demandas da sociedade. Por categoria econômica, é classificada em corrente e de capital. A receita corrente contempla recursos que se destinam a gastos correntes e de consumo, que não resulta em sacrifício patrimonial. A receita de capital, por sua vez, é a direcionada à aplicação e cobertura das despesas com investimentos, que resulta em sacrifício patrimonial para ser obtida.

O Poder Executivo de Três Forquilhas estimou em R$ 20.050.000,00 a sua receita para o ano de 2022, consoante sua Lei Orçamentária Anual, e arrecadou efetivamente o montante de R$ 29.674.969,42, gerando excesso de arrecadação de 48,00% entre o valor orçado inicialmente e o realizado.

Quadro 16 – Comparativo entre Receita Orçada e Realização das Receitas (2018 a 2022)

Ano	Orçada (R$) (A)	Realizada (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
2018	R$ 15.750.000,00	R$ 18.522.993,35	R$ 2.772.993,35	17,61%
2019	R$ 16.000.000,00	R$ 20.826.333,82	R$ 4.826.333,82	30,16%
2020	R$ 18.000.000,00	R$ 20.942.719,62	R$ 2.942.719,62	16,35%
2021	R$ 17.700.000,00	R$ 22.223.421,71	R$ 4.523.421,71	25,56%
2022	R$ 20.050.000,00	R$ 29.674.969,42	R$ 9.624.969,42	48,00%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98.
(2) Consideradas todas as receitas correntes, receitas de capital, receitas correntes intraorçamentárias, receitas de capital intraorçamentárias e deduções de receitas correntes, de capital, correntes intraorçamentárias e de capital

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

intraorçamentárias registradas como realizadas no exercício.

Para o exercício de 2023, o Poder Executivo de Três Forquilhas projeta em 12,38% a queda das receitas orçamentárias sobre o montante efetivamente arrecadado no ano de 2022, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 17 – Estimativa das Receitas Orçamentárias (2023)

Município	Realizada 2022 (R$) (A)	Orçada 2023 (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
Três Forquilhas	29.674.969,42	26.000.000,00	-3.674.969,42	-12,38%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98.

No quadro seguinte, tem-se a composição da receita orçamentária orçada e realizada no ano de 2022:

Quadro 18 – Composição das Receitas Orçamentárias

DESCRIÇÃO DA CONTA Em R$ mil	2018	2019	2020	2021	2022				
	Realizada	Realizada	Realizada	Realizada	Orçada	Realizada	Evolução	Orçada x Realizada	% Total
RECEITAS CORRENTES	**16.878,13**	**18.418,53**	**18.214,03**	**20.193,66**	**18.250,00**	**26.093,68**	**29,22%**	**142,98%**	**87,93%**
Tributária	409,90	516,99	711,60	909,32	1.056,50	1.108,84	21,94%	104,95%	3,74%
Contribuições	730,31	678,79	764,77	877,21	900,00	928,44	5,84%	103,16%	3,13%
Patrimonial	2.146,21	3.709,51	2.507,54	1.194,32	387,32	3.496,11	192,73%	902,64%	11,78%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	229,61	238,93	286,48	318,55	415,00	316,10	-0,77%	76,17%	1,07%
Transferências Correntes	13.360,72	13.271,83	13.937,51	16.890,35	15.486,14	20.184,53	19,50%	130,34%	68,02%
Outras Receitas Correntes	1,38	2,47	6,13	3,90	5,04	59,67	1430,89%	1184,42%	0,20%
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**1.132,28**	**1.607,34**	**375,28**	**-**	**1.279,75**	**241,01%**	**-**	**4,31%**
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	204,60	30,00	165,70	-	284,10	71,45%	-	0,96%
Amortização de Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	927,68	1.577,34	209,58	-	995,65	375,06%	-	3,36%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	**1.644,86**	**1.275,53**	**1.121,34**	**1.654,48**	**1.800,00**	**2.301,54**	**39,11%**	**127,86%**	**7,76%**
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**18.522,99**	**20.826,33**	**20.942,72**	**22.223,42**	**20.050,00**	**29.674,97**	**33,53%**	**148,00%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Os valores apresentados no quadro são nominais.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.

As receitas orçamentárias do ente municipal, ano de 2022, estão compostas de aproximadamente 95,69% de receitas correntes, considerando as respectivas deduções, e de 4,31% de receitas de capital.

Pelo exposto, verifica-se que a execução dos orçamentos dos últimos exercícios evidencia diferença expressiva em relação à estimativa das receitas por parte do Poder Executivo Municipal, evidenciando fragilidade na previsão das mesmas na LOA.

Alerta-se o Gestor para a necessidade de aprimoramentos na elaboração das previsões orçamentárias visando a refletir a realidade do município e em observância ao disposto nos artigos 29, 30 e 31 da Lei Federal n.º 4.320/64, bem como o disposto no artigo 12 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 841
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 17
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

3.3.2 Receitas Correntes: Origem, Estimativa e Execução

As receitas correntes, em termos de origem, são oriundas do processo de arrecadação do próprio ente municipal ou resultantes de transferências de outros entes.

Dentre as receitas arrecadadas diretamente, faz-se destaque às receitas intraorçamentárias (código da conta 7), as quais são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação "91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social" que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

Nesse sentido, para fins de análise comparativa, foram excluídas deste exame as receitas intraorçamentárias oriundas de contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, tendo em vista a existência de municípios que não instituíram o regime próprio de previdência.

Assim sendo, a arrecadação própria do município de Três Forquilhas, desconsiderando as receitas correntes intraorçamentárias vinculadas ao RPPS, importou em R$ 2.189.022,78 e a originária de transferências correntes, em R$ 20.184.526,16, o que representa 9,78% e 90,22%, respectivamente, das receitas correntes realizadas em 2022, livres das deduções.

Quadro 19 – Composição das Receitas Correntes - Origem dos Recursos

Ano	Arrecadação Própria (R$)	%	Transferências Correntes (R$)	%	Índice de Arrecadação Própria
2018	R$ 661.966,92	4,72	R$ 13.360.718,08	95,28	0,05
2019	R$ 772.803,71	5,50	R$ 13.271.834,97	94,50	0,06
2020	R$ 1.008.839,26	6,75	R$ 13.937.507,46	93,25	0,07
2021	R$ 1.321.896,74	7,26	R$ 16.890.351,08	92,74	0,08
2022	R$ 2.189.022,78	9,78	R$ 20.184.526,16	90,22	0,11

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Os valores apresentados no quadro são nominais.

A arrecadação do município de Três Forquilhas em 2022 revela excesso de R$ 8.345.214,70 nas receitas correntes, que representa perto de 41,62% do montante estimado.

Quadro 20 – Comparativo entre Valor Orçado e Montante Realizado (2018 a 2022)

Ano	Orçada (R$) (A)	Realizada (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
2018	R$ 15.701.850,00	R$ 18.522.993,35	R$ 2.821.143,35	17,97%
2019	R$ 16.000.000,00	R$ 19.694.056,73	R$ 3.694.056,73	23,09%
2020	R$ 17.850.000,00	R$ 19.335.374,62	R$ 1.485.374,62	8,32%
2021	R$ 17.700.000,00	R$ 21.848.137,39	R$ 4.148.137,39	23,44%
2022	R$ 20.050.000,00	R$ 28.395.214,70	R$ 8.345.214,70	41,62%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 7, 91 e 97.

Para o exercício de 2023, o município de Três Forquilhas projeta em 8,44% a queda das receitas correntes sobre o montante efetivamente arrecadado no ano de 2022, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 842
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 18
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Quadro 21 – Estimativa das Receitas Correntes (2023)

Município	Realizada 2022 (R$) (A)	Orçada 2023 (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
Três Forquilhas	28.395.214,70	26.000.000,00	-2.395.214,70	-8,44%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 7, 91 e 97.

As receitas correntes arrecadadas pelo Executivo Municipal de Três Forquilhas no exercício de 2022 somam R$ 28.395.214,70, das quais R$ 1.108.843,19 são oriundas de arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Esse valor representa 3,91% das receitas correntes, configurando queda de 0,26 pontos percentuais na participação das receitas tributárias no total arrecadado em comparação ao ano anterior, que representou 4,16% do total. Em comparação a 2018, a participação das receitas tributárias aumentou 1,69 pontos percentuais (v. quadro seguinte).

Quadro 22 – Evolução das Receitas Correntes (2018 a 2022)

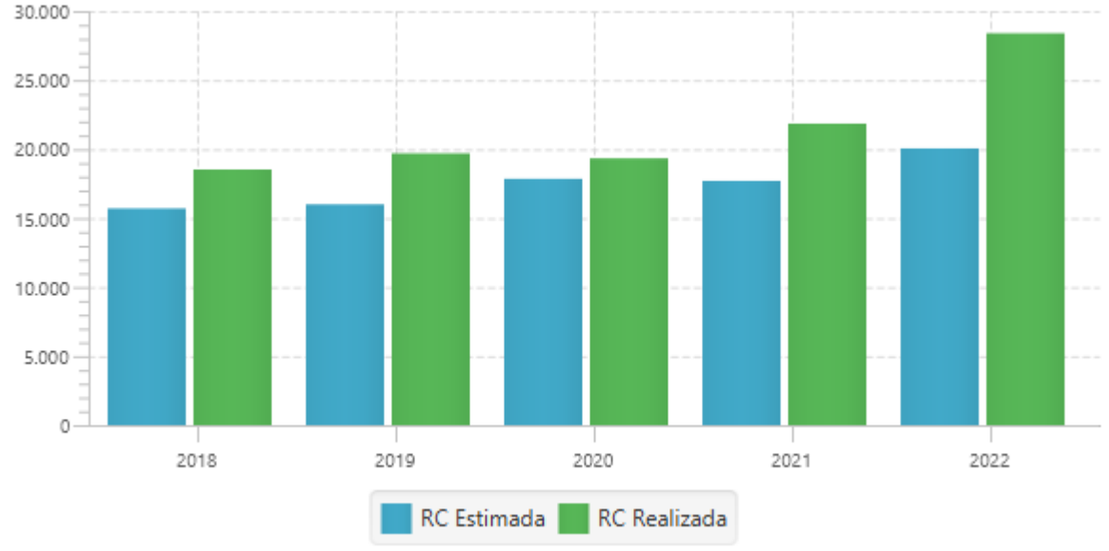
DESCRIÇÃO DA CONTA Em R$ mil	2018	2019	2020	2021	2022				
	Realizada	Realizada	Realizada	Realizada	Orçada	Realizada	Evolução	Orçada x Realizada	% Total
Receita Tributária	**409,90**	**516,99**	**711,60**	**909,32**	**1.056,50**	**1.108,84**	**21,94%**	**104,95%**	**3,91%**
IPTU	93,62	130,68	134,58	226,13	257,25	264,33	16,89%	102,75%	0,93%
IR	244,36	274,04	394,02	391,70	471,00	529,93	35,29%	112,51%	1,87%
ITBI	12,94	20,32	23,66	50,87	55,00	34,23	-32,72%	62,23%	0,12%
ISS	49,59	79,62	149,65	222,00	251,75	250,75	12,95%	99,60%	0,88%
ITR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas	9,39	12,34	9,68	18,63	21,50	29,60	58,94%	137,70%	0,10%
Contribuições de Melhorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições	730,31	678,79	764,77	877,21	900,00	928,44	5,84%	103,16%	3,27%
Receita Patrimonial	2.146,21	3.709,51	2.507,54	1.194,32	387,32	3.496,11	192,73%	902,64%	12,31%
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	229,61	238,93	286,48	318,55	415,00	316,10	-0,77%	76,17%	1,11%
Transferências Correntes	**13.360,72**	**13.271,83**	**13.937,51**	**16.890,35**	**15.486,14**	**20.184,53**	**19,50%**	**130,34%**	**71,08%**
TRANSF. DA UNIÃO	9.201,61	8.626,15	9.325,67	10.682,67	9.276,32	13.596,83	27,28%	146,58%	47,88%
TRANSF. DO ESTADO	2.809,55	3.166,01	3.129,60	4.176,91	4.207,32	4.249,28	1,73%	101,00%	14,96%
TRANSF. MULTIGOVERN.	1.338,05	1.479,67	1.476,14	2.028,77	2.000,00	2.337,22	15,20%	116,86%	8,23%
DEMAIS TRANSF.	11,50	-	6,10	2,00	2,50	1,20	-40,00%	48,00%	0,00%
Outras Receitas Correntes	1,38	2,47	6,13	3,90	5,04	59,67	1430,89%	1184,42%	0,21%
Receitas Correntes Intraorçamentárias	1.644,86	1.275,53	1.121,34	1.654,48	1.800,00	2.301,54	39,11%	127,86%	8,11%
Total	**18.522,99**	**19.694,06**	**19.335,37**	**21.848,14**	**20.050,00**	**28.395,21**	**29,97%**	**141,62%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa bimestral ao TCE/RS.
(2) Embora o ISS cobrado no âmbito do Simples Nacional seja apurado, fiscalizado e cobrado na sua maior parte pela União Federal, não existe uma codificação no PCASP 2020 que permita excluí-lo do montante das receitas arrecadadas pela estrutura própria. Dessa forma, ele é considerado nas receitas arrecadadas diretamente pela administração municipal.
(3) Os valores apresentados no quadro são nominais.
(4) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.

Gráfico 4 – Evolução da Arrecadação das Receitas Correntes (Três Forquilhas)

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 843
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 19
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Pelo exposto, verifica-se que a execução dos orçamentos dos últimos exercícios evidencia diferença expressiva em relação à estimativa das receitas correntes por parte do Poder Executivo Municipal, evidenciando fragilidade na previsão das mesmas na LOA.

Alerta-se o Gestor para a necessidade de aprimoramentos na elaboração das previsões orçamentárias visando a refletir a realidade do município e em observância ao disposto nos artigos 29, 30 e 31 da Lei Federal n.º 4.320/64, bem como o disposto no artigo 12 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

3.4 Despesas

O planejamento de qualquer entidade é realizado por meio do orçamento, onde são apresentados o fluxo de ingressos e a aplicação de recursos em determinado período.

O acompanhamento da execução orçamentária da despesa permite uma visão mais clara do programa governamental, proporcionando maior racionalidade e eficiência na administração pública e ampliando, assim, a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade com a aplicação dos recursos públicos.

Os principais estágios da execução da despesa orçamentária são o empenho, a liquidação e o pagamento.

O Poder Executivo de Três Forquilhas, após a abertura de créditos adicionais, fixou em R$ 27.080.898,70 a sua despesa total para o ano de 2022, consoante sua Lei Orçamentária Anual e os decretos municipais que alteraram a referida lei, e executou efetivamente o montante de R$ 24.217.314,36, gerando uma economia de 10,57% entre o valor fixado atualizado e o realizado.

Essa situação teve origem na economia das despesas correntes de 5,23% combinada com a economia das despesas de capital de 14,50%:

Quadro 23 – Evolução da Execução Orçamentária em R$ mil – 2018 a 2022

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 844
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 20
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Categoria Econômica	Natureza da Despesa		2018	2019	2020	2021	2022				
			Empenho	Empenho	Empenho	Empenho	Dotação Aut.	Empenho	% Evol.	Dot. x Emp.	% Total Real.
Despesas Correntes	31	Pessoal e Encargos Sociais	9.036	9.798	10.562	10.371	12.967	12.609	21,58%	-2,76%	52,06%
	32	Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	33	Outras Despesas Correntes	3.667	3.851	4.302	5.408	8.883	8.098	49,75%	-8,84%	33,44%
	TOTAL		**12.703**	**13.649**	**14.864**	**15.779**	**21.850**	**20.707**	**31,23%**	**-5,23%**	**85,50%**
Despesas de Capital	44	Investimentos	910	1.302	2.070	982	3.346	2.769	181,99%	-17,24%	11,43%
	45	Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	46	Amortização da Dívida	236	425	481	705	760	741	5,16%	-2,44%	3,06%
	TOTAL		**1.146**	**1.727**	**2.551**	**1.687**	**4.106**	**3.510**	**108,09%**	**-14,50%**	**14,50%**
Reservas	99	Reserva de Contingência/RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL			**13.849**	**15.376**	**17.415**	**17.466**	**27.081**	**24.217**	**38,66%**	**-10,57%**	**100,00%**

Notas:
(1) Valores dos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 corrigidos pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2022.

A comparação entre as despesas empenhadas em 2022 e em 2021 revelou um aumento de 31,23% das despesas correntes e um aumento de 108,09% das despesas de capital.

Na categoria de despesas correntes, a natureza de despesa orçamentária "Outras Despesas Correntes" teve a maior variação em comparação com o ano anterior: 49,75%.

Na categoria de despesas de capital, a natureza de despesa orçamentária "Investimentos" teve a maior variação em comparação com o ano anterior: 181,99%.

No exercício em exame, as despesas correntes e de capital corresponderam a 85,50% e 14,50%, respectivamente, do total das despesas orçamentárias.

3.4.1 Despesa por Função e Subfunção

A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A subfunção, por sua vez, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do ente municipal por função, relativas ao ano de 2022, detalhando-as por subfunção e comparando-as com as executadas:

Quadro 24 – Dotação Autorizada e Despesa Empenhada por Função e Subfunção (2022)

Função	Subfunção	Dotação Autorizada R$	Despesa Empenhada R$	Variação %
10 - SAUDE	301 - ATENCAO BASICA	5.662.748,45	5.307.537,93	-6,27
	302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	679.534,00	649.871,91	-4,36
	305 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	45.655,57	42.453,41	-7,01
	304 - VIGILANCIA SANITARIA	13.309,00	13.294,73	-0,11
	122 - ADMINISTRACAO GERAL	500,00	,00	-100,00
	306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	,00	,00	
	303 - SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	,00	,00	
10 - SAUDE TOTAL		**6.401.747,02**	**6.013.157,98**	**-6,07**
10 - SAUDE *per capita*			**1.915,63**	
	361 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.584.382,15	4.484.929,63	-2,17

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 845
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 21
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

12 - EDUCACAO	365 - EDUCACAO INFANTIL	1.074.175,18	980.368,04	-8,73
	122 - ADMINISTRACAO GERAL	39.110,54	38.570,69	-1,38
	367 - EDUCACAO ESPECIAL	23.602,00	23.180,52	-1,79
	362 - ENSINO MEDIO	8.041,60	7.974,14	-0,84
12 - EDUCACAO TOTAL		**5.729.311,47**	**5.535.023,02**	**-3,39**
12 - EDUCACAO *per capita*			**1.763,31**	
4 - ADMINISTRACAO	122 - ADMINISTRACAO GERAL	4.156.060,98	3.982.959,38	-4,16
	123 - ADMINISTRACAO FINANCEIRA	781.643,67	771.609,61	-1,28
	121 - PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	139.000,00	117.786,66	-15,26
	124 - CONTROLE INTERNO	16.555,00	15.688,59	-5,23
4 - ADMINISTRACAO TOTAL		**5.093.259,65**	**4.888.044,24**	**-4,03**
4 - ADMINISTRACAO *per capita*			**1.557,20**	
9 - PREVIDENCIA SOCIAL	272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.875.000,00	1.821.864,85	-2,83
9 - PREVIDENCIA SOCIAL TOTAL		**1.875.000,00**	**1.821.864,85**	**-2,83**
9 - PREVIDENCIA SOCIAL *per capita*			**580,40**	
15 - URBANISMO	451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.573.680,70	1.379.764,63	-12,32
15 - URBANISMO TOTAL		**1.573.680,70**	**1.379.764,63**	**-12,32**
15 - URBANISMO *per capita*			**,00**	
100 - Demais funções	-	6.407.899,86	4.579.459,64	-28,53
100 - Demais funções *per capita*			**1.536,16**	
TOTAL		**27.080.898,70**	**24.217.314,36**	**-10,57**
TOTAL *PER CAPITA*		**-**	**7.714,99**	**-**

3.4.2 Despesa por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No quadro seguinte, apresentam-se as dez maiores dotações orçamentárias autorizadas do Município, relativas ao ano de 2022, classificadas por programa, com o comparativo entre a dotação fixada autorizada e a despesa empenhada no referido ano.

Quadro 25 – Dotações Orçamentárias Atualizadas e Despesas Empenhadas por Programas (2022) (em R$ mil)

Despesas por Programas em 2022				
Código	**Descrição**	**Dotação Autorizada**	**Despesa Empenhada**	**Variação**
0034	Assis. Medica/Odontologica a Pop.	R$ 5.327,60	R$ 5.073,59	-4,77%
0047	Ensino Regular	R$ 4.588,60	R$ 4.494,16	-2,06%
0004	Supervisao e Coordenacao Superior	R$ 3.517,94	R$ 3.354,67	-4,64%
0032	Prev. Social a Serv Ativos/Inat./Pension	R$ 1.875,00	R$ 1.821,86	-2,83%
0069	Vias Urbanas	R$ 1.633,68	R$ 1.439,76	-11,87%
0075	Assistencia aos Pequenos Produtores	R$ 1.361,62	R$ 999,49	-26,60%
9999	Superavit Financeiro do RPPS	R$ 1.125,00	R$ 0,00	-100,00%
0105	Amortizacao e Encargos da Divida Interna	R$ 867,45	R$ 837,92	-3,40%
0012	Administracao dos Recursos Financeiros	R$ 785,14	R$ 774,21	-1,39%

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Outros Programas	R$ 5.998,86	R$ 5.421,66	-9,62%
TOTAL	**R$ 27.080,90**	**R$ 24.217,31**	**-10,57%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Os valores da coluna "dotação autorizada" apresentados na tabela acima são aqueles originais da Lei Orçamentária Anual, alterados por conta de abertura de créditos adicionais.

4 GESTÃO PATRIMONIAL

4.1 Aspectos Gerais

4.1.1 Conceitos

O aspecto patrimonial da contabilidade aplicada ao setor público compreende o registro e a evidenciação da composição do patrimônio do ente e sua avaliação por indicadores financeiros, na forma dos artigos 85, 89, 100 e 104 da Lei Federal n.º 4.320/1964, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais representam importantes instrumentos de avaliação da gestão patrimonial.

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Estrutura-se em ativo, passivo e patrimônio líquido (ou situação patrimonial líquida).

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A análise das demonstrações contábeis é uma das técnicas que possibilita compreender a situação econômico-financeira do ente e as consequências das decisões dos gestores ante o patrimônio público ao longo dos anos.

4.2 Balanço Patrimonial

4.2.1 Situação Patrimonial

O Poder Executivo de Três Forquilhas apresentou, no exercício de 2022, a seguinte situação patrimonial:

Quadro 26 – Situação Patrimonial de Três Forquilhas

ATIVO		**PASSIVO**	
Ativo circulante	R$ 14.205.327,15	Passivo circulante	R$ 1.591.688,04
Ativo não circulante	R$ 6.096.862,10	Passivo não circulante	R$ 3.948.066,75
		TOTAL PASSIVO (A)	R$ 5.539.754,79
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO (B)	R$ 14.762.434,46
TOTAL ATIVO	R$ 20.302.189,25	TOTAL (A+B)	R$ 20.302.189,25

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC).
Nota: Maior detalhamento do Balanço Patrimonial pode ser encontrado na peça 4862240.

4.3 Demonstração de Variações Patrimoniais

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 847
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 23
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

4.3.1 Resultado das Variações Patrimoniais

O indicador financeiro para a análise e interpretação dos resultados apresentados na demonstração das variações patrimoniais no exercício é o "resultado das variações patrimoniais", e é apurado a partir da relação entre as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas.

No quadro a seguir é demonstrado esse indicador, calculado a partir da demonstração das variações patrimoniais do Poder Executivo de Três Forquilhas, encerrada em 31/12/2022 (peça 4862241).

Quadro 27 – Quociente Patrimonial

Indicador	Fórmula	Valores	Índice	Conclusão
Resultado das Variações Patrimoniais	VPA / VPD	29.367.374,85 / 23.791.274,82	1,23	O resultado maior que 1 indica a existência de superavit patrimonial no exercício, refletindo a influência da Administração na evolução positiva do Patrimônio Líquido

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas; VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas.

5 GESTÃO FISCAL

5.1 Aspectos Gerais

5.1.1 Legislação Aplicável

O cumprimento dos dispositivos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 será fiscalizado pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder e do Ministério Público.

A competência atribuída aos Tribunais de Contas está replicada no artigo 5º, inciso XVI, do Regimento Interno do TCE-RS.

Além da previsão regimental, há a Instrução Normativa TCE-RS n.º 18/2021, que dispõe sobre critérios para elaboração dos relatórios gerados de forma eletrônica e automática pelo Programa Autenticador de Dados – PAD –, a partir do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC –, bem como sobre as informações acessórias imprescindíveis para a sua geração e sobre a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – para fins do exercício da fiscalização preconizada pelo artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

5.1.2 Índices de Gestão Fiscal

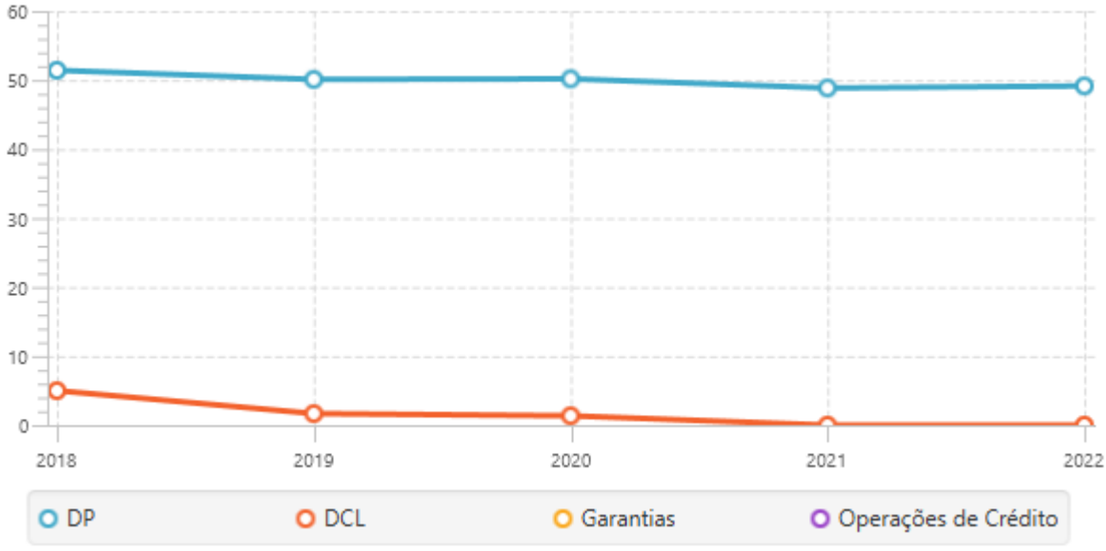
A Lei Complementar Federal n.º 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, com a permanente observância dos limites fixados que estabelecem o comprometimento de despesas e endividamento.

No gráfico seguinte, tem-se a evolução dos limites fixados pela lei fiscal, atingidos pelo Poder Executivo de Três Forquilhas nos últimos exercícios, quanto à despesa com pessoal, dívida consolidada líquida, garantias e contragarantias e operações de crédito.

Gráfico 5 – Índices de Gestão Fiscal (%)

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 848
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 24
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0



Observa-se, em relação à receita corrente líquida:

a) **o crescimento** das despesas com pessoal, no ano de 2022 em relação ao ano anterior;

b) **a estabilidade** da dívida consolidada líquida, no ano de 2022 em relação ao ano anterior;

c) a **inexistência** de concessão de garantias e contragarantias no período;

d) a **inexistência** de operações de crédito internas, externas e por antecipação de receita no período.

5.2 Receita Corrente Líquida

A receita corrente líquida é apurada a partir das informações prestadas individualmente pelos órgãos jurisdicionados ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas do TCE/RS, conforme o disposto no Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS n.º 18/2021, e é o resultado da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes municipais, arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores, deduzida da contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e das receitas provenientes da compensação financeira dos regimes de previdência.

Serve como parâmetro para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das garantias e contragarantias e das operações de crédito internas, externas e por antecipação de receita orçamentária do ente da federação.

No quadro seguinte, tem-se a evolução da receita corrente líquida do município de Três Forquilhas nos últimos cinco anos. E no gráfico, logo após, a respectiva representação da curva de evolução.

Quadro 28 – Evolução da Receita Corrente Líquida

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
RCL (1)	R$ 13.902.529,74	R$ 14.451.754,51	R$ 15.336.189,19	R$ 18.062.247,82	R$ 21.681.578,25

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 849
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 25
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

RCL (2)	R$ 17.616.345,97	R$ 17.653.293,11	R$ 18.150.700,62	R$ 19.738.430,67	R$ 21.681.578,25
Variação anual %	-	0,21%	2,82%	8,75%	9,84%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores nominais da RCL para fins da apuração dos limites da Despesa com Pessoal.
(2) Valores corrigidos monetariamente pelo IPCA para efeitos de comparação com o exercício de 2022 (IPC-A Médio Anual).

Gráfico 6 – Evolução da Receita Corrente Líquida



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Valores da RCL da Despesa com Pessoal corrigidos monetariamente pelo IPCA para efeitos de comparação com o exercício de 2022 (IPC-A Médio Anual).

5.2.1 Apuração da Receita Corrente Líquida

A composição da receita corrente líquida do município de Três Forquilhas apurada no exercício de 2022 é a seguinte:

Quadro 29 – Composição da Receita Corrente Líquida (em R$)

ESPECIFICAÇÃO	1º SEM (peça 4508383)	2º SEM (peça 4862217)
Receitas Correntes (a)	14.470.595,06	29.670.267,26
(-) Deduções Receitas Correntes (b)	-1.801.899,39	-3.576.587,61
(-) Outras Deduções (c)	-1.867.312,14	-3.966.379,29
Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	-413.857,73	-928.435,88
Receitas do RPPS – Remuneração e Outras Receitas	-1.453.454,41	-3.037.943,41
Receitas Fundo de Assistência Social dos Servidores	0,00	0,00
Receita Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do ano corrente (d = a+b+c)	**10.801.383,53**	**22.127.300,36**
Receita Corrente Líquida - ano anterior - Endividamento (e)	10.049.541,47	-

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 850
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 26
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Receita Corrente Líquida - ano anterior - Despesa com Pessoal (f)	10.049.541,47	-
SUB TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO (g = d+e)	**20.850.925,00**	**22.127.300,36**
SUB TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL (h = d+f)	**20.850.925,00**	**22.127.300,36**
Emendas Parlamentares Individuais (i)	438.262,00	445.722,11
Outros Ajustes - Endividamento (j)	0,00	0,00
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO (k = g-i-j)	**20.412.663,00**	**21.681.578,25**
Emendas Parlamentares de Bancada (l)	0,00	0,00
Outros Ajustes - Despesa com Pessoal (m)	0,00	0,00
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL (n = h-i-l-m)	**20.412.663,00**	**21.681.578,25**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

5.3 Despesa Bruta com Pessoal

A composição e a evolução da despesa bruta com pessoal do Poder Executivo de Três Forquilhas nos últimos cinco anos, considerando todas as despesas de natureza de despesa 3.1, está representada a seguir:

Quadro 30 – Despesa Bruta com Pessoal

Despesa Bruta com Pessoal					
Exercício	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Valores Nominais(1)(2)	9.374.587,35	9.321.959,06	9.978.191,78	10.370.628,90	12.608.526,06
Valores em R$(3)	11.878.843,43	11.387.079,37	11.809.398,64	11.333.026,85	12.608.526,06
Variação Anual %	**-**	**-4,14%**	**3,71%**	**-4,03%**	**11,25%**
RCL Valores Nominais	13.902.529,74	14.451.754,51	15.336.189,19	18.062.247,82	21.681.578,25
RCL Valores em R$(3)	17.616.345,97	17.653.293,11	18.150.700,62	19.738.430,67	21.681.578,25
Variação anual %	**-**	**0,21%**	**2,82%**	**8,75%**	**9,84%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Considerando o somatório total do grupo de natureza de despesa 31.
(2) As despesas correspondem aos valores liquidados no exercício, incluindo toda a despesa correspondente ao elemento de despesa estruturado no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
(3) Valores corrigidos monetariamente pelo IPCA para efeitos de comparação com o exercício de 2022 (IPC-A Médio Anual).

Observa-se um **aumento** de 11,25% da despesa bruta com pessoal no exercício de 2022 em relação ao ano anterior.

Por sua vez, os dados da tabela também demonstram um **acréscimo** de 9,84% da receita corrente líquida apurada em 2022 em referência ao exercício anterior.

A quantidade e estratificação dos servidores lotados no Poder Executivo de Três Forquilhas nos últimos cinco anos são as seguintes:

Quadro 31 – Número de Servidores (Matrículas)

Vínculo	Número de Matrículas				
	2018	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Efetivos	194	153	169	208	219
Contratação Temporária	13	21	7	22	40
Comissionados	29	31	8	34	39

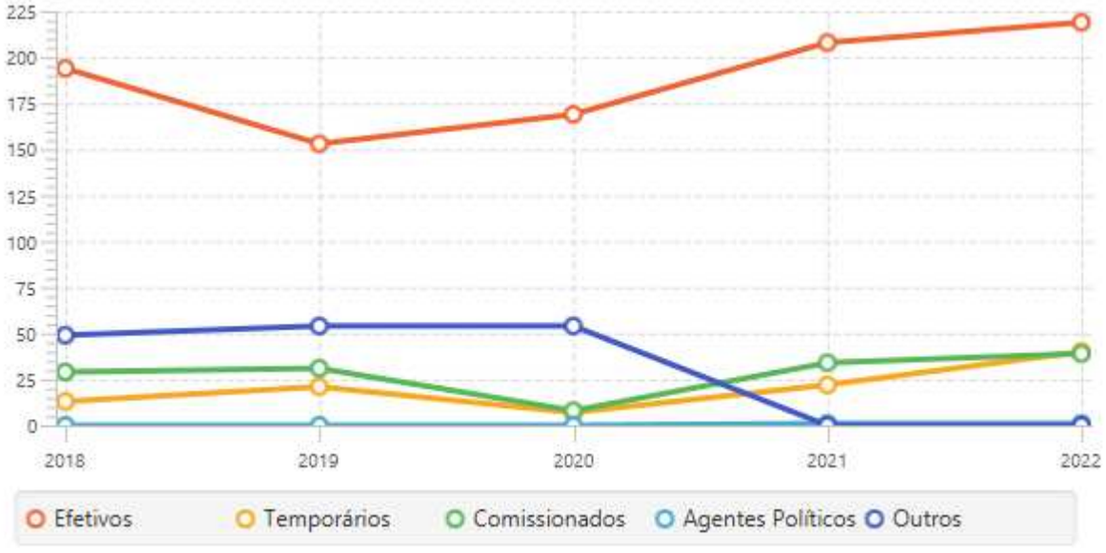
Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 851
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 27
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Agentes Políticos	-	-	-	1	1
Outros	49	54	54	-	-
Total	285	259	238	265	299
Variação Anual %	-	-9,12%	-8,11%	11,34%	12,83%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Gráfico 7 – Número de Servidores (Matrículas)



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados, pode-se concluir que no ano de 2022, em relação ao exercício anterior, houve:

a) **aumento de** 12,83% no número total de servidores;
b) **aumento de** 14,71% no número de servidores comissionados.

A comparação entre a despesa bruta com pessoal de todas as áreas da atuação governamental e os valores totais aplicados nas funções saúde e educação, inclusive com pessoal, pelo Poder Executivo de Três Forquilhas no exercício de 2022, com a apuração do valor por habitante, segue no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 32 – Despesa Per Capita

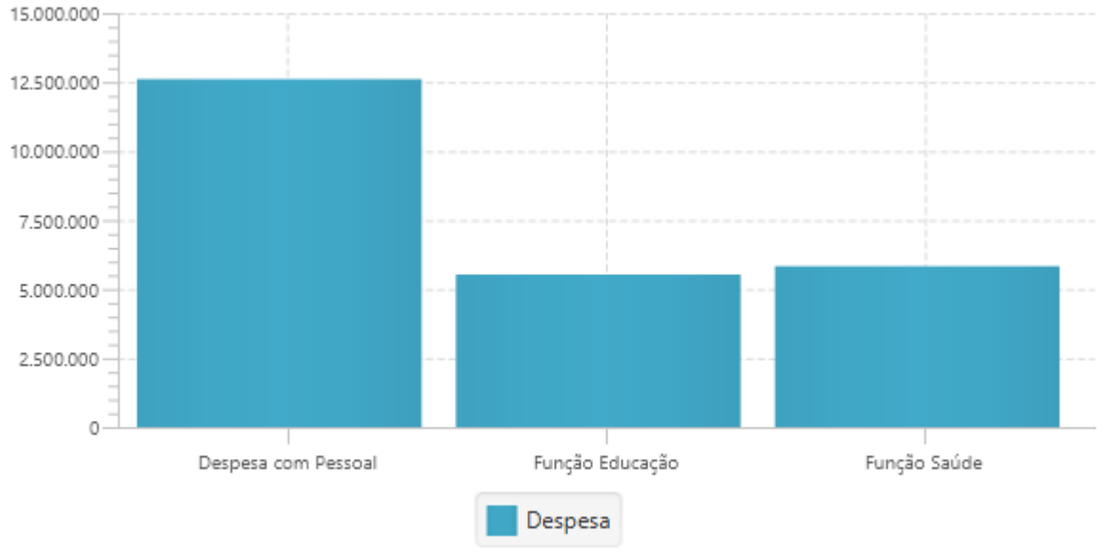
	2022	**Despesa per Capita**
População	**3.139**	**R$**
Despesa com Pessoal	12.608.526,06	4.016,73
Função Educação	5.528.023,02	1.761,08
Função Saúde	5.831.658,75	1.857,81

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Gráfico 8 – Comparativo da Despesa com Pessoal com as Funções Saúde e Educação

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 852
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 28
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

5.3.1 Percentual da Despesa com Pessoal

A despesa total com pessoal é o montante bruto dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, sem qualquer dedução ou retenção, nos termos do artigo 18 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

É apurada somando-se a despesa realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente do empenho, não podendo exceder a 60% da receita corrente líquida do município, sendo **6%** para o legislativo e **54%** para o executivo, conforme disposto no artigo 19, inciso III, e artigo 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Os critérios e entendimentos para apuração das despesas com pessoal dos entes jurisdicionados da área municipal do Estado do Rio Grande do Sul constam da Instrução Normativa TCE/RS n.º 18/2021.

A evolução das despesas com pessoal do Poder Executivo de Três Forquilhas nos últimos cinco anos está evidenciada no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 33 – Evolução das Despesas com Pessoal

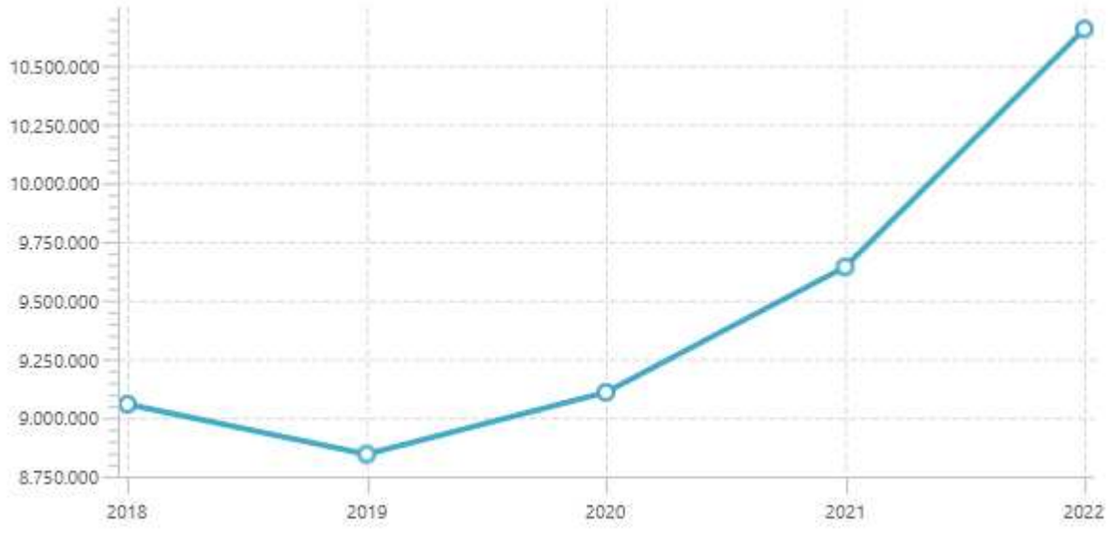
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Despesa com Pessoal (1)	7.148.363,90	7.240.713,21	7.696.224,22	8.823.715,12	10.656.688,07
Despesa com Pessoal (2)	9.057.923,55	8.844.769,16	9.108.642,31	9.642.558,94	10.656.688,07
Variação anual %	-	-2,35%	2,98%	5,86%	10,52%
RCL (2)	17.616.345,97	17.653.293,11	18.150.700,62	19.738.430,67	21.681.578,25
% Despesa Pessoal/RCL	51,42%	50,10%	50,18%	48,85%	49,15%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores nominais.
(2) Valores corrigidos monetariamente pelo IPCA para efeitos de comparação com o exercício de 2022 (IPC-A Médio Anual).

Gráfico 9 – Evolução das Despesas com Pessoal

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 853
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 29
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Valores da Despesa com Pessoal corrigidos monetariamente pelo IPCA para efeitos de comparação com o exercício de 2022 (IPC-A Médio Anual).

Os dados relativos à receita corrente líquida e à despesa com pessoal apresentados pelo Poder Executivo de Três Forquilhas a partir dos Modelos 1 e 2 do Anexo I da Instrução Normativa TCE-RS n.º 18/2021, referentes aos períodos do ano de 2022, foram inseridos no quadro seguinte, com a composição das despesas com pessoal, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Quadro 34 – Composição das Despesas com Pessoal

	1º SEM (peça 4508383)	2º SEM (peça 4862217)
Pessoal e Encargos Sociais (a)	**5.375.292,04**	**12.608.526,06**
Substituição de Mão de Obra (b)	**0,00**	**0,00**
Deduções (c)	**-875.720,08**	**-1.951.837,99**
Aposentadorias e Pensões Pagas com Recursos do RPPS	-767.250,26	-1.797.511,56
Sentenças Judiciais	0,00	0,00
Indenizatórios	-108.469,82	-154.326,43
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00
Total Naturezas de Despesa Orçamentárias (d = [a+b]-c)	4.499.571,96	10.656.688,07
Cobertura de Insuficiências Financeiras (e)	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Financeiro (f)	0,00	0,00
Total Contas Patrimoniais (g = [e+f])	**0,00**	**0,00**
Empenhos Não Liquidados (h)	**47.913,77**	**-**
Restos a Pagar Não Processados (i)	**-**	**0,00**
Consórcios (j)	**0,00**	**0,00**
Subtotal Despesa com Pessoal - exercício atual (k = d+g+h+i+j)	**4.547.485,73**	**10.656.688,07**
Despesa com Pessoal do ano anterior (l)	4.877.941,85	-

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 854
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 30
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Total da Despesa com Pessoal Ativo/Inativo da Entidade (m = k+l)	**9.425.427,58**	**10.656.688,07**
Receita Corrente Líquida - Despesa com Pessoal	20.412.663,00	21.681.578,25
% Despesa Com Pessoal	**46,17**	**49,15**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: O quadro apresenta os valores consolidados do Executivo e Indiretas, quando existentes. Os dados referentes às Indiretas estão disponibilizados nos Relatórios de Validação e Encaminhamento, 12º mês, das respectivas entidades.

Os alertas, nos termos do artigo 12, inciso IX, da Resolução TCE-RS n.º 1.028/2015, foram gerados automaticamente pelo Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas do TCE-RS, uma vez que o percentual apurado pelo Poder Executivo de Três Forquilhas, no 2º Semestre, **ultrapassa 90% do limite** de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

A partir dos dados apresentados no quadro, conclui-se que os percentuais apurados são **inferiores** ao limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

5.4 Dívida Consolidada Líquida

A dívida consolidada líquida representa o montante da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, e não poderá exceder a 1,2 vezes a receita corrente líquida do município, nos termos da Resolução do Senado Federal n.º 40/2001.

Os critérios e entendimentos para apuração da dívida consolidada líquida dos entes jurisdicionados da área municipal constam da Instrução Normativa TCE-RS n.º 18/2021.

A evolução da dívida consolidada líquida do Poder Executivo de Três Forquilhas nos últimos cinco anos está evidenciada no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 35 – Evolução da Dívida Consolidada Líquida

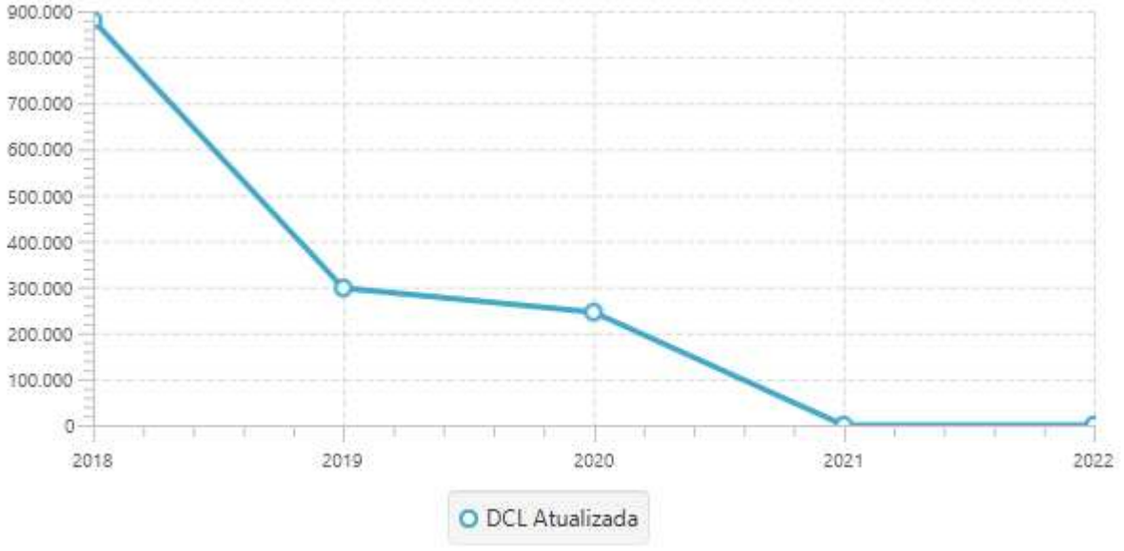
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
DCL (1)	R$ 694.754,04	R$ 243.973,03	R$ 207.559,24	R$ 0,00	R$ 0,00
DCL (2)	R$ 880.345,36	R$ 298.021,07	R$ 245.650,70	R$ 0,00	R$ 0,00
Variação anual %	-	-66,15%	-17,57%	-100,00%	-

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores nominais.
(2) Valores corrigidos monetariamente pelo IPCA para efeitos de comparação com o exercício de 2022 (IPC-A Médio Anual).

Gráfico 10 – Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 855
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 31
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Valores corrigidos monetariamente pelo IPCA para efeitos de comparação com o exercício de 2022 (IPC-A Médio Anual).

5.4.1 Percentual da Dívida Consolidada Líquida

O Executivo Municipal de Três Forquilhas **não possui** dívida consolidada líquida no exercício de 2022.

5.5 Operações de Crédito

A operação de crédito é todo compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, de abertura de crédito, de emissão e aceite de título, de aquisição financiada de bens, de recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, de arrendamento mercantil; ou de outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros, e, por equiparação, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, nos termos do disposto no artigo 29, inciso III e § 3º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

O montante global das operações de crédito é limitado em 16% da receita corrente líquida do município em cada exercício financeiro, conforme determina o Senado Federal. No caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, o limite será calculado considerando-se o cronograma anual de ingresso e a projeção da receita corrente líquida, atualizada por índice divulgado pelo Ministério da Economia.

Os critérios e entendimentos para apuração do montante das operações de crédito dos entes jurisdicionados da área municipal constam da Instrução Normativa TCE-RS n.º 13/2021.

O Executivo Municipal de Três Forquilhas não realizou operações de crédito no período de 2018 a 2022.

5.5.1 Percentual das Operações de Crédito

O Executivo Municipal de Três Forquilhas **não realizou** operações de crédito no

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 856
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 32
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

exercício de 2022.

5.6 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Em regra, as despesas devem ser executadas e pagas dentro do exercício financeiro. O gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, desde que com disponibilidade de caixa.

Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

5.6.1 Valores Restituíveis

Os valores restituíveis são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, em que o município é mero agente depositário, que provocam o surgimento de passivos financeiros.

É necessário que, ao final do exercício financeiro, conste saldo suficiente no ativo circulante para cobertura dos valores restituíveis inseridos no passivo circulante, nos recursos vinculados extraorçamentários 8001 a 9999, nos termos do Manual Técnico – Volume III – Recurso Vinculado Aplicável aos órgãos, entidades e consórcios públicos municipais regidos pela Lei Federal n.º 4.320/1964, disponível no portal do TCE/RS.

Na hipótese de insuficiência nos recursos citados, o **recurso vinculado livre 0001** deverá suportar essas obrigações.

O Poder Executivo de Três Forquilhas **não** apresenta saldo na conta “valores restituíveis”, no passivo circulante.

5.6.2 Equilíbrio Financeiro

O equilíbrio financeiro é aferido por recurso vinculado, considerando eventuais ajustes realizados no item anterior e as informações constantes no Modelo 3 (Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa) e no Modelo 7 (Demonstrativo dos Restos a Pagar) do Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS n.º 18/2021, e evidenciam a existência, ou não, de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em restos a pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2022.

As informações constantes no Modelo 9 (Demonstrativo dos Limites) do **Anexo I** da Instrução Normativa n.º 18/2021 (peça 4862238), que, juntamente com o Modelo 7, antes citado, integram o Relatório de Gestão Fiscal, demonstram a **existência de disponibilidade financeira** suficiente para a cobertura dos valores inscritos em restos a pagar, **em atendimento** ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

6 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

6.1 Aspectos Gerais

6.1.1 Legislação e Regime Municipal

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, financiado por recursos orçamentários públicos e contribuições

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 857
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 33
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

sociais e destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O sistema previdenciário brasileiro é composto pelo regime geral de previdência social, pelo regime próprio de previdência social e pelo regime de previdência complementar, cuja essência é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados, para transformar a poupança presente em benefícios futuros.

O regime próprio de previdência social (RPPS), exclusivo dos servidores públicos efetivos, tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, e deve observar os critérios de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal e da Lei Federal n.º 9.717/1998.

O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da administração pública direta, bem como o das respectivas autarquias e fundações, serão amparados pelo regime geral de previdência social, caso o ente público não tenha instituído seu regime próprio, de acordo com o disposto no artigo 13 da Lei Federal n.º 8.212/1991.

A estrutura administrativa-organizacional dos regimes próprios de previdência pode ser na forma de fundo, dentro da estrutura da administração direta, ou de autarquia ou de fundação pública, na administração indireta.

A instituição de regime próprio de previdência implica adoção de contabilidade exclusiva e realização tempestiva e adequada de avaliação atuarial do plano de benefícios, sem prejuízo de observação às exigências de responsabilidade fiscal estabelecidas legalmente.

O regime próprio de previdência do município de Três Forquilhas está constituído sob a forma de **fundo municipal**.

6.2 Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

6.2.1 Certificado de Regularidade Previdenciária

O certificado de regularidade previdenciária tem a finalidade de atestar a situação do município em relação à Lei Federal n.º 9.717/1998, conforme previsão contida no Decreto Federal n.º 3.788/2001 e na Portaria MTP n.º 1.467/2022.

O caráter contributivo, o equilíbrio financeiro e atuarial e o encaminhamento de documentos obrigatórios são alguns dos critérios para que o certificado seja emitido, nos termos do disposto no artigo 247 da portaria antes referida.

A partir de dados da Secretaria de Previdência – Ministério do Trabalho e Previdência, apresentam-se os certificados de regularidade previdenciária válidos no exercício:

Quadro 36 – Certificados de Regularidade Previdenciária Válidos em 2022

CRPs Válidos em 2022			
Número CRP	**Data de Emissão**	**Data de Validade**	**Emissão Judicial**
985777-198673	22/07/2021	18/01/2022	Não
985777-205896	18/01/2022	17/07/2022	Não
985777-211291	18/07/2022	14/01/2023	Não

Verificou-se que o município de Três Forquilhas apresentou **CRP válido** por todo o período em análise.

Sendo assim, o certificado encontra-se válido ao fim do exercício, **não havendo indícios de irregularidades** a serem reportadas nesse quesito.

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 858
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 34
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

6.3 Avaliação Atuarial

6.3.1 Tempestividade da Avaliação Atuarial

A elaboração da avaliação atuarial, contendo as definições, resultados e medidas necessárias para o equilíbrio financeiro e atuarial do plano previdenciário, é obrigatória em cada balanço, conforme disposto no artigo 1º da Lei Federal n.º 9.717/1998.

O resultado da avaliação atuarial deverá ser encaminhado anualmente à Secretaria de Previdência Social – Ministério do Trabalho e Previdência **até 31 de março do exercício subsequente ao da sua data base**, por meio do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), de acordo com o previsto na alínea 'b' do inciso III do art. 241 da Portaria MTP n.º 1.467/2022. Entretanto, excepcionalmente para o exercício 2022, o prazo de envio foi prorrogado para o dia 30 de abril de 2022, conforme o art. 1º da Portaria MTP nº 834 de 18/04/2022.

A consulta ao Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV) revela o cadastramento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial em 28/03/2022, em **cumprimento,** portanto, ao prazo supracitado.

6.4 Resultado Atuarial do Fundo em Capitalização

6.4.1 Evolução do Resultado Atuarial

O resultado atuarial é a diferença entre o ativo total e o passivo atuarial do plano de benefícios. O ativo total corresponde ao somatório dos ativos garantidores [1] dos compromissos do plano de benefícios com o valor atual dos fluxos dos parcelamentos vigentes a receber. O passivo atuarial corresponde ao valor presente de todos os compromissos assumidos e resulta da soma da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) com a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC).

A seguir o resultado atuarial do fundo em capitalização do exercício em exame e um gráfico explicitando a representatividade das variáveis que compõem o ativo total e o passivo atuarial:

Quadro 37 – Resultado Atuarial - DRAA 2023, enviado dia 17/03/2023, com data focal de 31/12/2022 (em R$)

Resultado Atuarial - DRAA 2023		
ATIVO	**Ativo Total**	**36.630.911,32**
	Ativos Garantidores	**34.182.469,09**
	Renda fixa	33.925.835,10
	Renda variável	256.633,99
	Segmento imobiliário	0,00
	Em enquadramento	0,00
	Títulos e valores não sujeitos ao enquadramento	0,00
	Demais bens, direitos e ativos	0,00
	Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	**2.448.442,23**
PASSIVO	**Passivo Atuarial**	**67.042.174,71**
	PMBC - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	**22.345.905,60**
	VABF - Valor Atual dos Benefícios Futuros	23.822.821,43
	VACF - Valor Atual das Contribuições Futuras (-)	1.476.915,83
	PMBaC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	**44.696.269,11**
	VABF - Valor Atual dos Benefícios Futuros	67.791.613,60

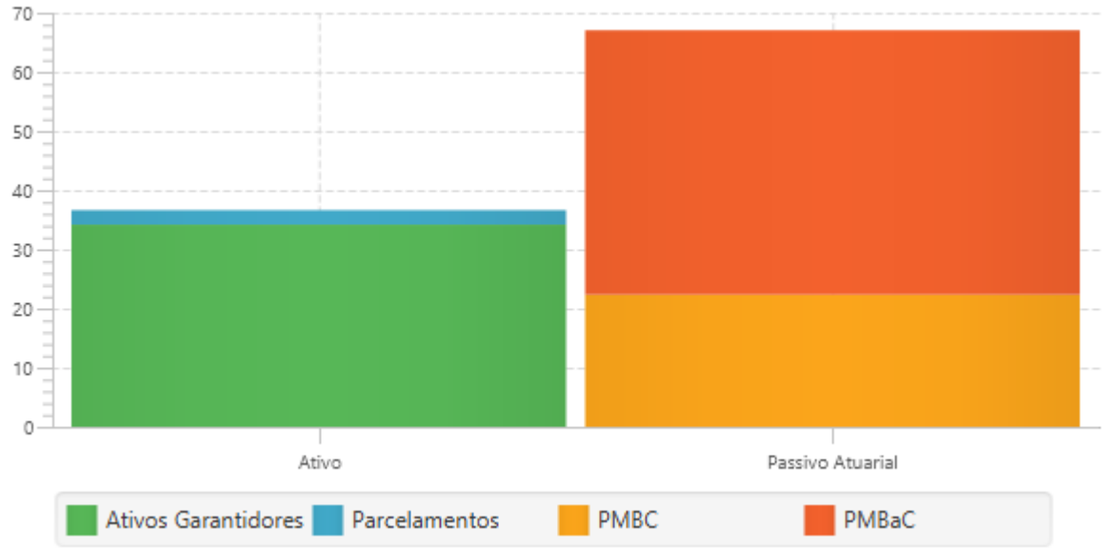
Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 859
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 35
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

	VACF - Valor Atual das Contribuições Futuras (-)	23.095.344,49
Resultado Atuarial sem plano de amortização: *Deficit* Atuarial a Amortizar (-)/ *Superavit* Atuarial (+)		**-30.411.263,39**
Valor Atual do Plano de Amortização do *Deficit* Atuarial estabelecido em lei		30.583.147,36
Resultado Atuarial após plano de amortização: *Deficit* Atuarial (-) / *Superavit* Atuarial (+)		**171.883,97**

Fonte: Tabela elaborada com base em dados do DRAA obtidos da Secretaria de Previdência.

Gráfico 11 – Resultado Atuarial sem plano de amortização - Fundo em Capitalização (em R$ milhões)



Com intuito de observar o comportamento do fundo em capitalização e mostrar a evolução do resultado atuarial, levantaram-se os dados dos três últimos exercícios, a saber:

Quadro 38 – Evolução do Resultado Atuarial do Fundo em Capitalização (em R$)

	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023
Data Focal	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2022**
Data de Envio DRAA	**01/06/2021**	**28/03/2022**	**17/03/2023**
Ativo Total	**31.846.617,99**	**34.243.228,71**	**36.630.911,32**
Ativos Garantidores	29.065.934,26	30.055.998,15	34.182.469,09
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	2.780.683,73	4.187.230,56	2.448.442,23
Passivo Atuarial	**51.739.967,69**	**61.611.669,66**	**67.042.174,71**
PMBC - Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos	16.466.530,22	19.124.796,45	22.345.905,60
PMBaC - Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder	35.273.437,47	42.486.873,21	44.696.269,11
Resultado Atuarial sem plano de amortização: *Deficit* Atuarial a Amortizar (-)/ *Superavit* Atuarial (+)	**-19.893.349,70**	**-27.368.440,95**	**-30.411.263,39**
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	244.065,37	246.457,86	30.583.147,36
Resultado Atuarial após plano de amortização: *Deficit* Atuarial (-)/ *Superavit* Atuarial (+)	**-19.649.284,33**	**-27.121.983,09**	**171.883,97**

Fonte: Secretaria da Previdência.

Gráfico 12 – Evolução do Resultado Atuarial sem plano de amortização

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 860
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 36
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

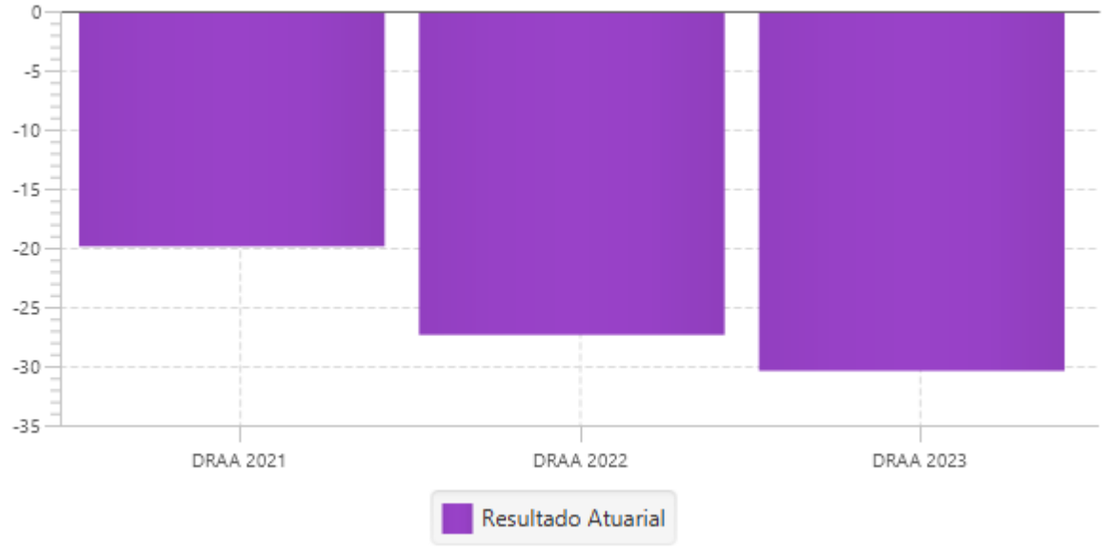
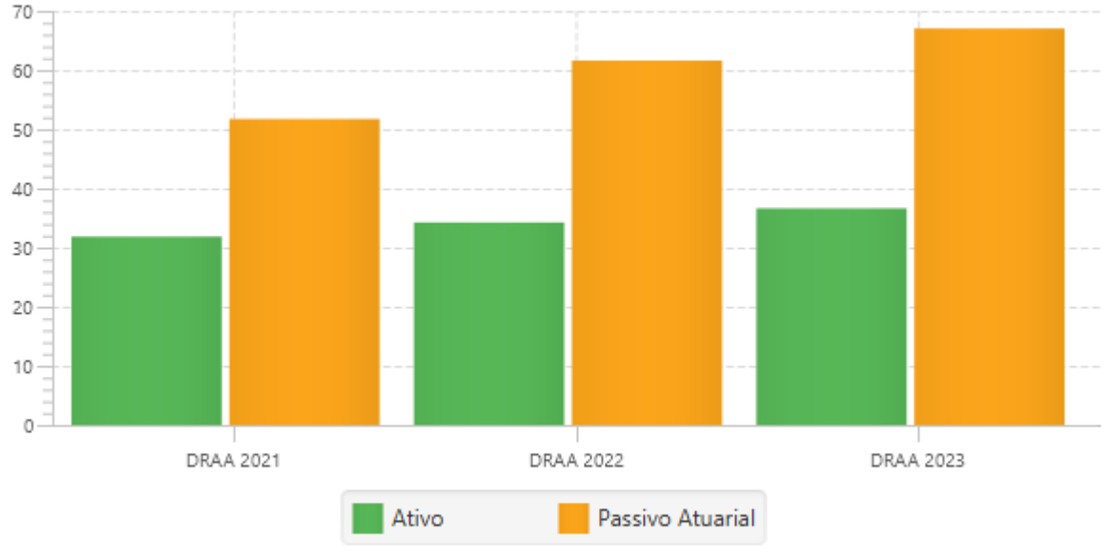


Gráfico 13 – Ativo Total x Passivo Atuarial sem plano de amortização (em R$ milhões)



Índice de Cobertura Atuarial

A análise do índice de cobertura atuarial da provisão matemática visa identificar a proporção de recursos financeiros existentes para o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas (provisão matemática de benefícios concedidos) ou futuras (provisão matemática de benefícios a conceder) a cargo do fundo em capitalização.

É esperado que seja igual ou superior a 1 (um) o índice de cobertura atuarial da provisão matemática dos benefícios concedidos. Quanto menor, pior será a situação atuarial do regime próprio de previdência.

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 861
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 37
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

A seguir, a evolução dos índices nas três últimas avaliações e as considerações para o ano em exame:

Quadro 39 – Índice de Cobertura Atuarial do Fundo em Capitalização sem plano de amortização

	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023
Índice de Cobertura Atuarial da Provisão Matemática Total (Passivo Atuarial)	0,56	0,49	0,51
Índice de Cobertura Atuarial da Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos	1,77	1,57	1,53

Fonte: Secretaria da Previdência.

O índice de cobertura atuarial da provisão matemática total do DRAA de 2023, com data focal em 31/12/2022, **é menor que 1**, mas o índice de cobertura atuarial da provisão matemática de benefícios concedidos é maior que 1, significando que, apesar de existir recursos suficientes para a cobertura da provisão matemática dos benefícios já concedidos, a provisão matemática dos benefícios a conceder ainda não está integralmente constituída, sendo necessária a adoção de medidas em busca do equilíbrio atuarial integral.

Com base nos dados apresentados na tabela "Evolução do Resultado Atuarial do Fundo em Capitalização" observa-se:

a) resultado atuarial deficitário crescente;

b) aumento dos ativos garantidores em relação ao ano anterior (13,73%);

c) aumento do passivo atuarial (provisões matemáticas) em relação ao ano anterior (8,81%);

d) suficiência do Índice de Cobertura Atuarial das Provisões Matemáticas dos Benefícios Concedidos (cujo índice é 1,53);

e) suficiência do "*valor atual do plano de amortização do déficit atuarial estabelecido em lei*", considerando o resultado atuarial atual.

Diante do exposto, **considera-se que o RPPS está em busca dos critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS**, conforme art. 40 da CF/88, sendo dispensado o envio de esclarecimentos, mas necessário o monitoramento constante do resultado atuarial.

Notas

1. Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios: somatório dos ativos financeiros e dos bens, direitos e ativos vinculados ao RPPS por lei, excluídos os recursos relativos à Reserva Administrativa e fundos garantidores de benefício e fundos para oscilação de riscos.

6.5 Investimentos

6.5.1 Enquadramento de Limites dos Investimentos

As aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência instituídos pelos entes federados estão sujeitas a uma série de limites, requisitos e vedações, previstos na Resolução CMN n.° 4.963/2021.

Entre as principais exigências, tem-se o enquadramento da alocação dos recursos dentro de limites estabelecidos para os segmentos de aplicação e tipos de ativos, com o objetivo de trazer segurança aos recursos garantidores, evitando exposição excessiva a riscos.

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 862
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 38
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

A partir dos dados constantes no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos correspondente a dezembro de 2022, enviado ao CADPREV, as aplicações de recursos estavam assim distribuídas:

Quadro 40 – Investimentos do Regime Próprio de Previdência

TIPOS DE ATIVOS	% Limite CMN 4.963/21		Valor (R$)	% Recursos RPPS
	Ativo	Segmento		
Títulos Públicos de emissão do Tesouro Nacional (SELIC) - Art. 7º, I, a	100	100	-	-
Fundos de Investimento - 100% Títulos Públicos (SELIC) - Art. 7º, I, b	100		28.528.580,62	83,46%
Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - 100% TP - Art. 7º, I, c	100		-	-
Operações Compromissadas - 100% Títulos Públicos (SELIC) - Art. 7º, II	5	5	-	-
Fundos de Investimento referenciados em Renda Fixa - Art. 7º, III, a	60	60	5.397.254,80	15,79%
Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Renda Fixa - Art. 7º, III, b	60		-	-
Ativos de Renda Fixa emitidos por Instituições Financeiras - Art. 7º, IV	20	20	-	-
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Cota Sênior - Art. 7º, V, a	5	15	-	-
Fundos de Investimento em Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, b	5		-	-
Fundo de Investimento em Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, V, c	5		-	-
Fundo de Investimento em Ações - Art. 8º, I	30	30	256.633,90	0,75%
Fundo de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Renda Variável - Art. 8º, II	30		-	-
Fundos de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I	10	10	-	-
Fundos de Investimentos - Investimento no Exterior - Art. 9º, II	10		-	-
Fundos de Investimento em Ações - BDR Nível I - Art. 9º, III	10		-	-
Fundos de Investimento Multimercado (FIM) - Art. 10, I	10	15	-	-
Fundos de Investimento em Participações (FIP) - Art. 10, II	5		-	-
Fundos de Investimento em Ações - Mercado de Acesso) - Art. 10, III	5		-	-
Fundos de Investimento Imobiliário (FII) - Art. 11	5	5	-	-
Empréstimos Consignados - Art. 12	5	5	-	-
TOTAL	**-**	**-**	**34.182.469,32**	**100%**

Fonte: Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) da competência 12/2022.

Gráfico 14 – Investimentos do Regime Próprio de Previdência

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 863
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 39
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

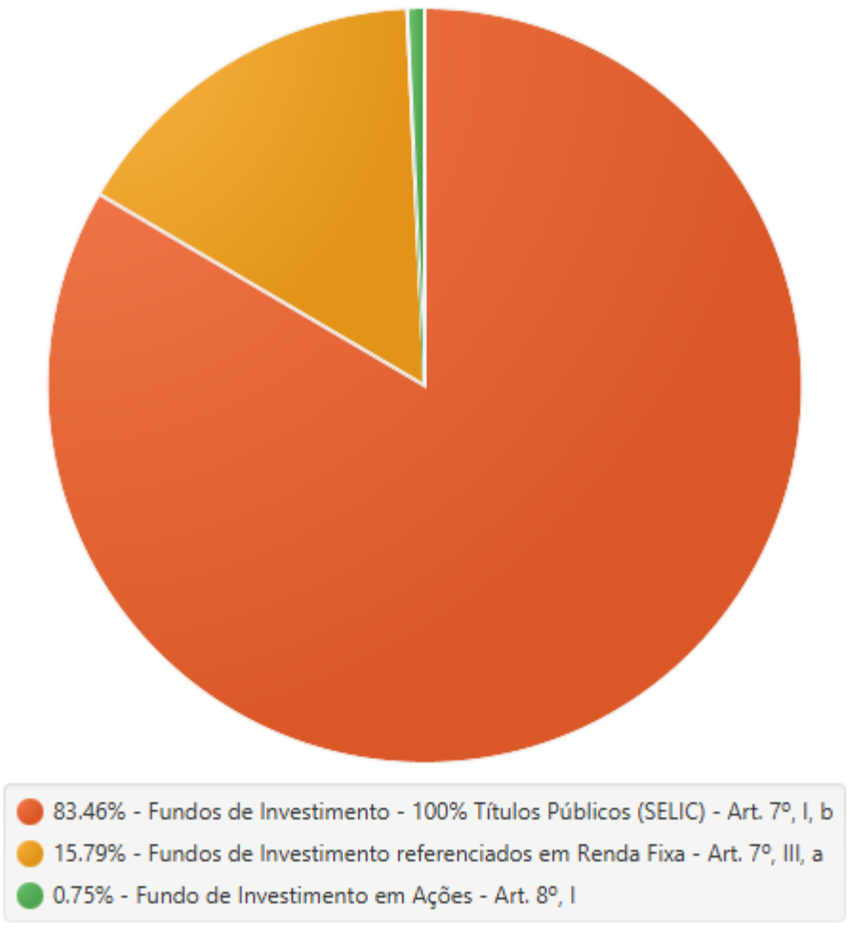
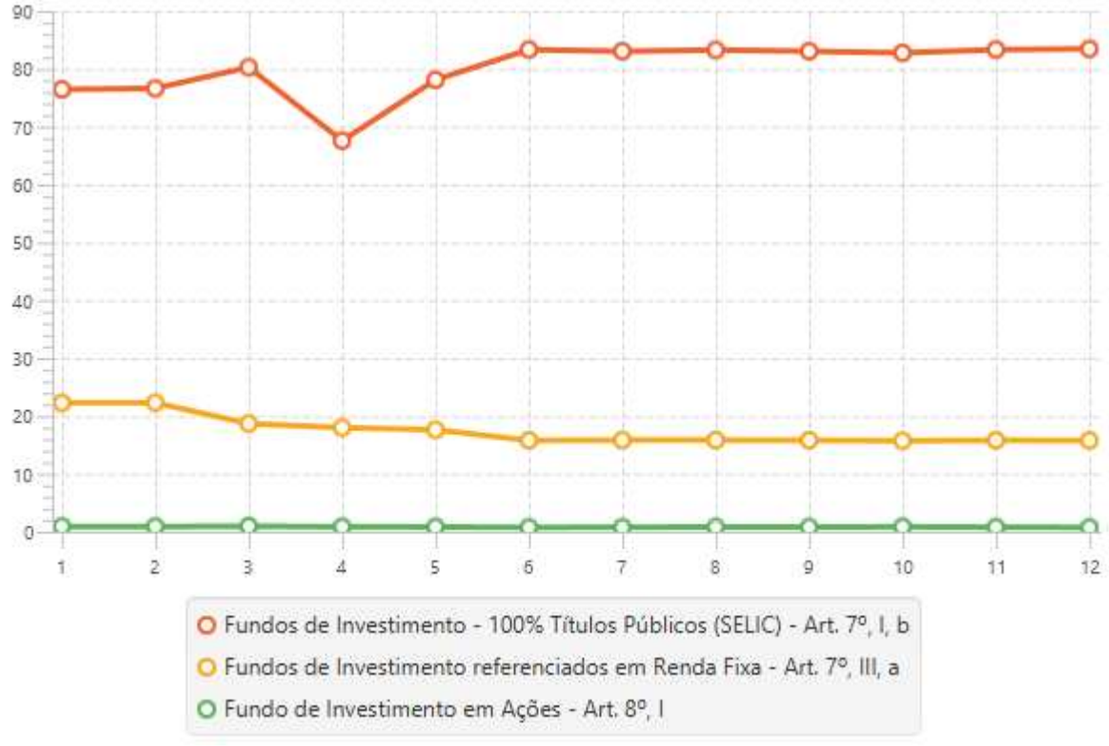


Gráfico 15 – Evolução Mensal dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência em 2022

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 864
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 40
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0



Com base nas informações expostas anteriormente, assim como em verificações adicionais, constata-se:

a) a **inexistência de desenquadramentos** da alocação dos recursos em relação aos limites estabelecidos nos artigos 7° ao 12 da Resolução CMN n° 4.963/2021;

b) a **inexistência** de investimentos em fundos com participação superior a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência, conforme artigo 18 da Resolução CMN n° 4.963/2021;

c) a **inexistência** de investimentos em fundos com participação superior ao limite estabelecido no artigo 19 da Resolução CMN n° 4.963/2021;

d) a **inexistência** de investimentos em **fundos vedados** pela Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.963/2021;

e) a **inexistência** de investimentos em fundos que não possuem administrador ou gestor que atenda aos critérios do artigo 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Assim, considerando os dados apresentados, **não há indícios de inconformidades** aos critérios estabelecidos na Resolução CMN n° 4.963/2021.

6.6 Conselhos do RPPS

6.6.1 Relatório e Parecer dos Conselhos

Os dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS e os gestores e representantes legais do ente federativo deverão pautar suas ações pela busca da sustentabilidade de longo prazo do regime, conforme §3º do art. 25 da Portaria MTP n.º

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 865
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 41
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

1.467/2022.

O documento contendo o relatório e parecer dos conselhos do RPPS (peça 5032770), previsto na alínea "g", IV, art. 2º da Resolução TCE n.º 1.134/2020, apresentou a seguinte informação em relação à conformidade dos critérios exigidos:

Quadro 41 – Análise do documento apresentado pelos Conselhos do RPPS

Critérios exigidos	Informação do Documento ("X" indica a situação)			
	Conformidade	Inconformidade	Não Informado claramente	Não relatado
Análise das contas (equilíbrio financeiro)	X			
Aplicações financeiras	X			
Demonstrações contábeis	X			
Manutenção do equilíbrio previsto na avaliação atuarial	X			
Avaliação Geral do Parecer (se houver)	X			

Conforme verificado no documento e apresentado no quadro anterior, na avaliação dos conselhos do RPPS, todos os critérios estão presentes no relatório e foram considerados em **CONFORMIDADE**, não sendo necessários esclarecimentos por parte do Administrador.

7 LIMITES CONSTITUCIONAIS

7.1 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

O município deverá aplicar, anualmente, **25%** (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na **manutenção e desenvolvimento do ensino**, na forma do artigo 212 da Constituição Federal.

A base de cálculo dos gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino é a receita líquida de impostos e transferências, as multas e juros incidentes sobre os impostos e a dívida ativa relacionada a esse tipo de tributo.

As despesas consideradas e as não admitidas como manutenção e desenvolvimento do ensino estão disciplinadas, respectivamente, nos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/1996.

7.1.1 Percentual de Aplicação em MDE

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual aplicado pelo município na manutenção e desenvolvimento do ensino estão listadas no Anexo II da Instrução Normativa TCE/RS n.º 17/2021.

Quadro 42 – Evolução do Percentual do MDE no município de Três Forquilhas (em R$)

MDE	2018	2019	2020	2021	2022
Receita MDE	11.466.436,53	12.393.750,09	12.339.551,39	16.263.669,46	19.110.663,22
Aplicação Mínima (25%)	2.866.609,13	3.098.437,52	3.084.887,85	4.065.917,36	4.777.665,80
Aplicação Efetiva	3.556.736,05	3.878.563,55	3.980.566,76	4.400.378,82	5.481.802,53
% Aplicação MDE	**31,02%**	**31,29%**	**32,26%**	**27,06%**	**28,68%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 866
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 42
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4862217) (RVE item 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados), constata-se que o percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino pelo Poder Executivo de Três Forquilhas no exercício de 2022 **atende** ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal .

7.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação, conforme disposto nos artigos 212 e 212-A da Constituição Federal.

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual do FUNDEB aplicado pelo município estão listadas no Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS n.º 17/2021.

A aplicação dos recursos do FUNDEB nos municípios materializa-se nos investimentos em educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos (ensino fundamental).

No quadro abaixo, demonstram-se a segregação e a evolução das receitas formadoras do fundo no município de Três Forquilhas (peça 4862217) (RVE item 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a partir dos Recursos):

Quadro 43 – Evolução das Receitas Formadoras do FUNDEB no município de Três Forquilhas (em R$)

Base de Cálculo Receita do FUNDEB	2018	2019	2020	2021	2022
ITR - Mun. Conveniados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte FPM	1.482.671,63	1.607.426,52	1.530.854,73	2.063.998,72	2.569.703,44
Cota-parte ITR	1.258,90	1.097,69	1.018,14	1.317,14	1.276,53
LC nº 87/96 – Lei Kandir	2.728,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte ICMS	533.311,44	547.221,44	574.367,69	747.662,04	703.497,24
Cota-parte IPVA	54.889,74	73.429,24	75.134,42	83.552,22	87.379,21
Cota-parte IPI/Exportação	8.225,66	8.316,75	8.225,91	7.682,54	6.853,49
TOTAL	**2.083.086,03**	**2.237.491,64**	**2.189.600,89**	**2.904.212,66**	**3.368.709,91**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Na dinâmica do FUNDEB há, de um lado, a contribuição à formação do fundo (no caso dos estados e municípios 20% dos impostos e transferências) e, de outro, a receita proveniente do fundo (valor recebido de acordo com o número de alunos matriculados).

Ao comparar-se o valor da contribuição com o valor do retorno, apura-se o "ganho" ou a "perda" com o FUNDEB.

Valor do Retorno > Valor da Contribuição = **Ganho**
Valor do Retorno < **Valor da Contribuição** = **Perda**

Quadro 44 – Demonstração do Ganho ou da Perda do FUNDEB (em R$)

Ano	Valor	Conclusão

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

2018	-R$ 738.838,02	Perda
2019	-R$ 745.619,28	Perda
2020	-R$ 700.802,24	Perda
2021	-R$ 857.955,11	Perda
2022	-R$ 1.019.445,39	Perda

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas, constata-se que o município de Três Forquilhas teve **perda** no ano de 2022.

7.2.1 Aplicação dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

É obrigação do município destinar pelo menos 70% (setenta por cento) dos recursos anuais do FUNDEB ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Quadro 45 – Evolução da Aplicação dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica de Três Forquilhas (em R$)

FUNDEB	2018	2019	2020	2021	2022
Receita FUNDEB Total (1)	1.339.267,83	1.481.890,56	1.476.576,99	2.032.306,17	2.357.047,63
70% do Retorno do FUNDEB (2)	803.560,70	889.134,34	885.946,19	1.422.614,32	1.649.933,34
Aplicação Recursos - FUNDEB	1.307.993,81	1.479.212,91	1.464.695,20	1.873.171,74	2.254.650,74
% Aplicação	**97,66**	**99,82**	**99,20**	**92,17**	**95,66**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Receita FUNDEB Total = Total retorno do FUNDEB + Receitas de Remuneração de Depósitos Bancário - Recurso vinculado FUNDEB.
(2) Os valores calculados até 2020 consideram o percentual de 60% do retorno do FUNDEB. A partir de 2021, esse percentual mínimo foi alterado para 70% (art. 26 da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020).

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4862217) (RVE item 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério), constata-se que o percentual aplicado pelo Poder Executivo de **Três Forquilhas** no exercício de 2022 **atende** ao disposto no artigo 26 da Lei Federal n.º 14.113/2020 e no artigo 212-A, inciso XI, da Constituição Federal .

7.3 Ações e Serviços Públicos de Saúde

A saúde é direito de todos e deverá ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição Federal.

O município deverá aplicar, anualmente, **15%** (quinze por cento), no mínimo, da arrecadação de impostos e transferências nas **ações e serviços públicos de saúde**, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 141/2012, que regulamenta o § 3º do artigo 198 da Constituição Federal e dá outras providências.

7.3.1 Percentual de Aplicação em ASPS

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual aplicado pelo município em ações e serviços públicos de saúde estão listadas no Anexo III da Instrução Normativa TCE/RS n.º 17/2021.

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 868
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 44
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Quadro 46 – Evolução do Percentual do ASPS no município de Três Forquilhas (em R$)

ASPS	2018	2019	2020	2021	2022
Receita ASPS	11.466.436,53	12.393.750,09	12.339.551,39	16.263.669,46	17.922.787,58
Aplicação Mínima (15%)	1.719.965,48	1.859.062,51	1.850.932,71	2.439.550,42	2.688.418,14
Aplicação Efetiva	2.064.857,96	2.354.060,84	2.331.463,07	2.855.317,67	3.485.944,06
% Aplicação ASPS	**18,01%**	**18,99%**	**18,89%**	**17,56%**	**19,45%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4862217) (RVE 12º mês - item 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recurso Vinculado), constata-se que o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde pelo Poder Executivo de **Três Forquilhas** no exercício de 2022 **atende** ao disposto no artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/2012 .

7.4 Regra de Ouro

Denomina-se Regra de Ouro o princípio fiscal que visa a vedar o endividamento público para a realização de despesas correntes, permitindo-o apenas para o financiamento de investimentos. De acordo com essa regra, os ingressos financeiros oriundos de operações de crédito (endividamento) não podem superar as despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida) em cada exercício financeiro, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, nos termos do inciso III do artigo 167 da Constituição Federal.

7.4.1 Verificação do Cumprimento da Regra de Ouro

Apenas as operações de crédito que motivaram registros de receita orçamentária no exercício ao qual se refere a lei orçamentária serão consideradas no cálculo para a verificação do cumprimento da regra de ouro.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (RVE item 5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício) (peça 4862217) constata-se a **inexistência** de operações de crédito internas e externas no exercício de 2022.

8 EDUCAÇÃO

8.1 Aspectos Gerais

8.1.1 Despesas por Subfunção da Função Educação

As subfunções da função Educação evidenciam a atuação governamental na área da educação. No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do ente municipal na função Educação, relativas ao ano de 2022, detalhando valores referentes às subfunções com maiores dotações autorizadas em cada uma e comparando-as com as executadas:

Quadro 47 – Despesas na função 12-Educação

Subfunção	Dotação Autorizada R$	Despesa Empenhada R$	Variação %
361 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.584.382,15	4.484.929,63	-2,17
365 - EDUCACAO INFANTIL	1.074.175,18	980.368,04	-8,73

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 869
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 45
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

122 - ADMINISTRACAO GERAL	39.110,54	38.570,69	-1,38
367 - EDUCACAO ESPECIAL	23.602,00	23.180,52	-1,79
362 - ENSINO MEDIO	8.041,60	7.974,14	-0,84
TOTAL	**5.729.311,47**	**5.535.023,02**	**-3,39**
TOTAL PER CAPITA (População: 3.139)		**1.763,31**	

Fonte: IBGE e Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

9 SAÚDE

9.1 Aspectos Gerais

9.1.1 Despesas por Subfunção da Função Saúde

As subfunções da função Saúde evidenciam a atuação governamental na área da saúde. No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do ente municipal na função Saúde, relativas ao ano de 2022, detalhando valores referentes às dotações autorizadas e executadas em suas subfunções:

Quadro 48 – Despesas na função 10-Saúde

Subfunção	Dotação Autorizada R$	Despesa Empenhada R$	Variação %
122 - ADMINISTRACAO GERAL	500,00	0,00	-100,00
301 - ATENCAO BASICA	5.662.748,45	5.307.537,93	-6,27
302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	679.534,00	649.871,91	-4,36
303 - SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	0,00	0,00	
304 - VIGILANCIA SANITARIA	13.309,00	13.294,73	-0,11
305 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	45.655,57	42.453,41	-7,01
306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	0,00	0,00	
TOTAL	**6.401.747,02**	**6.013.157,98**	**-6,07**
TOTAL PER CAPITA (População: 3.139)		**1.915,63**	

Fonte: IBGE e Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

9.2 Instrumentos de Planejamento e de Gestão do Sistema Único de Saúde - Elaboração/Aprovação

O conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei Federal n.º 8.080/1990 e regulamentado pelo Decreto Federal n.º 7.508/2011.

O planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos e deve ser fruto de uma articulação de tarefas entre as três esferas da federação, cujas diretrizes encontram-se elencadas no artigo 94 da Portaria de Consolidação MS/GM n.º 1/2017, do Ministério da Saúde.

Os principais instrumentos de gestão no âmbito dos municípios são o plano de saúde, as programações anuais, os relatórios anuais de gestão e aqueles quadrimestrais, previstos nos artigos 95 a 100 da portaria citada anteriormente.

9.2.1 Plano Municipal de Saúde

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

O plano de saúde é o instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas na área da saúde, onde são explicitados os compromissos para o setor e refletidas as necessidades de saúde da população e as suas peculiaridades.

A concepção do plano deve observar o prazo do plano plurianual, definido na lei orgânica do ente federado, uma vez que norteia a elaboração do planejamento e orçamento do governo no campo da saúde.

Por ser estruturante, a não elaboração do plano municipal pode implicar suspensão da transferência (obrigatória) dos recursos referidos no artigo 198, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, destinados ao custeio de ações e serviços públicos de saúde no âmbito do SUS, conforme previsão contida no artigo 22, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar Federal n.º 141/2012.

Conforme dados extraídos do portal SAGE, do Ministério da Saúde (https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento), posição de 06/03/2023, constata-se a **existência** do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, **aprovado** pelo Conselho Municipal de Saúde.

9.2.2 Programação Anual da Saúde

A programação anual é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano Municipal de Saúde e tem por objetivo anualizar as suas metas e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

A programação deve ser encaminhada ao respectivo conselho de saúde para aprovação **antes da data** de remessa da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício correspondente. Ou seja, no exercício ora examinado, de 2022, a PAS 2023 deveria ter sido elaborada antes da LDO de 2023.

Conforme dados extraídos do portal SAGE, do Ministério da Saúde (https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento), posição de 06/03/2023, constata-se a **existência** da Programação Anual de Saúde para o ano de 2023, **aprovada** pelo Conselho Municipal de Saúde.

9.2.3 Relatório Anual de Gestão

O Relatório Anual de Gestão é o instrumento com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da programação anual de saúde e que orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no plano de saúde. Deve ser encaminhado ao respectivo conselho de saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo àquela entidade emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar Federal n.º 141/2012.

Conforme dados extraídos do portal SAGE, do Ministério da Saúde (https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento), posição de 06/03/2023, constata-se a **existência** do Relatório Anual de Gestão de 2021, **aprovado** pelo Conselho Municipal de Saúde.

9.2.4 Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior – RDQA

O Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e deve ser apresentado pelo Gestor até o final dos meses de maio (RDQA 1ºQ), setembro (RDQA 2ºQ) e fevereiro do ano seguinte (RDQA 3ºQ). Uma vez encaminhado, o Conselho Municipal de Saúde realiza uma avaliação do documento, fazendo recomendações à gestão caso julgue necessário.

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 871
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 47
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Conforme dados extraídos do portal SAGE, do Ministério da Saúde (https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento), posição de 06/03/2023, constata-se a seguinte situação em relação aos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior que deveriam ser entregues em 2022:

Quadro 49 – Situação dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior

Relatório	Situação
RDQA 3ºQ de 2021	Avaliado
RDQA 1ºQ de 2022	Avaliado
RDQA 2ºQ de 2022	Avaliado

Fonte: Portal SAGE, Ministério da Saúde (https://portalsage.saude.gov.br/painelInstrumentoPlanejamento).

Portanto, verifica-se que os RDQAs referentes ao 3ºQ de 2021, 1ºQ de 2022 e 2ºQ de 2022 foram encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde para avaliação.

10 REMESSAS DE INFORMAÇÕES

10.1 Tempestividade das Entregas

O Município deve enviar obrigatoriamente ao TCE/RS:

1. os Relatórios de Gestão Fiscal;
2. as Manifestações Conclusivas da Unidade Central de Controle Interno;
3. os Relatórios de Validação e Encaminhamento;
4. a Prestação de Contas Anual;
5. as normas municipais (via sistema BLM);
6. os contratos e licitações (via sistema LicitaCon),

nos prazos estabelecidos nas Resoluções TCE/RS n.º 1.134/2020, n.º 843/2009 e n.º 1.050/2015 e nas Instruções Normativas TCE/RS n.º 18/2021 e nº 13/2017.

Além dessas, a qualquer tempo o TCE/RS pode solicitar informações adicionais e complementares, nos termos do contido no § 2º do artigo 71 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e no § 1º do artigo 33 da Lei Estadual n.º 11.424/2000.

10.1.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)

Com base nos protocolos eletrônicos das entregas, conclui-se que:

- Os Relatórios de Gestão Fiscal **foram entregues** nos prazos estabelecidos na Resolução TCE/RS n.º 1.134/2020 (peça 4097461 e peça 4508384).
- As Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal **foram entregues** nos prazos estabelecidos na Resolução TCE/RS n.º 1.134/2020 (peça 4099229 e peça 4519851).

10.1.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)

Importa referir que, de acordo com o Ofício Circular DCF n.º 44/2021, o prazo de entrega do RVE do 11º mês de 2021 foi prorrogado para 07/01/2022. Portanto, a tempestividade

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 872
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 48
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

da entrega do mesmo está sendo verificada neste Relatório de Contas Anuais, exercício 2022.

Com base nos protocolos eletrônicos das entregas, conclui-se o que segue:

- Os Relatórios de Validação e Encaminhamento **foram entregues** dentro dos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020.

10.1.3 Prestação de Contas Anual

Em relação à documentação da prestação de contas referente ao exercício de 2021, com prazo de entrega em 2022, observa-se a seguinte situação:

- Os documentos da prestação de contas **foram entregues** dentro do prazo disposto no artigo 2º, inciso IV, da Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020, conforme protocolo eletrônico nº 446765.

10.1.4 Base de Legislação Municipal (Sistema BLM)

Com base nos protocolos eletrônicos das entregas, conclui-se que:

As remessas de normas à Base de Legislação Municipal do TCE/RS **não foram efetuadas**, desatendendo ao disposto na Instrução Normativa TCE/RS n.º 12/2009 que regulamenta a Resolução TCE/RS n.º 843/2009 (peça 5323750) .

Quadro 50 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
4º T/2021 (1)	10-01-22	07-01-22	0
1º T/2022	10-04-22	31-03-22	0
2º T/2022	10-07-22	08-07-22	0
3º T/2022	30-11-22	NÃO ENTREGUE	224

Nota: (1) Processo de Contas Anuais nº 1434-0200/21-9.

Este item integra o rol daqueles passíveis de ESCLARECIMENTOS por parte do Responsável.

10.1.5 Licitações e Contratos (Sistema LicitaCon)

Em relação a essas remessas, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

- As remessas de licitações e contratos ao Sistema de Licitações e Contratos do TCE-RS (LicitaCon) foram efetuadas **em desacordo** com a Resolução TCE-RS n.º 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS n.º 13/2017, tendo em vista o atraso no cadastramento dos eventos.

Quadro 51 – Informações das Entregas

Indicador	% Fora do Prazo	Atraso médio (dias)	Peça
Licitações	97,50	43,95	(peça 5323751)
Contratos	100	42,33	(peça 5323752)

Importante destacar que a referida irregularidade prejudica o monitoramento e as

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 873
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 49
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

auditorias concomitantes nas licitações e contratos do ente, inviabilizando as análises de editais e as ações de controle voltadas à prevenção de potenciais inconformidades.

Registra-se que essa irregularidade consta no Processo n.º 1434-0200/21-9 do exercício de 2021, pendente de julgamento.

Este item integra o rol daqueles passíveis de ESCLARECIMENTOS por parte do Responsável.

11 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

11.1 Publicação de Instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal e Audiências Públicas

É obrigatória, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, a publicação e a ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, dentre os quais estão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

Os prazos, formas e meios de publicação e divulgação desses relatórios encontram-se dispostos no Anexo I da Instrução Normativa TCE-RS n.º 18/2021.

Já as audiências públicas, mecanismos de transparência que propiciam ao cidadão o exercício da participação popular nos atos de governo, devem ser realizadas periodicamente pelo Poder Executivo visando a demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre. Conforme disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, essas audiências públicas devem ocorrer ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro.

11.1.1 Publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO

A publicação e divulgação do Relatório de Gestão Fiscal dos municípios deve ser realizada de acordo com o estabelecido no Anexo I da Instrução Normativa n.º 18/2021.

Quadro 52 – Prazos de Publicação do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Relatório	Base Legal	Prazos e meios de publicação com base no número de habitantes	
		+ 50.000 habitantes	- 50.000 habitantes
RGF (1)	Art. 55, § 2º, da Lei Federal n.º 101/2000	30 dias após final de cada quadrimestre	30 dias ao final de cada semestre
		Internet, jornal e mural	Internet e jornal ou mural
RREO	Art. 52 da Lei Federal n.º 101/2000	30 dias após o final de cada bimestre	
		Internet, jornal e mural	Internet e jornal ou mural

Nota:
(1) É facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar pela divulgação semestral, conforme o prescrito no artigo 63, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (peça [1] 4097460 e peça 4862217), conclui-se que:

(a) as publicações e as divulgações dos RGFs ocorreram nos prazos estabelecidos, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000;

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

(b) as publicações e as divulgações dos RREOs ocorreram nos prazos estabelecidos, em cumprimento ao disposto no art. 52 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Notas

1. As peças remetem aos Relatórios de Validação e Encaminhamento, 12º mês, do exercício sob análise neste relatório e do exercício anterior. O RVE do ano anterior encontra-se juntado ao Processo de Contas Anuais daquele exercício.

11.1.2 Realização de Audiências Públicas

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (item 5.1.3 do Relatório de Validação e Encaminhamento), a situação encontrada é a seguinte (peça 4862217):

Quadro 53 – Datas e Locais das Audiências Públicas

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias Atraso
3ºQ/21	28-02-22	23-02-22	Câmara Municipal de Vereadores	0
1ºQ/22	31-05-22	23-05-22	Câmara Municipal de Vereadores	0
2ºQ/22	30-09-22	26-09-22	Câmara Municipal de Vereadores	0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Com base nos dados, conclui-se que as audiências públicas foram realizadas nos prazos estabelecidos no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

11.2 Pesquisas Aplicadas

O direito de receber informações dos órgãos públicos e o princípio da publicidade estão inseridos nos artigos 5º, inciso XXXIII, e 37 da Constituição Federal. Trata-se de direito fundamental tanto sob a perspectiva formal, já que expressamente previsto no artigo 5º da Carta, quanto sob a ótica material, por fazer parte do conjunto de decisões fundamentais sobre a estrutura do estado e da sociedade (Nesse sentido: STF, RE 631104 AgR e RE 865401 RG).

Alinhada aos mandamentos constitucionais, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 estabelece o dever do poder público de disponibilizar e divulgar, inclusive em meio eletrônico de acesso público, suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais.

Mais especificamente, seus artigos 48 e 48-A apresentam o rol exemplificativo de instrumentos de transparência da gestão fiscal cuja disponibilização e divulgação são obrigatórias pelas entidades e órgãos públicos: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

Na mesma esteira, a Lei Federal n.º 12.527/2011 – a chamada Lei de Acesso à Informação – sedimenta regras importantes a exemplo da observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; da divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; da utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; do fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; do desenvolvimento do controle social da administração pública. A norma ainda disciplina a forma pela qual as informações devem ser disponibilizadas (p. ex. ativamente, na internet, ou sob demanda, em meio virtual ou físico) e o conteúdo mínimo a ser fornecido

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 875
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 51
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

(registro das competências e da estrutura organizacional das entidades e dos órgãos públicos, dos endereços e telefones das respectivas unidades, bem como dos horários de atendimento ao público; repasses ou as transferências de recursos financeiros e as informações sobre despesas e licitações, inclusive os editais, seus resultados e os respectivos contratos; dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras do governo, bem como as respostas às perguntas mais frequentes da sociedade, entre outros).

E mais: a Lei Federal n.º 12.527/2011 traz dispositivos que tipificam como conduta ilícita do agente público o não fornecimento, o retardamento deliberado ou o fornecimento intencionalmente incorreto de informações requeridas (art. 31, I).

Por fim, a Lei Federal n.º 13.460/2017 traz as atribuições e os deveres atinentes às ouvidorias públicas, prevendo a garantia da participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos. Por serem responsáveis, prioritariamente, pelo tratamento das reclamações e denúncias envolvendo irregularidades, desvios de conduta e falhas na prestação de serviços públicos, tornam-se importante instrumento do controle social.

Com base nesses parâmetros normativos, um levantamento nacional sobre transparência foi promovido pelo Sistema Tribunais de Contas [1] , em parceria com o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), no período de maio a novembro de 2022.

A pesquisa foi realizada pelas Unidades de Controle Interno de cada jurisdicionado junto aos seus portais e os resultados foram submetidos à validação, de forma amostral, pelos órgãos de Controle Externo, sendo obrigatória apenas para os portais que se enquadraram, na autoavaliação, nos níveis Prata, Ouro e Diamante. A metodologia na íntegra pode ser consultada no site do Radar Nacional de Transparência Pública (https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/atricon2/atricon2.html).

Os resultados da Pesquisa Radar para o município em exame serão apresentados nesta seção com o objetivo de proporcionar informação ao gestor quanto à adequação de seu portal às exigências normativas. Não visa, portanto, gerar indicativo de irregularidade, mas sim oferecer elementos que busquem estimular a transparência e aperfeiçoar a administração pública.

1. Sistema Tribunal de Contas: denominação usada nesta pesquisa para representar a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, os Tribunais de Contas brasileiros – TCs, o Instituto Rui Barbosa – IRB, o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, e a Associação Brasileira de Tribunais de Contas de Municípios – Abracom.

11.2.1 Pesquisa Radar Nacional de Transparência Pública

De acordo com os parâmetros da avaliação, cujos critérios adotados refletem as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente na parte alterada pela Lei de Transparência da Gestão Fiscal (Leis Complementares Federais n.º 101/2000, n.º 131/2009 e n.º 156/2016), a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n.º 12.527/2011) e a Lei das Ouvidorias (Lei Federal n.º 13.460/2017), o Poder Executivo de Três Forquilhas registrou índice de transparência de 23,05%, sendo seu portal classificado como Inicial.

Considerando o cenário virtual e contexto social dos últimos anos, a necessidade de eficiência e economicidade na gestão pública e a importância de se ter publicidade e transparência dos dados e registros públicos, os critérios vinculados ao artigo 8º, §4º, da LAI foram analisados para todos os municípios, independentemente do seu tamanho populacional. Essa análise se coaduna com o caráter pedagógico proposto na pesquisa, que busca estimular a transparência da administração pública, a fiscalização e o controle social.

Tendo em vista o índice de transparência inferior a 50% alcançado pelo Poder

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 876
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 52
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Executivo de Três Forquilhas, alerta-se o Gestor sobre a importância de fomentar a transparência mediante aprimoramento de seu portal eletrônico.

Mais informações sobre a metodologia da pesquisa pode ser encontrada no site oficial do 'Programa Nacional de Transparência Pública' (https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/atricon2/atricon2.html).

12 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

12.1 Aspectos Gerais

12.1.1 Legislação Aplicável

O sistema de controle interno deve avaliar o cumprimento de metas e resultados da gestão pública e apoiar o controle externo em sua missão institucional, nos termos do artigo 74 da Constituição Federal.

No Poder Executivo, esse sistema tem de exercer a fiscalização do município na forma da lei, conforme o disposto no artigo 31 da Constituição Federal, e sua estruturação e funcionamento devem atender às diretrizes estabelecidas na Resolução TCE-RS n.º 936/2012.

Ao TCE-RS compete avaliar a eficiência e eficácia dos sistemas de controle interno dos municípios jurisdicionados, de acordo com o § 5º do artigo 71 da Constituição Estadual.

12.2 Instituição, Estrutura e Execução do Controle Interno

12.2.1 Legislação Municipal

O sistema de controle interno do município de Três Forquilhas foi instituído pela Lei Municipal n.º 1.332/2013, de 26/06/13, alterada pela Lei n.º 1.488/2016, de 28/06/16, conforme informações prestadas na peça 4864147.

O exame dessa legislação evidencia que:

a) não existe previsão legal de que os órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, e o Poder Legislativo se submetem à fiscalização da UCCI (inciso I do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

b) não existe previsão legal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado (alínea "h" do inciso II do artigo 4º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

c) existe indicação legal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao TCE-RS das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, bem como o momento e a forma de adoção dessas providências, sob pena de sua responsabilização solidária, nos termos do disposto no artigo 74, § 1º, da Constituição Federal (alínea "d" do inciso II do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

d) não existe previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao TCE-RS, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário (inciso III do parágrafo único do artigo 6º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012).

Este item integra o rol daqueles passíveis de ESCLARECIMENTOS por parte do

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 877
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 53
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Responsável.

12.2.2 Composição da Unidade Central de Controle Interno

A composição da Unidade Central de Controle Interno do Município é a seguinte (peça 4864147):

Quadro 54 – Composição da Unidade de Controle Interno

Nome do Servidor	Formação do Servidor	Cargo Original	Função/Atribuição	Provimento
Maura Bobsin Aguiar	Ensino Médio Completo	Agente Administrativo Auxiliar	Controle Interno - Responsável	Efetivo
Elisangela Martins Percheron	Ensino Médio Completo	Agente Administrativo Auxiliar	Controle Interno - Membros	Efetivo
Simone Machado Rickrot	Ensino Médio Completo	Recepcionista	Controle Interno - Membros	Efetivo

Fonte: Dados do SISCAD.

A partir da análise dos dados apresentados no quadro anterior, pode-se concluir que os servidores:

a) exercem cargos de provimento efetivo;

b) **não desempenham suas atividades exclusivamente no controle interno**; e,

c) **não estão** lotados em cargos com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle.

Assim, verifica-se que a atual composição da unidade de Controle Interno contraria o disposto no artigo 5º da Resolução TCE/RS n. 936/2012.

Este item integra o rol daqueles passíveis de ESCLARECIMENTOS por parte do Responsável.

12.2.3 Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno

As informações prestadas pela UCCI (peça 4864147) indicam que:

a) o gestor adotou providências tendentes à correção das inconformidades apuradas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela unidade de controle; e

b) não houve verificação de infringência à legislação municipal.

12.2.4 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito

A unidade de controle interno **pronuncia-se de forma conclusiva** no parecer sobre as contas do Prefeito Municipal, opinando quanto à **regularidade** das contas (peça 5032781).

13 QUADRO-RESUMO

EXECUTIVO MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS - 2022
Perfil Municipal

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

População estimada	3.139
COREDE	Litoral
Associação de Municípios	AMLINORTE
Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 - R$ mil	R$ 57.843,97
PIB per capita	R$ 21.672,52

Gestão Orçamentária	
Resultado Orçamentário - R$ mil	Superavit orçamentário de R$ 4.414,43
Índice de Modificação Orçamentária	58,12%
Receitas Orçamentárias - R$ mil	Subestimada em R$ 8.892,58
Estimativa Receitas Orçamentárias 2023	Redução de 12,38% em comparação com 2022
Composição Receitas Orçamentárias Arrecadadas	95,69% de receitas correntes e 4,31% de receitas de capital
Receitas Correntes	Excesso de arrecadação de R$ 8.345.214,70
Estimativa Receitas Correntes 2023	Redução de 8,44% em comparação com 2022
Origem Receitas Correntes	Arrecadação própria 9,78% | Transferências 90,22%
Despesas Orçamentárias	Superestimada em R$ 2.968,36

Gestão Patrimonial	
Ativo	R$ 20.302.189,25
Passivo	R$ 5.539.754,79
Patrimônio Líquido	R$ 14.762.434,46

Gestão Fiscal				
RCL	R$ 21.681.578,25	Aumento de 9,84%		
Despesa com Pessoal	R$ 10.656.688,07	Aumento de 10,52%	**Apuração ano**	**Limite / RCL**
			49,15%	54%
DCL	R$ 0,00	-	0,00%	120%
Operações de Crédito - Internas e Externas	R$ 0,00	-	0,00%	16%
Operações de Crédito - Antecipação de Receita Orçamentária	R$ 0,00	-	0,00%	7%
Valores Restituíveis	Suficiência			
Equilíbrio Financeiro	-	Suficiência		

Gestão Previdenciária		
Regime de Previdência		RPPS-fundo
Certificado de Regularidade Previdenciária		Atendido
Tempestividade do envio do DRAA		Atendido
Resultado Atuarial	Critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial	Atendido Parcialmente (em busca do equilíbrio)
	Ativo Total	R$ 36.630.911,32
	Valor do Passivo Atuarial	R$ 67.042.174,71
	Resultado Atuarial sem plano de amortização	-R$ 30.411.263,39
	Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	R$ 30.583.147,36
	Resultado Atuarial após plano de amortização	R$ 171.883,97
Enquadramento de limites dos investimentos		Atendido

Índices Constitucionais		
MDE	28,68%	Mínimo: 25%
FUNDEB	95,66%	Mínimo: 70%
ASPS	19,45%	Mínimo: 15%

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Página 879
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 55
Peça 5323753
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02E12B0

Regra de Ouro	Atendida		
Educação			
Despesa empenhada na função Educação	R$ 5.535.023,02		
Saúde			
Despesa empenhada na função Saúde	R$ 6.013.157,98		
Remessas			
RGF	Atendimento dos Prazos		
MCI	Atendimento dos Prazos		
RVE	Atendimento dos Prazos		
Prestação de Contas	Atendimento dos Prazos		
BLM	Atendimento Parcial dos Prazos		
Licitacon	Não Atendimento dos Prazos		
Transparência e Acesso à Informação			
Pesquisa Radar Nacional de Transparência Pública	Índice	23,05%	
	Classificação / Selo	Inicial	
Publicação RGF	Atendimento dos Prazos		
Publicação RREO	Atendimento dos Prazos		
Audiências Públicas	Atendimento dos Prazos		
Sistema de Controle Interno			
Legislação Municipal		Atendido Parcialmente	
Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno		Atendido	

14 CONCLUSÃO

Diante das irregularidades verificadas no presente relatório, resume-se no quadro a seguir aquelas passíveis de serem esclarecidas pelo(s) gestor(es):

Cargo	Nome	Item de responsabilização
Prefeita	Loraci Klippel Melo Germann	3.2.1
		10.1.4
		10.1.5
		12.2.1
		12.2.2

Assinado digitalmente por: Marcelo Husek de Freitas em 30/07/23 e Rodrigo Antonio Azambuja da Cunha em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F1E1.DEC6.A078.8C56.29FA.

Senhor(a) Supervisor(a): Esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 31/07/2023.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

Assinado digitalmente por: Matheus Fachin Borges em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1BDD.9F59.0662.253F.87C8.

O processo está em condições de seguir seu trâmite.

Em 31/07/2023.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

Assinado digitalmente por: Mauro Eduardo de Souza Pinto em 31/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CDCD.731E.2B72.953F.C87E.

Página
882

Processo
01070-0200/22-0

Página da peça
1

Peça
5328845

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO
P02E2694

Processo:	001070-0200/22-0
Órgão:	PM DE TRÊS FORQUILHAS
Matéria:	Contas Anuais
Exercício:	2022

Nos termos da Resolução nº 1.028/2015, Regimento Interno deste Tribunal de Contas, artigo 12, inciso IV, determino a citação da Sra. Loraci Klippel Melo Germann, para que, no prazo improrrogável de 30 dias, preste esclarecimentos sobre o conteúdo das peças 5323753 - Relatório de Auditoria, juntando a documentação comprobatória que considerar pertinente.

Após a elaboração da Análise dos Esclarecimentos, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para emissão de Parecer, nos termos do artigo 36, Inciso II, do Regimento Interno desta Corte.

Assinado digitalmente pelo Relator.

Assinado digitalmente por: Leticia Ayres Ramos em 01/08/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4FF1.350F.FA35.E8AE.E77B.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001070-0200/22-0 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
- Relator: Cezar Miola
- Peça(s):
  - nº 5328845 - Despacho Interlocutório - Conclusões
    - CITAÇÃO
- Data de envio da comunicação: 01/08/2023
- Motivo: Citado - Apresentar Defesa/Esclarecimentos - prazo 30 dia(s)
  - Destinatário: **Loraci Klippel Melo Germann** (e-com nº 84803/289203)

Porto Alegre, 01 de Agosto de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 01/08/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9166.7B23.01B5.9491.CF9F.

Processo
01070-0200/22-0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001070-0200/22-0
Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Destinatário: Loraci Klippel Melo Germann
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Apresentar Defesa/Esclarecimentos
Prazo: 30 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 84803/289203, enviada a Loraci Klippel Melo Germann, em 01/08/2023, foi automaticamente consumada em:

11/08/2023 23:59:59

Porto Alegre, 14 de Agosto de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Página da peça
1

Peça
5355604

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO
P02E8F1B

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 14/08/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C3FB.DFC8.F473.A63B.A2FC.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCESSO Nº 1070-02.00/22-0
CONTAS ANUAIS - EXERCÍCIO DE 2022
EXECUTIVO MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS/RS

LORACI KLIPPEL MELO GERMANN, Administradora do Executivo Municipal de Três Forquilhas/RS, exercício de 2022, por seu procurador infra assinado, instrumento de mandato anexo, vem à presença de Vossa Excelência, dentro do prazo legal, apresentar os

ESCLARECIMENTOS

aos apontes constantes no Relatório de Auditoria do Processo de Contas Anuais da Chefe do Executivo Municipal, do Exercício de 2022, conforme prevê o inciso IV do artigo 12 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, na forma a seguir aduzida.

Em preliminar, cumpre seja registrado que a chefia do Poder Executivo do Município de Três Forquilhas/RS vem sendo executada na estrita observância dos princípios constitucionais atinentes à Administração Pública.

As ações governamentais são pautadas pela legalidade, pela legitimidade e pela economicidade, bem como em atendimento aos demais princípios constitucionais que regem a atuação da Gestora.

As finanças públicas do Município atendem imperiosamente as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange às despesas e às receitas e especialmente na aplicação dos percentuais constitucionais.

A gestão fiscal, que representa o cumprimento da Lei Complementar 101/00, igualmente atendeu aos preceitos legais, não havendo descumprimento de tão importante norma que prevê o equilíbrio das contas públicas.

Isto demonstra a execução de ações de governo planejadas e transparentes.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Aliados a tais misteres, cumpre sejam observadas as considerações abaixo suscitadas, na forma de composição e harmonização das decisões dessa Colenda Corte de Contas.

A razoabilidade, juntamente com a composição das dificuldades na atuação da Gestora e, ainda, harmonizando tais circunstâncias com as orientações dessa Corte, mas, principalmente, com as normas constitucionais, devem pautar o que ora se mostra à discussão.

Cabe destacar que esta Gestora Pública se esmerou em conduzir a Administração Municipal com o maior zelo possível em relação à todas e quaisquer determinações legais, norteando-se pelo que ditam os princípios fundamentais da boa Administração Pública.

RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

Importante destacar, modificado a cada ano, o formato de relatório de Contas Anuais, aplicado no presente exercício, também muito bem vindo, considerando sua sistematização e organização em um único documento e expediente, facilitando - em que pese o sumário continue a não apresente a numeração dos itens e as respectivas páginas - a verificação de toda uma infinidade de informações tanto produzidas pela Municipalidade quanto pela área técnica da Corte, que, certamente, otimizará os trabalhos, alcançando os princípios da eficiência, efetividade e justiça, com duração razoável do processo.

1. INTRODUÇÃO

Crê-se que algumas correções merecem ser efetuadas, em relação às considerações apuradas pela área técnica, em nota introdutória, deste novo modelo de fiscalização das denominadas *"contas de desempenho ou de resultados"*, que, na visão do Supremo Tribunal Federal, *"... objetivam demonstrar o cumprimento do orçamento, dos planos e programas de governo ..."*, conforme ementa encontrada no acórdão proferido no RE 848826/CE.

E veja que as análises instrutivas, como, por exemplo, a contida no Processo nº 645-02.00/21-2, insistem em buscar justificar a utilização de expressões equivocadas, que não comportam juridicidade.

Há, naqueles autos, a alegação de que a expressão "julgamento político-administrativo" está inserida no contexto do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 729.744/MG, que, em verdade, apenas referiu o processo administrativo e político que é realizado entre o Órgão auxiliar do Poder Legislativo, e este. Nunca, quanto ao conteúdo do julgamento, que pode ser, sim, técnico, no âmbito do Poder competente.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

A Constituição Federal não faz distinção ou limita a competência dos Poderes Legislativos, quanto ao exame das contas dos Prefeitos, em técnico ou político-administrativo.

Segue equivocada, e não encontra lastro constitucional, a alegação de que o Poder Legislativo local exerce julgamento meramente político-administrativo.

Se assim fosse, sequer haveria a necessidade de estipulação constitucional, de auxílio àquele Poder, pelo Tribunal de Contas, mediante peça de ciência técnica, quanto aos atos denominados, pela auditoria, de macrogestão governamental e respectivo desempenho.

O desempenho, se o Poder Executivo é examinado sob o aspecto político-administrativo, diferenciando-o daquele técnico, que, segundo a auditoria, é exercido pelo Tribunal de Contas, não necessitaria de um parecer prévio, vez que o respectivo julgamento prescindiria de averiguação da pertinência constitucional, legal ou principiológica do exercício governamental.

Contudo, em auxílio à competência constitucional do Poder Legislativo, a Constituição Federal determina que o julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo, se dará mediante parecer prévio, que detém conteúdo técnico, informando quais atos e fatos foram ou não atendidos, dentro dos aspectos estabelecidos pelas normas em vigor.

Desse modo, a distinção entre competência político-administrativa e técnica não atende aos comandos constitucionais, inexistindo essa repartição.

Certo e inequívoco é, que a Constituição Federal fixou competência exclusiva ao Poder Legislativo para julgar anualmente as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo local, conforme dispõe o inciso IX do seu artigo 49, combinado com a parte inicial do inciso I do seu artigo 71, aplicável, por simetria, aos Prefeitos Municipais, sem distinção de critérios ou finalidades.

2. GESTORES RESPONSÁVEIS

Registre-se que HOJE, ou seja, quando já publicada a Lei federal nº 13.655/2018, há mais de quatro anos, a qual trata especificamente sobre a segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, indispensável, agora, que se analisem especificamente as questões pontuais que retratam a absoluta falta de responsabilidade da Gestora principal, porque não deu causa a eventuais irregularidades suscitadas.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

E, em tal Lei, que acrescentou vários artigos à Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, foi assentado no novel artigo 20 que tanto *"nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão"*.

Veja-se que hoje NÃO SE PODE DECIDIR COM BASE EM VALORES JURÍDICOS ABSTRATOS SEM QUE SEJAM CONSIDERADAS AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA DECISÃO!

Ainda, o parágrafo único do artigo 20 ressalta que *"a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive em face das possíveis alternativas"*.

Ora, o que se roga é que esta Gestora NÃO seja julgado mediante a mera utilização da responsabilidade OBJETIVA, sem que haja prova de sua culpa grave ou dolo.

Isto porque a Lei federal nº 13.655/18, neste momento deva ser ressaltada e utilizada, mormente porque o artigo 22 da LINDB assim determina:

> Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
> § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
> § 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
> § 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

Os vetores legais para a aplicação das sanções e responsabilização de Gestores Públicos, após a edição da Lei Federal nº 13.655/2018, passaram a ser, obrigatoriamente, os seguintes:

> a) os obstáculos e as dificuldades reais do gestor;
> b) as exigências das políticas públicas;
> c) circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente;
> d) natureza e a gravidade da infração cometida;

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

e) os danos que dela provierem para a administração pública;
f) as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente e,
g) consideração das sanções aplicadas ao agente quando da dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato em outras esferas.

Isto há muito vem sendo discutido no TCE/RS, sem êxito, e, agora, mais ainda, com a edição da Lei federal nº 13.655/2018, que afasta sobremaneira o aspecto objetivo/pessoal, conduzido pelo seu regimento interno, tornando este em desconformidade tanto com a Constituição Federal quanto em relação à legislação infraconstitucional, a partir da LINDB.

Não se cogita, atualmente, da possibilidade de penalização ou eventuais sancionamentos, sem que se vislumbre a culpa grave do responsável. A responsabilidade dos agentes que gerem recursos públicos, apurada, deve ser subjetiva.

Não cabe mais, à vista do variado e disponível ferramental utilizado pelo controle externo a mera configuração da responsabilidade objetiva, que, atualmente, vem se prestando a injustiças.

As condutas supostamente praticadas pelos Gestores, e que ora se inserem dentro do âmbito geral da responsabilidade objetiva, devem ser melhor aprofundadas, eis que há total possibilidade de serem melhor explicitadas, haja vista que todos os atos administrativos tem como princípio e regra a publicidade, a transparência e a competência.

E, caso não haja o devido afastamento das questões suscitadas pela Gestora, fundamentadamente, haverá afronta ao disposto no inciso IV do § 1º do artigo 489 do CPC.

Assim, considerando a inafastável responsabilidade subjetiva, no caso em apreço, a conduta que vem sendo expressada, negligente, por dever de eleição ou vigília, não prospera.

A própria norma contida no artigo 28, da LINDB, com a redação dada pela Lei federal nº 13.655/2018 diz que *"O **agente público** **responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas** em caso de dolo ou erro grosseiro"*.

E vejam que a área instrutiva, novamente, deixa de ler, juridicamente, o disposto naquele dispositivo legal, quando, por exemplo, nos autos do Processo nº 645-02.00/21-2, que repete outros vários, aduz, desavisadamente, que referido dispositivo *"... mantém a responsabilidade pessoal por ato de gestão"*, o que, vênia, resulta em interpretação equivocada, que a norma não contempla essa abrangência e impessoalidade, mas, inequivocamente, refere que as decisões e opiniões técnicas dos agentes públicos são pessoais de cada um daqueles que praticam os respectivos atos administrativos, por competência ou atribuição legal.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Logo, indevida a busca generalizada de responsabilidade pessoal da Gestora principal, por ato de gestão, sem que se defina o agente público competente, que irá responder por sua decisão ou opinião técnica.

Consequentemente, qualquer tese que considere erro grosseiro, por exemplo, na conduta abaixo de uma linha de homem médio parece lançar desprestígio, como sói ocorrer, à inovação do ordenamento jurídico, reputando inútil, na lei, tal expressão, bem como desconsiderando doutrina sólida quanto a tal conceito jurídico indeterminado, que trata a expressão como espécie de culpa grave.

Não é outro o entendimento sufragado em Nota Técnica do próprio TCE/RS, de nº 01/2018, da Consultoria Técnica:

> *Tem-se então que a menção a erro grosseiro no âmbito do art. 28 não possui uma conotação reducionista, mas sim o sentido de culpa grave.*

Ora, aqui não há a mínima condição de alegar que cumpriria conduta diversa deste "administrador médio", cauteloso e diligente que vem se avocando para, em quaisquer casos, dizer reprováveis as práticas retratadas pela auditoria da Corte.

O erro grosseiro remete a conduta praticada com desleixo, incúria, desprezo à coisa pública, não se coadunando com a vinculação de sua culpa *in vigilando* ou *in elegendo*.

A falta de uniformidade de tratamento, fazendo incidir posicionamentos que não se coadunam com os casos examinados, traz insegurança jurídica, e, por vezes, a defesa se mostra mais contundente, sobre o ponto de vista da auditoria, buscando que se extirpe da jurisprudência da Corte os pontuais entendimentos que se afastam dos fatos tratados concretamente, como no presente expediente.

Não se cogita, atualmente, da possibilidade de penalização sem que se vislumbre a culpa grave do responsável. A responsabilidade dos agentes que gerem recursos públicos, apurada, deve ser subjetiva, também, neste novo formato de apuração de contas anuais.

E mesmo diante do disposto no artigo 139, do RITCE/RS, há, atualmente, norma legal estabelecendo a necessidade de verificação da responsabilidade de agente público, à luz do artigo 28, da LINDB.

Cumpre salientar que o Município enquadra-se dentre aqueles tidos como de pequeno porte, onde seus gestores estão obrigados a enfrentar as limitações financeiras, estruturais e de seus quadros de pessoal, para atender os anseios da população e necessidades locais.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5412906

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO
P02F6EF1

As auditorias realizadas devem manter o **caráter informativo e educativo** na busca comum de correção de falhas, e punitivo somente em casos extremos.

É nítida e notória a evolução constante e gradativa da Gestão Municipal, fruto da qualificação de seus servidores, da atuação da Corte de Contas e do aprendizado diário de todos.

Registra-se que, data máxima vênia, tratam-se de **questões mínimas**, que não causaram quaisquer prejuízos ao erário municipal.

Assim, também neste expediente de Contas Anuais, em que se busca auxiliar o Poder Legislativo local, competente, constitucionalmente, para julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo, há que se sopesar a competência para a edição e execução dos atos e dos fatos administrativos, de que resultaram as críticas abaixo discutidas, pontualmente, pugnando, pois, desde já, a expedição de parecer prévio favorável à aprovação da gestão da ora Esclarecente.

DA IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE PENALIDADE PECUNIÁRIA

Não se desconhece o "momento" por que passou a Corte, quanto às alterações processuais, redefinindo, apenas a um expediente, o exame das contas dos Administradores, denominando-a, a partir de 2020, de "Contas Anuais do Chefe do Executivo".

Como salientado em diversos pronunciamentos Plenários, as Contas Anuais visam substituir as Contas de Governo, aplicando simetria e uniformidade entre a emissão de parecer prévio às contas do Governador do Estado e aos Prefeitos Municipais.

Logo, se, "literalmente", a Súmula TCE/RS nº 23, não refere "Contas Anuais", a finalidade dessa alteração era, evidentemente, a de substituir as "Contas de Governo", registrada naquele entendimento vinculante.

Trata-se, pois, de aplicar o princípio da finalidade da súmula, consabido que, nunca, em nenhum processo de Contas de Governo, de Governador do Estado, a Corte buscou sancionar os então Gestores estaduais.

O bem comum, que é perseguido pelo princípio da finalidade, tem, como conceito, no presente caso, sentido do que pode ser aproveitado ou utilizado por todas as pessoas.

No caso, uniformizando o tratamento adotado aos Governadores do Estado, em expedientes de Contas de Governo, agora, em Contas Anuais, segue-se a lógica e a finalidade da Súmula TCE/RS nº 23, estendendo, a este expediente, a aludida proibição sancionatória.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

E, ainda, remetendo-se ao que discutido em sessão de julgamento, junto ao Processo nº 603-02.00/20-1: por que, também, não se sanciona Administradores, em Contas Anuais?

Evidente!

O próprio excerto, extraído do conteúdo da sessão de julgamento daquele expediente, ocorrida no dia 24 de maio de 2022, , responde a tal questionamento:

> ***Conselheira-Relatora, Heloisa Piccinini****: "Eu apenas gostaria, Senhor Presidente, em homenagem à colega que aqui substitui o Conselheiro Estilac, dizer que o presente processo trata do exercício de 2020 e, portanto,* ***este processo refoge à novel matriz de responsabilidade instituída neste Tribunal de Contas****, ou seja,* ***aqui não há****, a latere deste processo que estamos julgando, àquelas medidas em contas paralelas para* ***AFERIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS EVENTUALMENTE IMPLICADOS DIRETAMENTE NOS ATOS QUE SE EXAMINAM NESTE PROCESSO****. Portanto,* ***esses processos de 2020, em função de serem processos que estão em um período temporal de transição, são processos que, ao meu ver, devem ser julgados com excepcionalidade*** *e, por isso, o meu voto no sentido da aplicação de multa aos Administradores. Lembro igualmente que quando o Supremo Tribunal Federal declara que a competência para o julgamento das contas dos Senhores Prefeitos passa a ser do Legislativo, ou foi sempre do Legislativo, e aí o Supremo declara que cabe aos Poderes Legislativos o julgamento dessas contas,* ***em nenhum momento, o Supremo Tribunal retira o poder sancionador das Cortes de Contas****. Portanto, remanesce a possibilidade do Tribunal sancionar aqueles Administradores que violam normas de administração financeira, orçamentária, de gestão contábil, enfim. Eu gostaria de lembrar que, na esfera controladora onde atuamos, não só não é aplicável o princípio da inércia da jurisdição, ou seja, o julgador pode e deve impulsionar o processo e tomar de ofício todas as medidas com vistas a salvaguardar o interesse público, como é terminantemente proibido ao órgão controlador se omitir na sua jurisdição, e eu penso que dizer que não temos possibilidade de multar é, em outras palavras, nos omitirmos desta competência que temos, e que, como disse, em nenhum momento o Supremo Tribunal Federal nos alijou. De outra banda, também entendo que desde o advento do Código de Processo Civil de 2015, devemos ter sempre um olhar para uma prestação jurisdicional, e aqui no caso do Tribunal de Contas, judicialiforme, na boa expressão de Pontes de Miranda, para uma prestação jurisdicional satisfativa, e não consigo imaginar que todo o trabalho dos Auditores, todo o trabalho efetuado nesses processos termine, culmine pela ausência de quem é responsável por atos que foram violadores de normas de administração financeira e orçamentária e que ficam sem os respectivos responsáveis. Daí porque*

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

multar nas Contas Anuais, especificamente aqui, no que diz ao exercício de 2020, como disse, ao qual não se aplica a novel matriz de responsabilidade instituída por este Tribunal de Contas."

Simples: por que há outros responsáveis eventualmente implicados diretamente nos atos que foram examinados nestes autos!

Se, eventualmente, o trabalho produzido, de esforço, bem aquilatado, consoante exposto em relatório, não buscou identificar os agentes públicos responsáveis por cada um ato criticado ou impugnado, em qual norma reside a extensão dessa responsabilidade à Gestora principal?

Há, pelo que se depreende do exposto na decisão acima mencionada, o esforço teórico, hercúleo, de buscar estender o disposto no artigo 28, da LINDB, à Gestora principal, se, este, não adota as medidas de regularização, ao argumento de dever, onipresença e omissão.

Ora, mas e se há entendimento, contrário ao que propalado pela auditoria, de que os atos criticados não são inconformes ou irregulares? E o contraditório e a ampla defesa, AMPLAMENTE, assegurados constitucionalmente?

O que se busca, pelo que se dessume do conteúdo do julgado acima mencionado, é uma submissão a um entendimento da auditoria, de que há inconformidade em um ato, e que essa discordância se constitui em uma afronta à Constituição Federal ou à legislação infraconstitucional, caso não ocorra, imediatamente, o seu saneamento.

Novamente.

Essa postura afronta a Constituição Federal, mais precisamente, o disposto no inciso LV do seu artigo 5º.

E, vênia, o argumento de que a oportunização de prazo para defesa, atende a tal comando constitucional, é mínimo e não atende aquela norma, que mantém sentido e finalidade bem mais amplo que o desejado por aquele que se utilizam dessa tese desarrazoada.

Os Gestores municipais não se submetem à auditoria. Este é um equívoco, novo, que está reproduzido no RITCE/RS, quando cria a figura dos "comunicados de auditoria", extraindo, inclusive, do Julgador, a angularização processual, e, consequentemente, a presidência do processo.

Já se considerou o fato de que não é mais o Julgador que angulariza a relação processual?

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Aliás, esta é uma crítica antiga, pois o Relator, ciente das críticas produzidas pela auditoria, havendo ciência de que, em alguns casos, já há, pacificamente, precedente em sentido contrário, imediatamente, cumpriria a exclusão, de ofício, daquela matéria já solvida, na Corte.

Como se chama este proceder, do Julgador?

Saneamento processual.

Se uma decisão mantém o entendimento de que, na Corte, há jurisdição, denominando-a de "judicialiforme", então, que se revista, esse processo, das formalidades processuais vigentes, como, igualmente, faz o processo civil, também citado em sessão de julgamento.

Não há como retalhar o processo, utilizando, apenas, o que lhe convém.

A submissão, que a decisão acima referida ressalta como exigível, apenas ocorrerá com uma decisão definitiva, do colegiado competente, a partir do seu trânsito em julgado. Isto é definitivo e absoluto, e não pode ser modificado. E se chama coisa julgada, mesmo administrativa.

De outra banda, não se concebe haja a alegada "transição" de uma "matriz de responsabilidades", na Corte, vez que nenhuma norma autorizou haja, excepcional ou temporariamente, a inobservância à legislação em vigor.

O artigo 28, da LINDB, é claro e inequívoco, remetendo à decisão controladora estabelecer qual agente público é responsável pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas, nos casos de erro grosseiro ou dolo.

A linha tênue, que vem sendo traçada, quanto ao conceito de erro grosseiro, para ultrapassá-la e buscar estender essa identificação à Gestora principal, é o que motivou a decisão antes referida, agarrando-se em teses de dever de eleição ou de vigília, e, ainda, de melhor, mais austero ou probo gestor.

As excludentes de culpabilidade são principiológicas e legais, como, reiteradamente, vem sendo apresentado à Corte, para deliberação.

A Gestora faz, sim, prova das aludidas excludentes. E estão, como dizem, em longo arrazoado, acima; desconsiderado, porque, talvez, não lido; e que, se lido, muito se aprenderia acerca da condução das normas, à luz da verdade material.

E, renovada vênia, mas a questão travada em sessão de julgamento, acima mencionada, ao consignar que o STF vem alijando as Cortes de Contas, de prerrogativas e competências, é visão, talvez, a menos democrática e antijurídica, a ser vislumbrada.

O Estado é uno, e não feudal.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Se uma competência deve ser exercida, e não é incumbência do Tribunal de Contas, cumpre a sua remessa ao Ente, Poder ou Órgão competente, para o exercitá-la.

E não adotar uma teoria, que, muitas vezes, de esforço hercúleo, e, em algumas hipóteses, sem base jurídica ou normativa, visando suplantar um dos elementos mais importantes do ato administrativo, que é a competência.

A mais relevante base de sustentação para a perseguição do interesse público é a unidade das instituições, constitucionalmente criadas, para o exercício do Estado Democrático de Direito.

E isto não é discurso. É a realidade.

Se todos os demais Órgãos incumbidos de controle, separadamente, dentro de suas competências, as exercessem, ordinária e organizadamente, o STF não necessitaria exercer a sua competência, de dizer o que é a Constituição Federal, e, assim, reorganizá-las.

A tradição não é o meio no qual um Órgão exerce alguma "competência".

Se, até o presente momento, não havia a discussão acerca da competência para aplicação de multas, pelo Tribunal de Contas, ainda assim, isto não resulta em sua absorção, avocação ou convalidação.

E se há norma estadual, definindo a possibilidade de o TCE/RS aplicar sanções pecuniárias, também isto, não significa que há regularidade constitucional.

Apenas porque ainda não houve suscitada eventual inconstitucionalidade, não traduz que a regra legal é constitucional, quanto à respectiva competência.

E, sim, o STF já disse, antes mesmo da prolação da decisão acima noticiada, que, no caso, descabe a aplicação do disposto no inciso VII do artigo 71 da Constituição Federal, pois o núcleo daquela norma não cabe nestes autos, vez que não se declara ilegal despesa ou irregulares, as contas.

Aliás, a visão genérica, que também a Corte dá, ao aludido dispositivo constitucional, insistindo nessa tese, foi objeto de aplicação de multa ao Estado do Rio Grande do Sul, consoante se vê do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 1203926/RS:

> *Isso posto, nego provimento ao agravo regimental e, ante a manifesta improcedência do recurso, aplico multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4°, do CPC).*

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Neste Recurso Extraordinário, que tomou o nº 1.203926/RS, o STF entende que descabe a competência sancionatória dos Tribunais de Contas, julgado proferido em abril de 2020.

Logo, não se trata de alijamento, mas reorganização de competências constitucionais, firmada pelo Tribunal constitucionalmente competente, para tanto, buscando, talvez, o melhor e mais constitucionalmente desenhado, Estado Democrático de Direito, a partir do exercício, por cada um Ente, Poder e/ou Órgão, constitucionalmente constituído, mais justo e efetivo, sem qualquer discussão a esse respeito.

Talvez, seja melhor - e mais efetiva -, uma visão simples, dessa matéria, à luz de uma reorganização que vem sendo traçada, quanto às competências constitucionais.

Vejam que, atualmente, a Corte não vem mais impondo penalidades pecuniárias, em nenhum expediente, consoante se vê do julgado no Processo nº 20047-02.00/18-1, recurso de Embargos da decisão proferida no expediente de Contas de Gestão do exercício de 2013, do Executivo Municipal de Bento Gonçalves/RS, que, por ter resultado de julgamento em sessão do dia 27 de julho de 2022, tudo de conformidade com o posicionamento do STF, no RE 1.203926.

Mas vejamos um a um dos itens que restaram, erroneamente, considerados para a produção do relatório em comento.

3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
3.2. Créditos Orçamentários
3.2.1. Índice de Modificação Orçamentária

Primeiramente, cumpre registrar que, até o presente momento, nenhum "descompasso expressivo" foi questionado, quanto à abertura de créditos adicionais - suplementares ou especiais -, por nenhum órgão de controle.

Ademais, sem a classificação da natureza da despesa a ser suplementada com o crédito autorizado excepcionalmente, não há como ter certeza se o percentual que excedeu o limite de 10% de créditos suplementares está classificado no artigo 8º da Lei Municipal nº 1.850/2021, ou, então, classificado, esse excedente, na exceção contida no seu artigo 9º.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

10. REMESSAS DE INFORMAÇÕES
10.1. Tempestividade das Entregas
10.1.4. Base de Legislação Municipal (Sistema BLM)
10.1.5. Licitações e Contratos (Sistema LicitaCon)

Imperativa uma discussão, acerca da pertinência do aponte relativo à BLM e da sua extensão à responsabilidade do Gestor principal.

Isto é pertinente que se rediscuta, uma vez que esta situação vem sendo, agora, inserida em expedientes de Contas Anuais do Chefe do Executivo.

E, vênia, não parece coadunar-se com o objeto destas Contas Anuais, consoante se verifica do disposto no artigo 71 e seguintes, do RITCE/RS.

Claro, haverá quem possa alegar que tal matéria estar diretamente autorizado pela parte final do artigo 71, do RITCE/RS, tratando-se de situação regulamentada em resolução própria (Resolução TCE/RS nº 843/2009).

Mas tal matéria está, evidentemente, desconectada do núcleo central deste expediente de Contas Anuais, que, se for tratado igualmente às Contas Anuais do Governador do Estado, como ressaltado em discurso, quando da edição das alterações do RITCE/RS.

Isto porque uma peculiaridade extrai, no caso, a responsabilidade do Gestor, face à alegação de atrasos nas remessas, uma vez que a Resolução TCE/RS nº 843/2009 já define, em seu artigo 3º, quem as faz, mediante designação.

Também não se desconhece o disposto no artigo 2º, da Resolução TCE/RS nº 843/2009.

Contudo, é, ele, agora, vigente, face ao disposto no artigo 28, da LINDB?

Atrasadas as remessas à BLM, por responsável designado e credenciado junto ao Tribunal de Contas, desveste-se o contido no artigo 28, da LINDB, e se passa a tratar diante da norma, dita especial, da Corte?

Neste aspecto, portanto, se nos parece equivocada a inclusão de item que não está relacionado à competência do Gestor principal, e, consequentemente, à sua responsabilidade.

Ademais, cumpre seja esclarecido por que, nestes autos, a essa crítica, são necessários esclarecimentos, tendo sido considerada inconformidade.

E nos autos do Processo nº 9-02.00/22-5, idêntica crítica - atraso na remessa da BLM - não comprometeu a análise das contas.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Onde, nestes autos, os atrasos verificados, comprometeram a análise destas contas anuais?

Outra questão decorrente da alegação recorrente da área instrutiva (veja-se o Processo 645-02.00/21-2) reside no fato de que inexiste ilegalidade ou irregularidade em eventual intempestividade na remessa de informações ao controle externo.

A fixação de prazo para remessa de informações e documentos ao LicitaCon, de maneira nenhuma, poderia ser considerada uma conduta administrativa contrária ao ordenamento jurídico, vez que o Município publica, regularmente, seus editais de licitação e contratos.

Menos, ainda, poderia ser tratado como de responsabilidade pessoal do Gestor principal, pois a Corte sabe que há agente público responsável pelos respectivos encaminhamentos.

Vejam que, nos autos do Processo nº 1538-02.00/21-8, verificaram-se atrasos na remessa de informações ao LicitaCon, que é da Corte, e, ainda assim, a "irregularidade" assim não foi considerada.

Inúmeras decisões já proferidas ignoram as defesas técnicas apresentadas, suplicando para que atentem a maior tecnicidade e juridicidade no exame das matérias suscitadas pela área técnica da Corte, limitando-se ao argumento de que houve reconhecimento, no caso, do atraso na remessa de informações e documentos ao sistema criado sem lei que estabelecesse sanção por falta de inobservância a prazos estabelecidos em resolução interna da Corte, deve ser revisada.

Nunca é excessivo lembrar o recente posicionamento do Tribunal de Justiça quanto à necessidade de lei em sentido estrito para dar execução àquelas normativas internas e suas diretrizes que, normalmente, são objeto de fundamentação, pela auditoria, também aplicável no presente caso (Mandado de Segurança nº 70077675031):

> *De sinalar, ainda, que o Relator, monocraticamente, proferiu decisão liminar alegadamente amparada na Resolução nº 932/2012-TCE. (...)*
>
> *Ocorre que tal disposição, apesar de reprisada no Regimento Interno, art. 12, inciso XI, não está prevista na Lei Orgânica do TCE, nº 11.424/00, que limita a competência do Tribunal de Contas, (...)*

Nesse aspecto, a indicação expressa de que haverá ressalvas à emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas do Administrador, tem o mesmo sentido de afirmar que há irregularidades promovidas pelo mesmo, pois o julgamento, na Corte, é pessoal, do Gestor principal.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Qual o sentido e a finalidade, então, na alteração regimental, estabelecendo, agora, três "tipos" de parecer prévio, consoante se verifica do disposto no artigo 75, do RITCE/RS, se não o de, pelo menos, minimamente, conflagrar discussão ao Poder competente para julgar as contas dos Prefeitos?

Ou então, quanto à alteração promovida na Resolução TCE/RS nº 1.009/2014, pela Resolução TCE/RS nº 1.142/2021, um sem fim de atos e fatos reputados irregulares, para fins de aprovação, com ressalvas ou não, ou de desaprovação, das contas dos Gestores principais municipais?

Evidente. Sancioná-los, de algum modo, ao menos, minimamente, seja na Corte, seja pelo Poder competente, indicando irregularidades.

A própria área instrutiva da Corte, por exemplo nos autos do Processo nº 1487-02.00/21-6, constata qual a finalidade sancionatória do conteúdo do parecer prévio expedido:

> *Por fim, o processo de contas anuais, em sua atual configuração, constitui uma das funções precípuas dos Tribunais de Contas, apresentando um panorama técnico consultivo das contas do respectivo exercício que resulta em um parecer prévio destinado a subsidiar o poder legislativo, a quem caberá o efetivo julgamento político das contas dos gestores municipais.*

Contudo, mesmo entendendo de conteúdo técnico, deixa de tratar acerca da responsabilidade dos agentes públicos, à luz do teor do artigo 28, da LINDB, voltando à discussão anterior, que, certamente, se não corrigida, continuará em debate, qual seja, da busca da responsabilização objetiva, dita pessoal, pelo atual RITCE/RS.

Mesmo tendo, aquela área instrutiva, salientado que a LINDB seria considerada, quando da conclusão pela decisão controladora:

> *Registra-se ainda que, caso necessário, certamente os julgadores do presente Processo de Contas Anuais, ao apresentarem os seus votos, irão considerar o disposto na LINDB, assim como os demais normativos jurídicos aplicados à matéria.*

Vejam que seguiu, àqueles esclarecimentos prestados, manifestação acerca dos atrasos nas remessas de licitações e contratos, junto ao LicitaCon.

E em momento algum, nem inicialmente, a partir do relatório produzido, nem pela análise instrutiva, houve a tentativa de examinar os atos e fatos da gestão, à luz da responsabilidade dos agentes públicos, nos termos da LINDB:

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

> *Nesse contexto, é descabida a tentativa do gestor de se desincumbir da responsabilidade de gerir as rotinas administrativas do ente, sendo o administrador máximo do órgão o responsável – pelo menos em um primeiro momento – perante esta Corte de Contas.*

Nunca, o Gestor, "tenta desincumbir-se de suas responsabilidades".

Trata-se de premissa que merece revisão, pois desatualizada, e, até mesmo, errônea, pois subjetiva, afrontando a razoabilidade e a proporcionalidade, considerando o mínimo de apontamentos, sem gravidade.

Aliás, o Gestor não responde a inconformidades suscitadas, que não estão lastreadas pelo contido na LINDB, que exige, do órgão de controle, exame dos atos e fatos de uma gestão, à vista da COMPETÊNCIA.

E vênia, mas as ressalvas, porventura, mantidas em um parecer prévio, sem que, para tanto, sejam, os atos e fatos suscitados, esmiuçadamente estabelecidos à responsabilidade, inequivocamente, do Gestor principal, podem, sim, resultar em gravosa repercussão a este, pois a Corte não "julga" Prefeitos, consoante exposto em recentes julgados do STF, bastante conhecidos dos nobres Julgadores.

Simplesmente alegar que as ocorrências narradas violam normas de administração financeira e orçamentária, é dizer, genericamente, que todo e qualquer ato ou fato financeiro e orçamentário são praticados por um único agente público, adição que afronta, evidentemente, o disposto no artigo 28 da LINDB.

Aliás, a LINDB é direcionada, inequivocamente, à decisão controladora, muito embora alguns de seus termos são aplicáveis e de necessária observância, também, pela auditoria, que os ignora, recorrentemente.

E a LINDB não separa atos e fatos prejudiciais financeiramente ao erário, de outros que, como refere a decisão recorrida, violadores de normas de administração financeira, orçamentária ou de gestão.

Por que, então, para cada ato ou fato suscitado pela área técnica da Corte, a decisão recorrida não aplicou a LINDB?

Diz o artigo 28, da LINDB:

> O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Não há dúvida interpretativa, quanto à aplicação do aludido dispositivo.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Para todo ato ou fato administrativos, há que se buscar o agente público competente por aquele (ato), ou responsável por este (fato).

Se assim não ocorrer, então retornemos ao estado anterior, deduzindo-se como único e exclusivo responsável por atos ou fatos da sua gestão, o Administrador principal.

Retrocesso que, vênia, a norma em vigor, acima mencionada, veda à Corte.

Aliás, novamente, de salientar que a quase integralidade das regras contidas na LINDB são voltadas à decisão controladora.

E a LINDB tem como sua principal finalidade estabelecer um norte às demais normas editadas.

Não há como emprestar validade e eficácia, por exemplo, ao artigo 139, do RITCE/RS, em sua atual redação, se não estiver intimamente relacionado ao disposto no artigo 28, da LINDB.

E vejam que se mostra incongruente o precedente do TCU, colacionado pela decisão recorrida, quanto ao ônus da prova, em relação ao que contém o artigo 28, da LINDB, pois, no caso, incontroverso e consabido que a quase totalidade dos atos e fatos administrativos, ora debatidos, são de responsabilidade de terceiros, descabendo exigir conduta diversa, do Gestor, como, por exemplo, deveres de eleição ou vigília permanente e onipresença deste, em tudo quanto se faz, administrativamente.

Presente que há normas, leis e regulamentos, estabelecendo competências, que não podem ser minimizadas, ao argumento de que incumbe ao Administrador demonstrar a quem compete o que, dentro da Administração.

A Corte conhece aqueles agentes públicos cadastrados no LicitaCon!

Considerando, pois, que a decisão recorrida, adotando premissa distinta, equivocada, quanto ao teor da LINDB, cumpre mais uma vez registrar que HOJE, ou seja, quando já publicada a Lei Federal nº 13.655/2018, há mais de quatro anos, a qual trata especificamente a sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, indispensável, agora, que se analisem especificamente as questões pontuais que retratam a absoluta falta de responsabilidade do Gestor principal, porque não deu causa a eventuais irregularidades suscitadas.

E, em tal Lei, que acrescentou vários artigos à Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, foi assentado no novel artigo 20 que tanto *"nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão"*.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Veja-se que hoje NÃO SE PODE DECIDIR COM BASE EM VALORES JURÍDICOS ABSTRATOS SEM QUE SEJAM CONSIDERADAS AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA DECISÃO!

Ainda, o parágrafo único do artigo 20 ressalta que *"a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive em face das possíveis alternativas"*.

Ora, o que se roga é que este Gestor NÃO seja, novamente, julgado mediante a mera utilização da responsabilidade OBJETIVA, sem que haja prova de sua culpa grave ou dolo.

Isto porque a Lei federal nº 13.655/18, neste momento deva ser ressaltada e utilizada, mormente porque o artigo 22 da LINDB assim determina:

> Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
> § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
> § 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
> § 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

Os vetores legais para a aplicação das sanções e responsabilização de Gestores Públicos, após a edição da Lei federal nº 13.655/2018, passaram a ser, obrigatoriamente, os seguintes:

> a) os obstáculos e as dificuldades reais do gestor;
> b) as exigências das políticas públicas;
> c) circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente;
> d) natureza e a gravidade da infração cometida;
> e) os danos que dela provierem para a administração pública;
> f) as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente e,

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

g) consideração das sanções aplicadas ao agente quando da dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato em outras esferas.

Isto há muito vem sendo discutido no TCE/RS, sem êxito, e, agora, mais ainda, com a edição da Lei federal nº 13.655/2018, que afasta sobremaneira o aspecto objetivo/pessoal, conduzido pelo seu regimento interno, tornando este em desconformidade tanto com a Constituição Federal quanto em relação à legislação infraconstitucional, a partir da LINDB.

Não se cogita, atualmente, da possibilidade de penalização ou eventuais sancionamentos, sem que se vislumbre a culpa grave do responsável. A responsabilidade dos agentes que gerem recursos públicos, apurada, deve ser subjetiva.

Não cabe mais, à vista do variado e disponível ferramental utilizado pelo controle externo a mera configuração da responsabilidade objetiva, que, atualmente, vem se prestando a injustiças.

As condutas supostamente praticadas pelos Gestores, e que ora se inserem dentro do âmbito geral da responsabilidade objetiva, devem ser melhor aprofundadas, eis que há total possibilidade de serem melhor explicitadas, haja vista que todos os atos administrativos tem como princípio e regra a publicidade, a transparência e a competência.

E, caso não haja o devido afastamento das questões suscitadas pelo Gestor, fundamentadamente, haverá afronta ao disposto no inciso IV do § 1º do artigo 489 do CPC.

Assim, considerando a inafastável responsabilidade subjetiva, no caso em apreço, a conduta que vem sendo expressada, negligente, por dever de eleição ou vigília, não prospera.

A própria norma contida no artigo 28, da LINDB, com a redação dada pela Lei federal nº 13.655/2018 diz que *"O **agente público** **responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas** em caso de dolo ou erro grosseiro"*.

Qualquer tese que considere erro grosseiro a conduta abaixo de uma linha de homem médio parece lançar desprestígio, como sói ocorrer, à inovação do ordenamento jurídico, reputando inútil, na lei, tal expressão, bem como desconsiderando doutrina sólida quanto a tal conceito jurídico indeterminado, que trata a expressão como espécie de culpa grave.

Não é outro o entendimento sufragado em Nota Técnica do próprio TCE/RS, de nº 01/2018, da Consultoria Técnica:

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Tem-se então que a menção a erro grosseiro no âmbito do art. 28 não possui uma conotação reducionista, mas sim o sentido de culpa grave.

Ora, aqui não há a mínima condição de alegar que cumpriria conduta diversa deste "administrador médio", cauteloso e diligente que vem se avocando para, em quaisquer casos, dizer reprováveis as práticas retratadas pela auditoria da Corte.

O erro grosseiro remete a conduta praticada com desleixo, incúria, desprezo à coisa pública, não se coadunando com a vinculação de sua culpa *in vigilando* ou *in elegendo*.

A falta de uniformidade de tratamento, fazendo incidir posicionamentos que não se coadunam com os casos examinados, traz insegurança jurídica, e, por vezes, a defesa se mostra mais contundente, sobre o ponto de vista da auditoria, buscando que se extirpe da jurisprudência da Corte os pontuais entendimentos que se afastam dos fatos tratados concretamente, como no presente expediente.

Não se cogita, atualmente, da possibilidade de penalização sem que se vislumbre a culpa grave do responsável. A responsabilidade dos agentes que gerem recursos públicos, apurada, deve ser subjetiva, também, neste novo formato de apuração de contas anuais.

E vejam que, a par de terem sido colacionados vários precedentes da Corte, a decisão recorrida, simplesmente, os ignora, trazendo, meramente, premissas suas, particulares, que não exprimem ou se correlacionam com os demais julgados de seu próprio Tribunal.

Extraem-se, novamente, excertos, que cabem ser considerados no caso, da decisão proferida no Processo nº 16746-02.00/18-3, recurso de Embargos da decisão proferida no expediente de Contas de Gestão do exercício de 2016 do Executivo Municipal de Chiapetta/RS:

No concernente ao mérito, considerando as alegações do Recorrente acerca da responsabilização dos gestores públicos e das recentes alterações produzidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, introduzias pela Lei Federal nº 13.655/2018, passo a expor meu juízo no tocante às assertivas feita pela defesa.
Nesse sentido, reitero que o ato administrativo deve ser examinado sob a ótica da responsabilidade subjetiva, em que se apreciam, entre outros fatores, os elementos pertinentes à autoria, ação comissiva, omissiva ou até dolosa (vontade livre e consciente para realizar ação ilícita), o nexo de causalidade e o resultado considerado irregular.
(...)
Reforço meu posicionamento, também, em função de que decisões desta Corte de Contas estão sendo desconstituídas pelo egrégio Poder Judiciário, visto condenações baseadas na responsabilidade objetiva,

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

situação que muito me preocupa, visto seus reflexos à efetividade e eficiência no tocante as nossas atribuições constitucionais.
(...)
Os atos administrativos praticados nos mais diversos órgãos públicos não decorrem apenas da ação individual de um Agente Público, mas materializam manifestações de vontade da administração pública que produzem efeitos jurídicos, em que se fazem presentes o princípio da segregação de funções, ficando claro uma sequência temporal de atos que revelam suas finalidades, reais objetivos, quem atuou, dando causa para aquele resultado.
O principio da segregação de funções é vital para o melhor controle dos atos administrativos praticados pelos vários setores de um Órgão Público, o que impede que um mesmo agente seja responsável por tudo, ou seja, por mais de uma atividade ao mesmo tempo.
Logo, esse princípio, por sua natureza, já demonstra que não há como responsabilizar apenas um Agente Público por uma cadeia de atos que se materializam.
A incidência desse princípio não pode ser desconsiderada, uma vez que comprova que não se pode impor de forma absoluta a responsabilidade a apenas um Agente Público, presumindo sua atuação de forma onipotente.
(...)
Os Agentes Públicos, por exercerem funções públicas, não são imunes às responsabilidades, devendo cada um responder na medida de sua culpabilidade ou, se for o caso, por sua atuação dolosa.
(...)
Apurar os fatos por meio da auditoria, identificando os tipos de atos administrativos praticados, os agentes envolvidos, a culpa ou dolo dos envolvidos, entre outras circunstâncias, é essencial.
(...)
Essa exigência também é clara e impositiva até como decorrência da aplicação da Lei Federal nº 13.655/2018 (...)
(...)
Diante disso, por força dessa lei, deve este Tribunal nos seus julgamentos, sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
Ademais, para efeitos de sanções, devem ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
Por conseguinte, a par de tudo que fundamentei anteriormente, deve-se fazer o exame sob a ótica responsabilidade subjetiva da conduta do Agente Público, pois são condições estabelecidas por força dessa Lei Federal, sendo pressupostos indispensáveis para efeitos da imposição de penalizações por quaisquer ilícitos praticados, juízo que tenho defendido há tempo neste Tribunal, nos termos já explicitados.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

(...)
Diante disso, entendo que resta cristalino que devemos examinar os processos sob o ponto de vista da responsabilidade subjetiva, verificando a conduta (culpa ou dolo ou erro grosseiro) do Agente Público.
Por conseguinte, as ações administrativas praticadas pelos Agentes Públicos, quando constatados atos ilícitos, em geral, decorrem de atos culposos, pois é quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia no exercício de suas funções, mas, podendo, ser praticadas com dolo, enquanto vontade livre e consciente de desejar lesar os cofres públicos, exame que se impõem até por força da atual Lei Federal nº 13.655/2018.
A centralização e imputação das responsabilidades em um único Agente Público, notadamente um agente político, materializa um equívoco sob o ponto de vista da dialética do processo, uma vez que não apura os fatos administrativos considerados como ilícitos de forma correta e verdadeira, nos termos já explicitados.
(...)

Compreender-se-á se, adiante, venham a ser afastados os precedentes acima colacionados, ao argumento de não se tratar de Contas de Governo, mas, sim, de aplicação de penalidade pecuniária ou de débito em expedientes de Contas de Gestão.

Como será, então, tratada a questão, se, a partir do exercício de 2020, os expedientes que buscam a responsabilidade dos Gestores públicos será único, denominando-se "Contas Anuais - Chefe do Executivo"?

Já se conhece como será. Retornou-se à responsabilidade objetiva, ou quase-objetiva, como pretendem alguns.

E também é evidente que a LINDB, marco legal que determinou a modificação de visão do Julgador, na Corte, não busca apenas, nas sanções, a sua aplicabilidade.

Isto que o TCU, hodiernamente, vem entendendo, no caso, com bastante equívoco, que a fixação de débitos não se trata de sanção, mas reparação ao erário.

Ora, mas se não é examinada a conduta culposa grave ou dolosa do Gestor principal, na prática do ato administrativo reputado irregular e causador de dano ao erário, isto é, evidentemente, uma sanção.

Os fundamentos contidos nos precedentes antes mencionados se aplicam a todo agente público e a qualquer ato administrativo, seja em Contas de Gestão, de Governo, Anuais do Chefe do Executivo, enfim, seja o nome que for atribuído ao processo em andamento na Corte.

A LINDB não distingue a natureza do dano.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

E, como já dito, e muito, em diversos posicionamentos, a afronta ao interesse público é dano à sociedade, mesmo imperceptível, de imediato, financeiramente.

Não é, então, interesse público, por exemplo, que haja a devida contabilização de valores restituíveis, a fim de o controle externo cumprir com sua missão constitucional, regularmente?

E esta contabilização é um ato que, se não vigiado pelo Gestor principal, ou, então, eleito servidor capacitado a atender, tempestivamente, todas as alterações contábeis em vigor, alteradas, às vezes, por mais de uma vez, a cada ano, impõe a responsabilização do Gestor principal, ao argumento de que este não observou as normas acerca da matéria?

Evidente que não.

Nem mesmo ajustes, como os que abaixo serão examinados, que são promovidos internamente, pela Corte, a partir de alteração de posicionamentos, aplicados muito tempo depois da entrada em vigor das normas que os fundamentam, poderiam ser objeto de apuração e responsabilização do Gestor do momento.

Essa peculiaridade que, em que pese não estar afeta à área técnica, instrutiva ou opinativa da Corte, é necessária seja considerada pela futura decisão.

E está contida no aspecto que, até o momento, não vem sendo consubstanciada nas manifestações tanto da área técnica quanto das sucessivas decisões proferidas, que, vênia, apenas remetem às alegações contidas em relatório, sem tratar, juridicamente, o mais elementar dos conceitos no Direito Administrativo, que é o ato administrativo.

Deste conceito, que é jurídico, e não da Contabilidade, Engenharia, Economia, Ciência Atuarial ou Administração de Empresas, há, dentre as inúmeras classificações ou elementos adotados pelos doutrinadores, um, que é universal.

E se trata da COMPETÊNCIA.

Se este elemento não for observado, há nulidade absoluta do ato administrativo praticado. Vejam, por exemplo, o que contido na alínea "a" do artigo 2º da Lei federal nº 4.717/1965, que regula a ação popular.

Talvez se trate do mais importante elemento/requisito exigido para a sua prática, pois é de ordem pública, e, pois, intransferível e improrrogável.

Decorre da lei. Nunca, da vontade das partes.

Intransferível.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Indelegável.

Inavocável.

Não é possível ser transferido a terceiros, mediante manifestação de vontade.

O artigo 139, do RITCE/RS, não tem legitimidade (qualidade da norma) para se sobrepor à legislação local que define a atribuição de um cargo, ou de um ato administrativo de delegação, e que, neles, determina-se a competência.

Isto é elementar, no Direito.

E não adiantam teses jurídicas, de responsabilidade quase-objetiva, ou outra que venha a ser sufragada, para afastar essa obviedade jurídica.

Isto merece bastante atenção, no caso, do futuro Julgador.

Principalmente, porque o ato administrativo de julgar está vinculado ao que, atualmente, consta da LINDB.

Desse modo, imperativo que se venha a tratar as questões suscitadas pela área técnica, sob o ângulo exigido pelo artigo 23, da LINDB, pois, se orientação nova, cumpre sua modulação.

Sem que isto seja, inclusive, considerada irregularidade, falha, inconformidade ou outra expressão que desvele conduta ilegal praticada, em face da decisão controladora prolatada.

Na linha do que inicialmente argumentado e fundamentado, há, para que se produza um ato, e, dele, caso considerado irregular, buscar a devida responsabilização, definir o sujeito que o praticou, para, então, observando o disposto no artigo 28, da LINDB, tratar objetivamente a questão.

E mesmo diante do disposto no artigo 139, do RITCE/RS, há, atualmente, norma legal estabelecendo a necessidade de verificação da responsabilidade de agente público, à luz do artigo 28, da LINDB.

Isto porque todo ato administrativo pressupõe uma competência definida ao sujeito que o pratica.

De diversas formas a LINDB foi interpretada e explicitada na Corte.

Todas, contudo, deixaram de consignar sua efetiva finalidade.

Não há como imputar responsabilidade a alguém, sem a cabal comprovação de sua culpa grave ou de dolo na prática do ato irregular.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Não há essa hipótese, nem nunca houve, no ordenamento jurídico pátrio.

Essa construção jurídica, da responsabilidade "quase objetiva", dita, regimentalmente, de pessoal, unicamente, do Gestor principal, pelos atos e fatos de sua gestão, está frontalmente contra a própria Constituição Federal.

E, atualmente, diametralmente oposta à LINDB, em sua atual redação.

Não se pretende, apenas, desqualificar o trabalho técnico.

Nunca é ou foi esta, a intenção.

O que se busca, salientando diversas circunstâncias não examinadas, é que as subsequentes decisões afrontam dispositivos legais, quando deixam, ao menos, de justificar por que não as conheceu.

E melhorar a qualidade da atividade decisória pública, bem como garantir mais confiabilidade, segurança jurídica e eficiência às decisões.

A LINDB, em seu artigo 28, deixa clara a proteção devida ao gestor razoavelmente diligente e bem-intencionado, inclusive, a partir de sua ciência e da prontidão quanto às recomendações dos órgãos de controle.

A defesa produzida, em todos os expedientes, na Corte, é um diálogo.

A defesa técnica, na Corte, é mais que apenas justificar atos e fatos administrativos.

O princípio dialógico, diante da transdisciplinariedade dos atos e fatos jurídicos expostos nos papéis de trabalho, na Corte, exige diálogo diuturno com o Julgador.

Esse bloqueio institucional, abrigando dispositivo regimental que não mantém mais eficácia - aliás, desde há muito, considerando o disposto no § 6º do artigo 37 da Constituição Federal -, impede o exercício do princípio democrático do contraditório, que tem, no diálogo, sua fundamental pedra para o cumprimento de outro, mais abrangente, que é o devido processo legal.

E, este último, trazendo outro princípio, mais que fundamental, inato do ser humano, que é a justiça.

Se isto é ferido, todo o resto são invalidades.

Mais que um direito da defesa técnica, trata-se de dever de diálogo entre as partes - aqui, Estado e Gestor -, revelando, sua observância, a efetividade de garantia constitucional ao devido processo legal e à ampla defesa, em um Estado Democrático de Direito.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

O Supremo Tribunal Federal lembra acerca do cumprimento do devido processo legal efetivo, assegurando o pleno contraditório e a mais ampla defesa possível, com todos os meios de prova admitidos em lei, que, no caso do Tribunal de Contas, mantém limitação à seara documental (RE 636886):

> *Em face de sua própria natureza, esses exames e análises das contas não observam as mesmas garantias do devido processo judicial, alem de não preverem e não permitirem o contraditório e ampla defesa efetivos, anteriormente à formação do título executivo (ARIDES LEITE SANTOS. Tomada de Contas Especial, O exercício do contraditório perante o Tribunal de Contas da União, São Paulo: Scorteccci, 2ª rev. atual., 2018, p. 110-111), apesar de existir procedimento administrativo no âmbito da Corte de Contas levado a efeito, em regra, por meio do processo de tomada de contas especial, instrumento legal, posto à disposição dos Tribunais de Contas, com a finalidade de apurar a totalidade dos fatos lesivos ao Erário, identificar os responsáveis pelo dano e quantificando-o, promover-lhe o ressarcimento (WALTON ALENCAR RODRIGUES. O dano causado ao erário por particular e instrumento da tomada de contas especial. Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília, v. 29, n. 77, jul/set 1998, p. 2 ss).*
> *A excepcionalidade reconhecida pela maioria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no TEMA 897, portanto, não se encontra presente no caso em análise, uma vez que no processo de tomada de contas, o TCU não perquire nem culpa, nem dolo decorrentes de ato de improbidade administrativa, mas, simplesmente realiza o julgamento das contas à partir da reunião dos elementos objeto da fiscalização e apurada a ocorrência de irregularidade de que resulte dano ao erário, proferindo o acórdão em que se imputa o débito ao responsável, para fins de se obter o respectivo ressarcimento. Ainda que franqueada a oportunidade de manifestação da outra parte, trata-se de atividade eminentemente administrativa, sem as garantias do devido processo legal.*
> *No procedimento instaurado pelo TCU, não se imputa a existência de ato de improbidade, nem tampouco se abre a possibilidade do fiscalizado defender-se, com todas as garantias do devido processo judicial, no sentido de eximir-se de dolo ou mesmo culpa.*

O contraditório, ou dever de diálogo, mesmo princípio ou garantia, não se resume em dizer, apenas, que o artigo 139, do RITCE/RS existe, e, porque não revogado ou declarado inconstitucional, vigora e deve ser aplicado, irrestritamente.

Ora, encerrado o diálogo, então.

Há mais que isto, no processo junto à Corte.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

E ele merece, porque decorrente de comando constitucional, relevância e maior cientificidade do direito aplicável ao mesmo.

Parece que sucessivas linhas de defesa perdem força quando se deparam com o artigo 139, do RITCE/RS.

Tudo deixa de existir, para, somente a responsabilidade pessoal do Gestor principal, passar a ter certeza absoluta.

Nada mais importa.

Não se busca saber o que é o princípio dialógico. Ou para o que serve.

Nada acerca de diálogo.

Nenhuma palavra quanto à necessidade de se dar maior cientificidade jurídica de todo o direito conhecido no processo administrativo na Corte.

Nada.

Há que se dar maior confiança técnica - jurídica - aos objetivos da atuação do controle externo - as suas decisões.

Isto, se não observado, fere, de morte, a segurança jurídica.

A capacidade de argumentação que todo jurista busca ter, ou tem, se esvai quando, de tudo o que colocado em uma peça de defesa técnica é contraditada sob o argumento da existência, validade e eficácia do disposto no artigo 139, do RITCE/RS.

A argumentação, inclusive, talvez seja a principal característica e ferramenta para qualificação de uma defesa técnica.

Essa habilidade de trazer argumentos que se busca sejam capazes de convencer os demais interlocutores se revela essencial no desempenho da profissão jurídica.

A principal, no caso, ao advogado.

Mesmo ante a eventuais desmerecimentos.

Se todas as considerações que se pede sejam examinadas, forem tratadas como mera parecerística visando comprovar uma hipótese defendida, então, que essa "tese" seja testada, com a sua antítese, produzindo uma síntese, que será a nova tese a ser aplicada.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Vejam que a tese suscitada é a falta de conduta exigível do Gestor principal para a desconfiguração da irregularidade suscitada, considerando a crítica, bem como o agente público que manipula a documentação contábil, tecnicamente.

Não se trata de inovação. Absolutamente não.

Trata-se de hipótese legal possível, posta na LINDB, junto ao parágrafo único do seu artigo 20.

Menos ainda, se futuramente for considerada imaginação.

Não.

Isto é a verdade material.

De salientar que, mesmo que ainda não definitiva e pacifiicadamente, a Corte já vem tendo a noção de que, para além do disposto no artigo 139, do RITCE/RS, há definições a serem empreendidas, em todas as instâncias, para dar tratamento jurídico, científico e técnico à LINDB.

Nesse ponto, importante registrar recentíssima decisão da Corte, nos autos do Processo de Contas de Gestão do exercício de 2017, do Executivo Municipal de Coronel Bicaco/RS, quanto à incabível - para a sua justiça e efetividade - responsabilidade objetiva, dita pessoal, ainda presente expressamente no RITCE/RS:

> *Por fim, registro que entendo ser* ***incompatível com o ordenamento jurídico pátrio*** *(parte final do § 6º do artigo 37 da Constituição da República, artigo 186 c/c o artigo 927 do Código Civil e artigos 22 e 28 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro)* ***a imposição de responsabilidade objetiva*** *– que dispensa a análise da culpa – ao Prefeito Municipal.*
>
> *Com isso, considerando que se trata do primeiro ano do mandato do Prefeito, e tendo em vista as diversas medidas adotadas para o saneamento de falhas que tiveram origem em gestões anteriores, além do fato de* ***as inconformidades apontadas não serem ordinariamente de responsabilidade direta do Chefe do Executivo, e sim de agentes subordinados devidamente designados para exercer as funções****, aliado à ausência de individualização das condutas relacionadas aos apontamentos, deixo de acolher a sugestão de imposição de multa, cabendo, por outro lado, advertência e determinação à Origem para evite a reiteração das falhas, nos termos acima expostos.*
>
> (Processo nº 4134-0200/17-8 - o grifo é nosso)

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Veja-se, outro exemplo, que a decisão elege, sem fundamentação hábil, o Gestor principal por eventuais atrasos na remessa de informações e documentos ao sistema LicitaCon.

Mas se esquece que não é ato ou fato que depende de ação deste Gestor principal, havendo, na própria norma que institui aquele sistema, responsável específico, cadastrado na Corte, competente para a remessa das informações e documentos exigidos.

Logo, se há agente público responsável por sua decisão de mandar em atraso as informações e documentos ao LicitaCon, ou opinião acerca de quais serão objeto de encaminhamento ou não, e em qual prazo, não é o Gestor principal.

Ademais, de todo indevidas eventuais ameaças, que expõem equívoco normativo da Corte, que conflitam entre si, esta, que regulamenta o LicitaCon, e define específico agente público responsável, devidamente cadastrado; e aquela, que aduz ser grave e passível de pena máxima, de desaprovação das contas do Administrador principal, por estes atrasos ou omissão de remessas, presente que não é este quem está cadastrado para essa providência, junto à Corte.

Agora, a auditoria busca impor à responsabilidade pessoal do Gestor principal, de ato que não lhe incumbia, consabidamente.

Isto é pertinente que se rediscuta, agora, em sede recursal, uma vez que esta situação vem sendo, agora, inserida em expedientes de Contas Anuais do Chefe do Executivo, consoante se vê do presente relatório, sobrevindo multa aos Gestores.

Inclusive, com ameaça, ao Gestor principal, caso se mantenham atrasos, que não estão dentro das atribuições do ora Esclarecente.

Certamente, determinará providências visando à regularização dos eventuais atrasos.

Mas, nunca, consabidamente, é ato ou fato que decorra da ação do Gestor principal.

Aliás, vênia, mas esta matéria não parece coadunar-se com o objeto destas Contas Anuais, consoante se verifica do disposto no artigo 71 e seguintes, do RITCE/RS.

Claro, haverá quem possa alegar que tal matéria estar diretamente autorizado pela parte final do artigo 71, do RITCE/RS, tratando-se de situação regulamentada em resolução própria.

Mas tal matéria está, evidentemente, desconectada do núcleo central deste expediente de Contas Anuais, que, se for tratado igualmente às Contas Anuais do Governador do Estado, como ressaltado em discurso, quando da edição das alterações do RITCE/RS.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

DOCUMENTO PÚBLICO

Isto porque uma peculiaridade extrai, no caso, a responsabilidade do Gestor, face à alegação de atrasos no cadastramento de licitações e contratos, uma vez que a Instrução Normativa TCE/RS nº 13/2017 já define, em seu artigo 14, quem faz as remessas, mediante designação.

E não se desconhece o disposto no § 4º do artigo 13 da Instrução Normativa TCE/RS nº 13/2017.

Contudo, é, ele, agora, vigente, face ao disposto no artigo 28, da LINDB?

Isto sequer é examinado, inexistindo norma de regência, fixada legalmente, de que resulte penalização a um gestor.

A Corte não pode fixar pena sem lei que estipule o fundamento pelo qual está sendo imputada.

Atrasadas as remessas, por responsável designado e credenciado junto ao Tribunal de Contas, desveste-se o contido no artigo 28, da LINDB, e se passa a tratar diante da norma, dita especial, da Corte?

Cumpre frisar, novamente, que os atrasos registrados nos cadastro das informações, em momento algum, prejudicou o efetivo e concomitante exercício do controle externo e de disponibilização de informações para a sociedade, haja vista toda as licitações e contratos administrativos sempre estiveram e estão à disposição, tanto dos órgãos de controle e fiscalização, bem como da sociedade, prontamente fornecidos quando solicitadas.

Destacar também que todos os processos licitatórios e contratos administrativos realizados pelo Município, independentemente da entrada em vigor do Sistema LicitaCon, estão disponibilizados no seu portal eletrônico, em tempo real. Logo, não há qualquer prejuízo as ações de controle externo e social.

Ademais, apesar de entender que o LicitaCon é uma ferramenta importantíssima para as ações do controle externo e social, porém, em momento algum se pode concordar que este é o único mecanismo de controle, haja vista que o Município disponibiliza no seu portal eletrônico, em tempo real, todas as suas licitações e contratos, não causando, assim, qualquer prejuízo as ações de controle externo e social.

Além disso, toda a documentação relativa às licitações e aos contratos administrativos, bem como de toda a despesa pública, estão à disposição dos órgãos de controle externo e da sociedade, para o acompanhamento e verificação a qualquer tempo, em estrita observância aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Neste aspecto, portanto, se nos parece equivocada a inclusão de item que não está relacionado à competência do Gestor principal, e, consequentemente, à sua responsabilidade.

Ademais, quanto a este tópico, vê-se que há diferença de tratamento nos "atrasos" ocorridos, entre este Ente e a Corte de Contas, por exemplo, quando, nos autos do Processo nº 1538-02.00/21-8, não foram colocadas quaisquer ressalvas à decisão que aprovou as contas do Administrador do Tribunal de Contas, em 2021, muito embora houvesse, na média de intempestividade de remessa de informações e documentos.

Qual é, então, a justificativa para a discrepância entre tais entendimentos?

Isto que a Corte detém muito mais condições de recursos humanos, para a regularidade de remessas, que, ela própria, definiu em resolução interna, o tempo para a respectiva observância aos seus próprios regramentos.

De salientar, por fim, quanto a este tópico, que a "inconformidade" ora enfrentada também foi recorrente em 2022, consoante se vê do relatório constante do Processo nº 1169-02.00/22-1, inclusive, com atraso maior, promovido pelos agentes públicos competentes para a remessa de informações e contratos ao LicitaCon, em relação a 2021.

Portanto, importante revisitar a forma de tratamento divergente entre os precedentes, ora hostilizado, e aquele, acima suscitado, para que se conclua que não se trata de inconformidade hábil a que se busque responsabilidade de nenhum Gestor, por tal circunstância, que, sem sombra de dúvida, não é, sequer, falha.

12. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
12.2. Instituição, Estrutura e Execução do Controle Interno
12.2.1. Legislação Municipal
12.2.2. Composição da Unidade Central de Controle Interno

Novamente, com renovada vênia, a alegação de que o Município "deve" atender as diretrizes estabelecidas na Resolução TCE-RS nº 936/2012, é, de todo, descabida.

Há, atualmente, no "plano normativo" da Corte, a Resolução nº 936/2012, que, a par de não vincular a administração municipal, dá apenas diretrizes acerca da atuação do controle interno, sugestão que, evidentemente, repercute positivamente, pois traz regras que atendem a comandos constitucionais e legais, e, por isso, mesmo não sendo impositiva a norma referida, constitui em acervo de relevância.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5412906

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO
P02F6EF1

Aliás, interessante a alegação da auditoria, ao tempo em que a própria Corte aduz que a Resolução TCE nº 936/2012 *"... busca apenas sistematizar e detalhar diretrizes preestabelecidas na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal ..."*, consoante se vê do relato no acórdão proferido na ADI nº 70052260437, o que resulta em que não é de observância obrigatória as resolução que, efetivamente, vão além dos dispositivos constitucionais inerentes à ação do controle interno.

De salientar, por oportuno, que ainda remanesce de duvidosa inconstitucionalidade a Resolução nº 936/2012, pois, ao contrário do que noticiado, o mérito da ADI nº 70052260437 não foi julgado naquela ação, tendo sido eleita via que, segundo o acórdão divulgado, não era a mais adequada, não restando qualquer sombra de dúvida quanto à inviabilidade de se exigir observância a atos emanados pela Corte de Contas, senão provindas do Poder Legislativo Municipal, que tem a função de legislar, e, o Tribunal de Contas, de auxiliar aquele.

E novamente, impõe-se a rediscussão acerca da alegação da auditoria, de que uma norma municipal deve ser alterada para compatibilizar-se com uma resolução da Corte.

Não há essa possibilidade. Porque, se se tratar de competência, aí, sim, sequer isso existe no mundo jurídico.

Não há competência da Corte, para exigir que o Município legisle, a partir de regras estabelecidas em resolução interna.

Por exemplo. Consta no relatório de auditoria que não existe previsão legal de que os Órgão e entidades da Administração municipal direta e indireta e o Poder Legislativo se submetem à fiscalização da UCCI.

Contudo, nos termos da Constituição Federal, não existe nenhuma determinação legal que imponha poder de fiscalização à UCCI.

A Unidade, nos termos da determinação constitucional e infraconstitucional não tem poder fiscalizatório, mas sim de acompanhamento e de controle, devendo servir muito mais como instrumento de apoio ao controle, e não de fiscalização, pois não tem este poder.

E é constitucional que esse órgão não tenha poder fiscalizador, pois este é do Poder Legislativo, com o auxílio técnico da Corte.

A Administração Municipal recebe e aceita, ou não, os possíveis apontes da UCCI, determinando aos setores com apontes de possíveis irregularidades, para que tomem medidas para evitar novo incidentes nos casos levados a efeito.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Ademais, mesmo inexistindo norma fixando a exigência de avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão, orçamentária, financeira e patrimonial, esta competência já está prevista no inciso II do artigo 74 da Constituição Federal, tornando-se expletiva e inócua, se prevista em lei local.

No que pertine a eventual fixação de prazos para cumprimento de apontes levados à efeito pela UCCI, mesmo que a norma local assim não imponha, não existe nenhuma determinação legal para que se fixe lapso para resposta ou cumprimento de críticas.

Mesmo assim, a Administração Municipal adota todas as medidas possíveis para evitar que se reiterem os apontes suscitados, de que resultem ilegalidades ou irregularidades.

Desse modo, objetivamente, mesmo não constando, em lei, a previsão de fixação de prazos para resposta, o Executivo sempre respondeu a TODAS as informações e ou questionamento solicitadas pela Controladoria Interna dentro da maior brevidade e celeridade, privilegiando sempre o atendimento as recomendações e saneamento das questões ali apontadas pela Controladoria Interna.

E mesmo que existisse determinação legal que exija dos responsáveis pela UCCI, dar ciência, aos Gestores da Administração Municipal, acerca de irregularidades constatadas, tal norma faz parte do próprio dever de quem faz parte da UCCI, desnecessitando, até mesmo, imposição legal local.

A própria finalidade da UCCI traz, em sua atribuição originária, esta determinação. Logo, se trata de norma local expletiva, que apenas reforça o caráter constitucional desta obrigação.

O artigo 76, da Constituição Estadual, já define essa atribuição:

> *Art. 76 - O sistema de controle interno previsto no art. 74 da Constituição Federal terá, no Estado, organização una e integrada, compondo órgão de contabilidade e auditoria-geral do Estado, com delegações junto às unidades administrativas dos três Poderes, tendo sua competência e quadro de pessoal definidos em lei.*
> *Parágrafo único - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, sob pena de responsabilidade, ao Tribunal de Contas do Estado, o qual comunicará a ocorrência, em caráter reservado, à Mesa da Assembléia Legislativa.*

Aliás, se não fossem apresentadas, à ciência dos gestores ou responsáveis, as irregularidades encontradas, qual seria, então, a sua competência?

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Nesse aspecto, corroborando o que antes referido, o ato de fiscalizar advém do poder de polícia, atribuição que não se coaduna com o exercício do controle interno, tanto constitucional quanto legalmente.

E no caso da exigência de acompanhamento de processos de tomada de constas especiais, mais uma vez, está-se buscando transferir atividades que não se coadunam com atribuições constitucionais do controle interno.

Ademais, face ao que a própria Resolução TCE/RS nº 1.049/2015, bem como em atenção ao princípio da segregação de funções, como poderia realizar acompanhamento, quando o controle interno pode ser quem instaura a TCE, ou, então, quando emite parecer conclusivo, conforme disposto no inciso II do seu artigo 10?

Quanto às exclusividade e compatibilidade aventada, com a maior vênia possível, em Municípios de pequeno porte, com escassos recursos humanos qualificados e disponíveis, interessados, no desempenho de tais funções, as exigências de dedicação exclusiva no controle interno, são, de todo, inviáveis, pelo que necessário, seja observado, é o desempenho, a qualificação e a experiência, no exercício das atividades designadas.

E, vênia novamente, mas a questão relativa à exigência de dedicação exclusiva, para as funções de controle interno, em Municípios de pequeno porte, já é objeto de consideração, com temperamentos, pela Corte, desde que se buscou fixar como lei o conteúdo da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Inúmeras defesas foram produzidas, informando que a Corte não detinha essa competência, ou que, em Municípios de pequeno porte, não era razoável essa exigência, tanto porque não definida em lei, quanto pelo volume de atos, que, se praticados com denodo e organização, resultam em rotina administrativa plenamente vencível.

Neste aspecto, cumpre registrar que, atualmente, a demanda administrativa vem se mostrando invencível em diversas áreas, bem mais graves ou essenciais que o controle interno, tratando-se, o aponte, e a sua base de justificação, de observância a elemento subjetivo sem prova hábil a que se venha exigir do Gestor as medidas de imediato saneamento, ou sua responsabilização pela ciência daquele entendimento sufragado no relatório, eventualmente, não acolhido pela Administração, nos seus exatos termos.

Vênia a entendimento diverso, mas o artigo 5º, da Resolução TCE/RS nº 936/2012, é materialmente inconstitucional, pois fere os artigos 18, 30, inciso I, e 31 da Constituição da República, por impelir os Municípios a adotarem estrutura e forma de composição específica para os respectivos Sistemas de Controle Interno.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Processo
01070-0200/22-0

Peça
5412906

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO
P02F6EF1

Também, formalmente inconstitucional, por adentrar, inclusive, em questões como atribuições dos cargos e exigência de escolaridade mínima para os respectivos provimentos, matéria a ser fixada em lei, cuja iniciativa é privativa dos Prefeitos, na esteira do que dispõem o artigo 61, § 1º, inciso II, alíneas "a" e "b" da Constituição da República, e artigo 60, inciso II, alíneas "a" e "d" da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, aplicáveis, por simetria, aos Municípios, conforme artigo 29 da Carta Federal e artigo 8º da Carta Estadual.

Evidentemente que não se olvida a louvável intenção do TCE/RS ao editar a Resolução nº 936/2012, de estabelecer parâmetros para a *"(...) efetiva implementação e ao constante aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno no âmbito municipal, no qual permitirá uma fiscalização mais eficaz sobre a Gestão Pública (...)"*, conforme consta da própria justificativa do ato.

Entretanto, a primazia pelo princípio da eficiência, previsto no *caput* do artigo 37, da Constituição da República, não pode ofender outros princípios igualmente de ordem constitucional, dentre os quais, a ordem federativa do Estado e a separação dos Poderes, que não podem ser abolidos, e conforme os incisos I e III do § 4º do artigo 60 da Carta Magna.

Trata-se de regra de hermenêutica, de acordo com a qual, em havendo um choque entre princípios jurídicos, um não anula o outro, senão cede espaço, maior ou menor, para que ambos coexistam.

É dizer, em outras palavras, que se de um lado os Sistemas Municipais de Controle Interno devem satisfazer, em concreto, o princípio constitucional da eficiência, por outro, esse resultado não pode ser buscado com a anulação da competência legislativa do Município para instituir e estruturar os seus serviços, tampouco acarretar uma indevida ingerência de um órgão do Poder Legislativo Estatal nos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Vejam que a Corte já está tendo a exata noção das dificuldades em se buscar o exercício de atividades junto ao controle interno com dedicação exclusiva.

Este entendimento está se sedimentando a partir das manifestações dos Conselheiros Cesar Santolim e Adroaldo Loureiro, nos autos do Processo nº 8099-02.00/12-2, onde, para Municípios de pequeno porte - e, quanto a tal conceito indeterminado, de um Município ser de pequeno porte, não há, ainda, estipulação dos respectivos critérios -, não se pode exigir dedicação exclusiva dos membros do controle interno.

Resta provado, assim, que este Administrador cumpriu com a legislação em vigor, e, para tanto, devem ser desconsiderados os apontamentos constantes no relatório de auditoria.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

Diante dos fatos e dada a conduta da Administradora, espera que, diante das justificativas apresentadas e das provas que traz aos autos, seja dado provimento às suas razões, com o afastamento dos apontes e consequente emissão de parecer prévio FAVORÁVEL à aprovação de suas contas, porque assim exigem as regras de direito e de justiça.

Termos em que pede deferimento.

Três Forquilhas/RS, 11 de setembro de 2023.

GLADIMIR CHIELE,
OAB/RS nº 41.290.

LEANDRO JACOCIUNAS,
OAB/RS nº 51.659.

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.647B.50E9.F9A3.1877.4720.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:
LORACI KLIPPEL MELO GERMANN, brasileira, casada, portadora do RG 7061244385 SSP/DI RS e CPF 944.522.450-72, endereço Av. dos Imigrantes, 4123, Três Forquilhas/RS.

OUTORGADO:
GLADIMIR CHIELE, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/RS sob o n.º 41.290 e **ROBERTO CHIELE**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RS sob o nº 37.591, **FABIANO BARRETO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RS sob nº 57.761, **LEANDRO JACOCIUNAS,** brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/RS sob o nº 51.659, todos com escritório profissional na Rua dos Andradas, 1234, Cjs. 205 e 206, na cidade de Porto Alegre/RS.

PODERES:
Para tanto e por este instrumento particular de mandato, constitui e nomeia seus bastantes procuradores para atuarem dentro e fora desta Comarca, conferindo-lhes os mais amplos poderes para o Foro em Geral, inclusive os contidos na Cláusula "*ad judicia et extra*", para representá-lo em qualquer instância e em qualquer ação como autor, réu, assistente, oponente, litisconsorte, com os mais amplos poderes para transigir, discordar, acordar, desistir, recorrer, renunciar, variar de ação, requerer medida preventiva e preparatória, retificar e ratificar atos, arrolar testemunhas, reconvir, receber e dar quitação, substabelecer no todo ou em parte com ou sem reservas de poderes e patrocinar junto aos diversos órgãos públicos, da administração direta e indireta e Tribunais de Contas.

.

Três Forquilhas, 03 de novembro de 2022.

L Klippel

Loraci Klippel Melo Germann
Prefeita Municipal

Assinado digitalmente por: Leandro Jacociunas em 11/09/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3F40.3E1A.C85F.5DEF.0F9B.

Processo de Contas Anuais nº 001070-0200/22-0

Fiscalizado: PM DE TRÊS FORQUILHAS

Assunto: Análise de Esclarecimentos

Exercício: 2022

Administradores: Loraci Klippel Melo Germann (Prefeita)
Jairo de Melo (Vice-Prefeito)

Procuradores: Gladimir Chiele, OAB/RS nº 41.290
Roberto Chiele, OAB/RS nº 37.591
Fabiano Barreto da Silva OAB/RS nº 57.761
Leandro Jacociunas, OAB/RS nº 51.659 (peça 5412907)

Senhor Coordenador

Informa-se que não foram identificadas falhas de responsabilidade do senhor **Jairo de Melo (Vice-Prefeito),** motivo por que não houve sua intimação para prestar esclarecimentos.

Registra-se que não existem processos de tomadas de contas especiais, inspeções extraordinárias ou especiais, denúncias, tutelas de urgência, representações, representações do MPC e processos de contas especiais em andamento de responsabilidade dos Gestores no exercício sob exame.

Examinam-se, a seguir, os esclarecimentos prestados pela senhora **Loraci Klippel Melo Germann**, os quais não foram acompanhados de documentação comprobatória.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente, às p. 1-12 da peça 5412906, em síntese, a esclarecente: afirma que a chefia do Poder Executivo do Município de Três Forquilhas/RS vem sendo executada na estrita observância dos princípios constitucionais atinentes à Administração Pública; discorre sobre as competências do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas relacionadas às contas do Chefe do Poder Executivo; assevera a necessidade de verificação das disposições atinentes à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a inaplicabilidade de responsabilidade objetiva; e defende a impossibilidade de fixação de penalidade pecuniária no âmbito dos processos de contas anuais.

Passa-se à análise.

Assinado digitalmente por: Karin Ruschel Lorenzoni em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3964.63B0.03BB.9E99.CFAA.

Página 923
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 5441121
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02FDD28

No que se refere às questões relacionadas à LINDB em suas considerações iniciais, verifica-se que se trata de alegações genéricas por parte da Administradora, cabendo destacar que não há expressa previsão da aplicação daquele diploma legal às atribuição desta Corte relacionada à emissão de parecer prévio às contas dos Chefes de Poderes Executivos.

A esse respeito, importa trazer, ademais, o seguinte entendimento doutrinário[1]:

> Na apreciação das contas, não há necessidade de se investigar ou perquirir a responsabilidade pessoal dos governantes pelas irregularidades constatadas na execução dos orçamentos. O objetivo é averiguar qual o impacto dessas não conformidades no contexto global da execução orçamentária.

Em relação ao RE 1203926, julgado pelo STF e referido pela esclarecente, importa trazer a ementa relacionada à decisão[2]:

> Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EX-PREFEITO. IMPOSIÇÃO DE MULTA E RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. INCOMPETÊNCIA. ART. 71, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. I – Os Tribunais de Contas, na apreciação de contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, dispõem de competência limitada à emissão de parecer prévio sujeitando-o à respectiva Casa Legislativa. Precedentes. II - Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa (art. 1.021, § 4°, do CPC).

Conforme se verifica, a decisão reafirma a competência de emissão de parecer prévio das contas do Chefe do Poder Executivo pelos Tribunais de Contas, sendo que o mesmo se verifica quanto às decisões do STF, nos REs 848826 e 729744 (temas 835[3] e 157[4] da repercussão geral, respectivamente).

Em relação à Súmula nº 23 desta Corte, a própria Administradora cita que a mesma se refere aos processos de contas de governo.

Examinam-se, a seguir, os esclarecimentos específicos apresentados para cada um dos itens apontados no Relatório.

DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

3.2.1. Índice de Modificação Orçamentária

Constatou-se que houve necessidade de adaptação em 58,12% do plano orçamentário para o ano de 2022, demonstrando descompasso no processo de elaboração

Assinado digitalmente por: Karin Ruschel Lorenzoni em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3964.63B0.03BB.9E99.CFAA.

Página 924
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 5441121
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02FDD28

da peça orçamentária, se considerada a realidade fática apresentada no ano em análise. Referiu-se que o artigo 8º da Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 1.850/2021) autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 10% da despesa total fixada, mas os créditos suplementares atingiram 37,87%, excedendo o limite legal (p. 14 e 15 da peça 5323753).

Esclarecimentos à p. 12 da peça 5412906.

A esclarecente assevera que "até o presente momento, nenhum 'descompasso expressivo' foi questionado, quanto à abertura de créditos adicionais - suplementares ou especiais -, por nenhum órgão de controle" e que, sem a classificação da natureza da despesa a ser suplementada com o crédito autorizado excepcionalmente, não há como ter certeza se o percentual que excedeu o limite de 10% de créditos suplementares está classificado no artigo 8º da Lei Municipal nº 1.850/2021, ou, então, classificado na exceção contida no seu artigo 9º.

Passa-se à análise.

Do cotejo dos esclarecimentos com o constante no Relatório de Auditoria, verifica-se que não foram apresentadas explanações quanto ao alto índice de modificação orçamentária. Cabe ressaltar que a alegação de ser esta a primeira oportunidade em que a situação é apontada não ilide o descompasso verificado.

Quanto ao artigo 9º da Lei Municipal nº 1.850/2021, refere-se à autorização para abertura de crédito suplementares pelo Poder Legislativo, e não pelo Poder Executivo (p. 3 da peça 5323749), de modo que não prospera a alegação da esclarecente.

Pelo exposto, sugere-se a manutenção do apontamento.

Administradores responsáveis
Loraci Klippel Melo Germann

10.1.4. Base de Legislação Municipal (Sistema BLM)

Verificou-se que as remessas de normas à BLM do TCE-RS não foram encaminhadas, em sua totalidade, nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 12/2009. Atraso de 224 dias, em relação ao 3º trimestre de 2022 (p. 48 da peça 5323753).

Administradores responsáveis
Loraci Klippel Melo Germann

10.1.5. Licitações e Contratos (Sistema LicitaCon)

De acordo com as informações constantes no Quadro 51, as remessas ao

Assinado digitalmente por: Karin Ruschel Lorenzoni em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3964.63B0.03BB.9E99.CFAA.

Página 925
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 5441121
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02FDD28

Licitacon foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso nos eventos de licitações e contratos. Referiu-se que a mesma irregularidade consta no Processo nº 1434-0200/21-9 do exercício de 2021, com decisão [5] (p. 48 e 49 da peça 5323753).

Esclarecimentos apresentados, de modo conjunto para os itens 10.1.4 e 10.1.5, às p. 13 a 31 da peça 5412906.

Em relação ao item 10.1.4, a esclarecente afirma que o apontamento não se coaduna com o expediente de conta anuais, referindo o art. 71 da CF. Assevera que o art. 3º da Resolução nº 843/2009 define o responsável pela remessas à BLM e menciona as alterações promovidas na LINDB. Alega, também, que os atrasos verificados não comprometeram a análise das contas anuais.

Na sequência, aduz que inexiste ilegalidade ou irregularidade em eventual intempestividade na remessa de informações ao controle externo, alegando a necessidade de lei em sentido estrito para vincular a Administração Municipal. Menciona os Processos nº 645-02.00/21-2 e nº 1538-02.00/21-8, bem como decisão do Tribunal de Justiça deste Estado.

Assevera a finalidade sancionatória da emissão de parecer prévio, a impossibilidade de aplicação de responsabilidade objetiva e a discrepância de tratamento em relação a outros julgados desta Corte (referindo os Processos nº 1538-02.00/21-8 e nº 1169-02.00/22-1).

Afirma que os atos normativos relacionados ao Sistema Licitacon referem o agente responsável para efetuar as remessas.

Especificamente quanto à responsabilidade subjetiva, aponta dispositivos da LINDB, o art. 71 da CF, o inc. IV do §1º do art. 489 do CPC e o art. 139 do RITCE, bem como faz referência a decisões proferidas por esta Corte, a exemplo das contidas nos Processos nº 16746-02.00/18-3 e nº 4134-0200/17-8, e pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 636886, dentre outros.

Passa-se à análise.

Inicialmente, registra-se que deixar de remeter tempestivamente as informações ao sistema LicitaCon e à BLM prejudica as ações de controle externo e social, independentemente de sua publicação no sitio eletrônico do Município. Portanto, não se pode dizer que inexistem prejuízos concretos à atuação desta Corte de Contas.

No tocante à alegação de necessidade de lei em sentido estrito, destaca-se que está em contrariedade ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, cujo posicionamento é no sentido de ser legítima a edição de atos normativos por tribunais de contas estaduais com o objetivo de regulamentar procedimentalmente o exercício de suas competências constitucionais[6].

Especificamente em relação a licitações e contratos, a Resolução TCE-RS nº

Assinado digitalmente por: Karin Ruschel Lorenzoni em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3964.63B0.03BB.9E99.CFAA.

Página 926
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 5441121
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02FDD28

1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017 não inauguram uma obrigação dos órgãos e entidades da Administração Pública de prestar contas a este Tribunal por meio de um sistema eletrônico de coleta e remessa de dados.

A esse respeito, a Lei nº 8.666/1993 assim dispõe:

> Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais **instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente**, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto. (grifou-se)

A Lei nº 14.133/2021, por sua vez, igualmente refere o exercício do controle externo das contratações pelos tribunais de contas, *in verbis*:

> Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:
>
> I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;
>
> II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;
>
> III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo **tribunal de contas**. (grifou-se)

Quanto à questão atinente à LINDB, registra-se que, para fins de apreciação das contas para a emissão do parecer prévio, a conduta da Gestora será avaliada, quanto à sua responsabilidade em atender normas legais vigentes.

Em relação à menção aos Processos nº 1169-02.00/22-1 e nº 1538-0200/21-8, ressalta-se que tais expedientes não se referem a processos do Município de Três Forquilhas.

Em relação ao Processo nº 645-02.00/21-2, além de não se referir à Auditada, a área instrutiva sugeriu a manutenção do apontamento relacionado aos atrasos ao Sistema Licitacon, sendo que o feito ainda não possui decisão definitiva.

Por fim, importa referir que, no Processo nº 1434-0200/21-9, do exercício de 2021, do Poder Executivo de Três Forquilhas, a mesma irregularidade foi apontada e mantida pela decisão proferida naquele expediente (Decisão nº 2C-0999/2023 – p. 5 da peça 5373113 daquele processo).

Assinado digitalmente por: Karin Ruschel Lorenzoni em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3964.63B0.03BB.9E99.CFAA.

Página 927
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 6
Peça 5441121
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02FDD28

Pelo exposto, sugere-se a manutenção dos apontamentos.

Administradores responsáveis
Loraci Klippel Melo Germann

12.2.1. Legislação Municipal

Na verificação da legislação municipal do sistema de controle interno do Município, foi constatada a inexistência de previsão quanto aos seguintes aspectos: de que os órgãos e entidades da Administração municipal e o Poder Legislativo se submetem à fiscalização da UCCI; de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado; e de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais. Assim, evidenciou-se a necessidade de aprimoramento da norma local para o integral atendimento da Resolução TCE nº 936/2012 (p. 52 e 53 da peça 5323753)

Administradores responsáveis
Loraci Klippel Melo Germann

12.2.2. Composição da Unidade Central de Controle Interno

A partir da análise dos dados apresentados no Quadro 54, verificou-se que os servidores não desempenham suas atividades exclusivamente no controle interno, e que não estão lotados em cargos com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle. Assim, concluiu-se que a atual composição da unidade de Controle Interno contraria o disposto no artigo 5º da Resolução TCE/RS nº 936/2012 (p. 53 da peça 5323753).

Foram apresentados esclarecimentos conjuntos às p. 31 a 35 da peça 5412906.

Em síntese, a gestora contesta a obrigatoriedade de observância da Resolução TCE-RS nº 936/2012, mencionando que ela apenas dá diretrizes, mas não vincula a administração municipal. Alega ser duvidosa a constitucionalidade da resolução, em face do não julgamento do mérito da ADI nº 70052260437.

Assevera que o TCE não possui competência para exigir que o Município legisle a partir de regras estabelecidas em resolução interna. Afirma que, nos termos da Constituição Federal e da Lei Municipal, não existe nenhuma determinação legal que imponha poder de fiscalização à UCCI, devendo servir de instrumento de apoio ao controle e não de fiscalização.

Afirma que se adotam as medidas possíveis para evitar que se reiterem os apontes

Assinado digitalmente por: Karin Ruschel Lorenzoni em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3964.63B0.03BB.9E99.CFAA.

Página 928
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 5441121
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02FDD28

suscitados, de que resultem ilegalidades ou irregularidades.

No caso da exigência de acompanhamento de processos de tomada de contas especiais, alega que se está buscando transferir atividades que não se coadunam com atribuições constitucionais do controle interno. Critica a exigência, fazendo referência ao princípio da segregação de funções.

Quanto à exclusividade e compatibilidade aventada, refere a necessidade de se considerar que os Municípios de pequeno porte contam com escassos recursos humanos qualificados e disponíveis, aduzindo, ainda, o seguinte (p. 34 e 35 da peça 5412906):

> Vênia a entendimento diverso, mas o artigo 5º, da Resolução TCE/RS nº 936/2012, é materialmente inconstitucional, pois fere os artigos 18, 30, inciso I, e 31 da Constituição da República, por impelir os Municípios a adotarem estrutura e forma de composição específica para os respectivos Sistemas de Controle Interno.
>
> Também, formalmente inconstitucional, por adentrar, inclusive, em questões como atribuições dos cargos e exigência de escolaridade mínima para os respectivos provimentos, matéria a ser fixada em lei, cuja iniciativa é privativa dos Prefeitos, na esteira do que dispõem o artigo 61, § 1º, inciso II, alíneas “a” e “b” da Constituição da República, e artigo 60, inciso II, alíneas “a” e “d” da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, aplicáveis, por simetria, aos Municípios, conforme artigo 29 da Carta Federal e artigo 8º da Carta Estadual.

Por fim, dentre outros aspectos, afirma que "este Administrador cumpriu com a legislação em vigor, e, para tanto, devem ser desconsiderados os apontamentos constantes no relatório de auditoria" (p. 35 da peça 5412906).

Passa-se à análise.

Em relação ao tema, cabe destacar que as diretrizes previstas na Resolução TCE-RS nº 936/2012 para o funcionamento do sistema de controle interno dos municípios constituem-se em um mínimo necessário para o atendimento das competências do controle interno fixadas no art. 74 da Constituição Federal e no art. 76 da Constituição do Estado do RS.

Em que pese o entendimento de que as recomendações da UCCI não têm caráter coercitivo como aventa a gestora, a previsão legal de que os órgãos e entidades da administração municipal, direta e indireta, e o Poder Legislativo se submetam à fiscalização da UCCI (inciso I do artigo 3º da Resolução TCE-RS nº 936/2012) tem por objetivo conferir maior respaldo ao referido órgão, especialmente considerando que todo e qualquer ato administrativo deve ser formalizado e a concordância ou discordância com o relatado pela UCCI deve ser documentada e motivada. Ignorar o conteúdo das auditorias do Órgão do Controle interno, além de desprestigiar a atuação do Controle Interno, esvazia a efetividade desse Órgão de Controle.

Assinado digitalmente por: Karin Ruschel Lorenzoni em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3964.63B0.03BB.9E99.CFAA.

Página 929
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 5441121
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02FDD28

Ao realizar os apontamentos em questão, a auditoria não tenciona a vinculação do Controle Interno do Município ao TCE-RS, mas analisa a sua atuação, precisamente no exercício do exame da legalidade dos atos da Administração Pública.

Quanto à alegação de invalidade de ato normativo deste Tribunal, ressalta-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal de ser legítima a edição de atos normativos por tribunais de contas estaduais com o objetivo de regulamentar procedimentalmente o exercício de suas competências constitucionais, como já referido no item anterior.

Por fim, registra-se que, no âmbito do Processo de ADI nº 70052260437, em que se questionou a constitucionalidade da Resolução TCE nº 936/2012 perante Tribunal de Justiça deste Estado, foi proferido acórdão com a seguinte ementa[7]:

> AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUSENTE REFERENCIA À NORMA VIOLADA EM RELAÇÃO À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONTROLE ABSTRATO DA LEGISLAÇÃO IMPUGNADA EM CONFRONTO COM NORMA INFRACONSTITUCIONAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL.
> Descumprimento da lei 9.868/99 que disciplina a propositura da ação com a indicação dos dispositivos legais do pedido e especificações. Precedentes desta Corte.
> Impossibilidade de declaração de inconstitucionalidade da legislação impugnada frente a norma infraconstitucional.
> Indeferimento da inicial. Precedentes desta Corte e dos Tribunais Superiores.
> INDEFERIRAM A INICIAL. UNÂNIME.

Pelo exposto, sugere-se a manutenção dos apontamentos.

Administradores responsáveis
Loraci Klippel Melo Germann

Assinado digitalmente por: Karin Ruschel Lorenzoni em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3964.63B0.03BB.9E99.CFAA.

Página 930
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 9
Peça 5441121
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P02FDD28

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Responsabilização:

A responsabilidade pelas falhas remanescentes, conforme os respectivos períodos administrativos, está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 1 – Inconformidades mantidas totalmente ou parcialmente

Item	Prefeita Loraci Klippel Melo Germann 01/01/2022 a 09/01/2022 e 10/02/2022 a 31/12/2022, Responsável
DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS	
3.2.1	Sim
10.1.4	Sim
10.1.5	Sim
12.2.1	Sim
12.2.2	Sim

À sua consideração.

Karin Ruschel Lorenzoni
Auditor De Controle Externo

Assinado digitalmente por: Karin Ruschel Lorenzoni em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3964.63B0.03BB.9E99.CFAA.

NOTAS

1. in OLIVEIRA, Weder de. Precisamos falar sobre contas... uma nova perspectiva sobre a apreciação das contas anuais do Presidente da República pelo Congresso Nacional mediante parecer prévio do Tribunal de Contas da União. In: LIMA, Luiz Henrique; OLIVEIRA, Weder de; CAMARGO, João Batista (Coord.). Contas governamentais e responsabilidade fiscal. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 45.
2. RE 1203926 AgR, Relator(a): Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 24-08-2020, publicado em 01-09-2020.
3. Tema 835 - Definição do órgão competente, se o Poder Legislativo ou o Tribunal de Contas, para julgar as contas de Chefe do Poder Executivo que age na qualidade de ordenador de despesas. Tese: Para os fins do art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores.
4. Tema 157 - Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito. Tese: O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.
5. Decisão n. 2C-0999/2023: b) recomendar à atual Administração que evite a reincidência das falhas relatadas e adote providências preventivas e corretivas em relação àquelas passíveis de regularização.
6. Nesse sentido: “[...] Exercício do poder de controle externo dos Tribunais de Contas. Relação instrumental com deveres de transparência, probidade e eficiência previstos na própria Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação estadual que regula o funcionamento do controle externo. Competência regulamentar para explicitar deveres legais em matéria de procedimentos e documentação. Constitucionalidade. Pedidos julgados improcedentes”. (ADI 4872, Relator(a): Marco Aurélio, Relator(a) p/ Acórdão: Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 15-02-2023, publicado em 28-04-2023)
7. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/busca/?return=proc&client=wp_index&combo_comarca=&comarca=&numero_processo=&numero_processo_desktop=7(Consulta realizada em 29-09-2023.

Assinado digitalmente por: Karin Ruschel Lorenzoni em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3964.63B0.03BB.9E99.CFAA.

Senhor(a) Supervisor(a): Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 26/10/2023.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

Assinado digitalmente por: Edison Garcia em 26/10/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.987C.81BA.956B.1E70.5D33.

O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 06/11/2023.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

Assinado digitalmente por: Mauro Eduardo de Souza Pinto em 06/11/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.208B.B42B.0D24.118B.7275.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Consoante disposto no artigo 36 do Regimento Interno do Ministério Público de Contas, aprovado pela Resolução MPC nº 07/2023, que regula o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001070-0200/22-0
Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: MPC - Procurador 2
Exercício: 01/01/2022 à 31/12/2022

Distribuído em 06/11/2023.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 06/11/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B724.E778.D2FA.0089.12B7.

PARECER MPC nº 1467/2024

Processo nº	**001070-0200/22-0**
Relator:	**CONSELHEIRO CEZAR MIOLA**
Tipo:	**CONTAS ANUAIS - EXERCÍCIO DE 2022**
Órgão:	**EXECUTIVO MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS**
Gestores:	**LORACI KLIPPEL MELO GERMANN (Prefeita)**
	JAIRO DE MELO (Vice-Prefeito)

CONTAS ANUAIS (2022). PARECER FAVORÁVEL COM RESSALVAS (PREFEITA). PARECER FAVORÁVEL (VICE-PREFEITO). RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR. CIÊNCIA AO CONTROLE INTERNO.

I – Para exame e parecer, o Processo de Contas Anuais dos Administradores acima nominados.

A Sra. **LORACI KLIPPEL MELO GERMANN** (Prefeita) apresentou esclarecimentos que, após examinados pela Supervisão competente, vieram encaminhados a este *Parquet* para a manifestação regimentalmente prevista.

O Sr. **JAIRO DE MELO** (Vice-Prefeito) não foi intimado a prestar esclarecimentos por não terem sido constatadas inconformidades de sua responsabilidade nos períodos em que esteve à frente do Poder Executivo.

II – As irregularidades a seguir, **mantidas integralmente**, desvelam a transgressão a normas de administração financeira e orçamentária, **repercutindo no decisório a ser exarado nas presentes contas**, sem, contudo, ensejar a responsabilização da Gestora, ante a ausência de verificação de erro grosseiro.

DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

3.2.1. Índice de Modificação Orçamentária Constatou-se que houve necessidade de adaptação em 58,12% do plano orçamentário para o ano de 2022, demonstrando descompasso no processo de elaboração da peça orçamentária, se considerada a realidade

Assinado digitalmente por: Geraldo Costa da Camino em 16/02/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8DF.E344.C63B.EE8E.E356.

Página 936
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 2
Peça 5707842
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P033EF09

fática apresentada no ano em análise. Referiu-se que o artigo 8º da Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 1.850/2021) autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 10% da despesa total fixada, mas os créditos suplementares atingiram 37,87%, excedendo o limite legal (págs. 14 e 15 da peça 5323753).

10.1.4. Base de Legislação Municipal (Sistema BLM) Verificou-se que as remessas de normas à BLM do TCE-RS não foram encaminhadas, em sua totalidade, nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 12/2009. Atraso de 224 dias, em relação ao 3º trimestre de 2022 (pág. 48 da peça 5323753).

10.1.5. Licitações e Contratos (Sistema LicitaCon) De acordo com as informações constantes no Quadro 51, as remessas ao LicitaCon foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso nos eventos de licitações e contratos. Referiu-se que a mesma irregularidade consta no Processo nº 1434-0200/21-9 do exercício de 2021, com decisão 5 (págs. 48 e 49 da peça 5323753).

12.2.1. Legislação Municipal Na verificação da legislação municipal do sistema de controle interno do Município, foi constatada a inexistência de previsão quanto aos seguintes aspectos: de que os órgãos e entidades da Administração municipal e o Poder Legislativo se submetem à fiscalização da UCCI; de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado; e de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais. Assim, evidenciou-se a necessidade de aprimoramento da norma local para o integral atendimento da Resolução TCE nº 936/2012 (págs. 52 e 53 da peça 5323753)

12.2.2. Composição da Unidade Central de Controle Interno A partir da análise dos dados apresentados no Quadro 54, verificou-se que os servidores não desempenham suas atividades exclusivamente no controle interno, e que não estão lotados em cargos com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle. Assim, concluiu-se que a atual composição da unidade de Controle Interno contraria o disposto no artigo 5º da Resolução TCE/RS nº 936/2012 (pág. 53 da peça 5323753).

III – Isto posto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

Assinado digitalmente por: Geraldo Costa da Camino em 16/02/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8DF.E344.C63B.EE8E.E356.

Página 937
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 5707842
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P033EF09

1º) **Parecer favorável com ressalvas** à aprovação das contas da Sra. **LORACI KLIPPEL MELO GERMANN** (Prefeita), com fundamento no art. 75, inc. II, do RITCE e no art. 2º da Resolução TCE/RS nº 1.142/2021.

2º) **Parecer favorável** à aprovação das contas do Sr. **JAIRO DE MELO** (Vice-Prefeito)**,** com fundamento no art. 75, inc. I, do RITCE;

3º) **Recomendação** ao atual Administrador para que evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas em tal sentido.

4º) **Ciência** à Unidade Central de Controle Interno.

É o Parecer.

MPC, data da assinatura digital.

GERALDO COSTA DA CAMINO,
Procurador.

Assinado digitalmente.

141

Assinado digitalmente por: Geraldo Costa da Camino em 16/02/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8DF.E344.C63B.EE8E.E356.

Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 07 de Março de 2024, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 7ª Sessão da Primeira Câmara, aprazada para o dia 12 de Março de 2024 - 14h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 001070-0200/22-0
Órgão: PM de Três Forquilhas
Matéria: Contas Anuais

Porto Alegre, 05 de março de 2024.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 05/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8C90.77C6.170B.7317.EB15.

Processo nº	1070-0200/22-0	
Matéria:	CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2022	
Poder:	EXECUTIVO MUNICIPAL DE TRÊS FORQUILHAS	
Gestores:	LORACI KLIPPEL MELO GERMANN (PREFEITA) E JAIRO DE MELO (VICE-PREFEITO)	
Advogados:	GLADIMIR CHIELE E OUTROS	PEÇA 5412907
Relatório de auditoria:		PEÇA 5323753
Instrução técnica:		PEÇA 5441121
Parecer do MPC:	1467/2024 (GCC)	PEÇA 5707842
Órgão Julgador:	PRIMEIRA CÂMARA	
Data da sessão:	12-03-2024	

CONTAS ANUAIS. PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS (PREFEITA). PARECER FAVORÁVEL (VICE-PREFEITO). RECOMENDAÇÃO E DETERMINAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

A existência de inconformidades que, em seu conjunto, não comprometem a Gestão enseja a emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas (Prefeito).

A ausência de falhas específicas, aliada à exiguidade do período de gestão, determina a emissão de parecer favorável à aprovação das Contas (Vice-Prefeito).

As infringências ao ordenamento jurídico justificam recomendação e determinação ao atual Administrador no sentido da implementação de medidas preventivas e corretivas.

RELATÓRIO

Os autos apresentam informes acerca da gestão fiscal, em vários de seus aspectos, e dos índices constitucionais e normas de regulação atinentes à educação e à saúde, bem como substratos dizentes com outras obrigações do Gestor. Também foram acostados documentos previstos em normativas específicas.

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

A partir do exame desses elementos, o Órgão Técnico elaborou o relatório de auditoria, o qual concluiu pela presença de inconformidades no período analisado.

Devidamente intimado, a Prefeita prestou esclarecimentos[1] (peça 5412906), os quais foram analisados pela Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Municipais I – SAICM-I, que entendeu pela permanência de todos apontamentos.

Consigno que o Vice-Prefeito não foi instado a se manifestar, haja vista que não lhe foi atribuída responsabilidade pelas falhas noticiadas nos autos.

Nos termos regimentais, o Ministério Público de Contas – MPC pronunciou-se no seguinte sentido: emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas Anuais da Administradora Loraci Klippel Melo Germann; e de parecer favorável àquelas do Gestor Jairo de Melo; além de recomendação ao atual Gestor para que "evite a reincidência dos apontes criticados nos autos".

É o relatório.

VOTO

I – Em preliminar de mérito, o Administrador teceu considerações acerca da responsabilização dos gestores públicos, defendendo a índole subjetiva desta. Nesse quadro, realizou comentários a respeito de dispositivos da Lei Federal n° 13.655/2018, concluindo pela impossibilidade de ser responsabilizado por falhas que não decorram de sua atuação efetiva ou de omissão na adoção de providências.

Em atenção às alegações apresentadas pelo Administrador, registro que, de fato, a análise da responsabilização deve se pautar pela legislação referida pela defesa.

II – Também em sede de preliminar, o Administrador sustentou que:

> (...) A Constituição Federal não faz distinção ou limita a competência dos Poderes Legislativos, quanto ao exame das contas dos Prefeitos, em técnico ou político-administrativo. É equivocada, e não encontra lastro constitucional, a alegação de

[1] Não foram anexados documentos aos citados esclarecimentos.

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

Página 941
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 3
Peça 5734754
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0345829

> que o Poder Legislativo local exerce julgamento meramente político-administrativo. (...)
>
> O desempenho, se o Poder Executivo é examinado sob o aspecto político-administrativo, diferenciando-o daquele técnico, que, segundo a auditoria, é exercido pelo Tribunal de Contas, não necessitaria de um parecer prévio, vez que o respectivo julgamento prescindiria de averiguação da pertinência constitucional, legal ou principiológica do exercício governamental.

Citou, a este propósito, parte da Ementa do RE 848826/CE, concluindo, no particular, que a distinção entre competência político-administrativa e técnica não atende aos comandos constitucionais, inexistindo esta repartição.

A respeito, tenho que a argumentação apresentada parece decorrer de entendimento – diga-se, de imediato, equivocado – de pretender esta Corte de Contas usurpar competência constitucional do Poder Legislativo.

A respeito, recorro à precisa análise elaborada pelo *Parquet*[2], adotando-a como razão de decidir:

> A propósito, assinala-se que a apreciação das contas anuais prestadas pelos Chefes dos Poderes Executivos constitui uma das funções precípuas dos Tribunais de Contas. Tal competência é exercida mediante a emissão de um Parecer Prévio de conteúdo técnico-jurídico e caráter consultivo e opinativo, constituindo subsídio indispensável para o julgamento político exercido pelos respectivos Poderes Legislativos.
>
> A atuação desta Corte de Contas sempre foi pautada pelo respeito às instituições e fundamentada no exame técnico das matérias a ela submetidas em todos os processos de todas as áreas, e não seria diferente naqueles em que são examinadas as contas dos gestores públicos.
>
> No entanto, há matérias para as quais a Constituição atribui competência de julgamento dos Administradores aos Tribunais de Contas, sem a participação do Poder Legislativo respectivo, como, aliás, elucida outro trecho da ementa do RE 848826/CE, citado pela defesa:
>
> > 4. Já as contas de gestão, também chamadas de contas de ordenação de despesas, possibilitam o exame, não dos gastos globais, mas de cada ato administrativo que compõe

[2] Nos autos do Processo nº 1088-0200/21-9, peça 5137427.

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

Página 942
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 4
Peça 5734754
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0345829

> a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do ente público, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade. A competência para julgá-las é do Tribunal de Contas, em definitivo – portanto, sem a participação da Casa Legislativa respectiva –, conforme determina o art. 71, II da Constituição Federal.
>
> Assim, se limitação há ao exame de aspectos das contas pelo Poder Legislativo, esta limitação está contida na própria Carta Magna, descabendo reparo a procedimentos adotados nesta Corte.

A propósito, especificamente sobre a expressão "julgamento político-administrativo", utilizada pela Equipe de Auditoria na introdução do Relatório de Contas Anuais, oportuno esclarecer que se trata de termo consignado em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Acórdão do Recurso Extraordinário nº 729.744/MG, que, a propósito, foi citado na justificativa para elaboração da Resolução nº 1128/2020, que alterou o RITCE. Por oportuno, transcrevem-se excertos do referido Recurso Extraordinário:

> Como se percebe, no tocante às contas do Chefe do Poder Executivo, a Constituição confere à Casa Legislativa, além do desempenho de suas funções institucionais legislativas, a função de controle e fiscalização de suas contas, em razão de sua condição de órgão de Poder, a qual se desenvolve por meio de um processo **político-administrativo** cuja instrução se inicia na apreciação técnica do Tribunal de Contas. (...)
>
> Na oportunidade do julgamento da ADI-MC 215, min. Celso de Mello, DJ 3.8.1990, o Supremo Tribunal Federal ressaltou a importância e relevância republicana do parecer emitido pelo Tribunal de Contas na instrução do processo **político-administrativo** do julgamento de contas do Chefe do Poder Executivo. (...)
>
> Há, pois, uma dualidade de regimes jurídicos a que os agentes públicos estão sujeitos no procedimento de prestação e julgamento de suas contas. Essa diversidade de tratamento jurídico, estipulada "ratione personae" pelo ordenamento constitucional, põe em relevo a condição **político-administrativa** do Chefe do Poder Executivo. (Grifou-se)

Nesses termos, rejeito a preliminar.

III – Ainda em preliminar de mérito, o Administrador teceu considerações acerca da impossibilidade de fixação de penalidade pecuniária em Contas Anuais, uma vez que estas "visam substituir as Contas de Governo,

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

Página 943
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 5
Peça 5734754
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0345829

aplicando simetria e uniformidade entre a emissão de parecer prévio às contas do Governador do Estado e aos Prefeitos Municipais". Fez referência à Súmula nº 23 deste Tribunal.

Conforme bem salientado pelo *Parquet*:

> Por fim, no tocante à aplicação de penalidade pecuniária em processos de contas anuais, registra-se que, nos termos do artigo 71, VIII, da Constituição da República, compete aos Tribunais de Contas *aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário*.
>
> A penalidade pecuniária consiste em instrumento de responsabilização financeiro-sancionatória concedido a esta Corte pela Lei Estadual nº 11.424/2000 para, em última análise, impedir (e punir) a esquiva no cumprimento de obrigações legais por parte dos responsáveis:
>
> > Art. 33 - **Ao Tribunal de Contas**, órgão de controle externo, no exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, **compete**, nos termos do disposto nos artigos 70 a 72 da Constituição do Estado e na forma estabelecida nesta Lei, o seguinte:
> >
> > VII - **aplicar multas** e determinar ressarcimentos ao erário, **em caso de irregularidades ou ilegalidades**; (...)
> >
> > Art. 67 - **As infrações às leis e regulamentos relativos à administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial sujeitarão seus autores à multa** de valor não superior a 1.500 (um mil e quinhentas) Unidades Fiscais de Referência, independente das sanções disciplinares aplicáveis.
>
> Nesse sentido o Regimento Interno desta Corte:
>
> > Art. 135 **O Tribunal de Contas poderá aplicar multa por infringência à Constituição, às leis e aos regulamentos**, bem como imputar débito, quando caracterizado dano ao patrimônio público.
>
> E a Resolução TCE/RS nº 1.142/2021:
>
> > Art. 4º **Por ocasião da emissão do parecer prévio** ou do julgamento das contas, **o Tribunal de Contas do Estado poderá, ainda, conforme o caso, a natureza e o objeto do processo, aplicar as medidas previstas nos incisos VII a XI do artigo 33 da Lei Estadual nº 11.424**, de 6 de janeiro de 2000, dentre outras que julgar cabíveis, assim como encaminhar representação ao Ministério Público e ao Poder Legislativo correspondente, para as providências que

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

> couberem a estes órgãos, nos casos em que forem constatados indícios de existência de crime contra a Administração Pública, de ato de improbidade administrativa ou de crime de responsabilidade.[3]
>
> Exige-se para aplicação da multa, portanto, a demonstração de que a atuação do Agente Público violou o ordenamento jurídico (em especial, normativos relativos à administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial) a partir de uma análise subjetiva da conduta – independente da existência de dano financeiro ao Erário.
>
> No ponto, destaca-se a inexistência de regra legal ou regimental vedando a sua aplicação em processos de Contas Anuais. A meu ver, a sanção pode ser aplicada com base no conjunto das irregularidades apontadas no próprio relatório de contas, na forma do art. 71, inc. VIII, da Constituição da República, do art. 67 da Lei Estadual n° 11.424/2000 e do art. 135 do Regimento Interno.
>
> No caso, considerando o conjunto das falhas relatadas à luz da sua responsabilidade quanto à supervisão dos serviços administrativos do Poder Executivo e organização e estruturação de um eficiente sistema de controle interno, de modo a prevenir e a evitar a ocorrência de situações como as apontadas no relatório das contas anuais, entende esta Agente Ministerial ser aplicável a penalidade pecuniária.
>
> Vale anotar, inclusive, o entendimento deste Tribunal de que é ônus do Agente Público comprovar a observância da legislação bem como a atuação de modo diligente.

Outrossim, recentemente[4], o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou entendimento de que Tribunais de Contas podem impor condenação administrativa a Governadores e Prefeitos quando identificada sua responsabilidade pessoal (Tema 1.287). De acordo com essa decisão, o ato não precisa ser julgado ou aprovado posteriormente pelo Legislativo.

Nesse contexto, considerando que a Súmula nº 23 deste Tribunal não foi objeto de alteração, bem como tendo em conta o teor dos artigos 33, VII, e 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000, somado ao artigo 135 da Resolução

[3] Registra-se, inclusive, que a redação da Resolução 1009, revogada pela 1.142, restringia a possibilidade de aplicação de multa aos casos de parecer desfavorável (possibilidade posteriormente afastada pela Súmula 23). A nova redação, por sua vez, aparentemente ampliou a possibilidade de aplicação mesmo para os casos em que não se trate de parecer desfavorável.

[4] O tema foi julgado, em 19/12/2023, no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1436197, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.287).

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

Página 945
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 7
Peça 5734754
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0345829

nº 1.028/2015 (RITCE) e ao artigo 4º da Resolução TCE nº 1.142/2021[5], sou pela rejeição da preliminar suscitada.

IV – Irregularidades não elididas

10.1.5. Licitações e Contratos (Sistema LicitaCon). De acordo com as informações constantes no Quadro 51, as remessas ao Licitacon foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso nos eventos de licitações e contratos: 97% das licitações e 100% dos contratos, com atraso médio de 43 dias.. Referiu-se que a mesma irregularidade consta no Processo nº 1434-0200/21-9 do exercício de 2021, com decisão 5 (p. 48 e 49 da peça 5323753).

A defesa, em suma, alegou que inexiste ilegalidade ou irregularidade em eventual intempestividade na remessa de informações ao controle externo, alegando a necessidade de lei em sentido estrito para vincular a Administração Municipal. Invocou a responsabilidade subjetiva e a LINDB.

Conforme bem assentado pelo Serviço Instrutivo, "no tocante à alegação de necessidade de lei em sentido estrito, destaca-se que está em contrariedade ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, cujo posicionamento é no sentido de ser legítima a edição de atos normativos por tribunais de contas estaduais com o objetivo de regulamentar procedimentalmente o exercício de suas competências constitucionais"[6].

E assim continua a SAICM, cuja análise adoto como razões de decidir:

> Especificamente em relação a licitações e contratos, a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017 não inauguram uma obrigação dos órgãos

[5] **Art. 4º** Por ocasião da emissão do parecer prévio ou do julgamento das contas, o Tribunal de Contas do Estado poderá, ainda, conforme o caso, a natureza e o objeto do processo, **aplicar as medidas previstas nos incisos VII a XI do artigo 33 da Lei Estadual nº 11.424**, de 6 de janeiro de 2000, dentre outras que julgar cabíveis, assim como encaminhar representação ao Ministério Público e ao Poder Legislativo correspondente, para as providências que couberem a estes órgãos, nos casos em que forem constatados indícios de existência de crime contra a Administração Pública, de ato de improbidade administrativa ou de crime de responsabilidade.

[6] Nesse sentido: "[...] Exercício do poder de controle externo dos Tribunais de Contas. Relação instrumental com deveres de transparência, probidade e eficiência previstos na própria Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação estadual que regula o funcionamento do controle externo. Competência regulamentar para explicitar deveres legais em matéria de procedimentos e documentação. Constitucionalidade. Pedidos julgados improcedentes". (ADI 4872, Relator(a): Marco Aurélio, Relator(a) p/ Acórdão: Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 15-02-2023, publicado em 28-04-2023).

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

Página 946
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 8
Peça 5734754
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0345829

e entidades da Administração Pública de prestar contas a este Tribunal por meio de um sistema eletrônico de coleta e remessa de dados.

A esse respeito, a Lei nº 8.666/1993 assim dispõe:

> Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais **instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente**, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto. (grifou-se)

A Lei nº 14.133/2021, por sua vez, igualmente refere o exercício do controle externo das contratações pelos tribunais de contas, in verbis:

> Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:
>
> I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;
>
> II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;
>
> III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo **tribunal de contas**. (grifou-se)

Quanto à questão atinente à LINDB, registra-se que, para fins de apreciação das contas para a emissão do parecer prévio, a conduta da Gestora será avaliada, quanto à sua responsabilidade em atender normas legais vigentes.

Em relação à menção aos Processos nº 1169-02.00/22-1 e nº 1538-0200/21-8, ressalta-se que tais expedientes não se referem a processos do Município de Três Forquilhas.

Em relação ao Processo nº 645-02.00/21-2, além de não se referir à Auditada, a área instrutiva sugeriu a manutenção do apontamento relacionado aos atrasos ao Sistema Licitacon, sendo que o feito ainda não possui decisão definitiva.

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

> Por fim, importa referir que, no Processo nº 1434-0200/21-9, do exercício de 2021, do Poder Executivo de Três Forquilhas, a mesma irregularidade foi apontada e mantida pela decisão proferida naquele expediente (Decisão nº 2C-0999/2023 – p. 5 da peça 5373113 daquele processo).

No caso em tela, julgo pertinente trazer comparativo em que se constata a evolução das remessas intempestivas ao LicitaCon:

Ano	% de atraso nas remessas de licitações	média de atraso
2019	76,47%	8 dias
2020	90,7%	22 dias
2021[7]	86,36%	32 dias
2022	**97,5%**	**44 dias**
2023	97%	41,47dias

No caso, verifico que, após o início da gestão da Esclarecente, a média de atraso dobrou (de 22 dias em 2020 – sob outra Administração – para 44 dias em 2022).

No caso, destaco a expressividade dos atrasos: em *97% das licitações e 100% dos contratos.*

Outrossim, verifico que, nas Contas de Gestão afetas a 2017, apontou-se a "ausência total de informações cadastradas no sistema LicitaCon" (item 4.1.1 do Processo nº 5222-0200/17-6), oportunidade em que o Relator Algir Lorenzon votou pela fixação de multa e recomendação (Decisão nº 2C-0656/2019).

A propósito do tema, são reiteradas as manifestações desta Casa no sentido de que a ausência de registro e o atraso no envio de informações ao LicitaCon não apenas configuram o descumprimento das normas de regência, como também obstaculizam os controles externo e social.

Assim, considerando que os atrasos verificados têm potencial para prejudicar o monitoramento e as auditorias concomitantes nas licitações e contratos do ente, inviabilizando as análises de editais e as ações de controle voltadas à prevenção de potenciais irregularidades, bem como tendo em vista a piora nas remessas a partir de 2021, agravando-se em 2022, voto por determinar à Origem que adote medidas a fim de observar os prazos para cadastramento no sistema Licitacon, alertando-se que a inobservância desses

[7] Primeiro ano de gestão da Esclarecente.

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

procedimentos poderá ser considerada como gravosa quando do exame de outros processos de contas anuais.

12.2.1. Legislação Municipal. Na verificação da legislação municipal do sistema de controle interno do Município, foi constatada a inexistência de previsão quanto aos seguintes aspectos: de que os órgãos e entidades da Administração municipal e o Poder Legislativo se submetem à fiscalização da UCCI; de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado; e de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais. Assim, evidenciou-se a necessidade de aprimoramento da norma local para o integral atendimento da Resolução TCE nº 936/2012 (p. 52 e 53 da peça 5323753)

12.2.2. Composição da Unidade Central de Controle Interno. A partir da análise dos dados apresentados no Quadro 54, verificou-se que os servidores não desempenham suas atividades exclusivamente no controle interno, e que não estão lotados em cargos com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle. Assim, concluiu-se que a atual composição da unidade de Controle Interno contraria o disposto no artigo 5º da Resolução TCE/RS nº 936/2012 (p. 53 da peça 5323753).

Em síntese, a Gestora contestou a obrigatoriedade de observância da Resolução TCE-RS nº 936/2012, mencionando que ela apenas dá diretrizes, mas não vincula a administração municipal. Alegou ser duvidosa a constitucionalidade da resolução, em face do não julgamento do mérito da ADI nº 70052260437. Asseverou que o TCE não possui competência para exigir que o Município legisle a partir de regras estabelecidas em resolução interna. Afirmou que, nos termos da Constituição Federal e da Lei Municipal, não existe nenhuma determinação legal que imponha poder de fiscalização à UCCI, devendo servir de instrumento de apoio ao controle e não de fiscalização.

Primeiramente, é importante destacar que, ao contrário do que aduziu a Administradora, a Resolução nº 936/2012, que dispõe sobre "as diretrizes a serem observadas na estruturação e funcionamento do sistema de controle interno municipal", possui caráter cogente.

Com efeito, este Tribunal de Contas é competente para expedir normas que instituam procedimentos voltados ao auxílio do desempenho de sua missão institucional, tal como se verifica com a dita Resolução.

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

Considerando que esse ato foi aprovado pelo Colegiado desta Casa (que detém competência para tanto) e foi publicado nos meios oficiais de divulgação, passou a ser de observância obrigatória pelos Administradores, os quais, em caso de não atendimento, ficam sujeitos às sanções pertinentes, uma vez que o descumprimento de regra estabelecida em resolução, "salvo se manifestadamente ilegal, equipara-se a descumprimento de lei" (Parecer TCE nº 22/2004). Pensar-se o contrário prejudicaria o pleno exercício das competências desta Casa.

É esse, inclusive, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

> ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. APLICAÇÃO DE MULTA A PREFEITO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO APÓS O ENCERRAMENTO DO PRAZO DESIGNADO PELO ART. 6º DA RESOLUÇÃO NORMATIVA RN-TCM N. 008/00. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ARTS. 52, 53 E 63.
>
> (...)
>
> 2. É competente o Tribunal de Contas para estabelecer procedimento administrativo e imputar multa em decorrência do cumprimento de sua missão de praticar atos de fiscalização, conforme previsão contida na CF/88, art. 71, VIII e repetida na Constituição do Estado de Goiás. Ainda, o art. 73 da CF/88 confere aos Tribunais de Contas às competências do art. 96, I, "a", dando-lhes o fundamento para elaborarem os seus regimentos internos. Portanto, **a própria Carta Magna concede aos Tribunais força normativa de lei relativamente às matérias de suas atribuições pelos instrumentos regulamentares-Regimento Interno ou Resoluções.** Nesse mister, tem respaldo a exigência de prazos para a apresentação dos documentos essenciais à sua atividade, como, no caso concreto, em que a Resolução Normativa RN-TCM n. 008/00, art. 6º, assinala o prazo de 45 dias para que os municípios entreguem o RREO, hipótese, portanto, que não se reveste de nenhuma espécie de ilegalidade. (STJ, RMS no 24.043/GO, j. em 04-09-2007) (Grifei.)

A respeito, poder-se-ia assinalar que a mesma competência que irradia o poder geral de cautela às Cortes de Contas, também autoriza a emissão de normas de necessária observância pelos Poderes e órgãos da Administração Pública aos quais afetos.

Segundo o Supremo Tribunal Federal – STF (*in* MS 26.547-MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 23-05-2007, DJ de 25-05-2007):

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

> (...) **a formulação** que se faz em torno **dos poderes implícitos**, cuja doutrina – **construída** pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América no célebre caso McCULLOCH v. MARYLAND (1819) – **enfatiza que a outorga de competência expressa** a determinado órgão estatal **importa em deferimento implícito**, a esse mesmo órgão, **dos meios necessários** à integral realização **dos fins** que lhe foram atribuídos. (Grifei.)

Outrossim, não assiste razão à defesa quando alega que, na Constituição Federal, não existe determinação que imponha poder de fiscalização à UCCI, mas sim de acompanhamento e de controle. De acordo com os *caputs* dos artigos 31 e 70 da CF/88:

> Art. 31. A **fiscalização** do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, **e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal**, na forma da lei.
>
> (...)
>
> Art. 70. A **fiscalização** contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e **pelo sistema de controle interno** de cada Poder. (Grifei.)

No mérito, o apontamento trata da deficiência na regulamentação local acerca de disposições relevantes para o bom andamento dos trabalhos do controle interno. No aspecto, relevante salientar que a regulamentação questionada proporcionaria melhorias na organização e planejamento da Administração por meio da atuação da unidade de controle.

Considerando que a instituição do sistema de controle interno dá-se por meio de lei municipal de iniciativa do Poder Executivo, que também deve estabelecer a forma de atuação do SCI, cabe à Gestora providenciar a positivação de tais regras.

Em consulta à legislação em comento, verifiquei que permanecem inalterados os dispositivos apontados.

No caso, destaco que, passada mais de uma década da edição da Resolução TCE nº 936/2012, o Executivo de Três Forquilhas ainda não procedeu às adequações normativas necessárias.

Relativamente à composição da UCCI (12.2.2), o fato de os três membros não desempenharem suas atividades exclusivamente no controle interno afronta ao artigo 5º da Resolução nº 936/2012. É também forçoso

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

Página 951
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 13
Peça 5734754
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0345829

reconhecer que o dispositivo em causa deve ser aplicado de acordo com a realidade do Município (2.760 habitantes[8]) e com as demandas existentes, motivo pelo qual entendo que o Responsável deve designar ao menos um servidor com dedicação exclusiva para trabalhar junto à UCCI, de maneira a proporcionar melhorias na organização e no planejamento do órgão controlador próprio.

Relevante ainda mencionar que inconformidade relativa à inadequação da composição do SCI perante a Resolução TCE nº 936/2012 já foi apontada em 2017 (Processo nº 5222-0200/17-6, Decisão n. 2C-0656/2019, com fixação de multa e recomendação).

Ainda, nunca é demais repisar que às Cortes de Contas incumbe exigir, nos termos preconizados, dentre outros, pelos artigos 31, 70 e 74 da Carta da República, o cumprimento à determinação constitucional de ser realizada a organização do controle interno no âmbito local, não só porque é imprescindível o seu apoio ao controle externo, mas, sobretudo, porque é do interesse público sua atuação ágil, independente e profissionalizada sobre os atos da Administração.

Diante do exposto, entendo configurada a inconformidade em tela, em todos seus aspectos, cabendo, portanto, recomendação à atual Gestora para aperfeiçoamento da legislação local nos termos apontados, bem como para designação de, ao menos, um membro do dedicação exclusiva na UCCI.

V – Além das incidências antes destacadas, verifico que também foram apontadas as seguintes inconformidades, assim descritas pela SAICM, as quais reputo caracterizadas. No particular, reporto-me, como razões de decidir, às análises promovidas pela Unidade Técnica e pelo *Parquet*.

10.1.4. Base de Legislação Municipal (Sistema BLM). Verificou-se que as remessas de normas à BLM do TCE-RS não foram encaminhadas, em sua totalidade, nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 12/2009. Atraso de 224 dias, em relação ao 3º trimestre de 2022 (p. 48 da peça 5323753).

3.2.1. Índice de Modificação Orçamentária Constatou-se que houve necessidade de adaptação em 58,12% do plano orçamentário para o ano de 2022, demonstrando descompasso no processo de elaboração da peça orçamentária, se considerada a realidade fática apresentada no ano em análise. Referiu-se que o artigo 8º da Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 1.850/2021) autorizou o

[8] https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tres-forquilhas/panorama

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 10% da despesa total fixada, mas os créditos suplementares atingiram 37,87%, excedendo o limite legal (págs. 14 e 15 da peça 5323753).

VI – Conclusão

A análise das falhas arroladas nos autos e consideradas não elididas indica que elas, no seu conjunto, não comprometem a Gestão da Administradora no exercício em apreço.

In casu, tendo em vista a materialidade envolvida nas ocorrências e a extensão de seus efeitos, considero que não são suficientes para comprometer as contas da Agente, diante do seu conteúdo e amplitude (art. 3º da Resolução nº 1.142/2021).

Nesse quadro, ainda que o contexto descrito nos autos revele a ocorrência de infrações a dispositivos legais e constitucionais e a normas de administração financeira e orçamentária, concluo que as ocorrências narradas ensejam a emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das Contas da senhora Loraci Klippel Melo Germann, nos termos do artigo 75, inciso II, do Regimento Interno desta Casa.

Quanto ao Vice-Prefeito, deixo de lhe atribuir responsabilidade pelos fatos narrados nos autos, uma vez que, em relação a ele, não foram realizados quaisquer apontamentos.

VII – Em face do exposto, voto por:

a) **emitir parecer favorável, com ressalvas**, à aprovação das Contas Anuais da senhora Loraci Klippel Melo Germann, Administradora do Município de Três Forquilhas no exercício de 2022, forte no inciso II do art. 75 do RITCE e nos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1.142/2021;

b) **emitir parecer favorável** à aprovação das Contas Anuais do senhor Jairo de Melo, Administrador do Município de Três Forquilhas no exercício de 2022, com base no inciso I do art. 75 do RITCE;

c) **recomendar** ao atual Gestor que adote providências de modo a prevenir ocorrências como as apontadas nestes autos, especialmente quanto aos itens 12.2.1 e 12.2.2;

d) **determinar** à atual Administração, com fulcro no artigo 71, inciso IX, da Constituição Brasileira, que adote providências objetivando a tempestiva remessa de dados ao LicitaCon (item 10.1.5), alertando-se, ainda, que a

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

Página 953
Processo 01070-0200/22-0
Página da peça 15
Peça 5734754
DOCUMENTO PÚBLICO
ACESSO P0345829

inobservância dessa determinação poderá ser considerada como gravosa quando do exame de outros processos de Contas Anuais;

e) **dar ciência** do inteiro teor deste relatório e voto e da decisão que vier a ser prolatada ao Sistema de Controle Interno do Município; e

f) **remeter** a matéria à Câmara de Vereadores do Município de Três Forquilhas para os fins do julgamento estatuído no § 2º do artigo 31 da Constituição da República, uma vez observados os consectários legais e regimentais e após o trânsito em julgado da decisão.

Gabinete, em 12 de março de 2024.

Roberto Debacco Loureiro,
Conselheiro-Substituto, Relator.

Assinado digitalmente por: Roberto Debacco Loureiro em 13/03/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.07C0.9095.0B82.984E.CCD0.

Relator: Conselheiro-Substituto Roberto Loureiro, em substituição ao Conselheiro Cezar Miola –
Processo n. 001070-02.00/22-0 –
Decisão n. 1C-0104/2024

– Contas Anuais dos Administradores do **Executivo Municipal de Três Forquilhas** no exercício de **2022**.

A Secretária da Primeira Câmara certifica que as ocorrências pertinentes a este processo, nesta sessão, estão abaixo consignadas.

Apresentado o relatório da matéria, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos.

A seguir, colocada a matéria em discussão e colhidos, individualmente, os votos dos demais Conselheiros, em conformidade com os artigos 1º, § 1º, da Resolução n. 1124/2020, e 2º da Instrução Normativa n. 7/2020, as quais disciplinam as sessões telepresenciais, o voto do Relator foi acolhido em sala virtual.

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

A Primeira Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, rejeita as preliminares suscitadas e decide:

*a) **emitir Parecer** sob o n. **22.599**, **Favorável com ressalvas** à aprovação das Contas Anuais da Senhora **Loraci Klippel Melo Germann** (p.p. Advogados Gladimir Chiele, OAB/RS n. 41.290, Roberto Chiele, OAB/RS n. 37.591, Fabiano Barreto da Silva, OAB/RS n. 57.761, e Leandro Jacociunas, OAB/RS n. 51.659), **Administradora do Executivo Municipal de Três Forquilhas** no exercício de **2022**, forte no inciso II do artigo 75 do Regimento Interno deste Tribunal e nos artigos 2º e 3º da Resolução n. 1.142/2021;*

*b) **emitir Parecer** sob o n. **22.599**, **Favorável** à aprovação das Contas Anuais do Senhor **Jairo de Melo**, **Administrador do Executivo Municipal de Três Forquilhas** no exercício de **2022**, com base no inciso I do artigo 75 do Regimento Interno deste Tribunal;*

*c) **recomendar ao atual Gestor** que adote providências de modo a prevenir ocorrências como as apontadas nestes autos, especialmente quanto aos itens 12.2.1 e 12.2.2;*

*d) **determinar à atual Administração**, com fulcro no artigo 71, inciso IX, da Constituição Brasileira, que adote providências objetivando a tempestiva remessa de dados ao Sistema de*

Assinado digitalmente por: Andréa Fátima do Nascimento em 04/04/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C97F.B0CC.AA75.EFA0.7DE8.

Licitações e Contratos – LicitaCon (item 10.1.5), alertando, ainda, que a inobservância dessa determinação poderá ser considerada como gravosa quando do exame de outros Processos de Contas Anuais;

*e) **dar ciência** do inteiro teor do relatório e voto do Conselheiro-Relator e da presente decisão ao Sistema de Controle Interno do Município;*

f) remeter a matéria à Câmara de Vereadores do Município de Três Forquilhas para os fins do julgamento estatuído no § 2º do artigo 31 da Constituição da República, uma vez observados os consectários legais e regimentais e após o trânsito em julgado da decisão.

Participaram do julgamento do processo o Conselheiro Estilac Xavier (Presidente) e os Conselheiros-Substitutos Roberto Loureiro (Relator) e Heloisa Piccinini.

Sala Virtual, em 12-03-2024.

Andréa Fátima do Nascimento,
Secretária da Primeira Câmara.

Assinado digitalmente por: Andréa Fátima do Nascimento em 04/04/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C97F.B0CC.AA75.EFA0.7DE8.

Processo
01070-0200/22-0

PARECER N. 22.599

Processo n. 001070-02.00/22-0

Página da peça
1

Peça
5856989

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO
P03635A4

Processo de Contas Anuais dos Administradores do Executivo Municipal de **Três Forquilhas**, referente ao exercício de **2022**. Senhora **Loraci Klippel Melo Germann** – **Parecer Favorável com ressalvas**. Falhas formais e de controle interno. Recomendação e Determinação. Senhor **Jairo de Melo** – **Parecer Favorável**. Inexistência de falhas.

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária de **12** de **março** de **2024**, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1° e 2° do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **001070-02.00/22-0**, de Contas Anuais dos Administradores do Executivo Municipal de **Três Forquilhas**, Senhores **Loraci Klippel Melo Germann** e **Jairo de Melo**, referente ao exercício de **2022**;

– Quanto à Administradora, Senhora **Loraci Klippel Melo Germann**:

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e demais documentos que integram o referido Processo de Contas Anuais, no período de sua responsabilidade, conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as contas em seu conjunto, embora ensejem Recomendação e Determinação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;

Assinado digitalmente por: Fernanda Ismael em 08/04/24, Estilac Martins Rodrigues Xavier em 08/04/24, Roberto Debacco Loureiro em 08/04/24 e Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 10/04/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5891.132F.1729.9577.19A5.

Continuação do Parecer n. 22.599

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável com ressalvas** à aprovação das Contas Anuais do Administrador do Executivo Municipal de **Três Forquilhas**, correspondentes ao exercício de **2022**, gestão da Senhora **Loraci Klippel Melo Germann**, forte no inciso II do artigo 75 do Regimento Interno deste Tribunal e nos artigos 2º e 3º da Resolução n. 1.142/2021, **recomendando ao atual Gestor** que adote providências de modo a prevenir ocorrências como as apontadas nestes autos, especialmente quanto aos itens 12.2.1 e 12.2.2 e **determinando à atual Administração**, com fulcro no artigo 71, inciso IX, da Constituição Brasileira, que adote providências objetivando a tempestiva remessa de dados ao LicitaCon (item 10.1.5), alertando, ainda, que a inobservância dessa determinação poderá ser considerada como gravosa quando do exame de outros processos de Contas Anuais;

– Quanto ao Administrador, Senhor **Jairo de Melo:**

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e os demais documentos que integram o referido Processo de Contas Anuais, no período de sua responsabilidade, demonstrarem a inexistência de falhas;

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável** à aprovação das Contas Anuais do Administrador do Executivo Municipal de **Três Forquilhas**, correspondentes ao exercício de **2022**, gestão do Senhor **Jairo de Melo**, com base no inciso I do artigo 75 do Regimento Interno deste Tribunal;

– **Encaminhar** o presente parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Sala Virtual,
12 de março de 2024.

Presidente

CONSELHEIRO ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER

Relator

CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ROBERTO DEBACCO LOUREIRO

CONSELHEIRA-SUBSTITUTA HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI

Estive presente:

PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS,
DOUTORA FERNANDA ISMAEL

Assinado digitalmente por: Fernanda Ismael em 08/04/24, Estilac Martins Rodrigues Xavier em 08/04/24, Roberto Debacco Loureiro em 08/04/24 e Heloísa Trípoli Goulart Piccinini em 10/04/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5891.132F.1729.9577.19A5.

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001070-0200/22-0 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
- Relator: Cezar Miola
- Peça(s):
  - nº 5849151 - Decisão
    - Conclusões
      - Advertência/Alerta/Cientificação/Recom/Determinação
      - Parecer Favorável
      - Parecer Favorável com Ressalvas
      - Rejeita a preliminar
- Data de envio da comunicação: 26/04/2024
- Motivo: Cientificado - MPC - Ciência do MPC - prazo 60 dia(s)
  - Destinatário: **Geraldo Costa da Camino** (e-com nº 108900/369661)
- Motivo: Intimado - Decisão de Sessão - prazo 30 dia(s)
  - Destinatário: **Jairo de Melo** (e-com nº 108900/369660)
  - Destinatário: **Loraci Klippel Melo Germann** - Responsável (e-com nº 108900/369638)
    - pp.Bel. Fabiano Barreto da Silva - OAB: 57761/ RS
    - pp.Bel. Gladimir Chiele - OAB: 41290/ RS
    - pp.Bel. Leandro Jacociunas - OAB: 51659/ RS
    - pp.Bel. Roberto Chiele - OAB: 37591/ RS

Porto Alegre, 26 de Abril de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 26/04/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0102.8753.3972.0F5D.DC5D.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001070-0200/22-0
Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Destinatário: Jairo de Melo
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Decisão de Sessão
Prazo: 30 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 108900/369660, enviada a Jairo de Melo, em 26/04/2024, foi automaticamente consumada em:

06/06/2024 23:59:59

Porto Alegre, 07 de Junho de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 07/06/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.759C.5645.C98D.DB67.A69B.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001070-0200/22-0
Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Destinatário: Geraldo Costa da Camino
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Ciência do MPC
Prazo: 60 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 108900/369661, enviada a Geraldo Costa da Camino, em 26/04/2024, foi automaticamente consumada em:

06/06/2024 23:59:59

Porto Alegre, 07 de Junho de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 07/06/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4AAB.4963.B933.64CE.C4F9.

Processo
01070-0200/22-0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Página da peça
1

Peça
5931144

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO
P037574F

Processo nº: 001070-0200/22-0
Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Destinatário: Loraci Klippel Melo Germann
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Decisão de Sessão
Prazo: 30 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 108900/369638, enviada a Loraci Klippel Melo Germann, em 26/04/2024, foi automaticamente consumada em:

06/06/2024 23:59:59

Porto Alegre, 07 de Junho de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 07/06/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8085.F182.D8FB.7B4B.F73B.

Certidão de Trânsito em Julgado

Certifica-se, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme dados do Processo Eletrônico desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do trânsito em julgado: 07/08/2024
Processo: 001070-0200/22-0
Órgão: PM de Três Forquilhas
Matéria: Contas Anuais
Exercício: 2022
Recursos: -x-

Porto Alegre, 15 de Agosto de 2024.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 15/08/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5B8C.E5A2.0CAF.96C7.CE4B.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001070-0200/22-0 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
- Relator: Cezar Miola
- Peça(s):
  - nº 5849151 - Decisão
    - Conclusões
      - Advertência/Alerta/Cientificação/Recom/Determinação
      - Parecer Favorável
      - Parecer Favorável com Ressalva(s)
      - Rejeita a preliminar
- Data de envio da comunicação: 04/09/2024
- Motivo: Intimado - Para cumprir determinação
  - Destinatário: **Maura Bobsin Aguiar** - Controle Interno - Responsável (e-com nº 117392/400816)

Observações:
(...) "e) dar ciência do inteiro teor do relatório e voto do Conselheiro-Relator e da presente decisão ao Sistema de Controle Interno do Município" (...)

Porto Alegre, 04 de Setembro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 04/09/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6F26.71BD.5D24.5899.9E24.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Supervisão de Serviços Processuais
Serviço de Cálculo, Saneamento e Acompanhamento de Decisões

Processo: 1070-02.00/22-0 – Contas Anuais/2022
Órgão: Executivo Municipal de Três Forquilhas

TERMO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO

Com base na decisão prolatada (peça nº 5849151), registra-se que, no âmbito dessa Supervisão, foram adotados os seguintes procedimentos em sede de cumprimento de decisão:

1. Alíneas "a", "b", "c" e "d": Foi realizada a intimação dos Senhores *Loraci Klippel Melo Germann e Jairo de Melo,* Administradores do **Executivo Municipal de Três Forquilhas** no exercício de **2022**, bem como na condição de atuais Responsáveis, mediante comunicação processual eletrônica, conforme atesta a Certidão de Envio da Comunicação N. 108900 (peça nº 5895903);

2. Alínea "e": Foi enviada comunicação processual eletrônica ao Responsável pelo Sistema de Controle Interno do Município para dar ciência do inteiro teor do Relatório e Voto e da Decisão n. 1C-0104/2024, conforme atesta a Certidão de Envio da Comunicação N. 117392 (peça nº 6106915);

3. Alínea "f": Foi realizada a intimação do MPC, por meio do envio de comunicação processual eletrônica, conforme atesta a Certidão de Envio da Comunicação N. 108900 (peça nº 5895903), bem como a certificação do Trânsito em Julgado (peça nº 6067193). A matéria será remetida à Câmara de Vereadores do Município, mediante comunicação processual eletrônica específica, uma vez encerrada a instrução final no Setor de Cálculo e Certidões (SECALC).

Esgotadas as atividades pertinentes ao cumprimento da decisão, encaminha-se o processo para o Setor de Cálculo e Certidões (SECALC) para instrução final.

Manuela Maria Adami
Assistente de Controle Externo
(Assinado digitalmente)

Assinado digitalmente por: Manuela Maria Adami em 04/09/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.461E.AB15.97F4.7734.7FD8.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Supervisão de Serviços Processuais
Setor de Arquivo

Procedência: SEADE – SECALC

Destinatário: SEADE – SEARQ

Processo/Expediente nº 001070-0200/22-0

Contas Anuais **Exercício: 2022**

Prefeitura Municipal de Três Forquilhas

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

A decisão da Primeira Câmara, em Sessão de 12/03/2024, transitou em julgado em 07/08/2024 e todas as alíneas foram cumpridas (peça 5849151).

Emitido Parecer, sob o nº 22599 Favorável à aprovação das Contas do Senhor Jairo de Melo e Parecer Favorável com Ressalvas à aprovação das Contas da Senhora Loraci Klippel Melo Germann, Administradores do Executivo Municipal de Três Forquilhas, no exercício de 2022 (peça 5856989).

O processo está em condições de ser encaminhado ao Legislativo Municipal para fins de julgamento.

Conforme previsto no artigo 72 do Regimento Interno do TCE-RS, "*a Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal*".

ORIENTAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de **senha pessoal**, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia **Para o Fiscalizado** → Consulta Processual e Geração de Guias.

O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), na guia **Para o Fiscalizado** > Processo Eletrônico > Acesso ao Sistema, com criação de um **e-protocolo avulso** do tipo **"Julgamento das Contas pelo Legislativo".**

Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

SEADE – SECALC, em 09 de setembro de 2024.

JOICE ALEXANDRA CARDOSO DE FARIAS,
Oficial de Controle Externo

CLEBER JOSÉ NASCIMENTO
Coordenador SEADE

AD-95.2.1

Assinado digitalmente por: Joice Alexandra Cardoso de Farias em 09/09/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.065E.2EB2.5114.35AD.0F0A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001070-0200/22-0 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
- Relator: Cezar Miola
- Peça(s):
  - nº 6114970 - Termo de encerramento
- Data de envio da comunicação: 12/09/2024
- Motivo: Notificado - Disponibilização do Parecer Prévio
  - Destinatário: **Jarbas Jacoby Brehm** - CM DE TRES FORQUILHAS - Responsável (e-com nº 118102/404010)
  - Destinatário: **Maura Bobsin Aguiar** - Controle Interno - Responsável (e-com nº 118102/404009)

Observações:
A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Para o Fiscalizado - Consulta Processual e Geração de Guias. O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS(www.tce.rs.gov.br), na guia Para o Fiscalizado - Processo Eletrônico - Acesso ao Sistema, com criação de um e-protocolo avulso do tipo “Julgamento das Contas pelo Legislativo”. Importante ressaltar que o prazo para julgamento está estabelecido nas normas locais, bem como há também o prazo de até 30 dias para encaminhar a esta Corte de Contas cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, conforme prevê a Resolução nº 1028/2015, art. 72: “A Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal”. Caso o referido Processo já tenha sido julgado pela Câmara de Vereadores, o resultado da votação (Decreto Legislativo) deverá igualmente ser encaminhado conforme orientação acima. Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869

Porto Alegre, 12 de Setembro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 12/09/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.CAE2.C25D.129B.7CB5.2108.

Processo
01070-0200/22-0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Página da peça
1

Peça
6128114

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO
P03A58B9

Certidão de Consulta

Processo nº: 001070-0200/22-0
Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Destinatário: Maura Bobsin Aguiar
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Para cumprir determinação
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 117392/400816, enviada a Maura Bobsin Aguiar, em 04/09/2024, foi automaticamente consumada em:

16/09/2024 23:59:59

Porto Alegre, 17 de Setembro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 17/09/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9FD3.009A.2FE1.6FB8.409D.

Processo
01070-0200/22-0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001070-0200/22-0
Órgão: PM DE TRÊS FORQUILHAS
Destinatário: Jarbas Jacoby Brehm
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §4º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que Jarbas Jacoby Brehm efetivou a consulta ao teor da comunicação eletrônica número 118102/404010 em:

18/09/2024 14:18:09

Porto Alegre, 18 de Setembro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Página da peça
1

Peça
6131595

DOCUMENTO PÚBLICO

ACESSO
P03A6652

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 18/09/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A5FB.769F.35E6.36F9.3814.